



[Esta página foi deixada em branco para fins de paginação]

ÍNDICE

4	Administração
4	Relatório dos Diretores
6	Diretores e Conselheiros
6	Declaração de responsabilidades dos Diretores pelas contas
7	Sobre o Barclays
7	Relatório Estratégico
11	Análise de risco
11	Resumo
12	Factores de risco
23	Risco de crédito
60	Risco do mercado
66	Risco de financiamento – Capital
71	Risco de financiamento – Liquidez
96	Risco operacional
97	Risco de reputação
98	Risco de conduta
99	Supervisão e regulação
106	Análise financeira
106	Indicadores-chave de desempenho
109	Comentário da declaração de rendimentos
110	Comentário sobre o balanço
112	Análise de resultados pela atividade empresarial
112	Análise segmentar
114	Banca de retalho e banca de empresas
116	Banca de retalho e banca de empresas da Europa
118	Banca de retalho e banca de empresas da África
120	Barclaycard
122	Investimento bancário
124	Corporate Banking
126	Wealth e Investment Management
127	Sede e Outras Operações
128	Apresentação da informação
129	Relatório dos Auditores Independentes
131	Mapa financeiro consolidado
131	Mapa consolidado dos resultados do exercício
132	Mapa consolidado de rendimentos globais
133	Balanço consolidado
134	Mapa consolidado de mudanças no capital próprio
136	Mapa de fluxo de caixa consolidado
137	Notas às demonstrações financeiras

O termo "Barclays PLC Group" ou "Group" significa o Barclays PLC juntamente com as suas subsidiárias e o termo "Barclays Bank PLC Group" significa o Barclays Bank PLC juntamente com as suas subsidiárias. "Barclays" é utilizado para referir os grupos anteriores quando o assunto em foco é idêntico. O termo "Casa-Mãe" ou "Casa-Origem" refere-se ao Barclays PLC e o termo "Banco" ou "Sociedade" refere-se ao Barclays Bank PLC. O termo "The Group" refere-se ao Barclays Bank PLC juntamente com as subsidiárias e "Banco" refere-se ao Barclays Bank PLC. Neste relatório, as abreviaturas "m de £" e "bl de £" representam milhões e milhares de milhões de libras inglesas respectivamente; as abreviaturas "m de US\$" e "bl de US\$" representam milhões e milhares de milhões de dólares americanos respectivamente e "m de €" e "bl de €" representam milhões e milhares de milhões de euros respectivamente. Informações relativas ao Grupo, salvo indicação em contrário. Salvo indicação em contrário, as análises da demonstração de resultados financeiros comparam os 12 meses a 31 de dezembro de 2012 aos 12 meses correspondentes de 2011 e as comparações do balanço, estão relacionadas com a posição correspondente em 31 de dezembro de 2011.

Declarações previsionais

Este documento contém certas declarações previsionais na acepção da Secção 21E da Lei de Mercado de Capitais dos EUA de 1934, conforme alterada, e a Secção 27A da Lei de Mercado de Capitais dos EUA de 1933, conforme alterada, a respeito de certos planos do Grupo e dos seus objectivos e expectativas atuais relacionados com a sua futura condição financeira e o desempenho. O Barclays adverte os leitores que nenhuma declaração previsual é uma garantia de desempenho futuro e que os resultados atuais podem diferir materialmente dos contidos nas declarações previsionais. Estas declarações previsionais podem ser identificadas pelo facto de não só estarem relacionadas com factos históricos ou atuais. As declarações previsionais por vezes utilizam palavras como "poder", "vontade", "procura", "continuação", "pretensão", "antecipação", "alvo", "projetado", "expectativa", "estimativa", "intenção", "plano", "objectivo", "crença", "atingido" ou outras palavras de significado semelhante. Exemplos de declarações previsionais são, entre outros, as declarações sobre posição financeira futura do Grupo, crescimento dos resultados, capitais, encargos de imparidade, estratégia da atividade empresarial, rácios de capital, rácios de capital próprio, pagamento de dividendos, níveis de crescimento projetados nos mercados da banca e financeiro, custos projetados, estimativas de despesas de capital, e planos e objectivos para futuras operações e outras declarações que não são factos históricos. Pela sua natureza, as declarações previsionais envolvem riscos e incertezas porque estão relacionadas com eventos e circunstâncias futuros, incluindo, mas não limitado a, condições domésticas da atividade empresarial do Reino Unido, Eurozona e económicas mundiais, efeitos da volatilidade continuada de mercados de crédito, riscos relacionados com o mercado, como alterações em taxas de juro e taxas de câmbio, efeitos de alterações na avaliação de exposições de mercado de crédito, alterações na avaliação de notas emitidas, políticas e ações de autoridades governamentais e regulamentares (incluindo os requisitos no que refere o capital e estruturas do Grupo e o potencial de um ou mais países saírem o Euro), alterações em legislação, desenvolvimento posterior de normas e interpretações nos termos das NIIF aplicáveis ao passado, presente e futuro, desenvolvendo práticas a respeito da interpretação e aplicação das normas nos termos das NIIF, o resultado de litígios presentes e futuros, o sucesso de futuras aquisições e outras transações estratégicas e o impacto da concorrência - vários factores como esses que ultrapassam o controlo do Grupo. Como consequência, os resultados atuais e futuros do Grupo podem diferir materialmente de planos, objectivos, e expectativas definidos nas declarações previsionais do Grupo.

Qualquer declaração previsual feita neste documento só se refere à data. Salvo conforme exigido pela Autoridade de Serviços Financeiros do Reino Unido (FSA), pela Bolsa de Londres (LSE) ou pela legislação aplicável, o Barclays renuncia expressamente a qualquer obrigação ou responsabilidade para lançar publicamente quaisquer atualizações ou análises de quaisquer declarações previsionais contidas neste anúncio que reflitam qualquer alteração nas expectativas do Barclays a respeito disto ou qualquer alteração em eventos, condições ou circunstâncias em que tal declaração se baseie. O leitor, deve, contudo, consultar quaisquer divulgações de informação bancária adicionais que o Barclays tenha feito ou possa fazer em documentos arquivados ou que possa arquivar na LSE e/ou na SEC.

Sede social:
1 Churchill Place
London E14 5HP
Tel: +44 (0)20 7116 1000

Nº da Sociedade: 1026167

Administração

Relatório dos Diretores

Análise dos Negócios e Principais Atividades

Pretende-se que os Diretores divulguem neste relatório uma análise correta do negócio do Grupo, durante o ano que terminou em 31 de dezembro de 2012, e da situação do Grupo no final do ano financeiro, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas que o Grupo enfrenta (conhecida como "Análise do Negócio"). O objectivo da Análise do Negócio é dotar os acionistas dos meios de avaliar a forma como os Diretores desempenharam o seu dever ao abrigo da Secção 172 da Lei das Empresas de 2006 (dever de promover o sucesso da Empresa).

As informações que cumprem os requisitos da Análise do Negócio podem ser consultadas nos capítulos seguintes deste Relatório Anual e estão incorporadas neste relatório de referência.

	Páginas
Análise de risco	11
Análise financeira	106
Indicadores-chave de desempenho	106

Na perspectiva do Banco, a análise do negócio e os principais riscos e incertezas que a Empresa enfrenta estão integrados nos do Barclays PLC, a Casa-Mãe suprema do Banco. Por conseguinte, podem ser consultadas informações adicionais no Relatório Anual 2012 do Barclays PLC, que não faz parte deste relatório.

O Barclays é um fornecedor global de serviços financeiros, envolvido em atividades bancárias retalhistas, cartões de crédito, atividades bancárias empresariais e de investimento e gestão de riqueza. O Barclays opera através de dependências, escritórios e sucursais no Reino Unido e no estrangeiro.

Os resultados do Grupo revelam um lucro bruto de 99m de £ (2011: 5.974m de £) durante o ano e perdas líquidas de 384m de £ (2011: lucros de 4.046m de £). O Grupo obteve ativos líquidos de 62.894m de £, em 31 de dezembro de 2012 (2011: 65.170m de £).

Perdas/Lucro Atribuível

A perda atribuível ao Barclays Bank PLC, a Casa-Mãe, durante o ano de 2012, atingiu o montante de 723m de £ (2011: lucro de 3.616m de £)

Dividendos

Os dividendos totais sobre ações correntes, durante 2012, são divulgadas na Nota 11 às contas. Os dividendos pagos sobre ações preferenciais, durante o ano que terminou em 31 de dezembro de 2012, atingiram o montante de 465m de £ (2011: 467m de £)

Capital Social

Não houve aumentos do capital social ordinário durante este ano. O Barclays PLC detém 100% das ações correntes emitidas.

Diretores

Os Diretores da Empresa estão enumerados na página 6. Os interesses dos Diretores em ações estão determinados na página 84 do Relatório Anual de 2011 do Barclays Bank PLC. A pertença ao Conselho de Administração do Barclays PLC e ao Barclays Bank PLC é idêntica.

Bob Diamond, Alison Carnwath e Marcus Agius deixaram o Conselho de Administração em 3 de Julho de 2012, 24 de Julho de 2012 e 31 de Outubro respectivamente. Sir David Walker, Antony Jenkins e Tim Breedon incorporaram o Conselho de Administração em 1 de Setembro de 2012, 30 de Agosto de 2012 e 1 de Novembro respectivamente. Não houve mais alterações em Diretores em 2012. Diane de Saint Victor foi indicada como diretora com efeito a partir de 1 de março de 2013.

Indemnizações aos Diretores

O Banco mantém um seguro de responsabilidade civil que cobre qualquer ação legal movida contra os seus diretores. Adicionalmente, a qualificação de despesas de indemnizações a terceiros (tal como é definido na secção 234 da Lei das Empresas de 2006) esteve em vigor no decurso do ano fiscal que terminou em 31 de dezembro de 2012, em benefício dos então Diretores e, à data deste relatório, estão em vigor para o benefício dos Diretores em relação a certas perdas e passivos em que possam ter incorrido (ou incorrerem), relacionadas com as suas obrigações, poderes ou mandato.

Envolvimento na Comunidade

O Barclays fornece financiamento e apoio a mais de 8.500 organizações de caridade, voluntariado e de empresas sociais, desde as instituições de caridade locais e pequenas como a Bikeworks, que apoia jovens sem-abrigo em Londres, com formação de modo a desenvolver competências para entrarem no mercado do trabalho na indústria do ciclismo em organizações internacionais, como a CARE International. O Grupo comprometeu 32,1m de £ em apoio à comunidade no Reino Unido (2011: 30,3m de £) incluindo donativos de caridade no valor de 22,5m de £ (2011: 22,6m de £). Mais informação sobre o envolvimento na nossa comunidade poderá encontrar nas página 108.

Envolvimento dos colaboradores

As comunicações bidirecionais regulares, informais, e feitas através dos nossos Inquéritos de Opinião ao Empregado e o diálogo em eventos como as reuniões gerais com as comunidades são importantes para nos ajudar a compreender as opiniões e as preocupações dos nossos colegas, assegurando que estes são bem informados, compreendem os objectivos do banco e que continuam empenhados e relacionados com o futuro do Barclays. A nossa abordagem de "Parceria" às relações industriais mantém diálogos regulares e construtivos com mais de 30 sindicatos, conselhos da empresa e associações de pessoal de todo o mundo, e temos trabalhado estreitamente com os representantes dos empregados de maneira a evitar despedimentos compulsivos sempre que possível e assegurar que os colegas que deixam o Barclays são apoiados e tratados com respeito.

Os processos do nosso Pessoal, sobretudo, os que estão ligados à Gestão do Desempenho, Recompensas e Talentos (incluindo promoções e mobilidade) são objecto de particular atenção enquanto elaboramos estratégias para cada um dos empregados de maneira a apoiar a TRANSFORMAÇÃO e os Valores e os Comportamentos do Barclays. Iremos continuar a apoiar a remuneração variável sobre a classificação do desempenho do empregado e o desempenho do seu negócio, e continuar a incentivar o nosso pessoal no envolvimento e na partilha do nosso sucesso convocando-o regularmente a participar nos nossos planos de ações de "todos os empregados". São incluídas mais informações sobre a nossa abordagem relativa à remuneração no Relatório de Remunerações do Relatório Anual do Barclays PLC.

Estabelecemos uma estratégia de Diversidade e Inclusão globais para assegurar que tratamos o nosso pessoal de uma forma justa e compreender como permitimos que as pessoas de todos os meios se sintam capazes de oferecer o seu contributo para o Barclays. Temos objectivos claros para aumentar a representação e diminuir a movimentação de populações sub-representadas ao nível superior, manter um clima positivo de inclusão e envolvimento, e aumentar o reconhecimento externo como organização diversa e inclusiva. Temos um vasto leque de iniciativas em vigor para atingir o nosso propósito, incluindo formação para todos os empregados, ajustamentos para o local de trabalho e práticas de trabalho para pessoas com deficiências, e identificação de profissionais do sexo feminino com alto potencial com programas pertinentes para apoiar o desenvolvimento das suas carreiras e a sua retenção.

Administração

Relatório dos Diretores

Continuamos a oferecer um vasto leque de oportunidades e de programas de formação adaptados para licenciados e também continuamos a desempenhar um papel ativo na resolução de problemas sociais que giram à volta da empregabilidade, por exemplo, através do nosso Programa de Estágios, que procura oferecer o seu contributo para a resolução do problema do desemprego jovem no Reino Unido.

Ambiente

Em 2011 lançamos o Programa de Ação do Clima do Barclays - um plano de quatro anos que se concentra em questões ambientais, onde acreditamos que temos o maior potencial para fazer a diferença. O Programa está focado em gerir a nossa própria pegada de carbono e reduzir as nossas emissões de carbono absoluto, desenvolver produtos e serviços para ajudar viabilizar a transição para uma economia de baixo carbono; e gerir os riscos da mudança do clima para nossas operações, clientes, e sociedade em geral. Nós investimos na melhoria da eficiência energética das nossas operações e compensamos as restantes emissões através da compra de créditos de carbono. Temos o compromisso de reduzir as nossas emissões de carbono em 4% em 2013 e será publicado na nova edição do Citizenship Plan em julho de 2013 o novo objectivo para 2015. Temos também um compromisso de longa data para gerir os riscos ambientais e sociais associados às práticas de empréstimo, que é incorporado em nossos processos de risco de crédito. A estrutura de governança instalada para facilitar o diálogo claro em toda a empresa e com os fornecedores em torno das questões do risco potencial ambiental e social. Mais detalhes podem ser encontrados no nosso site www.barclays.com/citizenship. <http://www.barclays.com/citizenship/>

Política de Pagamento a Credores

A política do Barclays segue o Código de Pagamento Rápido do Departamento para o Negócio, Inovações e Habilitações, do qual se podem obter cópias a partir do website do Código de Pagamento Rápido em www.promptpaymentcode.org.uk. <http://www.promptpaymentcode.org.uk/> Os dias de pagamento de credores de negócio para o Barclays Bank PLC em 2012 foram 38 (2011: 37 dias) a. Este é um cálculo aritmético baseado na Regulamentação da Lei das Empresas e não reflete necessariamente a nossa prática, nem a experiência de qualquer credor individual.

Contratos de negócios essenciais

Não há pessoas com quem o Grupo tenha disposições contratuais ou outras que sejam consideradas essenciais aos negócios do Grupo.

Contratos de Significância

O Barclays forneceu à BlackRock, Inc. (BlackRock) as habituais garantias e indemnizações relacionadas com a venda do Barclays Global Investors (BGI) à BlackRock em 2009. Barclays continuou a prestar apoio relativo a certo fundos monetários do BGI, 30 de novembro de 2012 e vai continuar a prestar apoio em relação a certos fundos de caixa BGI até 4 de dezembro de 2013

Investigação e Desenvolvimento

No decurso normal de negócios, o Grupo desenvolve novos produtos e serviços em cada uma das suas unidades de negócio.

Nota

a A figura a 2011 é atualizado como o registado no Relatório de 2011 do Conselho de Administração não inclui dados de todas as divisões de negócios.

Instrumentos Financeiros

Os objectivos e políticas de gestão de risco financeiro do Barclays, incluindo a política para cobrir cada tipo principal de transação prevista na qual é usada contabilidade de cobertura e a exposição ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez são delineados nas páginas 23 à 65 e 71 à 95.

Os Auditores

O Comité de Auditoria da Administração analisa a nomeação dos auditores externos, bem como o seu relacionamento com o Grupo, incluindo a monitorização da utilização pelo Grupo dos auditores do Grupo para serviços de não-auditoria e o balanço de honorários de auditoria e não-auditoria pagos aos auditores. Mais informações sobre este assunto podem ser encontradas na Nota 8 às contas.

A PricewaterhouseCoopers LLP (PwC) assim como as suas empresas antecessoras tem sido a auditora do Grupo desde há muitos anos, embora o parceiro de auditoria principal mude cada cinco anos. O parceiro de auditoria principal integrou a equipa de auditoria para o encerramento do ano de 2010 e retirar-se-á após o encerramento do ano de 2014.

Tendo sido realizado um inquérito, o Comité de Auditorias do Conselho de Administração do Barclays PLC concluiu que continua a estar totalmente satisfeito com o desempenho da PwC e que esta continua a ser objectiva e independente. A objectividade e a independência da empresa de auditoria é apoiada pela política do Barclays sobre os serviços de não auditoria prestados pela empresa de auditoria. A PwC também presta serviços específicos de seguros ao Comité sobre os acordos em vigor para manter a sua objectividade e independência. A PricewaterhouseCoopers LLP tem mostrado a vontade em continuar a trabalhar connosco. Resoluções ordinárias para a sua renomeação como auditora e a autorizar a Administração a definir a sua remuneração serão propostas no AGM em 2013. O Comité de Auditoria do Conselho de Administração reconhece, contudo, que a extensão do exercício dos auditores se encontra sob um grande escrutínio e que, por isso, à luz das novas disposições do Código de Direção Empresarial do Reino Unido (UK Corporate Governance Code), o contrato de auditoria externo é lançado a concurso público, pelo menos, de dez em dez anos, como e quando um processo de concurso público pode ser implementado, sobretudo, dadas as disposições transitórias sugeridas pelo Conselho de Informação Financeira. Será proposta uma linha de ação recomendada durante 2013. Não existe informação de auditoria relevante da qual os auditores da Empresa não estejam ao corrente, de acordo com o conhecimento dos Diretores. Cada um dos Diretores levou a cabo todos os passos que deveria ter levado como Diretor para se tornar consciente de qualquer informação de auditoria relevante e para providenciar que os auditores da Empresa estão ao corrente de tal informação. Para este efeito, "informação de auditoria relevante" significa a informação necessária aos auditores da Empresa em relação à preparação do seu relatório.

Por ordem do Conselho de Administração.



Lawrence Dickinson

Secretário Conjunto

5 de março de 2013

Administração

Diretores e Conselheiros

Declaração de responsabilidades dos Diretores pelas contas

Atuais Diretores e Conselheiros

Sir David Walker - Presidente do Grupo

Diretores Executivos:

Antony Jenkins – Chefe do Grupo Executivo Cris

Lucas - Administrador Financeiro do Grupo

Diretores Não-Executivos:

David Booth Tim

Breedon Fulvio

Conti Simon

Fraser

Sir Reuben Jeffery III

Andrew Likiernan Dambisa

Moyo

Sir Michael Rake – Vice-Presidente Diane

de Saint Victor

Sir John Sunderland

Atuais membros do Comité Executivo	Nomeados para o Comité Executivo	
Antony Jenkins	Administrador Executivo do Grupo	2009
Chris Lucas	Administrador Financeiro do Grupo	2007
Mark Harding	Administrador Geral do Grupo	2009
Tom Kalaris	Diretor Executivo, do Barclays Wealth e do Investment Banking, Presidente Executivo do Barclays nas Américas	2009
Robert Le Blanc	Diretor Executivo do Risco	2009
Maria Ramos	Diretora Executiva do AbSa e do Barclays África	2009
Rich Ricci	Administrador Executivo Corporativo e do Investment Banking	2009
Sir Hector Sants	Diretor do Compliance, Government e pela Regulamentação	2013
Ashok Vaswani	Diretor Executivo do Retalho e do Negócio do Banco	2012
Valarie Soranno Keating	Diretora Executiva do Barclaycard	2012

Outros Executivos	Nomeados para a posição	
Lawrence Dickinson	Secretário Conjunto	2002
Patrick Gonsalves	Secretário Conjunto	2002
Peter Estlin	Codiretor Financeiro	2012
Mark Merson	Controller Financeiro e Codiretor Financeiro	2012

Preocupação atual

As atividades de negócio e posição financeira do Grupo, os fatores que provavelmente afetarão o seu futuro desenvolvimento e desempenho e os objetivos e políticas de gestão de riscos financeiros aos quais está exposto, bem como o seu capital, são discutidos na Revisão de Negócios.

Os Diretores avaliaram, à luz das condições económicas atuais e previstas, a capacidade do Grupo continuar, como preocupação atual. Os Administradores confirmam que estão satisfeitos por a Empresa e o Grupo possuírem recursos adequados para continuar em atividade empresarial por um futuro previsível. Por esta razão, continuam a adotar a 'preocupação atual' como base para a preparação das suas contas.

Declaração dos Administradores das responsabilidades pelas contas

A seguinte declaração, que deve ser lida conjuntamente com o relatório dos Auditores descrito na página 129, é feita com o intuito de distinguir aos acionistas as respectivas responsabilidades dos Diretores e dos auditores em relação às contas.

De acordo com a Lei das Empresas de 2006, os Diretores são obrigados a preparar contas por cada ano financeiro, relativamente às contas do Grupo, de acordo com o Artigo 4 das Regulamentações do IAS. Os Diretores prepararam contas individuais de acordo com o IFRS, como adoptado pela União Europeia. As contas são exigidas por lei e ao IFRS é requerido que apresente de uma forma justa a situação financeira da Empresa e do Grupo, bem como o desempenho desse período. A Lei das Empresas 2006 dita, em relação a tais contas, que as referências a contas dando uma visão verdadeira e justa sejam referências a uma apresentação justa.

Os Diretores consideram que, em preparação para as contas nas páginas 131 a 136, e a informação adicional contida nas páginas 137 a 226, o Grupo usou todas as políticas de contabilidade apropriadas, apoiadas por julgamentos e estimativas razoáveis e que todas as regras de contabilidade que consideram aplicáveis foram seguidas.

Os Administradores têm a responsabilidade de garantir que a Empresa e o Grupo mantenham registos contabilísticos que revelem com razoável rigor a situação financeira da Empresa e do Grupo que lhes dê a capacidade para garantirem que as contas cumprem a Lei das Empresas de 2006.

Os Administradores têm a responsabilidade geral para assumirem que tais procedimentos estão razoavelmente abertos para eles, para salvaguarda dos ativos do Grupo e para prevenir e detectar fraudes e outras irregularidades.

Controlo e procedimentos de divulgação

O Administrador Executivo do Grupo, Antony Jenkins, e o Administrador Financeiro do Grupo, Chris Lucas, juntamente com a Gestão do Grupo, conduziram uma avaliação da eficácia do conceito e operação dos controlos e procedimentos de revelação do Grupo, à data de 31 de dezembro de 2012, que estão definidos como os controlos e procedimentos concebidos para garantir que a informação necessária para ser revelada em relatórios arquivados ou submetidos à Lei Americana de Bens Imobiliários e Câmbios, de 1934, é registada, processada, resumida e relatada nos períodos especificados nas regras e formulários da Comissão Americana de Bens Imobiliários e Câmbios. A partir da data da avaliação, o Administrador Executivo do Grupo e o Administrador Financeiro do Grupo concluíram que o conceito e operação destes controlos e procedimentos de revelação eram eficazes.

Os Diretores confirmam que, tanto quanto lhes é possível saber:

(a) Os mapas da situação financeira, preparados em conformidade com o conjunto de padrões contabilísticos aplicáveis, conferem uma visão verdadeira e correta dos ativos, dos passivos, da situação financeira e do lucro ou prejuízo do Barclays PLC e dos procedimentos incluídos na consolidação considerada como um todo; e

(b) O relatório de gestão, que está incorporado no Relatório dos Administradores nas páginas 4 e 5, inclui uma análise correta do desenvolvimento e desempenho da atividade empresarial e da situação do Barclays PLC, e dos procedimentos incluídos na consolidação considerada como um todo, juntamente com uma descrição dos principais riscos e incertezas que enfrentam.



Assinado em nome do Conselho de Administração

Sir David Walker

Presidente do Grupo

5 de março de 2013 Registrado no Reino Unido.

Nº da Sociedade: 1026167

Sobre o Barclays

Relatório Estratégico

Sobre o Barclays

O Barclays é um dos principais fornecedores de serviços financeiros no sector da banca pessoal, cartões de crédito, banca de investimento e empresas, e saúde e gestão do investimento e da riqueza com uma presença internacional vasta na Europa, nas Américas, na África e na Ásia. Com mais de 300 anos de história e experiência no sector bancário, o Barclays opera em mais de 50 países e emprega aproximadamente 140.000 pessoas. O Barclays transfere, empresta, investe e protege o capital de e para os seus clientes em todo o mundo.

O nosso foco

A Análise Estratégica do Barclays concluiu que nós:

- Iremos centrar-nos exclusivamente em atividades que ofereçam apoio ao cliente em mercados geográficos e áreas de negócio nas quais o Barclays apresenta ganhos de escala e vantagens competitivas;
- Iremos centrar-nos no investimento no Reino Unido, E.U.A. e África enquanto mantemos uma presença adequada em toda a Europa e Ásia para suportar o investimento global das nossas concessionárias;
- Iremos reestruturar as operações retalhistas do Barclays Europeu para nos centrarmos na afluência em massa do segmento de clientes;
- Voltaremos a posicionar os negócios do Capital Próprio do Barclays Europeu e Asiático e da Divisão de Investimento Bancário de forma a refletir as oportunidades de mercado e manter uma proposta relevante para os seus clientes;
- Fechar a unidade de negócios de Mercados de Capitais Estruturados; Gerir os ativos ponderados pelo risco (RWA) com maior eficácia através de um run-off dos imobilizados na Europa e o Banco de Investimentos e investir em negócios de alto retorno tais como as hipotecas britânicas, o Barclaycard e a Gestão de Investimentos e Riquezas; e
- Reduzir significativamente os custos em todo o Grupo operando de uma forma mais eficiente.

How Barclays does business

The objective of our strategy is to create and deliver long-term sustainable value for all our stakeholders – in the right way.

We fulfil our purpose by delivering the fundamental functions of a bank to our customers and clients for which we receive interest income and/or fees.

Our competitive advantage

Barclays competitive advantage is created by the size and diversity of our businesses and the quality, character and relationships of our people.

Scale and diversity allow us to build sustainable businesses by delivering operational excellence, investing in innovation, managing our risks and allocating scarce resources, including capital, efficiently across our portfolio of businesses. Our people allow us to cultivate deeper relationships with our customers and clients by bringing the best of Barclays to each.

As we refresh our goal, purpose and values and rebalance our objectives across multiple stakeholders, we believe we can drive continuous improvement upon these foundations and become the bank of choice for people regardless of the transaction they are looking to make.



Sobre Barclays

Relatório Estratégico

Como é que o nosso negocio cria valor

	Fonte do Rendimento	Descrição
Tipo de Negócio		
Banca de Retalho e Empresas	Receitas de Juros	Aceitamos depósitos de clientes com pagamentos de juros. Empréstamos estes fundos, com de uma taxa de juros, para os indivíduos e empresas que procuram crescer e fazer contribuições significativas na economia.
Barclaycard	Receitas de Juros e taxas de transações	Facilitamos e simplificamos o fluxo de fundos entre clientes e empresas a câmbio de uma pequena percentagem da transação e, no caso de cartões de crédito, ganhamos rendimentos de juros sobre saldos credores.
Investimento bancário	Receita de Ativos e juros	Oferecemos ao clientes aconselhamento financeiro e em matéria de transações, assistência à mobilização do capital, execução das transações e gestão de riscos através das quais obtemos rendimentos de atividades comerciais e taxas.
Juros do Corporate Banking e	Receitas de Juros	Oferecemos aos clientes serviços bancários, capitais bem como serviços de gestão e financeiros a câmbio de juros e taxas para facilitar a capacidade de crescimento das empresas em conduzir os negócios tanto a nível nacional como internacional.
Wealth e Investment	Receitas de juros	Ajudamos clientes afluentes a crescer e a proteger a sua riqueza através de serviços de aconselhamento e serviços de investimento, nos quais ganhamos uma taxa, e através da banca privada e internacional, na qual obtemos lucros.

Banca de Retalho e Empresas do Reino Unido (UKRBB)

A UKRBB é nossa rede de banca de retalho sediada na principal rua do Reino Unido e presença da marca para o Grupo. A UKRBB fornece referências do cliente para o Barclaycard, Gestão de Investimentos e Riquezas; e Banca Comercial bem como plataformas e infraestruturas de banca de retalho.

A UKRBB tem mais de 15 milhões de clientes pessoais, 1 milhão dos quais está classificado como massa-afluente e serve mais de 750.000 empresas. A nossa estratégia é desenvolver e oferecer produtos simples e transparentes, trabalhar numa infraestrutura escalável, e iremos investir fortemente para tentar melhorar as experiências dos nossos clientes.

Em Outubro, o Barclays decidiu adquirir os depósitos, hipotecas e ativos de negócios da ING Direct UK. É um bom ajuste com o nosso negócio existente e será integrado na UKRBB. Espera-se a conclusão para março de 2013, sujeita a aprovação.

Os nossos clientes

Temos de colocar o cliente no controlo através do desenvolvimento de serviços e propostas que possam personalizar para responder às suas necessidades. A nossa nova proposta de conta corrente, Features Store, permite aos clientes adaptar a sua relação bancária a toda uma gama de recursos, grátis e pagos, enquanto mais de 400.000 clientes tiraram partido da capacidade de personalizar o seu cartão de débito.

As aplicações Barclays Mobile Banking, Pingit e Text Alerts foram lançadas com o objectivo de facilitar a vida dos clientes. Estes serviços ajudam as pessoas no seu quotidiano bancário, a controlar pagamentos e a enviar e receber dinheiro a qualquer momento, onde quer que estejam. Mudámos também para um esquema de incentivos baseado em serviços ao cliente para a nossa equipa de funcionários, de forma a garantir que os nossos clientes permanecem no coração do nosso negócio.

Banca de Retalho e Banca de Empresas da Europa (Europe RBB)

A Europe RBB oferece uma gama completa de produtos bancários, de investimento e seguradoras adaptados às necessidades financeiras dos seus clientes. Prestamos serviços para mais de 1.5 milhões de clientes de retalho e empresas na Europa.

Dentro de nossa base de clientes, focamo-nos no segmento das massas afluentes e oferecemos uma proposta diferenciada. O nosso negócio equilibra a experiência de outras concessionárias de Banca de Retalho e Banca de Empresas Barclays para beneficiar a nossa base de clientes, bem como para explorar sinergias entre as nossas empresas não retalhistas europeias.

Os nossos clientes

Em 2012, o Barclays tirou partido da experiência das suas outras concessionárias de Banca de Retalho e Banca de Empresas para servir melhor os clientes e fazer bons progressos, indo de encontro à sua visão a longo prazo de tornar a vida dos seus clientes mais fácil. Por exemplo, simplificámos alguns dos nossos processos de cliente mais manuais e lançámos a banca móvel para permitir que os clientes em Espanha, Itália e a França acedam às suas contas em movimento.

Introduzimos também um sistema na nossa rede francesa que permite à equipa determinar rapidamente o perfil de investimento do cliente e monitorizar as suas carteiras em tempo real. Este sistema poupa tempo, melhora o atendimento ao cliente e aumenta a nossa supervisão de serviços de consultadoria.

África

O Barclays em África engloba uma Banca de Retalho e uma Banca de Empresas local, juntamente com uma presença local para as empresas globais do Barclays – Barclaycard, Corporate Banking, Banco de Investimento e Património e Gestão de Investimentos exposição e uma promessa de crescimento. Juntos, servimos mais de 14,3 milhões de clientes em 14 países.

A nossa estratégia para África centra-se em alargar serviços nos principais mercados e em investir em novas geografias. Posicionamo-nos unicamente como um banco totalmente global e totalmente local para oferecer uma experiência superior ao cliente em África.

Em 2012, consolidámos as nossas operações bancárias Barclays África e Absa numa estrutura de gestão única. Em 2013, sujeita à recepção de aprovações reguladoras, a maioria das empresas do Barclays África e Absa serão transferidas sob uma entidade jurídica para criar uma empresa líder em serviços financeiros pan-Africanos.

Banca de Retalho e Empresas em África (Africa RBB)

O Grupo Barclays reporta África RBB em separado e as informações seguintes referem-se especificamente ao RBB. Os nossos negócios globais em África estão integrados em cada relatório de atividades.

Os Nossos Clientes RBB

Como parte do nosso objectivo de tornar a vida dos nossos clientes muito mais fácil, lançámos novos serviços bancários on-line em toda a África bem como o Pingit e o Barclays Mobile Banking. Para a afluência em massa dos nossos clientes, lançámos o Premier Banking e o Barclays Direct.

Colocámos as nossas capacidades globais, regionais e locais para beneficiar os nossos clientes empresariais com negócios significativos, tais como a parceria entre a Kenya Airways e o Barclays Bank do Quênia com Visa para relançar um cartão associado respectivo da linha aérea. Lançamos produtos de seguro de vida no Botswana,

Sobre o Barclays

Relatório Estratégico

Moçambique, Zâmbia e Gana por via do nosso modelo de banca-seguros, através da rede de sucursais Barclays. Lançamos dois novos produtos bancários islâmicos no Quênia, aplicando as capacidades e sinergias do Grupo.

Barclaycard

O Barclaycard, a oitava maior empresa de pagamentos do mundo, fornece o Grupo com a exposição à indústria de pagamentos globais de rápido crescimento e é uma fonte importante de novas relações com o Barclays, tanto para clientes individuais como para empresas.

O Barclaycard serve 29 milhões de clientes de retalho e empresas em todo o mundo, incluindo o Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha, África do Sul, através do Absa Card, e a Noruega, Suécia e Dinamarca através de uma parceria comum do EnterCard.

O Barclaycard está a investir na emissão de cartões de núcleo de clientes para ganhar ações em todos os mercados, a reequilibrar pagamentos de empresas de alto retorno e continua a liderar na inovação de pagamentos de forma a responder à evolução das necessidades dos clientes.

O Barclaycard recebeu inúmeros prémios em 2012, incluindo o Moneyfacts: Os prémios Best Card Provider 2012 no Reino Unido e Forrester Voice of the Customer nos Estados Unidos.

Os nossos clientes

O Barclaycard tem um património de inovação, começando com o lançamento do primeiro cartão de crédito no Reino Unido em 1966. Desde 2011 que o Barclaycard lançou vários produtos novos para responder à evolução das necessidades dos clientes, incluindo os cartões de consumidor Freedom e Cashback no Reino Unido, o Google Adwords para as PME's do Reino Unido, o Barclaycard Plus para gastos on-line na Alemanha e o primeiro cartão de crédito dos media social no mundo, o Barclaycard Ring nos Estados Unidos.

Os pagamentos digitais são uma parte importante da nossa inovação e em 2012 permitimos que mais de 750.000 telemóveis realizassem pagamentos (utilizando PayTag) entre três países, e ajudámos a aumentar as transações de proximidade em até mais de 250% ano a ano no Reino Unido.

Investimento bancário

O modelo bancário integrado universal do Barclays, presente em 50 países, permite-nos responder às necessidades dos nossos clientes através de uma ligação das capacidades de todo o Grupo. A Banca de Investimento pretende ser a banca "Go-To" para clientes empresariais e institucionais, oferecendo-lhes os produtos e serviços que necessitam de investir, fazer crescer e gerir os riscos.

Através do nosso fluxo de negócios centrado no cliente, oferecemos diversidade de rendimentos e de riscos para o Grupo e estamos capacitados para entregar serviços de execução de mercados para clientes de retalho, riqueza e clientes empresariais.

O nosso modelo de negócio

Divisão de Investimento Bancário

A nossa Divisão de Investimento Bancário oferece um conjunto completo de serviços bancários a empresas, governos e instituições em todo o mundo.

Os serviços incluem a organização e subscrição da emissão da dívida e do investimento de capital, fornecer consultadoria em fusões e aquisições, finanças empresariais e reestruturações, tomando os mercados ativos para garantias através da dívida global e câmbios de capital próprio, e apresentando soluções estratégicas de gestão de riscos.

Mercados

A nossa equipa de Mercados oferece a execução e gestão de riscos em toda a gama das classes de ativos, incluindo capitais de rendimento fixo e capitais próprios, divisas e matérias-primas (FICC).

Facilitamos operações com clientes em ações, opções e câmbios de futuros a nível global e fornecemos serviços de corretagem de qualidade, incluindo compensações, financiamento e empréstimos de títulos para clientes institucionais. Somos criadores de mercados financeiros ativos em cada classe de ativos, ajudando a oferecer liquidez aos mercados financeiros do mundo.

Fornecemos também acesso a produtos derivados, permitindo às organizações cobrirem a sua exposição de movimentos em taxas de juros, moedas e preços de matérias-primas.

Foi estabelecida em Outubro de 2012 uma equipa de Mercados combinada que integra as nossas divisões de FICC, Investimentos de Capital e Distribuição. Esta nova estrutura ir-nos-á permitir oferecer mais soluções conjuntas aos nossos clientes bem como sinergias maiores através de grupos de produtos e equipas comerciais e de distribuição.

Investigação

A nossa equipa de Investigação global e multimercados fornece ideias acionáveis e produtos inovadores aos seus clientes, numa parceria, de forma a garantir que tomam decisões de investimento bem informados. O nosso conhecimento sobre a dívida, investimentos de capital e investigação económica oferece aos nossos clientes um aconselhamento imparcial e detalhado sobre mercados e empresas globais e regionais.

Os nossos clientes

Os nossos clientes são compostos por empresas multinacionais, governos soberanos, organismos supranacionais e instituições financeiras, incluindo bancos, fundos de pensão e seguradoras.

Ajudamos os clientes empresariais a gerar crescimento e a criar empregos na economia real, os governos a entregar os seus planos de estabilidade e crescimento, e as instituições em atenderem as necessidades de investimento a longo prazo dos seus clientes.

Em 2012, fomos mais uma vez reconhecidos pela nossa força e centramo-nos no cliente e recebemos o prémio Best US Investment Bank e Best UK Investment Bank pelo Euromoney.

A Corporate Banking é uma parte integrante da oferta bancária universal do Barclays. Ajudamos mais de 40.000 empresas a alcançar as suas ambições. Isto inclui empresas multinacionais e instituições financeiras a nível global e empresas domésticas no Reino Unido e África do Sul. A Banca Empresarial apresenta rendimentos estáveis e é autofinanciada.

Os nossos clientes

Trabalhamos em estreita colaboração com os clientes para entender completamente o seu negócio e construir relações assentes e duradouras. Como consequência, o Barclays é líder de mercado na satisfação do cliente no Reino Unido. a

Nota

a Fonte: Pesquisa Charterhouse baseada em 2.076 entrevistas com empresas a ultrapassar entre 5 milhões de libras e 1 bilhão de libras obtidos em YE Q4 2012.

Sobre o Barclays

Relatório Estratégico

Continuamos a trabalhar por um serviço sempre melhor para o cliente e em 2012 estabeleceu-se a equipa Global Corporates numa parceria comum entre a Corporate Banking e a Banca de Investimento. O objectivo é fortalecer as relações existentes com o cliente e fornecer soluções mais empresariais às tesourarias dos nossos maiores clientes multinacionais. Em 2012, lançámos a nova oferta Gestão de Tesouraria, o Pingit para as Empresas, oferecendo aos clientes formas mais eficientes e convenientes de gerir os pagamentos. Continuámos ainda a investir no nosso modelo de serviços ao cliente.

Continuamos a concentrar-nos em produtos que são importantes para os nossos clientes, e, portanto, investir nas nossas capacidades de Gestão de Tesouraria e Financiamento Comercial. As principais iniciativas estão em curso, e em 2012, lançámos a nossa plataforma de gestão bancária, o Barclays.net e investimos em focos de Financiamento de Comércio em locais chave. Estamos também em fase de melhorar uma oferta integrada de Banca Empresarial com a Absa em toda a África.

Gestão de Investimentos e Riquezas (W & IM) oferece uma gama completa de serviços de gestão de riqueza a clientes afluentes e com elevado património financeiro, incluindo serviços bancários, crédito, investimentos e consultadoria.

O nosso objectivo é o gestor de fundos "Go To" dos clientes, ajudando-os a melhor entender, organizar e investir a sua riqueza.

Acreditamos que a melhor forma de oferecer apoio aos clientes é ter um profundo conhecimento da sua posição financeira completa. Entre outras técnicas, utilizamos os princípios de finanças comportamentais para adequar soluções de investimento e estruturais para cada cliente através da utilização da nossa ferramenta de Avaliação da Personalidade Financeira.

Além de fornecer serviços de administração patrimonial de propriedades a clientes afluentes e com elevado património financeiro, trazemos o melhor de todas as áreas do Barclays a estes clientes, sejam estas banca de retalho, negócios, empresarial ou investimento.

O ano de 2012 marcou o terceiro de cinco anos do programa de investimento estratégico em Gestão de Investimento e Riquezas, conhecido como Projeto Gamma, para transformar o nosso negócio através de melhorias à experiência e produtividade do cliente. Este projeto continua a progredir bem, com 2012 a prever uma melhoria contínua em ambas áreas.

Os nossos clientes

Em 2012, lançámos um novo portal digital de cliente, que permite que os clientes se auto-sirvam mais eficientemente, quando e como preferem. Além disso, iniciámos relatórios de clientes mais detalhados, biometria de voz para fins de identificação, uma ferramenta de gestão e construção de carteiras atualizada, uma integração simplificada de novos clientes e aplicações de crédito mais rápidas e mais simples.

Revisão do risco

Visão Geral

Visão Geral (auditado)

Não existem diferenças no modo como os riscos são geridos e medidos entre o Barclays Bank PLC Group e o Barclays PLC Group. Deste modo, as explicações sobre gestão, responsabilidades de controlo e medida descritas nesta secção são as para os Barclays PLC Group, que inclui o Barclays Bank PLC Group. As quantias incluídas nestas notas são as para o Barclays Bank PLC. Para mais descrições detalhadas da abordagem sobre gestão de riscos do Barclays, consulte o Relatório Anual do Barclays PLC e o Relatório Pillar III.

O Grupo é um dos principais fornecedores de serviços financeiros dedicado ao serviço bancário comercial e de retalho, cartões de crédito, gestão de saúde e serviços de gestão de investimentos. Os instrumentos financeiros são fundamentais para a atividade do Grupo e a gestão de riscos financeiros, especialmente crédito de risco, é uma parte fundamental da sua atividade.

As políticas e processos de gestão de riscos do Grupo foram criados para identificar e analisar o risco, definir a apetite, limites e controlos para o risco apropriados e para monitorizar os riscos e aderência aos limites através de dados fiáveis e atualizados. As políticas, modelos e sistemas de risco são revistas regularmente para refletir as mudanças de mercados, produtos e melhor prática de mercado.

Responsabilidades sobre o risco

A *Direção* é responsável por aprovar a apetite pelo risco, que é o nível de risco que o Grupo escolhe para seguir para atingir os seus objetivos de negócio. O Diretor de Riscos entrega regularmente um relatório à Direção onde se resumem os desenvolvimentos no cenário de risco e as tendências de desempenho nas carteiras chave. A Direção é também responsável pelo Controlo Interno e Enquadramento de Garantia (Enquadramento de Controlo do Grupo). A Direção supervisiona a gestão dos riscos mais significantes através da revisão regular de exposição ao risco e dos controlos chave relacionados. As responsabilidades de gestão de direção relacionadas com isto são definidas pela Política de Riscos Principais do Grupo.

O Comité de Risco da Direção (CRD) monitoriza o perfil de risco do Grupo quanto à apetite acordada. Sempre que o desempenho seja diferente das expectativas, as ações tomadas pela gestão serão revistas para assegurar que o CRD está confortável com estas. Após cada reunião, o Presidente do CRD prepara um relatório para a próxima reunião da Direção. O Barclays criou um Comité de Risco da Direção independente pela primeira vez em 1999 e todos os seus membros são diretores não executivos. O Diretor Financeiro e o Diretor de Riscos comparecem em cada reunião por uma questão de rotina. O CRD recebe relatórios regulares e compreensivos sobre metodologias de risco e perfil de risco do Grupo, incluindo os assuntos chave que afetam cada carteira comercial e tendências de risco futuras. O Comité também comissiona análises profundas de tópicos de riscos significantes, que são elaborados pelo Diretor de Riscos ou oficiais de gestão de riscos na atividade. Todos os anos o Presidente do Comité prepara uma declaração sobre a sua atividade.

O *Comité de Auditoria da Direção* recebe relatórios trimestrais sobre assuntos de controlo significantes e uma revisão semestral da adequação de abatimentos por imparidade, que revê relativamente ao risco inerente às carteiras, ao ambiente comercial, às políticas e metodologias do Grupo e às tendências de desempenho dos parceiros bancários. O Presidente do Comité de Auditoria da Direção também faz parte do Comité de Risco da Direção.

O Comité de Remuneração da Direção recebe um relatório detalhado sobre o desempenho de gestão de riscos do Comité de Risco da Direção que é incluído no conjunto de objetivos de desempenho no contexto de pacotes de incentivos.

A *Auditoria Interna* é responsável pela revisão independente da gestão de riscos e cenário de controlo. O objetivo é fornecer garantias fiáveis, valiosas e oportunas à Direção e Gestão Executiva sobre a eficácia de controlos, mitigação atual envolvendo riscos elevados e, ao fazê-lo, melhorar a cultura de controlos dentro do Grupo. O Comité de Auditoria da Direção revê e aprova os planos e recursos da Auditoria Interna e avalia a eficácia da Auditoria Interna. Também é levada a cabo uma avaliação periódica por consultores externos.

O Diretor de Riscos é membro do Comité Executivo e tem responsabilidade geral diária pela gestão de riscos sob autoridade delegada do Diretor Executivo. O Diretor Executivo deve consultar o Presidente do Comité de Risco da Direção sobre a avaliação e compensação de desempenho do Diretor de Riscos, assim como sobre todas as nomeações ou renúncias para o cargo.

O Diretor de Riscos gere a função do Grupo de Riscos independente e preside o Comité de Risco Financeiro e o Comité de Risco Operacional, que monitorizam o perfil de risco financeiro e não financeiro do Grupo relativamente à apetite pelo risco estabelecida. A reportar ao Diretor de Riscos e a trabalhar na Função de Riscos do Grupo estão: diretores de tipo de risco, risco de crédito de vendas por grosso, risco de mercado, risco operacional e risco de fraude. Os diretores de tipo de risco, em conjunto com as suas equipas, são responsáveis por estabelecer um Enquadramento de todo o Grupo para a supervisão dos riscos e controlos do seu tipo de risco. Estas equipas de tipo de risco coordenam cada negócio como parte do processo de monitorização e gestão.

Para além disso, cada unidade de negócio tem uma função de gestão de risco associada, assumida por um Oficial Diretor de Risco Comercial (ODRC). Os ODRCs e as suas equipas são responsáveis por assistir os diretores comerciais na identificação e gestão dos seus perfis de risco comercial e por implementar controlos apropriados. Estas equipas também assistem o Grupo de Riscos na formulação de políticas de Grupo e na sua implementação em toda a atividade. Os diretores de risco comercial respondem conjuntamente aos seus respetivos diretores comerciais e ao Oficial Diretor de Risco.

De modo a fortalecer a administração a nível da direção sobre a conduta de risco e assuntos de reputação, criámos em 2013 um Comité para a Conduta, Reputação e Risco Operacional da Direção. Devido a este facto, o Comité de Risco da Direção irá supervisionar o crédito, o mercado e assuntos de financiamento de risco, e será renomeado para Comité de Risco Financeiro da Direção.

Os diretores de tipo de risco dentro da função de Riscos do Grupo central e os ODRCs dentro das unidades de negócio respondem ao Diretor de Risco e são membros do Comité de Risco Financeiro ou do Comité de Risco Operacional, tal como for apropriado.

Os principais riscos que afetam o Grupo são discutidos nas Notas 12 a 22.

Revisão do risco

Fatores de risco

A informação seguinte descreve os riscos materiais que o Grupo acredita que podem fazer com que os seus resultados de operações, condição financeira e previsões futuras sejam materialmente diferentes das expectativas atuais. Alguns dos riscos descritos a seguir também têm o potencial de impactar adversamente a reputação e marca do Grupo, o que afetaria adversamente o resultado das operações, condição financeira e previsões do Grupo.

Condições de Negócio e economia geral

O Barclays oferece uma vasta gama de serviços para clientes individuais ou instituições, incluindo governos. O Grupo tem atividades significantes num grande número de países. Consequentemente, existem muitas formas em que alterações nas condições de negócio e economia num único país, região ou no globo podem impactar adversamente o lucro, que a nível do Grupo, de unidades de negócio individuais ou países operacionais em específico.

Durante 2012 o cenário económico nos principais mercados do Barclays foi marcado por um crescimento geral fraco ou negativo (medido em PIB), o que afetou o negócio, o consumidor e a confiança dos investidores nestas regiões. O desempenho económico a curto prazo continua incerto e espera-se que paralise, o que em alguns casos pode levar ao impacto material adverso na operações, condição financeira e previsões do Grupo, através de, por exemplo, mudanças nos ratings de crédito, preços de ações, e solvência de contrapartes, assim como a maiores níveis de imparidade e taxas padrão, rendimentos mais baixos e custos mais elevados. Segue-se um resumo do desempenho para cada principal área geográfica:

- No R.U., a economia estagnou em 2012, e o crescimento negativo no terceiro trimestre criou a perspectiva de mais um ano difícil em 2013. O potencial de desemprego persistente, taxas de juro mais elevadas e inflação em subida pode aumentar a pressão sobre rendimentos disponíveis e afetar a capacidade individual para abater dívida, o que por si tem o potencial de impactar adversamente o desempenho do Grupo do setor de retalho;
- Apesar do desempenho económico dos EU ter sido largamente positivo em 2012, com um crescimento ligeiramente acima dos 2%, a economia dos EU cresceu apenas 0,1% no terceiro trimestre de 2012. Para além disso, a taxa de desemprego permaneceu num nível histórico elevado e o permanece risco dos líderes governamentais fracassarem em alcançar um acordo fiscal mais duradouro, ambos os quais aumentam a incerteza e contribuem para a perda de negócio e confiança do consumidor e investidor, afetando assim adversamente as operações comerciais do Barclays nos EU;
- A Eurozona teve crescimento negativo durante 2012 ao ser impactada pela crise de dívida soberana atual. As condições de crédito permaneceram fracas e o setor da habitação saturado, o elevado desemprego (especialmente grave entre a população com menos de 30 anos), o PIB em contração e o elevado défice governamental podem afetar adversamente a curto prazo as operações comerciais do Barclays nesta região; e
- Apesar de a África do Sul ter tido um crescimento económico moderado em 2012, o setor da habitação mostrou alguma fraqueza no final do ano, o que criou incerteza no desempenho da atividade da Absa a curto prazo.

Para mais informação sobre riscos específicos para a nossa atividade relacionados com um potencial período económico em baixa e com a crise atual da Eurozona, consulte abaixo em Risco de Crédito.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco do Grupo sofrer perdas financeiras se algum dos seus clientes ou contrapartes de mercado falhar em cumprir as suas obrigações contratuais para com o Grupo.

O risco de crédito que o grupo enfrenta provém principalmente de empréstimos de vendas por grosso e retalho juntamente com o risco de crédito de contrapartida proveniente de contractos derivados que celebrou com os seus clientes. Outras fontes de risco de crédito que provêm de atividades comerciais, incluem: garantias de dívida; saldos acordados com contrapartes de mercado; investimentos disponíveis para venda; e acordos de revenda inversos. Também pode acontecer quando o rating de crédito de uma entidade é baixado, levando a uma quebra no valor do investimento do Barclays. Para além disso, o Grupo pode sofrer ganhos ou perdas não libertados significantes devido apenas a alterações nos spreads de crédito do Grupo ou de terceiros, pois estas alterações podem afetar o justo valor dos instrumentos derivados do Grupo e as garantias de dívida que o Grupo detém ou emite.

Riscos

Um período económico em baixa

Os resultados, condição financeira e liquidez do Grupo podem continuar a ser afetados adversamente pela incerteza em torno da economia global e economias de certas áreas onde o Barclays opera. O desempenho do Grupo está em risco devido a qualquer deterioração no cenário económico que pode resultar de várias incertezas, incluindo de forma mais significativa os seguintes fatores:

i) Dimensão e sustentabilidade da recuperação económica, incluindo o impacto das medidas de austeridade nas economias Europeias

A ameaça de economias mais fracas em alguns países nos quais o Grupo opera podem levar a níveis mais elevados de desemprego, subida da inflação, taxas de juro potencialmente mais elevadas e queda de preços de propriedade. Qualquer deterioração nas condições económicas globais podem ter um impacto adverso na qualidade de crédito dos clientes e contrapartes do Grupo e podem levar a uma redução na capacidade de recuperação e no valor dos ativos do Grupo resultando na necessidade de aumentar o nível de abatimentos por imparidade do Grupo.

As taxas de crescimento no R.U., nos E.U., Europa e África do Sul continuam a ter implicações nas nossas carteiras, particularmente na Europa, onde as previsões de crescimento permanecem fracas. O aumento do desemprego e taxas de juro mais elevadas reduzirão a capacidade de serviço de dívida no setor de retalho com um efeito direto no crédito empresarial. A implementação de medidas de austeridade para responder aos altos níveis de dívida pública impactaram negativamente o crescimento económico e conduziram ao desemprego em alguns países Europeus. As políticas monetárias, de taxas de juro e outras dos bancos centrais e autoridades regulatórias também podem ter um efeito adverso significativo em alguns países nos quais o Grupo opera. A rentabilidade do Grupo é assunto alvo de mais incerteza pelas previsões de crescimento para a economia China e para o efeito que tal possa ter nas previsões de recuperação da economia global.

ii) Aumento no desemprego devido a economias mais fracas em vários países nos quais o Grupo opera

Durante 2012 a taxa de desemprego na Eurozona aumentou para 11,7% (dezembro 2011: 10,7%) e permanece particularmente alta em Espanha com 26,1% (dezembro de 2011: 23,2%) embora as taxas tenham caído para 7,8% nos E.U. (dezembro de 2011: 8,5%) e 7,8% no R.U. (dezembro de 2011: 8,3%) pois o negócio criou emprego não obstante das economias fracas.

Devido ao facto de que a capacidade dos clientes para pagarem a sua dívida estar particularmente sensível à sua situação de emprego, qualquer aumento nas taxas de desemprego poderá conduzir a um aumento nas taxas de delinquência e padrão, particularmente nos cartões de crédito e carteiras de empréstimos sem garantia, que podem por sua vez levar à necessidade de aumentar os abatimentos por imparidade do Grupo no setor de retalho. Qualquer aumento na imparidade ou nas dívidas em atraso para recuperar depreciações podem ter um efeito material adverso nos resultados, condição financeira e posicionamento capital do Grupo.

iii) Impacto da subida da inflação e possíveis aumentos de taxa de juro no poder de compra do consumidor e rentabilidade empresarial

A subida da inflação resultante das políticas monetárias do banco central ou outros fatores, juntamente com possíveis aumentos nas taxas de juro em resposta, podem ter efeitos adversos significantes tanto no crescimento económico como na capacidade dos consumidores e empresas de suportarem os níveis de dívida existentes. A capacidade de suporte de dívida do consumidor é sensível às taxas de juro, logo quaisquer aumentos, ou séries de aumentos, podem conduzir a um aumento significativo nas cobranças por imparidade do Grupo, particularmente em produtos sem garantia, como cartões de crédito e empréstimos pessoais, e impactar adversamente o desempenho do Grupo de forma semelhante aos níveis de desemprego elevados descritos acima.

iv) Possibilidade de mais quedas nos preços de propriedades no R.U., África do Sul e Europa Ocidental

Com uma carteira de empréstimos de cerca de £115bn (50% do total de empréstimos e adiantamentos do Grupo no setor de retalho), o Barclays tem grande exposição a desenvolvimentos adversos no setor imobiliário do R.U. No entanto a qualidade de crédito desta carteira permanece boa com 76% dos empréstimos a terem um empréstimo/garantia (LTV) igual a ou menor que 75%. Enquanto as moras permaneceram estáveis e a imparidade modesta neste registo de propriedade, o setor imobiliário permanece fraco, apesar das taxas de juro baixas. Esta fraqueza pode contribuir para mais imparidade a curto prazo resultante de uma deterioração nos preços das casas devido ao poder de compra reduzido resultante de, por exemplo, taxas de juro mais elevadas. Mais concretamente, no R.U. a carteira de apenas Juros de £53bn permanece mais suscetível às forças do mercado enquanto estes empréstimos vencem e os clientes são obrigados a pagar o valor total em dívida.

O setor Comercial Imobiliário do R.U. também permanece em risco pela deterioração no setor da habitação que pode afetar os níveis de confiança do cliente causando mais movimentos adversos em imobiliário. Isto pode resultar em níveis mais elevados de taxas padrão no setor empresarial conduzindo a maiores cobranças por imparidade e depreciações pelo Grupo.

As economias Espanhola e Portuguesa, em especial os seus setores de habitação e propriedade, permanecem sob stress significativa, com os preços de propriedade em queda a conduzirem a ratios de LTV (empréstimo/garantia) mais elevados e a cobranças por imparidade mais elevadas.

Se estas tendências em Espanha e Portugal continuarem ou piorarem e/ou se estes desenvolvimentos ocorrerem noutros países Europeus, tal como a Itália na qual temos particular exposição a hipotecas residenciais fora do R.U., teremos que proceder a cobranças por imparidade significantes no futuro, que podem afetar material e significativamente os resultados e condição financeira do Grupo.

Ao longo de 2012, o setor da habitação Sul-africano tem estado a recuar, refletindo uma economia fraca e um resultado incerto. Existe a preocupação de que a dívida pessoal sem garantia esteja a tornar-se muito elevada. Se o cenário económico piorar e se tornar alvo de mais stress poderá afetar adversamente o desempenho em empréstimo para habitação, empréstimo sem garantia, e nas carteiras auto e de cartão de crédito do Grupo. Nos Mercados Comerciais Absa, o registo de propriedade empresarial continua sensível aos preços de propriedade, com as reduções a potencialmente conduzirem a cobranças por imparidade mais elevadas.

v) "Precipício Fiscal" do E.U. e Negociações de Teto de Dívida

Ao seguir o acordo temporário alcançado na viragem de 2012 para 2013 relativo ao termo dos cortes fiscais no orçamento federal do E.U. como parte das negociações legislativas "Precipício Fiscal", permanece uma incerteza considerável quanto a um acordo mais duradouro, particularmente no que diz respeito aos ajustes potenciais dos gastos do governo federal dos E.U., pelos quais continuam as negociações do Precipício Fiscal. O fracasso em alcançar um acordo mais duradouro poderá levar a uma nova recessão nos E.U., o que poderá ter um efeito adverso significativo na economia global e conduzir a pressões negativas na rentabilidade do Grupo. Tal fracasso poderá também impactar negativamente a confiança no mercado, conduzindo potencialmente a uma redução na apetite dos investidores e liquidez nos mercados obrigacionista e de empréstimo dos E.U., que também impactaria a rentabilidade do Grupo.

Revisão do risco

Fatores de Risco

A crise na Eurozona

O desempenho do grupo pode ser afetado material e adversamente pelo aumento real ou perspectivado do risco padrão da dívida soberana de certos países Europeus, dos stress a serem atualmente exercidos no sistema financeiro dentro da Eurozona, e do risco de um ou mais países poderem sair do Euro.

i) Impacto da potencial deterioração da qualidade de crédito soberano, particularmente do suporte de dívida e capacidade de refinanciamento

As preocupações do mercado sobre o risco de crédito (incluindo o de estados soberanos) e sobre a crise na Eurozona permanecem altas. As elevadas dívidas soberanas e/ou défices fiscais de vários países Europeus e a sustentabilidade dos programas de austeridade introduzidos levantaram preocupações relacionadas com a condição financeira de alguns estados soberanos assim como de algumas instituições financeiras, seguradoras e outras empresas que: i) estão localizadas nesses países; ii) têm exposição direta ou indireta a estes países (tanto no setor de dívida soberana como privada) e/ou iii) cujos bancos, contrapartes, custódias, clientes, fornecedores de serviços, fontes de financiamento e/ou fornecedores tenham exposição direta ou indireta a estes países.

O incumprimento, ou um maior declínio no rating do crédito de um ou mais soberanos ou instituições financeiras poderá causar grave stress no sistema financeiro em geral e afetar adversamente os mercados nos quais o Grupo opera, a sua atividade e situação financeira e previsões do Grupo e das suas contrapartes, clientes, fornecedores ou credores, direta ou indiretamente, de formas difíceis de prever.

Para mais informação consulte as divulgações da Exposição da Eurozona nas páginas 47 a 59.

ii) Potencial saída do Euro de um ou mais países como resultado da crise de dívida Europeia

A saída de um ou mais países da Eurozona pode impactar adversamente a rentabilidade do Grupo em várias formas. Os riscos associados a uma potencial separação parcial do Euro incluem:

- Risco direto resultante de incumprimento soberano de um país pertencente e o impacto na economia desse país e das contrapartes do Grupo;
- Risco indireto resultante do impacto subsequente na economia de outros países da Eurozona e das contrapartes do Grupo nesses países;
- Risco indireto resultante de derivados de crédito que têm como referência a dívida soberana da Eurozona; e
- Risco de denominação direta na potencial disparidade da moeda dos ativos e passivos no balanço das operações locais do Grupo nos países da Eurozona.

Apesar de o Grupo ter reduzido a disparidade do financiamento líquido agregado em balanços locais durante 2012 de £12.1bn para um excesso de £1.9bn em Espanha, de £6.9bn para £3.3bn em Portugal e de £12.0bn para £9.6bn em Itália, não existe garantia de que os passos tomados pelo Grupo para combinar ativamente os ativos externos locais com os passivos externos locais tenham total sucesso.

Para além disso, a saída e/ou abandono do Euro por parte de um ou mais países da Eurozona pode conduzir a efeitos negativos significantes tanto em relações contratuais existentes como no cumprimento de obrigações pelo Grupo e/ou pelos seus clientes, o que teria um impacto negativo na atividade, resultados operacionais, posição capital e condição financeira do Grupo. Uma saída do Euro de um país também pode afetar adversamente o desempenho económico desse país, impactando áreas tais como as taxas de juro e desemprego, que por sua vez podem afetar adversamente a solvência das nossas contrapartes de vendas por grosso e retalho (incluindo o governo de um país ou as suas agências) e a sua capacidade de suportar as suas dívidas. Isto pode levar a imparidade adicional ou a uma redução do valor dos ativos de crédito do Barclays nesse país, o que impactaria adversamente a rentabilidade do Grupo.

A atual ausência de um mecanismo predeterminado para que um estado membro saia do Euro significa que não é possível prever o resultado de tal acontecimento e quantificar exatamente o impacto de tal acontecimento na rentabilidade, liquidez e capital do Grupo.

No entanto, o grupo desempenhou, e continua a desempenhar, testes de stress para simular o acontecimento de uma separação da Eurozona. Também foi iniciado o planeamento de contingência baseado numa série de potenciais cenários que possam surgir de um agravamento da crise. Foram feitos vários testes para estabelecer o impacto nos clientes, sistemas, processos e pessoal no caso de ocorrerem os cenários mais plausíveis. Ações de remediação já foram completadas ou iniciadas onde foram identificados problemas.

Para mais informação consulte divulgações da Exposição da Eurozona nas páginas 47 a 59.

Setores/áreas geográficas específicas

O Grupo está sujeito a riscos provenientes de mudanças na qualidade de crédito e falta ainda a recuperação de empréstimos e adiantamentos devidos por mutuários e contrapartes de uma carteira em específico, área geográfica ou grandes nomes privados. Qualquer deterioração na qualidade de crédito conduziria a uma capacidade de recuperação reduzida e a uma imparidade acrescida num setor específico, área geográfica ou grandes contrapartes específicas.

i) Possível deterioração nas Exposições do Mercado de Crédito

O Banco de Investimento tem certas exposições aos mercados de crédito que se tornaram ilíquidos em 2007. Estas exposições estão principalmente relacionadas com o imobiliário comercial e empréstimos financeiros alavancados. O Grupo continua a reduzir ativamente estas exposições, mas permanece em risco proveniente de mais deterioração nas exposições restantes, resultando em mais imparidade. Ao longo de 2012, as exposições do mercado de crédito baixaram em £5.9bn para £9.3bn, refletindo principalmente vendas líquidas e amortizações e outros movimentos.

Para mais informação consulte a Secção de Exposição do Barclays ao Mercado de Crédito (página 46).

ii) Potenciais carências de liquidez aumentando os riscos das contrapartes

A capacidade do Grupo entrar nos seus acordos normais de financiamento poderá ser materialmente afetada pelas ações e saúde comercial de outras instituições financeiras. O Grupo está exposto a muitas indústrias e contrapartes diferentes e caso a capacidade de financiamento, tanto nos mercados de venda por grosso como nas operações do banco central, se alterem significativamente, podem ocorrer carências de liquidez, que podem conduzir a um risco acrescentado das contrapartes com outras instituições financeiras. Isto também pode ter impacto nos riscos de refinanciamento nos setores empresarial e de retalho. Enquanto o Grupo continuar a gerir ativamente este risco, incluindo através dos seus extensos sistemas de limite de Mandato e Escala, o desempenho do Grupo permanece em risco de uma carência material de liquidez.

iii) Grandes perdas individuais

No percurso normal da nossa atividade de empréstimo, temos uma grande exposição individual a contrapartes individuais. Estamos expostos ao risco de crédito de tais contrapartes de acordo com o caso do seu incumprimento das suas obrigações para conosco. Se tais incumprimentos ocorrerem, poderão ter um impacto significativo na cobrança por imparidade, principalmente em Banco de Investimentos e maiores contabilidades em Comércio Bancário Empresarial. Para além disso, quando tal risco da contraparte tiver sido mitigado ao assumir garantia colateral, o nosso risco de crédito pode permanecer elevado se a garantia colateral que possuímos não puder ser realizada ou tiver que ser liquidada a preços que sejam insuficientes para recuperar a quantia total do nosso empréstimo ou exposição derivada.

Revisão do risco

Fatores de risco

Risco de Mercado

O Barclays está em risco de os seus rendimentos ou capital serem reduzidos devido a:

- **Risco de mercado negociado**, onde quer que o Barclays suporte a atividade do cliente principalmente através do Banco de Investimento e onde o risco do Grupo esteja a ser impactado por alterações no nível ou volatilidade das posições nos seus registos comerciais. Isto inclui mudanças nas taxas de juro, taxas de inflação, spreads de crédito, preços de propriedade, preços de comodidades, preços de ações e obrigações e taxas de câmbio externo;
- **Risco de mercado não negociado**, para suportar os produtos do cliente principalmente no banco a retalho e o risco de o Grupo não ser capaz de manter o seu balanço no registo bancário a níveis que prevalecem nos mercados; e
- **Risco de pensão**, quando o perfil de investimento é revisto em comparação com o esquema de benefícios definido e o risco das obrigações de benefícios definidas do Grupo estiver a aumentar ou o valor dos ativos representantes destas obrigações de benefícios definidas estiver a diminuir devido a alterações tanto no nível como na volatilidade dos preços.

Riscos

As áreas e cenários específicos onde o risco de mercado pode conduzir a rendimentos significativamente mais baixos e afetar adversamente os nossos resultados de operações em anos futuros incluem:

i) Atividade do cliente reduzida e decréscimo na liquidez de mercado

O modelo comercial de Comércio Bancário de Investimento está focado na intermediação do cliente. Uma redução significativa do volume de clientes ou liquidez de mercado poderá resultar em honorários e comissões mais baixas e num período de tempo mais longo em concluir uma transação de um cliente, executar um hedge, ou a sair de uma posição resultante dessa troca. Períodos de tempo de espera de alta volatilidade mais longos poderão conduzir a uma volatilidade de rendimentos causada por alterações de preço. Tais condições podem impactar adversamente os resultados financeiros do Grupo em períodos futuros.

ii) Cenário de taxas de juro incerto

A volatilidade das taxas de juro podem impactar a margem líquida de juros, que é o spread das taxas de juro realizada entre emprestar e contrair custos. O potencial para alterações futuras de volatilidade e margem permanece, e é difícil prever com qualquer certeza as alterações nos níveis absolutos de taxas de juro, curvas de rendimento e spreads. A maioria das economias desenvolvidas estão atualmente a operar sob taxas historicamente baixas. Consequentemente a margem de juro líquida obtida pelo Barclays é reduzida. Esta margem seria certamente adicionalmente comprimida se as taxas bancárias sofrerem cortes. Alterações nas taxas, na medida em que não forem neutralizadas por programas de hedging, poderão conduzir a um efeito material adverso nos resultados das operações, condições financeiras e previsões do Grupo.

iii) Risco de fundo de Pensão

Movimentos adversos entre ativos de pensões e passivos para esquemas de benefícios de pensão definidos poderão contribuir para um défice de pensões. As sensibilidades chave são a taxa de desconto e as suposições de inflação a longo prazo feitas ao determinar a obrigação de benefícios definida. A taxa de desconto é derivada de rendimentos de obrigações empresariais com rating de AA e consequentemente inclui a exposição a rendimentos e spreads de crédito livres de risco. A posição líquida de benefícios de pensão definida foi afetada adversamente, e poderá ser novamente afetada, por decréscimos na taxa de desconto ou por um aumento das suposições de inflação a longo prazo.

Risco de financiamento

O Risco de Financiamento é o risco em que o Grupo é incapaz de cumprir os seus planos de negócio devido a:

- **Risco de capital:** risco em que o Grupo é incapaz de manter os rácios de capital apropriados, o que pode causar: uma incapacidade de suportar a atividade comercial; o fracasso em ir ao encontro das exigências regulamentares; e/ou alterações nos ratings de crédito, que também podem resultar em custos acrescidos ou capacidade reduzida para angariar fundos;
- **Risco de liquidez:** risco em que o Grupo é incapaz de cumprir as suas obrigações à medida que são exigidas resultando em: uma incapacidade para suportar a atividade comercial normal, um fracasso para ir ao encontro das exigências regulamentares para liquidez; e/ou alterações nos ratings de crédito; e
- **Risco estrutural:** este risco provém principalmente do impacto do balanço de alterações em taxas de juro de rendimento ou taxas de câmbio externo do Grupo em rácios de capital e é, assim, difícil prever com qualquer certeza e pode ter um efeito material adverso nos resultados operacionais, condição financeira e prospeções do Grupo.

Riscos

i) Exigências de capital acrescidas

Existem vários desenvolvimentos regulamentares que impactam as exigências de capital. Principalmente Basileia 3 tal como foi adotada pela lei da U.E. através da quarta Diretiva de Exigências de Capital (CRD IV) e do Regulamento de Exigências de Capital que estão em progresso no processo legislativo da U.E. Podem surgir exigências de capital adicionais a partir de outras propostas, incluindo as recomendações do R.U. Comissão Independente no Comércio Bancário, incluindo com respeito a "ring-fencing" separando as atividades de troca e não troca dos bancos: A Lei de Serviços Financeiros (Reforma Bancária); Revisão da U.E.; e, a s.165 do "Dodd-Frank Act"

A exigências de capital e alterações ao que se define constituir o capital, podem constranger as atividades planeadas do Grupo e podem aumentar os custos e contribuir para impactos adversos nos rendimentos do Grupo. Durante períodos de deslocação de mercado, aumentar os recursos de capital de modo a ir ao encontro de metas pode ser mais difícil ou caro.

ii) Mantimento da solidez do capital

Uma deterioração material adversa no desempenho financeiro do Grupo pode afetar a capacidade do Grupo de suportar o fornecimento adicional de capital. O Plano de Capital é continuamente monitorizado em comparação com a meta interna de rácio de capital para assegurar que o Plano permanece apropriado. O processo de gestão de capital também inclui um processo de teste interno e regulamentar que informa o Plano de Capital do Grupo. Estão incluídos mais detalhes sobre os recursos regulamentares de capital do Grupo nas páginas 66 a 70.

iii) Alterações em disponibilidade de financiamento e custos

A liquidez de mercado e a disponibilidade e custo dos depósitos do cliente e impactos do financiamento de vendas por grosso impactam a capacidade do Grupo ir ao encontro das suas obrigações à medida que vencem, de suportar a atividade comercial normal e de cumprir as exigências regulamentares de liquidez. Grandes saídas de caixa inesperadas, por exemplo de levantamentos por parte dos clientes, redução nos ratings ou empréstimos, também podem resultar na redução forçada do balanço, incapacidade de cumprir obrigações de empréstimo e no fracasso em cumprir as exigências regulamentares de liquidez. Durante os períodos de deslocação de mercado, a capacidade do Grupo em gerir as exigências de liquidez poderá ser impactada por uma redução na disponibilidade de financiamento por grosso a prazo assim como ter um aumento no custo de angariação de fundos por grosso. As vendas de ativos, as reduções no balanço e o aumento de custos de angariação de fundos afetarão os rendimentos do Grupo.

O perfil de liquidez do Grupo é constantemente monitorizada e suportada por uma série de indicadores precoces para assegurar que o perfil permanece apropriado e que são retidos recursos líquidos suficientes para proteção contra saídas de caixa inesperadas. São fornecidos mais detalhes na secção Risco de Financiamento – Liquidez nas páginas 71 a 95.

Revisão do risco

Fatores de Risco

iv) Redução nos ratings de crédito

Os ratings de crédito afetam o custo e outros termos nos quais o Grupo consegue obter financiamento. As agências de rating avaliam regularmente o Grupo e alguns dos seus subsidiários, assim como as suas respetivas garantias de dívida. Os seus ratings são baseados em vários fatores, incluindo a sua avaliação da solidez financeira relativa do Grupo ou entidade relevante, assim como as condições que afetam a indústria de serviços financeiros em geral, e não podem haver garantias de que as agências de rating manterão os ratings ou imagem atuais do Grupo ou entidade relevante, especialmente considerando as dificuldades na indústria de serviços financeiros e mercados financeiros.

Durante 2012, o rating do Barclays Bank PLC foi cortado pela Moody's, de Aa3/P-1/C para A2/P-1/C-, como resultado do reposicionamento por parte da agência do rating de bancos e seguradoras com operações globais no mercado capital, e pela DBRS, de AA Alto/R-1 Alto para AA/R-1 Alto, como resultado da saída de um gestor sénior durante o verão.

Os cortes no rating de crédito podem resultar em saídas de caixa contratuais para cumprir exigências colaterais em contractos existentes e na potencial perda de financiamento não assegurado. As saídas de caixa contratuais agregadas para cumprir com as nossas exigências colaterais em contractos existentes após um corte simultâneo de um ou dois níveis a longo prazo e curto prazo associado por parte de todas as agências de rating de crédito, seriam de £13bn e de £17bn respetivamente. Consulte a página 87 na secção Risco de Financiamento – Liquidez para mais informação sobre o rating de crédito do Barclays e potenciais saídas de caixa relacionadas com cortes no crédito.

v) Gestão de balanço local e risco de redenominação

A introdução de controlos de capital ou novas moedas por países (por exemplo na Eurozona) para mitigar stresss atuais pode ter um impacto adverso no desempenho de balanços locais de certas empresas do Grupo dependendo da qualidade dos ativos, tipos de colaterais e mistura de passivos. Os ativos locais e posições de passivos são cuidadosamente monitorizados pelos comités locais de ativos e passivos com a supervisão da Tesouraria do Grupo. Estão incluídos mais detalhes sobre as exposições do Grupo aos países da Eurozona nas páginas 47 a 59.

Risco operacional

O Risco Operacional é o risco de impactos diretos ou indiretos resultantes de fatores humanos, de processos internos inadequados ou fracassados e de sistemas ou eventos externos. Os riscos operacionais estão inerentes às atividades comerciais do Grupo e incluem aquelas relacionadas com a conduta dos funcionários e do Banco como um todo e têm em consideração o impacto de riscos na reputação no caso de estes ocorrerem.

Riscos

Riscos relacionados com lei e regulamentos

i) Risco legal

O Grupo está sujeito a um conjunto de obrigações legais em todos os países nos quais opera e assim exposto a muitas formas de risco legal, incluindo: (i) a atividade pode não ser conduzida de acordo com as leis aplicáveis nas jurisdições relevantes no globo, o que pode resultar em penalizações financeiras e de outro tipo; (ii) as obrigações contratuais podem não ser aplicáveis como o esperado ou podem ter aplicações adversas ao Grupo; (iii) a propriedade intelectual pode não estar protegida adequadamente; e (iv) pode-nos ser chamada a responsabilidade por danos a terceiros devido à conduta da atividade do Grupo. O Grupo também enfrenta investigações regulamentares e de outra natureza em várias jurisdições, incluindo nos E.U.

Para além disso, o Grupo, tal como muitas outras instituições financeiras, ficou debaixo de um maior escrutínio regulamentar em anos recentes e espera-se que o cenário continue – consulte Risco Regulamentar para mais detalhes.

Os procedimentos legais chave aos quais o Grupo esteve exposto durante 2012 e continua a estar exposto incluem os relacionados com:

- Lehman Brothers;
- Uma série de ações preferenciais emitidas na forma de American Depositary Shares;
- Garantias retiradas de hipotecas residenciais;
- Devonshire Trust; e
- Ações Civis Libor (consulte também concorrência e assuntos regulamentares discutidos abaixo).

Para mais informações detalhadas sobre cada um destes procedimentos, consulte a Nota 28 Procedimentos Legais. O resultado destes procedimentos legais é difícil de prever. No entanto, é provável que o Grupo sofra perdas significativas relacionadas com estes assuntos e um ou mais destes podem expor o Grupo a qualquer dos seguintes: danos monetários substanciais; outras penas e medidas cominatórias; potenciais restrições regulamentares às atividades do Grupo; e/ou efeito negativo na reputação do Grupo.

A concorrência chave e assuntos regulamentares que afetaram o Barclays durante 2012 e continuam estão descritos na Nota 29. Abaixo está uma descrição dos riscos associados a cada um:

- Investigações de intercâmbio: Os riscos chave provenientes das investigações às taxas de intercâmbio de crédito e débito Visa e MasterCard têm o potencial de resultar em multas impostas pelas autoridades para a concorrência, precedidas de litígio e propostas para nova legislação. Não é possível prever atualmente a probabilidade ou impacto destes riscos, no entanto o Barclays está a gerir ativamente estas investigações de concorrência;
- Investigações à London Interbank Offered Rates (LIBOR): Os riscos associados a investigações de várias autoridades a pedidos feitos pelo Barclays e vários outros membros do painel às entidades que estabelecem várias taxas interbancárias oferecidas incluem: o potencial para sanções financeiras acrescidas impostas por autoridades governamentais para além das ocorridas em 2012; os litígios civis pendentes e potenciais; danos à reputação do Barclays; o potencial para prossecução criminal caso o Barclays viole os termos do seu acordo de não-prossecução com a Secção de Fraude da Divisão Criminal do Departamento de Justiça; e potenciais ações de obrigações regulamentares adicionais caso o Barclays falhe em cumprir com a Ordem de Renunciar e Desistir imposta pela Comissão de Troca de Futuros de Comodidades;
- Produtos Hedging de Taxas de Juro: A provisão de £850m que o Barclays fez em 2012 para compensação futura a clientes categorizados como não sofisticados foi baseada na melhor informação atualmente disponível (ver Nota 26 para mais detalhes), no entanto existe o risco de que a provisão necessite de ser aumentada de modo que a experiência não está em linha com as estimativas da gestão. O Barclays está a gerir este risco ao manter o nível de provisão sob revisão contínua. Para além disso os clientes podem iniciar um litígio civil contra o Barclays relacionado com a venda de produtos hedging de taxas de juro;
- Comissão Federal de Regulamentação de Energia (FERC): Pode ser exigido ao Barclays o pagamento de uma sanção civil e a restituição de lucros com juros, e o Barclays pode sofrer danos na sua reputação se for considerado que violou a Regra Anti Manipulação da FERC relacionado com o comércio de energia do Barclays no oeste dos E.U. respeitante ao período de finais de 2006 a 2008, apesar de o Barclays pretender defender este assunto vigorosamente; e
- Outras investigações Regulamentares: Estas estão relacionadas com investigações pela FSA e Departamento de Fraude Séria (SFO) em relação com certos acordos comerciais entre o Barclays e interesses do Qatar e se estes podem estar relacionados com os aumentos de capital do Barclays em junho e novembro de 2008 e com um uma investigação do Departamento de Justiça e Comissão de Garantias e Trocas dos E.U. sobre se as relações do Grupo com terceiros que ajudaram o Barclays a ganhar ou manter negócios estão de acordo com a Lei de Práticas de Corrupção Estrangeira dos E.U. O risco destas investigações é o de que uma ou mais das autoridades relevantes conclua que o Barclays e/ou um ou mais dos seus atuais antigos funcionários superiores tenha estado envolvido em qualquer atividade criminal. Não é possível prever o resultado ou impacto de tais descobertas a não ser saber que é possível a aplicação de uma ou várias multas. O Barclays está a cooperar totalmente com estas investigações.

Revisão do risco

Fatores de risco

ii) Risco regulamentar

O risco regulamentar provém de um fracasso ou incapacidade em cumprir por completo a lei, regulamentos ou códigos aplicáveis especificamente à indústria de serviços financeiros que estão atualmente sujeitos a alterações significativas. O não cumprimento pode resultar em multas, reprimendas públicas, danos à reputação, exigências providenciais adicionais, suspensão obrigatória de operações ou, em casos extremos, suspensão de autorizações para operar. O não cumprimento também pode criar custos relacionados com investigações e compensações a clientes afetados. Este último pode exceder os custos diretos de ações de obrigação regulamentar. Para além disso, os danos à reputação podem conduzir a um decréscimo no valor de franquia.

Alteração regulamentar

A indústria bancueira continua sujeita a níveis sem precedentes de alteração e escrutínio regulamentar em muitos dos países nos quais o Grupo opera. Isto conduziu a uma aproximação mais intensiva à supervisão e controlo, expectativas acrescidas e exigências adicionais, incluindo exigências de capital e liquidez (por exemplo relacionadas com Basileia 3 e CRD IV), capacidade de resolução e esclarecimento de derivados além-fronteiras. Como resultado o risco regulamentar continuará a merecer a atenção da gestão e a consumir níveis significativos de recursos comerciais. Além disso, a incerteza e a extensão da coordenação regulamentar internacional como padrões de supervisão reforçados que estão a ser desenvolvidos e implementados podem afetar adversamente a nossa capacidade de realizar negócios efetivos e planeamento de gestão de capital e risco.

Reforma estrutural

Vários reguladores estão atualmente a propor ou a considerar legislação que pode ter um impacto significativo na estrutura da indústria de serviços financeiros. Os desenvolvimentos chave ou potenciais de particular importância para o Barclays são:

- A Lei de Serviços de Finanças do R.U. (Reforma Bancária);
- A Revisão do Grupo Especialista de Alto Nível da U.E. (a Revisão Liikanen); e
- Propostas da Reserva Federal para implementar a secção 165 da Lei Dodd-Frank para bancos estrangeiros.

Consulte os Desenvolvimentos Regulamentares na secção sobre Supervisão e Regulamento (página 101) para mais informação sobre estas reformas propostas.

Estes regulamentos podem resultar em alterações na estrutura do Barclays e num aumento do capital de absorção de perdas emitido pelo Barclays, que pode ter um impacto adverso na rentabilidade, lucro de ações e/ou condição financeira. Ainda não é possível prever detalhes da segunda legislação ou regulamentação ou as últimas consequências para o Grupo.

Questões relacionadas com conduta

Também existem várias áreas onde a conduta do Barclays não foi ao encontro das expectativas dos reguladores e de outros intervenientes e onde o Grupo sofreu danos financeiros e de reputação em 2012, e onde é provável que as consequências durem até 2013 e além disso.

Estas incluem a participação em taxas de referência e produtos hedging LIBOR e de taxas de juro, que são discutidas acima na secção Risco Legal e Seguro de Proteção de Pagamento (PPI). Foram angariadas provisões num total de £850m respeitantes aos produtos hedging de taxas de juro em 2012, e provisões de £2.6bn para PPI em 2011-2012. De certo modo essa experiência não está de acordo com as estimativas da gestão e podem ser exigidas provisões adicionais, o que pode resultar em danos acrescidos na reputação. A nota 26 detalha suposições de provisões chave e as sensibilidades para estas provisões.

Além disso, o Grupo está sujeito a investigações de tempos a tempos. O risco destas investigações para o Barclays é que algumas ou todas as autoridades concluam que o Barclays esteve envolvido em algum tipo de atividades criminais. Não é possível prever o resultado ou impacto de tais conclusões a não ser o facto de que são possíveis multas ou outras formas de censura regulamentar. Isto inclui a investigação da Comissão Reguladora de Energia Federal Dos Estados Unidos (FERC) à conduta do Grupo (ver acima Risco Legal).

Existe o risco de haver outros problemas de conduta, incluindo em negociações já escritas, das quais o Barclays não tinha atualmente consciência.

Na Nota 26 de declarações financeiras são fornecidos mais detalhes sobre produtos hedging de PPI e taxas de juro, incluindo uma descrição de considerações e estimativas de gestão e análises de sensibilidade dessas estimativas. São fornecidos mais detalhes sobre as investigações FERC na Nota 29 de declarações financeiras.

Para além dos riscos destacados em Riscos Legais, o Barclays participa no estabelecimento de várias referências de taxas de juro. O estabelecimento de referências está sujeito a escrutínio adicional e regulamentação acrescida em várias jurisdições, com sanções acrescidas – incluindo potenciais sanções criminais – e danos à reputação do Barclays por violações anexados. Também pode ser exigido ao Barclays que contribua para referências devido à sua presença em certos mercados. A FSA do R.U. está a considerar o uso de tais poderes

São fornecidos mais detalhes sobre as investigações LIBOR nas Notas 28 e 29 de declarações financeiras. Para mais informação sobre desenvolvimentos para além das recomendações da Revisão Wheatley relacionadas com a configuração do LIBOR, consulte Supervisão e Regulamento.

iii) Implementação de Basileia 3

O novo regulamento e diretiva de exigências de capital que Basileia 3 implementou na U.E. (Geralmente conhecido como CRD IV) incluem desenvolvimentos significantes no regime regulamentar sobre capital incluindo: rácios de capital mínimos aumentados; alterações à definição de capital e cálculo de passivos com risco ponderado; e a introdução de novas medidas relacionadas com alavancagem, liquidez e financiamento. As exigências estão sob consideração e espera-se que sejam finalizadas durante 2013; no entanto a data de implementação é incerta.

O impacto das regras da CRD IV, incluindo as que dizem respeito ao cálculo de passivos com capital e risco ponderado, e o timing de implementação incluindo a aplicação de isenção transitória, não foram finalizadas e permanecem sujeitas a alterações pelos legisladores Europeus. A FSA também pode alterar a sua postura assumida à adoção do CRD IV no R.U. Por exemplo, o âmbito da aplicação da cobrança de volatilidade para ajustamentos de valor de crédito (CVA) pode ser diferente do esperado e poderão ser aplicadas restrições à maturidade dos hedges para posses financeiras insignificantes, com o resultado que tais alterações, individualmente e/ou em conjunto, possam afetar material e negativamente o capital, alavancagem, liquidez e rácios de financiamento do Barclays CRD IV.

iv) Planos de recuperação e resolução

A forte concentração na capacidade de resolução continuou em 2012, tanto do R.U. como de reguladores internacionais. O Grupo continua a trabalhar com as autoridades na recuperação e resolução de planos (RRP) e nos aspetos práticos detalhados do processo de resolução. Isto inclui o fornecimento de informação que seria exigida no caso de uma resolução, de modo a melhorar a capacidade de resolução do Barclays. O Grupo fez os seus primeiros pedidos formais de RRP aos reguladores do R.U. e E.U. a meados de 2012 e tem continuado a trabalhar com as autoridades no sentido de identificar e resolver quaisquer impedimentos à capacidade de resolução.

Caso as autoridades decidam que o Barclays não tem capacidade de resolução, terão a capacidade para exigir que o Grupo se separe em secções que sejam consideradas com capacidade de resolução. O impacto de tais alterações estruturais pode impactar o capital, liquidez e rácios de alavancagem, devido a benefícios de diversificação reduzidos, assim como à rentabilidade geral, através de custos de infraestruturas duplicados, rendimentos de taxa cruzada perdidos e custos de financiamento adicionais.

Outros riscos operacionais

v) Risco de reputação

O risco de reputação é inerente à nossa atividade, e representa o risco de prejudicar a marca Barclays procedente de qualquer associação, ação ou inação que seja entendida pelos intervenientes como inapropriada ou antiética. O dano de reputação pode resultar da forma real ou entendida na qual conduzimos as nossas atividades comerciais, do nosso desempenho financeiro, ou das práticas reais ou entendidas na indústria bancária e financeira. Tal dano na reputação reduz, direta ou indiretamente, a atratividade do Barclays para os intervenientes e pode conduzir a publicidade negativa, perda de rendimentos, litígio, ação reguladora ou legislativa, perda de clientes existentes ou potenciais, moral dos funcionários reduzido, e dificuldade em recrutar talentos. O dano na reputação constante pode ter um impacto material negativo na nossa licença para operar e destruir o valor das ações.

vi) Resistência de Infraestrutura, Tecnologia e Ciber-Segurança

Os casos ocorridos na indústria durante 2012 reforçaram a importância da resistência de infraestruturas bancárias para permitir o acesso rápido dos clientes às suas contas e pagamentos. O Grupo reconhece que esta é uma área de risco que continua a mudar rapidamente requerendo assim atenção contínua. Investiu recursos significantes em defesas de edifícios para fazer face a estas ameaças durante muitos anos e continuará a fazê-lo no futuro.

Qualquer interferência no acesso do cliente à sua informação de conta ou atrasos em pagamentos terão um impacto significativo na reputação do Grupo e também poderão conduzir a possíveis grandes custos para tanto retificar como para reembolsar perdas sofridas pelos clientes. No entanto, visto que não é possível prever o nível ou impacto de tal acontecimento, caso ocorra, não é possível quantificar exatamente tanto o dano de reputação como custos associados ao Grupo.

Além disso, o Barclays reconhece a ameaça crescente de ataques aos seus sistemas, clientes e informação detida pelo Grupo sobre clientes e transações processadas através destes sistemas, vindas de indivíduos ou grupos via ciberespaço (a rede independente de infraestruturas de tecnologia de informação, e que inclui "ferramentas" tecnológicas tais como a internet, redes de telecomunicações, sistemas informáticos, e processadores e controladores incorporados em indústrias críticas^a). A implementação de medidas para gerir o risco envolve o investimento contínuo e uso de recursos internos.

No entanto, devido ao aumento da sofisticação e alcance de potenciais ataques via ciberespaço, é possível que no futuro tais ataques possam levar a fugas significantes criando custos associados e danos na reputação mesmo que estes não possam ser quantificados com qualquer grau de certeza neste momento devido à natureza e impacto incertos de qualquer ataque deste tipo.

Nota

^a Tal como definido pelo World Economic Forum, Partnership for Cyber Resilience, do qual o Barclays é membro.

Revisão do risco

Fatores de risco

vii) Transform Programme

Em fevereiro de 2013, apresentámos os resultados da nossa Revisão Estratégica e os elementos do nosso Transform Programme, que é o plano pelo qual o Barclays se vai tornar o banco "A Ir" para os nossos acionistas. Como parte do Transform Programme, tentaremos, entre outras iniciativas, reestruturar as operações de retalho Europeias do Barclays para nos concentrarmos no segmento de cliente de afluente massivo, em gerir passivos de risco ponderado de forma mais eficiente através do escoamento de passivos herdados na Europa e do Banco de Investimento, e de reduzir significativamente os custos totais no Grupo.

Como resultado de certos compromissos assumidos na revisão, o Barclays espera sofrer um custo de reestruturação de aproximadamente £500m no primeiro trimestre de 2013 e custos associados com a implementação do plano estratégico de aproximadamente £1bn em 2013, £1bn em 2014 e de £0.7bn em 2015.

O desenvolvimento e implementação da nossa revisão estratégica requer decisões difíceis, subjetivas e complexas, incluindo previsões de condições económicas em várias partes do mundo. Podemos fracassar em identificar corretamente as tendências que procuramos explorar e os fatores relevantes para tomar decisões sobre aplicação de capital e redução de custos. A nossa capacidade para executar a nossa estratégia também pode estar limitada pela nossa capacidade operacional e pela complexidade acrescida do cenário regulamentar no qual operamos. Além disso, existe o risco de que os custos de reestruturação associados com a implementação do Transform Programme sejam superiores às nossas expectativas atuais. O fracasso em implementar o Transform Programme com sucesso pode ter um efeito material adverso nos benefícios esperados do Transform Programme. Além disso, factos fora do nosso controlo, incluindo mas não limitados ao mercado e condições económicas tais como o risco de uma desvalorização económica e outros desafios discutidos acima em detalhe, podem limitar ou atrasar a nossa capacidade em atingir todos os benefícios esperados do Transform Programme.

viii) Risco de impostos

O Grupo está sujeito às leis de impostos em todos os países nos quais opera, incluindo leis de impostos adotadas a nível Europeu, e é impactado por vários acordos de taxaçaõ dupla entre países.

Existe o risco potencial de que o Grupo possa sofrer perdas devido a cobranças de impostos adicionais, outros custos financeiros ou danos na reputação devido a: fracasso em cumprir com, ou avaliar corretamente a aplicação de uma lei de impostos relevante; fracasso em lidar com as autoridades tributárias de forma rápida, transparente e eficaz; cálculo incorreto de estimativas de impostos para valores de impostos reportados e previstos; ou aconselhamento fiscal incorreto.

Para mais informações consulte a Revisão Financeira (páginas 106 a 127) e Impostos (Nota 10).

Revisão do risco

Risco de Crédito

Todas as divulgações nesta secção estão auditadas a não ser que o contrário esteja indicado

Visão geral de gestão de risco de crédito

O risco de crédito é o risco de sofrer perdas financeiras no caso de qualquer cliente ou contraparte de mercado do Grupo falhar o cumprimento das suas obrigações contratuais para com o Grupo. O acesso ao crédito é uma das maiores fontes de rendimento do Grupo e, por ser o risco mais significante, o Grupo dedica recursos consideráveis ao seu controlo.

Visão geral

O risco de crédito que o Grupo enfrenta provém principalmente dos empréstimos e adiantamentos a vendas a grosso e retalho juntamente com o risco de crédito de contraparte proveniente de contractos derivados celebrados com os nossos clientes. Outras fontes de risco de crédito provém de atividades comerciais, incluindo garantias de dívida, balanços de liquidações com contrapartes de mercado, passivos disponíveis para venda e empréstimos de recompra e revenda.

Os objetivos da gestão do risco de crédito são:

- manter uma estrutura de controlos para assegurar que o risco de crédito assumido se baseia em princípios saudáveis de gestão de riscos;
- identificar, avaliar e medir clara e exatamente o risco de crédito no Grupo e dentro de cada negócio separado, a partir do nível de facilidades individuais até à carteira inteiro;
- controlar e planear o assumir riscos de crédito de acordo com as expectativas de acionistas externos evitando concentrações não desejadas;
- monitorizar o risco de crédito e aderência nos controlos acordados; e
- assegurar que os objetivos de compensação de riscos são alcançados.

Organização e estrutura

O Barclays estruturou as responsabilidades de gestão do risco de crédito para que as decisões sejam tomadas tão próximo do negócio quanto possível, ao mesmo tempo que se assegura uma revisão robusta e um desafio ao desempenho, à infraestrutura de risco e aos planos estratégicos. As equipas de gestão de crédito de risco em cada negócio respondem aos diretores de riscos de negócio desse negócio que, por sua vez, respondem perante os diretores do seu negócio e também ao Diretor Executivo de Risco.

O papel da posição de Grupo de Risco é providenciar ao grupo direção geral, supervisão e desfiar o assumir riscos de crédito. O Grupo de Risco estabelece a Estrutura de Controlo de Risco de Crédito, que providencia uma estrutura na qual o risco de crédito é gerido e suporta as Políticas de Risco de Crédito do Grupo. O Grupo de Risco também fornece suporte técnico, revisão e validação de modelos de medida de risco de crédito no Grupo.

Reportar

O Grupo dedica recursos consideráveis a ganhar um entendimento claro e exato do risco de crédito na atividade e a assegurar que o seu balanço reflete corretamente o valor dos passivos de acordo com os princípios contabilísticos aplicáveis. Este processo pode ser resumido em cinco etapas abrangentes:

- medir exposições e concentrações;
- monitorizar fraquezas nas carteiras;
- identificar potenciais empréstimos problemáticos e riscos de crédito em empréstimos (geralmente conhecidos como empréstimos com potencial risco de crédito ou PCRLs);
- angariar fundos para empréstimos com imparidade; e
- abater passivos quando a totalidade ou parte da dívida é considerada irrecuperável.

Medição de exposições e concentrações

Os empréstimos e adiantamentos a clientes representam a principal fonte de risco de crédito para o Grupo apesar de o Barclays também poder estar exposto a outras formas de risco de crédito através, por exemplo, de empréstimos a bancos, compromissos de empréstimos e garantias de dívida. As políticas e processos de gestão de riscos do Barclays foram criadas para identificar e analisar o risco, estabelecer a apetite pelo risco, limites e controlos apropriados, e para monitorizar os riscos e aderência a limites através de dados fiáveis e oportunos. A concentração de risco é uma área de revisão em especial. Uma concentração de risco de crédito ocorre quando várias contrapartes estão envolvidas em atividades semelhantes e têm características económicas semelhantes o que faz com que a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais seja afetada de forma semelhante pelas alterações nas condições económicas e de outro tipo. Consequentemente, o Barclays revê constantemente a sua concentração em várias áreas incluindo, por exemplo, área geográfica, maturidade e indústria (ver acima).

A diversificação é alcançada através do estabelecimento das diretrizes de exposição máxima a contrapartes individuais. Os excessos são reportados ao Comité de Risco Financeiro e ao Comité de Risco da Direção. Os limites de Mandato e Escala são usados para limitar o stock de exposições atuais numa carteira de empréstimo e o fluxo de novas exposições numa nova carteira. Os limites são normalmente baseados na natureza do empréstimo e na quantia da carteira que vai ao encontro de certos padrões de critério de seleção.

Monitorização das fraquezas nas carteiras

Enquanto os princípios básicos para monitorizar fraquezas em exposições em vendas por grosso e retalho são largamente familiares, estes refletirão a diferente natureza dos passivos. Por questões de política, todas as facilidades oferecidas a empresas ou clientes de vendas por grosso estão sujeitas a revisão numa base, pelo menos, anual, mesmo quando estejam com desempenho satisfatório.

Contas de vendas por grosso que sejam consideradas como tendo altos níveis de risco são registadas em listas graduadas de pré-aviso ou listas de vigilância contendo três

Revisão do risco

Risco de crédito

Todas as divulgações nesta secção estão auditadas a não ser que o contrário esteja indicado

categorias graduadas de acordo com a gravidade perspectivada do risco anexado ao empréstimo, e a sua possibilidade de incumprimento. Estas são atualizadas mensalmente e circuladas pelos pontos de controlo de risco relevantes. Assim que uma conta tenha sido colocada em lista de vigilância (WL) ou lista de pré-aviso (EWL), a exposição é monitorizada cuidadosamente e, onde apropriado, as reduções de exposição afetadas. Caso uma conta fique com imparidade, terá normalmente, mas não necessariamente, passado por cada uma das três categorias, que refletem a necessidade de aumentar a cautela e controlo. Quando a saúde financeira de um devedor mostrar indícios preocupantes, é imediatamente colocado na categoria adequada. Mesmo que todos os devedores, independentemente da sua saúde financeira, estejam sujeitos a uma revisão completa de todas as facilidades num base, no mínimo, anual, podem ser levadas a cabo revisões interinas mais frequentes caso as circunstâncias assim o ditem. A posições de especialistas de recuperação lidam com clientes em incumprimento, cobranças ou insolvências. O seu mandato é de maximizar o valor acionista através da recuperação metódica e oportuna de dívidas com imparidade.

Nas carteiras de retalho, que tendem a conter passivos homogêneos, as técnicas estatísticas permitem, de forma mais pronta, a monitorização de fraquezas com uma base em carteira. A abordagem é consistente com a política do Grupo de angariação coletiva de fundos de imparidade assim que sejam identificadas provas objetivas de imparidade. As contas de retalho podem ser classificadas de acordo com categorias específicas de estado (ou ciclo) de reveses, que refletem o nível de pagamentos contratuais que venceram num empréstimo. Um saldo por liquidar é considerado como delincente quando ultrapassa um dia ou um cêntimo e entra em incumprimento quando é movido para recuperação (normalmente 180 dias). A imparidade é considerada para dar entrada em delinquência.

A probabilidade de incumprimento aumenta com o número de pagamentos contratuais falhados, aumentando assim o requerimento para imparidade.

Assim que um empréstimo passa por um certo número de ciclos previstos (normalmente seis) é considerada incobrável e entra no estado de recuperação. "Incobrável" refere-se ao ponto no tempo em que a atividade de cobrança se altera de cobrança de reveses para a recuperação do balanço total. Na maioria dos casos, a dívida incobrável resulta no movimento da conta para uma função de recuperação legal ou venda de dívida. Isto ocorre normalmente após uma conta ter sido tratada por uma posição de cobrança. No entanto, em certos casos, uma conta pode ser cobrada diretamente por um estado de situação, como no caso de insolvência ou morte.

Os timings da cobrança são estabelecidos com base no tipo de empréstimo. Para a maioria dos produtos, o período de norma para cobrança de contas é de seis ciclos (180 dias após a data de vencimento da obrigação contratual). Estão previstos pontos de cobrança antecipados para passivos inseguros. Por exemplo, no caso de falência ou insolvência do cliente, as contas associadas são cobradas 60 dias após notificação.

Abatimentos por imparidade e outras provisões de crédito

O Barclays estabelece, através de cobranças por lucro, abatimentos por imparidade e outras provisões de crédito para as perdas sofridas no registo do empréstimo. Os abatimentos por imparidade são reconhecidos sob a IFRS quando existe prova objetiva de imparidade como resultado de uma ou mais situações de perda que ocorreram após reconhecimento inicial, e onde estas situações tiveram um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou carteira financeira dos ativos financeiros. A imparidade de empréstimos e cobráveis é medida quanto à diferença entre a quantia atual e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados descontado e da taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Se a quantia atual for menor que os fluxos de caixa descontados, não existe necessidade de abatimentos adicionais.

Os abatimentos por imparidade são medidos individualmente para ativos que sejam individualmente significantes, e coletivamente quando uma carteira contiver ativos homogêneos e quando estiverem disponíveis técnicas estatísticas apropriadas. Em termos de avaliação individual, o principal ponto de ativação para imparidade é a falta de um pagamento contratual que é prova de que uma conta está a demonstrar problemas financeiros sérios, e que é provável que qualquer deterioração adicional vai causar fracasso em pagar. Dois pontos-chave para o cálculo do fluxo de caixa são a avaliação de todas as garantias e colaterais, assim como o timing de todas as realizações de ativo, após permissão para todos os custos relacionados. Este método é aplicado principalmente nas carteiras empresariais.

Para avaliações coletivas, o ponto de ativação para imparidades é a falta de um pagamento contratual que é a política consistentemente adotada por todos os cartões de crédito, empréstimos sem garantias, hipotecas e pela maioria dos empréstimos a retalho. A metodologia de cálculo assenta no historial de pools de ativos semelhantes; assim o abatimento por imparidade é coletivo. O cálculo de imparidade é normalmente baseado numa abordagem de taxa roll, onde a percentagem de ativos que são movidos da delinquência inicial para incumprimento deriva de probabilidades estatísticas baseadas em experiência histórica. As quantias de recuperação e taxas de juro contratuais são calculadas usando uma média ponderada para a carteira relevante. Este método aplica-se principalmente às carteiras de retalho do Grupo e é consistente com a política do Barclays de iniciar um abatimento assim que sejam identificadas imparidades. A Imparidade não identificada também é referida como imparidade coletiva. Isto serve para refletir a imparidade que é coletiva levada a cabo com um conjunto de ativos onde tenha ocorrido uma perda, mas que ainda não tenha sido recuperada. Assim, é referida como imparidade coletiva com a pool.

A imparidade nas vendas por grosso é geralmente calculada ao valorizar cada passivo com imparidade numa base caso-a-caso, ou seja, numa base de avaliação individual. Uma parte relativamente pequena da imparidade nas vendas por grosso está relacionada com imparidade não identificada ou coletiva; em tais casos a imparidade é calculada usando o modelo PD x LGD x EAD (Exposição no Incumprimento) ajustado para um período de emergência.

Para carteiras de retalho, o abatimento por imparidade nas carteiras de retalho é principalmente avaliado numa base coletiva e nos balanços desenhados ajustados para ter em conta a probabilidade do cliente entrar em incumprimento numa altura em particular (Pd_{pit}) e a quantia estimada como não recuperável (LGD). O cálculo básico é:

Abatimento por imparidade = Total devido x Probabilidade de Incumprimento (Pd_{pit}) x Perda Por Incumprimento (LGD)

A Pd_{pit} aumenta com o número de pagamentos contratuais falhados aumentando assim a exigência de imparidade.

Abatimentos por imparidade não identificados são também levados a cabo para cobrir perdas que se considerem ter ocorrido mas ainda não tenham sido identificadas especificamente nas exposições do cliente na data de balanço do cliente, e que assim não tenham sido especificamente reportadas. O cálculo feito mas ainda não reportado é baseado na probabilidade do ativo ser movido da carteira em questão para ser identificado especificamente como imparidade dentro do período de emergência

e então para incumprimento dentro de um período específico. Isto é calculado com o atual valor de fluxos de caixa futuros estimados descontados na taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Os períodos de emergência variam consoante o negócio e são baseados em experiência real e são revistos numa base anual. A política atual também incorpora um segmento de Alto Risco que complementa o cálculo de imparidade não identificada. Os segmentos de Alto Risco são aqueles em que se pode demonstrar sofrerem níveis de perda mais elevados quando comparados com o segmento em questão. Esta segmentação permite a identificação antecipada de problemas de perdas potenciais numa carteira. Imparidade não identificada é também conhecida como imparidade coletiva. Isto serve para refletir que a imparidade é levada a cabo coletivamente com um conjunto de ativos onde tenha ocorrido uma perda, mas que ainda não tenha sido capturada. Assim, é conhecida como imparidade coletiva em pool.

Retorno de um ativo ao estado de desempenho

Em carteiras de vendas por grosso, uma conta pode apenas voltar a um estado de desempenho quando deixa de ter qualquer stress financeiro real ou perspetivado e já não seguir nenhum dos critérios do EWL/WL, ou quando as facilidades tiverem sido completamente reparadas ou canceladas. A não ser que uma facilidade esteja totalmente reparada ou cancelada, a decisão de devolver uma conta ao estado de desempenho em Comércio Bancário Empresarial só pode ser tomada pelo Risco de Crédito Comercial, enquanto no Banco de investimento, a decisão só pode ser tomada pelo Comité de Lista de Vigilância do Banco de Investimento.

Um ativo de retalho a ponto de ser considerado incobrável só pode voltar a um estado de desempenho nas seguintes circunstâncias:

1. Todos os reveses (tanto de capital como de juros) foram tratados e os pagamentos voltaram ao original contratual;
2. Para produtos renováveis, que uma situação de nova maturidade tenha ocorrido, quando o cliente volta para um estado atualizado sem ter regularizado o nível de exigência de reveses;
3. Para produtos de amortização (excluindo hipotecas residenciais), quando tenha ocorrido um pequeno evento de recapitalização de reveses, quando o cliente volta para um estado atualizado sem ter regularizado o nível de exigência de reveses;
4. Para produtos de amortização, que estão a operar num programa de Abstenção e cumpram os seguintes critérios podem voltar à contabilidade operacional classificada como Alto Risco:
 - (a) Sem terem sido feitas concessões de taxa de juro.
 - (b) A reestruturação deve ficar dentro dos parâmetros originais do produto (termo original + extensão)
 - (c) Devem ter sido recebidos 12 pagamentos consecutivos da quantia de pagamento contratual revisada após o evento de reestruturação.

Para hipotecas residenciais, as contas também podem ser consideradas para Reabilitação após serem consideradas irrecuperáveis, nos casos em que as circunstâncias do cliente tenham mudado. O cliente deve regularizar todo o capital e juro não pago e confirmar a sua capacidade de cumprir todos os pagamentos daí em diante.

Dar baixa de ativos

“Dar Baixa” refere-se ao ponto onde se determina que o ativo é irrecuperável, ou já não é considerado economicamente viável para tentar recuperar o ativo ou é considerado imaterial ou tenha sido alcançado um acordo final e permanece uma dívida. No caso de baixa, o balanço do cliente é removido da contabilidade e a reserva de imparidade para o passivo é libertada.

O tempo e extensão das baixas pode envolver algum elemento de consideração subjetiva. Ainda assim, uma baixa poderá ser produzida por um acontecimento específico, como a perceção de procedimentos insolvência ou outra ação de recuperação formal, que torna possível estabelecer que algum ou todo o avanço vai para além da perspetiva realista de recuperação. Em qualquer evento, a posição de empréstimos com imparidade é revista pelo menos trimestralmente para garantir que está a se dada baixa a avanços não recuperáveis de forma eficaz e ordenada e de acordo com os regulamentos locais.

Os timings dos pontos de baixa para carteiras de Retalho são estabelecidos com base no tipo de empréstimo. Para ativos não assegurados, a baixa deve ocorrer 12 meses após a dívida em atraso se não tiverem sido recebidos pagamentos por 12 meses. Para empréstimos com garantia, é dada baixa ao défice após receção dos procedimentos de descarte de colaterais em 3 meses a partir dessa data se não tiver sido acordado nenhum calendário de pagamento com o devedor. Tais ativos têm baixa apenas após todos os procedimentos necessários terem sido completados e a quantia da perda ter sido determinada.

As recuperações de quantias subsequentes que tiveram baixa previamente voltam ao ativo diminuindo assim a quantia da cobrança de imparidade do empréstimo na declaração de rendimentos. Em 2012, o total de baixas de passivos financeiros com imparidade diminuiu 20% para £4,119m (2011: £5,165m).

Base de preparação

As tabelas seguintes apresentam uma reconciliação entre a exposição máxima do Grupo e a sua exposição líquida ao risco de crédito; refletindo os efeitos financeiros de colaterais, melhoramentos de crédito e outras ações tomadas para mitigar a exposição do Grupo.

Para ativos financeiros reconhecidos na contabilidade, a exposição máxima ao risco de crédito representa o valor atual do balanço após abatimento por imparidade. Para garantias fora da contabilidade, a exposição máxima é a quantia máxima que o Barclays teria de pagar se as garantias fossem reclamadas. Para compromissos de empréstimo e outros compromissos relacionados com crédito que vencem irrevogavelmente as respetivas facilidades, a exposição máxima é a quantia total das facilidades comprometidas.

Isto e as análises subsequentes de risco de crédito incluem apenas os ativos sujeitos a risco de crédito. Excluem outros passivos financeiros não sujeitos a risco de crédito, principalmente garantias de capital retidas para troca, disponíveis para venda ou designados a um valor justo e comodidades transacionadas. Os ativos designados com um valor justo relativamente aos passivos associados a clientes sob contratos de investimento também não foram incluídos pois o grupo não está exposto a riscos de crédito nestes ativos. As perdas de crédito nestas carteiras, se existirem, levariam a uma redução nos passivos associados e não numa perda para o Grupo.

O Grupo mitiga o risco de crédito para o qual está exposto através de compensações, colaterais e transferência de risco. É apresentado mais detalhe sobre as políticas do Grupo para cada uma destas formas de melhoramento de crédito nas páginas 26 a 29.

Análise de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Resumo

A partir de 31 de dezembro de 2012, a exposição líquida do grupo ao risco de crédito após considerar a liquidez e compensação, colaterais e transferência de risco, desceu para £769.5bn (2011: £801.1bn), refletindo uma redução na exposição máxima de 6% e uma redução no nível de mitigação detida de 7%. No geral, a dimensão na qual o Grupo procede à mitigação dos seus ativos caiu marginalmente para 55% (2011: 57%).

Da restante exposição não mitigada, uma parte significativa está relacionada com o capital retido nos bancos centrais, garantias de dívida disponíveis para vens emitidas pelos governos, colaterais financeiros e balanços acordados, dos quais todos são considerados de baixo risco. As posições de passivos de carteira de transações, que de uma forma abrangente cobre os ativos mas que não são detidos especificamente para propósitos de gestão de riscos, estão excluídas da análise anterior. A qualidade do crédito de contrapartes para derivadas, ativos de empréstimos disponíveis para venda e venda a grosso é predominantemente de grau de investimento. É apresentada análise adicional sobre a qualidade de crédito de ativos nas páginas 38 a 42.

Nos casos onde foram obtidos colaterais através de incumprimento, o Barclays, por regra, não usa ativos para as suas próprias operações e são geralmente vendidos oportunamente. O valor real dos ativos detidos pelo Grupo e pelo Banco em dezembro de 2012 resultante da aplicação de colaterais era de £868m (2011: £470m) e £485m (2011: £115m) respetivamente.

Máximo de exposição e efeitos das cauções e outras melhorias de crédito					
O Grupo	Máximo Revelado	Compensação e set-off	Garantia Colateral	Transferência de Risco	Líquido Revelado
	£m	£m	£m	£m	£m
A 31 dezembro 2011					
Rubricas patrimoniais:					
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	86.175	-	-	-	86.175
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.456	-	-	-	1.456
Ativos da carteira de negociação					
Total títulos de dívida	114.759	-	-	-	114.759
Produtos de Base	2.404	-	-	-	2.404
Ativos da carteira de negociação	117.163	-	-	-	117.163
Ativos financeiros designados ao justo valor:					
Empréstimos brutos e adiantamentos	21.996	-	(7.500)	(111)	14.385
Total títulos de dívida	6.118	-	(23)	-	6.095
Outros ativos financeiros	7.727	-	(5.629)	-	2.098
Ativos financeiros designados ao justo valor:	35.841	-	(13.152)	(111)	22.578
Instrumentos financeiros derivados	469.146	(387.672)	(53.183)	(8.132)	20.159
Empréstimos e adiantamentos a bancos	40.898	(1.012)	(5.071)	(136)	34.679
Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Empréstimos para habitação	174.988	-	(172.722)	(53)	2.213
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	66.414	(10)	(18.612)	(2.321)	45.471
Empréstimos corporativos	184.327	(10.243)	(50.404)	(8.489)	115.191
Empréstimos e adiantamentos a clientes	425.729	(10.253)	(241.738)	(10.863)	162.875
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	176.956	-	(175.348)	-	1.608
Disponível para venda de títulos de dívida	74.677	-	(234)	(32)	74.411
Outros ativos	2.001	-	-	-	2.001
Total rubricas patrimoniais:	1.430.042	(398.937)	(488.726)	(19.274)	523.105
Rubricas extrapatrimoniais					
Garantias e cartas de crédito dados como garantia colateral	15.855	-	(2.278)	(379)	13.198
Aceitações, endossos e outros passivos contingentes	6.002	-	(61)	(176)	5.765
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas com comércio	1.027	-	(48)	(11)	968
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	247.816	-	(17.973)	(3.396)	226.447
Total rubricas extrapatrimoniais	270.700	-	(20.360)	(3.962)	246.378
Total	1.700.742	(398.937)	(509.086)	(23.236)	769.483

Máximo de exposição e efeitos das cauções e outras melhorias de crédito					
O Grupo	Máximo Revelado	Compensação e set-off	Garantia Colateral	Transferência de Risco	Líquido Revelado
	£m	£m	£m	£m	£m
A 31 dezembro 2011					
Rubricas patrimoniais:					
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	81.996	-	-	-	81.996
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.076	-	-	-	1.076
Ativos da carteira de negociação					
Total títulos de dívida	64.827	-	-	-	64.827
Produtos de Base	2.393	-	-	-	2.393
Ativos da carteira de negociação	67.220	-	-	-	67.220
Ativos financeiros designados ao justo valor:					
Empréstimos brutos e adiantamentos	21.065	-	(6.919)	(111)	14.035
Total títulos de dívida	56.500	(12.949)	-	(38.887)	4.664
Outros ativos financeiros	4.627	-	(3.508)	-	1.119
Ativos financeiros designados pelo justo valor	82.192	(12.949)	(10.427)	(38.998)	19.818
Instrumentos financeiros derivados					
Empréstimos e adiantamentos a bancos	51.175	(15.622)	-	(7)	35.546
Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Empréstimos para habitação	143.684	-	(140.390)	(6)	3.288
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	31.513	-	(11.202)	(411)	19.900
Empréstimos corporativos	299.526	(10.026)	(38.438)	(44.378)	206.684
Empréstimos e adiantamentos a clientes	474.723	(10.026)	(190.030)	(44.795)	229.872
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	174.284	-	(172.621)	-	1.663
Disponível para venda de títulos de dívida	61.554	-	-	(32)	61.522
Outros ativos	1.008	-	-	-	1.008
Total rubricas patrimoniais:	1.471.357	(423.785)	(420.395)	(91.850)	535.327
Rubricas extrapatrimoniais					
Garantias e cartas de crédito dados como garantia colateral	15.730	-	(1.668)	(265)	13.797
Aceitações, endossos e outros passivos contingentes	5.436	-	(13)	(121)	5.302
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas com comércio	744	-	(38)	(1)	705
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	189.096	-	(18.188)	(3.316)	167.592
Total rubricas extrapatrimoniais	211.006	-	(19.907)	(3.703)	187.396
Total	1.682.363	(423.785)	(440.302)	(95.553)	722.723

Análise de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Máximo de exposição e efeitos das cauções e outras melhorias de crédito					
O Grupo	Máximo Revelado	Compensação e set-off	Garantia Colateral	Transferência de Risco	Líquido Revelado
	£m	£m	£m	£m	£m
A 31 dezembro 2011					
Rubricas patrimoniais:					
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	106.894	-	-	-	106.894
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.812	-	-	-	1.812
Ativos da carteira de negociação		-	-	-	
Total títulos de dívida	123.364	-	-	-	123.364
Produtos de Base	1.374	-	-	-	1.374
Ativos da carteira de negociação	124.738	-	-	-	124.738
Ativos financeiros designados ao justo valor:					
Empréstimos brutos e adiantamentos	21.960	-	(7.887)	(76)	13.997
Total títulos de dívida	2.095	-	(22)	-	2.073
Outros ativos financeiros	7.574	-	(5.541)	-	2.033
Ativos financeiros designados pelo justo valor	31.629	-	(13.450)	(76)	18.103
Instrumentos financeiros derivados	538.964	(440.592)	(57.294)	(7.544)	33.534
Empréstimos e adiantamentos a bancos	46.792	(1.886)	(7.999)	(171)	36.736
Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Empréstimos para habitação	171.272	-	(167.581)	(1.130)	2.561
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	64.492	(11)	(16.159)	(2.564)	45.758
Empréstimos corporativos	196.170	(8.873)	(53.616)	(9.550)	124.131
Empréstimos e adiantamentos a clientes	431.934	(8.884)	(237.356)	(13.244)	172.450
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	153.665	-	(150.337)	-	3.328
Disponível para venda de títulos de dívida	63.608	-	(219)	(3.532)	59.857
Outros ativos	2.620	-	-	-	2.620
Total rubricas patrimoniais	1.502.656	(451.362)	(466.655)	(24.567)	560.072
Rubricas extrapatrimoniais					
Acordo de empréstimo de títulos	35.996	-	(35.996)	-	-
Garantias e cartas de crédito dados como garantia colateral	14.181	-	(2.714)	(608)	10.859
Aceitações, endossos e outros passivos contingentes ^a	8.266	-	(23)	(256)	7.987
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas com comércio ^a	1.358	-	(39)	(49)	1.270
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	240.282	-	(15.522)	(3.829)	220.931
Total rubricas extrapatrimoniais	300.083	-	(54.294)	(4.742)	241.047
Total	1.802.739	(451.362)	(520.949)	(29.309)	801.119

Nota

a As quantias de 2011 foram reformuladas para incluir transferências de riscos e colaterais de £1.1bn que mitigam garantias e notas de crédito, e para incluir outros passivos contingentes de £7.8bn, identificados como estando expostos ao risco de crédito.

Máximo de exposição e efeitos das cauções e outras melhorias de crédito					
O Grupo	Máximo Revelado	Compensação e set-off	Garantia Colateral	Transferência de Risco	Líquido Revelado
	£m	£m	£m	£m	£m
A 31 dezembro 2011					
Rubricas patrimoniais:					
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	103.087	-	-	-	103.087
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.634	-	-	-	1.634
Ativos da carteira de negociação					
Total títulos de dívida	77.279	-	-	-	77.279
Produtos de Base	1.361	-	-	-	1.361
Ativos da carteira de negociação					
	78.640	-	-	-	78.640
Ativos financeiros designados ao justo valor:					
Empréstimos brutos e adiantamentos	21.899	-	(7.254)	(1)	14.644
Total títulos de dívida	19.198	(14.823)	-	-	4.375
Outros ativos financeiros	3.419	-	(2.269)	-	1.150
Ativos financeiros designados pelo justo valor					
	44.516	(14.823)	(9.523)	(1)	20.169
Instrumentos financeiros derivados					
Empréstimos e adiantamentos a bancos	546.921	(437.635)	(52.291)	(7.383)	49.612
Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Empréstimos para habitação	133.516	-	(131.841)	(1.088)	587
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	32.821	-	(8.499)	(2.191)	22.131
Empréstimos corporativos ^a	351.443	(7.867)	(36.605)	(54.543)	252.428
Empréstimos e adiantamentos a clientes	517.780	(7.867)	(176.945)	(57.822)	275.146
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	161.436	-	(151.961)	-	9.475
Disponível para venda de títulos de dívida	47.805	-	-	(3.533)	44.272
Outros ativos	1.170	-	(16)	-	1.154
Total rubricas patrimoniais:	1.555.276	(474.729)	(390.736)	(68.772)	621.039
Rubricas extrapatrimoniais					
Acordo de empréstimo de títulos	35.996	-	(35.996)	-	-
Garantias e cartas de crédito dados como garantia colateral	14.356	-	(1.497)	(306)	12.553
Aceitações, endossos e outros passivos contingentes ^b	6.582	-	(14)	(156)	6.412
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas com comércio	1.106	-	(12)	-	1.094
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	190.736	-	(15.020)	(3.901)	171.815
Total rubricas extrapatrimoniais	248.776	-	(52.539)	(4.363)	191.874
Total	1.804.052	(474.729)	(443.275)	(73.135)	812.913

Apuração de posição líquida e compensação

Em muitas jurisdições nas quais o Barclays opera, as exposições ao crédito de risco podem ser reduzidas ao aplicar a apuração de saldo líquido e compensações. Em termos de exposição, esta técnica de mitigação de risco de crédito é usada principalmente em transações derivadas e de reposição com instituições financeiras.

Para transações derivadas, o Barclays procurará muitas vezes entrar em acordos principais de normas com as contrapartes (ex.: ISDA). Estes acordos principais permitem a apuração de posição líquida da exposição ao risco de crédito a uma contraparte resultante de uma transação derivada contra as obrigações do Barclays para com a contraparte em caso de incumprimento, para produzir uma exposição líquida de crédito mais baixa. Estes acordos também podem reduzir a exposição de liquidação (ex.: para trocas de câmbio estrangeiras) ao permitir que pagamentos no mesmo dia e na mesma moeda sejam compensados um pelo outro.

O Barclays usa o Método de Modelo Interno (IMM) na maioria das suas carteiras para calcular as exposições ao crédito de risco das contrapartes.

Notas

a Os melhoramentos de crédito de £47.4bn anteriormente apresentados como colaterais reanalisados para melhor refletir a sua natureza. £46.3bn foram analisados como transferência de risco e £1.1bn foram excluídos desta análise.

b As quantias de 2011 foram reformuladas para incluir £0.1bn de colaterais e transferências de risco adicionais que mitigam garantias e notas de crédito fixadas como garantia colateral, e para incluir outros passivos contingentes de £6.1bn, identificados como estando expostos a risco de crédito.

Revisão do risco

Risco de Crédito

Todas as divulgações nesta secção estão auditadas a não ser que o contrário esteja indicado

Colaterais

O Grupo tem a capacidade de reclamar colaterais no caso de incumprimento do devedor ou outra contraparte, que incluem:

- Empréstimos de habitação: uma taxa fixa sobre propriedade residencial na forma de casas, apartamentos e outros domicílios;
- Empréstimos de vendas a grosso: uma taxa fixa sobre propriedade comercial e outros ativos físicos, em várias formas;
- Empréstimos de cartões de crédito, sem garantia e de retalho: inclui taxas sobre veículos de motor e outros ativos físicos; segunda taxa de penhor sobre propriedade residencial, que está subordinada à primeira taxa detida tanto pelo Grupo como por outra entidade; e coletáveis de arrendamento financeiro, para os quais o Grupo normalmente detém o direito legal ao ativo arrendado e o direito de reclamar o ativo no caso de incumprimento do devedor;
- Derivados: os colaterais de capital e não capital podem ser impostos a transações derivadas com certas contrapartes;
- Acordo de reaversão invertida: os colaterais normalmente incluem garantias altamente líquidas que foram legalmente transferidas para o Barclays sob um acordo para a sua devolução por um preço fixo; e
- Garantias financeiras e compromissos não contabilísticos semelhantes: colaterais de capital podem ser impostos a estes acordos.

Em termos de exposição, as principais carteiras pelos quais o Barclays assume colaterais são empréstimos para habitação e acordo de reaversão invertida com instituições financeiras.

Ativos que não sejam capital estão sujeitos a reavaliações regulares para assegurar que continuam a alcançar a mitigação de risco apropriada. Os acordos com clientes incluem muitas vezes exigências para a provisão de colaterais adicionais no caso de as avaliações piorarem ou de a exposição ao crédito aumentar (por exemplo devido a mudanças no mercado impactarem um exposição derivada).

O valor real de colaterais de não capital refletem o justo valor dos ativos físicos limitados ao valor real do ativo quando a exposição está sobrecolateralizada. São usadas estimativas em certos casos em que os mercados ativos ou avaliações recentes não estão disponíveis. Para ativos colateralizados por propriedade residencial ou comercial (e certos outros ativos físicos), em que não seja prático avaliar as condições de mercado atuais de cada propriedade subjacente, os valores refletem valores históricos justos atualizados por movimentos de índices externos apropriados. Para ativos colateralizados por instrumentos financeiros de transações, os valores refletem valores de variações de mercado ou de modelo desses ativos, com cortes onde seja necessário.

O valor líquido realizado de uma venda de emergência de colaterais obtidos pelo Grupo após incumprimento ou insolvência de uma contraparte será, em alguns casos, mais baixo que o valor real reconhecido acima. Os ativos obtidos são normalmente vendidos, geralmente em leilão, ou realizados de forma ordenada para benefício máximo do Grupo, do devedor e de outros credores do devedor de acordo com os regulamentos de insolvência relevantes. No caso de clientes comerciais, em certas circunstâncias, quando estiverem disponíveis fundos excessivos após pagamento completo do empréstimo devido, estes são oferecidos a qualquer outro credor com menos classificação e seguro. Quaisquer fundos adicionais são devolvidos ao cliente. O Barclays, por regra, não ocupa propriedades adquiridas para uso na sua atividade nem usa ativos obtidos nas suas operações.

Quando a propriedade é obtida como colateral, é monitorizada para assegurar que o valor atual não é menor que o seu valor original. A monitorização é levada a cabo pelo menos uma vez em cada três anos para propriedades residenciais, e anualmente para propriedades residenciais. São levadas a cabo monitorizações mais frequentes quando o setor da propriedade está sujeito a deterioração significativa.

A deterioração é monitorizada principalmente por área geográfica. Podem ser executados exercícios específicos para monitorizar valores de propriedade quando o setor da propriedade numa área geográfica esteja sujeito a deterioração significativa e quando o Barclays tenha uma concentração material de colateral de propriedade. A monitorização pode ser feita tanto a nível de propriedade individual como a nível de carteira. A monitorização a nível de carteira refere-se a um processo mais frequente de indexação de valores colaterais a cada empréstimo individual, usando um indicador regional ou nacional, e atualizando os valores LGD. Quando o indicador local apropriado não está disponível, os valores de propriedade são monitorizados com base individual como parte do processo de revisão anual do empréstimo. Para empréstimos maiores a avaliação de propriedade é revista por um avaliador independente pelo menos a cada 3 anos, e um avaliador independente também revê a avaliação de propriedade quando a informação indica que o valor da propriedade pode ter baixado materialmente relativamente aos preços generalizados de mercado. Além disso são definidos indicadores sob os quais os valores de propriedade devem ser revistos.

Os ónus sobre ativos flutuantes tais como inventários e os coletáveis comerciais, conhecidos como custos flutuantes, sobre ativos de um devedor são monitorizados anualmente. A avaliação deste tipo de colaterais tem em conta a capacidade de estabelecer objetivamente um preço ou valor de mercado, a frequência com o qual o valor pode ser obtido (incluindo uma apreciação ou avaliação profissional), e a volatilidade ou substituição da volatilidade do valor do colateral.

São feitas regularmente reavaliações adicionais quando um empréstimo é movido para EWL ou WL. Podem ser encontrados mais detalhes sobre quando uma conta empresarial é movida para EWL ou WL na página 21. Podem ser consideradas exceções a esta situação quando é claro que uma reavaliação não é necessária, por exemplo quando existe uma grande margem de segurança ou quando tiver sido realizada uma avaliação recente. Reciprocamente, uma redução material no valor do colateral detido representa um aumento no risco de crédito e faz muitas vezes com que um empréstimo seja colocado em EWL ou WL.

Qualquer destes casos pode também originar um teste de imparidade, dependendo das circunstâncias individuais do empréstimo. Ao calcular a imparidade, a diferença entre a quantia real de um ativo e o valor atual de todos os fluxos de caixa estimados descontados na taxa de juro efetiva original será considerada como imparidade. Tais fluxos de caixa incluem o calor justo estimado do colateral que reflete os resultados da monitorização e a revisão dos valores dos colaterais detalhados acima e avaliações executadas como parte do nosso processo de imparidade.

Quer os valores de propriedade sejam atualizados como parte do processo de revisão anual, que por indexação de valores de colaterais, os valores de colaterais atualizados entram no cálculo dos parâmetros de risco (por exemplo Perda Por Incumprimento - LGD) que por sua vez entra nos cálculos de imparidade identificada e não identificada na data do balanço contabilístico. Para mais detalhes consulte a secção Abatimento por Imparidade e Outras Provisões de Crédito na página 24.

As tendências nas taxas de perda de empréstimo incorporam o impacto de qualquer descida no justo valor do colateral detido.

Nos casos em que o Barclays calcula o capital regulamentar sob os regulamentos avançados do IRB, o benefício do colateral é geralmente assumido ao ajustar as LGD. Para carteiras padrão, o benefício do colateral é assumido ao usar o método compreensivo de colateral financeiro: abordagem de ajustamentos de volatilidade supervisora.

Transferência de risco

Em alguns casos o Grupo detém garantias, notas de crédito e instrumentos semelhantes de terceiros que lhe permitem reclamar-lhes a liquidação no caso de incumprimento do lado da contraparte. Os balanços mostrados representam o valor estimado das garantias detidas pelo Grupo e emitidas por contrapartes de instituições empresariais e financeiras. Além disso, o Grupo obtém garantias de clientes respeitantes a empréstimos pessoais e outros empréstimos comerciais menores. Estes não estão quantificados na tabela acima.

Concentrações de risco de crédito

Existe uma concentração de risco de crédito quando várias contrapartes estão localizadas numa região geográfica, ou envolvidas em atividades semelhantes ou que tenham características económicas semelhantes que façam com que a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais seja afetada de forma semelhante por alterações nas condições económicas ou de outro tipo. O Grupo impõe limites a concentrações de modo a mitigar o risco. As análises de concentrações de risco de crédito apresentadas abaixo são baseadas na localização da contraparte, cliente ou indústria na qual estão envolvidos.

Concentrações Geográficas

A de 31 de dezembro de 2012, a concentração geográfica dos ativos do Grupo continuou consistente com 31 de dezembro de 2011.

Para os ativos de balanço, a alteração mais significativa nas concentrações foi no capital detido nos bancos centrais, com capital mantido como parte da pool de liquidez movendo-se de contas de rendimento menores em Libras Esterlinas e Dólares Americanos para contas de rendimentos maiores em Euro e Franco Suíço. Também ocorreu um aumento notável na proporção de garantias de dívida disponíveis para venda emitidas pelas contrapartes na Europa, principalmente títulos de alta qualidade que formam parte da pool de liquidez do Grupo. Este aumento foi acompanhado por uma redução na proporção de garantias de dívida emitidas pelas contrapartes Asiáticas (predominantemente Japonesas) e do R.U.

Para o financiamento fora do balanço, houve uma redução significativa da concentração de exposições nas Américas devido à cessação de acordos de empréstimo de garantias celebrados com a BlackRock, Inc. após o descarte dos Investidores Globais do Barclays em 2009. Estão incluídos mais detalhes sobre esta transação na Nota 27.

Concentrações Industriais

A 31 de dezembro de 2012, a concentração industrial dos ativos do Grupo continuou bastante consistente com 31 de dezembro de 2011, com 50% do total dos ativos estando concentrados em bancos e outras instituições financeiras (2011: 51%). Para ativos no balanço, a alteração mais significativa na concentração foi nos ativos financeiros designados a valor justo, para os quais a proporção do total do balanço que estava concentrado em governos e bancos centras aumentou em 11% devido à aquisição de títulos hedge de governo durante o ano.

Para financiamento fora do balanço, houve uma redução significativa na concentração de exposições a outras instituições financeiras devido à cessação dos acordos de empréstimo de garantias celebrados com a BlackRock, Inc. após o descarte dos Investidores Globais do Barclays em 2009. Estão incluídos mais detalhes sobre esta transação na Nota 27.

Análise de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Concentrações de risco de crédito por geografia						
	Reino Unido	Europa	Américas	África e Médio Oriente	Ásia	Total
A 31 dezembro 2011	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo						
Rubricas patrimoniais:						
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	3.547	70.159	6.566	2.354	3.549	86.175
Itens em fase de cobrança a outros bancos	788	296	-	371	1	1.456
Ativos da carteira de negociação	16.408	21.386	62.875	2.985	13.509	117.163
Ativos financeiros designados pelo justo valor	24.100	3.546	5.644	1.947	604	35.841
Instrumentos financeiros derivados	147.651	157.609	127.367	4.264	32.255	469.146
Empréstimos e adiantamentos a bancos	7.915	14.942	12.278	2.110	3.653	40.898
Empréstimos e adiantamentos a clientes	228.007	81.442	63.252	46.093	6.935	425.729
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	29.565	25.743	98.313	4.133	19.202	176.956
	24.024	29.803	11.128	7.103	2.619	74.677
Outros ativos	987	332	328	290	64	2.001
Total rubricas patrimoniais:	482.992	405.258	387.751	71.650	82.391	1.430.042
Rubricas extrapatrimoniais						
Acordo de empréstimo de títulos	-	-	-	-	-	-
Garantias e cartas de crédito dados como garantia colateral	6.135	2.560	4.772	2.131	257	15.855
Aceites e endossos	4.208	812	273	211	498	6.002
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas com comércio	629	103	-	295	-	1.027
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	100.260	32.736	91.574	21.637	1.609	247.816
Total rubricas extrapatrimoniais	111.232	36.211	96.619	24.274	2.364	270.700
Total	594.224	441.469	484.370	95.924	84.755	1.700.742

Concentrações de risco de crédito por geografia						
	Reino Unido	Europa	Américas	África e Médio Oriente	Ásia	Total
A 31 dezembro 2011	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Banco						
Rubricas patrimoniais:						
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	3.321	69.691	5.481	195	3.308	81.996
Itens em fase de cobrança a outros bancos	785	287	-	4	-	1.076
Ativos da carteira de negociação	15.997	20.031	22.941	413	7.838	67.220
Ativos financeiros designados pelo justo valor	75.730	3.446	2.353	104	559	82.192
Instrumentos financeiros derivados	158.987	158.220	124.265	2.360	32.297	476.129
Empréstimos e adiantamentos a bancos	7.130	18.083	20.768	1.041	4.153	51.175
Empréstimos e adiantamentos a clientes	347.712	71.171	41.881	5.601	8.358	474.723
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	29.251	32.212	85.223	3.808	23.790	174.284
	20.882	27.103	10.378	572	2.619	61.554
Outros ativos	776	157	43	-	32	1.008
Total rubricas patrimoniais:	660.571	400.401	313.333	14.098	82.954	1.471.357
Rubricas extrapatrimoniais						
Acordo de empréstimo de títulos	-	-	-	-	-	-
Garantias e cartas de crédito dados como garantia colateral	8.193	2.457	4.753	71	256	15.730
	4.147	335	271	186	497	5.436
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas com comércio		627	6	-	111	-744
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	93.633	28.690	63.141	2.032	1.600	189.096
Total rubricas extrapatrimoniais	106.600	31.488	68.165	2.400	2.353	211.006
Total	767.171	431.889	381.498	16.498	85.307	1.682.363

Concentrações de risco de crédito por geografia						
	Reino Unido	Europa	Américas	África e Médio Oriente	Ásia	Total
A 31 dezembro 2011	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo						
Rubricas patrimoniais:						
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	14.631	53.779	27.065	2.418	9.001	106.894
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.557	88	1	166	-	1.812
Ativos da carteira de negociação	15.162	23.381	68.835	3.498	13.862	124.738
Ativos financeiros designados pelo justo valor	19.405	3.287	6.724	1.958	255	31.629
Instrumentos financeiros derivados	173.792	173.863	153.629	4.857	32.823	538.964
Empréstimos e adiantamentos a bancos	8.967	14.704	13.637	3.234	6.250	46.792
Empréstimos e adiantamentos a clientes	220.815	90.444	63.457	49.309	7.909	431.934
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	22.701	32.926	80.124	1.795	16.119	153.665
	23.055	17.371	9.889	6.922	6.371	63.608
Outros ativos	1.510	407	256	365	82	2.620
Total rubricas patrimoniais:	501.595	410.250	423.617	74.522	92.672	1.502.656
Rubricas extrapatrimoniais						
Acordo de empréstimo de títulos	-	-	35.996	-	-	35.996
Garantias e cartas de crédito dados como garantia colateral	3.885	2.416	5.457	2.100	323	14.181
Aceitações, endossos e outros passivos contingentes ^a	5.861	1.107	303	155	840	8.266
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas com comércio	1.358	655	235	143	201	124
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	99.735	33.004	85.381	20.478	1.684	240.282
Total rubricas extrapatrimoniais	110.136	36.762	127.280	22.934	2.971	300.083
Total	611.731	447.012	550.897	97.456	95.643	1.802.739
Concentrações de risco de crédito por geografia						
	Reino Unido	Europa	Américas	África e Médio Oriente	Ásia	Total
A 31 dezembro 2011	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Banco						
Rubricas patrimoniais:						
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	14.550	52.896	26.711	170	8.760	103.087
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.555	71	-	8	-	1.634
Ativos da carteira de negociação	15.018	22.336	32.613	772	7.901	78.640
Ativos financeiros designados pelo justo valor	39.853	2.991	1.159	187	326	44.516
Instrumentos financeiros derivados	186.706	174.177	150.672	2.399	32.967	546.921
Empréstimos e adiantamentos a bancos	7.721	16.780	20.311	1.456	6.019	52.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	378.845	75.338	47.918	7.857	7.822	517.780
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	27.635	38.152	75.146	1.778	18.725	161.436
	17.706	14.368	8.981	380	6.370	47.805
Outros ativos	868	188	62	-	35	1.170
Total rubricas patrimoniais	690.457	397.297	363.573	15.024	88.925	1.555.276
Rubricas extrapatrimoniais						
Acordo de empréstimo de títulos	-	-	35.996	-	-	35.996
Garantias e cartas de crédito dados como garantia colateral	5.846	2.550	5.388	263	309	14.356
Aceitações, endossos e outros passivos contingentes ^a	4.811	501	301	130	840	6.583
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas com comércio	655	38	143	146	124	1.106
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	92.512	29.033	65.049	1.764	2.378	190.736
Total rubricas extrapatrimoniais	103.824	32.122	106.877	2.303	3.651	248.777
Total	794.281	429.419	470.450	17.327	92.576	1.804.053

Nota

a As quantias de 2011 foram reformuladas para incluir as análises de outros passivos contingentes de £7.8bn no Grupo e de £6.1bn no Banco, identificados como estando expostos ao risco de crédito.

Análise de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Concentrações de risco de crédito por sector industrial (auditado)

	Bancos	Outras Instituições financeiras	Manufatura	Construção		Energia e águas	Distribuição a grosso, a retalho e outros	Negócios e outros serviços	Cartões, empréstimos não garantidos e outros		Outros	Total
				Propriedade	Governo				Empréstimos para casas	empréstimos pessoais		
A 31 dezembro 2012	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo												
Rubricas patrimoniais:												
Caixa e saldos em bancos centrais	-	-	-	-	86.175	-	-	-	-	-	-	86.175
Itens no curso da coleta de outros bancos	1.456	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.456
Carteira de negociação comerciais	9.240	24.412	2.072	504	73.848	3.124	446	2,257	-	-	1.260	117.163
Outros ativos financeiros valor	5.555	3.524	175	10.062	11.057	885	600	3.581	-	-	402	35.841
Ativo financeiro derivado	349.481	81.080	2.401	4.478	9.589	10.011	2.203	6.906	-	-	2.997	469.146
Empréstimos brutos e adiantamentos	39.279	-	-	-	1.619	-	-	-	-	-	-	40.898
Empréstimos brutos e adiantamentos												
Clientes recompra reversa acordos e outro semelhante garantido empréstimo	64.616	106.665	4	1.014	3.684	261	98	610	-	-	4	176.956
Disponível para venda												
Dívida	16.933	10.273	92	91	46.177	122	42	846	-	-	101	74.677
Outros ativos	249	632	2	34	165	6	8	192	-	694	6	2.001
Total rubricas patrimoniais	486.809	314.576	16.264	41.436	237.237	22.031	18.000	38.544	174.627	54.341	26.177	1.430.042
Rubricas extrapatrimoniais												
Garantias												
cartas de crédito dados em garantia segurança aceitação, avais e outro contingente passivo	836	3.810	1.649	847	1.680	1.856	989	2.654	89	289	1.156	15.855
Os créditos documentários e outro curto prazo relacionados com o comércio	533	891	883	371	10	828	495	1.565	-	44	382	6.002
Linhas de crédito, linhas de crédito e outros	559	51	55	3	-	1	77	275	-	4	2	1.027
Compromissos	-	34.464	24.937	8.675	3.829	21.790	10.566	13.727	17.538	96.993	15.297	247.816
Balanço extrapatrimonial total	1.928	39.216	27.524	9.896	5.519	24.475	12.127	18.221	17.627	97.330	16.837	270.700
Total	488.737	353.792	43.788	51.332	242.756	46.506	30.127	56.765	192.254	151.671	43.014	1.700.742

Concentrações de risco de crédito por sector industrial (auditado)													
	Bancos	Outras Instituições financeiras	Manufatura	Construção	Propriedade	Governo	Energia e águas	Distribuição a grosso, a retalho e outros	Negócios e outros serviços	Empréstimos para casas	Cartões, empréstimos não garantidos e outros empréstimos pessoais	Outros	Total
A 31 dezembro 2012	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Banco													
Rubricas patrimoniais:													
Caixa e saldos em bancos centrais	-	-	-	-	-	81.996	-	-	-	-	-	-	81.996
Itens no curso de coleta de outros bancos	1.076	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.076
Carteira de negociação comerciais	3.030	11.446	1.032	371	45.868	2.463	289	1.805	-	-	-	916	67.220
Outros ativos financeiros	3.505	58.772	95	9.847	5.781	299	394	3.384	-	-	-	115	82.192
Ativo financeiro derivado	345.987	91.655	2.504	4.476	9.583	9.930	2.176	6.867	-	-	-	2.951	476.129
Empréstimos brutos e adiantamentos	49.976	-	-	-	1.199	-	-	-	-	-	-	-	51.175
Empréstimos brutos e adiantamentos	-	215.814	9.800	20.157	4.273	6.641	12.884	20.577	140.742	32.071	11.764	-	474.723
Clientes recompra reversa acordos e outro semelhante garantido empréstimo	40.548	129.364	-	82	3.659	257	93	281	-	-	-	-	174.284
Disponível para venda	13.769	8.662	92	86	38.535	122	34	200	-	-	-	54	61.554
Total títulos de dívida	64	112	1	-	152	-	-	109	12	541	-	-	1.008
Outros ativos	457.956	515.825	13.524	35.036	191.046	19.712	15.870	33.223	140.754	32.612	15.800	-	1.471.357
Total rubricas patrimoniais:													
Rubricas extrapatrimoniais													
empréstimo de títulos acordos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantias													
cartas de crédito dados em garantia	639	5.773	1.423	510	1.606	1.702	716	2.290	2	218	851	-	15.730
segurança aceitações, avais e outro contingente passivo	-	1.374	801	292	10	796	461	1.358	-	9	335	-	5.436
Os créditos documentários e outro curto prazo relacionados com o comércio atividades	-	446	35	2	-	-	77	178	-	4	2	-	744
Linhas de crédito, linhas de crédito e outros													
Compromissos	409	31.586	22.910	7.434	3.663	20.484	8.809	14.568	15.439	53.926	9.868	-	189.096
Balço extrapatrimonial total	1.048	39.179	25.169	8.238	5.279	22.982	10.063	18.394	15.441	54.157	11.056	-	211.006
Total	459.004	555.004	38.693	43.274	196.325	42.694	25.933	51.617	156.195	86.769	26.856	-	1.682.363

Análise de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Concentrações de risco de crédito por sector industrial (auditado)

	Concentrações de risco de crédito por sector industrial (auditado)											Total
	Bancos	Outras Instituições financeiras	Manufatura	Construção e Propriedade	Governo	Energia e águas	Distribuição a grosso, a retalho e outros	Negócios e outros serviços	Empréstimos para casas	Cartões, empréstimos não garantidos e outros empréstimos pessoais	Outros	
A 31 dezembro												
2012	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo												
Rubricas patrimoniais:												
Caixa e saldos em bancos centrais	-	-	-	-	106.894	-	-	-	-	-	-	106.894
Itens no curso de coleta de outros bancos	1.810	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1.812
Carteira de negociação comerciais	4.857	27.992	1.585	480	83.631	3.191	448	1.773	-	-	781	124.738
Outros ativos financeiros												
valor	6.050	3.320	75	10.447	6.354	1.053	332	3.547	-	1	450	31.629
Ativo financeiro derivado												
	401.465	96.781	4.044	4.853	8.321	12.960	3.309	3.928	-	-	3.284	538.964
Empréstimos brutos e adiantamentos												
	44.053	-	-	-	2.739	-	-	-	-	-	-	46.792
Empréstimos brutos e adiantamentos												
Clientes	-	89.650	12.904	28.711	6.129	7.414	16.206	26.300	171.272	50.062	23.286	431.934
recuperação reversa acordos e outro semelhante garantido												
empréstimo	61.544	86.930	195	201	3.842	127	63	235	-	-	528	153.665
Disponível para venda												
Total títulos de dívida	15.959	7.142	213	137	38.511	126	90	820	370.0	-	240	63.608
Outros ativos	506	374	-	54	492	-	7	310	2	818	57	2.620
Total rubricas patrimoniais:	536.496	311.937	19.016	44.883	256.915	24.871	20.455	36.913	171.644	50.900	28.626	1.502.656
Rubricas extrapatrimoniais												
empréstimo de títulos												
acordos	-	35.996	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.996
Garantias												
cartas de crédito dados em garantia												
segurança	990	3.947	1.534	757	630	1.615	913	2.213	-	310	1.272	14.181
aceitações, avais e outro contingente												
passivo ^a	599	1.214	1.075	459	7	865	527	2.945	-	38	537	8.266
Os créditos documentários e outro curto prazo relacionados com o comércio												
atividades	428	128	40	1	-	-	215	480	-	65	1	1.358
Linhas de crédito,												
linhas de crédito e outros												
Compromissos	785	32.511	23.429	9.114	3.573	20.764	12.052	17.012	15.663	90.062	15.317	240.282
Balanco extrapatrimonial total	2.802	73.796	26.078	10.331	4.210	23.244	13.707	22.650	15.663	90.475	17.127	300.083
Total	539.046	385.985	45.094	55.214	261.125	48.115	34.162	59.563	187.307	141.375	45.753	1.802.739

Nota

a As quantias de 2011 foram reformuladas para incluir análises de outros passivos contingentes de £7,791m.

Concentrações de risco de crédito por sector industrial (auditado)

A 31 dezembro 2012	Cartões, empréstimos												
	Bancos	Outras Instituições financeiras	Manufatura	Construção Propriedade	Governo	Energia e águas	Distribuição a grosso, a retalho e outros	Negócios e outros serviços	não garantidos		Outros	Total	
									Empréstimos para casas	e outros empréstimos pessoais			
£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m		
Rubricas patrimoniais:													
Caixa e saldos													
em bancos centrais	-	-	-	-	103.087	-	-	-	-	-	-	103.087	
Itens no curso de coleta de outros bancos	1.634	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.634	
Carteira de negociação comerciais	3.913	13.238	935	381	55.324	2.629	346	1.312	-	-	562	78.640	
Outros ativos financeiros													
valor	3.047	22.120	62	9.831	5.609	220	154	3.349	-	-	124	44.516	
Ativo financeiro derivado	397.650	108.490	4.251	4.851	8.321	12.857	3.367	3.908	-	-	3.226	546.921	
Empréstimos brutos e adiantamentos	50.007	-	-	-	2.280	-	-	-	-	-	-	52.287	
Empréstimos brutos e adiantamentos Clientes	-	259.041	10.772	23.219	5.474	6.496	14.311	24.468	133.516	29.348	11.135	517.780	
recompra reversa acordos e outro semelhante garantido empréstimo	43.463	112.987	195	3	3.842	127	63	229	-	-	527	161.436	
Disponível para venda	11.146	5.392	213	133	30.443	126	69	57	-	-	226	47.805	
Total títulos de dívida	100	126	-	-	6	-	4	221	2	687	0	1.170	
Outros ativos													
Total rubricas patrimoniais:		521.396	16.428	38.440	214.386	22.455	18.314	33.544	133.518	30.035	15.800	1.555.276	
Rubricas extrapatrimoniais													
empréstimo de títulos													
acordos	-	35.996	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.996	
Garantias													
cartas de crédito dados em garantia segurança aceitações, avais e outro contingente passivo ^a	557	6.264	1.274	544	596	1.591	710	1.591	-	226	1.003	14.356	
Os créditos documentários e outro curto prazo relacionados com o comércio atividades	-	890	981	341	6	783	485	2.592	-	-	490	6.583	
Linhas de crédito, linhas de crédito e outros	-	533	40	1	-	-	215	251	-	65	1	1.106	
Compromissos	695	35.237	21.628	8.506	3.391	19.545	10.609	14.881	15.656	50.644	9.944	190.736	
Balanco extrapatrimonial total		1.252	78.920	23.923	9.392	3.993	21.919	12.019	19.315	15.656	50.950	11.438	248.777
Total	512.212	600.316	40.351	47.832	218.379	44.374	30.333	52.859	149.174	80.985	27.238	1.804.053	

Nota

a As quantias de 2011 foram reformuladas para incluir a análise de outros passivos contingentes de £6,134m.

Revisão do risco

Risco de Crédito

Todas as divulgações nesta secção estão auditadas a não ser que o contrário esteja indicado

Qualidade de Crédito de Balanço

As tabelas seguintes apresentam a qualidade de crédito dos ativos do Grupo expostos a risco de crédito.

Base de Preparação

Para executar empréstimos que não estejam expirados nem com imparidade, que representam a maioria dos empréstimos nas carteiras, foram usadas as seguintes medidas internas de qualidade de crédito para esta análise:

As descrições de declarações financeiras podem ser resumidas da seguinte forma:

- Forte: existe uma forte possibilidade de que o ativo seja recuperado por completo;
- Satisfatório: mesmo que haja uma forte possibilidade de que o ativo seja recuperado, não sendo assim motivo de preocupação para o Grupo, o Ativo não pode ser colateralizado, ou pode estar relacionado com facilidades de retalho, tais como balanços de cartão de crédito e empréstimos sem garantia, que foram classificados como satisfatórios, independentemente do facto de as indicações dos modelos de classificação internos possam ter indicado uma classificação mais alta;
- Risco maior: existe a preocupação sobre a capacidade do devedor em efetuar pagamentos quando for necessário. No entanto, estes ainda não foram convertidos em delinquência de facto. Também podem existir dúvidas sobre o valor dos colaterais e garantias fornecidas.

Visão Geral

A 31 de dezembro de 2012, a proporção dos ativos do Grupo classificados como forte caiu marginalmente para 83% (2011: 84%) do total de ativos expostos a risco de crédito.

Os ativos transacionados continuaram a ser na maioria de grau de investimento, com contrapartes a 94% (2011: 95%) do total de instrumentos financeiros derivados, e emissores a 94% (2011: 95%) de garantias de dívida mantidas para transação e 94% (2011: 91%) de garantias de dívida mantidas disponíveis para venda sendo de grau de investimento. A qualidade de crédito das contrapartes para acordo de reaversão invertida mantidos a custo amortizado permaneceu bastante estável a 73% (2011: 77%). O risco de crédito destes ativos é bastante reduzido ao colateralizar por completo os balanços.

Nas carteiras de empréstimos, 81% dos empréstimos de habitação (2011: 78%) a clientes têm a classificação de forte. Este aumento no período reflete melhoras na carteira do R.U. A maioria dos empréstimos de cartão de crédito, sem garantia e de retalho permaneceu satisfatória, refletindo a natureza insegura de uma parte significativa do balanço, englobando 69% do total (2011: 70%). O perfil de qualidade de crédito dos empréstimos do Grupo melhorou com o aumento da classificação de forte das contrapartes para 66% (2011: 61%), principalmente devido à gestão ativa contínua dos registos empresariais no Banco de Investimento e Comércio Bancário Empresarial.

Em 31 de dezembro de 2012	Sólidas	Satisfatórias	Risco elevado	Exposição	Sólidas	Satisfatórias	Risco elevado
	(Gestão de Grau)	BB+ a B	(B- e a baixo)	máxima ao Risco de crédito	(Gestão de Grau)	BB+ a B	(B- e a baixo)
	£m	£m	£m	£m	%	%	%
O Grupo							
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	86.175	-	-	86.175	100	-	-
Itens em fase de cobrança a outros bancos outros bancos	1.320	103	33	1.456	91	7	2
Ativos da carteira de negociação							
Total títulos de dívida	107.784	5.604	1.371	114.759	94	5	1
Produtos de Base	454	1.617	333	2.404		67	
Ativos da carteira de negociação	108.238	7.221	1.704	117.163	92	6	2
Ativos financeiros designados ao justo valor: Valor							
Empréstimos brutos e adiantamentos	19.608	1.684	704	21.996	89	8	3
Total títulos de dívida	5.485	164	469	6.118	90	3	7
Acordos de revenda	5.010	963	61	6.034	83		1
Outros ativos financeiros	623	967	103	1.693	37	57	6
<u>Outros ativos financeiros</u> designados pelo valor justo	30.726	3.778	1.337	35.841	86	10	4
Instrumentos financeiros derivados	443.102	23.498	2.546	469.146	94	5	1
Empréstimos e adiantamentos a bancos	37.104	2.868	926	40.898	91	7	2
Empréstimos e adiantamentos a clientes							
Empréstimos para habitação	142.828	20.407	11.753	174.988	81	12	7
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho empréstimo	15.169	45.852	5.393	66.414	23	69	8
	121.417	51.196	11.714	184.327	66	28	6
Empréstimos e adiantamentos a clientes	279.414	117.455	28.860	425.729	66	27	7
<u>Acordos de revenda</u> outros empréstimos similares garantidos	129.687	47.078	191	176.956	73	27	-
	69.877	2.331	2.469	74.677	94	3	3
Outros ativos	1623	322	56	2.001	81		3
Total ativos	1.187.266	204.654	38.122	1.430.042	83		3

Análise de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Em 31 de dezembro de 2012	Sólidas (Gestão de Grau) £m	Satisfatórias BB+ a B £m	Risco elevado (B- e a baixo) £m	Exposição máxima ao Risco de crédito £m	Sólidas (Gestão de Grau) %	Satisfatórias BB+ a B %	Risco elevado (B- e a baixo) %
O Banco							
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	81.996	-	-	81.996	100	-	-
Itens em fase de cobrança a outros bancos outros bancos	951	107		1.076	88	10	2
Ativos da carteira de negociação							
Total títulos de dívida	59.621	4.499	707	64.827	92	7	1
Produtos de Base	454	1.606	333	2.393		67	
Ativos da carteira de negociação	60.075	6.105	1.040	67.220	89	9	2
Ativos financeiros designados ao justo valor: Valor							
Empréstimos brutos e adiantamentos	19.290	1.444	331	21.065	91	7	2
Total títulos de dívida	56.354	53	93	56.500	99	-	1
Acordos de revenda	3.188	398		3.602	89	11	-
Outros ativos financeiros	567	356	102	1.025	55	35	10
Outros ativos financeiros designados pelo valor justo	79.399	2.251	542	82.192	94	5	1
Instrumentos financeiros derivados	450.326	23.257	2.546	476.129	95	5	-
Empréstimos e adiantamentos a bancos	45.245	5.082	848	51.175	88	10	2
Empréstimos e adiantamentos a clientes							
Empréstimos para habitação	127.644	7.592	8.448	143.684	89	5	6
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho empréstimo	8.681	20.251	2.581	31.513	28	64	8
	250.361	38.768	10.397	299.526	84		3
Empréstimos e adiantamentos a clientes	386.686	66.611	21.426	474.723	81		5
Acordos de revenda outros empréstimos similares garantidos	145.794	28.475		174.284	84		-
	58.586	713	2.255	61.554	95	1	4
Outros ativos	882	105		1.008	88	10	2
Total ativos	1.309.940	132.706	28.711	1.471.357	89	9	2

Em 31 de dezembro de 2012	Sólidas (Gestão de Grau) £m	Satisfatórias BB+ a B £m	Risco elevado (B- e a baixo) £m	Exposição máxima ao Risco de crédito £m	Sólidas (Gestão de Grau) %	Satisfatórias BB+ a B %	Risco elevado (B- e a baixo) %
O Grupo							
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	106.894	-	-	106.894	100	-	-
Itens em fase de cobrança a outros bancos outros bancos	1.612	100	100	1.812	88	6	6
<i>Ativos da carteira de negociação</i>							
Total títulos de dívida	116.743	4.922	1.699	123.364	95	4	1
Produtos de Base	74	821	479	1.374	5	60	35
<u>Ativos da carteira de negociação</u>	<u>116.817</u>	<u>5.743</u>	<u>2.178</u>	<u>124.738</u>	<u>93</u>	<u>5</u>	<u>2</u>
<i>Ativos financeiros designados ao justo valor:</i>							
<i>Valor</i>							
Empréstimos brutos e adiantamentos	19.484	1.487	989	21.960	89	7	4
Total títulos de dívida	1.163	184	748	2.095	55	9	36
Acordos de revenda	4.018	1.554	207	5.779	69	27	4
<u>Outros ativos financeiros</u>	<u>655</u>	<u>1.079</u>	<u>61</u>	<u>1.795</u>	<u>36</u>	<u>60</u>	<u>4</u>
<u>Outros ativos financeiros designados pelo valor justo</u>	<u>25.320</u>	<u>4.304</u>	<u>2.005</u>	<u>31.629</u>	<u>80</u>		<u>6</u>
<u>Instrumentos financeiros derivados</u>	<u>515.109</u>	<u>19.875</u>	<u>3.980</u>	<u>538.964</u>	<u>95</u>	<u>4</u>	<u>1</u>
<u>Empréstimos e adiantamentos a bancos</u>	<u>41.624</u>	<u>2.594</u>	<u>2.574</u>	<u>46.792</u>	<u>89</u>	<u>5</u>	<u>6</u>
<i>Empréstimos e adiantamentos a clientes</i>							
Empréstimos para habitação	134.009	25.847	11.416	171.272	78		7
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho empréstimo	14.226	45.388	4.878	64.492		70	8
	<u>119.856</u>	<u>59.370</u>	<u>16.944</u>	<u>196.170</u>	<u>61</u>	<u>30</u>	<u>9</u>
<u>Empréstimos e adiantamentos a clientes</u>	<u>268.091</u>	<u>130.605</u>	<u>33.238</u>	<u>431.934</u>	<u>62</u>	<u>30</u>	<u>8</u>
<i>Acordos de revenda</i>							
outros empréstimos similares garantidos	117.719	34.653	1.293	153.665	77		1
	<u>57.793</u>	<u>3.253</u>	<u>2.562</u>	<u>63.608</u>	<u>91</u>	<u>5</u>	<u>4</u>
Outros ativos	2.130	417	73	2.620	81		3
Total ativos	1.253.109	201.544	48.003	1.502.656	84		3

Análise de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Em 31 de dezembro de 2012	Sólidas (Gestão de Grau) £m	Satisfatórias BB+ a B £m	Risco elevado (B- e a baixo) £m	Exposição máxima ao Risco de crédito £m	Sólidas (Gestão de Grau) %	Satisfatórias BB+ a B %	Risco elevado (B- e a baixo) %
O Banco							
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	103.087	-	-	103.087	100	-	-
Itens em fase de cobrança a outros bancos outros bancos	1.399	163	72	1.634	86	10	4
Ativos da carteira de negociação							
Total títulos de dívida	73.467	2.587	1.225	77.279	95	3	2
Produtos de Base	61	821	479	1.361	5	60	35
Ativos da carteira de negociação	73.528	3.408	1.704	78.640	94	4	2
Ativos financeiros designados ao justo valor: Valor							
Empréstimos brutos e adiantamentos	20.430	1.241	228	21.899	93	6	1
Total títulos de dívida	18.974	2	222	19.198	99	-	1
Acordos de revenda	2.183	291		2.492	87	12	1
Outros ativos financeiros	608	260	59	927	66	28	6
Outros ativos financeiros designados pelo valor justo	42.195	1.794	527	44.516	95	4	1
Instrumentos financeiros derivados	523.323	19.618	3.980	546.921	96	3	1
Empréstimos e adiantamentos a bancos	44.782	5.215	2.290	52.287	86	10	4
Empréstimos e adiantamentos a clientes							
Empréstimos para habitação	116.339	9.903	7.274	133.516	87	7	6
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho empréstimo	9.654	20.614	2.553	32.821	29	63	8
	290.529	45.482	15.432	351.443	83		4
Empréstimos e adiantamentos a clientes	416.522	75.999	25.259	517.780	80		5
Acordos de revenda outros empréstimos similares garantidos	134.371	25.773	1.292	161.436	83		1
	44.129	1.304	2.372	47.805	92	3	5
Outros ativos	1.028	112	30	1.170	88	10	2
Total ativos	1.384.364	133.386	37.526	1.555.276	89	9	2

Abaixo estão descritas as análises de maturidade dos empréstimos e adiantamentos que venceram mas não têm imparidade e dos que têm imparidade:

Empréstimos e adiantamentos vencidos mas sem imparidade (auditado)						
	Vencido até a 1 mês	Vencido a 1-2 meses	Vencido a 2-3 meses	Vencido a 3-6 meses	Vencido a 6 meses e Mais de	Total
A 31 dezembro 2011	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo						
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	108	50	39		176	392
Empréstimos para habitação	127	23	48	42	39	279
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho empréstimo	133	6	6	8	35	188
	4.261	471	459	236	427	5.854
Total	4.629	550	552	305	677	6.713
O Banco						
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	108	30	-	8	56	202
Empréstimos para habitação	76		29	30		170
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho empréstimo	118	1	4	3	29	155
	4.223	381	348	218	443	5.613
	4.525	426	381	259	549	6.140
Empréstimos e adiantamentos vencidos mas sem imparidade (auditado)						
	Vencido até a 1 mês	Vencido a 1-2 meses	Vencido a 2-3 meses	Vencido a 3-6 meses	Vencido a 6 meses e Mais de	Total
A 31 dezembro 2011	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo						
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	56	46	-	3	327	432
Empréstimos para habitação	35	5		31		114
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho empréstimo	117	29	27	48	127	348
	8.343	315	298	315	236	9.507
Total	8.551	395	347	397	711	10.401
O Banco						
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	36	4	-	-	87	127
Empréstimos para habitação		5				68
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho empréstimo	88	9			115	246
	6.514	326	174	163	172	7.349
Total	6.655	344	202	202	387	7.790

Análise de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Empréstimos e adiantamentos avaliados como enfraquecidos									
	Colectivamente avaliados							Individualmente avaliado	Total
	Vencido até 1 mês	Vencido 1-2 meses	Vencido 2-3 meses	Vencido 3-6 meses	Vencido 6 meses e mais	Total			
	£m	£m	£m	£m	£m	£m			
A 31 dezembro 2011									
O Grupo									
Empréstimos para habitação	4.649	2.297	650	888	1.964	10.448	783	11.231	
Os cartões de crédito, empréstimos não garantidos e Outros empréstimos comerciais	1.539	938	345	550	2.864	6.236	1.617	7.853	
Crédito a empresas	344	57	46	57	872	1.376	7.449	8.825	
Total	6.532	3.292	1.041	1.495	5.700	18.060	9.849	27.909	
O Banco									
Empréstimos para habitação	4.247	1.587	462	624	716	7.636	493	8.129	
Os cartões de crédito, empréstimos não garantidos e Outros empréstimos comerciais	1.018	582	187	305	1.886	3.978	477	4.455	
Crédito a empresas	279	42	26	34	650	1.031	5.951	6.982	
Total	5.544	2.211	675	963	3.252	12.645	6.921	19.566	
Empréstimos e adiantamentos avaliados como enfraquecidos									
	Colectivamente avaliados							Individualmente avaliado	Total
	Vencido até 1 mês	Vencido 1-2 meses	Vencido 2-3 meses	Vencido 3-6 meses	Vencido 6 meses e mais	Total			
	£m	£m	£m	£m	£m	£m			
A 31 dezembro 2011									
O Grupo									
Empréstimos para habitação	4.034	2.636	550	1.345	2.113	10.678	382	11.060	
Os cartões de crédito, empréstimos não garantidos e Outros empréstimos comerciais	1.390	1.117	357	885	3.585	7.334	702	8.036	
Crédito a empresas	138	71	71	81	455	816	9.607	10.423	
Total	5.562	3.824	978	2.311	6.153	18.828	10.691	29.519	
O Banco									
Empréstimos para habitação	3.601	1.536	453	575	694	6.859	343	7.202	
Os cartões de crédito, empréstimos não garantidos e Outros empréstimos comerciais	895	652	200	354	2.648	4.749	96	4.845	
Crédito a empresas	128	69	68	75	390	730	7.116	7.846	
Total	4.624	2,257	721	1.004	3.732	12.338	7.555	19.893	

Provisões para imparidade

Os movimentos na provisão para imparidade durante o ano foram os seguintes:

Movimentos na provisão para imparidade por classe de ativo

	No início do ano	Aquisições e alienações	desconto	Trocas	Montantes dispensados	Reembolsos	Valores cobrados	Saldo
				e outros ajustamentos			demonstração de resultados	a 31 de dezembro
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
2012								
O Grupo								
Empréstimos para habitação	834	-	(45)	(33)	(382)		457	855
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	4.540	(59)	(144)	(248)	(2.102)	119	1.674	3.780
empréstimo	5.223	(21)	(22)	(5)	(1.635)	69	1.432	5.041
Total provisão imparidade	10.597	(80)	(211)	(286)	(4.119)	212	3.563	9.676
O Banco								
Empréstimos para habitação	286	-	(6)	(18)	(47)	2	78	295
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	2.974	-	(105)	(112)	(1.308)	(1.286)	83	1.056
empréstimo	2.717	-	-	(112)	(1.308)	39	1.052	3.830
Total provisão imparidade	7.419	-	(111)	(135)	(2.641)	124	2.186	6.842

Movimentos na provisão para imparidade por classe de ativo

	No início do ano	Aquisições e alienações	desconto	Trocas	Montantes dispensados	Reembolsos	Valores cobrados	Saldo
				e outros ajustamentos			demonstração de resultados	a 31 de dezembro
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
2011								
O Grupo								
Empréstimos para habitação	854	(2)	(80)	(101)	(184)		333	834
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	5.919	(4)	(154)	(145)	(3.292)	139	2.077	4.540
empréstimo	5.659	(12)	(9)	(194)	(1.689)	112	1.356	5.223
Total provisão imparidade	12.432	(18)	(243)	(440)	(5.165)	265	3.766	10.597
O Banco								
Empréstimos para habitação	215	-	(5)	(3)	(41)		107	286
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	3.450	-	(110)	4	(1.610)	127	1.113	2.974
empréstimo	4.459	-	-	(117)	(1.353)	43	1.127	4.159
Total provisão imparidade	8.124	-	(115)	(116)	(3.004)	183	2.34	7.419

Análise de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Taxas de perda de empréstimo

	Crédito bruto e outras vantagens	Perda de abono	Crédito líquido de imparidade	Alteração da imparidade	Rácio de perdas
	£m	£m	£m	£m	bps
Em 31 de dezembro					
O Grupo					
2012	476.303	9.676	466.627	3.559	75
2011	489.323	10.597	478.726	3.790	77
O Banco					
2012	532.740	6.842	525.898	2.192	41
2011	577.486	7.419	570.067	2.387	41

Riscos do mercado de crédito do Barclays Capital ^a

Riscos do mercado de crédito do Barclays Capital							
A 31 dezembro	2012	2011	2012	2011	Justo Valor (perdas)/ ganhos e financiamento líquido	Custo de imparidade líquido	Total (perdas)/ Ganhos
	\$m	\$m	£m	£m	£m	£m	£m
Hipotecas Residenciais EUA							
ABS CDO Super Sênior	2.243	2.844	1.387	1.842	(33)	(232)	(265)
EUA sub-prime e Alt-A	1.129	2.134	698	1.381	83	(22)	61
Hipotecas Comerciais							
Empréstimos comerciais imobiliários e propriedades	4.411	8.228	2.727	5.329	115	-	115
Títulos comerciais garantidos com hipoteca	411	1.578	254	1.022	154	-	154
Protecção Monolinha a CMBS	-	-	-	9	-	-	-
Outros riscos Mercado de Crédito							
Financiamento alavancado c	5.732	6.278	3.544	4.066	(54)	11	(43)
SIVs, SIV-Lites e CDPCs	-	9	-	6	(1)	-	(1)
Protecção Monolinha a CLO e outros	956	1.729	591	1.120	(29)	-	(29)
CLO e outros ativos	176	596	109	386	52	-	52
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito	15.058	23.410	9.310	15.161	287	(243)	44

Ao longo de 2012, as exposições ao mercado de crédito diminuíram em £5,851m para £9,310m, refletindo vendas líquidas e abatimentos de outros movimentos de £5,436m, movimentos de câmbio externo de £459m, compensações de ganhos e cobranças por imparidade por valor justo líquido de £44m.

As vendas líquidas, abatimentos e outros movimentos de £5,436m incluem:

- £2,497m de empréstimos imobiliários e propriedades comerciais incluindo a venda da BauBeCon por £898m (€1,131m) em agosto, 100% de participação na Archstone por £857 (\$1,338m) e a venda da Calwest por £341m (550m) em setembro;
- £693m sub-prime dos E.U. e Alt-A;
- EUA sub-prime e Alt-A
- £470m de finanças alavancadas principalmente relacionadas com três contrapartes;
- £449m de proteções monoline em CLO e outros; e
- £317m CLO e outros ativos.

São contadas as exposições financeiras alavancadas Super Sênior ABS CDO na imparidade amortizada de custo menor. Os valores justo destas exposições a 31 de dezembro de 2012 eram £922m e £3,059m respetivamente (31 de dezembro de 2011: £917m e £3,350m). Materialmente, todas as outras exposições ao mercado de crédito são contadas para uma base de valor justo.

Notas

a Como a maioria das exposições é mantida em Dólares americanos, as exposições acima são indicadas em Dólares americanos e Libras Esterlinas.

b Os ativos colaterais de £719m (31 de dezembro de 2011: £2,272m) que previamente realçavam o empréstimo Protium estão agora incluídos nas classes de ativos relevantes pois os ativos são agora geridos juntamente com exposições ao mercado de crédito semelhantes. Estes ativos englobam: sub-prime dos E.U. e Alt-A £352m (31 de dezembro de 2011: £965m), garantias comerciais seguradas por hipotecas £258m (31 de dezembro de 2011: £921m), CLO e outros Ativos £109m (31 de dezembro de 2011: £386m).

c Inclui compromissos não retirados de £202m (31 de dezembro de 2011: £180m).

Exposições do Grupo aos países da Eurozona (auditado)

Visão geral

O Grupo reconhece o risco de crédito e mercado resultantes da atual volatilidade na Eurozona e continua a monitorizar de perto os acontecimentos enquanto toma precauções coordenadas para mitigar os riscos associados com o complicado cenário económico. Os riscos associados com uma potencial separação parcial da área do Euro incluem:

- Risco direto resultante do incumprimento soberano de um país que está de saída e do impacto na economia e contrapartes do Grupo desse país;
- Risco indireto resultante do impacto subsequente na economia e contrapartes do Grupo em outros países da Eurozona; - Risco indireto resultante de derivados de crédito que têm como referência a dívida soberana da Eurozona (ver página 58); e
- Risco de denominação direto no potencial desencontro de câmbio dos ativos e passivos no balanço das operações locais do Grupo em países da Eurozona (ver página 59).

O Grupo realiza, e continua a realizar, testes de stress para simular a separação da área da Eurozona. Também foi executado planeamento de contingência baseado numa série de possíveis cenários que possam resultar de um agravamento da crise. Foram executados múltiplos testes para entender o impacto nos clientes, sistemas, processos e pessoal no caso dos cenários mais plausíveis. Foram ou estão a ser tomadas medidas corretivas apropriadas onde foram identificados problemas.

Ao longo de 2012 as exposições de balanço líquido do Grupo a Espanha, Itália, Portugal, Irlanda, Chipre e Grécia reduziram em 13% para £59.0bn. A exposição a clientes de retalho e empresariais reduziu 12% para £48.1bn; refletindo em grande parte o empréstimo reduzido em Espanha, Itália e Portugal como parte da gestão ativa para reduzir o risco de redenominação. A exposição soberana reduziu 29% para £5.0bn principalmente devido a uma redução nos títulos de obrigação mantidos como disponíveis para venda.

Base de preparação

Estas divulgações são preparadas com a mesma base do Relatório Anual anterior e apresentam a exposição direta de balanço ao risco de crédito e mercado por país, com os totais a refletir concessão por imparidade, liquidez e colaterais de capital mantidos onde é apropriado.

Os balanços comerciais e derivados estão relacionados com atividades do Banco de Investimento, principalmente como indicadores de mercado para posições de títulos de obrigação. As posições são mantidas a valor justo, com movimentos diários tomados através de lucro e perda:

- Os ativos e passivos comerciais são apresentados por tipo de emissor, pelo qual as posições são liquidadas na extensão permitida sob o IFRS. Quando as posições de passivo excedem as posições de ativo por tipo de contraparte, as exposições são apresentadas como nulas;
- Os ativos e passivos derivados são apresentados por tipo de contraparte, pela qual as posições são liquidadas na extensão permitida sob o IFRS. Os colaterais de capital mantidos são então adicionados para criar uma exposição líquida ao crédito. Quando as posições do passivo e os colaterais mantidos excedem as posições de ativo por tipo de contraparte, as exposições são apresentadas como nulas; e
- Os ativos designados a valor justo incluem garantias de dívida e ações, empréstimos e acordo de reaqusição invertida que foram designados a valor justo.
- Os ativos disponíveis para venda são principalmente investimentos em títulos de obrigação e outras garantias de dívida. Os balanços são reportados numa base de valor justo, com os movimentos em valor justo a passarem por outros rendimentos abrangentes (OCI).

Os empréstimos mantidos a custo amortizado^a englobam: (i) carteiras de empréstimo a retalho, predominantemente hipotecas garantidas por propriedade residencial; e (ii) carteiras de empréstimos empresariais. Os balanços estabelecidos e colaterais de capital estão excluídos desta análise.

As exposições soberanas refletem as exposições diretas aos governos centrais e locais^b, a maioria das quais são usadas para propósitos de hedging de risco de taxas de juro e liquidez. A restante parte é gerida ativamente refletindo o nosso papel como distribuidor principal líder, criador de mercado e fornecedor de liquidez para os nossos clientes. As exposições a instituições financeiras e empresariais refletem o país de operações da contraparte ou emissor, dependendo da classe do ativo analisado (incluindo subsidiários estrangeiros e sem referência a garantias além-fronteiras). As exposições ao retalho refletem o país de residência de clientes de retalho e o país de operações dos clientes de comércio bancário. A exposição fora de balanço consiste principalmente em compromissos não retirados e em garantias emitidas a terceiros em nome dos nossos clientes empresariais.

Notas

a O Grupo também entra em acordo de reaqusição invertida e outros empréstimos com garantia semelhantes, que materialmente estão totalmente colateralizados.

b Além disso, o capital mantido pelo Grupo em bancos centrais destes países, totalizando £0.7bn a 31 de dezembro de 2012 (2011: £0.8bn). Outros balanços materiais em bancos centrais estão classificados como empréstimos a instituições financeiras.

Análise de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Resumo das Exposições do Grupo

A tabela seguinte mostra a exposição do Barclays aos países da Eurozona monitorizada internamente como de alto risco e assim estando sujeita a um foco especial de gestão. Nas páginas 53 a 57 encontra-se uma análise detalhada a estes países. Encontram-se expostas nas páginas 32 a 33 as exposições a empréstimos e adiantamentos em regiões geográficas incluindo a Europa como um todo. A exposição líquida fornece a medida mais apropriada de risco de crédito ao qual o Grupo está exposto. A exposição bruta também é apresentada abaixo, juntamente com os passivos e compromissos contingentes fora do balanço. A exposição bruta reflete o total de exposições antes dos efeitos do hedging económico por meio de transação de passivos de carteira, passivos derivados, e colaterais de capital, mas após ter em conta concessões por imparidade e saldo líquido IFRS.

Exposição por país e contraparte (auditado)							Demonstração		Demonstração líquida total
	Soberano	Passivo de Instituições	Corporativo	Hipotecas imobiliárias	Empréstimo a outro retalho	do balanço líquido e outros compromissos		Passivos contingentes	
						£m	£m		
A 31 dezembro 2011									
Espanha	1.690	1.488	4.135	13.305	2.428	23.046	3.301	26.347	
Itália	2.669	528	1.962	15.591	1.936	22.686	3.082	25.768	
Portugal	637	48	1.958	3.474	1.783	7.900	2.588	10.488	
Irlanda	11	3.768	1.127	112	83	5.101	1.644	6.745	
	8	-	106	44	26	184	131	315	
Grécia	1	-	61	8	9	79	5	84	
A 31 dezembro 2011									
Espanha	2.530	987	5.345	14.654	3.031	26.547	3.842	30.389	
Itália	3.493	669	2.918	15.934	2.335	25.349	3.140	28.489	
Portugal	810	51	3.295	3.651	2.053	9.860	2.536	12.396	
Irlanda	244	4.311	977	94	86	5.712	1.582	7.294	
		-	128	51	2	196	127	323	
Grécia		2	67	5		106	26	132	

Ao longo de 2012, a exposição soberana do Grupo a Espanha, Itália, Portugal, Irlanda, Chipre e Grécia reduziu em 29% para £5.0bn. A exposição líquida Espanhola reduziu em 33% para £1.7bn devido ao descarte de títulos do governo disponíveis para venda, mantidos para propósitos de hedging de taxas de juro e liquidez, que foram substituídos por swaps de taxas de juro com contrapartes alternativas. A exposição soberana Italiana diminuiu em 24% para £2.7bn principalmente devido a uma redução de títulos de obrigação mantidos como disponíveis para venda.

A exposição de hipoteca residencial reduziu em 5% para £32.5bn, refletindo novas originações mais baixas por Espanha, Itália e Portugal de acordo com a estratégia do Grupo para reduzir o risco de redenominação. Outros empréstimos a retalho diminuíram em 17% para £6.3bn principalmente devido a uma redução nos empréstimos a clientes de comércio bancário em Espanha e Portugal como resultado das condições económicas difíceis. A exposição empresarial reduziu 27% para £9.3bn, refletindo em grande parte a redução de empréstimos em Espanha, Itália e Portugal como parte da gestão ativa para reduzir o desencontro de financiamento líquido agregado nos balanços locais. As exposições a instituições financeiras caíram marginalmente em 3% para £5.8bn, com exposição reduzida na Irlanda de £0.5bn e Itália de £0.1bn compensando um aumento em Espanha de £0.5bn.

Exposição por país e contraparte (auditado)								
	Soberano	Passivo de Instituições	Corporativo	Hipotecas imobiliárias	Empréstimo a outro retalho	Demonstração do balanço líquido e outros compromissos		Demonstração líquida total
						Passivos contingentes		
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
A 31 dezembro 2012								
Espanha	2.523	9.253	4.447	13.305	2.428	31.956	3.301	35.257
Itália	5.428	7.687	2.348	15.591	1.936	32.990	3.082	36.072
Portugal	1.035	347	2.130	3.474	1.783	8.769	2.588	11.357
Irlanda	46	8.613	1.397	112	83	10.251	1.644	11.895
	8	102	120	44	26	300	131	431
Grécia	3	1.181	61	8	9	1.262	5	1.267
A 31 dezembro 2011								
Espanha	3.278	8.593	5.751	14.654	3.031	35.307	3.842	39.149
Itália	5.530	6.921	3.469	15.934	2.335	34.189	3.140	37.329
Portugal	1.102	400	3.541	3.651	2.053	10.747	2.536	13.283
Irlanda	348	10.105	1.665	94	86	12.298	1.582	13.880
		120	128	51	2	316	127	443
Grécia		1.111	67	5		1.215	26	1.241

O Barclays tem exposições a outros países da Eurozona como descrito abaixo. Total de exposições líquidas no balanço a países individuais que sejam menores que £1bn estão representados agregadamente sob "Outros".

Exposição por país e contraparte (auditado)								
	Soberano	Passivo de Instituições	Corporativo	Hipotecas imobiliárias	Empréstimo a outro retalho	Demonstração do balanço líquido e outros compromissos		Demonstração líquida total
						Passivos contingentes		
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
A 31 dezembro 2012								
	3.746	5.345	3.905	2.607	121	15.724	7.712	23.436
Alemanha	277	4.454	4.945	27	1.734	11.437	6.604	18.041
Holanda	3.503	4.437	2.002		92	10.050	2.205	12.255
Luxemburgo		1.481	704	151	49	2.398	812	3.210
Bélgica	2.548	284	239	9	6	3.086	1.525	4.611
Áustria		228	187	5	-	1.467	127	1.594
Filândia	1.044	209	140	3	-	1.396	461	1.857
Outros	210	9		26	41	310		335
A 31 dezembro 2011								
	4.189	4.969	4.232	2.796	260	16.446	8.121	24.567
Alemanha	3.444	2.570	2.963		1.551	10.542	6.623	17.165
Holanda	244	4.596	1.807		4	6.665	1.899	8.564
Luxemburgo a	-	1.842	809	103	85	2.839	765	3.604
Bélgica	2.033	42	282	10	-	2.367	881	3.248
Áustria	134	360	237	5	2	738	119	857
Filândia	298	47	43	3	-	391	447	838
Outros	202	3	35	32	43	315	49	364

Nota

a A exposição a instituições financeiras foi reformulada para excluir exposições a entidades supranacionais.

Análise de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Ao longo de 2012 as exposições líquidas no balanço do Grupo a outros países da Eurozona aumentou em 14% para £45.9bn. A exposição soberana aumentou 17% para £12.4bn principalmente devido a um aumento nos títulos de obrigação mantidos como disponíveis para venda na Holanda, Áustria e Finlândia de £4.4bn, parcialmente compensados por uma redução em exposições transacionadas à Alemanha de £3.0bn. As exposições a instituições financeiras e empresariais aumentaram 14% e 17%, para £16.4bn e £12.1bn respetivamente, refletindo aumentos em garantias emitidas por contrapartes Alemãs.

Exposição por país e contraparte (auditado)

	Soberano	Passivo de Instituições	Corporativo	Hipotecas imobiliárias	Empréstimo a outro retalho	Demonstração do balanço líquido e outros	Passivos contingentes e compromissos	Demonstração líquida total
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
A 31 dezembro 2012								
	6.310	44.631	5.301	2.607	121	58.970	7.712	66.682
Alemanha	7.413	45.686	7.156	27	1.734	62.016	6.604	68.620
Holanda	5.365	20.217	2.856		92	28.546	2.205	30.751
Luxemburgo		5.092	1.061	151	49	6.366	812	7.178
Bélgica	3.764	6.214	560	9	6	10.553	1.525	12.078
Áustria	1.332	2.320	273	5	-	3.930	127	4.057
Finlândia	1.624	7.228	265	3	-	9.120	461	9.581
Outros	525	28	29	26	41	649		674
A 31 dezembro 2011								
	6.636	44.879	5.771	2.796	260	60.342	8.121	68.463
Alemanha	9.105	45.639	5.708		1.551	62.017	6.623	68.640
Holanda	2.116	14.399	7.273		4	23.806	1.899	25.705
Luxemburgo	1.034	4.221	1.056	103	85	6.499	765	7.264
Bélgica	2.889	9.760	653	10	-	13.312	881	14.193
Áustria	454	2.922	289	5	2	3.672	119	3.791
Finlândia	1.023	11.821	127	3	-	12.974	447	13.421
Outros	489	35	35	32	43	634	49	683

Espanha (auditada)

Valor justo através de lucros ou perdas.	Carteira de negociação						Derivados			Designado pelo FV		Total		
	Ativos		Passivos		Líquido	Ativos		Passivos		Numerário colateral	Líquido	Ativos	2012	2011
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	
A 31 dezembro	905	(806)	99	27	(27)	-	-	-	-	-	99	-	-	
Soberano	577	(117)	460	7.648	(7.560)	(88)	-	-	291	751	221	-	-	
Instituições financeiras	272	(106)	166	489	(206)	-	283	365	814	629	-	-	-	
Corporativo														

Ativo disponível para venda	Custo ^a		Reserva AFS		2012	2011
Valor justo por meio do património	£m	£m	£m	£m	Total	Total
A 31 dezembro	1.588	(26)	1.562	2.468		
Soberano	491	(11)	480	490		
Instituições financeiras	10	-	10	2		
Corporativo						

Empréstimos brutos	Perda de subsídios		2012	2011
Realizada pelo custo amortizado	bruto	bruto	Total	Total
A 31 dezembro	£m	£m	£m	£m
Soberano	29	-	29	62
Instituições financeiras	271	(14)	257	276
Hipotecas residenciais	13.424	(119)	13.305	14.654
Corporativo	4.371	(1.060)	3.311	4.714
Outros empréstimos comerciais	2.564	(136)	2.428	3.031

Passivos contingentes e compromissos	2012	2011
A 31 dezembro	£m	£m
Soberano	-	188
Instituições financeiras	88	22
Hipotecas imobiliárias	12	20
Corporativo	1.938	2.510
Outros empréstimos comerciais	1.263	1.102

Nota

a "Custo" refere-se ao valor justo do ativo no reconhecimento, menos qualquer imparidade registada. "Reserva AFS" é o ganho ou perda acumulada de valor justo nos ativos que é mantido em capital. "Total" é o valor justo dos ativos na data de balanço.

Revisão do risco

Risco de Crédito

Todas as divulgações nesta secção estão auditadas a não ser que o contrário esteja indicado

Soberanos

– £1,562m (2011: £2,468m) participações AFS em títulos de obrigação. Sem imparidade e £26m (2011: £51m) perda acumulada de valor justo mantida na reserva AFS.

Instituições financeiras

– £751m (2011: £221m) mantidos como valor justo através de lucro e perda, predominantemente garantias de dívida mantidas pelo Banco de Investimento para suportar atividades de negociação e de criação de mercado;

e

– £480m (2011: £490m) ativos AFS com £11m (2011: £17m) perda acumulada mantida na reserva AFS.

Hipotecas residenciais

– £13,305m (2011: £14,654m) totalmente garantidos em propriedade residencial com balanço médio medido pela avaliação de mercado LTV de 64.6% (2011:

60.1%). O aumento em LTV é refletido na cobertura CRL de 36% (2011: 28%); e

– As taxas de reverses aumentaram para 0.7% (2011: 0.5%) enquanto as taxas brutas de cobrança aumentaram para 1.1% (2011: 0.6%).

Empresas

– Empréstimos líquidos a empresas de £3,311m (2011: £4,714m) com CRLs de £1,887m (2011: £2,073), concessão por imparidade de £1,060m (2011: £1,187m) e cobertura CRL de 56% (2011: 57%). Os balanços em listas de pré-aviso aumentaram em novembro de 2010. A carteira é mantida sob revisão atenta e a imparidade reconhecida como apropriada;

– Empréstimo líquido à indústria de propriedade e construção de £1,188m (2011: £1,866m) vastamente garantida em colaterais de imobiliário, com CRLs de £1,429m (2011: £1,664m), concessão por imparidade de £820m (2011: £810m) e cobertura CRL de 57% (2011: 49%);

– A imparidade empresarial em Espanha esteve no seu nível mais alto durante a primeira metade de 2010 quando foram refletidos declínios na propriedade comercial no início do ciclo; e

– £359m (2011: £488m) empréstimos a multinacionais e grandes empresas nacionais, que continua a desempenhar.

Outros empréstimos a retalho

– £1,052m (2011: £1,115m) cartões de crédito e empréstimos sem garantia. Taxas de reverses a 30 e 90 dias e taxas de cobrança em cartões de crédito e empréstimos sem garantia mantiveram-se geralmente estáveis em 2012; e

– £1,045m (2011: £1,529m) de empréstimos a pequenas e médias empresas (PMEs), principalmente com garantias de propriedade residencial ou comercial.

Itália (auditada)

Valor justo através de lucros ou perdas.	Carteira de negociação			Derivados			Designado pelo FV		Total	
	Ativos	Passivos	Líquido	Ativos	Passivos	Numerário colateral	Líquido	Ativos	2012	2011
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
A 31 dezembro										
Soberano	2.178	(2.178)	-	1.702	(581)	-	1.121	2	1.123	1.144
Instituições financeiras	271	(85)	186	7.074	(5.341)	(1.733)	-	166	352	456
Corporativo	282	(116)	166	477	(214)	(56)	207	326	699	171
Ativo disponível para venda										
Valor justo por meio do patrimônio							Custo ^a	Reserva AFS	2012 Total	2011 Total
A 31 dezembro							£m	£m	£m	£m
Soberano							1.509	28	1.537	2.334
Instituições financeiras							134	4	138	138
Corporativo							27	2	29	27
Empréstimos brutos										
Realizada pelo custo amortizado							bruto	Perda de subsídios	2012 Total	2011 Total
A 31 dezembro							£m	£m	£m	£m
Soberano							9	-	9	
Instituições financeiras							38	-	38	75
Hipotecas residenciais							15.698	(107)	15.591	15.934
Corporativo							1.354	(120)	1.234	2.720
Outros empréstimos comerciais							2.042	(106)	1.936	2.335
Passivos contingentes e compromissos										
A 31 dezembro									2012	2011
Instituições financeiras									£m	£m
Hipotecas residenciais									90	17
Corporativo									45	101
Outros empréstimos comerciais									2.158	2.034
									789	988

Soberano

Predominantemente £1,537m (2011: £2,334m) em títulos AFS de governo sem imparidade e £28m em ganhos acumulados de valores justos (2011: £123m perdas acumuladas de valor justo) mantidos na reserva AFS.

Hipotecas residenciais

£15,591m (2011: £15,934m) garantidos em propriedade residencial com uma avaliação média medida por avaliação de mercado LTV de 46.7% (2011: 46,9%). Cobertura CRL de 23% (2011: 25%) permanece estável; e

Os reverses a 90 dias a 1.0% (2011: 1.0%) foram estáveis; no entanto as taxas brutas de cobrança aumentaram para 0.8% (2011: 0,5%).

Corporativo

£1,234m (2011: £2,720m) focados em grandes clientes empresariais com exposição muito limitada ao setor de propriedade; e – Os balanços em listas de pré-aviso foram geralmente estáveis desde dezembro de 2011.

Outros empréstimos comerciais

£1,337m (2011: £1,615m) em adiantamentos de salário Italianos (a devolução deduzida na fonte está assegurada ao qualificar os funcionários e o Barclays no caso de terminação de contrato ou morte). As taxas de reverses sobre empréstimos de salários melhoraram durante 2012 enquanto as taxas de cobrança deterioraram; e - £434m (2011: £483m) em cartões de crédito e outros empréstimos sem garantia. As taxas de reverses (tanto a 30 como a 90 dias) e as taxas brutas de cobrança em cartões de crédito e empréstimos sem garantia melhoraram em 2012.

Nota
a "Custo" refere-se ao valor justo do ativo no reconhecimento, menos qualquer imparidade registrada. "Reserva AFS" é o ganho ou perda acumulada de valor justo acumulado mantido como capital nos ativos. "Total" é o valor justo dos ativos na data de balanço.

Análise de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Portugal (auditada)

Valor justo através de lucros ou perdas.	Carteira de negociação						Derivados			Designado pelo FV	Total	
	Ativos	Passivos	Líquido	Ativos	Passivos	Numerário colateral	Líquido	Ativos	2012	2011		
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m		
A 31 dezembro												
Soberano	144	(136)	8	262	(262)	-	-	-	8	69		
Instituições financeiras		(4)		295	(176)	(119)	-	-		11		
Corporativo	62	(16)	46	362	(151)	(5)	206	-	252	328		
Ativo disponível para venda												
Valor justo por meio do património							Custo ^a	Reserva AFS	2012 Total	2011 Total		
A 31 dezembro							£m	£m	£m	£m		
Soberano							598	(4)	594	716		
Instituições financeiras							2	-	2	2		
Corporativo							332	(1)	331	677		
Empréstimos brutos												
Realizada pelo custo amortizado							bruto	Perda de subsídios	2012 Total	2011 Total		
A 31 dezembro							£m	£m	£m	£m		
Soberano							35	-	35	25		
Instituições financeiras							28	-	28	38		
Hipotecas residenciais							3.505	(31)	3.474	3.651		
Corporativo							1.671	(296)	1.375	2.290		
Outros empréstimos comerciais							1.985	(202)	1.783	2.053		
Passivos contingentes e compromissos												
A 31 dezembro									2012 Total	2011 Total		
Soberano									£m	£m		
Instituições financeiras									-	3		
Hipotecas residenciais									1	3		
Corporativo									25	52		
Outros empréstimos comerciais									889	1.101		
									1.673	1.377		

Soberano

£637m (2011: £810m) principalmente em títulos AFS de governo. Sem imparidade e £4m (2011: £159m) em perda acumulada de valor justo mantida na reserva AFS.

Hipotecas residenciais

Garantidas por propriedade residencial com balaço médio medido com avaliação de mercado LTV de 77.6% (2011: 69,6%). O LTV mais alto é refletido numa cobertura CRL mais alta de 25% (2011: 14%); e

As taxas de reverses a 90 dias mantiveram-se estáveis a 0.7% (2011: 0.6%) enquanto a cobertura de imparidade de recuperações melhorou para 25.6% (2011: 15.0%) causado por um aumento nas perda devido a taxas de incumprimento.

Corporativo

Empréstimos líquidos a empresas de £1,375m (2011: £2,290m), com CRLs de £501m (2011: £443m), compensação por imparidade de £296m (2011: £194m) e cobertura CRL de 59% (2011: 44%); e

Empréstimos líquidos à indústria de propriedade e construção de £364m (2011: £541m) garantidos, em parte, por colaterais imobiliários, com CRLs de £275m (2011: £277m), concessão por imparidade de £149m (2011: £107m) e cobertura CRL de 54% (2011: 39%).

Outros empréstimos comerciais

£950m (2011: £1,052m) em cartões de crédito e empréstimos sem garantia. Ao longo de 2012, as taxas de reverses em carteira de cartões deteriorou enquanto as taxas de cobrança melhoraram; e

Cobertura CRL de 74% (2011: 78%) causada por exposição de cartões de crédito e empréstimos sem garantia.

Nota

a "Custo" refere-se ao valor justo do ativo no reconhecimento, menos qualquer imparidade registada. "Reserva AFS" é o ganho ou perda acumulada de valor justo acumulado mantido como capital nos ativos. "Total" é o valor justo dos ativos na data de balanço.

Irlanda (auditada)

Valor justo através de lucros

ou perdas.	Carteira de negociação			Derivados			Designado pelo FV		Total	
	Ativos	Passivos	Líquido	Ativos	Passivos	Numerário colateral	Líquido	Ativos	2012	2011
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
A 31 dezembro										
Soberano	35	(35)	-	-	-	-	-	2	2	39
Instituições financeiras	1.003	32%	971	4.813	(3.828)	(985)	-	582	1.553	1.561
Corporativo	170	(37)	133	386	(35)	(198)	153	7	293	52

Ativo disponível para venda										
							Custo ^a	Reserva AFS	2012	2011
Valor justo por meio do património							£m	£m	£m	£m
A 31 dezembro										
Soberano							9	-	9	205
Instituições financeiras							63	(3)	60	249
Corporativo							4	-	4	-

Empréstimos brutos										
							Perda de	2012	2011	
Realizada pelo custo amortizado							bruto	subsídios	Total	Total
A 31 dezembro							£m	£m	£m	£m
Instituições financeiras							2.309	(154)	2.155	2.501
Hipotecas residenciais							122	(10)	112	94
Corporativo							866	(36)	830	925
Outros empréstimos comerciais							83	-	83	86

Passivos contingentes e compromissos										
							2012	2011		
A 31 dezembro							£m	£m		
Instituições financeiras							628	702		
Corporativo							1.007	872		
Outros empréstimos comerciais							9	8		

Instituições financeiras

Exposição focada em instituições financeiras com ratings de classificação de investimento; - Exposição a bancos Irlandeses calculada em £102m (2011: £58m);

e

£1.4bn (2011: £1.3bn) de empréstimos relacionados com emissores com domicílio na Irlanda cujos principais negócios e exposições estão fora da Irlanda.

Corporativo

£830m (2011: £925m) em empréstimos e adiantamentos líquidos, incluindo uma parte significativa a outras entidades multinacionais com domicílio na Irlanda, cujos principais negócios e exposições estão fora da Irlanda; e

A carteira continua a atuar e não foi materialmente impactada pelo declínio no setor de propriedade.

Notas

a "Custo" refere-se ao valor justo do ativo no reconhecimento, menos qualquer imparidade registada. "Reserva AFS" é o ganho ou perda acumulada de valor justo acumulado mantido como capital nos ativos. "Total" é o valor justo dos ativos na data de balanço.

b A figura comparativa foi reconfigurada seguindo a redesignação do final do ano das contrapartes.

Análise de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Chipre (auditada)

Valor justo através de lucros
ou perdas.

	Carteira de negociação			Derivados			Designado	Total		
	Ativos	Passivos	Líquido	Ativos	Passivos	Numerário colateral	Líquido	Ativos pelo FV	2012	2011
A 31 dezembro	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Instituições financeiras	-	-	-	102	(102)	-	-	-	-	-
Corporativo	-	-	-	26	(8)	(6)	-	-	12	11

Empréstimos brutos	Perda de subsídios		2012	2011
Realizada pelo custo amortizado	bruto	subsidios	Total	Total
A 31 dezembro	£m	£m	£m	£m
Soberano	8	-	8	
Hipotecas residenciais	44	-	44	51
Corporativo	94	-	94	117
Outros empréstimos comerciais	26	-	26	2

Passivos contingentes e compromissos	2012	2011
A 31 dezembro	£m	£m
Corporativo	94	107
Outros empréstimos comerciais	37	20

Grécia (auditada)

Valor justo através de lucros
ou perdas.

	Carteira de negociação			Derivados			Designado pelo FV		Total	
	Ativos £m	Passivos £m	Líquido £m	Ativos £m	Passivos £m	Numerário colateral £m	Líquido £m	Ativos £m	2012 £m	2011 £m
A 31 dezembro										
Soberano	3	(2)	1	-	-	-	-	-	1	8
Instituições financeiras	-	-	-	1.181	(231)	(950)	-	-	-	2
Corporativo	3	-	3	-	-	-	-	-	3	3
Ativo disponível para venda										
Valor justo por meio do patrimônio							Custo ^a	Reserva AFS	2012 Total	2011 Total
A 31 dezembro							£m	£m	£m	£m
Soberano							-	-	-	6
Empréstimos brutos										
Realizada pelo custo amortizado							bruto	Perda de subsídios	2012 Total	2011 Total
A 31 dezembro							£m	£m	£m	£m
Hipotecas residenciais							8	-	8	5
Corporativo							58	-	58	64
Outros empréstimos comerciais							22	(13)	9	18
Passivos contingentes e compromissos										
A 31 dezembro									2012 £m	2011 £m
Instituições financeiras									-	1
Corporativo									3	3
Outros empréstimos comerciais									2	22

Nota

a "Custo" refere-se ao valor justo do ativo no reconhecimento, menos qualquer imparidade registrada. "Reserva AFS" é o ganho ou perda acumulada de valor justo acumulado mantido como capital nos ativos. "Total" é o valor justo dos ativos na data de balanço.

Análise de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Análise de exposições indiretas

A Exposição indireta a soberanos pode surgir através de várias fontes diferentes, incluindo derivados de crédito que têm a dívida soberana como referência; garantias a fundos de poupança ou investimento que mantêm risco soberano; empréstimos a instituições financeiras que mantêm elas próprias exposição a soberanos e garantias, implícitas ou explícitas, dos soberanos às contrapartes do Grupo.

Derivados de crédito que têm a dívida soberana como referência

O Grupo entra em acordos de mitigação de crédito (principalmente swaps de incumprimento de crédito e swaps de rendimento total) para os quais o ativo de referência é a dívida governamental. Para Espanha, Itália e Portugal, estes têm o efeito líquido de reduzir a exposição do Grupo no caso de incumprimento soberano. É apresentada abaixo uma análise dos derivados de crédito do Grupo com a dívida soberana como referência.

	Espanha £m	Itália £m	Portugal £m	Irlanda £m	Chipre £m	Grécia £m
A 31 dezembro 2012						
Justo Valor						
- Compradas	656	1.092	337	84	1	-
- Vendidas	(640)	(1.026)	(327)	(94)	(1)	-
Valor justo do derivativo Net	16	66	10	(10)	-	-
Contrato valor nocional						
- Compradas	(11.840)	(18.008)	(3.535)	(3.220)	(7)	-
- Vendidas	11.702	17.635	3.437	3.274	7	-
Valor nocional derivado Net	(138)	(373)	(98)	54	-	-
Rede de proteção de derivativos de crédito, em caso de default soberano (valor justo menos nocional)	(122)	(307)	(88)	44	-	-
A 31 dezembro 2011						
Rede de proteção de derivativos de crédito, em caso de default soberano (valor justo menos nocional)	(157)	(374)	(26)	(49)	-	19

As quantias de valores justos e reais de ativos e passivos derivados de crédito seriam mais baixos que o reportado sob o IFRS se fosse permitida a liquidação de ativos e passivos com a mesma contraparte ou para os quais mantenhemos colaterais de capital. É apresentada abaixo uma análise dos efeitos de tal liquidação.

	Espanha £m	Itália £m	Portugal £m	Irlanda £m	Chipre £m	Grécia £m
A 31 dezembro 2012						
Justo Valor						
- Compradas	165	289	119	33	1	-
	(149)	(223)	(109)	(43)	(1)	-
Valor justo do derivativo Net		66	10	(10)	-	-
Contrato valor nocional						
- Compradas	(2.550)	(3.943)	(1.118)	(1.006)	(4)	
	2.412	3.570	1.020	1.060	4	
Valor nocional derivado Net	(138)	(373)	(98)	54	-	-
Rede de proteção de derivativos de crédito, em caso de default soberano (valor justo menos nocional)	(122)	(307)	(88)	44	-	-
A 31 dezembro 2011						
Rede de proteção de derivativos de crédito, em caso de default soberano (valor justo menos nocional)	(157)	(374)	(26)	(49)	-	

Os derivados de crédito são contractos sob os quais o risco de incumprimento de um ativo (ativo de referência) é transferido do comprador para o vendedor do contrato de derivado de crédito. Os derivados de crédito que têm como referência os ativos soberanos são comprados e vendidos para suportar as transações do cliente e para propósitos de gestão de risco. A quantia real do contrato representa a dimensão dos contractos derivados de crédito que foram comprados ou vendidos, enquanto o valor justo representa a mudança no valor do ativo de referência. A exposição ou proteção líquida de derivados de crédito no caso da quantia de incumprimento soberano representar uma compra ou venda líquida de seguro pelo Grupo. Este seguro reduz ou aumenta a exposição total do Grupo e deve ser considerado juntamente com as exposições diretas divulgadas nas páginas anteriores.

Além disso, o Grupo tem exposição soberana indireta através das garantias de certos fundos de poupança ou investimento, que mantêm uma parte dos seus ativos em dívida soberana. A 31 de dezembro de 2012, o passivo líquido respeitante a estas garantias era de £33m (31 de dezembro de 2011: £41m).

Exposição ao Setor de Propriedade Residencial da Eurozona

A exposição ao risco e a imparidade do Barclays em Espanha e Portugal tem sido e vai ser afetada pelo setor da habitação nesses países como resultado de alterações na apetite de risco do banco num setor da habitação em declínio, onde o nível desejado de novos negócios foi reduzido, e com ele, a exposição total.

As quedas nos preços de propriedade levaram a um risco de crédito mais elevado e a cobranças de imparidade mais elevadas. A cobrança por imparidade de 2012 para o nosso registo de hipotecas residenciais em Espanha era de £72 (2011: £38m) e em Portugal era de £24m (2011: £9m). Estes aumentos foram principalmente causados por:

i) Movimentos negativos nos preços de casas: este facto diminuiu a procura no mercado e também o fornecimento de hipotecas resultando no facto de que a capacidade de um cliente vender reduziu e a probabilidade de retomadas de posse aumentou. As cobranças por imparidade aumentaram no caso de uma perda pois as perdas por incumprimento aumentaram devido a quantias mais baixas realizadas por vendas num mercado saturado; E ii) Comportamento dos clientes e uma reduzida vontade de pagar resultante da sua perceção de uma participação de capital mais baixa.

Risco de Denominação do Balanço da Eurozona

O risco de denominação é o risco de perda financeira para o Grupo no caso de um ou mais países saírem do Euro, conduzindo a uma avaliação potencialmente diferente dos balanços locais de ativos e passivos. O Grupo está diretamente exposto ao risco de denominação onde haja a possibilidade de haver uma avaliação diferente para ativos e passivos denominados localmente.

No Barclays, o comércio bancário de retalho, o comércio bancário empresarial e as atividades de gestão de capital na Eurozona estão geralmente contabilizados localmente dentro de cada país. Os ativos e passivos contabilizados localmente, principalmente empréstimos e adiantamentos a clientes e depósitos de clientes, estão predominantemente denominados em Euros. A restante necessidade de financiamento é alcançada através de financiamento local garantido com empréstimos e adiantamentos a clientes, sendo qualquer necessidade residual financiada através do Grupo.

Durante 2012 foram tomadas um série de ações de mitigação para reduzir os desencontros locais de financiamento líquido ao aumentar os passivos locais em Espanha, Portugal e Itália. Estas ações incluíram a redução de €3.2bn da Operação de Refinanciamento a Longo Prazo (LTRO) de três anos do Banco Central Europeu em Espanha e Portugal. Como resultado destas ações de mitigação, o Grupo reduziu o desencontro de financiamento líquido agregado em balanços locais de £12.1bn para um excesso de £1.9bn em Espanha, de £6.9bn para £3.3bn em Portugal e de £12.0bn para £9.6bn em Itália.

O Barclays continua a monitorizar o potencial impacto da volatilidade da Eurozona no financiamento de balanços locais e irá ter em conta as ações apropriadas para gerir o risco. A exposição direta à Grécia é muito baixa sendo necessário um financiamento líquido insignificante do Grupo. Não é necessário financiamento para balanços locais na Irlanda pelo Grupo pois o total de passivos neste país excede o total de ativos.

Análise de risco

Risco do mercado

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

O risco de mercado é o risco dos rendimentos ou capital do Grupo serem reduzidos devido à volatilidade das posições do balanço de transações ou a uma incapacidade de cobrir o balanço do registo bancário.

Análise de exposições de risco de mercado transacionadas

Após um início do ano volátil, os mercados melhoraram estavelmente ao longo do segundo semestre com ganhos dinâmicos em Q4, mesmo com algumas preocupações gerais a persistirem. O foco do Banco de Investimento em exposições de risco de mercado centrou-se em limitar as exposições ao risco ilíquido quando possível. A métrica de risco principal mostrou uma queda no risco de mercado nos níveis de 2011.

Os três principais contribuidores para DVaR foram o risco de crédito, de spread e de taxas de juro. Nos níveis de 2011, a média DVaR de risco de crédito caiu em £3m (10%), o DVaR de spread caiu em £2m (8%) e o DVaR de taxa de juro caiu em £3m (18%). O DVaR de gestão total caiu em £19m (33%) refletindo a redução acentuada na medição DVaR.

As medições de risco extremo também indicam um declínio semelhante no perfil de risco, com uma queda particularmente acentuada em 3W. No entanto, parte deste declínio pode ser atribuído ao desenrolar do período de tempo dentro da simulação histórica.

Os valores de média diária, máximo e mínimo de Dvar, queda esperada e 3W (auditado): Dezembro de 2011	Ano terminado em 31 de Dezembro de 2012			Ano terminado em 31 de		
	Média	Alto ^a	Baixo ^a	Média	Alto ^a	Baixo ^a
	£m	£m	£m	£m	£m	£m
DVaR (95%)						
Risco de crédito	26	44	18	29	48	17
Risco de Spread	23	31	17	25	40	17
Risco de taxa de juros	14	23	7	17	48	8
risco de base	11	21	5	6	6	6
risco de ações	9	19	4	18	34	9
Risco matérias-primas\ tab 14	6	9	4	12	18	7
O risco cambial	6	10	2	5	8	2
Taxa de inflação	3	7	2	4	9	2
Efeito diversificação	(60)	N	na	(54)	na	na
Total DVaR	38	75	27	57	88	33
Défice esperado	47	91	30	71	113	43
3W ^d	77	136	44	121	202	67

O risco de taxa de juro mede o impacto de alterações em taxas (swap) de juro e volatilidades em instrumentos e derivados financeiros;

– O risco de inflação mede o impacto de alterações em taxas de inflação e volatilidade em instrumentos e derivados financeiros;

O risco de spread mede o impacto de alterações no spread de swap, ou seja, a diferença entre taxas de swap e rendimentos de títulos de obrigação;

O risco de crédito mede o impacto de alterações no spread de crédito de títulos soberanos de crédito arriscado, títulos empresariais, produtos com garantia ou derivados de crédito tais como swaps de Incumprimento de Crédito;

O risco de base mede o impacto de alterações na base de teor de taxa de juro (ex.: a base entre swaps vs. 3M LIBOR e swaps vs. 6M LIBOR) e base de câmbio cruzado;

O risco de câmbio externo mede o impacto de alterações nas taxas de câmbio externo e volatilidades. O risco de capital mede o impacto de alterações em preços, volatilidades e rendimentos de dividendos de capital;

O risco de comodidades mede o impacto de alterações nos preços e volatilidades de comodidades, incluindo a base entre comodidades relacionadas; e

O efeito diversificante reflete o facto de que o risco de uma carteira diversificada é menor do que a soma dos riscos das partes que a constituem. É medida como a soma das estimativas DVaR da classe de ativos individuais menos o DVaR total.

O Banco

A exposição ao risco de mercado do Banco de Investimento, medida como média de DVaR total de 95%, diminuiu em 32% para £38m (2011: £56m).

O pico do ano foi £75m (2011: £86m) e o mais baixo do ano foi £27m (2011: £34m).

Notas

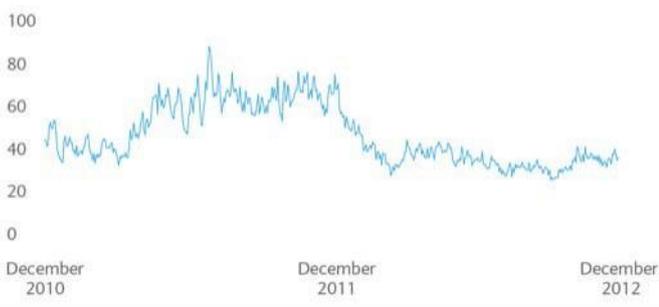
a O pico e baixo das indicações DVaR reportadas para cada categoria não ocorreram necessariamente no mesmo dia que o pico e baixo DVaR como um todo. Consequentemente um balanço de efeito de diversificação para as indicações DVaR não seria significativo e é assim omitido da tabela acima

b A diversificação para 2011 foi redefinida para aumentar a pormenorização ao reportar a classe de ativo DVaR, relacionada principalmente com o crédito e inflação, que foram aplicados para o período inteiro, e base VaR, que foi introduzida em 2011 resultando na sua contribuição parcial para a diversificação média.

c A média de todas as perdas hipotéticas de um dia acima do nível de confiança DVaR de 95%. a Média das três maiores perdas de um dia estimadas.

DVaR de gestão do Banco de Investimento

Total DVaR 2011 and 2012



O DVaR de gestão desceu acentuadamente no início de 2012 dos níveis vistos em 2011. Para o resto do ano, o DVaR permaneceu relativamente estável mas a níveis mais baixos dos que os vistos em anos recentes. As medições extremas de base VaR tais como Déficit Esperado e 3W também tiveram descidas acentuadas comparadas com 2011.

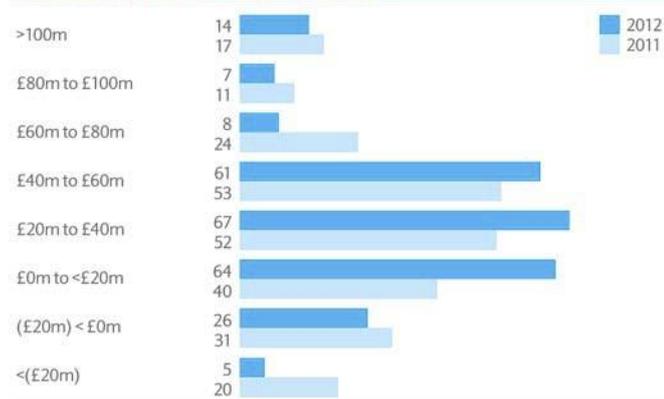
Análise de rendimento de transações (auditado)

O histograma abaixo mostra a distribuição de rendimento de transações diário para o Banco de Investimento em 2012 e 2011. O rendimento de transações exclui o rendimento de Capital Privado e Investimentos Principais.

O rendimento diário médio no Banco de Investimento em 2012 foi de £46m, 11% mais que em 2011. Houve mais dias de transações positivas em 2012 que em 2011, com 88% dos dias a gerarem rendimento de transações positivo comparado com 80% em 2011. O segundo semestre de 2012 foi muito mais forte que em 2011.

Rendimento de transações diário do Banco de Investimento

Investment Bank daily trading revenue



Análise de teste de stress

A análise aos testes de stress e cenários também indicam uma queda nos níveis de risco de mercado comparados com 2011, de acordo com a tendência no DVaR. Cenários de stress combinados mostram que um abrandamento brusco e rápido na atividade económica global é a maior ameaça às exposições de negociação. O cenário assume uma venda extrema e instantânea de todos os ativos de risco acompanhada por uma contração no crédito, e ganhos limitados em áreas seguras. O cálculo um choque instantâneo nas posições, sem a oportunidade de hedging imediato, e assume um período de espera apropriado onde a empresa pode ser incapacitada de reverter as suas posições de negociação.

Revisão do risco

Risco de mercado

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

Risco de mercado não transacionado

O risco de taxas de juro não transacionado surge da provisão de produtos e serviços bancários (não transacionados) de retalho e vendas a grosso, quando a data de fixação de preços de taxas de juro para empréstimos (ativos) é diferente da data de fixação de preços para depósitos (passivos). Isto inclui contas correntes e balancos de capital que não têm uma data de vencimento definida e uma taxa de juro que não mude de acordo com as alterações de taxa Base. O risco reside principalmente no Comércio Bancário de Retalho, Comercial Empresarial e na Tesouraria do Grupo. O objetivo do Barclays é minimizar o risco de taxas de juro não transacionadas e isto é conseguido ao transferir o risco de taxas de juro do negócio para uma Tesouraria local ou do Grupo, que por sua vez cobre a exposição líquida através do Banco de Investimento com o mercado externo. Os limites existem para assegurar que não é retido risco material em qualquer área de negócio ou de produto. A atividade de transações não é permitida fora do Banco de Investimento.

Medição do risco

O risco em cada negócio é medido e controlado usando tanto uma métrica de rendimento (Rendimentos Anuais em Risco) e de valor (Valor Económico do Capital, Capital Económico, DVaR, teste de stress de fator de risco, teste de cenário de stress).

Rendimentos Anuais em Risco (AeaR) mede a sensibilidade do rendimento de juros líquido no período de 12 meses seguinte. É calculado com a diferença entre o rendimento esperado usando a curva de rendimento atual e a estimativa de rendimento mais baixa seguindo um aumento ou descida paralelo nas taxas de juro, sujeito a uma taxa de juro mínima de 0%.

As principais considerações de modelo são:

- O balanço é mantido ao nível atual, ou seja, não é considerado qualquer crescimento; e
- Os balanços são ajustados para um perfil comportamental assumido. Isto inclui o tratamento de empréstimos de taxa fixa incluindo hipotecas.

O Valor Económico do Capital (EVE) calcula a alteração no valor atual do registo bancário para um choque de taxa paralelo ascendente ou descendente. Este cálculo é uma sensibilidade de valor atual enquanto o AEaR é uma sensibilidade de rendimentos.

São usados modelos consistentes de Capital Económico para medir: risco de recrutamento, o risco de os clientes não aceitarem a sua oferta de empréstimo de taxa fixa; e risco de pré-pagamento, o risco de um cliente decidir não continuar com o seu empréstimo de taxa fixa. Também são usados perfis comportamentais quando se modela o balanço.

Está colocada uma combinação de DVaR, limites de stress, posição aberta líquida e moeda específica ou limites de teor para todas as atividades locais de Tesouraria.

Controlo do risco

O risco de mercado não transacionado é controlado através do uso de limites nas medidas de risco acima. Os limites são estabelecidos ao nível local de negócio e então dispostos em cascada. O total de limites de nível de negócio para AEaR, EVE, EC, DVaR e stress são acordados pelo comité de Risco de Mercado do Grupo. O cumprimento dos limites é monitorizado pela equipa de risco de mercado de negócio respetiva com supervisão do Risco de Mercado do Grupo.

A taxa de juro para balanços sem data de vencimento definida e uma taxa de juro que não esteja ligada a esta taxa base é gerida pela Tesouraria do Grupo. Uma série de hedges contínuos é usada para mitigar o risco de taxa de juro no registo bancário.

Reportar o risco

Cada área de negócio é responsável pelos seus relatórios de risco de mercado apropriados. É produzida e usada pelo negócio uma combinação de relatórios de risco diários e mensais. Estes também são enviados para o Risco de Mercado do Grupo para revisão e inclusão no Relatório Diário de Risco de Mercado do Grupo. Também é apresentado um resumo do risco ao Comité de Risco de Mercado e respetivos Comités de Ativos e Passivos.

Análise de sensibilidade de rendimento de juro líquido

A tabela abaixo mostra a análise de sensibilidade ao rendimento de juro líquido pré-impostos para os ativos e passivos financeiros não transacionados mantidos a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011. A sensibilidade foi medida usando a metodologia AEaR tal como descrita acima. A taxa de juro de referência para cada moeda é estabelecida a 31 de dezembro de 2012. Os números incluem o efeito de instrumentos de hedging mas excluem as exposições contabilísticas bancárias mantidas ou emitidas pelo Banco de Investimento, pois estas são medidas e geridas usando DVaR.

Sensibilidade da Margem Financeira (AEaR) por moeda (auditado)	Em 31 de Dezembro de 2012		Em 31 de Dezembro de 2011	
	+100 base	-100 base	+100 base	-100 base
	pontos	pontos	pontos	pontos
O Grupo	£m	£m	£m	£m
GBP	96	(273)	68	(321)
USD	30	(23)	(9)	(11)
EUR	20	(49)	(41)	(5)
ZAR	27	(25)	31	(29)
Outros	9	(4)	14	(5)
Total	182	(374)	63	(371)
Em percentagem do rendimento líquido de juros	1,56%	(3,21%)	0,52%	(3,04%)

O risco de taxa de juro não transacionado, tal como medido por AEaR, foi de £374m a 31 de dezembro de 2012, um aumento de £3m comparado com 31 de dezembro de 2011. O aumento no risco reflete um aumento nos balanços de Capital do Grupo e hedges associados, parcialmente compensados por uma redução na compressão de margem no banco de retalho. O AEaR é medido para uma redução nas taxas para propósito desta análise.

Sensibilidade da Margem Financeira (AEaR) por moeda (auditado)	Em 31 de		Em 31 de	
	+100 base	-100 base	+100 base	-100 base
	pontos	ponto	ponto	ponto
O Banco	£m	£m	£m	£m
GBP	60	(172)	41	(194)
USD	19	(14)	(5)	(7)
EUR	13	(31)	(25)	(3)
ZAR	17	(16)	19	(18)
Outros	6	(3)	8	(3)
Total	115	(236)	38	(225)
Em percentagem do rendimento líquido de juros	1,57%	(3,22%)	0,52%	(3,05%)

Análise de risco

Risco do mercado

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

Análise de sensibilidade de capital

A tabela abaixo mede o impacto geral de um movimento de 100bps (100 pontos base) nas taxas de juro disponíveis para venda e nas reservas hedge de fundo de caixa. Estes dados são obtidos usando PV01 (valor atual de 1bp), que é um indicador da mudança no valor do ativo para 1bp no rendimento.

Análise de sensibilidade patrimonial (auditado)	Em 31 de Dezembro de 2012		Em 31 de Dezembro de 2011	
	+100 base pontos £m	-100 base pontos £m	+100 base pontos £m	-100 base pontos £m
O Grupo				
Rendimento líquido de juros	182	(374)	63	(371)
Efeitos da tributação no item acima tab 4	(51)	105	(20)	120
Efeito no lucro do exercício	131	(269)	43	(251)
Em percentage do lucro líquido após impostos	(34,11%)	70,05%	1,06%	(6,20%)
Efeito no lucro do exercício (por cima)	131	(269)	43	(251)
Disponível para venda de reserva	(674)	674	(1.108)	1.102
Reserva de Cobertura de Fluxos de Caixa	(2.179)	2.260	(2.248)	2.280
Efeitos da tributação no item acima	799	(822)	1.083	(1.091)
Efeito sobre o património	(1.923)	1.843	(2.230)	2.040
Percentagem do capital	(3,06%)	2,93%	3,42%	3,13%

Análise de sensibilidade patrimonial (auditado)	Em 31 de Dezembro de 2012		Em 31 de Dezembro de 2011	
	+100 base pontos £m	-100 base pontos £m	+100 base pontos £m	-100 base pontos £m
O Banco				
Rendimento líquido de juros	115	(236)	38	(225)
Efeitos da tributação no item acima tab	32%	66	(10)	61
Efeito no lucro do exercício	83	(170)	28	(164)
Em percentage do lucro líquido após impostos	3,05%	(6,25%)	1,40%	(8,22%)
Efeito no lucro do exercício (por cima)	83	(170)	28	(164)
Disponível para venda de reserva	(566)	566	(983)	977
Reserva de Cobertura de Fluxos de Caixa	(2.054)	2.134	(2.119)	2.151
Efeitos da tributação no item acima tab	733	(755)	843	(850)
Efeito sobre o património	(1.804)	1.775	(2.231)	2.114
Percentagem do capital	(3,78%)	3,72%	(4,40%)	4,16%

Risco de câmbio externo (auditado)

O Grupo está exposto a duas fontes de risco de câmbio externo

a) Exposição transitória de moeda estrangeira

A exposições transitórias a câmbio externo representam a exposição de ativos e passivos bancários, denominados em moedas diferentes da moeda funcional da entidade transacionadora..

As políticas de gestão de risco do Grupo impedem o mantimento de posições abertas significativas em moedas estrangeiras fora da carteira de negociação gerido pelo Banco de Investimento que é monitorizado através de DVaR.

Não existiram quaisquer exposições materiais líquidas transitórias a moeda estrangeira fora da carteira de transações a 31 de dezembro de 2012 ou 2011. Devido ao baixo nível de exposições não transacionáveis, nenhuma alteração razoável possível nas taxas de câmbio externo teria um efeito material nos lucros ou movimentos em capital do Grupo a 31 de dezembro de 2012 ou 2011.

b) Exposição transitória de câmbio externo

Os investimentos do Grupo em ramos e subsidiários ultramarinos criam recursos de capital denominados em moedas estrangeiras, principalmente Dólar Americano, Euro e Rand Sul-africano. As alterações no valor dos investimentos em Libras Esterlinas devido a movimentos de câmbio estrangeiros são capturados na reserva de conversão de moeda, resultando num movimento de capital Core Tier 1.

A estratégia do Grupo é minimizar a volatilidade dos rácios de capital causados por movimentos de câmbio externo, ao usar os movimentos de capital Core Tier 1 para acertar em grande parte a reavaliação das exposições RWA de moeda estrangeira do Grupo.

Durante 2012, o total de exposições de moeda estrutural líquidas dos instrumentos de hedging diminuíram de £16.7bn para £16.3bn, resultantes de decisões de hedging tomadas de acordo com a estratégia de gestão de rácio de capital do Grupo para movimentos de taxa de câmbio externo.

Os hedges económicos representam principalmente as ações e instrumentos de capital de reserva em Dólares Americanos e Euros em emissão que são tratados como capital sob os IFRS, e não são qualificados como hedges para propósitos contabilísticos.

A moeda funcional de operações (auditado)

	Moeda	Empréstimos	Derivados	Exposições cambiais	Exposições cambiais	
	estrangeira	que cobrem os	que cobrem os	estruturais de	Cobertura	estruturais
	investimentos	investimentos	investimentos	cobertura	económica	remanescentes
	líquidos	líquidos	líquidos	pré económica		
	£m	£m	£m	£m	£m	£m
A 31 dezembro 2012						
US\$	35.280	6.251	13.861	15.168	4.822	10.346
Euro	5.369	1.494	1.990	1.885	1.951	(66)
Rand	4.048	-	131	3.917	-	3.917
Yen Japonês	597	175	407	15	-	15
Outros	3.084	-	1.027	2.057	-	2.057
Total	48.378	7.920	17.416	23.042	6.773	16.269
A 31 dezembro 2011						
US\$	30.335	7.217	8.094	15.024	5.072	9.952
Euro	6.568	4.096	280	2.192	2.017	175
Rand	4.258	-	-	4.258	-	4.258
Yen Japonês	681	293	336	52	-	52
Outros	3.144	-	930	2.214	-	2.214
Total	44.986	11.606	9.640	23.740	7.089	16.651

Análise de risco

Risco de financiamento – Capital

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

Resumo

O Barclays opera um modelo de gestão de capital centralizado, que considera o capital económico e regulamentar. A estratégia de gestão de capital é continuar a maximizar o valor do capital através da optimização do nível e diversidade dos recursos de capital. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte do relatório de planeamento estratégico. Os objectivos de gestão de fundos próprios do Grupo são:

- Manter recursos de capital suficientes para satisfazer os requisitos mínimos regulamentares de capital definidos pelos requisitos da FSA e do Federal Reserve Bank dos EUA de que uma holding esteja "bem capitalizada"
- Manter recursos de capital suficientes para apoiar o Risk Appetite (Apetite de risco) e os requisitos de capital económico do Grupo.
- Garantir que as subsidiárias regulamentadas localmente conseguem satisfazer os seus requisitos mínimos de capital.
- Alocar capital às empresas e apoiar os objectivos estratégicos do Grupo, incluindo a optimização de recursos sobre o capital económico e regulamentar.

Requisitos Externos de Capital Regulamentar

O Grupo está sujeito aos requisitos mínimos de capital impostos pela Financial Services Authority (FSA), no seguimento das directrizes desenvolvidas pelo Comité da Basileia sobre Supervisão Bancária (o Comité da Basileia) e implementadas no Reino Unido através da Directivas da União Europeia.

Nos termos da Basel II, em vigor desde 2 de janeiro de 1, a FSA aprovou a utilização por parte do Grupo das abordagens avançadas à gestão do crédito e do risco operacional. Os requisitos de capital do Pilar 1 são gerados utilizando os modelos de risco do Grupo.

Nos termos do Pilar 2 da Basel II, o Grupo está sujeito a um requisito de capital regulamentar global baseado na orientação de capital individual ("ICG" – Individual Capital Guidance) recebida da FSA. A ICG impõe requisitos de capital adicionais que excedem os dos requisitos de capital mínimo do Pilar 1.

Fora do Reino Unido, o Grupo tem operações (e reguladores principais) localizadas na Europa continental, em particular na França, Alemanha, Espanha, Portugal e Itália (bancos centrais locais e outras autoridades reguladoras); Ásia Pacífico (várias autoridades reguladoras incluindo a Autoridade Monetária de Hong Kong, a Agência de Serviços Financeiros do Japão, e a Autoridade Monetária de Singapura); África, onde as operações do Grupo estão sedeadas em Joanesburgo (Banco de Reserva Sul-Africano e o Conselho de Serviços Financeiros (FSB)) e nos Estados Unidos da América (Conselho de Governadores do Fundo de Reserva Federal (FED) e a Comissão de Valores e Bolsa).

Adequação de capital regulamentar de entidades locais

O Grupo faz a gestão dos seus recursos de capital de forma a garantir que as entidades do Grupo sujeitas a regulamentos locais de adequação de capital em países individuais cumprem os requisitos de capital mínimo. A política atual do Grupo é cumprir com as disposições do capital local, ao máximo na medida do possível, através da retenção dos lucros. Certos países também desenvolvem regulamentações de controlo de intercâmbio que limitam o montante de dividendos que pode ser perdoado aos acionistas não residentes. A direção local faz a gestão da conformidade com os requisitos de capital regulamentar mínimo da entidade subsidiária com reporte às Comissões locais de Ativo e Passivo e à Comissão do Tesouro, consoante necessário.

As injeções de recursos de capital nas entidades do Grupo são certamente controladas pelo Comité de Tesouraria do Grupo, sob autoridades delegadas pelo Comité Executivo do Grupo. A política do Grupo é que o capital excedente mantido nas entidades do Grupo seja repartido pelo Barclays Bank PLC na forma de dividendos e/ou repatriação de capital, sujeitos a exigências regulamentares locais, controlos de câmbio e participações de impostos.

O Grupo não está ao corrente, aparte do indicado acima, de quaisquer impedimentos materiais à imediata transferência de recursos de capital ou pagamento de passivos intragrupo quando devidos.

Capital Regulamentar

O quadro abaixo fornece detalhes dos recursos de capital regulamentar geridos pelo Grupo.

	Barclay Bank PLC		Barclay Bank PLC	
	Grupo Barclays PLC	Grupo	Grupo Barclays PLC	Grupo
	2012	2012	2011	2011
	£m	£m	£m	£m
Core Tier 1 capital	42.121	42.059	43.066	43.040
Tier 1 capital	51.634	51.560	50.473	50.447
Tier 2 capital	16.118	16.106	16.063	16.063
Deduções de total de capital	(1.689)	(1.689)	(2.588)	(2.588)
Recursos totais de capital	66.063	65.977	63.948	63.922

A composição de capital do Barclays Bank PLC é no geral equivalente à do Barclays PLC Group mostrado na tabela abaixo:

Rácios de capital	2012	2011
A 31 dezembro		
Core Tier 1	10,9%	11,0%
Tier 1	13,3%	12,9%
Total capital	17,1%	16,4%
Recursos de Capital (auditado)	£m	£m
A 31 dezembro	2012	2011
Patrimônio líquido (excluindo interesses minoritários) por balanço	53.586	55.589
Próprio crédito perda cumulativa / (ganho) ^a	804	(2.680)
Não realizada (Ganhos) / perdas em títulos de dívida disponíveis para venda ^{a, b}	(417)	803
Os ganhos não realizados sobre títulos disponíveis para venda equidade (reconhecido como capital Tier 2) ^a	(110)	(828)
Reserva de cobertura do fluxo de caixa	(2.099)	(1.442)
Interesses que não controlam por balanço	9.371	9.607
Menos: Outro capital Tier 1 - As ações preferenciais	(6.203)	(6.235)
Menos: Não controladores capital de Nível 2	(547)	(573)
Outros ajustes regulatórios a interesses não controladores	(171)	(138)
Outros ajustes e deduções regulamentares:		
Ajuste de pensão de benefício definido ^a	(2.445)	(1.241)
Fundo de comércio e ativos intangíveis	(7.622)	(7.560)
50% de excesso de perdas esperadas mais de prejuízo ^a	(648)	(506)
50% das posições de titularização	(1.206)	(1.577)
Outros ajustes regulatórios ^b	(172)	(153)
Core Tier 1 capital	42.121	43.066
Outro capital Tier 1:		
Ações Preferenciais	6.203	6.235
Tier 1 notas ^c	509	530
Instrumentos de Capital Reservado (RCI)	2.866	2.895
Ajustes e deduções regulamentares:		
50% das participações significativas	(241)	(2.382)
50% do imposto sobre o excesso de perdas esperadas mais de prejuízo	176	129
Total de capital Tier 1	51.634	50.473
Tier 2 capitais:		
Total dos passivos subordinados	1.625	1.657
Total dos passivos subordinados	14.066	15.189
Não controladores capital de Nível 2	547	573
Reservas resultantes da reavaliação de bens ^a	39	25
Os ganhos não realizados sobre títulos disponíveis para venda equidade ^a	110	828
Imparidades coletivamente avaliadas	2.002	2.385
Nível 2 deduções:		
50% das participações significativas	(241)	(2.382)
50% de excesso de perdas esperadas mais de impairment (bruto de impostos)	(824)	(635)
50% das posições de titularização	(1.206)	(1.577)
Total dos ajustes de capital e deduções regulamentares:		
Os investimentos que não sejam participações materiais ou participações qualificadas	(1.139)	(1.991)
Outras deduções do capital total	(550)	(597)
Capital Regulamentar	66.063	63.948

Notas

a Os impactos do capital nestes itens são líquidos de impostos.

b As Reservas disponíveis para venda para garantias de dívida foram reformuladas para incluir o ajustamento para o escopo de consolidação regulamentar anteriormente divulgada em outros ajustamentos regulamentares.

c A notas Tier 1 estão incluídas nos passivos subordinados na folha de balanço consolidada.

Revisão do risco

Risco de Financiamento - Capital

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

Impacto do Basileia 3

O novo regulamento de exigências de capital e diretiva de exigências de capital que implementam as propostas do Basileia 3 na U.E. (geralmente conhecidas como CRD IV) estão ainda a ser consolidadas. Espera-se que as exigências sejam finalizadas durante 2013, no entanto a data de implementação é incerta. As exigências para o Barclays Bank PLC Group estarão de acordo com as do Barclays PLC Group, os detalhes são mostrados abaixo:

- A CRD IV inclui as exigências para um rácio mínimo de Capital Comum de Tier 1 (CET1) de 4.5%, para um rácio mínimo de Tier 1 de 6% e um rácio de capital total de 8%. Um buffer adicional de Conservação de Capital (CCB) de 2.5% e um buffer de Capital Contracíclico (CCCB) de até 2.5% a ser aplicado quando as condições macroeconómicas indiquem áreas da economia que estejam a sobreaquecer. A nossa suposição de trabalho é de que o CCCB seria zero se fosse implementado hoje;

- Além disso, espera-se que os bancos sistematicamente importantes mantenham um buffer de até 2.5%. Para o Barclays, isto foi confirmado em novembro de 2012 pela Direção de Estabilidade Financeira (FSB) a serem 2.0% resultando num rácio CET1 alvo regulamentar de 9.0%. Esta exigência de capital alvo regulamentar será faseado entre a adoção da CRD IV e 2019;

- As mudanças propostas à definição da CET1 também incluem provisões transitórias relacionadas com deduções de capital e consolidação de instrumentos de capital inelegível que estão de acordo com a declaração da FSA sobre as provisões transitórias da CRD IV em outubro de 2012;

- Dado o faseamento das exigências de capital e níveis alvo, antecipadamente a ter que cumprir com as exigências completas, o Barclays terá a oportunidade de continuar a gerar capital adicional de rendimentos e de tomar ações de gestão para mitigar o impacto da CRD IV. A nossa expectativa é que o capital Adicional de Tier 1 inelegível, que se qualifica para ser consolidado por direito adquirido sob a isenção transitória, será substituído por capital elegível ao longo do tempo;

- Para fornecer uma indicação do potencial impacto no Barclays, estimámos o nosso rácio RWAs e CET1 pró-forma tanto numa base transitória como completa, refletindo a nossa interpretação atual das regras e assumindo que foram aplicadas a 1 de janeiro de 2013. A partir dessa data, os RWAs pró-forma numa base CRD IV seriam estimados em cerca de £468bn, com um rácio CET1 transitório resultante de aproximadamente 10.6% e um rácio completo CET1 de aproximadamente 8.2%;

- Com base nos nossos rácios de capital pró-forma estimados, ações identificadas e rendimentos retidos, esperamos exceder as exigências de capital mínimo pois espera-se que estas sejam aplicadas durante o período transitório e até à posição final;

- As diretrizes da Basileia 3 incluem uma métrica de alavancagem proposta para ser implementada por supervisores nacionais inicialmente sob um percurso paralelo apenas para propósitos de divulgação, migrando para um limite obrigatório durante um período de 5 anos. Baseado na nossa interpretação das propostas atuais, o rácio de alavancagem CRD IV do Grupo a 31 de dezembro de 2012 estaria dentro do limite proposto de 33x, permitindo uma isenção transitória para o capital de Tier 1;

- O impacto atual da CRD IV nos rácios de capital pode ser materialmente diferente pois as exigências e padrões técnicos relacionados ainda não foram finalizados, por exemplo as provisões relacionadas com o alcance da aplicação da cobrança de volatilidade CVA e as restrições ao hedges curtos relacionados com holdings financeiros insignificantes. O impacto atual também estará dependente das aprovações regulamentares exigidas, das condições de mercado na altura da implementação e da extensão na qual será tomada ação adicional de gestão prévia à implementação.

Impacto estimado do CRD IV carregado	Proforma CET1 transitório		Proforma CET1 Totalmente
	Até 31 de dezembro 2012	Até 1 de janeiro 2013	Até 1 de janeiro 2013
	£ bl	£ bl	£ bl
Core Tier 1 (CT1) capital (FSA 2009 definition)	42,1	42,1	42,1
Impacto do IFRS10 (introduzido em 1 jan 2013)		(0,4)	(0,4)
Capital de CT1 pós-IFRS 10 (definição FSA 2009)		41,7	41,7
Ativos ponderados pelo risco (RWA) (atuais regras de)	387	387	387
Rácio CT1 (Basileia 2,5)	10,9%	10,8%	10,8%
CRD IV impacto sobre CT1 capitais:			
Ajustes não impactadas por disposições transitórias			
Conversão de deduções de securitização de RWA		1,0	1,0
Prudencial Ajuste de Avaliação (PVA)		(1,2)	(1,2)
Outros		(0,2)	(0,2)
Ajustes impactados por disposições transitórias			
Fundo de comércio e ativos intangíveis		7,6	-
EL > impairment		0,6	(1,1)
Ativos por impostos deferidos		(0,1)	(1,3)
Excesso de participação minoritária		-	(0,9)
Ajuste de Avaliação de débito (DVA)		-	(0,3)
Pensões		-	(0,1)
Ganhos sobre o capital próprio e dívida AFS		-	0,7
Capital Tier 1 (CET1) o capital comum		49,5	38,4
RWAs (post CRD IV)		468	468
Rácio CET1		10,6%	8,2%

Base de cálculo para o impacto da CRD IV CRD IV, modelos e renúncias

Os rácios pró-forma, computações de capital e RWAs são baseados na nossa interpretação do projeto de regras CRD IV de julho de 2011 e na melhor expectativa de como este projeto de regras será atualizado para anúncios subsequentes de Basileia e discussões da U.E. Estas assumem que todos os itens na candidatura do Método de Modelo Interno à FSA serão aprovados, e que as renúncias existentes da FSA, quando tal descrição estiver disponível sob a CRD IV, continuarão.

Recursos de capital

Os números de capital pró-forma a 1 de janeiro de 2013 são baseados nos atuais de 31 de dezembro de 2012 com ajustamentos para o impacto do IFRS 10 (resultante da consolidação de algumas entidades que não estavam anteriormente consolidadas da desconsolidação de algumas entidades que estavam anteriormente consolidadas);

O Capital transitório de Tier 1 de equidade comum é baseado na aplicação das provisões transitórias da CRD IV e das guias da FSA datadas de 26 de outubro de 2012 que estabelecem o ritmo mínimo de transições com certas exceções descritas nas guias. De acordo com estas guias, assume-se que a dedução de ativos de impostos deferidos transite a 10% em 2013. Outras deduções (incluindo de boa fé e intangíveis, perdas esperadas por imparidade e Ajustamento de Avaliação de Débito [DVA]) transitarão a 0% em 2013, 20% em 2014, 40% em 2015 e por aí em diante;

Foi assumido anteriormente que o Ajustamento de Avaliação Prudente (PVA) está sujeito a tratamento transitório. Seguindo as guias da FSA, o impacto do PVA está agora por completo como fator no início da CET. O PVA está sujeito a regras finais a serem acordadas pela EBA e o impacto é atualmente baseado na metodologia acordada com a FSA;

O projeto de regras CRD IV de julho de 2011 inclui a implementação de uma dedução de capital para holdings financeiros maior que 10% de capital CET 1, que sob Basileia 2.5 estão sujeitos exigências de capital de risco de mercado de equidade. O Grupo detém £107bn em holdings financeiros, que sob as regras regulamentares atuais resumem-se a uma exposição de £3.3bn após permissão do hedging económico permitido. O atual projeto de regras CRD IV aplica uma restrição adicional, quando a maturidade dos instrumentos de hedging é de menos de um ano, o que resultaria numa posição líquida de aproximadamente £10.1bn. Isto excederia os 10% do nosso CET1 e resultaria numa dedução de capital numa base completa de aproximadamente £4.6bn a nível CET1 e uma dedução adicional de aproximadamente £1.4bn a um nível de capital total. No entanto, identificámos ações de gestão que seriam tomadas no caso do projeto de exigências CRD IV permanecer inalterado, e como resultado estamos bastante confiantes de que não será exigida nenhuma dedução de capital; e

O juro minoritário em excesso foi calculado com uma base CRD IV e incluído na nossa base de capital de impacto total, com a suposição que os regimes fora da U.E. que estão a implementar a Basileia 3, e são atualmente considerados regimes reguladores e supervisores equivalentes, continuarão a ser considerados regimes equivalentes sob CRD IV.

Revisão do risco

Risco de financiamento - Capital

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

Ativos de risco ponderado

- Assume-se que as empresas, fundos de pensão e soberanos da U.E. estão isentos da taxa de volatilidade CVA;
- Assume-se que todos os CCPs implementarão os "Princípios para Infraestruturas de Mercado Financeiro" e tornar-se-ão assim "Qualificados". A determinação final do estado de Qualificado será feita pela Autoridade Reguladora apropriada;
- Os aumentos de Basileia 3 aos RWA pró-forma incluem 1250% de ponderação de risco de posições de garantia enquanto para o capital pró-forma;
- A definição de incumprimento para RWAs pró-forma assume que a descrição nacional sobre definição de 180 dias para incumprimento permanece para as hipotecas de retalho no R.U.; - "Outros" impactos da CRD IV nos RWAs incluem ajustamentos para a retirada de descrição nacional da definição de incumprimento para carteiras de hipotecas de retalho fora do R.U. (£1.4bn), Ativos de Impostos Deferidos (£2.3bn), Holdings Materiais (£2.3bn), outros riscos de crédito da contraparte (£6.4bn) e outros itens;
- Os RWAs são sensíveis às condições de mercado. O impacto pró-forma nos RWA para todos os períodos reflete as condições de mercado a 31 de dezembro de 2012.

Revisão do risco

Risco de Financiamento - Liquidez

All disclosures in this section are unaudited and exclude Absa Group unless otherwise stated

O risco de liquidez é o fracasso em cumprir obrigações que leva à incapacidade de suportar a atividade normal de negócio e de cumprir as exigências regulamentares de liquidez

O Barclays tem uma extensa Estrutura de Gestão de Risco de Liquidez (a Estrutura de Liquidez) para gerir o risco de liquidez do Grupo. A Estrutura de Liquidez cumpre os padrões da FSA e foi criada para assegurar que o Grupo mantém recursos financeiros suficientes de qualidade apropriada para o perfil de financiamento do Grupo. A Estrutura de Liquidez é aplicada através de uma combinação de formação de políticas, revisões e gestão, análise, testes de stress, definição de limites e monitorização.

O risco de liquidez é gerido em separado do Grupo Absa devido a exigências de moeda local e de financiamento. Todas as divulgações nesta secção excluem a Absa, salvo indicação em contrário. Consulte a página 88 para detalhes de gestão de risco de liquidez no Absa.

Consulte as páginas 72-73 para mais detalhes sobre a gestão e enquadramento do risco de liquidez.

Teste de stress do risco de liquidez

O Grupo estabeleceu o Apetite de Risco de Liquidez (LRA) sob a Estrutura de Liquidez, que é o nível de risco de liquidez que o Grupo decide tomar para alcançar os seus objetivos de negócio e para cumprir as suas obrigações regulamentares. É medido com referência em saídas de caixa líquidas stressadas e antecipadas, contingentes e contratuais, para vários cenários de stress e é usado para medir a pool de liquidez.

Apetite de Risco de Liquidez

O Grupo simula três cenários de stress de liquidez primários como parte do LRA, de acordo com os stresses descritos pela FSA: – um evento de stress de três meses generalizado no mercado;

- um evento de stress de um mês específico do Barclays; e
- um evento de stress combinado de um mês generalizado no mercado e específico do Barclays.

Sob condições normais, a pool de liquidez é gerida para ser pelo menos 100% de saídas de caixa antecipadas sob cada um destes cenários de stress. O Barclays está principalmente focado no cenário de stress de um mês específico do Barclays, que resulta nas maiores saídas de caixa líquidas de todos os testes de stress de liquidez. O cenário combinado de um mês assume saídas de caixa consistentes com um stress específico de uma empresa para as primeiras duas semanas do período de stress, seguidas por saídas relativamente mais baixas consistentes com um stress generalizado no mercado para o restante período de stress.

Visão Geral da Gestão de Risco de Liquidez (auditado)

O risco de liquidez é o fracasso em cumprir obrigações que leva à incapacidade de suportar a atividade normal de negócio e de cumprir as exigências regulamentares de liquidez. Tais saídas esgotariam os recursos monetários disponíveis para empréstimos a clientes, atividades comerciais e investimentos. Estas saídas poderiam ser principalmente através de levantamentos de clientes, retirada de financiamento de contrapartes por grosso, exigências de fixação de colaterais ou desvalorização de empréstimos.

Este risco é inerente a todas as operações bancárias e pode ser afetado por uma série de eventos específicos do grupo ou generalizado no mercado que podem resultar em:

- Uma incapacidade para suportar a atividade de negócio normal; e
- Um fracasso em cumprir as exigências regulamentares de liquidez..

Durante períodos de deslocação do mercado, a capacidade do Grupo em gerir exigências de liquidez pode ser impactada por uma redução na disponibilidade de financiamento por grosso assim como um aumento no custo de angariação de fundos por grosso. Vendas de ativos, reduções na folha de balanço e o aumento de custos de angariação de financiamento afetarão os rendimentos do Grupo.

Em mercados ilíquidos, o Grupo pode decidir manter ativos em vez de os garantir, sindicalizar ou de os escoar. Isto pode afetar a capacidade do Grupo em originar novos empréstimos para suportar outras transações de clientes, pois tanto o capital como a liquidez são consumidos por ativos existentes ou de legado.

Além disso, a introdução de controlos de capital ou novas moedas por países para mitigar stresses atuais pode ter um efeito consequente no desempenho das folhas de balanço em certas companhias do Grupo baseado na qualidade dos ativos, tipos de colaterais e mistura de passivos.

A gestão eficiente da liquidez é essencial para o Grupo manter a confiança dos mercados financeiros e assegurar que o negócio é sustentável. O risco de liquidez é gerido através da Estrutura de Risco de Liquidez, que foi criada para cumprir os seguintes objetivos:

- Manter os recursos de liquidez que sejam suficientes em quantidade e qualidade e um perfil de financiamento que seja apropriado para cumprir com o enquadramento de liquidez tal como expresso pela Direção;
- Manter a confiança do mercado no nome do Grupo;
- Estabelecer limites para controlar o risco de liquidez de acordo com entidades comerciais e legais;
- Estabelecer exatamente preços de custos de liquidez, benefícios e riscos e incorporá-los no estabelecimento de preços de produtos e medições de desempenho;
- Estabelecer indicadores de aviso prévio para identificar imediatamente a emergência do risco de liquidez acrescido ou vulnerabilidades incluindo eventos que possam impedir o acesso a recursos de liquidez;
- Projetar completamente e sobre um conjunto de prazos apropriados, os fluxos de caixa resultantes de ativos, passivos e itens fora da folha de balanço; e
- Manter um Plano de Financiamento de Contingência que seja abrangedor e proporcional à natureza, escala e complexidade do negócio e que seja testado regularmente para assegurar que é operacionalmente robusto.

Revisão do risco

Risco de Financiamento - Liquidez

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada e exclui o Grupo Absa salvo indicação em contrário.

Organização e gestão

A Tesouraria do Barclays opera um processo de controlo e gestão centralizada que cobre todas as atividades de gestão do risco de liquidez do Grupo. O Tesoureiro do Barclays é responsável por planear a Estrutura de Gestão de Risco de Liquidez do Grupo (a Estrutura de Liquidez) que é aprovada pelo Comité Executivo de Risco (BRC). A Estrutura de Liquidez incorpora políticas de liquidez, sistemas e controlos que o Grupo implementou para gerir o risco de liquidez dentro das tolerâncias aprovadas pela Direção e agências reguladoras. A Direção estabelece o Apetite por Risco de Liquidez (LRA) do Grupo, que é o nível de risco que o Grupo escolhe para cumprir os seus objetivos de negócio e as suas obrigações regulamentares. O Comité de Tesouraria é responsável pela gestão do mandato definido pela Direção e inclui os seguintes subcomités:

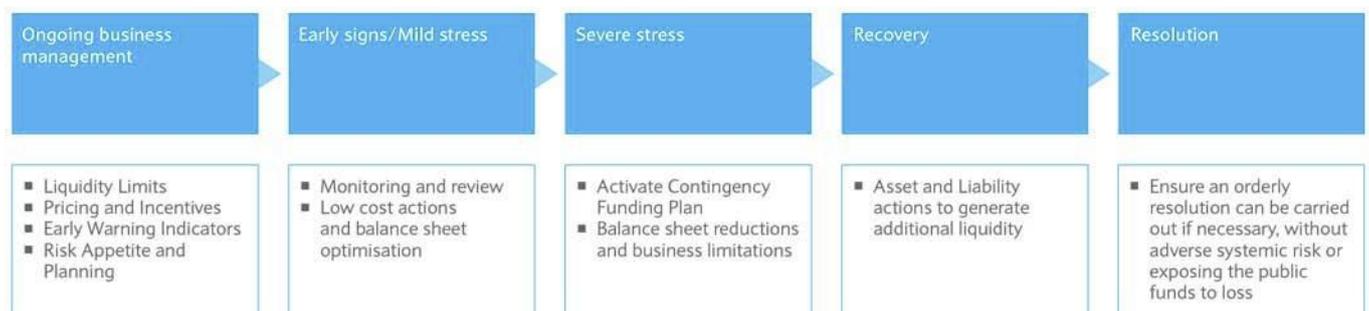
- O Comité de Gestão de Financiamento e Liquidez do Grupo é responsável pela revisão, discussão e aprovação da Estrutura de Liquidez.. A Estrutura de Liquidez é revista regularmente no Comité de Tesouraria e BRC;
- O Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo supervisiona a gestão de ativos e passivos incluindo o desencontro comportamental, risco estrutural e preço de transferência; e
- O Grupo Consultivo para Investimento supervisiona o investimento de uma parte da pool de liquidez do Grupo em ativos líquidos com data mais longa. O Grupo Consultivo para Investimento aprova um enquadramento detalhado de distribuição pelos ativos e teores, e revê os desempenhos e riscos associados a estes holdings. Os holdings estão sujeitos a limites estabelecidos pelo BRC e pelas funções independentes do Grupo de risco de mercado e de crédito.

A liquidez é reconhecida como sendo um risco chave e o Tesoureiro do Barclays é o gestor do Risco Chave do Grupo, suportado pelos Gestores de Risco Chave a nível regional e nacional. A execução da estratégia de gestão do risco de liquidez do Grupo é feita a nível nacional, com os Gestores de Risco Chave a fornecerem relatórios à Tesouraria do Barclays indicarem concordância com o perfil de risco acordado. É fornecida supervisão adicional pelos comités a nível nacional, regional e de negócio.

Governance and organisation



Ongoing business management



Estrutura de risco de liquidez

O Barclays tem uma abrangente Estrutura de Liquidez para gerir o risco de liquidez do Grupo. A Estrutura de Liquidez foi criada para fornecer os termos e estruturas de financiamento apropriadas consistentes com o Apetite por Risco de Liquidez estabelecido pela Direção.

A Estrutura de Liquidez incorpora uma série de ferramentas de gestão de negócios em curso para monitorizar, limitar e testar o stress da folha de balanço do Grupo e passivos de contingência. O estabelecimento de limites e transferências de preço são ferramentas desenhadas para controlar o nível de risco de liquidez tomado e propulsionar a mistura de fundos apropriada, que em conjunto reduzem a possibilidade de que um evento de stress de liquidez possa levar a uma incapacidade de cumprir as obrigações do Grupo à medida que vencem. Os testes de stress avaliam as potenciais saídas de caixa de stress contratuais e contingentes sob uma série de cenários, que são então usadas para determinar a dimensão da pool de liquidez que está imediatamente disponível para cumprir saídas de caixa antecipadas no caso da ocorrência de um stress.

Para além disso o Grupo mantém um Plano de Financiamento de Contingência que detalha como os eventos de stress de liquidez de gravidade variada seriam geridos. Como não se pode conhecer antecipadamente a natureza de nenhum stress, os planos foram pensados para serem flexíveis à natureza e gravidade do evento de stress e para fornecer um conjunto de opções que possam ser usadas tal como apropriado nesse momento. O Barclays também mantém Planos de Recuperação que têm em conta ações para gerar liquidez adicional de maneira a facilitar a recuperação em stress severo. O Grupo entregou as suas primeiras submissões formais de Recuperação e Resolução aos reguladores do R.U. e dos E.U. em meados de 2012 e tem continuado a trabalhar com as autoridades para identificar e lidar com quaisquer impedimentos à resolução. A estrutura geral fornece assim as ferramentas necessárias para gerir o continuum de risco de liquidez, tal como resumido acima.

Revisão do risco

Risco de Financiamento - Liquidez

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada e exclui o Grupo Absa salvo indicação em contrário.

Gestão de negócios em curso

Limites de Liquidez

O Barclays gere limites numa série de exposições na folha de balanço e fora da folha de balanço, das quais uma amostra está na tabela abaixo. Estes limites servem para controlar a extensão e composição geral do risco de liquidez assumido ao gerir a exposição a fontes de passivo em particular, desencontros de ativos e passivos e concentrações de contrapartes. O Barclays também limita atividades permitidas a nível nacional. Os negócios só estão permitidos a ter exposição de financiamento a mercados por grosso onde consigam demonstrar que o seu mercado é suficientemente profundo e líquido e também relativos à dimensão e complexidade do seu negócio.



Preços e Incentivos Internos

O Barclays gere ativamente a composição e duração da folha de balanço e dos passivos de contingência através da transferência prémios de liquidez diretamente para as unidades de negócio: Os prémios de liquidez são cobrados e creditados nos negócios segundo o percurso comportamental dos ativos e passivos e risco de contingência. Estes mecanismos de transferência de preços foram desenhados para assegurar que o risco de liquidez é refletido na medição do preço e desempenho do produto, assegurando assim que a Estrutura de Liquidez é integrada na tomada de decisões a nível do negócio para propulsionar a mistura de fontes e usos de fundos apropriada.

Indicadores de Aviso Prévio

O Barclays monitoriza uma série de indicadores de mercado para sinais de aviso prévio de risco de liquidez tanto no mercado como específicos do Barclays, dos quais uma amostra é apresentada na tabela abaixo. Adicionalmente, os Comités de Ativos e Passivos a nível nacional e de negócio monitorizam indicadores de aviso prévio apropriados aos seus negócios. Estes foram pensados para identificar imediatamente a emergência do risco de liquidez acrescida para maximizar o tempo disponível para executar as ações de mitigação apropriadas. Uma deterioração nos Indicadores de Aviso Prévio pode conduzir à invocação do Plano de Financiamento de Contingência do Grupo, que fornece um enquadramento para como o stress de liquidez seria gerido.



Apetite e Planeamento de Risco

As exigências regulamentares são cumpridas a nível do Grupo e entidade, com o Apetite por Risco de Liquidez (LRA) a fornecer uma perspetiva consistente do Grupo que complementa estas exigências. O Grupo estabeleceu o LRA sob a Estrutura de Liquidez, que é o nível de risco de liquidez que o Grupo decide tomar para cumprir os seus objetivos de negócio e as suas obrigações regulamentares. É medido com referência à pool de liquidez comparada com saídas de caixa de stress antecipado, contratuais e contingentes, para cada um de três cenários de stress.

As saídas de caixa são usadas para determinar a dimensão da Pool de Liquidez do Grupo, que representa os recursos imediatamente disponíveis para cumprir as saídas de caixa em stress. Para além da pool de liquidez, a Estrutura de Liquidez serve para outras ações de gestão, incluindo gerar liquidez de outros ativos líquidos na folha de balanço do Grupo de modo a cumprir com saídas de caixa de stress adicionais, ou preservar ou restaurar a Pool de Liquidez no caso de stress de liquidez.

Plano de Financiamento de Contingência e Plano de Resolução de Recuperação

O Barclays mantém um Plano de Financiamento de Contingência (CFP), que foi criado para fornecer uma estrutura na qual o stress de liquidez possa ser gerido eficazmente. O CFP é proporcional à natureza, escala e complexidade do negócio e é testado para assegurar que é operacionalmente robusto. O CFP detalha as circunstâncias nas quais o plano pode ser invocado, incluindo como resultado de movimentos adversos nos Indicadores de Aviso Prévio. O Tesoureiro do Barclays estabeleceu um Comité de Gestão de Liquidez (LMC) como parte do plano. Após invocação do CFP, o LMC seria enquadrado para identificar o impacto provável no caso do Grupo e para determinar a resposta, que seria proporcional à natureza e gravidade do stress.

O CFP fornece um plano de comunicação e inclui ações de gestão para responder a stresses de liquidez de gravidade variada. Isto inclui a monetização da pool de liquidez, abrandamento da extensão do crédito, aumento do teor do financiamento e garantia ou venda de ativos.

O Grupo continua a trabalhar com as autoridades no planeamento de recuperação e resolução (RRP). O Grupo fez os seus primeiros pedidos formais de RRP aos reguladores do R.U. e E.U. a meados de 2012 e tem continuado a trabalhar com as autoridades no sentido de identificar e resolver quaisquer impedimentos à capacidade de resolução.

Análise de risco

Risco de financiamento – Liquidez

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

As suposições chave do LRA incluem:

Motor de risco de liquidez	Stress específico do Barclays
Saída líquida de financiamento por grosso	- Saídas de vencimento contratual de financiamento por grosso e papel comercial, com canal não rollover / nova emissão, e - Prime Brokerage: Perda de 100% do excesso de margem derivado cliente e 100% de perda de excesso de dinheiro cliente.
Perda de financiamento garantido e aumento do corte do valor	- Perda da capacidade de reposição na data de vencimento contratual e alargamento corte incremental dependendo do tipo de garantia.
Banco de retalho e comercial saídas de depósito	- Saídas substanciais como Barclays é visto como um maior risco de crédito do que os concorrentes
Risco intra-dia	- Garantia líquido realizada contra exigência intra-dia de compensação e sistemas de pagamento é considerado como sobrecarregados e sem valor liquidez assumido e - Garantia líquido é realizada contra retirada de inseguros linhas intra-dia fornecidos por terceiros partes.
Risco intra-grupo	- Risco de liquidez no subsidiárias se tornando disponível para o grupo mais amplo.
Risco de concentração de financiamento	- Saídas adicionais reconhecida contra a concentração de fornecedores de atacado garantido financiamento.
Rubricas extrapatrimoniais	- Saídas colaterais devido aos movimentos do mercado, tendo em conta as disputas e divergências entre garantidas e sem garantia de balcão e negociados em bolsa posições; - Saída de todas as garantias devidas pelo Barclays para as contrapartes, mas ainda não chamou; - Aumento previsto no derivado margem inicial exigida da empresa em uma stressed Ambiente - Saídas colaterais contingentes em cima de um rebaixamento do rating de crédito multi-entelhe de Barclays Bank PLC. - Rebaixamento significativo em instalações comprometidas fornecido para empresas, com base no tipo de contraparte, de crédito e tipo de instalação, e - Rebaixamento em compromissos de retalho.
Viabilidade do Franchise	- Barclays testes de stress de liquidez reconhece que será necessário realizar adicional liquidez, a fim de atender às saídas que não são de natureza contratual, mas são necessárias fim de apoiar a franquia em andamento da empresa (por exemplo, as atividades de market-making).
Ações mitigadoras	- Os ativos transaccionáveis desimpedido que são mantidos fora do pool de liquidez, e que são de conhecido valor de liquidez para a empresa, estão a ser assumida monetizado (sujeito a corte de cabelo / valorização ajuste).

No verão de 2012, o Barclays reduziu o seu interesse pelo risco ao apertar os limites e ao expandir o período de tempo do LRA. A redução foi uma medida antecipada e de precaução em resposta às condições de mercado e ao anúncio do da LIBOR e às resignações da gestão executiva. Não foi concretizada qualquer deterioração material no financiamento.

Regulação de Liquidez

Desde junho de 2010, o Grupo reportou a sua posição de liquidez em conformidade com as Guias de Liquidez Individual (ILG) fornecidas pela FSA. A FSA define tanto os ativos da pool de liquidez como as saídas de caixa de stress consoante os balanços reportados.

O Grupo também monitoriza a sua posição consoante as métricas de liquidez antecipadas da Basileia 3 – o Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) e o Rácio de Financiamento Estável Líquido (NSFR). O LCR foi criado para promover a resiliência a curto prazo do perfil de risco de liquidez de um banco ao assegurar que este tem recursos líquidos de alta qualidade suficientes para sobreviver a um cenário de stress agudo com uma duração de 30 dias. O NSFR tem um período de tempo definido de um ano e foi desenvolvido para promover uma estrutura de maturidade sustentável de ativos e passivos.

Em janeiro de 2013, o Comitê de Basileia sobre Supervisão Bancária publicou uma norma revista para o LCR. Quando comparado com a versão anterior da norma (publicada pelo Comitê de Basileia em dezembro de 2010), estas revisões resultam em exigências de stress significativamente mais baixas e permitem a inclusão na pool de liquidez de uma categoria adicional de ativos líquidos de alta qualidade (referidos como ativos de Nível 2B). Além disso, o Comitê de Basileia anunciou que a exigência do LCR estará sujeita a um período de faseamento entre janeiro de 2015 (exigência mínima de 60%) e janeiro de 2019 (Exigência mínima de 100%). A exigência mínima do NSFR deverá ser introduzida em janeiro de 2018 a 100%.

Com base nos padrões revistos de Basileia, a 31 de dezembro de 2012, o Barclays tinha um excesso nestas duas exigências com um LCR Basileia 3 estimado de 126% e um NSFR Basileia 3 estimado de 104% (2011: 97%)a.

Comparação de Testes de Stress Internos e Regulamentares de Liquidez

Os cenários de stress LRA, o ILG da FSA e o LCR de Basileia 3 são todos cenários de stress a curto prazo geralmente comparáveis nos quais é avaliada a adequação dos recursos de liquidez definida nas saídas de caixa de stress, contratuais e contingentes. Os testes de stress ILG da FSA e LCR de Basileia 3 fornecem uma avaliação independente do perfil de risco de liquidez do Grupo.

Testes de esforço	Barclays LRA	FSA ILG	Basel 3 LCR	Basel 3 NSFR
Horizonte temporal	1-3 meses	3 meses	30 dias	1 ano
				financiamento estável
cálculo	Os ativos líquidos com o caixa líquido saídas	Os ativos líquidos com o caixa líquido saídas	Os ativos líquidos com o caixa líquido saídas	recursos para financiamento estável Requisitos

A 31 de dezembro de 2012, o Grupo mantinha ativos líquidos elegíveis em excesso significativo de 100% das exigências de stress para cada um dos cenários de um mês específicos do Barclays – cenário específico do LRA e exigência do LCR de Basileia 3:

	Barclays LRA (um mês Barclays específico exigência) ^b		Estima Basileia 3 LCR (texto revisto janeiro de 2013)
A conformidade com os testes de estresse internos e regulamentares	£ bl		£ bl
A 31 dezembro 2012			
Pool de liquidez total elegível	150		155
influxos de ativos	-		18
saídas de estresse			
Saídas de depósitos de retalho e comercial	(29)		(36)
financiamento por grosso	(45)		(47)
Financiamento garantido Net	(11)		(12)
Derivados	(10)		(10)
Classificação de exposição rebaixamento contratual de crédito	(13)		(14)
Saques de compromissos de empréstimo	(6)		(22)
Outros	(2)		-
Total do fluxo de caixa líquido de stress	(116)		(123)
superávit	34		32
Pool de liquidez como uma percentagem dos fluxos de caixa líquidos esperados	129%		126%

O Barclays planeia manter o seu excesso nas exigências internas e regulamentares a um nível eficiente. O Barclays continuará a monitorizar os mercados financeiros de perto, em particular os indicadores de aviso prévio do aperto de financiamento disponível. Nestas condições, a natureza e gravidade dos cenários de stress são reavaliadas e serão tomadas ações apropriadas respeitantes à pool de liquidez. Estas podem incluir o aumento adicional da pool ou a monetização da pool para cumprir com as saídas de caixa de stress.

Notas

a Sob a anterior versão dos padrões de Basileia publicados em dezembro de 2010, a estimativa de LCR do Grupo a 31 de dezembro de 2012 era de 103% (2011: 82%). Os bancos aplicam uma vasta série de interpretações e suposições para calcular os rácios de Basileia líquidos. Estas interpretações e suposições estão sujeitas a alterações anteriores à implementação em janeiro de 2015 (LCR) e janeiro de 2018 (NSFR). As estimativas LCR e NSFR são calculadas para o Grupo numa base consolidada (incluindo o Grupo Absa), de acordo com as mais recentes guias do Comitê de Basileia. A inclusão do Grupo Absa no cálculo não tem um impacto significativo nos rácios estimados.

b Dos três cenários de stress monitorizados como parte do LRA, o cenário de um mês específico do Barclays resulta no rácio mais baixo a 129% (2011: 107%). Isto é comparado com os 141% (2011: 127%) sob o cenário de três meses generalizado no mercado e 145% (2011: 118%) sob o cenário combinado de um mês.

Análise de risco

Risco de financiamento – Liquidez

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Pool de Liquidez (auditado)

A pool de liquidez do Grupo é mantida sem ónus contra saídas de caixa de stress, contratuais e de contingência nos testes de stress LRA e não é usada para suportar pagamentos ou cumprir exigências. A 31 de dezembro de 2012, a pool de liquidez do Grupo era de £150bn (2011: £152bn). Ao longo de 2012 a pool de liquidez de final do mês alcançava desde £150bn até £173bn e o balanço médio de final do mês era de 162bn (2011: £156bn).

O Barclays não inclui quaisquer garantias em nome próprio na sua pool de liquidez.

	Fundos de liquidez			
	Fundos de liquidez	FSA elegíveis	Pool de liquidez de que Basileia 3 LCR elegíveis	
			(Nível 1)	(Nível 2)
Composição do Grupo de Liquidez exterior, em 31 de dezembro de 2012 (auditado)	£ bl	£ bl	£ bl	£ bl
Caixa e disponibilidades em bancos centrais ^b	85	82	82	-
Títulos do governo ^c				
AAA	40	39	40	-
AA+ para AA	5	4	5	-
A+ para A-	1	-	-	1
Total de títulos do governo	46	43	45	1
Outros				
Obrigações supranacionais e desenvolvimento multilateral bancos	4	4	4	-
Agências e agência de títulos lastreados em hipotecas	7	-	5	2
Obrigações Hipotecárias (rating AA-e acima)	5	-	-	5
Outros	3	-	-	-
total de outras		4	9	7
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	150	129	136	8

A pool de liquidez do Grupo está bem diversificada pelas moedas principais e o Grupo monitoriza os cenários de stress LRA para moedas principais.

	USD	EUR	GBP	Outros	Total
Liquidez exterior por moeda	£ bl	£ bl	£ bl	£ bl	£ bl
Fundos de liquidez	26	66		33	150

Notas

a Os ativos LCR elegíveis apresentados nesta tabelas representam apenas os ativos que também são elegíveis para a pool de liquidez do grupo e não incluem quaisquer ativos de Nível 2B como resultado. b Dos quais mais de 95% (2011: mais de 95%) foram colocados no Banco de Inglaterra, Reserva Federal dos E.U., Banco Central Europeu, Banco do Japão e Banco Nacional Suíço.

c Dos quais mais de 80% (2011: mais de 80%) das garantias estão colocadas no R.U., E.U., Japão, França, Alemanha, Dinamarca e Holanda.

Gestão da Pool de Liquidez do Grupo (auditado)

A composição da pool de liquidez do Grupo é gerida de forma eficiente. A manutenção da pool de liquidez aumenta os custos do Grupo pois as despesas de juro pagas pelos passivos usados para financiar a pool de liquidez são maiores que a receita de juros recebida por ativos de liquidez do Grupo. Esta despesa pode ser reduzida ao investir uma maior parte da pool de liquidez do Grupo em ativos altamente líquidos que não sejam capital e depósitos em bancos centrais. Estes ativos englobam principalmente títulos de obrigação e a sua inclusão na pool de liquidez não compromete a posição líquida do Grupo.

A composição da pool de liquidez está sujeita a limites estabelecidos pela Direção, Comité de Tesouraria e pelas funções independentes de risco de crédito e mercado. Além disso, o investimento da pool de liquidez é monitorizada para risco de concentração por emissor, moeda, tipo de ativo e país. Dado os rendimentos incrementais gerados por estes ativos altamente líquidos, o perfil de risco e recompensa é gerido continuamente.

A 31 de dezembro de 2012, a parte da pool de liquidez do Grupo composta por capital e depósitos nos bancos centrais reduziu para £85bn (2011: £105bn) como resultado de uma recolocação em títulos de obrigação e outros ativos altamente líquidos.

O Barclays gere a pool de liquidez numa base centralizada. A 31 de dezembro de 2012, 90% da pool de liquidez estava colocada no Barclays Bank PLC (2011: 94%) e estava disponível para cumprir as necessidades de liquidez do Grupo Barclays. A pool de liquidez residual é mantida predominantemente no Barclays Capital Inc. (BCI). A parte da pool de liquidez fora do Barclays Bank PLC é mantida contra saídas de caixa de stress de entidades específicas e exigências regulamentares. Esta parte da pool de liquidez está restrita devido a exigências regulamentares, assume-se que está indisponível para o resto do Grupo.

Consulte as páginas 72-73 para mais informações sobre o enquadramento de gestão da pool de liquidez do Grupo.

Liquidez de contingência

Para além da pool de liquidez do Grupo, o Barclays tem acesso a outros ativos não onerados que fornecem uma fonte de liquidez de contingência. Enquanto estes não dependem do LRA do Grupo, uma parte destes ativos pode ser monetizada em caso de stress para gerar liquidez através do seu uso como colateral para financiamento com garantia ou através de venda simples.

Em stresses de liquidez específicos do Barclays ou generalizados no mercado, a liquidez disponível via fontes de mercado pode ser severamente interrompida. Em circunstâncias em que a liquidez do mercado esteja indisponível ou disponível apenas a preços demasiado descontados, o Barclays pode gerar liquidez através de facilidades do banco central. O Grupo mantém uma quantidade significativa de colaterais preposicionados em bancos centrais e disponíveis para angariar financiamento.

Consulte a página 84 para mais detalhes sobre outros ativos não onerados do Grupo.

Análise de risco

Risco de financiamento – Liquidez

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Risco de financiamento - Liquidez

A base para a gestão saudável de risco de liquidez é uma estrutura sólida de financiamento que reduz a probabilidade de um stress de liquidez conduzir a uma incapacidade de cumprir as obrigações de financiamento à medida que vencem. A estratégia geral de financiamento do Grupo é desenvolver uma base de financiamento diversificada (tanto geograficamente como por tipo de depositário) e manter acesso a uma série de fontes de financiamento alternativas, para fornecer proteção contra flutuações inesperadas, enquanto se minimiza o custo de financiamento.

Neste sentido o Grupo quer alinhar as fontes e usos de financiamento. Assim, os empréstimos e adiantamentos a clientes de retalho e comerciais são largamente financiados por depósitos de clientes. Outros ativos juntamente com outros empréstimos e adiantamentos e ativos não onerados, são financiados por dívida e equidade a longo prazo.

Os ativos de carteira de negociação e os acordos de reaversão invertida são largamente financiados nos mercados a grosso por acordos de reaversão e passivos de carteira de negociação, enquanto os ativos derivados são largamente compensados por passivos derivados. A pool de liquidez é predominantemente financiada através de mercados a grosso. Estas relações de financiamento estão resumidas abaixo a partir de 31 de dezembro de 2012:

Assets		Liabilities	
Customer loans and advances ^a	£364bn	Customer deposits ^a	£336bn
Group liquidity pool	£150bn	<1 Year wholesale funding	£101bn
Other Assets ^b	£163bn	>1 Year wholesale funding	£138bn
Reverse repurchase agreements and matched assets and liabilities ^c	£347bn	Equity and Other liabilities ^b	£108bn
Derivative financial instruments ^b	£466bn	Repurchase agreements and matched assets and liabilities ^c	£347bn
		Derivative financial instruments ^b	£460bn

Financiamento de depósitos (incluindo o Grupo Absa; auditado)

Financiamento de depósitos			2012	2011
	Empréstimos e adiantamentos a Clientes	Depósitos de Clientes	Empréstimo para depositar Rácios	Empréstimo para depositar Rácios
	£ bl	£ bl	%	%
Empréstimos e adiantamentos a clientes				
Banca de retalho e banca de empresas	232,8	158,4	147	146
Corporate Banking ^d	62,9	97,1	65	83
	21,2	53,8	39	40
O financiamento total excluindo garantido	316,9	309,3	102	111
financiamento garantido	-	48,8	-	-
Sub-total incluindo financiamento garantido	316,9	358,1	88	101
Banca de Retalho e Empresas, Corporate Banking e Wealth e Gestão de investimento	316,9	309,3	102	111
Investimento bancário	46,2	26,1	177	138
	0,8	0,2	-	-
Negociação saldos de liquidação e garantia em dinheiro	61,8	50,1	123	142
Total	425,7	385,7	110	118

Notas

a Excluindo colaterais monetários e balanços de saldo.

b Os balanços do Grupo Absa que não sejam empréstimos a clientes de £37bn e depósitos de clientes de £33bn estão incluídos em outros ativos e passivos.

c Composto por recompra e revenda que fornece financiamento a clientes colateralizados por garantias altamente líquidas numa base a curto prazo ou que são usadas para saldar posições de inventário a curto prazo; financiamento de reposições de ativos de carteira de negociação e colaterais financeiros e saldos de balanço compensados.

d Incluídos no Comércio Bancário de Retalho e Comercial, Comércio Bancário Comercial e no Banco de Investimento estão os balanços relacionados com o Grupo Absa totalizando £37bn de empréstimos e adiantamentos a clientes financiados por £33bn de depósitos de clientes.

e Além disso o Comércio Bancário Empresarial mantém 317.6bn (2011: £17.2bn) em empréstimos e adiantamentos como ativos financeiros mantidos a valor justo.

O rácio de empréstimo total para depósitos em 31 de Dezembro de 2012 era 110% (2011: 118%).

As atividades de Comércio Bancário de Retalho e Comercial, Comércio Bancário Empresarial e Gestão de Capital e Investimento são largamente financiadas com depósitos de clientes. A 31 de dezembro de 2012, o rácio de empréstimo para depósito para estas atividades foi de 102% (2011: 111%). A diferença de financiamento para estas atividades é alcançada usando seguros garantidos por ativos (ABS) e títulos cobertos garantidos principalmente por empréstimos e adiantamentos a clientes tal como hipotecas residenciais e coletáveis de cartão de crédito, resultando num rácio de empréstimo para depósito e financiamento garantido de 88% (2011: 101%).

O excesso do Banco de Investimento dos empréstimos e adiantamentos sobre depósitos de clientes é financiado com equidades e dívidas a longo prazo. O Banco de Investimento não depende do financiamento de depósitos de clientes do Comércio Bancário de Retalho e Empresarial, Comércio Bancário Empresarial e Gestão de Capital e Investimento.

A 31 de dezembro de 2012, £112bn do total de depósitos de clientes estava garantido através do Esquema de Compensação de Serviços Financeiros (FSCS) do R.U. e outros esquemas semelhantes. Para além destes depósitos de clientes, existiam £3bn de outros passivos garantidos por governos.

Embora, contratualmente, as contas correntes sejam reembolsáveis a pedido e as contas poupança com aviso prévio, a vasta base de clientes do Grupo (numericamente e por tipo de depositário) ajuda na proteção contra flutuações inesperadas nos balanços. Tais contas formam uma base de financiamento estável para as operações e necessidades de liquidez do Grupo. O Barclays modela o comportamento tanto dos ativos como dos passivos numa base de fluxo de caixa líquido usando a nossa experiência de comportamento de clientes para avaliar as diferenças de financiamento comportamental da folha de balanço sob condições de negócio normais. Estas maturidades comportamentais são usadas para determinar taxas de juro de preço de transferência de fundos pelas quais os negócios são recompensados ou cobrados por fontes e usos de fundos.

Perfil de maturidade comportamental (incluindo o Grupo Absa; auditado)	Empréstimos e adiantamentos Clientes		Financiamento a clientes		
	£ bl	Depósitos de Clientes £ bl	excedente / (déficit) £ bl	Menor do que um ano £ bl	Maior do que um ano £ bl
A 31 dezembro 2012					
Banca de retalho e banca de empresas	232,8	158,4	(74,4)	(16,8)	(57,6)
	62,9	97,1	34,2	11,3	22,9
	21,2	53,8	32,6	6,9	25,7
O financiamento total excluindo garantido	316,9	309,3	(7,6)	1,4	(9,0)
financiamento garantido	-	48,8	48,8	14,5	34,3
Total Retalho e Business Banking, Corporate Banking e Wealth e Gestão de investimento	316,9	358,1	41,2	15,9	25,3

As saídas de caixa relativamente baixas num ano demonstram que o financiamento de um cliente continua bastante compensado de uma perspectiva comportamental.

Financiamento a grosso (auditado)

Relações de financiamento a grosso a 31 de dezembro de 2012:

Ativos	£ bl	Passivos	£ bl
Carteira de ativos de negociação e de outros títulos	85	Acordos de revenda	217
Acordos de revenda	132		
Acordos de revenda	44	Passivo de carteiras de negociação	44
Instrumentos financeiros derivados	466	Instrumentos financeiros derivados	460
Fundos de liquidez	150	Menos de um ano de dívida por grosso	101
Outros ativos	148	Maior do que um ano de dívida por grosso ea equidade	197

Os ativos de carteira de negociação são largamente financiados por acordo de re aquisição invertida. A maioria dos acordo de re aquisição invertida (ou seja, empréstimo garantido) são compensados por acordos de recompra. O resto dos acordo de re aquisição invertida são usados para saldar os passivos de carteira de negociação. Os ativos e passivos derivados são largamente compensados. Uma parte significativa das posições derivadas da folha de balanço para liquidação das contrapartes e as partes restantes são largamente compensadas quando liquidadas contra colaterais financeiros recebidos e pagos. A pool de liquidez é largamente financiada por dívida a grosso, a maioria da qual vence em menos de um ano. Outros ativos são largamente compensados por dívida e equidade a grosso.

Nota

a Predominantemente investimentos disponíveis para venda, ativos de carteira de negociação, ativos financeiros designados a valor justo e empréstimos e adiantamentos a bancos financiados por dívida e equidade a grosso maiores que um ano.

Análise de risco

Risco de financiamento – Liquidez

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Composição do Financiamento a Grosso (auditado)

O Grupo mantém acesso a uma variedade de fontes de rendimento em moedas principais, incluindo as disponíveis de mercados financeiros, mercados de reposições e investidores a termo, ao longo de uma variedade de canais de distribuição e áreas geográficas. O Grupo é um participante ativo nos mercados financeiros, tem acesso direto aos mercados de capital dos E.U., Europeu e Asiático através das suas operações de Comércio Bancário de Investimento e de investidores a longo prazo através dos seus clientes por todo o mundo. Como resultado, o financiamento a grosso está bem diversificado por produto, maturidade, área geográfica e moeda principal.

A 31 de dezembro de 2012, o total de financiamento por saldar (excluindo os acordos de recompra) era de £240bl (2011: £265 bl). £101 bl de financiamento a grosso vence em menos de um ano (2011: £130 bl) dos quais £18 bl estão relacionados com financiamento a prazo (2011: £27 bl). £138 de financiamento a grosso teve uma maturidade residual de mais de um ano (2011: £135 bl).

A 31 de dezembro de 2012, o financiamento a grosso por saldar incluía £39 de financiamento com garantia (2011: £39 bl) e £201 bl de financiamento sem garantia (2011: £227 bl).

Perfil de vencimento de atacado financiamento ^b (auditado)	Mas não de um mês	Mais de um mês, mas		Ao longo de três meses mas		Ao longo de seis meses mas		Sub-total Menos de de um ano	Mais de um ano, mas não		Total
		Mas não mais de três meses	Mas não mais de seis meses	Mas não mais de seis meses	Mas não Ano	Mais de dois anos	mais de dois anos				
	£ bl	£ bl	£ bl	£ bl	£ bl	£ bl	£ bl	£ bl	£ bl	£ bl	£ bl
Depósitos de bancos	10,8	8,7	1,5	0,7	21,7	1,6	7,2	30,5			
Depósitos do cliente	5,8	23,4	9,0	6,9	45,1	2,0	1,3	48,4			
Ativos Backed Commercial Paper Sénior sem garantia real (Public benchmark)	2,9	2,5	-	-	5,4	-	-	5,4			
Sénior sem garantia real (Empresa colocado)	3,3	-	-	0,6	3,9	7,8	14,4	26,1			
Obrigações / ABS cobertas	0,7	4,1	4,0	5,3	14,1	10,8	38,5	63,4			
Passivos subordinados	-	0,4	1,3	0,4	2,1	4,7	20,8	27,6			
Outro ^c	-	0,6	-	0,1	0,7	-	22,0	22,7			
	3,8	1,4	1,9	1,2	8,3	1,2	5,9	15,4			
A 31 dezembro 2012	27,3	41,1	17,7	15,2	101,3	28,1	110,1	239,5			
Dos quais garantidos	4,6	4,0	2,4	1,3	12,3	5,2	21,5	39,0			
Dos quais não garantidos	22,7	37,1	15,3	13,9	89,0	22,9	88,6	200,5			
A 31 dezembro 2011					130,3			265,2			
Dos quais garantidos					16,9			38,7			
Dos quais não garantidos					113,4			226,5			

O Grupo tem £63bl em notas séniore sem garantia em emissão colocadas por privados. Estas notas são emitidas através de uma variedade de canais de distribuição incluindo intermediários e bancos privados. Uma grande parte dos utilizadores finais destes produtos são investidores de retalho individuais.

O risco de liquidez do financiamento a grosso é cuidadosamente gerido principalmente através de testes de stress LRA, com base nos quais a pool de liquidez é mantida. Mesmo não sendo uma exigência, a pool de liquidez excedeu a maturidade de financiamento a grosso em menos de um ano por £49bn a 31 de dezembro de 2012 (2011: £22bl).

A maturidade média do financiamento a grosso liquidado da pool de liquidez foi de pelo menos 61 meses (2011: 58 meses). 58 meses).

Notas

a As maturidades do financiamento a prazo incluía referenciais públicos e notas séniore sem garantia colocadas por privados, títulos/ABS cobertos e dívida subornada quando a maturidade do instrumentos era maior que um ano. Além disso, a 31 de dezembro de 2012, £3bn destes instrumentos não estavam contados no financiamento a prazo, pois tinham uma maturidade original de menos de 1 ano.

b A composição de fundos a grosso engloba depósitos de bancos reportados na folha de balanço, passivos financeiros a valor justo, garantias de dívida emitida e passivos subordinados, excluindo colaterais de capital e balanços de saldos. Não inclui swaps de colaterais, incluindo a participação no Esquema de Financiamento para Empréstimo do Banco de Inglaterra. Incluídos nos Depósitos de Bancos estão os £6.7bn de passivos retirados da operação de refinanciamento a longo prazo de 3 anos do Banco Central Europeu (LTRO).

c Principalmente compostos por depósitos de valor justo (£7.1bn) e financiamento garantido de ouro físico (£6.0).

Composição monetária de dívida a grosso

A 31 de dezembro de 2012, a proporção do financiamento a grosso por moedas principais era da seguinte forma:

	USD	EUR	GBP	Outroso
Composição monetária dos fundos de atacado	%	%	%	%
Depósitos de bancos	11	51	30	8
Os depósitos de clientes e de commercial paper	50	30	20	-
Papel comercial backed	78	13	9	-
Sênior sem garantia	27	37	16	20
Obrigações / ABS cobertas	22	58	19	1
Passivos subordinados	28	24	47	1
A 31 dezembro 2012	31	38	22	9
A 31 dezembro 2011	27	42	17	14

Para gerir o risco de refinanciamento de moeda cruzada, o Barclays usa a gestão de limites de fluxos de caixa de câmbio externo, que limitam o risco em maturidades específicas.

Financiamento a prazo (auditado)

O Grupo continua a atrair depósitos em mercados monetários sem garantia e a aumentar o financiamento a prazo com e sem garantia numa variedade de mercados. Durante 2012 o Grupo emitiu aproximadamente £28bl de financiamento a prazo, englobando:

- £3.4bl equivalentes a dívida sênior sem garantia de referencial público;
- £6.2bl equivalentes a dívida líquida sênior sem garantia colocada por privados;
- £16.8bl equivalentes a dívida com garantia; e
- £1.9bl de dívida subordinada.

Estão incluídos em financiamento com garantia durante 2012, £6bn de financiamento angariado através da participação no FLS do Banco de Inglaterra.

A dívida subordinada durante 2012 engloba uma emissão de Tier 2 de £1.9bl equivalente a notas de capital contingentes que incluem uma característica de baixa no caso do capital CT1 ou CET1 do Grupo, tal como apropriado, baixe os 7%.

Tal como divulgado anteriormente, para além da emissão acima, as diferenças de financiamento Europeu em Espanha e Portugal foram reduzidas através do acesso a €8.2bl da operação de refinanciamento a longo prazo de 3 anos do Banco Central Europeu em fevereiro de 2012 (ver página 59 para mais detalhes sobre as exposições de financiamento de folhas de balanço locais da Eurozona).

Plano de Financiamento

O Barclays mantém um plano de financiamento estratégico a longo prazo, desenhado para reduzir o risco de financiamento estrutural e otimizar os custos de juro.

A emissão total de 2012 foi suficiente para cobrir as necessidades do Grupo para 2012 e também para pré-financiar uma grande parte das necessidades do Grupo para 2013. As necessidades do Grupo em 2012 foram significativamente mais baixas que os £27bl de maturação de financiamento a prazo nesse ano devido à melhoria no rácio de empréstimo de cliente para depósito e a uma redução nos ativos herdados.

O Grupo tem £18bl de dívida a prazo a vencer em 2013 e £24bl adicionais em 2014. No entanto, com o crescimento esperado de depósitos e com a redução de ativos herdados, as necessidades de financiamento serão provavelmente mais baixas. O Grupo continua a reconhecer a importância de uma base de financiamento diversificada, e assim monitoriza oportunidades através de uma variedade de mercados.

Análise de risco

Risco de financiamento – Liquidez

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Oneração

A oneração de ativos provém de colaterais penhorados devido a financiamento garantido e outras obrigações colateralizadas. O Barclays financia uma parte dos ativos de carteira de negociação e outras garantias através de acordos de recompra e outros empréstimos semelhantes e penhora uma parte dos empréstimos e adiantamentos a clientes como colaterais em garantia, títulos cobertos e outras estruturas garantidas semelhantes.

O Barclays monitoriza a mistura de fontes de financiamento garantidas e não garantidas dentro do plano de financiamento do Grupo e tenta utilizar eficientemente os colaterais disponíveis para angariar financiamento com garantia e cumprir outras obrigações colateralizadas. Nos últimos 18 meses a proporção de exigências de financiamento a prazo cumpridas com financiamento com garantia aumentou, resultando num aumento na oneração de empréstimos e adiantamentos a clientes. Esperamos aumentar moderadamente a oneração de empréstimos e adiantamentos a clientes através de financiamento adicional a prazo com garantia no Plano de Financiamento do Grupo, no entanto, não se espera que isto impacte materialmente a proporção geral de ativos que estão onerados.

A 31 de dezembro de 2012, apenas £231bl dos ativos da folha de balanço do Grupo estavam onerados (excluindo acordo de reaqüisição invertida), que estão principalmente relacionadas com o financiamento empresarial de ativos de carteira de negociação e outras garantias e com o financiamento garantido contra empréstimos e adiantamentos a clientes. Além disso, £308bl do total de £359bl em garantias aceites como colaterais, e mantidas fora da folha de balanço, estavam em penhora, a grande maioria dos quais está relacionada com atividade complementada onde os acordo de reaqüisição invertida são compensados por acordos de revenda celebrados para facilitar a atividade dos clientes. O restante está principalmente relacionado com recompras e vendas usadas para saldar passivos de carteira de negociação assim como colaterais assumidos para exigências de margem derivada.

Oneração de ativos	bens não onerados			
	Ativos £bl	Ativos onerados ^a £bl	Prontamente disponível ^b £bl	Outro ^c £bl
Rubricas patrimoniais:				
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	84,6	-	82,1	2,5
Ativos da carteira de negociação	142,0	85,0	54,6	2,4
Os ativos financeiros ao valor justo ^d	37,1	8,1	6,9	22,1
Investimentos disponíveis para venda	70,3	12,3	58,0	-
Empréstimos e adiantamentos a bancos	16,0	-	-	16,0
Empréstimos e adiantamentos a clientes	327,7	72,9	40,4	214,4
Outros (incluindo derivados)	489,0	-	-	489,0
Garantia de caixa e saldos de liquidação	85,1	52,5	-	32,6
Total no balanço (excluindo recompra reversa acordos)	1.251,8	230,8	242,0	779,0

	bens não onerados			
	Garantias recebidas £bl	Garantias recebidas das quais em garantia £bl	prontamente disponível £bl	Outro £bl
Rubricas extrapatrimoniais				
Justo valor dos títulos aceites como garantias colaterais	359,1	308,0	51,1	-
Garantia total sem restrições			293,1	779,0

Notas

a Foram identificados ativos onerados através do processo de penhora de ativos do Grupo. Para garantias e comodidades os ativos são considerados onerados se tiver existido transferência de títulos legais por recompra, empréstimo de stock e outros acordos de empréstimo com garantia semelhantes, passivos de carteira de negociação ou margem de derivados. Os empréstimos e adiantamentos onerados foram identificados quando os ativos são penhorados por garantias externas ou títulos cobertos ou quando foram usados em recompra externa ou outros acordos semelhantes com contrapartes de mercado ou bancos centrais. Adicionalmente, os ativos onerados incluem colaterais monetários emitidos. Os ativos onerados não incluem ativos que possam ter sido penhorados por outras razões e não inclui a atividade dos clientes.

b Os ativos imediatamente disponíveis são aqueles da folha de balanço e fora dela que não tenham sido identificados como onerados e que estão em forma de transferência. c Outros capitais e balanços nos bancos centrais representam reservas de banco central exigidas.

d Excluindo acordo de reaqüisição invertida a valor justo.

e Excluindo colaterais financeiros e balanços de saldo.

Do total de £1,072bn em ativos não onerados, £293bn estão classificados como prontamente disponíveis para uso como colateral. Isto inclui o capital e garantias mantidos pool de liquidez do Grupo assim como ativos não onerados adicionais que fornecem uma fonte de liquidez contingente. Embora estes não se esteja dependente destes ativos adicionais no LRA do Grupo, Uma parte deles poderá ser monetizada em situação de stress para gerar liquidez através do uso como colateral para financiamento garantido ou através de venda simples.

Os ativos não classificados como prontamente disponíveis para venda como colaterais consistem principalmente em derivativos, empréstimos e adiantamentos a clientes. Os empréstimos e adiantamentos a clientes só são classificados como prontamente disponíveis para venda se já estiverem em tal forma que possam ser usados para angariar financiamento sem mais ações de gestão. Isto inclui colaterais em excesso já em veículos de financiamento com garantia e colaterais preposicionados em bancos centrais e disponíveis para uso em transações financeiras com garantia. Todos os outros empréstimos e adiantamentos são conservadoramente classificados como não disponíveis prontamente, no entanto uma parte deles será adequada para uso em estruturas de financiamento com garantia.

Oneração de empréstimos e adiantamentos

O Barclays emite ABS, títulos cobertos e outros instrumentos com garantia semelhantes que são garantidos principalmente em empréstimos e adiantamentos a clientes. As notas emitidas destes programas também são usadas em acordos de recompra com contrapartes de mercado e em facilidades do banco central. O Barclays também utiliza colaterais de empréstimos em facilidades do banco central em forma não garantida.

O Grupo gere atualmente quatro principais programas de financiamento garantido por ativos da folha de balanço para obter financiamento a prazo para empréstimos de hipoteca e cartões de crédito. Os programas do R.U. de garantia fiduciária master de títulos cobertos regulamentados e hipotecas residenciais usam ambos ativos originados pela atividade do R.U. de hipotecas residenciais do Grupo. Os outros programas são garantias fiduciárias master de cartões de crédito e usam coletáveis das atividades do R.U. e E.U. de cartões de crédito do Grupo. Os programas utilizam mecânicas de venda pura para transferir o título dos ativos de empréstimo do Barclays Bank PLC (BBPLC) para veículos de propósito especial remotos de insolvência. Estes programas transferem inicialmente os respectivos ativos por meio de uma transferência benéfica dos ativos. No entanto, no caso de um evento de "perfeição" (incluindo, entre outros, a insolvência do BBPLC ou do BBPLC não manter o rating de crédito apropriado exigido pela agência de rating relevante), então ocorreria a transferência legal dos ativos.

A 31 de dezembro de 2012, £98bl de empréstimos e adiantamentos de clientes foram transferidos para estes e outros programas de financiamento garantidos por ativos ou utilizados para garantir financiamento de facilidades do banco central. Estes ativos foram usados para suportar £27bl de notas emitidas externamente e £31bl adicionais de notas retidas e colaterais de empréstimo não garantidos usadas em acordos de recompra com contrapartes de mercado e em facilidades do banco central. Incluindo a exigência de sobrecolateralização de £15bl, um total de 17% de empréstimos e adiantamentos totais a clientes foram usados para garantir financiamento externo através destes programas.

Além disso, a 31 de dezembro de 2012 o Grupo tinha £15bl de colaterais em excesso dentro dos seus programas de financiamento garantidos por ativos que podem ser prontamente usados para angariar financiamento garantido adicional e suportar emissões futuras. Uma parte das notas retidas também estão disponíveis para angariar financiamento garantido.

Oneração de crédito a clientes e avanços	notas emitidas			
	Ativos ^a	externamente notas emitidas	outro garantido financiamento ^b	Lucros
A 31 dezembro 2012	£bl	£bl	£bl	£bl
Hipotecas (títulos lastreados por hipotecas residenciais)	34,1	5,1	19,6	3,8
Hipotecas (covered bonds)	29,9	16,2	1,9	-
Hipotecas (covered bonds)	14,2	-	7,3	-
Cartões de crédito	12,9	5,5	-	1,0
	2,5	0,2	1,1	3,1
Outro ^d	4,8	-	1,2	3,1
Total	98,4	27,0	31,1	11,0

Notas

a Inclui £3bn de reservas de capital que suportam veículos de financiamento garantido.

b Compostos por acordos de recompra bilaterais, swaps de colaterais e participação em facilidades do banco central.

c Para colaterais de empréstimos de hipoteca, os ativos refletem o valor de colaterais penhorados e outros financiamentos com garantia refletem o valor líquido obtido. d Principalmente composto por títulos cobertos de autoridades locais e colaterais de empréstimo garantidos de agência de exportação de crédito.

Análise de risco

Risco de financiamento – Liquidez

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Acordos de recompra e acordo de reaquisição invertida

O Barclays celebra acordos de recompra e outros semelhantes de empréstimo com garantia para financiar os seus ativos de carteira de negociação. A maioria dos acordos de recompra e revenda são compensados por acordos de recompra celebrados para facilitar a atividade dos clientes. Os restantes são usados para saldar passivos de carteira de negociação.

Devido à alta qualidade dos colaterais fornecidos para transações de financiamento com garantia, o risco de liquidez associado com esta atividade é bastante mais baixo do que o das operações de financiamento sem garantia. Ainda assim, o Barclays consegue que os limites descompensados, brutos e líquidos, limitem o risco de refinanciamento num cenário de stress grave e uma parte da pool de liquidez do Grupo é mantida contra as saídas de caixa de stress nestas posições. Os limites com garantia descompensados do Grupo são calibrados com base na capacidade de mercado, características de liquidez dos colaterais e apetite pelo risco do Grupo.

O valor monetário das transações de recompra e revenda serão tipicamente diferentes do valor de mercado dos colaterais contra os quais estas transações estão seguradas por uma quantia referida como "haircut" (ou sobrecolateralização). Os níveis típicos de "haircut" variam dependendo da qualidade do colateral que está subjacente a estas transações. Para transações com garantia contra colaterais altamente líquidos, os credores exigem "haircuts" relativamente pequenos (tipicamente de 0% a 2%). Para transações com garantia contra colaterais menos líquidos, os "haircuts" variam consoante a classe de ativo (tipicamente de 5% a 10% para títulos empresariais e outros colaterais menos líquidos).

A 31 de dezembro de 2012, a grande maioria da atividade de recompra estava relacionada com atividade complementada. O Grupo pode enfrentar risco de refinanciamento em desencontros de maturidade líquida para atividade complementada. No entanto, 75% da atividade complementada é com colaterais altamente líquidos e quando é com recompras líquidas colaterais menos líquidos, as maturidades são geridas para teores mais longos.

	Menos do que um mês	De um a três meses	Mais de três meses
Net combinado atividade livro ^b			
Número negativo representa acordo de recompra líquida (passivo líquido)	£bl	£bl	£bl
Altamente líquido ^a	(14,1)	6,6	7,5
Menos líquido ^a	5,7	(1,7)	(4,0)
Total	(8,4)	4,9	3,5

A atividade residual de acordos de recompra é o componente de financiamento empresarial e reflete o financiamento do Barclays de uma parte dos seus ativos de carteira de negociação. O principal risco relacionado com a atividade de financiamento empresarial é a incapacidade de "roll-over" das transações à medida que vencem. No entanto, 74% da atividade de financiamento empresarial foi segurado contra ativos altamente líquidos e a maturidade média ponderada da atividade de financiamento empresarial segurada contra ativos menos líquidos foi de 98 dias.

	De um			Total
	Menos do que um mês	a três meses	Mais de três meses	
Acordos de recompra de financiamento firmes	£bl	£bl	£bl	£bl
Altamente líquido ^a	66,8	6,5	2,9	76,2
Menos líquido ^a	16,0	4,3	6,0	26,3
Total	82,8	10,8	8,9	102,5

Notas

a Ativos altamente líquidos incluem títulos de obrigação, garantias de agência e seguros garantidos por hipoteca. Ativos menos líquidos incluem seguros garantidos por ativos, títulos empresariais, equidades e

Outro.

b Inclui swaps colaterais.

Para além de monitorizar e gerir métricas chave relacionadas com o poder financeiro do Barclays, também subscrevemos revisões de agências de crédito independentes da Standard & Poor's, Moody's, Fitch e DBRS. Estes ratings avaliam a qualidade de crédito do Barclays e são baseados em revisões de uma vasta gama de atributos comerciais e financeiros incluindo processos e procedimentos de gestão de risco, força do capital, rendimentos, financiamento, liquidez, contabilidade e gestão.

Uma desvalorização do rating de crédito pode resultar em saídas de caixa contratuais para cumprir exigências colaterais em contractos existentes. As saídas de caixa relacionadas com uma desvalorização do rating de crédito de vários níveis estão incluídas nos cenários de stress LRA e uma porção da pool de liquidez é mantida contra o risco. As desvalorizações dos ratings de crédito também podem resultar em custos acrescidos ou em capacidade reduzida para angariar financiamento.

Ratings de Créditos	Standard &			
A 31 dezembro 2012	Poor's	Moody's	Fitch	DBRS
Barclays PLC.				
Longo prazo	A (Negativo)	A3 (Negativo)	A (Estável)	n/a
Curto prazo	A-1	P-2	F1	n/a
Barclays Bank PLC				
Longo prazo	A+(Negativo)	A2(Negativo)	A(Estável)	AA(Negativo)
Curto prazo	A-1	P-1	F1	R-1 (Alto)

Durante 2012, o rating do Barclays Bank PLC foi desvalorizado pela Moody's, de Aa3/P-1 para A2/P-1, como resultado do reposicionamento por parte da agência de rating dos bancos e empresas de seguros com as operações globais de mercado de capital, e pela DBRS, de AA Elevado/R-1 Elevado para AA/RR-1 Elevado, resultante da resignação da gestão sénior durante o verão. O Barclays estava em reserva completa para saídas de caixa máximas contratuais como resultado das ações de rating na pool de liquidez. Não ocorreram alterações significativas no financiamento de depósitos ou financiamento a grosso relativamente às ações de rating.

Desvalorizações de rating de crédito adicionais poderiam resultar em saídas de caixa contratuais para cumprir exigências colaterais em contractos existentes. As tabelas abaixo mostram exigências colaterais contratuais seguidas a desvalorizações simultâneas de um e dois níveis a longo prazo e desvalorizações a curto prazo associadas em todas as agências de rating de crédito, para as quais existe reserva completa na pool de liquidez. Estes números não supõem quaisquer ações de gestão ou reestruturação que poderiam ser tomadas para reduzir exigências de emissão. Estas saídas de caixa não incluem o potencial impacto em liquidez resultante da perda de financiamento não garantido, tal como de fundos de mercado financeiro, ou perda de capacidade de financiamento com garantia. No entanto, stresses de financiamento com e sem garantia estão incluídos nos cenários de stress LRA e uma parte da pool de liquidez é mantida contra estes riscos.

Rating de crédito da exposição rebaixamento contratual (fluxo de caixa acumulado)	Saída de caixa acumulada	
	One-notch rebaixamento	Two-notch rebaixamento
A 31 dezembro 2012	£bl	£bl
Derivados de titularização	5	7
Passivos contingentes	7	7
derivados de margem	-	1
facilidades de liquidez	1	2
Financiamento total contratual ou exigências de margem	13	17

Revisão do risco

Risco de financiamento - Liquidez

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada e exclui o Grupo Absa salvo indicação em contrário.

Gestão de Liquidez no Grupo Absa (auditado)

O risco de liquidez é gerido separadamente no Grupo Absa devido a exigências de moeda local, de financiamento e regulamentares.

Para além da pool de liquidez do Grupo, a 31 de dezembro de 2012, o Grupo Absa mantinha £4.6bl de ativos da pool de liquidez contra saídas de caixa de stress antecipadas específicas da Absa. A pool de liquidez consiste em títulos de obrigação e letras do Tesouro Sul-africanos.

O rácio de empréstimo para depósito do Absa a 31 de dezembro de 2012 era de 112% (2011: 115%). A melhoria no rácio de empréstimo para depósito foi impulsionada por uma redução em empréstimos e adiantamentos como resultado de movimentos em taxas de câmbio combinados com uma procura por crédito mais baixa pela economia Sul-africana em geral, assim como por um foco contínuo em assegurar que os elevados padrões de crédito continuam a ser aplicados. O Absa também viveu um aumento no prazo de depósitos de clientes ao longo do período.

A 31 de dezembro de 2012, O Absa tinha £12bn de financiamento a grosso a vencer (2011: £15bl), dos quais £6bl vencem em menos de 12 meses (2011: £9bl). A emissão de dívida a prazo durante 2012 incluiu £0.5bn de dívida sénior sem garantia e £0.4bl de dívida subordinada, adiando adicionalmente o prazo e diversificação da base de financiamento.

Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros (auditado)

Os detalhes de maturidades contratuais para ativos e passivos formam uma importante fonte de informação para a gestão do risco de liquidez. Tal informação é usada (entre outras coisas) como a base para modelar uma folha de balanço comportamental, para dados na estrutura de liquidez, tal como discutido acima.

A tabela abaixo fornece detalhes sobre a maturidade contratual de todos os instrumentos financeiros e outros ativos e passivos. Os derivados (diferentes dos designados numa relação de hedging) e os ativos e passivos de carteira de negociação estão incluídos na coluna "a pedido" com o seu valor justo. O risco de liquidez nestes itens não é gerido com base na maturidade contratual pois não são mantidos para saldo de acordo com tal maturidade e serão frequentemente saldados antes da maturidade contratual ao seu valor justo. Os derivados designados numa relação hedging estão incluídos de acordo com a sua maturidade contratual.

Os ativos financeiros designados com o seu valor justo com respeito aos passivos relacionados com clientes com contractos de investimento foram incluídos em outros ativos e outros passivos pois o Grupo não está exposto a risco de liquidez resultante destes; qualquer pedido de fundos por credores será cumprido ao liquidar ou transferir simultaneamente o investimento relacionado.

Contratual do vencimento dos ativos e passivos (incluindo Grupo Absa; auditado) financeiras										
A 31 dezembro 2012	Ordem	À	Não mais de três meses	Mais de três meses	Mais de seis meses	Mais de um ano	Mais de dois anos	Mais de cinco anos	Mais de dez anos	Total
				mas não mais de seis meses	mas não mais de um ano	mas não mais de dois anos	mas não mais de cinco anos			
O Grupo	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Ativos										
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	42.419	43.756	-	-	-	-	-	-	-	86.175
Os produtos em curso de cobrança de outros bancos	1.225	231	-	-	-	-	-	-	-	1.456
Ativos da carteira de negociação	145.030	-	-	-	-	-	-	-	-	145.030
Ativos financeiros designados ao justo valor:										
valor	1.268	15.672	772	1.225	2.054	3.354	1.861	18.592		44.798
Ativo financeiro derivado	465.346	169	49	56	355	1.993	717	461		469.146
Empréstimos e adiantamentos a bancos	5.055	32.788	236	967	933	288	172	459		40.898
Empréstimos e adiantamentos a clientes	37.479	76.288	7.971	17.243	26.789	74.479	64.467	121.013		425.729
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos semelhante	36	166.029	8.135	2.457	66	199	12	22		176.956
Investimentos disponíveis para venda	357	4.338	2.770	9.955	10.805	19.408	15.189	12.311		75.133
Outros ativos financeiros	-	1.615	-	-	386	-	-	-		2.001
Outros ativos financeiros	698.215	340.886	19.933	31.903	41.388	99.721	82.418	152.858		1.467.322
Outros ativos										23.425
Total ativos										1.490.747
Passivos										
Depósitos de bancos	8.619	57.099	1.664	844	1.617	5.925	229	1.013		77.010
Os produtos em curso de cobrança devido a outros bancos	1.449	124	-	-	-	-	-	-		1.573
Contas de clientes	255.836	90.490	9.810	12.954	11.148	2.790	1.981	787		385.796
Acordos de revenda outro semelhante garantido empréstimo	394	207.312	4.538	3.742	47	1.309	-	-		217.342
Passivo de carteiras de negociação	44.794	-	-	-	-	-	-	-		44.794
Passivos financeiros designados pelo valor justo										
Justo Valor	1.434	7.882	6.278	7.178	11.977	23.037	10.145	8.855		76.786
Ativo financeiro derivado	459.334	63	32	48	333	844	1.074	740		462.468
Equiparados relativos a títulos de dívida em circulação	1.523	38.850	10.796	9.128	16.388	28.011	12.208	2.677		119.581
Passivos subordinados	-	877	-	92	363	2.240	12.287	8.563		24.422
Outros passivos financeiros	-	4.080	-	-	641	-	-	-		4.721
Total de passivos financeiros	773.383	406.777	33.118	33.986	42.514	64.156	37.924	22.635		1.414.493
Outros passivos										13.360
Total de passivos										1.427.853
Acumulação de ativos líquidos	(75.168)	(141.059)	(154.244)	(156.327)	(157.453)	(121.888)	(77.394)	52.829		62.894

Análise de risco

Risco de financiamento – Liquidez

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Contratual do vencimento dos ativos e passivos (incluindo Grupo Absa; auditado) financeiras

A 31 dezembro 2012	À Ordem	Não mais de três meses	Mais de três meses	Mais de seis meses	Mais de um ano	Mais de dois anos	Mais de dois anos e cinco anos	Mais de cinco anos e dez anos	Mais de dez anos	Total
			mas não mais de seis meses	mas não mais de um ano	mas não mais de dois anos	mas não mais de cinco anos	mas não mais de dez anos	mas não mais de dez anos		
O Grupo	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Ativos										
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	38.529	43.467	-	-	-	-	-	-	-	81.996
Os produtos em curso de cobrança de outros bancos	861	215	-	-	-	-	-	-	-	1.076
Ativos da carteira de negociação	74.719	-	-	-	-	-	-	-	-	74.719
Ativos financeiros designados ao justo valor:										
valor	402	42.414	1.360	2.767	4.557	8.090	3.205	19.442	-	82.237
Instrumentos financeiros derivados	472.720	134	32	37	323	1.892	622	369	-	476.129
Empréstimos e adiantamentos a bancos	4.014	30.572	3.490	4.753	2.483	5.219	228	416	-	51.175
Empréstimos e adiantamentos a clientes	31.872	189.324	6.796	14.163	20.152	58.695	49.545	104.176	-	474.723
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos semelhante										
Investimentos disponíveis para venda	31	2.419	1.555	9.045	7.586	16.567	13.358	11.192	-	61.753
Outros ativos financeiros	-	964	-	-	44	-	-	-	-	1.008
Outros ativos financeiros	636.392	461.834	19.498	32.862	35.265	90.662	66.970	135.617	-	1.479.100
Outros ativos										36.063
Total ativos										1.515.163
Passivos										
Depósitos de bancos	21.316	55.570	1.616	954	1.627	2.267	355	35	-	83.740
Os produtos em curso de cobrança devido a outros bancos										
Contas de clientes	999	232	-	-	-	-	-	-	-	1.231
Acordos de revenda	215.867	198.431	8.943	17.322	14.227	19.512	4.328	2.496	-	481.126
outro empréstimo garantido semelhante	21.196	158.521	2.611	3.464	47	1.309	-	-	-	187.148
Passivo de carteiras de negociação	30.105	-	-	-	-	-	-	-	-	30.105
Passivos financeiros designados pelo valor justo										
Justo Valor	1.191	8.060	7.023	9.347	15.835	28.783	11.388	9.749	-	91.376
Instrumentos financeiros derivados	463.468	62	11	27	303	725	985	740	-	466.321
Equiparados relativos a títulos de dívida em circulação	20	28.013	8.204	6.813	10.299	20.216	10.324	1.284	-	85.173
Passivos subordinados	-	636	-	96	-	1.789	12.191	8.229	-	22.941
Outros passivos financeiros	-	12.578	-	-	99	-	-	-	-	12.677
Total de passivos financeiros	754.162	462.103	28.408	38.023	42.437	74.601	39.571	22.533	-	1.461.838
Outros passivos										5.620
Total de passivos										1.467.458
Acumulação de ativos líquidos	(117.770)	(118.039)	(126.949)	(132.110)	(139.282)	(123.221)	(95.822)	17.262	-	47.705

Contratual do vencimento dos ativos e passivos (incluindo Grupo Absa; auditado) financeiras

Contratual do vencimento dos ativos e passivos (incluindo Grupo Absa; auditado) financeiras										
A 31 dezembro 2012	Ordem	Mais de								Total
		Não mais de três meses	Mais de três meses mas não mais de seis meses	Mais de seis meses mas não mais de um ano	Mais de um ano mas não mais de dois anos	Mais de dois anos mas não mais de cinco anos	Mais de cinco anos mas não mais de dez anos	Mais de dez anos		
£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	
Ativos										
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais										
bancos	58.317	48.577	-	-	-	-	-	-	-	106.894
Os produtos em curso de cobrança de outros bancos	1.188	624	-	-	-	-	-	-	-	1.812
Ativos da carteira de negociação	152.183	-	-	-	-	-	-	-	-	152.183
Ativos financeiros designados pelo justo valor										
valor	802	4.257	1.046	1.725	1.812	4.355	2.532	19.118		35.647
Ativo financeiro derivado										
	535.306	122	109	188	64	1.389	904	882		538.964
Empréstimos e adiantamentos a bancos	6.048	35.238	2.022	817	1.184	748	322	413		46.792
Empréstimos e adiantamentos a clientes	43.523	74.024	8.124	16.583	26.882	78.404	61.784	122.610		431.934
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos semelhante	24	141.751	7.674	3.423	374	128	133	158		153.665
Investimentos disponíveis para venda	363	10.504	4.833	4.079	3.822	20.906	12.489	12.027		69.023
Outros ativos financeiros	-	1.978	-	-	640	-	-	-		2.618
Outros ativos financeiros	797.754	317.075	23.808	26.815	34.778	105.930	78.164	155.208		1.539.532
Outros ativos										23.870
Total ativos										1.563.402
Passivos										
Depósitos de bancos	7.866	79.507	880	896	351	1.283	333	-		91.116
Os produtos em curso de cobrança devido a outros bancos	965	4	-	-	-	-	-	-		969
Contas de clientes	213.935	119.016	8.838	11.568	3.774	5.408	2.206	1.300		366.045
Acordos de revenda outro semelhante garantido empréstimo	23	196.066	9.356	1.554	72	183	36	2		207.292
Passivo de carteiras de negociação	45.887	-	-	-	-	-	-	-		45.887
Passivos financeiros designados pelo valor justo										
Justo Valor	1.525	11.743	4.033	11.077	8.391	27.718	11.511	10.318		86.316
Ativo financeiro derivado										
	524.439	345	146	44	63	1.078	592	1.091		527.798
Equiparados relativos a títulos de dívida em circulação	75	52.189	13.084	7.803	8.848	28.727	13.235	5.775		129.736
Passivos subordinados	-	78	-	115	855	741	13.403	9.678		24.870
Outros passivos financeiros	-	3.641	-	-	1.594	-	-	-		5.235
Total de passivos financeiros	794.715	462.589	36.337	33.057	23.948	65.138	41.316	28.164		1.485.264
Outros passivos										12.968
Total de passivos										1.498.232
Acumulação de ativos líquidos	3.039	(142.475)	(155.004)	(161.246)	(150.416)	(109.624)	(72.776)	54.268		65.170

Análise de risco

Risco de financiamento – Liquidez

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Contratual do vencimento dos ativos e passivos (incluindo Grupo Absa; auditado) financeiras

A 31 dezembro 2012	À Ordem	Não mais de três meses	Mais de três meses	Mais de seis meses	Mais de um ano	Mais de dois anos	Mais de dois anos	Mais de cinco anos	Mais de cinco anos	Total
			mas não mais de seis meses	mas não mais de um ano	mas não mais de dois anos	mas não mais de dois anos	mas não mais de dez anos	mas não mais de dez anos		
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo										
Ativos										
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais										
bancos	54.551	48.536	-	-	-	-	-	-	-	103.087
Os produtos em curso de cobrança de outros bancos	1.184	450	-	-	-	-	-	-	-	1.634
Ativos da carteira de negociação	85.048	-	-	-	-	-	-	-	-	85.048
Ativos financeiros designados ao justo valor:										
valor	105	5.288	2.517	3.001	3.280	9.133	2.724	18.504		44.552
Instrumentos financeiros derivados	543.570	67	23	23	64	1.389	904	881		546.921
Empréstimos e adiantamentos a bancos	5.223	28.347	2.675	5.262	2.388	5.672	2.033	687		52.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	43.576	221.733	6.120	16.001	22.304	64.440	48.191	95.415		517.780
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos semelhante										
Investimentos disponíveis para venda	277	150.572	6.479	3.315	374	128	133	158		161.436
	1	2.371	2.443	2.957	3.008	16.708	11.273	9.218		47.979
Outros ativos financeiros	-	1.020	-	-	150	-	-	-	-	1.170
Outros ativos financeiros	733.535	450.384	20.257	30.559	31.568	97.470	65.258	124.863	-	1.561.894
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.709
Total ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.602.603
Passivos										
Depósitos de bancos	27.316	76.243	1.153	1.351	1.176	1.071	493			108.816
Os produtos em curso de cobrança devido a outros bancos	962	4	-	-	-	-	-	-		966
Contas de clientes	194.869	211.769	6.537	15.259	6.696	11.861	3.871	3.660		454.522
	3	186.395	5.210	1.554	72	183	36	-		193.453
Passivo de carteiras de negociação	28.632	-	-	-	-	-	-	-		28.632
Passivos financeiros designados pelo valor justo										
Justo Valor	1.104	12.782	5.848	12.902	11.412	34.107	12.581	10.333		101.069
Instrumentos financeiros derivados	532.648	334	38	44	56	1.052	570	1.095		535.837
Equiparados relativos a títulos de dívida em circulação	-	32.157	8.590	3.671	5.379	19.830	11.691	2.603		83.939
Passivos subordinados	-	-	-	-	764	166	13.386	12.448		26.764
Outros passivos financeiros	-	12.973	-	-	232	-	-	-	-	13.205
Total de passivos financeiros	785.552	532.657	27.376	34.781	25.787	68.270	42.628	30.152	-	1.547.203
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.641
Total de passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.551.844
Acumulação de ativos líquidos	(52.017)	(126.290)	(133.409)	(137.831)	(131.850)	(102.650)	(80.020)	14.691	-	50.759

As datas de maturidade esperadas não diferem significativamente das datas de contrato, exceto:

- Os ativos e passivos de carteira de negociação e instrumentos financeiros derivados, que poderão não ser mantidos com maturidade como parte da estratégia de negociação do Grupo. Para estes instrumentos, que na sua maioria são mantidos pelo Banco de Investimento, a liquidez e o risco de fixação de preço são geridos através da metodologia de Valor Diário em Risco (DVaR);
- Depósitos de retalho, que estão incluídos nas contas dos clientes, são reembolsáveis a pedido ou a aviso prévio numa base contratual. Na prática, estes instrumentos formam uma base estável para as operações e necessidades de liquidez do Grupo devido à vasta base de clientes - tanto numericamente como por tipo de depositário (ver Perfil de Maturidade Comportamental na página 81); e
- Ativos financeiros designados a valor justo respeitantes aos passivos conectados, que são geridos com os passivos associados.

Maturidade contratual de passivos financeiros numa base sem desconto (auditado)

A tabela abaixo apresenta os fluxos de caixa pagáveis pelo Grupo de passivos financeiros por maturidades contratuais restantes na data de folha de balanço. As quantias divulgadas na tabela são os fluxos de caixa contratuais sem desconto de todos os passivos financeiros (ou seja, valores nominais).

Os balanços na tabela abaixo não concordam diretamente com os balanços na folha de balanço consolidada pois a tabela incorpora todos os fluxos de caixa, numa base sem desconto, relacionados tanto com os principais assim como com os associados com todos os pagamentos de cupões futuros.

Os instrumentos financeiros mantidos para negociação e os passivos de carteira de negociação estão incluídos na coluna "a pedido" com o seu valor justo.

Os passivos financeiros designados a justo valor em relação ao passivo ligado por contratos de investimento foram excluídos desta análise, uma vez que o Grupo não está exposto a riscos de liquidez deles resultantes.

Análise de risco

Risco de financiamento – Liquidez

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Maturidade contratual de passivos financeiros numa base não atualizadas

A 31 dezembro 2012	À ordem £m	Mais de um ano mas não mais de cinco anos			Total £m
		Dentro de um Ano £m	Mais de cinco anos £m	Mais de cinco anos £m	
O Grupo (incluindo Absa Group)					
Depósitos de bancos	8.619	59.675	7.629	1.267	77.190
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.449	124	-	-	1.573
Contas de clientes	255.836	113.516	14.492	3.624	387.468
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	394	215.599	1.357	-	217.350
Passivo de carteiras de negociação	44.794	-	-	-	44.794
Passivos financeiros designados pelo valor justo	1.434	21.380	35.753	24.301	82.868
Instrumentos financeiros derivados	459.334	144	1.193	2.079	462.750
Equiparados relativos a títulos de dívida em circulação	1.523	60.396	46.742	16.566	125.227
Passivos subordinados	-	1.948	6.284	24.670	32.902
Outros passivos financeiros	-	4.080	641	-	4.721
Total de passivos financeiros	773.383	476.862	114.091	72.507	1.436.843
Rubricas extrapatrimoniais					
Compromissos de empréstimo	121.522	42.587	78.962	4.996	248.067
Outros compromissos	170	714	110	50	1.044
Total rubricas extrapatrimoniais	121.692	43.301	79.072	5.046	249.111
Total de passivos financeiros e itens extrapatrimoniais	895.075	520.163	193.163	77.553	1.685.954
O Banco					
Depósitos de bancos	21.316	58.159	3.931	415	83.821
Itens em fase de cobrança a outros bancos	999	232	-	-	1.231
Contas de clientes	215.867	225.220	34.511	7.735	483.333
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	21.196	164.612	1.359	-	187.167
Passivo de carteiras de negociação	30.105	-	-	-	30.105
Passivos financeiros designados pelo valor justo	1.191	24.478	45.471	26.898	98.038
Instrumentos financeiros derivados	463.468	101	1.044	1.992	466.605
Equiparados relativos a títulos de dívida em circulação	-	44.433	32.382	12.206	89.041
Passivos subordinados	-	1.659	5.184	24.140	30.983
Outros passivos financeiros	-	12.578	99	-	12.677
Total de passivos financeiros	754.162	531.472	123.981	73.386	1.483.001
Rubricas extrapatrimoniais					
Compromissos de empréstimo	84.761	23.963	78.184	4.373	191.281
Outros compromissos	64	589	83	9	745
Total rubricas extrapatrimoniais	84.825	24.552	78.267	4.382	192.026
Total de passivos financeiros e itens extrapatrimoniais	838.987	556.024	202.248	77.768	1.675.027

Maturidade contratual de passivos financeiros numa base não atualizadas

A 31 dezembro 2012	À ordem £m	Mais de um ano			Total £m
		Dentro de um Ano £m	mas não mais de cinco anos £m	Mais de cinco anos £m	
O Grupo (incluindo Absa Group)					
Depósitos de bancos	7.866	81.308	1.651	409	91.234
Itens em fase de cobrança a outros bancos	965	4	-	-	969
Contas de clientes	213.935	139.620	9.417	5.659	368.631
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	23	207.000	257	41	207.321
Passivo de carteiras de negociação	45.887	-	-	-	45.887
Passivos financeiros designados pelo valor justo	1.525	28.147	39.458	30.744	99.874
Instrumentos financeiros derivados	524.439	828	1.512	2.333	529.112
Equiparados relativos a títulos de dívida em circulação	75	74.952	40.983	21.754	137.764
Passivos subordinados	-	1.003	4.456	27.583	33.042
Outros passivos financeiros	-	3.641	1.594	-	5.235
Total de passivos financeiros	794.715	536.503	99.328	88.523	1.519.069
Rubricas extrapatrimoniais					
Compromissos de empréstimo	223.622	12.071	3.549	1.126	240.368
Outros compromissos	364	793	198	6	1.361
Total rubricas extrapatrimoniais	223.986	12.864	3.747	1.132	241.729
Total de passivos financeiros e itens extrapatrimoniais	1.018.701	549.367	103.075	89.655	1.760.798
O Banco					
Depósitos de bancos	27.316	78.777	2.269	583	108.945
Itens em fase de cobrança a outros bancos	962	4	-	-	966
Contas de clientes	194.869	234.091	19.311	8.479	456.750
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	3	193.182	257	38	193.480
Passivo de carteiras de negociação	28.632	-	-	-	28.632
Passivos financeiros designados pelo valor justo	1.104	32.849	49.182	32.453	115.588
Instrumentos financeiros derivados	532.648	705	1.462	2.325	537.140
Equiparados relativos a títulos de dívida em circulação	-	45.697	28.034	15.559	89.308
Passivos subordinados	-	875	4.163	29.464	34.502
Outros passivos financeiros	-	12.973	232	-	13.205
Total de passivos financeiros	785.552	599.153	104.910	88.901	1.578.516
Rubricas extrapatrimoniais					
Compromissos de empréstimo	179.028	10.955	2.867	388	193.238
Outros compromissos	219	720	167	-	1.106
Total rubricas extrapatrimoniais	179.247	11.675	3.034	388	194.344
Total de passivos financeiros e itens extrapatrimoniais	964.799	610.828	107.944	89.289	1.772.860

Revisão do risco

Risco operacional

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada

O Risco Operacional é definido como o risco de impactos diretos ou indiretos resultantes de fatores humanos, processos internos fracassados ou inadequados e de sistemas ou eventos externos.

Os riscos operacionais são inerentes às atividades comerciais do Grupo e são típicos de qualquer grande empresa. Não é rentável tentar eliminar todos os riscos operacionais e em qualquer caso não é possível fazê-lo. As perdas por riscos operacionais de pouca importância estão previstos e são aceites como parte do curso normal de negócio. Os de importância material são raros e o Grupo procura reduzir a probabilidade destes de acordo com o seu apetite por risco.

O Risco Principal engloba os seguintes Riscos Chave: Risco de Ciber Segurança, Fornecedores Externos, Fraude, Relatórios Financeiros, Informação, Lei, Produto, Pagamentos, Pessoas, Instalações e Segurança, Regulamentação, Impostos, Tecnologia e operações de Transação.

Perfil de risco operacional

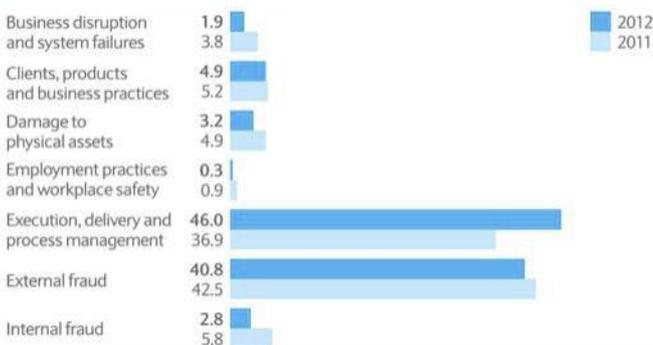
O risco operacional do Barclays em 2012 foi dominado pelas penalizações respeitantes às submissões LIBOR e EURIBOR (£290m) e provisões para PPI (£1.6bn) e redirecionamento de produtos de hedging de taxa de juro (£850m).

O perfil de risco operacional do Grupo é informado pela avaliação de risco ascendente por Unidade de Negócio e revisão qualitativa descendente do Comité de Risco Operacional. Isto continua a destacar Clientes, Produtos e Práticas de Negócio como exposição chave de risco operacional. O risco de ciber segurança é uma área identificada para foco acrescido a qual propulsionou a introdução de uma nova categoria de risco chave e influencia a perturbação de negócios, falhas de sistema e casos de risco de fraude externa.

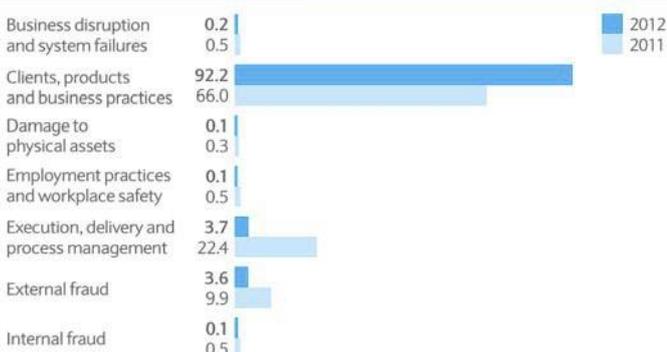
Casos de risco operacional por categoria de risco por: (i) número de casos; e (ii) valor dos casos, são mostrados abaixo.

Dentro do risco operacional uma grande parte dos casos de risco têm um baixo custo financeiro associado e uma parte muito pequena de casos de risco operacional terão um impacto material nos resultados das operações e condições financeiras do Grupo. Em 2012, 74.7% das perdas líquidas de risco operacional do Grupo tinham um valor de £50,000 ou menos (2011: 70.4%) e representavam apenas 1.3% do impacto de perdas líquidas totais do Grupo. A análise abaixo apresenta os casos de risco operacional do Barclays por categoria de Basileia 2. Houve um aumento na proporção de perdas por quantia nas categorias de clientes, produtos e práticas de negócios para 92.2% (2011: 65.9%), causados por penalizações relacionadas com a investigação generalizada da indústria no estabelecimento de taxas oferecidas, provisões para PPI e redirecionamento de produtos de hedging de taxas de juro. Em 2012, a execução, entrega e gestão de processos (46.1%) e Fraude Externa (40.8%) permanecem as categorias com a frequência de casos mais alta. Os casos de execução, entrega e gestão de processos são comuns na indústria bancária onde são processados, a nível diário, elevados volumes de transações. Estes são frequentemente recuperados total ou parcialmente, resultando em perdas líquidas de baixo valor. O elevado volume de casos de fraude externa de baixo valor também são comuns na indústria, despoletados por fraude de cartões de crédito e débito. Estes permaneceram dentro dos níveis previstos durante 2012.

Operational risk events by risk category
% of total risk events by count



Operational risk events by risk category
% of total risk events by value



Revisão do risco

Risco de reputação

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada

O risco de reputação é o risco de dano à marca Barclays proveniente de qualquer associação, ação ou inação que seja interpretada por acionistas como sendo inapropriada ou antiética.

Tal dano reduz, diretamente ou indiretamente, a atratividade do Barclays para os acionistas e pode conduzir a publicidade negativa; perda de receita; litigação; ação regulamentar ou legislativa; perda de negócios de clientes existentes ou potenciais; moral dos funcionários reduzida; e dificuldades em recrutar talento. O dano na reputação constante pode ter um impacto material negativo na nossa licença para operar e destruir o valor das ações.

O risco de reputação é largamente despoletado pelo fracasso em cumprir com as normas tanto estabelecidas como previstas em duas formas:

- Como uma consequência adicional de não aplicar outros controlos de risco;; e
- Como consequência do que seria um comportamento impróprio, onde não haja quebra de controlo, lei ou regulamento, mas onde a decisão ou comportamento seja geralmente interpretado como antiético ou inconsistente com os nossos valores.

As avaliações do risco de reputação não podem ser estáticos visto que são despoletados por normas em evolução e são compostos por riscos que podem assumir diversas formas. Por exemplo, o risco pode surgir de:

- Associação com clientes ou setores controversos: por exemplo, se o Barclays fornecesse financiamento ou serviços a um cliente relacionado com (ou visto como relacionado com) atividades controversas;
- Operar ou negociar de forma imprópria: por exemplo, se o Barclays pagasse subornos para garantir vantagens comerciais; e
- Falhanços passados, presentes ou potenciais em gestão empresarial: por exemplo, se o Barclays fornecesse financiamento ou serviços a clientes sem implementar completamente precauções contra lavagem de dinheiro.

Gerir o risco de reputação numa base diária é da responsabilidade direta dos indivíduos envolvidos em tomar decisões comerciais no seu respetivo negócio ou função. Todos os membros do pessoal devem assumir responsabilidade, para que a base da nossa abordagem seja estabelecer claramente os nossos objetivos, intenções e valor e assegurar que todos os indivíduos da organização tenham um desempenho de acordo com essa cultura.

Quando um indivíduo é confrontado com uma decisão que indicie ter consequências de reputação mais abrangentes, terá que ser suportado por um claro conjunto de regras e processos que forneçam uma clara articulação das expectativas para como as pessoas devem identificar e gerir o risco de forma consistente, incluindo como lidar com o problema.

Ao reconhecer que o Barclays tem uma marca global, a gestão do risco de reputação não pode ser contornado e colocado num único "dono" global. No entanto, quando decisões realmente difíceis com um potencial para afetar materialmente o banco evoluem, serão lidas por um comité de executivos séniores (Conselho de Reputação do Barclays).

Em 2012, o Barclays viveu vários casos de impacto na reputação. Muitos destes casos resultaram de decisões e comportamentos de anos anteriores, e incluíram remuneração de executivos, a investigação generalizada na indústria no âmbito do estabelecimento de taxas interbancárias oferecidas tais como LIBOR, e a venda falhada de PPI aos consumidores e produtos de hedging de taxas de juro aos clientes comerciais.

Procurámos gerir o impacto destes casos para restaurar a confiança no Barclays. Além disso, como parte do nosso Transform Programme, tentámos aprender com estes casos e entender as suas causas para que possamos prevenir melhor que os casos se desenrolem. As lições e áreas chave onde vamos continuar a melhorar incluem:

- Liderança com princípios visíveis;
- Avaliações e recompensas baseadas em valores;
- Gestão forte e integrada; e
- Envolvimento bilateral abrangente, ativo e contínuo de acionistas.

O Barclays começou a rever a sua abordagem ao risco de reputação de forma compreensiva e holística em 2012. De modo a fortalecer a gestão relacionada com matéria de reputação, categorizamos o risco de reputação como o novo Risco Principal e criámos um Comité Executivo de Risco de Conduta, de Reputação e Operacional em 2013. O Conselho de Reputação do Barclays criou uma Estrutura de Controlo de Risco de Reputação do Banco em geral e uma política de Impacto/Controlo de Risco de Reputação, ambos os quais foram aprovados pela Direção. O Conselho também ofereceu formação sobre risco de reputação a executivos séniores do banco para assegurar que o conhecimento e cultura são aplicados.

Continuaremos a fortalecer os nossos fundamentos, a melhorar a gestão e a identificação/remediação proactiva de risco ao longo de 2013.

Revisão do Risco

Risco de conduta

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada

O Risco de Conduta é o risco de que seja causado dano aos nossos clientes ou contrapartes devido à execução imprópria das nossas atividades comerciais.

A reestruturação da FSA levou-nos a focar em risco de conduta. Pretende-se com isto ir para além do foco anterior no cumprimento das regras, no processamento e atendimento justo dos clientes, para assumir uma abordagem holística de como uma empresa se organiza e opera de modo a assegurar bons resultados dos clientes.

A FSA e, a partir de 1 de abril de 2013, a Autoridade de Conduta Financeira (FCA), esperam que as empresas regulamentadas sejam capazes de se focar holisticamente em risco de conduta e em reportar internamente à gestão e aos reguladores sobre risco de conduta que a FCA avaliará através do Enquadramento Sistemático de Empresas. Isto requer uma nova abordagem e o Barclays tem iniciado proactivamente várias iniciativas para assegurar que que cumpre tanto com as necessidades de negócio como com as expectativas dos reguladores e outros acionistas.

Em 2012 existiram vários problemas de risco de conduta que afetaram o Grupo, tal como exposto na secção de fatores de risco legal e risco regulamentar na página 19.

Em resposta, em 2013 recategorizamos especificamente o risco de conduta como Risco Principal que que estará sob a supervisão de Sir Hector Sants, Diretor das Relações Regulamentares de Cumprimento e Gestão. De modo a fortalecer a gestão relacionada com assuntos de conduta iremos criar um Comité de Riscos de Conduta, Reputação e Operacionais. O Comité reunirá trimestralmente sob orientação do Presidente do Grupo. Também estabeleceremos um Comité de gestão para se focar no risco de Conduta.

Continuaremos a construir e a implementar um novo enquadramento para gestão de risco de conduta e estabelecemos um programa geral do Grupo para implementar estes resultados. O programa tem o patrocínio do Comité Executivo do Diretor das Relações de Cumprimento e Relações Regulamentares e de Gestão. Os componentes do programa incluem:

- Design e aplicação: design e aplicação de um novo risco principal de risco de conduta de acordo com a política de riscos principais do Grupo;
- Informação estratégica e de gestão: avaliar a melhor forma de fomentar o apetite pelo risco de conduta nas decisões estratégicas e desenvolver informação de gestão para apoiar a tomada de decisões e facilitar a monitorização do perfil de risco de Conduta com o apetite pelo risco; e
- Avaliação do risco de conduta: avaliar o estado atual dos controlos em cada negócio para capturar o que fazemos bem e identificar onde temos que melhorar.

O programa tentará continuar a construir e melhorar o trabalho já desenvolvido nesta área, por exemplo em Tratar os Clientes de forma Justa e Lidação com Reclamações. Também registará o surgimento de desenvolvimentos regulamentares seguindo a criação legal da FCA.

Para melhorar o nosso enquadramento de risco de conduta, em 2013 o Barclays emitirá e publicará um novo e compreensivo Código de Conduta.

Revisão do risco

Supervisão e regulamentação

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada

A Lei Bancária de 2009 (o Banking Act) fornece um regime para permitir que o Banco de Inglaterra (ou em certas circunstâncias, a Tesouraria HM) resgate bancos insolventes no R.U., em consulta com a FSA e Tesouraria HM tal como apropriado. Sob a Lei Bancária, são dados poderes a estas autoridades, incluindo (a) o poder de fazer com que as ordens de transferência a seguir às quais todas ou algumas das garantias emitidas por um banco do R.U. possam ser transferidas para um comprador comercial do governo do R.U.; e (b) o poder de transferir toda ou alguma propriedade, direitos e passivos de um banco do R.U. para um comprador comercial ou entidade do Banco de Inglaterra. Uma ordem de transferência de ações pode abranger uma vasta gama e garantias incluindo ações e títulos emitidos por um banco do R.U. (incluindo o Barclays Bank PLC) ou sua companhia holding (Barclays PLC) e garante tais ações e títulos. A partir de abril de 2013, alguns destes poderes serão alargados a empresas dentro do mesmo grupo de um banco do R.U. A Lei Bancária também dá às autoridades poderes para se sobrepor a casos de incumprimento ou de direitos de terminação que possam ser invocados como resultado do exercício dos poderes de resolução. Os poderes da Lei Bancária são aplicáveis independentemente de quaisquer restrições contratuais e pode ser pagável uma compensação no contexto de ordens de transferência de ações e apropriação de propriedade.

A Lei Bancária também dá ao Banco de Inglaterra o poder de se sobrepor, variar ou impor obrigações contratuais entre um banco do R.U., a sua empresa de holding e os projetos do seu grupo para consideração razoável, de modo a permitir que qualquer recetor de transferência ou banco sucessor opere eficientemente. Também existe o poder da Tesouraria HM emendar a lei (excluindo as provisões feitas por ou sob a Lei Bancária) para o propósito de permitir que use os poderes de regime eficientemente, potencialmente com efeito retrospectivo. Além disso, a Lei Bancária dá ao Banco de Inglaterra o estatuto de responsabilidade por estabilidade financeira no R.U. e pela supervisão de sistemas de pagamentos.

A Lei de Serviços Financeiros de 2010, entre outras coisas, exige que o regulador do R.U. crie regras sobre remuneração e que exija às empresas reguladas que tenham uma política de remuneração que seja consistente com a gestão de risco efetivo e com os padrões emitidos pela Direção de Estabilidade Financeira. A FSA está mandatada para criar regras que exijam às empresas autorizadas (ou a um subconjunto de empresas autorizadas) que criem planos de recuperação e resolução e que consultem a Tesouraria HM e o Banco de Inglaterra sobre a adequação dos planos das empresas. Esta Lei também permite que a FSA crie regras que exijam às empresas que operem um esquema coletivo de redirecionamento de clientes para lidar com casos de fracasso generalizado de empresas reguladas para cumprir as exigências regulamentares que possam ter criado um detrimento de consumidores.

Além de estabelecer o FPC, a PRA e a FCA, a Lei de Serviços Financeiros de 2012, entre outras coisas, clarifica as responsabilidades entre a Tesouraria HM e o Banco de Inglaterra no caso de uma crise financeira ao dar poderes ao Ministro das Finanças para dirigir o Banco de Inglaterra quando estejam em risco fundos públicos e exista uma séria ameaça à estabilidade financeira; estabelece os objetivos e responsabilidades dos novos corpos de regulamentação; emenda as Condições Limiares para autorização; e dá poderes adicionais aos novos corpos, incluindo poderes de direção sobre os procedimentos originais (tais como o Barclays PLC) quando seja necessário assegurar a supervisão consolidada efetiva do Grupo; e um poder à FCA para criar regras temporárias de intervenção em produtos por um período máximo de seis meses, sem consulta se necessário. A Lei também dá à FCA o poder de estabelecer regras em relação ao estabelecimento de referenciais e cria uma nova ofensa criminal relacionada com a declaração falsa ou enganadora, relacionada com o estabelecimento de um referencial. Os bancos, companhias de seguros e outras instituições financeiras

Revisão do risco

Supervisão e regulamentação

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada

No R.U. estão sujeitas a um esquema único de compensação de serviços financeiros (O Esquema de Compensação de Serviços Financeiros – FSCS) que opera quando uma empresa autorizada é incapaz ou provavelmente incapaz de justificar acusações feitas contra ela devido às suas circunstâncias financeiras. A maioria dos depósitos feitos nas sucursais do Barclays Bank PLC dentro da área Económica Europeia (EEA) que estão denominados em Libras Esterlinas ou outras moedas estão cobertos pelo FSCS. A maioria das ações tomadas com respeito ao negócio de investimento serão também ações protegidas se o negócio foi executado no R.U. ou numa sucursal do banco de ou numa empresa de investimento em outro estado membro da EEA. O FSCS é financiado por contribuições em empresas autorizadas do R.U. tais como o Barclays Bank PLC. No caso de o FSCS angariar esses fundos mais frequentemente ou de aumentar significativamente as contribuições a serem pagas por empresas, os custos associados ao Grupo podem ter um impacto material nos resultados do Grupo. Podem ser encontrados mais detalhes na Nota 29 da página 195.

Fora do R.U., o Grupo tem operações (e reguladores principais) localizados na Europa continental, em particular França, Alemanha, Espanha, Suíça, Portugal e Itália (bancos centrais locais e outras autoridades reguladoras); Ásia-Pacífico (várias autoridades reguladoras incluindo a Autoridade Monetária de Hong Kong, a Agência de Serviços Financeiros do Japão, a Comissão Australiana de Garantias e Investimentos, a Autoridade Monetária de Singapura, a Comissão Reguladora de Comércio Bancário da China e o Banco de Reserva da Índia); África e Médio-Oriente (várias autoridades reguladoras incluindo o Banco de Reserva Sul Africano) e Estados Unidos da América (incluindo a Direção de Governadores do Sistema de Reserva Federal [FRB], a Comissão de Garantias e

Nos Estados Unidos, as filiais bancárias do Barclays PLC, Barclays Bank PLC e Barclays US estão sujeitas a um enquadramento regulamentar compreensivo que envolve vários estatutos, regras e regulamentos, incluindo a Lei de Comércio Bancário Internacional de 1978, a Lei de Empresas de Holding Bancário de 1956, emendada (BHC Act), a Lei de Melhoramento de Supervisão Bancária Estrangeira de 1991, a Lei de Modernização de Serviços Financeiros de 1999, a USA PATRIOT ACT de 2001 e Reforma de Wall Street Dodd-Frank e Lei de Proteção ao Consumidor de 2010 (DFA). Este enquadramento regula as atividades do Barclays, incluindo os seus subsidiários bancários e sucursais nos E.U., assim como impõe restrições prudenciais, tais como limites a extensões de crédito pelas sucursais do banco nos E.U. e pelos subsidiários bancários nos E.U. a um único credor e a filiados. As sucursais do Barclays Bank PLC em Nova Iorque e Florida estão sujeitas a extensiva supervisão federal e estatal e a regulamentação pela FRB e, tal como aplicável, pelo Departamento Estatal de Nova Iorque para os Serviços Financeiros e o Departamento de Florida de Regulamentação Financeira. O Barclays Bank Delaware, um banco comercial credenciado de Delaware, está sujeito a supervisão e regulamentação pela Corporação de Seguros de Depósitos Federais (FDIC), pelo Comissário Bancário do Estado de Delaware e pela Direção de Proteção Financeira ao Cliente. Os depósitos do Barclays Bank Delaware estão garantidos pelo FDIC. A Fiduciários Monetários do Barclays (E.U.) NA é uma empresa fiduciária sem garantia e não depositária credenciada e supervisionada pelo Departamento de Controlo da Moeda (OCC). A autoridade licenciadora de cada sucursal do Barclays Bank PLC nos E.U. tem a autoridade, em certas circunstâncias, para tomar posse dos negócios e propriedades do Barclays Bank PLC localizados no estado do departamento que o licencia ou de revogar ou suspender tal licença. Tais circunstâncias geralmente incluem violações da lei, práticas de negócio inseguras e insolvência.

Câmbio [SEC] e a Comissão de Negociação de Futuros de Comodidade (CFTC)).

A regulamentação no R.U. é consideravelmente moldada e influenciada pelas diretivas e regulamentos da U.E. Estas fornecem a estrutura para o Mercado Único Europeu, do qual uma importante característica é a estrutura para a regulamentação das empresas autorizadas. Esta estrutura é pensada para permitir que uma instituição de crédito ou empresa de investimento autorizada num estado membro da U.E. possa executar atividades bancárias ou de investimento através do estabelecimento de sucursais ou da oferta de serviços numa base além-fronteiras noutros estados membros sem a necessidade de autorização local. As operações do Barclays na Europa são autorizadas e reguladas por uma combinação de reguladores domésticos anfitriões.

As operações do Barclays na África do Sul, incluindo o Grupo Absa Limitada, são supervisionadas e reguladas principalmente pelo Banco de Reserva Sul Africano (SARB), Direção de Serviços Financeiros (FSB) assim como pelo Departamento de Comércio e Indústria (DTI). O SARB supervisiona a indústria bancária e segue uma abordagem baseada no risco para supervisionar, enquanto a FSB supervisiona a indústria de serviços financeiros não bancários tais como atividades de seguros e investimento e foca-se em melhorar a proteção do consumidor e em regular a conduta de mercado. O DTI regula o crédito do consumidor através da Lei de Crédito Nacional (NCA) de 2005, assim como outros aspetos da proteção ao consumidor não regulados sob a jurisdição do FSB através da Lei de Proteção ao Consumidor (CPA) de 2008. Pretende-se que as responsabilidades regulamentares na África do Sul sejam divididas no futuro entre o SARB, que será responsável pela regulamentação prudencial, e pelo FSB que será responsável por questões de conduta de mercado. O timing preciso para a mudança para uma regulamentação “dupla” continua por determinar

O Barclays PLC e o Barclays Bank PLC são empresas de holding bancário registadas no FRB, que exerce autoridade hierárquica sobre as operações do Barclays nos E.U. O Barclays PLC e o Barclays Bank PLC elegeram ser tratados como uma empresa de holding financeiro sob a Lei BHC. As empresas de holding financeiro podem executar uma série mais abrangedora de atividades financeiras e relacionadas do que é permitido a empresas registadas de holding bancário que não mantêm um estado de empresa de holding financeiro, incluindo a subscrição e lidação de todos os tipos de garantias. As empresas de holding financeiro tais como o Barclays PLC e o Barclays Bank PLC devem cumprir ou exceder certos rácios de capital e ser consideradas como “bem geridas”, e o Barclays Bank Delaware e os Fiduciários Monetários do Barclays (E.U.) NA devem ambos cumprir certas exigências de capital e ser considerados como “bem geridos”. De modo a que o Barclays PLC e o Barclays Bank PLC mantenham o seu estatuto como empresas de holding financeiro, o Barclays Bank Delaware deve estar “bem capitalizado” e “bem gerido” sob padrões regulamentares aplicáveis. Além disso, o Barclays Bank Delaware deve ter pelo menos um rating “satisfatório” sob a Lei de Reinvestimento Comunitário de 1977 (CRA). Às entidades que deixem de cumprir com qualquer destas exigências, é-lhes dado um período de tempo para restaurar os níveis de capital, a gestão ou o rating CRA. Se o Barclays PLC ou o Barclays Bank PLC fracassarem em cumprir as exigências supramencionadas, poderão ser impedidas de executar novos tipos de atividades financeiras ou de fazer certos tipos de aquisições. Se o nível de capital ou de rating não for restaurado, o Grupo pode ser obrigado pela FRB a deixar certas atividades nos Estados Unidos.

Sob a Lei de Garantias de Depósitos Federais de 1950, tal como emendada pela DFA, o Barclays é obrigado a agir como uma fonte ou força financeira para o Barclays Bank Delaware. Isto pode, entre outras coisas, obrigar o Barclays a injetar capital no Barclays Bank Delaware se este falhar em cumprir com as exigências de capital mínimo regulamentar.

Um dos maiores focos da política governamental dos E.U. relacionado com instituições financeiras em anos recentes foi combater a lavagem de dinheiro e financiamento terrorista e reforçar o seguimento das sanções económicas dos E.U. Os regulamentos aplicáveis às operações nos E.U. do Barclays Bank PLC e dos seus subsidiários impõem obrigações em manter políticas, procedimentos e controlos apropriados para detetar, prevenir e reportar lavagem de dinheiro e financiamento terrorista e para assegurar o seguimento das sanções económicas dos E.U. contra países estrangeiros, nacionais e outros designados. O fracasso de uma instituição financeira em manter e implementar programas adequados para combater a lavagem de dinheiro e financiamento terrorista ou assegurar o seguimento de sanções económicas pode ter consequências sérias legais e de reputação para a instituição. A 16 de agosto de 2010, os Estados Unidos entregaram no Tribunal Distrital dos Estados Unidos do Distrito de Columbia um relatório criminal contra o Barclays, que alegava violações das leis de sanções dos E.U. Os Estados Unidos e o Barclays entraram simultaneamente num Acordo de Prossecução Deferida (DPA), após o qual os Estados Unidos aceitaram deferir a prossecução por um período de dois anos, com a condição de que o Barclays cumprisse várias premissas, incluindo relacionadas com a cooperação e remediação. O DPA permitiu que o Barclays cumprisse com essas condições, os Estados Unidos retiraram o relatório. A 31 de agosto de 2012, os Estados Unidos pediram ao Tribunal que descartasse o relatório com o fundamento de que o Barclays tinha "cooperado totalmente com os Estados Unidos, cumprido todas as suas obrigações do DPA, e não violaram de modo algum o DPA." A 30 de novembro de 2012 o Tribunal descartou o relatório.

A consultoria de investimento e operações bancárias de investimento do corretor/distribuidor de garantias Barclays dos E.U. estão sujeitos a supervisão e regulamentação contínua pelo SEC, pela Autoridade Reguladora da Indústria Financeira (FINRA) e por outras agências governamentais e organizações autorreguladoras (SROs) como parte de um esquema compreensivo de regulamentação de todos os aspetos das atividades de garantias e comodidades sob as leis de garantias federais e estatais dos E.U. De forma semelhante, os futuros de comodidade dos E.U. do Barclays e operações relacionadas com as opções estão sujeitos a supervisão e regulamentação contínua pelo CTFC, pela Associação de Futuros Nacionais e outros SROs.

As atividades do Grupo relacionadas com cartões de crédito nos Estados Unidos estão sujeitas à Lei de Responsabilidade e

? À norma internacional da FSB para regimes de resolução nacional, Atributos Chave dos Regimes de Resolução Efetiva para Instituições Financeiras. Pretende-se com isto, entre outras coisas, dar poderes às autoridades de resolução para intervir e resolver uma instituição financeira que já não seja viável, incluindo através de transferências de negócios e recapitalização financiada de credor (resgate com resolução) que dispõe as perdas para acionistas e credores sem garantia nem seguro pela sua ordem de senioridade, a um ponto não viabilidade determinado por reguladores que pode preceder insolvência. O conceito de resgate pode afetar os direitos de credores seniores sem garantia sujeitos a qualquer resgate no caso de uma resolução de um banco em falência;

? Exigências para avaliações de solvabilidade e para planeamento de recuperação e resolução;

? As exigências para que os bancos sejam determinados como sendo globalmente e sistematicamente importantes para terem capacidade de absorção adicional acima do exigido pelos padrões de Basileia 3 (ver abaixo). As sobretaxas aumentam em incrementos de 1% para 2.5% dos ativos de risco ponderado (com um parcela de 3.5% para desencorajar as instituições de desenvolverem os seus negócios de uma maneira que potencie a sua natureza sistemática). Este buffer adicional deve ser cumprido com equidade comum;

Divulgação de Cartões de Crédito de 2009 (Credit CARD Act) que foi melhorada pelo congresso em maio de 2009 para proibir certos preços de cartões de crédito e práticas de marketing para contas de cartões de crédito de consumidores. Entre as numerosas provisões estão as que proíbem o aumento de taxas em balanços existentes e taxas acima do limite na maioria dos casos, restringem o aumento de taxas, restringem as taxas de penalização que podem ser avaliadas, regulam a forma como os pagamentos são distribuídos por diferentes balanços e como o processo de faturação deve funcionar, e revêm todas as comunicações a proprietários de cartões.

Desenvolvimentos regulamentares

A alteração regulamentar gerada pela crise financeira está a ter e vai continuar a ter um impacto substancial em todas as instituições financeiras, incluindo o Grupo. O impacto total desta alteração permanece incerto, mas será significativa. A alteração regulamentar está a ser levada a cabo a vários níveis, globalmente notoriamente através do G20, da Direção de Estabilidade Financeira (FSB) e do Comité de Basileia para a Supervisão Bancária (BCBS), regionalmente através da União Europeia e nacionalmente, especialmente no R.U. e nos E.U. As exigências prudenciais acrescidas e alterações nas definições de ativos de capital e líquidos podem afetar as atividades planeadas do Grupo e podem aumentar custos e contribuir para impactos adversos nos rendimentos do Grupo. De forma semelhante, as exigências acrescidas em relação às atividades de mercados de capital e às condutas de mercado podem afetar as atividades planeadas do Grupo e podem aumentar os custos e assim contribuir para impactos adversos nos rendimentos do Grupo.

Global

O programa de reforma do enquadramento regulamentar global que foi acordado pelos Chefes de Governo do G20 em abril de 2009 continuou a ser levado adiante durante 2012.

A FSB foi designada pelo G20 como o corpo responsável por coordenar a entrega do programa de reforma global. Focou-se particularmente nos riscos apresentados por instituições financeiras sistematicamente importantes. Em 2011, os Chefes de Governo do G20 adotaram as propostas da FSB para reformular a regulamentação de instituições financeiras sistematicamente importantes (G-SIFIs). Um elemento chave deste programa é que as G-SIFIs deve ser capaz de ser resolvido sem recurso a impostos de contribuintes. O Barclays foi designado como uma G-SIFI pela FSB. As G-SIFIs estarão sujeitas a:

? Supervisão mais intensiva, incluindo através de mandatos de supervisão mais fortes, recursos e poderes, e expectativas de supervisão mais altas para funções de gestão de risco, capacidades de agregação de dados, gestão de risco e controlos internos; e

? As G-SIFIs estão sujeitas a uma supervisão reforçada e a um enquadramento de gestão de crise compreensivo dos colégios de supervisão.

Na sua lista de novembro de G-SIFIS, a FSB colocou o Barclays num grupo que exigia o cumprimento de uma sobretaxa de 2%. As exigências adicionais de absorção de perdas serão aplicadas aos bancos identificados em novembro de 2014 como globalmente sistematicamente importantes e serão faseadas com começo a janeiro de 2016, com implementação total a janeiro de 2019. As G-SIFIs também devem cumprir as altas expectativas de supervisão para capacidades de agregação de dados até janeiro de 2016. Em outubro de 2012, a FSB e BCBS finalizaram uma estrutura baseada em princípios para bancos de importância doméstica sistemática (D-SIBs). As autoridades nacionais começarão a aplicar as exigências aos bancos identificados como D-SIBs a partir de janeiro de 2016 de acordo com a fase em preparação para as G-SIFIs.

Revisão do risco

Supervisão e regulamentação

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada

A FSB continua a seguir vários fluxos de trabalho que afetarão o Grupo, as suas contrapartes e os mercados em que opera. Estes incluem o trabalho no sistema bancário de sombra e em divulgações acentuadas.

O BCBS emitiu as guias finais sobre os padrões de capital e liquidez de Basileia 3 em dezembro de 2010, com revisões ao risco de crédito das contrapartes em julho e novembro de 2011. Continuou a refinar elementos deste pacote, notavelmente em relação à liquidez regulamentar onde foram acordadas revisões em janeiro de 2013 para as definições de ativos líquidos de alta qualidade e de fluxos de caixa para o propósito de calcular o Rácio de Cobertura de Liquidez, assim como para estabelecer um calendário para o faseamento de Janeiro de 2016. As exigências de Basileia 3 como um todo estão sujeitas a várias provisões provisórias levadas a cabo até ao final de 2018. Uma avaliação do impacto provável do capital, alavancagem e exigências de liquidez de Basileia 3 e da resposta do Grupo podem ser encontradas na revisão do Diretor Financeiro, e na análise de risco de financiamento em relação ao capital e liquidez (página 68 e página 77 respetivamente). O Grupo está no entanto sujeito à implementação por parte da U.E. da norma de Basileia 3 através da Diretiva de Exigências de Capital (ver abaixo).

O BCBS também mantém vários fluxos de trabalho ativos que afetarão o Grupo. Estes incluem uma revisão fundamental dos registos de negociação onde foi emitida em maio de 2012 uma consulta sobre normas de capital melhoradas. Também foram executadas consultas sobre normas melhoradas em relação às exigências de margem de derivados aprovados não centralizados, exigências de capital para exposição de contrapartes centrais, gestão de riscos associados com o saldo de transações de câmbio externo e sobre a estrutura de garantias. Os resultados deste trabalho são esperados para 2013. Também se espera que o BCBS examine um regime para grandes exposições. Estes desenvolvimentos podem aumentar adicionalmente o capital exigido pelo Grupo para transacionar negócios afetados e/ou afetam a capacidade do Grupo para executar certas transações.

União Europeia

A U.E. continua a desenvolver a sua estrutura de regulamentação em resposta às crises financeira e da Eurozona. No encontro de 2012 dos Ministros das Finanças da U.E., após a Conferência da Área Euro a 29 de junho, foi acordado o estabelecimento de um mecanismo de supervisão único dentro da Eurozona. O Banco Central Europeu (BCE) terá a responsabilidade pela supervisão das instituições de crédito, empresas de holdings financeiros ou empresas de holdings financeiros mistos mais significantes da Eurozona. O BCE pode alargar a sua supervisão a instituições de relevância significativa que estabeleceram subsidiários em mais de um estado membro participante e com ativos ou passivos além-fronteiras significantes. Estima-se que o mecanismo de supervisão único fique operacional em 2014.

A Autoridade Bancária Europeia que foi criada a 1 de janeiro de 2011, juntamente com as outras Autoridades de Supervisão

Europeias, permanece encarregue pelo desenvolvimento de um único manual de regras para a U.E. como um todo e com cooperação melhorada

entre autoridades nacionais de supervisão. A Autoridade Europeia para os Mercados de Garantias tem um papel semelhante em relação aos mercados de capital e aos bancos e outras empresas a investir e negócios de mercado de capital. A redução progressiva de discricção nacional por parte

das autoridades regulamentares dentro da U.E. pode levar à eliminação de acordos providenciais que foram acordados com essas autoridades. Isto pode servir para aumentar ou diminuir a quantidade de capital e outros recursos que o Grupo seja obrigado a manter. Os efeitos gerais ainda não são claros e podem apenas tornar-se evidentes após alguns anos. A Autoridade Bancária Europeia e a

Autoridade Europeia para os Mercados de Garantias têm o poder para mediar e se sobrepor a autoridades nacionais sob certas circunstâncias. A responsabilidade da supervisão do dia a dia permanece com as autoridades nacionais e para os bancos, como o Grupo, que estão incorporados em países que não participarão no mecanismo único de supervisão, espera-se que assim se mantenha.

Basileia 3 será implementado na U.E. por emenda à Diretiva de Exigências de Capital (CRDIV). Foram adotadas pela Comissão Europeia em julho de 2011 propostas formais de emenda à CRD IV. Estas tomam a forma de um regulamento e uma diretiva que estão atualmente a passar pelo processo legislativo da U.E. Esperava-se que a CRD IV entrasse em vigor a 1 de janeiro de 2013. No entanto, atrasos no processo legislativo significam que esta data foi falhada e não foi especificada qualquer outra data de implementação. Estima-se que muitas das implementações detalhadas serão executadas através de normas técnicas vinculativas a ser desenvolvidas pela Autoridade Bancária Europeia, e que têm o objetivo de assegurar uma aplicação de regras harmonizada através da U.E. mas que ainda têm de ser desenvolvidas. Ainda que hajam algumas diferenças entre a CRD IV e Basileia 3, a expectativa atual é de que o impacto geral será semelhante.

Uma adição significativa ao enquadramento legislativo da U.E. para instituições financeiras é a proposta por uma Diretiva que estabeleça uma estrutura para a recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento. Esta proposta tem o objetivo de implementar muitas das exigências dos "Atributos Chave de Regimes de Resolução Efetiva para Instituições Financeiras" da FSB. A proposta daria poderes abrangedores às autoridades de resolução para "resgatar" passivos (ou seja, abater passivos ou convertê-los em equidades) e as empresas necessitariam de uma percentagem mínima de passivos de uma forma que lhes permitisse estarem sujeitas a "resgate". A proposta também exige o desenvolvimento de planos de recuperação e resolução ao nível de grupo e empresa. A proposta estabelece um conjunto harmonioso de ferramentas de resolução pela U.E., incluindo o poder para impor um embargo temporário aos direitos dos credores a terminar, acelerar ou fechar contractos. Também existem implicações significantes de financiamento para instituições financeiras: a proposta almeja o estabelecimento de fundos de resolução pré-financiados de 1% de depósitos cobertos a serem acumulados durante 10 anos, embora a proposta também pretenda que os esquemas nacionais de garantia de depósito sejam capazes de cumprir esta função. A proposta está atualmente a passar pelo processo legislativo e o seu impacto financeiro no Grupo ainda não é claro.

Uma proposta não relacionada para emendar a Diretiva sobre Esquemas de Garantia de Depósito também está a ser considerada, e a ligação que emergiu com a Diretiva de Recuperação e Resolução permanece por clarificar. A proposta sobre Esquemas de Garantias de Depósito também pretende que esquemas nacionais sejam pré-financiados, com um fundo a ser angariado ao longo de vários anos. Isto seria uma alteração significativa para os bancos do R.U. onde as contribuições são atualmente angariadas como necessário após falência. As propostas permanecem em debate e o impacto financeiro no Grupo ainda não é claro.

Em outubro de 2012, um grupo de especialistas organizados pela Comissão Europeia para considerar uma possível reforma da estrutura do setor bancário da U.E. apresentou o seu relatório. Entre outras coisas, o grupo recomendou a separação obrigatória de trocas de propriedade e outras atividades de alto risco de outras atividades bancárias. A Comissão Europeia pediu aconselhamento sobre as propostas apresentadas

por este grupo, mas ainda tem de determinar se vai seguir com estas, e se sim, como. Espera-se que a Comissão Europeia clarifique as suas intenções no final deste ano.

O Regulamento da Infraestrutura do Mercado Europeu (EMIR) introduz novas exigências para melhorar a transparência e reduzir o risco associado ao mercado de derivados. Quando entrar em vigor, o EMIR vai exigir às entidades que entrem em qualquer forma de contrato derivado, incluindo taxa de juro, câmbio externo, equidade, crédito e derivados de commodities que: reportem qualquer contrato derivado que celebrem num repositório de negociação; implementem novas normas de gestão de risco, incluindo processos e margem operacional, para todas as trocas derivadas bilaterais ao balcão que não sejam aprovadas por uma contraparte central; e que aprovem, através de uma contraparte central, os derivados ao balcão que estejam sujeitos a uma obrigação de aprovação. O EMIR tem potenciais impactos operacionais e financeiros para o Grupo, incluindo exigências colaterais. No entanto, nem toda a regulamentação a ser implementada está disponível e não é possível determinar o impacto total nesta fase.

As propostas para emendar os Mercados na Diretiva de Instrumentos Financeiros continuam a ser debatidas. Isto afetará muitos dos mercados de investimento nos quais o Grupo opera e os instrumentos que negocia, e como a forma como transaciona com as contrapartes de mercado e outros clientes. Estas propostas estão atualmente a passar pelo processo legislativo e o seu impacto geral no Grupo ainda não é claro.

Reino Unido

Após a aprovação da Lei de Serviços Financeiros de 2012, que emendou a estrutura de regulamentação e supervisão no R.U tal como descrito acima, o Governo uma legislação para levar adiante as propostas da Comissão Bancária Independente (ICB). A 4 de fevereiro de 2013, o Governo do R.U. apresentou a Lei dos Serviços Financeiros (Reforma Bancária) à Casa dos Comuns. A lei daria às autoridades do R.U. os poderes para implementar recomendações chave da ICB ao, entre outras coisas, exigir: (i) a separação das atividades bancárias de retalho do R.U. e EEA de um banco do R.U. numa entidade legalmente distinta, separada operacionalmente e independente economicamente dentro do mesmo grupo ("ring fencing") e (ii) o aumento da capacidade de absorção de perdas de bancos "ring fenced" e de bancos sistematicamente importantes a nível global com sede no R.U. para níveis mais altos do que as diretrizes de Basileia 3. A Lei também daria preferência aos depositários protegidos pelo Esquema de Compensação de Serviços Financeiros se um banco entrasse em insolvência. Ao mesmo tempo, o Governo anunciou que levará a cabo emendas à Lei para estabelecer uma capacidade de reserva que permita ao regulador, com a aprovação do Governo, aplicar a separação total em certas circunstâncias. A Lei consiste em grande parte em permitir provisões, com muito do seu detalhe a ser contido em legislação secundária. Espera-se que o Governo publique a legislação secundária provisória no fim deste ano. O Governo pretende que a legislação primária e secundária sejam aplicadas no final deste Parlamento (maio de 2015) e que seja exigido aos bancos do R.U. que cumpram até 1 de janeiro de 2019.

A Comissão do Parlamento para Normas Bancárias foi formada em julho de 2012. A Comissão é nomeada por ambas as Casas do Parlamento para considerar e reportar sobre:

? normas e cultura profissional do setor bancário do R.U., executando investigações regulamentares e competitivas ao processo de fixação de taxas LIBOR; e

? lições a serem aprendidas sobre gestão empresarial, transparência e conflitos de interesse, e as suas implicações na regulamentação e política de Governo e fazer recomendações para ações legislativas e outras.

As recomendações da Comissão são esperadas para março de 2013 e é provável que influenciem a política de Governo e propostas legislativas do R.U., possivelmente através de emendas à Lei de Reforma Bancária e sua legislação secundária acompanhante que será debatida durante 2013. Enquanto a nova estrutura regulamentar toma efeito a 1 de abril, o R.U. procurou "sombrear" o novo regime na máxima extensão possível sem o apoio da legislação necessária. O Banco de Inglaterra operou um FPC interino e a FSA tem operado, desde abril de 2012, em duas unidades de negócio distintas e largamente autónomas cobrindo matérias de prudência e conduta respetivamente. O FPC recomendou que a FSA deveria procurar assegurar que os bancos do R.U. mantêm níveis de capital mais elevados como meio e equilibrar a estabilidade financeira mantendo o desejo de empréstimo à economia real. Ambas as unidades de negócio da FSA continuaram a desenvolver e a aplicar uma abordagem mais intrusiva e assertiva à supervisão e à sua política de retenção credível em relação à aplicação que tem continuado a sofrer um aumento significativo no tamanho das multas regulamentares. Em antecipação ao acordo interno, a FSA estabeleceu e implementou exigências de capital e liquidez que são significativamente maiores do que os níveis pré-crise, e juntamente com o Banco de Inglaterra, estabeleceu exigências de planeamento de Recuperação e Resolução. Para manter as exigências da FSB, o Grupo submeteu o seu Plano de Recuperação e Resolução a 30 de junho de 2012. A Revisão de Distribuição de Retalho entrou em vigor a 1 de janeiro de 2013 e a Revisão de Mercado de Hipotecas será aplicada a partir de 26 de abril de 2014. Estas afetarão a economia de aconselhamento de investimento e de provisão financeira de habitação respetivamente. A FSA, seguindo aconselhamento, também começou a tomar uma abordagem mais intervencionista na projeção de produtos financeiros e processos de gestão desta projeção. Esta abordagem será feita na FCA quando esta estiver estabelecida.

Estados Unidos

A DFA tornou-se lei em julho de 2010. O impacto total da DFA no Grupo permanece desconhecido porque as regras exigidas para implementar muitas das provisões da DFA continuam a estar sujeitas à criação de regras e vão surtir efeito ao longo de vários anos. Além disso, as práticas e estruturas de mercado podem-se alterar em resposta às exigências da DFA de formas difíceis de prever mas que podem impactar a atividade do Barclays. Ainda assim, certas provisões da DFA têm uma probabilidade alta de ter um efeito no Grupo, incluindo:

? **Risco sistémico:** A DFA criou o Conselho de Supervisão de Estabilidade Financeira (FSOC) e concedeu-lhe poderes para fazer recomendações à FRB para aplicar exigências de supervisão acrescidas e normas prudenciais aplicáveis a entidades e atividades "sistematicamente importantes" e para trabalhar com todas as agências de regulamentação financeira primárias para estabelecer regulamentações, tal como necessário, para lidar com preocupações de estabilidade financeira. Em dezembro de 2012, a FRB emitiu regras propostas que, se adotadas, implementariam as normas prudenciais melhoradas e exigências de remediação antecipada na DFA respeitantes a organizações bancárias estrangeiras, tal como o Barclays e outras empresas financeiras estrangeiras designadas pelo FSOC como sistematicamente importantes. Anteriormente, a FRB tinha emitido regras propostas para implementar tais normas e exigências no que diz respeito a bancos

Revisão do risco

Supervisão e regulamentação

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada

e empresas de holding com mais de US\$50bn em ativos consolidados e outras empresas financeiras dos E.U. designadas pelo FSOC como sistematicamente importantes. As regras propostas para organizações bancárias estrangeiras são vastamente consistentes com a abordagem tomada em relação às regras propostas pela FRB aplicáveis a tais empresas dos E.U.

As exigências específicas aplicáveis a organizações bancárias estrangeiras sob as regras propostas dependem do nível de ativos da organização bancária estrangeira tanto dentro como fora dos Estados Unidos e podem aumentar significativamente os custos regulamentares em tais organizações de operarem nos Estados Unidos, particularmente em relação a operações não bancárias. Com base no total de ativos nos E.U. e fora dos E.U., o Barclays estaria sujeito às exigências mais rigorosas das regras propostas: O Barclays seria obrigado a criar uma estrutura de empresa de holding intermediária nos E.U. (IHC) para manter os subsidiários bancários e não bancários nos E.U., e a IHC estaria sujeita a supervisão e regulamentação da FRB. Mesmo as sucursais do Barclays Bank PLC nos E.U. não estando obrigadas a ser mantidas na IHC, estas estariam sujeitas a exigências separadas.

A IHC estaria sujeita a várias exigências separadas de supervisão, prudenciais e de remediação antecipada, incluindo (i) exigências de capital e de limites de alavancagem; (ii) testes de stress obrigatórios dos níveis de capital pela FRB e a submissão de um plano de capital à FRB; (iii) limitações às distribuições de capital pela IHC à sua empresa organizadora, a não ser que tais distribuições façam parte desse plano de capital que foi submetido e aprovado pela FRB; (iv) exigências de liquidez substancial, incluindo exigências de execução de testes de stress internos mensais de liquidez para a IHC e para a rede de sucursais nos E.U. do Barclays PLC, separadamente, e de manter um buffer de 30 dias de ativos altamente líquidos; (v) exigências de gestão de risco de liquidez, incluindo o cumprimento das normas de gestão de risco de liquidez estabelecidas pela FRB e que uma função independente de revisão reveja e avalie regularmente a adequação e eficácia das práticas de gestão do risco de liquidez das operações combinadas do Barclays nos E.U. (vi) exigências gerais de gestão do risco, incluindo a criação de um comité de risco nos E.U. (ou uso do comité de risco geral de empresas do Barclays para esta função, desde que cumpra certas exigências) e a contratação de um diretor executivo de risco nos E.U., e (vii) limites rigorosos de concentração e exposição ao risco.

As propostas pretendem que as exigências supramencionadas tomem efeito a 1 de julho de 2015. Se forem adotadas na sua forma atual, as regras propostas têm o potencial para aumentar significativamente os custos absolutos e regulamentares das operações do Barclays nos E.U. As propostas estão sujeitas a um período de comentário público e a FRB publicou várias questões sobre como implementar as regras propostas. Como

resultado deste processo, a FRB poderá modificar as suas propostas, o que poderá resultar em alterações às exigências e efeito final das regras propostas. Assim, não é possível determinar com certeza o efeito que as regras propostas (ou das regras finais adotadas pela FRB) poderão ter no Barclays ou nas suas operações nos E.U.;

? **Outras exigências providenciais acrescidas:** Para além das exigências que seriam implementadas sob as propostas acima, e separadamente de Basileia 3, a DFA também impõe exigências de capital, liquidez e alavancagem mais elevadas a bancos dos E.U. e a empresas de holding bancário em geral.

? **Restrições a trocas de propriedade e atividades relacionadas com fundos:** A também chamada "Regra de Volcker", irá, assim que em efeito, restringir

significativamente a capacidade das empresas de holding bancário dos E.U. e das suas filiais, e das sucursais de bancos estrangeiros nos E.U. de executar trocas de propriedade em garantias e derivados assim como certas atividade relacionadas com fundos de hedge e fundos de equidade privados. Em outubro de 2011, os reguladores dos E.U. propuseram regras para implementar a "Regra de Volcker". Essas regras ainda não foram finalizadas. As regras propostas são altamente complexas e muitos aspetos permanecem por esclarecer, incluindo a isenção de proibições a trocas de propriedade e atividades relacionadas com fundos para atividades executadas por organizações não Americanas "apenas fora dos Estados Unidos". As agências pareceram interpretar esta isenção muito estritamente nas regras propostas. A análise das propostas continua, mas é claro que o seu cumprimento exigiria um esforço significativo do Grupo. Apesar de ser provável que a "Regra de Volcker" imponha custos adicionais significativos de cumprimento e operacionais ao Grupo, não será conhecido com certeza o impacto total até que as regras estejam finalizadas. Mesmo tendo o Grupo identificado que o seu fundo de equidade privado, fundo de hedge, e operações de troca podem ser afetados pela "Regra de Volcker", até que os regulamentos finais sejam adotados, o impacto na capacidade do Grupo se envolver nestas atividade continua incerto. Sendo assim, não pode ser atualmente aferido se as restrições terão um efeito material no Grupo. Mesmo que as provisões de estatuto da "Regra de Volcker" tenham oficialmente entrado em efeito em julho de 2012, O Barclays tem até ao fim do período de conformidade, atualmente estabelecido para julho de 2014 (sujeito a possíveis extensões), para por as suas atividades em conformidade com as exigências da regra;

? **Planos de resolução:** A DFA exige às empresas de holding bancário com um total de ativos consolidados de US\$50bn ou mais que submetam à FRB e FDIC, e atualizem regularmente, um plano de resolução "rápida e organizada" a ser usado se a empresa sofrer problemas ou falência financeira ou material. As organizações bancárias não Americanas que são tratadas como empresas de holding bancário sob a lei dos E.U., tal como o Barclays, estão obrigadas a submeter tais planos com respeito às suas operações nos E.U. se tiverem mais de US\$50bn em ativos nos E.U. Como os ativos do Barclays excedem os US\$250bn, este submeteu um plano de resolução a 1 de julho de 2012, tal como exigido;

- **Regulamentação de mercados de derivativos:** Entre as alterações mandatadas pela FDA estão as que ditam que muitos tipos de derivativos agora negociados nos mercados ao balcão serão negociados numa facilidade de execução de câmbio ou swap e aprovados centralmente através de uma instituição regulada de aprovação. Além disso, muitos participantes nestes mercados serão obrigados a registarem-se no CFTC como “distribuidores de swap” ou como “participantes principais de swap” e/ou no SEC dos E.U. como “distribuidores de swap de garantias” ou distribuidores principais de swaps de garantias” e estarão sujeitos a regulamentação e supervisão do CFTC e SEC. O Barclays Bank PLC registou-se como distribuidor de swap. As entidades obrigadas a registarem-se também estarão sujeitas a exigências de conduta de negócio, capital, margem, manutenção de registo e de reportação. A DFA também exige que a maioria dos derivativos com norma sejam negociados numa plataforma regulada e aprovados numa instituição regulamentada de aprovação. Além disso, o CFTC, seguindo a DFA, adotou regras sobre limites de posição para derivativos de comodidades físicas. Estas regras foram revogadas por um Tribunal Distrital dos E.U. e o caso está agora em recurso. No entanto, espera-se que estas regras serão adotadas de alguma forma no futuro. Também é possível que outras regulamentações adicionais (muitas das quais ainda não estão finalizadas), e as despesas e exigências relacionadas, aumentarão o custo e restringirão a participação nos mercados de derivativos, aumentando assim os custos de envolvimento em hedgings ou outras transações e reduzindo a liquidez e uso dos mercados de derivativos. O Barclays Bank PLC e os seus subsidiários e filiais podem ser expostos a estes efeitos mesmo que não sejam obrigados a registarem-se nas capacidades descritas. A nova regulamentação de mercados de derivativos pode afetar adversamente a atividade do Barclays Bank PLC e das suas filiais nestes mercados e pode tornar mais difícil e dispendioso executar atividades de hedging e de negociação. A DFA também contém uma exigência de “derivativos push-out” que, já em julho de 2013, pode impedir o Grupo de executar certas atividades relacionadas com swaps nas sucursais do Barclays Bank PLC nos E.U.;

- **Exigências de retenção de risco para garantias:** As agências federais bancárias dos E.U. são obrigadas pela DFA a desenvolver regras pelas quais, sujeitas a certas exceções, qualquer patrocinador de uma transação de garantia segurada por ativo (ABS) deve reter, geralmente, não menos do que cinco por cento do risco de crédito de qualquer ativo que o patrocinador, através da emissão de ABS, transfira, venda ou direcione a terceiros. Isto pode impactar a participação das operações do Grupo nos E.U. em tais transações; e

O Departamento de Proteção Financeira do Consumidor (CFPB):

O CFPB tem a autoridade para regular a indústria de cartões de crédito, incluindo os termos dos acordos de cartões de crédito com consumidores, divulgações e taxas. É provável que as ações do CFPB nesta área impactem os negócios de cartões de crédito do Grupo nos E.U. O CFPB iniciou atividade em julho de 2011, e desenvolveu um formulário de divulgação modelo de cartões de crédito e está a aceitar reclamações de consumidores de cartões de crédito. De forma mais abrangente, o CFPB tem a autoridade para examinar e tomar ações de aplicação contra qualquer banco dos E.U. com mais de US\$10bn em total de ativos, tal como o Barclays Bank Delaware, no que diz respeito ao seu cumprimento com as leis Federais que regulam a provisão de serviços financeiros ao consumidor e com respeito a atos ou práticas injustas, enganadoras ou abusivas. Desde que se tornou operacional, o CFPB iniciou várias ações públicas de alto perfil contra empresas financeiras, incluindo os mais importantes emissores de cartões de crédito. Os acordos dessas ações incluíram penalizações monetárias, exigências e compromissos de remediação de clientes para alterar as práticas de negócio.

Análise financeira

Indicadores-chave de desempenho

Os Indicadores-chave de desempenho apresentados abaixo refletem o modo como o desempenho do Grupo foi avaliado durante 2012. Em 2013, estes serão superados pelas novas medidas que são consistentes com a estratégia do novo Comitê Executivo.

ICDs de capital

Definição	A sua importância para a atividade empresarial e gestão	
<p>Rácio do capital de base de nível 1</p> <p>As exigências do capital fazem parte do quadro regulador que regulam a forma como os bancos e as instituições de depósitos são geridos. Os rácios de capital expressam um capital do banco como uma percentagem dos seus capitais de risco avaliados como definido pela FSA do Reino Unido. O capital de nível 1 é um fundo dos acionistas largamente corpóreo menos certas deduções de um capital de nível 1. deduções.</p>	<p>As atividades de gestão de capitais do Grupo procuram maximizar o valor dos acionistas otimizando o nível e a combinação dos seus recursos de capitais. Os objectivos de gestão de capital do Grupo são manter recursos de capital suficientes para: assegurar que a companhia financeira é bem capitalizada relativamente aos requisitos mínimos e regulamentares de capital definidos pela FSA; assegurar localmente que as subsidiárias regulamentadas podem cumprir</p> <p>os seus requisitos mínimos e regulamentares de capital; suportar a apetência de risco do Grupo e os requisitos económicos de capital; e suportar a notação de risco do Grupo.</p> <p>Durante 2012, o rácio capital de base de nível 1 do Grupo permaneceu alto nos 10,9%.</p>	<p>12 – 10,9%</p> <p>11 – 11,0%</p>

ICDs de rendimento

Definição	A sua importância para a atividade empresarial e gestão	
<p>Lucro antes de impostos</p> <p>O lucro antes de impostos e o lucro antes de impostos ajustado são as duas medidas de rendimento principais utilizadas pela gestão para avaliar o desempenho. O lucro antes de impostos declarado de acordo com as International Financial Reporting Standards e representa o rendimento total deduzido de custos de imparidade e operacionais. O lucro antes de impostos ajustado representa o lucro antes de impostos ajustado para excluir o impacto sobre rendimento e os custos do crédito próprio, os ganhos sobre resgates de dívida, os ganhos/perdas sobre cessão de participação do investimento estratégico do Grupo na Blackrock, Inc., a perda de investimento na BlackRock, Inc., a provisão do Seguro de Proteção de Pagamentos (SPP) e a compensação, o goodwill por imparidade, e os ganhos e as perdas sobre aquisições e cessões de subsidiárias, associados e joint-ventures.</p>	<p>O lucro antes de impostos é um indicador-chave de desempenho financeiro para muitos dos nossos acionistas.</p> <p>O lucro antes de impostos ajustado é apresentado a fim de apresentar uma base consistente no desempenho da empresa entre períodos. Em 2012 o lucro antes de impostos ajustado aumentou para 21%.</p>	<p>Regulamentado</p> <p>12 - 99m de £</p> <p>11 – 5.974m de £</p> <p>Ajustado</p> <p>12 - 6.901m de £</p> <p>11 – 5.685m de £</p>

Análise financeira

Indicadores-chave de desempenho

Os Indicadores-chave de desempenho apresentados abaixo refletem o modo como o desempenho do Grupo foi avaliado durante 2012. Em 2013, estes serão superados pelas novas medidas que são consistentes com a estratégia do novo Comité Executivo.

ICDs de Rendimento (continuação)

Definição

A sua importância para a atividade empresarial e gestão

Rácio do Rendimento

Custo: o rácio do rendimento é definido como uma despesa operacional comparado ao total do rendimento líquido de indemnizações de seguros.

Esta medida é uma medida de gestão para avaliar a produtividade das operações da atividade empresarial. A reestruturação da base de custos é uma prioridade-chave a ser executada na gestão e inclui uma análise de todas as categorias de despesas discricionárias e uma análise de como podemos gerir a atividade empresarial de modo a assegurar que os custos aumentem a uma taxa mais lenta que os rendimentos.

O nosso objectivo é gerar 1,7bl de £ de poupança de custos em 2015. As iniciativas de custo existentes apresentaram reduções líquidas nas despesas operacionais durante 2012, excluindo a provisão de compensação de SPP e a provisão da compensação dos produtos de cobertura com taxa de juro.

12 - 86%
11 - 64%

Taxa de perdas de crédito

A taxa de perda de crédito é indicada em pontos base e representa os créditos anuais de imparidade divididos pelos créditos brutos e adiantamentos aos clientes e ao banco detidos ao custo amortizado à data do balanço.

A concessão de crédito é uma das maiores fontes de rendimento do Barclays e o seu risco mais significativo. A taxa de perdas para empréstimos é um indicador do custo da concessão de crédito.

Durante 2012 a taxa de perda de crédito diminuiu para 75bps (2011: 77bps) refletindo uma redução de 6% sobre encargo de imparidade sobre créditos e adiantamentos e uma contração de 3% em créditos brutos e adiantamentos devidos principalmente aos balanços mais baixos no Investment Bank.

12 - 75bps
11 - 77bps

ICDs de crescimento do rendimento

Definição

A sua importância para a atividade empresarial e gestão

Rendimento total

Definido como o rendimento líquido total de indemnizações de seguros.

O rendimento total é um indicador-chave dos resultados financeiros para muitos dos nossos acionistas e o crescimento do rendimento uma prioridade-chave para a gestão do Barclays.

O rendimento total do Grupo diminuiu 25% para 25 bl de £, orientado pelo encargo de crédito próprio de 4,6 bl de £ (2011: ganho de 2,7 bl de £)

12 - £24.539m de £
11 - 32.382m de £

Rendimento por área geográfica

Definido como o rendimento líquido total de indemnizações de seguros em áreas geográficas distintas. A análise das áreas geográficas baseia-se na localização do cliente e na definição dos países de cada região disponibilizados no glossário.

O objectivo de aumentar a diversificação internacional do nosso rendimento ajuda a reduzir o risco ao ter em vista a exposição a diferentes ciclos económicos e é demonstrado pelo nosso rácio do rendimento de atividades empresariais fora do Reino Unido para dentro do Reino Unido.

Divisão geográfica do rendimento	2012	2011
	%	%
UK	31	49
Europa	15	13
Américas	32	19
África e Médio Oriente	18	15
Ásia	4	4

Análise financeira

Indicadores-chave de desempenho

Os Indicadores-chave de desempenho apresentados abaixo refletem o modo como o desempenho do Grupo foi avaliado durante 2012. Em 2013, estes serão superados pelas novas medidas que são consistentes com a estratégia do novo Comitê Executivo.

CDIs de cidadania

Definição	A sua importância para a atividade empresarial e gestão	
Novos empréstimos brutos para famílias e empresas do Reino Unido.		
Definido como empréstimos a famílias do Reino Unido e empresas em atividade no Reino Unido.	Mantivemo-nos "abertos ao negócio" durante a recessão económica, e concentramos a nossa atenção nos empréstimos de modo responsável com os nossos consumidores e clientes de todo o mundo. Nunca foi tão importante apoiar clientes em dificuldade, mas a disponibilidade do acesso ao crédito deve basear-se na capacidade de retribuir o pagamento. Disponibilizámos 44 bl de £ para novos empréstimos brutos a famílias e atividades empresariais do Reino Unido, incluindo 5,7bl de £ estimados para novos empréstimos líquidos nos termos do Financiamento para o Regime de Empréstimos. O Barclays foi o principal prestador de concessão de crédito a famílias e atividades empresariais do Reino Unido nos termos do Financiamento para o Regime de Empréstimos Nacional e do Financiamento para o Regime de Empréstimos ao longo do terceiro trimestre de 2012 a com um forte crescimento contínuo sobretudo em relação a pessoas singulares e famílias ao longo do quarto trimestre de 2012.	12 - £44,0bl de £ 11 - £45,0bl de £
Investimento global nas nossas comunidades		
Definido como contribuição total do Barclays para apoiar as comunidades onde atuamos.	O sucesso e a competitividade de uma atividade empresarial e, na medida em que contribuem para tal e se integram nas comunidades onde atuam, estão intimamente relacionados. Comprometemo-nos a manter o investimento nas nossas comunidades, a longo prazo tanto em épocas de prosperidade como em períodos difíceis. Este índice de desempenho demonstra a consistência do nosso compromisso ao longo dos tempos.	12 - 64,5m de £ 11 - 63,5m de £
Colegas envolvidos em voluntariado, donativos regulares e iniciativas de angariação de fundos		
Definido como o número total de empregados do Barclays que prestam voluntariado, fazem donativos ou angariam fundos (excluindo pensionistas) b.	O programa do Barclays de investimento na comunidade visa envolver e apoiar colegas em todo o mundo no sentido de se envolverem com as nossas principais parcerias, bem como com as causas locais a que se dedicam. Aproveitar as suas energias, tempo e aptidões proporciona benefícios reais às comunidades locais, ao seu próprio desenvolvimento pessoal e ao seu compromisso para com o Barclays.	12 – 68.000 11 – 70.000
Questionário de Opinião do Empregado (EOS) – O orgulho de pertencer ao Barclays		
Este ICD reflete um conjunto de pontuações no Barclays através de um questionário que avalia o sentido de orgulho ao ser um sócio ou um empregado do Barclays.	As relações de trabalho bem sucedidas são construídas com base na confiança e no proveito mútuos, e uma força de trabalho mais envolvida é normalmente uma força mais produtiva. Construímos a confiança através de duas vias de comunicação regulares, quer informalmente, e através do nosso Questionário de Opinião do Empregado. Isto ajuda-nos a compreender as opiniões e as preocupações dos nossos colegas quando traçamos o rumo futuro organizacional.	12 - 78% 11 - 81%
O ICD do "Orgulho de pertencer ao Barclays" é um elemento do compromisso do empregado.		
Porcentagem de gestores séniores do sexo feminino		
O número de colegas do sexo feminino que trabalha em todas as atividades empresariais do Barclays a nível de gestão sénior como percentagem da população de gestores séniores total.	A diversidade é importante para o Barclays, pois acreditamos que só através do acesso ao mais diverso manancial de talentos é que recrutaremos e admitiremos as pessoas mais bem qualificadas para atender os nossos clientes e consumidores.	12 - 22% 11 - 21%

Notas

a Um empréstimo de ações líquidas cumulativo para o 3º trimestre de 2012 de acordo com a publicação do Banco de Inglaterra em dezembro de 2012: <http://www.bankofengland.co.uk/markets/Pages/FLS/data.aspx> <http://www.bankofengland.co.uk/markets/pages/fls/data.aspx/>

b Em 2012, a contagem total equivalente ao trabalho a tempo inteiro foi utilizada exclusivamente neste ICD. Os números da participação dos empregados em 2011 foram reestabelecidos para excluir o número dos pensionistas do Barclays que receberam apoio como parte do programa do Barclays de Investimento na Comunidade.

c Em 2012, "Sénior" tinha sido interpretado ao nível de "Diretor (B7)". As comparações do ano anterior foram analisadas para refletir isto.

Análise financeira

Comentário da demonstração de resultados

O Barclays Bank apresentou um lucro antes de impostos de 99m de £ em 2012 (2011: 5.974m de £). Excluindo movimentos sobre crédito próprio, os ganhos sobre resgates de dívidas os ganhos/perdas sobre aquisições e cessões, a imparidade de investimento na Blackrock, Inc., o goodwill por imparidade, a provisão de compensação de SPP, e da compensação dos produtos de cobertura com taxa de juro aumentaram 21% para 6.901 m de £ (2011: 5.685 m de £).

O total do rendimento diminuiu 24% para 25.139m de £ (2011: 33.123m de £). O rendimento excluindo o crédito próprio, os ganhos sobre cessão de investimento na BlackRock, Inc. e sobre resgates de dívidas, aumentaram 1% para 29.491m de £ (2011: 29.285m de £) apesar das problemáticas condições económicas, o contínuo ambiente da taxa de juro baixa e a não recorrência de ganhos de 1.061m de £ da cessão de instrumentos de cobertura em 2011.

O rendimento da margem líquida de juros do cliente para RBB, Corporate Banking and Wealth and Investment Management permaneceram estáveis com 9.816m de £ (2011: 9.849m de £) enquanto que a margem líquida de juros para estas atividades empresariais baixaram para 185bps (2011: 203bps), refletindo principalmente a não recorrência de ganhos da cessão de instrumentos de cobertura em 2011. O rendimento total no Investment Bank aumentou 13% para 11.725m de £ orientado por aumentos em Rendimento Fixo, Moeda e Produtos de Base (FICC), Títulos de Capital e Serviços Prime, e no Investment Banking, sobretudo nas Américas.

Os encargos de imparidade e outras provisões de crédito (excluindo a imparidade de investimento na Blackrock, Inc.) diminuiu 5% para 3.596 m de £ (2011: 3.802m de £), refletindo principalmente melhorias no Barclaycard, Corporate Banking e UKRBB. Isto foi parcialmente compensado por altos encargos no Investment Bank, Africa RBB e Europe RBB. Os encargos de imparidade gerais em proporção aos empréstimos e adiantamentos do Grupo em 31 de dezembro de 2012 foram de 75bps, em comparação com 77bps de 2011.

O lucro líquido operacional do Grupo após os encargos de imparidade aumentou 22% para 20.943m de £ (2011: 26.780m de £). O lucro líquido operacional excluindo os movimentos sobre crédito próprio, os ganhos sobre resgate de dívidas, a imparidade de investimento na BlackRock Inc aumentaram 3% para 25.522m de £ (2011: 24.742m de £).

As despesas operacionais aumentaram 1% para 20.984m de £ (2011: 20.772m de £). As despesas operacionais, excluindo a provisão de compensação de SPP e a provisão da compensação dos produtos de cobertura com taxa de juro, baixaram 6% para 18.534m de £ (2011: 19.772m de £), que incluíram 125m de £ (2011: 408m de £) de encargos de reestruturação.

O custo: o rácio do rendimento aumentou para 86% (2011: 64%). O custo: O custo: o rácio de rendimento excluindo movimentos sobre crédito próprio, os ganhos sobre resgates de dívida, os ganhos/perdas sobre aquisições e cessões, o goodwill por imparidade, a provisão de SPP e os produtos de cobertura com taxa de juro melhoraram 64% (2011: 67%).

O encargo de imposto diminuiu para 483 milhões de £ (2011: 1.928m de £) após incluir o crédito de imposto de 1.543m de £ (2011: encargo de 603m de £) sobre o encargo do crédito próprio, as provisões de SPP e a compensação dos produtos de cobertura com taxa de juro e outros produtos ajustados, que sofreram principalmente um abatimento à taxa do Reino Unido de 24,5% (2011: 26,5%), resultando num aumento significativo na taxa de juro legal em vigor.

Reconciliação de lucro ajustado	2012	2011
A 31 de dezembro	m de £	m de £
Lucro antes de impostos ajustado	6.901	5.685
Crédito próprio	(4.579)	2.708
Ganhos em dívida buy-backs	-	1.130
Ganho/(perda) na alienação e imparidade de investimento BlackRock	227	(1.858)
Provisão para compensação do PPI produtos de reparação	(1.600) (850)	(1.000) -
Goodwill por imparidade	-	(597)
Perdas em aquisições e alienações	-	(94)
Estatutário no lucro antes do imposto de	99	5.974

Análise financeira

Comentário sobre o balanço

Total ativos

O total dos ativos diminuiu 72,7bl de £ para 1.490,7bl de £ refletindo principalmente os ativos de derivados mais baixos como spreads limitados à carteira de derivados de crédito. Isto foi particularmente compensado por venda com acordo de recompra e outros empréstimos garantidos similares devido a uma carteira de negociação combinada mais alta.

O dinheiro, os balanços em bancos centrais e produtos no decurso da recolha diminuíram 20,7 blde £ para 86,2bl de £ contribuindo para a carteira de liquidez do Grupo.

Os ativos da carteira de negociação diminuíram 7,2bl de £ para 145,0bl de £ devido a uma redução em títulos de dívida, incluindo a cessão de títulos emitidos por governos europeus e a liquidação das posições de Obrigações garantidas por Empréstimos (CLO) e Obrigações Garantidas por Créditos (CDO). Isto foi parcialmente compensado por um aumento em empréstimos e produtos de base comercializados.

Os ativos financeiros designados a justo valor aumentaram 9,1bl de £ para 46,1bl de £ refletindo inicialmente aumentos nas posições de títulos de capital e ações europeus economicamente cobertos.

Os ativos de derivados financeiros diminuíram 69,8bl de £ para 469,1bl de £ refletindo o limite dos spreads de crédito e comercializações de maturidade e concluídos durante o ano.

Os investimentos disponíveis para venda aumentaram 6,1bl de £ para 75,1bl de £ orientados principalmente pela aquisição de obrigações do Estado de alto nível do Reino Unido, Estados Unidos e Europa como parte da carteira da Apetência do Risco de Liquidez do Grupo. Isto foi parcialmente compensado por uma redução em títulos de capital devido à cessão do investimento do Grupo na BlackRock, Inc.

Os empréstimos e os adiantamentos aos bancos líquidos de imparidade diminuíram 5,9bl de £ para 40,9bl de £ devido ao pagamento e à maturação de facilidades através de um vasto conjunto de contrapartidas.

Os empréstimos e os adiantamentos aos clientes líquidos de imparidade diminuíram 6,2bl de £ para 425,7bl de £ principalmente em consequência de um empréstimo corporativo mais baixo no Investment Bank devido à amortização significativa de empréstimos e à venda de posições de ABS CDO Super Sénior, compensadas por saldos de liquidação e garantias em numerário mais altos. Os empréstimos do Corporate Banking diminuíram refletindo o problemático ambiente económico contínuo na Europa e a estratégia do Grupo para reduzir o risco de redenominação. Os empréstimos no UKRBB aumentaram refletindo o crescimento em empréstimos à habitação e no Barclaycard refletindo o crescimento de atividades empresariais no Reino Unido e nos Estados Unidos e as aquisições nos Estados Unidos e na África do Sul.

A venda com acordo de recompra aumentou 23,3bl de £ para 177,0bl de £, orientada pelo aumento das oportunidades da carteira de negociação combinada e as condições de financiamento das carteiras de negociação.

Total dos passivos

O total dos passivos diminuiu de 70.4bl de £ para 1.428bl de £.

Os depósitos bancários e os produtos no decurso da recolha diminuíram 13,5bl de £ para 78,6bl de £ orientados principalmente pelo nível reduzido de depósitos que o Grupo procurou captar para contribuir para a componente em dinheiro da carteira de liquidez do Grupo.

As contas dos clientes aumentaram 19,7bl de £ para 385,8bl de £, principalmente em consequência de um aumento em garantias em numerário e saldos de liquidação e aumentos em depósitos subjacentes considerados no Corporate Banking e Património, compensados por uma redução nos depósitos corporativos no Investment Bank como a componente em dinheiro da carteira de liquidez do Grupo.

A venda com acordo de recompra e outros empréstimos garantidos similares aumentaram 10,0bl de £ para 217,3bl de £ orientados pela carteira de negociação combinada e as condições de financiamento das carteiras de negociação.

A carteira de títulos comerciais permaneceu grandemente nos 44,8bl de £, com os movimentos contrários em títulos de capital e títulos de dívida refletindo estratégias comerciais através das carteiras.

Os passivos financeiros designados ao justo valor diminuíram 9,7bl de £ para 78,3bl de £ refletindo principalmente resgates de dívida e maturação líquida de notas emitida pelo Grupo, compensados por um aumento no ajustamento do crédito próprio devido a um limite dos spreads de crédito.

Os passivos de derivados financeiros diminuíram 65,3bl de £ para 462,5bl de £ correspondendo, em linhas gerais, à diminuição nos ativos de derivados.

Os títulos de dívida emitidos diminuíram 10,2bl de £ para 119,6bl de £ devido a alterações geridas na composição de financiamento.

Os passivos subordinados diminuíram 0,4bl de £ para 24,4bl de £ devido a reembolsos anuais de 2,7bl de £ em grande parte compensados pela emissão de 3bl de US\$ das Contingent Capital Notes (CCNs) e 0,4bl de £ de outras obrigações subordinadas reembolsáveis.

Títulos de capital próprio

O total dos títulos de capital próprio diminuiu 2,3bl de £ para 62,9bl de £.

O capital social e o prémio de ações permaneceu estável nos 14,5bl de £. Os lucros não distribuídos diminuíram 2,0bl de £ para 42,2bl de £ com perda atribuível aos titulares dos títulos de capital próprio da Empresa Mãe de 0,7bl de £ e dividendos pagos ao capital de 1,2bl de £ (2011: 1,2bl de £).

A reserva disponível para venda aumentou 0,7bl de £ em grande parte orientada por ganhos líquidos sobre o justo valor dos títulos de dívida detidos como parte da carteira de liquidez do Grupo, compensada parcialmente pela cessão do investimento na Blackrock, Inc..

O movimento de reserva da transposição de moeda de 1,3bl de £ foi devido em grande parte à depreciação nos Estados Unidos do dólar americano e do rand sul-africano contra a libra esterlina.

Os juros sem poder de controlo diminuíram 0,2bl de £ para 2,9bl de £, refletindo principalmente os movimentos de reserva da transposição da moeda de 0,3bl de £ devido à depreciação do rand sul-africano contra a libra esterlina.

Gestão de capitais

O rácio capital de base de nível 1 permanece resistente nos 10,9% (2011: 11,0%) e o nosso rácio do capital de nível 1 era de 13,3% (2011: 12,9%). Os ativos ponderados pelo risco diminuíram 1% de 391bl de £ para 387bl de £ em 2012. Isto foi em grande parte orientado por uma redução no crédito, no crédito de contraparte e no risco de mercado no Investment Bank e no Corporate Banking, principalmente em consequência das reduções de risco de negócio incluindo a redução de ativos antigos e a saída estratégica de carteiras não centrais. Além disso, a depreciação do dólar americano e do euro contra a libra esterlina contribuiu para uma maior redução dos ativos ponderados pelo risco. Isto foi em grande parte compensado por um aumento no risco operacional refletindo eventos recentes no sector bancário, assim como alterações da metodologia externamente orientadas no risco de mercado e no risco de crédito.

O rácio do capital de base de nível 1 diminuiu 0,9bl de £ para 42,1bl de £. O capital gerado de lucros retidos de 1,8 biliões de £ foi compensado pelas contribuições feitas para o fundo de pensões do Reino Unido e os movimentos em moeda estrangeira.

Análise financeira

Comentário sobre o balanço

Liquidez e Financiamento

A estratégia de financiamento geral do Grupo é desenvolver uma base de financiamento diversificada e manter o acesso a várias fontes de financiamento, minimizando o custo de financiamento e oferecendo proteção contra flutuações inesperadas. O Grupo visa alinhar as fontes e as utilizações do financiamento.

Os empréstimos e os adiantamentos de clientes são financiados em grande parte por depósitos, com qualquer excesso financiado por dívidas e títulos de capital garantidos a longo prazo. O rácio de empréstimo total para depósitos foi de 110% (2011: 118%).

O financiamento em mercado grossista é bem gerido com ativos da carteira de negociação sendo em grande parte financiados por venda com acordos de recompra e sendo a maioria da venda com acordos de recompra paritários pelo financiamento de recompra. Os ativos e os passivos de derivados também são em grande parte paritários.

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo tinha 240bl de £ de dívida no mercado grossista diversificada através de moedas, dos quais 39bl de £ foram garantidos. A angariação de financiamento a termo em 2012 foi de 28bl de £ (2011: 1bl de £) comparativamente às maturidades de 27bl de £.

Aproximadamente 17% dos empréstimos e dos adiantamentos de clientes foram garantidos contra o financiamento externo, deixando margem significativa para nova emissão garantida.

Em 31 de dezembro de 2012, a carteira de liquidez foi de 150bl de £ (2011: 152bl de £) e passou para um intervalo de fim de mês de 150bl de £ para 173bl de £. A carteira de liquidez compreende ativos livres de encargos líquidos, de alta qualidade, diversificados através de moedas correspondendo, em linhas gerais, às condições de dívida grossista, com 87% (2011: 93%) compreendendo dinheiro e depósitos com bancos centrais e obrigações do Estado.

Análise financeira

Análise de resultados pela atividade empresarial

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

Análise por segmento (auditada)

As atividades do Grupo têm sido organizadas nos termos dos seguintes agrupamentos de empresas:

- O UKRBB é um importante banco com vários balcões no Reino Unido que oferece contas correntes e produtos de poupança e hipotecas de marca Woolwich. O UK RBB também disponibiliza empréstimos não segurados e seguros gerais assim como serviços de transferência de dinheiro e bancários a pequenas e médias empresas. Anteriormente, o UKRBB tinha a denominação de UK Retail Banking;
- O Europe Retail e o Business Banking (Europe RBB) oferecem serviços de retalho, incluindo cartões de crédito em Espanha, Itália, Portugal e França, assim como serviços de crédito a pequenas e médias empresas, através de vários canais de distribuição. Anteriormente, o Europe RBB tinha o nome de Western Europe Retail Banking;
- O Africa Retail e o Business Banking (Africa RBB) oferecem serviços de retalho, empresariais e cartões de crédito na África e no Oceano Índico. O Africa RBB combina as operações anteriormente declaradas conforme o Barclays Africa e o Absa;
- O Barclaycard é um serviço de pagamento internacional para o consumidor e clientes empresariais que inclui cartões de crédito e empréstimos ao consumidor;
- O Barclays Capital é a divisão de investimento bancário do Barclays que oferece a grandes clientes comerciais, governamentais e institucionais um conjunto completo de soluções para atender às suas necessidades de aconselhamento estratégicas, financeiras e de gestão de risco;
- O Corporate Banking oferece soluções bancárias integradas a grandes empresas, instituições financeiras e multinacionais no Reino Unido e internacionalmente;
- O Wealth and Investment Management concentra-se nos clientes privados e intermediários de todo o mundo, oferecendo serviços bancários privados e internacionais, de gestão do investimento, fiduciários e de corretagem; e
- A Sede e Outras Operações compreendem as funções de apoio da sede e centrais, as empresas em transição e os ajustamentos de consolidação.

Análise de resultados pela atividade empresarial (auditada) de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	UKRBB	Europa RBB	África RBB ^g	Barclays - Investment Card	Corporate Bank	Investment Banking ^g	Wealth e Investment Management	Sede e outras Operações	Cartões
	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £
A 31 dezembro 2012									
Rendimento total líquido de indenizações de seguros ^a	4.421	915	3.157	4.170	11.725	2.918	1.815	(4.582)	24.539
Encargos de imparidade e outras provisões	(269)	(328)	(646)	(979)	(460)	(872)	(38)	(4)	(3.596)
Despesas operacionais ^{c,d,e}	(3.864)	(839)	(2.053)	(2.135)	(7.249)	(2.355)	(1.463)	(1.026)	(20.984)
	4	13	10	30	50	10	1	22	140
Lucro/(perda) antes de impostos a Operações continuadas	292	(239)	468	1.086	4.066	(299)	315	(5.590)	99
Total ativos	136.665	47.128	44.798	37.511	1.074.802	86.255	23.716	39.872	1.490.747
A 31 dezembro 2011									
Rendimento total líquido de indenizações de seguros ^a	4.656	1.226	3.571	4.095	10.345	3.108	1.744	3.637	32.382
Encargos de imparidade e outras provisões	(536)	(261)	(466)	(1.259)	(93)	(1.147)	(41)	(1.799)	(5.602)
Despesas operacionais ^{c,d,e}	(3.102)	(1.638)	(2.279)	(2.306)	(7.289)	(1.882)	(1.493)	(783)	(20.772)
	2	12	6	31	12	(71)	(3)	(23)	(34)
Lucro/(perda) antes de impostos a Operações continuadas	1.020	(661)	832	561	2.975	8	207	1.032	5.974
Total ativos	127.845	51.310	48.243	33.838	1.158.350	91.190	20.866	31.760	1.563.402

Notas

a O impacto dos movimentos de crédito próprio no justo valor de emissão de títulos estruturados de 4.579m de £ (2011: 2.708m de £) é agora incluído nos resultados da Sede e Outras Operações. Isto reflete o facto destes movimentos de justo valor estarem relacionados com a fiabilidade de crédito do emitente na totalidade. Além disso, os atrasos nas alterações planeadas nos padrões de contabilidade significarão que os movimentos de crédito próprio vão provavelmente continuar a refletir-se na demonstração dos resultados financeiros num futuro próximo.

b Encargos de imparidade de crédito e outras provisões de 0 £ (2011: 1.800m de £) de imparidade sobre o investimento na BlackRock, Inc. dentro dos resultados da Sede e Outras Operações.

c O imposto bancário do Reino Unido de 345m de £ (2011: 325m de £) é declarado na Sede e Outras Operações.

d A provisão de compensação de SPP de 1.600m de £ (2011: 1.000m de £) é declarada no UKRBB de 1.180m de £ (2011: 400m de £) e no Barclaycard de 420m de £ (2011: 600m de £). e O goodwill por imparidade é de 0 £ (2011: 597m de £) e é declarada no RBB de 0 £ (2011: 427m de £), o Corporate Banking de 0 £ (2011: 123m de £) e o Barclaycard de 0 £ (2011: 47 m de £).

f Outras receitas / (perdas) representam: a parte de resultados depois de impostos de associadas e joint-ventures; ganhos ou (perdas) na alienação de subsidiárias, associadas e joint-ventures, e ganhos com aquisições.

g Certas atividades do Corporate Banking na África, anteriormente declaradas no Africa RBB, são agora declaradas no Corporate Banking. Em 2011 os números são novamente declarados. Esta nova declaração não teve nenhum impacto nos resultados gerais do Grupo.

Análise financeira

Análise de resultados pela atividade empresarial

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

Rendimento por região geográfica a	2012	2011
(auditado)	£m	£m
Operações contínuas		
UK	7.432	15.909
Europa	3.665	4.207
Américas	7.826	6.025
África e Médio Oriente	4.510	4.967
Ásia	1.106	1.274
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	24.539	32.382

Rendimento de países individuais que representam mais do que 5% do rendimento total a	2012	2011
(auditado)	£m	£m
Operações contínuas		
UK	7.432	15.909
Estados Unidos	7.604	5.802
África do Sul	4.211	3.942

Nota:

a Rendimento líquido total de indemnizações de seguros com base no local da parte contrária.

4.421m de £

292m de £

rendimento total líquido de indenizações de seguros Lucro antes de impostos

Banca de retalho e banca de empresas

Banca de retalho e banca de empresas do Reino Unido

O rendimento diminuiu 5% para 4,421m de £ refletindo custos de financiamento mais altos e contribuição reduzida de cobertura estrutural, incluindo a não recorrência de ganhos da cessão de instrumentos de cobertura em 2011.

O rendimento da margem líquida de juros diminuiu 5% para 3,227 m de £ com margem líquida de juros baixa de 14bps para 137bps devido principalmente às contribuições reduzidas de cobertura estrutural. A margem do ativo do cliente diminuiu de 15bps para 107bps refletindo custos de financiamento mais altos. A média do ativo do cliente aumentou 5% para 124,3bl de £ orientada pelo crescimento hipotecário. A margem do passivo do cliente aumentou 10bps para 97bps refletindo um aumento nas taxas de financiamento e, por isso, o valor gerado do passivo do cliente aumentou 4% para 111,8bl de £ devido ao crescimento de depósito de poupanças pessoais. O rendimento não decorrente de juros diminuiu 4% para 1.194m de £ refletindo um rendimento líquido de seguros mais baixo.

Os encargos de imparidade de crédito diminuíram 50% para 269m de £ refletindo melhorias em todas as carteiras, principalmente em empréstimos pessoais não segurados. A taxa de perda de crédito diminuiu para 21bps (2011: 44bps). Os juros de mora a 90 dias melhoraram 33bps nos empréstimos pessoais do Reino Unido para 1,3% e pioraram 4bps nas hipotecas do Reino Unido 0,3%. As despesas operacionais ajustadas permaneceram em grande parte estáveis nos 2.684m de £ (2011: 2.702m de £).

O lucro antes de impostos ajustado melhorou 4% para 1.472m de £. O lucro antes de impostos legal diminuiu 71% para 292 m de £ seguidos de 1.180m de £. (2011: 400m de £) provisão para compensação de SPP.

A média dos títulos de capital ajustado melhorou para 16,0% (2011: 14,9%). A média dos títulos de capital legal diminuiu para 3,1% (2011: 10,6%).

Os empréstimos e os adiantamentos aos clientes aumentaram em 6% para 128,2bl de £ orientados pelo crescimento nos saldos hipotecários. Saldos hipotecários de 114,7bl de £ em 31 de dezembro de 2012 (2011: 107,8bl de £). Os novos empréstimos hipotecários brutos de 18,2bl de £ (2011: 17,2bl de £) e resgates hipotecários de 11,3bl de £ (2011: 10,7bl de £), resultaram em novos empréstimos hipotecários de 6,9bl de £ (2011: 6,5bl de £). A média entre a relação do Valor do Empréstimo e do Valor da Avaliação (LTV) para a carteira de empréstimos hipotecários (incluindo a compra para arrendamento) em termos da avaliação atual foi de 46% (31 de dezembro de 2011: 44%). A média entre a relação do Valor do Empréstimo e do Valor da Avaliação (LTV) de novos empréstimos hipotecários foi de 56% (31 de dezembro 2011: 54%). Os depósitos totais do cliente aumentaram 4% para 116,0bl de £ orientados principalmente pelo crescimento em poupanças de contas de poupança pessoais (ISAs) e obrigações retalhistas.

Os ativos ponderados pelo risco aumentaram 14% para 38,8bl de £ devido principalmente ao crescimento do saldo hipotecário, a um aumento do encargo de risco operacional e à adoção de uma abordagem mais abrangente aos empréstimos sujeitos a tolerância.

	2012	2011
	m de £	m de £
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento líquido dos juros	3.227	3.413
Rendimento líquido de honorários e comissões	1.154	1.157
Rendimento líquido de capital	-	17
Prêmios líquidos de contratos de seguros	74	92
Outros (despesas)/rendimentos	(1)	(1)
Rendimento total	4.454	4.678
Ativo líquido e benefícios derivados de contratos de seguros	(33)	(22)
Rendimento total líquido de indenizações de seguros	4.421	4.656
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	(269)	(536)
Rendimento operacional líquido	4.152	4.120
Despesas operacionais (excluindo provisão para compensação do SPP)	(2.684)	(2.702)
Provisão para compensação do PPI	(1.180)	(400)
Despesas operacionais	(3.864)	(3.102)
Participação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos	4	2
Lucro antes de impostos	292	1.020
Lucro antes de impostos ajustado	1.472	1.420
Informações do balanço financeiro		
Empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado	128,2bl de £	121,2bl de £
Contas de clientes	116,0bl de £	111,8bl de £
Total ativos	136,7bl de £	127,8bl de £
Ativo ponderado pelo risco	38,8bl de £	34,0bl de £

Notas

a O lucro antes de impostos ajustado exclui o impacto da provisão para a compensação de SPP de 1.180m de £ (2011: 400m de £).

Análise financeira

Análise de resultados pela atividade empresarial

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

	Ajustado ^a		Regulamentado	
	2012	2011	2012	2011
Medidas de desempenho				
Média do rendimento do capital	16,0%	14,9%	3,1%	10,6%
Média do rendimento do capital corpóreo	30,5%	28,6%	5,9%	20,3%
Média do rendimento do ativo ponderado pelo risco	3,1%	3,0%	0,6%	2,1%
Taxa de perda para empréstimo (pontos base)	21	44	21	44
Custo: rácio do rendimento	61%	58%	87%	67%
Factos principais				
Taxas aplicáveis aos juros de mora de 90 dias - empréstimos do Reino Unido			1,3%	1,7
Taxas de juros de mora de 90 dias - empréstimos para habitação			0,3%	0,3
Número de contas correntes do Reino Unido			11,7m	11,9
Número de contas poupança do Reino Unido			15.4m	15.1
Número de contas hipotecárias do Reino Unido			945.000	30.000
Número de clientes do Barclays Business			765.000	785.000
LTV da carteira de empréstimos hipotecários			46%	44
LTV dos novos empréstimos hipotecários			56%	54
Número de dependências			1.593	1.625
Número de ATMs			4.166	3.629
Número de empregados (o equivalente a tempo inteiro)			34.800	34.100

Notas

a As medidas de desempenho ajustadas excluem o impacto da provisão para a compensação de SPP de 1.180m de £ (2011: 400m de £).

915m de £

239m de £

rendimento total líquido de indemnizações de seguros perdas antes de impostos

Banca de retalho e banca de empresas

Banca de retalho e banca de empresas da Europa

O rendimento diminuiu 25% para 915m de £ refletindo o problemático ambiente económico na Europa e a não recorrência de ganhos da cessão de instrumentos de cobertura em 2011.

O rendimento da margem líquida de juros diminuiu 24% para 599m de £. A margem do ativo do cliente diminuiu 4bps para 83bps com margem líquida de juros baixa de 20bps para 108bps, orientada por custos de financiamento mais altos parcialmente compensados pelos preços dos produtos. A média do ativo do cliente diminuiu 7% para 40,8m de £ orientada pela gestão ativa para reduzir a desproporção do financiamento. A margem do passivo do cliente diminuiu 27bps para 38bps e a média do passivo do cliente diminuiu 16% para 14,8bl de £, refletindo pressões competitivas.

O rendimento não decorrente de juros diminuiu 28% para 316m de £, refletindo comissões mais baixas principalmente de vendas hipotecárias de Itália e de vendas de produtos de investimento mais baixas.

Os encargos de imparidade de crédito aumentaram 26% para 328 m de £ devido à deterioração no desempenho do crédito na Europa refletindo as atuais condições económicas. A taxa de perda de crédito diminuiu para 80bps (2011: 54bps). Os juros de mora a 90 dias para os empréstimos à habitação aumentaram 19bps para 0,7% em Espanha, aumentaram 5bps para 0,7% em Portugal e aumentaram 6bps para 10,0% em Itália.

As despesas operacionais ajustadas diminuíram 31% para 839 m de £, refletindo a não recorrência de encargos de reestruturação de 2011 de 189m de £ e poupanças de custo contínuas conexas.

A perda antes de impostos ajustada aumentou 2% para 239m de £ enquanto que a média dos títulos de capital ajustado diminuiu 8,0% negativos (2011: 6,0% negativos) devido principalmente a uma média do capital próprio mais baixa resultante da amortização do goodwill por imparidade de 2011.

Os empréstimos e os adiantamentos aos clientes diminuíram 8% para 40,0bl de £ refletindo os movimentos da moeda e a gestão ativa para reduzir a desproporção do financiamento. Esta alteração orientou uma redução de 8% no total de ativos para 47,1bl de £.

Os depósitos do cliente aumentaram 7% para 17,6bl de £, refletindo a gestão ativa para reduzir a desproporção do financiamento.

Os ativos ponderados pelo risco diminuíram 2% para 17,1bl de £ devido principalmente às reduções nos empréstimos e nos adiantamentos e nos movimentos da moeda, compensados parcialmente por um aumento do encargo de risco operacional e à deterioração da carteira em Espanha.

	2012	2011
	m£	m£
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento líquido dos juros	599	786
Rendimento líquido de honorários e comissões	284	429
Juros de exploração líquidos	7	9
Rendimento líquido de capital	52	91
Prémios líquidos de contratos de seguros	331	463
	1	(49)
Rendimento total	1.274	1.729
Ativo líquido e benefícios derivados de contratos de seguros	(359)	(503)
Rendimento total líquido de indemnizações de seguros	915	1.226
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	(328)	(261)
Rendimento operacional líquido	587	965
Despesas operacionais (excluindo o goodwill por imparidade)	(839)	(1.211)
Goodwill por imparidade	-	(427)
Despesas operacionais	(839)	(1.638)
Participação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos	13	12
(Perdas) antes de impostos	(239)	(661)
Perda antes de impostos ajustada b	(239)	(234)
Informações do balanço financeiro		
Empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado	40,0bl£	43,6bl£
Contas de clientes	17,6bl £	16,4bl £
Total ativos	47,1bl £	51,3bl £
Ativo ponderado pelo risco	17,1bl £	17,4bl £

Nota:

a O lucro antes de impostos ajustado e as medidas de desempenho excluem o goodwill por imparidade de 0 £ (2011: 427m de £).

Análise financeira

Análise de resultados pela atividade empresarial

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

	Ajustado ^a		Regulamentado	
	2012	2011	2012	2011
Medidas de desempenho				
Média do rendimento do capital	(8,0%)	(6,0%)	(8,0%)	(21,8%)
Média do rendimento do capital corpóreo	(9,2%)	(7,9%)	(9,2%)	(29,0%)
Média do rendimento do ativo ponderado pelo risco	(1,1%)	(0,9%)	(1,1%)	(3,3%)
Taxa de perda para empréstimo (pontos base)	80	54	80	54
Custo: rácio do rendimento	92%	99%	92%	134%
Factos principais				
90 dias em atraso - taxas de empréstimos para habitação, Espanha			0,7%	0,5%
Taxas de juros de mora de 90 dias - empréstimos para habitação, Portugal			0,7%	0,6%
Taxas de juros de mora de 90 dias - empréstimos para habitação, Itália			1,0%	1,0%
Taxas de juros de mora de 90 dias - empréstimos para habitação, Total Europa RBB			0,8%	0,7%
Taxas de juros de mora de 30 dias - cartões			6,2%	5,9%
Número de clientes			2,7m	2,7m
Número de dependências			923	978
Número de centros de vendas			219	250
Número de pontos de distribuição			1.142	1.228
Número de empregados (o equivalente a tempo inteiro)			7.900	8.500

Notas

a O lucro antes de impostos ajustado e as medidas de desempenho excluem o goodwill por imparidade de 0 £ (2011: 427m de £).

3.157m de £

468m de £

rendimento total líquido de indenizações de seguros Lucro antes de impostos

Banca de retalho e banca de empresas

Banca de Retalho e banca de empresas da África

O rendimento diminuiu 12% para 3.157m de £. Excluindo os movimentos da moeda, o rendimento diminuiu 2% refletindo a não recorrência de ganhos da cessão dos instrumentos de cobertura do Grupo em 2011 e das valorizações de propriedade comercial em baixa com atividades empresariais subjacentes na África que permaneceram estáveis.

O rendimento da margem líquida de juros diminuiu 11% para 1.751m de £ com a margem líquida de juros baixa de 10bps para 312bps devido principalmente ao rendimento gerado mais baixo através de produtos sem relação com os clientes compensados parcialmente pelo aumento da atividade empresarial de margem mais alta. A margem do ativo do cliente aumentou 34bps para 326bps refletindo uma alteração na composição para a atividade empresarial de margem mais alta. A média do ativo do cliente diminuiu 10% para 34,1bl de £ por movimentos da moeda e uma ligeira diminuição na carteira hipotecária da África do Sul. A margem do passivo do cliente diminuiu 42bps para 234bps orientada por uma descida na África do Sul compensada parcialmente pelas melhores margens em vários outros países africanos. A média do passivo do cliente diminuiu 6% para 22,1bl de £ orientada pelos movimentos da moeda à medida que os depósitos continuaram a crescer na África do Sul onde o Absa continua a ser o líder em depósitos retalhistas.

O rendimento não decorrente de juros diminuiu 12% para 1.406m de £ orientado em grande parte pelos adversos movimentos da moeda.

Os encargos de imparidade de crédito aumentaram 39% para 646m de £. Excluindo os movimentos da moeda os encargos de imparidade aumentaram 57% refletindo principalmente uma perda mais alta dadas as taxas por defeito e os níveis mais altos de reduções na carteira de recuperação de empréstimos à habitação na África do Sul e o impacto de um grande nome na carteira de propriedades comerciais na África do Sul. A taxa de perda de crédito diminuiu para 194bps (2011: 129bps). No entanto, os juros de mora a 90 dias para os empréstimos à habitação diminuíram 168bps para 1,6% refletindo uma nova e melhor atividade empresarial e um ambiente de taxa de juro baixa.

As despesas operacionais diminuíram 10% para 2.053m de £ devido principalmente aos movimentos da moeda correspondendo, em linhas gerais, a um crescimento subjacente. O lucro antes de impostos diminuiu 44% para 468m de £ e média dos títulos de capital ajustado diminuiu 3,8% (2011: 9.7%).

Os empréstimos e os adiantamentos aos clientes diminuíram 8% para 31,7bl de £ devido principalmente aos movimentos da moeda e a uma ligeira diminuição na carteira hipotecária da África do Sul.

Os depósitos do cliente diminuíram 3% para 22,0bl de £. Excluindo os movimentos da moeda os depósitos do cliente aumentaram 7% devido principalmente ao crescimento de depósitos na África do Sul.

Os ativos ponderados pelo risco diminuíram 11% para 27,0bl de £, devido principalmente aos movimentos do câmbio estrangeiro e a uma alteração na abordagem de ponderações de risco soberano, compensadas por um aumento do encargo de risco operacional.

	2012	2011 ^b
	£m	£m
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento líquido dos juros	1.751	1.978
Rendimento líquido de honorários e comissões	1.101	1.196
Juros de exploração líquidos	69	70
Rendimento líquido de capital	5	56
Prémios líquidos de contratos de seguros	417	432
Outros rendimentos	21	54
Rendimento total	3.364	3.786
Ativo líquido e benefícios derivados de contratos de seguros	(207)	(215)
Rendimento total líquido de indenizações de seguros	3.157	3.571
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	(646)	(466)
Rendimento operacional líquido	2.511	3.105
Despesas operacionais	(2.053)	(2.279)
Participação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos	10	6
Lucro antes de impostos	468	832
Lucro antes de impostos ajustado	468	830
Informações do balanço financeiro		
Empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado	31,7bl £	34,4bl £
Contas de clientes	22,0bl £	22,6bl £
Total ativos	44,8bl £	48,2bl £
Ativo ponderado pelo risco	27,0bl £	30,3bl £

Nota:

a O lucro antes de impostos ajustado e as medidas de desempenho ajustado excluem as subsidiárias de impacto.

b Certas atividades do Corporate Banking na África, anteriormente declaradas no Africa RBB, são agora declaradas no Corporate Banking. Em 2011 os números são novamente declarados. Em 2011 os números são novamente declarados.

Análise financeira

Análise de resultados pela atividade empresarial

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

	Ajustado ^a		Regulamentado	
	2012	2011	2012	2011
Medidas de desempenho				
Média do rendimento do capital ^{b,c}	3,8%	9,7%	3,8%	9,8%
Média do rendimento do capital corpóreo ^c	7,6%	16,6%	7,6%	16,7%
Média do rendimento do ativo ponderado pelo risco	0,9%	1,7%	0,9%	1,7%
Taxa de perda para empréstimo (pontos base)	194	129	194	129
Custo: rácio do rendimento	65%	64%	65%	64%
Factos principais				
Taxas de juros de mora de 90 dias			1,6%	3,2%
empréstimos para habitação, África do Sul			13,5m	14,5m
Número de clientes			10.468	10.068
Número de ATMs			1.339	1.354
Número de dependências			112	139
Número de centros de vendas			1.451	1.493
Número de pontos de distribuição			41.700	43.800
Número de empregados (o equivalente a tempo inteiro)				

Notas

a O lucro antes de impostos ajustado e as medidas de desempenho ajustadas excluem o impacto dos ganhos na cessação das subsidiárias, dos associados e das joint-ventures de 0 £ (2011: 2m de £).

b A média dos títulos de capital ajustado difere dos títulos de capital declarado pelo Absa Group Ltd., pois o último não inclui goodwill decorrente da aquisição do Barclays do Absa Group e não inclui outra atividade empresarial do Absa Group que o Barclays Group declare no Barclaycard, Investment Bank e Wealth e Investment Management.

c Inclui juros não controladores.

4.170m de £

1.086m de £

rendimento total líquido de indenizações de seguros Lucro antes de impostos

Banca de retalho e banca de empresas

[Barclaycard](#)

O rendimento diminuiu 2% para 4.170m de £ refletindo o crescimento contínuo através da atividade empresarial e das contribuições das aquisições de carteira. Isto foi parcialmente compensado pelos custos de financiamento mais altos, a não ocorrência de ganhos da cessão de instrumentos de cobertura em 2011 e a depreciação do rand contra a libra esterlina. O rendimento do Reino Unido aumentou 1% para 2.616m de £ incluindo as contribuições das aquisições de carteira de 2011 e o crescimento da atividade empresarial compensado pelo aumento dos custos de financiamento. O rendimento internacional melhorou 7% para 1.554m de £ orientado por saldos remanescentes mais altos dos Estados Unidos e a contribuição das aquisições de carteira.

O rendimento da margem líquida de juros permaneceu estável nos 2.854m de £. As contribuições do crescimento da atividade empresarial e das aquisições foram compensadas pela margem líquida de juros mais baixa de 846bps (2011: 944bps) que foi estabilizada na segunda metade do ano. A média dos ativos do cliente aumentaram 7% para 32,5bl de £ devido às aquisições de carteira e ao crescimento da atividade empresarial. A margem do ativo do cliente baixou 13bps para 939bps devido aos custos de financiamento mais altos.

O rendimento não decorrente de juros melhorou 7% para 1.316m de £ orientado pelo aumento dos volumes nos Pagamentos da Atividade Empresarial e nas carteiras dos Estados Unidos.

Os encargos de imparidade de crédito diminuiram 22% para 979m de £ resultantes de melhor dilação, menos anulações de contas incobráveis e melhores taxas de recuperação, principalmente na primeira metade de 2012. A taxa de perda de crédito melhorou 109bps para 282bps (2011: 391bps). Os juros de mora a 30 dias para os cartões do cliente no Reino Unido baixaram 2,5% (2011: 2,7%), nos Estados Unidos baixaram 2,4% (2011: 3,1%) e na África do Sul até 5,2% (2011: 4,9%).

As despesas operacionais ajustadas aumentaram 3% para 1.715m de £ refletindo as aquisições de carteira, a provisão para outros determinados produtos de seguros e os gastos de investimento.

O lucro antes de impostos ajustado melhorou 25% para 1.506m de £. O lucro antes de impostos legal aumentou 525m de £ para 1.086m de £ seguidos de 420m de £ (2011: 600m de £) provisão para compensação de SPP.

A média dos títulos de capital ajustado melhorou para 22,1% (2011: 17,4%).

O total de ativos aumentou 11% para 37,5bl de £ orientado principalmente pelo crescimento da atividade empresarial e as aquisições.

Os depósitos do cliente aumentaram 2,2bl de £ para 2,8bl de £ devido às iniciativas de financiamento da atividade empresarial nos Estados Unidos e na Alemanha.

Os ativos ponderados pelo risco aumentaram 7% para 36,5bl de £, devido principalmente ao crescimento nos ativos e a um aumento do encargo do risco operacional.

	2012	2011
	m£	m£
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento líquido dos juros	2.854	2.860
Rendimento líquido de honorários e comissões	1.271	1.171
Perda das operações financeiras	(9)	(7)
Rendimento líquido de capital	-	10
Prêmios líquidos de contratos de seguros	36	42
Outros rendimentos	19	20
Rendimento total	4.171	4.096
Ativo líquido e benefícios derivados de contratos de seguros	(1)	(1)
Rendimento total líquido de indenizações de seguros	4.170	4.095
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	(979)	(1.259)
Rendimento operacional líquido	3.191	2.836
Despesas operacionais (excluindo provisão para compensação do SPP e goodwill por imparidade)	(1.715)	(1.659)
Provisão para compensação do PPI	(420)	(600)
Goodwill por imparidade	-	(47)
Despesas operacionais	(2.135)	(2.306)
Participação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos	30	31
Lucro antes de impostos	1.086	561
Lucro antes de impostos ajustado	1.506	1.208
Informações do balanço financeiro		
Empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado	32,9bl £	30,1bl £
Depósitos do cliente	2,8bl £	0,6bl £
Total ativos	37,5bl £	33,8bl £
Ativo ponderado pelo risco	36,5bl £	34,2bl £

Nota:

a O lucro antes de impostos ajustado e as medidas de desempenho excluem o impacto da provisão para a compensação de SPP de 420m de £ (2011: 600m de £), e o goodwill por imparidade na carteira de empréstimos garantidos FirstPlus de 0 £ (2011: 47m de £).

Análise financeira

Análise de resultados pela atividade empresarial

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

	Ajustado ^a		Regulamentado	
	2012	2011	2012	2011
Medidas de desempenho				
Média do rendimento do capital	22,1%	17,4%	15,2%	6,8%
Média do rendimento do capital corpóreo	29,7%	23,0%	20,5%	9,0%
Média do rendimento do ativo ponderado pelo risco	3,3%	2,6%	2,3%	1,2%
Taxa de perda para empréstimo (pontos base)	282	391	282	391
Custo: rácio do rendimento	41%	41%	51%	56%
Factos principais				
Taxas de juros de mora de 30 dias - cartões do Reino Unido			2,5%	2,7%
Taxas de juros de mora de 30 dias - cartões dos Estados Unidos			2,4%	3,1%
Taxas de juros de mora de 30 dias - cartões da África do Sul			5,2%	4,9%
Número total de clientes do Barclaycard			28.8m	22.6m
Total de ativos médios dos clientes			32,5bl £	30,3bl £
Pagamentos Processados			240bl £	219bl £
Número de relações com retalhistas			89.000	87.000
Número de empregados (o equivalente a tempo inteiro)			11.000	10.400

Nota:

a O lucro antes de impostos ajustado e as medidas de desempenho excluem o impacto da provisão para a compensação de SPP de 420m de £ (2011: 600m de £), e o goodwill por imparidade na carteira de empréstimos garantidos FirstPlus (2011: 47m de £).

11.725m de £
Rendimento total
impostos

4.066 m de £
Lucro antes de

Investment Bank

O lucro antes de impostos aumentou 37% para 4.066m de £ orientado pelo forte crescimento do rendimento e a redução das despesas operacionais.

O total de rendimento aumentou 13% para 11.725m de £. O Rendimento Fixo, a Moeda e os Produtos Base (FICC) melhoraram 17% para 7.403m de £, num ambiente incerto mais favorável de comercialização. O aumento da liquidez e os volumes de cliente mais altos em várias áreas de produtos resultaram no aumento de contribuições de Taxas, Mercados Emergentes, Produtos Base, Produtos Titularizados e Empresas de Crédito, compensados parcialmente pelas contribuições mais baixas da Moeda orientada pelos volumes controlados e a volatilidade mais baixa. O rendimentos dos títulos de capital e dos Serviços Prime aumentaram 14% para 1.991m de £, refletindo ganhos de ações de mercado globais que resultaram num melhor desempenho em títulos de capital em dinheiro e em títulos derivados de capital, apesar dos volumes de mercado controlados. O rendimento do Investment Banking aumentou 5% para 2.126m de £, refletindo ganhos de ações de mercado globais e aumentos nas receitas de empresas de consultoria financeira e de subscrição globais mais do que compensando o impacto do aumento das concessões de vendas internas. A atividade de subscrição de dívidas e a subscrição de títulos de capital nas Américas registou, sobretudo, um forte crescimento e foi a principal atividade que contribuiu para o aumento de 8% no total do rendimento líquido de honorários e comissões.

Total de despesas com perdas por imparidade de 460m de £ (2011: 93m de £) inicialmente relacionado com 232m de £ sobre as posições ABS CDO Super Sênior em consequência das alterações do modelo para calibragem para as fontes de dados do mercado atual, e perdas mais altas sobre riscos de um único titular. O ano anterior incluiu uma realização não recorrente de 223m de £.

As despesas operacionais diminuíram 7.249m de £ (2011: 7.289m de £), orientadas por uma redução de 3% no total dos custos de desempenho para 1.693m de £ incluindo o aumento de 210m de £ em encargos diferidos de prémios. Os custos de não desempenho permaneceram em consonância com 5.556m de £ (2011: 5.571m de £) apesar da absorção de encargos de 193m de £ relacionados com a fixação de taxas interbancárias oferecida.

Custo para o rácio do rendimento líquido operacional de 64% (2011: 71%) dentro do intervalo de projeção de 60% para 65%. A compensação para o rácio do rendimento para 39% (2011: 47%).

Média do rendimento do capital de 13,7% (2011: 10,4%) e os ativos ponderados pelo risco dos títulos de capital de 1,5% (2011: 1,2%).

Os ativos que contribuíram para a alavancagem bruta ajustada diminuíram 6% para 567,9bl de £ refletindo diminuições em dinheiro e saldos nos bancos centrais, nos ativos da carteira comercial, e nos empréstimos e adiantamentos aos bancos e aos clientes, compensados parcialmente por um aumento na venda com acordo de recompra.

Os riscos do mercado de crédito diminuíram 39% para 9.310m de £, refletindo vendas líquidas e amortizações e outros movimentos de 5.436m de £, movimentos de câmbio estrangeiro de 459m de £, compensados por ganhos líquidos de justo valor e encargos de imparidade de 44m de £.

Os ativos ponderados pelo risco diminuíram 5% para 178,0bl de £, refletindo principalmente reduções em exposições de risco, incluindo descidas drásticas de ativos antigos, e movimentos de câmbio estrangeiro. Isto foi compensado parcialmente por um aumento do encargo de risco operacional e uma abordagem mais conservadora às exposições soberanas.

	2012	2011
	£m	£m
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento líquido dos juros	619	1.177
Rendimento líquido de honorários e comissões	3.262	3.026
Juros de exploração líquidos	7.318	5.264
Rendimento líquido de capital	526	883
Outras despesas	-	(5)
Rendimento total	11.725	10.345
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	(460)	(93)
Rendimento operacional líquido	11.265	10.252
Despesas operacionais	(7.249)	(7.289)
Participação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos	50	12
Lucro antes de impostos	4.066	2.975
Lucro antes de impostos ajustado	4.066	2.975
Informações do balanço financeiro		
Empréstimos e adiantamentos a bancos e a clientes a custo amortizado	145,0bl £	158,6bl £
Depósitos do cliente	76,2bl £	83,1bl £
Total ativos	1.074,8bl £	1.158,4bl £
Ativo que contribui para a alavancagem bruta ajustada	567,9bl £	604,0bl £
Ativo ponderado pelo risco	178,0bl £	186,7bl £

Análise financeira

Análise de resultados pela atividade empresarial

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

Análise do rendimento total	Ano findo em 31 de dezembro			
	2012		2011	
	m de £		m de £	
Rendimento fixo, moeda e matérias-primas	7.403		6.325	
Capitais e fundos de bonificação	1.991		1.751	
Investimento bancário	2.126		2.027	
Investimentos principais	205		232	
Rendimento total	11.725		10.335	
	Ajustado		Regulamentado	
	2012	2011	2012	2011
Medidas de desempenho				
Média do rendimento do capital	13,7%	10,4%	13,7%	10,4%
Média do rendimento do capital corpóreo	14,2%	10,8%	14,2%	10,8%
Média do rendimento do ativo ponderado pelo risco	1,5%	1,2%	1,5%	1,2%
Taxa de perda para empréstimo (pontos base)	30	8	30	8
Custo: rácio do rendimento	62%	71%	62%	71%
Custo: rácio do rendimento operacional líquido	64%	71%	64%	71%
Remuneração: taxa de rendimento	39%	47%	39%	47%
Média do rendimento por empregado (000s)	494£	424£	494£	424£
Outras medidas				
Média de DVaR (95%)			38m de £	57m de £
Número de empregados (o equivalente a tempo inteiro)			24.000	23.600

2.918m de £
Total
impostos

299m de £
perdas antes de

Corporate Banking

O lucro antes de impostos ajustado melhorou de 347m de £ para 551m de £ incluindo um ganho de 71m de £ (2011: perda de 111m de £) na avaliação líquida de produtos de justo valor, orientado principalmente pela melhor imparidade de crédito na Europa e no Reino Unido e as despesas operacionais mais baixas. A perda antes de impostos legal foi de 299m de £ (2011: lucro de 8m de £) incluindo uma provisão de 850m de £ para o resgate dos produtos de cobertura com taxa de juro.

- O lucro antes de impostos ajustado do Reino Unido melhorou 22% para 910m de £ refletindo uma melhoria de 182m de £ na avaliação líquida de produtos de justo valor, melhores despesas operacionais e imparidade de crédito. O lucro antes de impostos legal do Reino Unido diminuiu 687m de £ para 60m de £ incluindo uma provisão de 850m de £ para o resgate dos produtos de cobertura com taxa de juro.

- A perda antes de impostos da Europa melhorou 266m de £ para 381m de £ devido principalmente aos melhores encargos de imparidade de crédito em Espanha de 337m de £ (2011: 480m de £) e às melhores despesas operacionais beneficiando do progresso na reestruturação, compensadas parcialmente pela redução do rendimento de atividades empresariais que saíram e dos clientes não centrais.

- O lucro antes de impostos legal do resto do mundo melhorou 114m de £ para 22m de £ refletindo a não recorrência de perda do ano anterior sobre a cessão do Barclays Bank Russia. O lucro antes de impostos ajustado do resto do mundo melhorou 41m de £ para 22m de £ refletindo as despesas operacionais mais baixas em consequência da nossa atividade empresarial internacional.

O rendimento da margem líquida de juros diminuiu 13% para 1.870m de £ refletindo o aumento de custos de financiamento, o rendimento não recorrente de e atividades empresariais que saíram e os ganhos sobre a cessão de instrumentos de cobertura. A margem líquida de juros baixou 22bps para 124bps devido principalmente aos custos de financiamento mais altos e aos ganhos de não recorrentes da venda de instrumentos de cobertura. A margem do ativo do cliente diminuiu 32bps para 114bps refletindo custos de financiamento mais altos e saldos reduzidos devido à concentração da nossa atividade empresarial internacional. A margem do passivo do cliente aumentou 15bps para 109bps devido principalmente aos saldos mais altos no Reino Unido por depósitos da moeda e contas correntes, e refletindo um aumento nas taxas de financiamento e, por isso, o valor gerado do passivo do cliente.

Os encargos de imparidade de crédito diminuiram 24% para 872m de £. A taxa de perda de crédito melhorou 128bps (2011: 156bps). Os encargos de imparidade na Europa diminuiram 174m de £ para 542m de £, principalmente em consequência da ação contínua para diminuir a exposição no sector da habitação e construção em Espanha.

As despesas operacionais ajustadas melhoraram 14% para 1.505 milhões de £, refletindo os benefícios da reestruturação e das iniciativas de controlo de custo do ano anterior. O custo ajustado para o rácio do rendimento melhorou 52% (2011: 57%). A média dos títulos de capital ajustado melhorou para 5,5% (2011: 1,7%). A média do rendimento do capital legal é negativa 3,7% (2011: negativa 1,0%).

O total de ativos no Reino Unido é de 0,6 biliões de £ orientado pelo sólido crescimento nos empréstimos líquidos do Reino Unido. O total de ativos baixou 4,9bl de £ para 86,3bl de £ porque os aumentos no Reino Unido foram mais compensados pelas reduções na Europa e no resto do mundo devido à concentração da nossa atividade empresarial internacional. Os depósitos do cliente aumentaram 14% para 97,1bl de £ com o aumento dos saldos no Reino Unido e na Europa devido aos depósitos da moeda mais altos e contas correntes.

Os ativos ponderados pelo risco diminuiram 7% para 68,0bl de £, refletindo principalmente o benefício da concentração da nossa atividade empresarial internacional, compensada parcialmente por um aumento do encargo de risco operacional.

	2012	2011 ^b
	m£	m£
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento líquido dos juros	1.870	2.155
Rendimento líquido de honorários e comissões	955	1.005
Rendimentos/(perdas) comerciais líquidos	65	(99)
Rendimento líquido de capital	23	29
Outros rendimentos	5	18
Rendimento total	2.918	3.108
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	(872)	(1.147)
Rendimento operacional líquido	2.046	1.961
Despesas operacionais excluindo o goodwill por imparidade	(1.505)	(1.759)
Goodwill por imparidade	(850)	-
Despesas operacionais	-	(123)
Despesas operacionais	(2.355)	(1.882)
Participação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos	10	2
Perda sobre a alienação de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	(73)
(Perda)/lucro antes de impostos	(299)	8
Lucro antes de impostos ajustado	551	204
Informações da demonstração dos resultados financeiros e dos factos principais		
Empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado	62.9bl £	66.9bl £
Empréstimos e adiantamentos a clientes a justo valor	17.6bl £	17,2bl £
Depósitos do cliente	97.1bl £	85,2bl £
Total ativos	86.3bl £	91,2bl £
Ativo ponderado pelo risco	68.0bl £	72,8bl £
Número de empregados (o equivalente a tempo inteiro)	10.300	11.200

Nota:

a O lucro antes de impostos ajustado e as medidas de desempenho excluem o goodwill por imparidade de zero£ (2011: 123m de £), a provisão para o resgate dos produtos de cobertura com taxa de juro de 850m de £ (2011: 0 £) e perda sobre a cessão de zero£ (2011: 73m de £).

b Certas atividades do Corporate Banking na África, anteriormente declaradas no Africa RBB, são agora declaradas no Corporate Banking. Em 2011 os números são novamente declarados. Em 2011 os números são novamente declarados.

Análise financeira

Análise de resultados pela atividade empresarial

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

	Ajustado ^a		Regulamentado	
	2012	2011	2012	2011
Medidas de desempenho				
Média do rendimento do capital	5,5%	1,7%	(3,7%)	(1,0%)
Média do rendimento do capital corpóreo	5,8%	1,8%	(3,9%)	(1,0%)
Média do rendimento do ativo ponderado pelo risco	0,6%	0,2%	0,3%	(0,1%)
Taxa de perda para empréstimo (pontos base)	128	156	128	156
Custo: rácio do rendimento	52%	57%	81%	61%

Informações da demonstração dos resultados	2012				2011			
	UK m £	Europa m £	Resto do mundo m £	Total m £	UK m £	Europa m £	Resto do mundo m £	Total m £
Rendimento	2.234	313	371	2.918	2.199	440	469	3.108
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	(285)	(542)	(45)	(872)	(355)	(716)	(76)	(1.147)
As despesas operacionais (excluindo provisão para cobertura de taxa de juros produtos de reparação)	(1.041)	(152)	(312)	(1.505)	(1.099)	(248)	(412)	(1.759)
Provision for interest rate hedging redress	(850)	-	-	(850)	-	(123)	-	(123)
Outros proveitos líquidos/(despesa)	2	-	8	10	2	-	(73)	(71)
Lucro/(perda) antes de impostos	60	(381)	22	(299)	747	(647)	(92)	8
Lucro/(perda) antes de impostos ajustado ^a	910	(381)	22	551	747	(524)	(19)	204

Nota:

^a O lucro antes de impostos ajustado e as medidas de desempenho excluem o goodwill por imparidade de zero£ (2011: 123m de £), a provisão para o resgate dos produtos de cobertura com taxa de juro de 850m de £ (2011: 0 £) e perda sobre a cessão de zero£ (2011: 73m de £).

Análise financeira

Análise de resultados pela atividade empresarial

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

Wealth e Investment Management

O rendimento melhorou 4% para 1.815m de £ orientado principalmente por um aumento nas atividades empresariais de elevado património financeiro.

O rendimento da margem líquida de juros aumentou 7% para 853m de £ refletindo o crescimento nos saldos de depósito e empréstimos nas atividades empresariais de elevado património financeiro. A margem líquida de juros diminuiu 7bps para 122bps devido ao contínuo ambiente de baixa taxa de juro e à redução da contribuição de coberturas estruturais. Os depósitos do cliente diminuíram 16% para 53,8bl de £. Os empréstimos e os adiantamentos dos clientes aumentaram 13% para 21,2bl de £.

O rendimento líquido de honorários e comissões permaneceu em grande parte em consonância nos 946m de £ (2011 : 943m de £) apesar das problemáticas condições do mercado.

As despesas operacionais diminuíram 2% para 1.463m de £ porque as iniciativas de controlo de custo foram parcialmente compensadas pelo custo contínuo do plano de investimento estratégico.

O lucro antes de impostos aumentou 52% para 315m de £ e a média dos títulos de capital aumentou 13,9% (2011: 10,9%).

O ativo do cliente aumentou 13% para 186,0 bl de £ (2011: 164,2 bl de £) refletindo principalmente o aumento nos novos ativos líquidos nas atividades empresariais de elevado património financeiro. Os ativos ponderados pelo risco aumentaram 21% para 15,8 bl de £ devido principalmente ao crescimento nos empréstimos e ao aumento do encargo do risco operacional.

	2012	2011
	m£	m£
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento líquido dos juros	853	798
Rendimento líquido de honorários e comissões	946	943
Juros de exploração líquidos	16	5
Outros (despesas)/rendimentos	-	(2)
Rendimento total	1.815	1.744
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	(38)	(41)
Rendimento operacional líquido	1.777	1.703
Despesas operacionais	(1.463)	(1.493)
Participação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos	1	(3)
Lucro antes de impostos	315	207
Lucro antes de impostos ajustado	315	207
Informações do balanço financeiro		
Empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado	21,2bl £	18,8bl £
Depósitos do cliente	53,8bl £	46,5bl £
Total ativos	23,7bl £	20,9bl £
Ativo ponderado pelo risco	15,8bl £	13,1bl £
Regulamentado		
	2012	2011
Medidas de desempenho		
Média do rendimento do capital	13,9%	10,9%
Média do rendimento do capital corpóreo	19,2%	15,0%
Média do rendimento do ativo ponderado pelo risco	2,0%	1,5%
Taxa de perda para empréstimo (pontos base)	17	21
Custo: rácio do rendimento	81%	86%
Outras medidas financeiras		
Total do ativo do cliente	186,0bl £	164,2bl £
Número de empregados	7.900	8.100

Análise financeira

Análise de resultados pela atividade empresarial

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

Sede e outras operações

O total da despesa líquida ajustada das indemnizações de seguros diminuiu 3m £ (2011: 201m de £) devido principalmente às alterações no valor das coberturas relacionadas com a atribuição de ações dos empregados que foram fechadas durante o primeiro trimestre de 2012.

As despesas operacionais aumentaram 31% para 1.026m de £ principalmente dos custos regulamentares mais altos, incluindo um encargo relacionado com a atribuição à Sede e Outras Operações da penalidade de 97m de £ (2011: 0 £) decorrentes da grande investigação do sector no estabelecimento das taxas interbancárias oferecidas, no Regime de Compensação dos Serviços Financeiros de 135m de £ (2011: 45m de £), no aumento do imposto bancário do Reino Unido para 345m de £ (2011: 325m de £) e no aumento dos custos da iniciativa estratégica.

A perda antes de impostos ajustada aumentou 37% para 1.266m de £ (2011: perda de 925m de £). A perda antes de impostos legal foi de 5.590m de £ (2011: lucro de 1.032m de £) incluindo um encargo de crédito próprio de 4.579m de £ (2011: ganhos de 2.708m de £) e não recorrência de ganhos sobre resgates de dívida, parcialmente compensados pelo impacto da BlackRock, Inc. cessão de investimento e rendimento de câmbios no valor das coberturas relacionados com a atribuição de ações dos empregados que foram fechadas durante o primeiro trimestre de 2012.

O total do ativo aumentou 39,4bl de £ (2011: 31,8bl de £) refletindo o crescimento na carteira de obrigações de liquidez detidas na Sede e Outras Operações, compensados parcialmente pela venda do investimento estratégico na BlackRock, Inc. Os ativos ponderados pelo risco aumentaram 2,5bl de £ para 5,7bl de £, refletindo principalmente os aumentos nas obrigações soberanas detidas por motivos de liquidez e a aplicação de uma abordagem mais conservadora para a ponderação de risco destas exposições.

	2012	2011
	m£	m£
Rendimento líquido total de reclamações de seguros (excluindo o crédito próprio e os ganhos sobre operações de	(3)	(201)
Crédito próprio (custo)/ganho	(4.579)	2.708
Ganhos de resgates de dívidas e extinções	-	1.130
Rendimento total líquido de indemnizações de seguros	(4.582)	3.637
Custos/(despesas) de imparidade de crédito e outras provisões	(4)	(1.799)
	(4.586)	1.838
Despesas operacionais (excluindo o imposto bancário do Reino Unido)	(681)	(463)
Imposto bancário do Reino Unido	(345)	(325)
Despesas operacionais	(1.026)	(783)
Participação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos	(6)	-
Lucro sobre a alienação de associadas e empreendimentos conjuntos	28	(23)
(Perda)/lucro antes de impostos	(5.590)	1.032
Perda antes de impostos ajustada a	(1.266)	(925)
Informações do balanço financeiro		
Total ativos	39,4bl £	31,8bl £
Ativo ponderado pelo risco	5,7bl £	2,5 bl £
Número de empregados (o equivalente a tempo inteiro)	1.600	1.400

Notas

a Inclui a despesa de juros líquidos de 134m de £ (2011: 965m de £).

b As medidas de desempenho ajustadas e o lucro antes de impostos excluem o impacto de um encargo de crédito próprio de 4.579m de £ (2011: ganhos de 2.708m de £), os ganhos sobre resgates de dívida (pensão de capital de nível 1 não qualificado nos termos do Basileia 3) de 0 £ (2011: 1.130m de £), os ganhos sobre a cessão do investimento estratégico na BlackRock, Inc. de 227m de £ (2011: perda de 58m de £), a imparidade de investimento na BlackRock Inc. de 0 £ (2011: 1.800m de £) e o lucro sobre cessões de 28m de £ (2011: perda de 23m de £).

Apresentação da informação

Abordagem do Barclays às divulgações

O Grupo tenciona melhorar continuamente as suas divulgações e a sua utilidade para os leitores dos mapas da situação financeira, à luz da prática de um mercado em constante evolução e áreas de foco.

Em particular para 2012, o Grupo considerou as recomendações do Enhanced Disclosure Task Force (EDTF). A EDTF foi formada pelo Conselho de Estabilidade Financeira com a responsabilidade de alargar e aprofundar as divulgações de risco dos bancos globais em várias áreas, incluindo a liquidez e o financiamento, o risco de crédito e o risco de mercado.

Em 2012 temos:

- um relatório de remunerações significativamente alargado e mais transparente;
- procurou fornecer um guia claro para a localização das divulgações em todo tanto o Relatório Anual e Pilar relatório 3; - relatórios simplificados risco separando desempenho risco e divulgações de gestão em duas seções;
- proporcionou maior informação sobre o capital regulamentar e RWAs; - aumento da informação sobre a estrutura de financiamento e os níveis de oneração, e
- Divulgadas mais informações sobre o risco de crédito e os empréstimos.

Código BBA para divulgação de Informação Financeira

O Barclays adoptou o Código do BBA para a Divulgação de Relatórios Financeiros e preparou o Relatório Anual e Contas de 2012 em conformidade com o Código. A Associação de Banqueiros Britânica publicou um Código para a Divulgação de Informação Financeira O Código determina cinco princípios de divulgação, juntamente com diretrizes de apoio. Os princípios ditam que os Bancos Britânicos vão:

- fornecer divulgação de alta qualidade, preponderante e útil; Divulgações.
 - rever e melhorar os seus meios de divulgação financeira para áreas chave de interesse;
 - avaliar a aplicabilidade e a relevância das recomendações das boas práticas nas suas divulgações reconhecendo a importância dessa orientação;
 - procurar melhorar a comparabilidade de divulgação de resultados financeiros ao longo do sector bancário do Reino Unido; e
- diferenciar claramente nos seus relatórios anuais a informação que foi auditada da informação que não foi auditada.

Diferenças entre o Barclays Bank PLC e a Casa-Mãe - Barclays PLC.

Barclays Bank PLC é uma filial integralmente detida por Barclays PLC, a qual é a derradeira Casa-mãe da empresa. Os resultados consolidados e a posição financeira do Barclays Bank PLC Group e do Barclays PLC Group são materialmente iguais, sendo as principais diferenças, de acordo com a IFRS (Comissão de Normalização Contabilística):

- Incluem-se as ações de preferência emitidas pelo Barclays Bank PLC no capital de ações e prémios de ações no Barclays Bank PLC mas representa juros não controlados no Barclays PLC.
- certas emissões de "capital notes" pelo Barclays Bank PLC são incluídas noutra capital próprio no Barclays Bank PLC mas representa juros não controlados no Barclays PLC.
- o valor a transportar das "Contingent Capital Notes" (CCNs) é maior no balanço do Barclays Bank PLC, com as notas emitidas, do que no balanço consolidado do Barclays PLC devido aos diferentes direitos contratuais e obrigações de cada. Nos resultados financeiros consolidados do Barclays PLC, os CCNs são passivos que foram cancelados no momento em que o rácio de capital de nível 1 (CET1) desce para 7%. Para o Barclays Bank PLC, que não tem capacidade para cancelar os CCNs (que é efectuado por uma transferência legal automática de propriedade do titular para o Barclays PLC), o cupão é mais alto do que a taxa de mercado correta para um passivo sem a característica da transferência automática. Isto leva ao reconhecimento de um justo valor inicial para os CCNs que é mais alto do que o par para o Barclays Bank PLC. A diferença entre o valor inicial e o par é amortizada durante o período para a maturidade esperada das notas. Nos seus resultados financeiros consolidados, o Barclays PLC reconhece as notas no par.
- As ações detidas do Barclays PLC para fins de regimes de ações de empregados e para comercialização são reconhecidas como disponíveis para investimentos de venda e ativos da carteira de comercialização respectivamente no Barclays Bank PLC. O Barclays PLC deduz ações do tesouro do capital próprio.

Para divulgações mais extensivas por favor consulte o Relatório Anual Barclays PLC para o ano que findou em 31 de dezembro de 2012, incluindo exposições ao risco e desempenho empresarial, os quais são materialmente iguais ao de Barclays Bank PLC.

Relatório de uma Firma Independente de Técnicos Oficiais de Contas

Relatório de Auditoria Independente aos membros do Barclays Bank PLC

Procedemos à auditoria dos mapas da situação financeira do Barclays Bank PLC para o ano que findou em 31 de dezembro de 2012, o que inclui o mapa consolidado dos resultados do exercício, o mapa consolidado relacionado dos resultados integrais do exercício, os balanços consolidados e originais, os mapas consolidados e originais de alterações no capital próprio, os mapas consolidados e integrais do fluxo de fundos e as notas relacionadas e partes da secção da análise de risco que estão referenciadas como auditadas. A estrutura dos relatos financeiros aplicada para a preparação dos mesmos é a lei aplicável e a Norma Internacional de Relato Financeiro (NIRF), tal como adoptado pela União Europeia e, no que se refere aos mapas da situação financeira da Empresa Mãe, tal como aplicado de acordo com o disposto no Companies Act de 2006.

Responsabilidades respectivas dos diretores e dos auditores

Tal como explicado mais pormenorizadamente na Declaração de Responsabilidades dos Diretores, os diretores são responsáveis pela preparação dos mapas da situação financeira e pelo cumprimento de que dão uma visão verdadeira e justa. A nossa responsabilidade é a de auditar e dar uma opinião sobre os mapas da situação financeira de acordo com a lei aplicável e os Padrões Internacionais de Auditoria (Reino Unido e Irlanda). Tais padrões exigem que cumpramos com as Padrões Éticos do Conselho de Práticas de Auditoria para Auditores.

Este relatório, incluindo as opiniões, foi preparado para o uso exclusivo dos membros da empresa enquanto organismo e de acordo com o Capítulo 3 da Parte 16 da Lei das Empresas 2006, e para nenhum outro fim. Ao fornecer estas opiniões, não aceitamos ou assumimos responsabilidade para qualquer outro fim, ou por qualquer pessoa a quem este relatório for mostrado ou a quem possa ser mostrado ou enviado, salvo se expressamente autorizado previamente, por escrito.

Âmbito da auditoria aos mapas da situação financeira

Uma auditoria envolve a obtenção da confirmação das importâncias e a divulgação dessas importâncias nos mapas da situação financeira é suficiente como garantia razoável de que os mapas da situação financeira não contêm qualquer exposição material inexata, quer seja provocada por fraude ou erro. Isso inclui uma avaliação: se as regras contabilísticas são apropriadas à situação financeira da empresa, se foram aplicadas de forma consistente e se foram adequadamente divulgadas; a razoabilidade das previsões contabilísticas significativas feitas pelos diretores; e a apresentação geral dos mapas da situação financeira. Além disso, lemos todas as informações financeiras e não financeiras no relatório anual para identificar inconsistências relevantes em relação às demonstrações financeiras auditadas. Se tomarmos conhecimento de quaisquer distorções aparentes, materialmente relevantes, ou inconsistências consideramos as suas implicações no nosso relatório.

a A manutenção e a integridade do website do Barclays é da responsabilidade dos Diretores; o trabalho realizado pelos Auditores não envolve a consideração de tais assuntos, e sendo assim, os Auditores não aceitam quaisquer responsabilidades por qualquer alteração que possa ocorrer nos mapas da situação financeira desde que foram inicialmente apresentadas no website.

b A legislação do Reino Unido que rege a preparação e a disseminação dos mapas da situação financeira pode diferir da legislação de outras jurisdições.

Opinião expressa nos mapas da situação financeira

Na nossa opinião:

- os mapas da situação financeira oferecem uma visão real e justa do estado dos negócios do Grupo e da Casa-Mãe à data de 31 de dezembro de 2012, dos lucros do Grupo e do fluxo de fundos do Grupo e da Empresa Mãe referentes ao ano que terminou nessa data;
- os mapas da situação financeira do Grupo foram adequadamente preparadas de acordo com a NIRF, tal como adoptado pela União Europeia;
- os mapas da situação financeira da Casa-Mãe foram preparadas adequadamente em conformidade com a NIRF, tal como adoptado pela União Europeia, e tal como aplicado em conformidade com o disposto na Lei das Empresas de 2006; e
- os mapas da situação financeira foram preparados em conformidade com os requisitos do Companies Act 2006 e, no que se refere aos mapas da situação financeira do Grupo, foram preparados em conformidade com o Artigo 4 da IAS Regulation.

Opinião sobre outras matérias determinadas pelo Companies Act 2006

Na nossa opinião, as informações contidas no Relatório dos Diretores referentes ao ano financeiro a que os mapas da situação financeira dizem respeito, são consistentes com os mapas da situação financeira.

Matérias sobre as quais temos a obrigação de relatar por exceção

Não temos nada a relatar no que se refere às seguintes matérias sobre as quais:

No que se refere às seguintes matérias a que o Companies Act 2006 obriga a relatar se, na nossa opinião:

- não foram mantidos registos contabilísticos adequados pela Casa-Mãe, ou se não foram recebidos resultados adequados à nossa auditoria provenientes de sucursais que não foram visitadas por nós; ou
- os mapas da situação financeira da Casa-Mãe e a parte dos mapas da Remuneração dos Diretores não estão em conformidade com os registos e resultados contabilísticos; ou
 - não foram feitas determinadas divulgações sobre a remuneração dos Diretores especificadas pela lei; ou
- não recebemos todas as informações e explicações de que necessitamos para a realização da nossa auditoria.

Andrew Ratcliffe (Auditor Legal Sénior)
para e em nome da
PricewaterhouseCoopers LLP
Revisores Oficiais de Contas e Auditores
Legais Londres, Reino Unido
5 de março de 2013

Relatório dos Auditores Independentes

Relatório de uma Firma Independente de Técnicos Oficiais de Contas Para o Conselho de Administração e Acionistas do Barclays Bank PLC

Na nossa opinião, o mapa consolidado dos resultados do exercício e o mapa consolidado relacionado dos resultados integrais do exercício, balanços consolidados e originais, mapas consolidados e originais de alterações no capital próprio e os mapas consolidados e integrais do fluxo de fundos que o acompanham demonstram justamente, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Barclays Bank PLC e os

seus subsidiários a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, e os resultados das suas operações e fluxo de caixa para cada um destes três anos no período findo a 31 de dezembro de 2011 em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como decretadas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade. Estes mapas da situação financeira são da responsabilidade da Gestão da Empresa.

A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estes mapas da situação financeira baseada nas nossas auditorias. fornecem uma base razoável à nossa opinião. Conduzimos as nossas auditorias a estas

demonstrações de acordo com as regras do Conselho de Supervisão de Empresas Públicas dos EUA. Estas regras requerem que planeemos e realizemos a auditoria para obter fiabilidade razoável sobre se os mapas da situação financeira estarão livres de inexatidão material. Uma auditoria inclui o exame, com base em testes, das provas que suportam os montantes e divulgações nos mapas da situação financeira, avaliando os princípios de contabilidade usados e estimativas significativas feitas pela gestão e avaliar a apresentação geral da demonstração financeira. Acreditamos que as nossas auditorias fornecem uma base razoável à nossa opinião.

Mapa financeiro consolidado

Mapa consolidado dos resultados do exercício

Ano findo em 31 de dezembro	Notas	O Grupo	
		2012 m £	2011 m £
Operações contínuas			
Juros credores	3	19.199	20.589
Juros pagos	3	(7.564)	(8.393)
Rendimento líquido dos juros		11.635	12.196
Honorários e comissões	4	10.216	10.208
Gastos de honorários e comissões	4	(1.634)	(1.586)
Rendimento líquido de honorários e comissões		8.582	8.622
Juros de exploração líquidos	5	3.028	7.738
Rendimento líquido de capital	6	663	2.322
Prémios líquidos de contratos de seguros		896	1.076
Ganhos líquidos na alienação de investimento em BlackRock, Inc.		227	-
Ganhos de resgates de dívidas e extinções		-	1.130
Outros rendimentos		108	39
Rendimento total		25.139	33.123
Ativos líquidos e benefícios derivados de contratos de seguros		(600)	(741)
Rendimento total líquido de indemnizações de seguros		24.539	32.382
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	7	(3.596)	(3.802)
Imparidade de investimentos em BlackRock, Inc.	7	-	(1.800)
Rendimento operacional líquido		20.943	26.780
Custos de pessoal	34	(10.447)	(11.407)
Administração e despesas gerais	8	(6.638)	(6.351)
Depreciação de propriedade, planta e equipamento	22	(669)	(673)
Amortização de imobilizações incorpóreas		(435)	(419)
Goodwill por imparidade	23	-	(597)
Provisão para compensação do PPI		(1.600)	(1.000)
		(850)	-
Imposto bancário do Reino Unido		(345)	(325)
Despesas operacionais		(20.984)	(20.772)
Participação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos		110	60
Lucro/(perda) sobre a alienação de subsidiárias, associadas e joint ventures	9	28	(94)
Ganho sobre aquisições		2	-
Lucro antes de impostos de operações contínuas		99	5.974
Imposto	10	(483)	(1.928)
(Perda)/lucro após impostos		(384)	4.046
Atribuível a:			
Detentores de capital próprio da Casa-mãe		(723)	3.616
Interesses não controladores	33	339	430
(Perda)/lucro após impostos		(384)	4.046

Nota

Como permitido pela secção 408(3) da Lei das Empresas de 2006, não foi apresentada um mapa de rendimento da entidade-mãe.

Mapa financeiro consolidado

Mapa consolidado de rendimentos globais

Ano findo em 31 de dezembro	O Grupo	
	2012 m £	2011 m £
(Perda)/lucro após impostos	(384)	4.046
Outros rendimentos compreensivos de operações contínuas:		
Reserva de transposição de moeda		
Diferenças de transposição de moeda estrangeira	(1.578)	(1.607)
Reservas Disponíveis para Venda		
Ganhos líquidos com alterações no justo valor	1.237	2.581
Ganhos líquidos transferidos para lucros líquidos na alienação	(549)	(1.614)
Perdas líquidas transferidas para lucros líquidos por imparidade	40	1.860
Ganhos líquidos transferidos para lucros líquidos devidos a proteção do justo valor	474	(1.803)
Mudanças nas responsabilidades de seguros	(150)	18
Imposto	(352)	170
Reserva de cobertura do fluxo de caixa		
Ganhos líquidos com alterações no justo valor	1.499	2.406
Ganhos líquidos transferidos para lucros líquidos	(695)	(753)
Imposto	(142)	(390)
Outros	95	(74)
Outros rendimentos compreensivos para o ano, líquidas de imposto, de operações contínuas:	(121)	794
Total de rendimento compreensivo para o ano	(505)	4.840
Atribuível a:		
Detentores de capital próprio da Casa-mãe	(635)	5.041
Interesses não controladores	130	(201)
	(505)	4.840

Nota:
a para mais detalhes consulte a Nota 32

Mapa financeiro consolidado

Balanço consolidado

A 31 de dezembro	Notas	O Grupo		O Banco	
		2012	2011	2012	2011
		m£	m£	m£	m£
Ativos					
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais		86.175	106.894	81.996	103.087
Itens em fase de cobrança a outros bancos		1.456	1.812	1.076	1.634
Ativos da carteira de negociação	12	145.030	152.183	74.719	85.048
Ativos financeiros designados no justo valor	13	46.061	36.949	82.237	44.552
Instrumentos financeiros derivados	14	469.146	538.964	476.129	546.921
Investimentos disponíveis para venda	15	75.133	69.023	61.753	47.979
Empréstimos e adiantamentos a bancos	18	40.898	46.792	51.175	52.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	18	425.729	431.934	474.723	517.780
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	21	17.956	153.665	174.284	161.436
Pagamentos antecipados, receitas acrescidas e outros ativos		4.357	4.560	12.019	10.384
Investimentos em entidades associadas e parcerias	38	570	427	174	174
Investimentos em subsidiárias		-	-	14.718	22.073
Propriedade, planta e equipamento	22	5.754	7.166	1.906	1.937
Fundo de comércio e ativos intangíveis	23	7.915	7.846	4.564	4.333
Ativos por impostos correntes	10	252	374	119	166
Ativos por impostos diferidos	10	3.012	3.010	1,95	1.104
	36	2.303	1.803	2.276	1.708
Total ativos		1.490.747	1.563.402	1.515.163	1.602.603
Passivos					
Depósitos de bancos		77.010	91.116	83.740	108.816
Itens em fase de cobrança devidos por outros bancos		1.573	969	1.231	966
Contas de clientes		385.796	366.045	481.126	454.522
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares	21	217.342	207.292	187.148	193.453
Passivo de carteiras de negociação	12	44.794	45.887	30.105	28.632
Passivos financeiros designados pelo valor justo	16	78.280	87.997	91.376	101.069
Instrumentos financeiros derivados	14	462.468	527.798	466.321	535.837
Equiparados relativos a títulos de dívida em circulação		119.581	129.736	85.173	83.939
Passivos subordinados	30	24.422	24.870	22.941	26.764
Acréscimos, rendimentos diferidos e outras dívidas passivas	25	12.232	12.580	14.996	15.471
Provisões	26	2.766	1.529	2.405	939
Passivo de imposto corrente	10	617	1.397	304	979
Passivos por impostos diferidos	10	719	695	446	348
Passivos de pensão de reforma	36	253	321	146	109
Total dos passivos		1.427.853	1.498.232	1.467.458	1.551.844
Capital próprio dos acionistas					
Capital próprio dos acionistas excluindo interesses não controladores		60.038	62.078	47.705	50.759
Interesses não controladores	33	2.856	3.092	-	-
Total do Capital próprio dos acionistas		62.894	65.170	47.705	50.759
Total de passivos e títulos dos acionistas		1.490.747	1.563.402	1.515.163	1.602.603

As demonstrações financeiras em páginas 131-136 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 05 de março de 2013 e assinado em seu nome por:

Sir David Walker
Presidente do Grupo

Antony Jenkins
Diretor Executivo

Chris Lucas
Diretor do Grupo Financeiro

27,0bl de £

Como permitido pela secção 408(3) da Lei das Empresas de 2006, não foi apresentada um mapa de rendimento da Casa-mãe. Incluído no capital dos acionistas excluindo juros não controlados para 'O Banco' é uma perda após impostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 de 2.720 m de £ (2011: lucro de 1.994m de £).

Mapa financeiro consolidado

Mapas de alterações no capital próprio

O Grupo	Chamado Capital Social e prêmios de emissão ^a	Disponível para venda de reserva ^b	Reserva de cobertura de fluxo de caixa ^b	Reserva de conversão cambial ^b	Equidade de outros acionistas	Lucros acumulados	Total	Juros	Total capital próprio
	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £
Saldo no dia 1 de janeiro de 2012	14.494	(130)	1.442	1.348	648	44.276	62.078	3.092	65.170
(Perda)/lucro após impostos	-	-	-	-	-	(723)	(723)	339	(384)
Movimentos de conversão cambial	-	-	-	(1.319)	-	-	(1.319)	(259)	(1.578)
Investimentos disponíveis para venda	-	656	-	-	-	-	656	44	700
Cobertura do fluxo de fundos	-	-	657	-	-	-	657	5	662
Outros	-	-	-	-	1	93	94	1	95
Total de rendimento compreensivo para este ano	-	656	657	(1.319)	1	(630)	(635)	130	(505)
Emissão de ações no âmbito dos regimes de participação dos colaboradores	-	-	-	-	-	717	717	-	717
Carência de ações do Barclays PLC em esquemas de pagamento baseado em ações	-	-	-	-	-	(946)	(946)	-	(946)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(696)	(696)	(229)	(925)
Dividendos de ações preferenciais e outros capitais próprios de acionistas	-	-	-	-	-	(465)	(465)	-	(465)
Outras variações de reserva	-	-	-	-	(4)	(11)	(15)	(137)	(152)
Saldo no dia 31 de dezembro de 2012	14.494	526	2.099	29	645	42.245	60.038	2.856	62.894
Saldo no dia 1 de janeiro de 2011	14.494	(1.348)	152	2.357	2.069	41.450	59.174	3.467	62.641
Lucros após impostos	-	-	-	-	-	3.616	3.616	430	4.046
Movimentos de conversão cambial	-	-	-	(1.009)	-	-	(1.009)	(598)	(1.607)
Investimentos disponíveis para venda	-	1.218	-	-	-	-	1.218	(6)	1.212
Cobertura do fluxo de fundos	-	-	1.290	-	-	-	1.290	(27)	1.263
Outros	-	-	-	-	18	(92)	(74)	-	(74)
Total de rendimento compreensivo para este ano	-	1.218	1.290	(1.009)	18	3.524	5.041	(201)	4.840
Emissão de ações no âmbito dos regimes de participação dos colaboradores	-	-	-	-	-	838	838	-	838
Carência de ações do Barclays PLC em esquemas de pagamento baseado em ações	-	-	-	-	-	(499)	(499)	-	(499)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(643)	(643)	(188)	(831)
Dividendos de ações preferenciais e outros capitais próprios de acionistas	-	-	-	-	-	(539)	(539)	-	(539)
Instrumentos de Resgate de Reserva de Capital	-	-	-	-	(1.415)	-	(1.415)	-	(1.415)
Outras variações de reserva	-	-	-	-	(24)	145	121	14	135
Saldo no dia 31 de dezembro de 2011	14.494	(130)	1.442	1.348	648	44.276	62.078	3.092	65.170

Notas

a para mais detalhes ver a Nota 31.

b para mais detalhes ver a Nota 32.

O Grupo

	Chamado								Total
	Capital Social e prêmios de emissão ^a	Disponível para venda de reserva ^b	Reserva de cobertura de fluxo de caixa ^b	Reserva de conversão cambial ^b	Equidade de outros acionistas	Lucros acumulados	Total	Juros	Total capital próprio
	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £
Saldo no dia 1 de janeiro de 2012		14.494	(464)	1.366	(158)	712	34.809		50.759
Perdas depois de impostos		-	-	-	-	-	(2.720)		(2.720)
Movimentos de conversão cambial		-	-	-	(381)	-	-		(381)
Investimentos disponíveis para venda		-	938	-	-	-	-		938
Cobertura do fluxo de fundos		-	-	642	-	-	-		642
Outros		-	-	-	-	-	4		4
Total de rendimento compreensivo para o ano		-	938	642	(381)	-	(2.716)		(1.517)
Emissão de ações sob partilha com colaboradores em ações		-	-	-	-	-	76		76
Investimento de ações Barclays PLC ao abrigo de esquemas de pagamento com base		-	-	-	-	-	(130)		(130)
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	(697)		(697)
Dividendos de ações preferenciais e outros capitais próprios de Património líquido dos acionistas		-	-	-	-	-	(465)		(465)
Outras variações de reserva		-	-	-	-	(2)	(319)		(321)
Saldo no dia 31 de dezembro de 2012		14.494	474	2.008	(539)	710	30.558		47.705
Saldo no dia 1 de janeiro de 2011		14.494	(265)	39	126	2.133	33.518		50.045
Lucros após impostos		-	-	-	-	-	1.994		1.994
Movimentos de conversão cambial		-	-	-	(284)	-	-		(284)
Investimentos disponíveis para venda		-	(199)	-	-	-	-		(199)
Cobertura do fluxo de fundos		-	-	1.327	-	-	-		1.327
Outros		-	-	-	-	18	10		28
Total de rendimento compreensivo para o ano		-	(199)	1.327	(284)	18	2.004		2.866
Emissão de ações sob partilha com colaboradores em ações		-	-	-	-	-	169		169
Investimento de ações Barclays PLC ao abrigo de esquemas de pagamento com base		-	-	-	-	-	(56)		(56)
Injeção de capital de Barclays PLC		-	-	-	-	-	-		-
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	(643)		(643)
Dividendos de ações preferenciais e outros capitais próprios de Património líquido dos acionistas		-	-	-	-	-	(539)		(539)
Instrumentos de Resgate de Reserva de Capital		-	-	-	-	(1.415)	-		(1.415)
Outras variações de reserva		-	-	-	-	(24)	356		332
Saldo no dia 31 de dezembro de 2011		14.494	(464)	1.366	(158)	712	34.809		50.759

Notas

a para mais detalhes ver a Nota 31.

b para mais detalhes ver a Nota 32.

Mapa financeiro consolidado

Mapa de fluxo de caixa consolidado

Ano findo em 31 de dezembro	O Grupo		O Banco	
	2012	2011	2012	2011
	£m	£m	£m	£m
Operações contínuas				
Reconciliação do lucro líquido com fluxo de caixa líquido das atividades:				
Lucro/(perda) antes de impostos	99	5.974	(3.776)	2.738
Ajustes para artigos não monetários:				
Dedução por imparidade	3.596	5.602	4.405	4.397
Depreciação, amortização e perda de ativos fixos tangíveis e intangíveis	1.119	1.104	513	467
Outras provisões, incluindo pensões	3.057	1.787	2.998	1.252
Lucro líquido pela alienação de investimentos e ativos fixos tangíveis	(524)	(1.645)	(558)	(1.320)
Outros movimentos não monetários	5.018	432	3.881	2.838
Alterações em Ativos e Passivos Operacionais				
Redução/(aumento) líquido em empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes	1.167	(13.182)	42.571	(3.992)
(aumento)/redução em acordos de recompra reversa e outros empréstimos semelhantes	(23.291)	52.176	(12.848)	65.947
(Redução)/aumento líquido nos depósitos e títulos de dívida em emissão	(4.518)	6.711	2.762	(10.342)
(aumento)/redução em acordos de recompra reversa e outros empréstimos semelhantes	10.050	(18.266)	(6.305)	(20.754)
Redução/(aumento) líquido em instrumentos financeiros derivados	4.488	3.618	1.276	3.818
Redução líquida em ativos de exploração	6.893	21.423	10.244	9.906
Aumento/decréscimo líquido em passivos detidos para negociação	(973)	(26.899)	1.473	(15.720)
Decréscimo líquido em investimentos financeiros	(18.838)	(4.255)	(47.387)	(11.344)
Aumento/decréscimo líquido em outros ativos	555	122	(1.077)	3.764
Aumento/decréscimo líquido em outros passivos	(1.396)	(4.148)	(2.298)	(5.166)
Imposto pago sobre o rendimento	(1.516)	(1.686)	(130)	(239)
Numerário líquido proveniente de atividades de exploração	(15.014)	28.868	(4.256)	26.250
Compra de investimentos para venda disponíveis	(80.796)	(67.525)	(78.360)	(66.546)
Produto da cessão ou resgate de investimentos disponíveis para venda	74.148	66.941	64.632	68.111
Compra de propriedade, fábrica ou equipamento	(604)	(1.454)	(377)	(519)
Outros movimentos de caixa associados a atividades de investimento	532	126	4.819	(1.521)
Numerário líquido proveniente de atividades de investimento	(6.720)	(1.912)	(9.286)	(475)
Dividendos pagos	(1.390)	(1.370)	(1.162)	(1.182)
	2.258	880	1.894	880
Restituição de empréstimos contraídos e reembolso de títulos de dívida.	(2.680)	(4.003)	(4.996)	(2.656)
Emissão líquida de ações e outros instrumentos de capital próprio	-	(1.257)	-	(1.257)
	(111)	-	-	-
Numerário líquido proveniente de atividades financeiras	(1.923)	(5.750)	(4.264)	(4.215)
Efeito da taxa de câmbio na caixa e nos equivalentes	(4.109)	(2.933)	(3.102)	(1.997)
Aumento líquido na caixa e nos equivalentes	(27.766)	18.273	(20.908)	19.563
Caixa e equivalentes no início do ano	149.673	131.400	128.572	109.009
Caixa e equivalentes no fim do ano	121.907	149.673	107.664	128.572
O numerário e os ativos de elevada liquidez são compostos por:				
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	86.175	106.894	81.996	103.087
Empréstimos e adiantamentos a bancos com maturidade original de menos de três meses	33.500	40.481	25.304	24.963
Tesouraria e outras contas elegíveis com maturidade original com menos de três meses,	2.228	2.209	360	433
Ativos de carteira de negociação com maturidade original de menos de três meses	4	89	4	89
	121.907	149.673	107.664	128.572

Juros recebidos pelo Grupo em 2012 foi de 24,390m de £ (2011: 28,673m de £) e juros pagos pelo Grupo em 2012 foi de 16,701m de £ (2011: 20,106m de £).

É necessário que o Grupo mantenha saldos com bancos centrais e outras entidades reguladoras e isso representa o valor de £5.169m de £ no dia 31 de dezembro de 2012 (2011: 4.364m de £). Para efeitos de elaboração do mapa de fluxo de caixa, o numerário abrange dinheiro na mão e depósitos à ordem, e equivalentes de caixa abrangem investimentos de alta liquidez que são convertíveis em numerário com um risco insignificante de mudanças de valor com vencimentos originais de três meses ou inferior. Acordos de recompra e recompra revertida não são considerados como parte dos equivalentes de caixa.

Notas às demonstrações financeiras

Regras contabilísticas significativas

Regras contabilísticas

Esta secção descreve as políticas contabilísticas significativas do Barclays e as estimativas contabilísticas críticas associadas às demonstrações financeiras e às notas como um todo. Se uma política contabilística ou uma estimativa contabilística crítica está associada a uma nota específica, a política contabilística aplicável e/ou estimativa contabilística crítica está incluída dentro da nota relevante.

1 Políticas contabilísticas significativas

1. Entidade de relatório

Estes mapas da situação financeira foram preparadas para o Grupo Barclays Bank PLC ao abrigo da Secção 399 da Lei das Empresas 2006. O Grupo é o maior prestador de serviços financeiros mundial que se ocupa dos serviços comerciais e de revenda da banca, de cartões de crédito, investimento bancário, e serviços de gestão de enriquecimento e gestão de investimento. Além disso, foram preparados mapas da situação financeira individuais para a sociedade gestora de participações sociais, o Barclays Bank PLC (o Banco). Barclays Bank PLC é uma sociedade anónima, incorporada e domiciliada na Inglaterra e o País de Gales, com sede legal em Inglaterra e é a empresa subsidiária do Grupo.

2. Conformidade com a Norma Internacional de Relato Financeiro

Os mapas da situação financeira consolidados do Grupo Barclays Bank PLC, e os mapas da situação financeira individuais do Barclays Bank PLC, foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) e as interpretações publicadas pelo Comité de Interpretação das Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRIC), tal como publicado pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). Estão ainda em conformidade com as interpretações da IFRS e IFRIC, tal como adoptado pela União Europeia. As regras contabilísticas principais aplicadas na preparação dos mapas da situação financeira consolidados e individuais estão definidas em baixo. Estas regras foram aplicadas consistentemente.

3. Base da preparação

Os mapas da situação financeira consolidados e individuais foram preparados de acordo com a convenção modificada do histórico dos custos de modo a incluir a avaliação justa da propriedade de investimento e instrumentos de investimento particular, na medida necessária ou permitida, ao abrigo das normas IFRS e tal como definido nas regras contabilísticas relevantes. São apresentadas em milhões de libras esterlinas (m de £), a moeda do país em que o Barclays Bank PLC está incorporado. São apresentadas em milhões de libras esterlinas (m de £), a moeda do país em que o Barclays Bank PLC está incorporado.

4. Regras contabilísticas

No Barclays, os relatórios financeiros são elaborados de acordo com as IFRS. As políticas contabilísticas significativas do Grupo relacionadas com elementos específicos das demonstrações financeiras, estão inseridos nas respectivas notas, juntamente com uma descrição das estimativas contabilísticas e pareceres que foram fundamentais na sua preparação. As regras contabilísticas que impactam nas demonstrações financeiras em geral estão inseridas em baixo.

(i) Consolidação

O Barclays aplica a IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 Consolidação - Entidades para Fins Especiais (EFE).

As demonstrações financeiras consolidadas agregam as demonstrações financeiras do Barclays Bank PLC e todas as suas subsidiárias. As subsidiárias são entidades sobre as quais tem controle das políticas financeiras e operacionais por meio da sua detenção de ações com direito a voto e as EFE, e que são consolidadas quando a relação entre o grupo e a entidade se consubstancia em controle. A avaliação do controle de entidades para fins especiais inclui uma avaliação da exposição do Grupo aos riscos e benefícios da entidade.

A consolidação das EFES é considerada um início, com base nas operações em vigor e na exposição da avaliação de risco nesse momento. A análise da consolidação inicial é revista mais tarde se:

- O Grupo adquirir interesses adicionais na entidade;
- As disposições contratuais da entidade forem corrigidas de tal forma que a exposição relativa aos riscos e benefícios se alterem; ou
- Se o Grupo adquirir controle sob as decisões financeiras e de funcionamento principais da entidade.

Há várias entidades nas quais o Grupo detém menos de metade do direito de voto que são consolidadas quando a substância das relações entre o Grupo e a entidade indica que a entidade é controlada pelo Grupo. Estas entidades são consideradas ser controladas pelo Grupo quando as relações com estas entidades apresentam benefícios que em substância não diferem dos que poderiam ser apresentados se a entidade fosse uma subsidiária.

As transações e balanços intra-grupo são eliminados na consolidação e são utilizadas as regras de contabilidade consistentes em todo o Grupo para fins de consolidação.

Alterações nos interesses dos proprietários de filiais são tidas como transações de capital próprio, caso incorram após o controle ter sido obtido e se não resultarem na perda de controle.

Os detalhes das principais filiais são apresentados na Nota 37.

Notas às demonstrações financeiras

Regras contabilísticas significativas

1 Políticas contabilísticas significativas, continuação

(ii) Conversão em moeda estrangeira

O Grupo aplica a IAS 21 Efeitos das Alterações de Taxas de Câmbio de Moedas Estrangeiras. As transações e os saldos em moeda estrangeira são convertidas para Libras à taxa vigente na data da transação. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para Libras à taxa de conversão à data do fim do período. Os ganhos e perdas cambiais de tais balanços são colocados no mapa dos resultados.

As atividades do Grupo no estrangeiro (incluindo subsidiárias, empreendimentos comuns, associados e filiais) principalmente sediadas fora do Reino Unido poderão ter uma moeda funcional diferente. A moeda funcional de uma operação é a moeda da principal da economia à qual o Grupo está exposto.

Antes da consolidação (ou contabilização de capital próprio), os ativos e os passivos das operações da Libra Não Esterlina são traduzidas à taxa do fim de dia e os itens dos rendimentos, despesas e outros rendimentos integrais são traduzidos em Libra Esterlina à taxa da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da tradução das operações externas estão incluídas na conversão de moedas estrangeiras dentro das ações. Estas são transferidas para a demonstração dos resultados quando o Grupo perde o controlo, o controlo conjunto ou influência significativa sobre a operação externa ou sobre transferência parcial da operação.

(iii) Ativos e passivos financeiros

O Grupo aplica os *Instrumentos Financeiros IAS 39: Reconhecimento e Mensuração* (IAS 39) para o reconhecimento, classificação e medição e não reconhecimento de ativos e passivos financeiros para a perda de ativos financeiros e para a contabilidade de cobertura.

Reconhecimento

O Grupo reconhece ativos e passivos financeiros quando se tornam uma parte dos termos do contrato e que é a data de negociação ou a data de vencimento.

Classificação e Medição

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo justo valor e podem ser detidos a justo valor ou a custo amortizado dependendo da intenção do Grupo relativamente aos ativos e à natureza dos ativos e dos passivos, especialmente determinados pelos seus termos contratuais.

A política de contabilidade para cada tipo de ativo ou passivo financeiro está incluída na nota relevante para o item. As políticas do Grupo para determinação dos valores justos dos ativos e dos passivos estão definidas na Nota 17.

Não reconhecimento

O Grupo não reconhece um ativo financeiro, ou parte de um ativo financeiro da sua folha de balanços quando os direitos contratuais desse ativo já caducaram ou foram transferidos, normalmente por venda e com ele substancialmente todos os riscos e recompensas do ativo juntamente com a capacidade incondicional de vender ou empenhar o ativo.

Os passivos financeiros não são reconhecidos quando liquidados, caducados ou extintos. A troca de um passivo financeiro existente por um novo passivo com o mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes - geralmente uma diferença de 10% no valor atual dos fluxos de caixa - é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

As transações nas quais o Grupo transfere ações e passivos, partes de ativos e passivos ou riscos financeiros a si associados podem ser complexas e não é óbvio que substancialmente todos os riscos e recompensas foram transferidos. Por vezes é necessário realizar uma análise quantitativa. Essa análise irá comparar a exposição do Grupo à variabilidade dos fluxos de fundos do ativo antes da transferência com a respectiva exposição retida depois da transferência.

Uma análise do fluxo de caixa desta natureza pode necessitar de fundamentação. Em particular, é necessário fazer uma estimativa dos fluxos de caixa futuros esperados assim como a potencial variabilidade em torno desta expectativa. O método de cálculo dos fluxos de caixa futuros esperados depende da natureza do ativo, com dados de mercado e implícitos no mercado utilizados na maior medida do possível. A potencial variabilidade em torno desta expectativa é tipicamente determinada pelos parâmetros de esforço subjacentes para criar cenários positivos e negativos alternativos razoáveis. As probabilidades são depois atribuídas a cada cenário. Os parâmetros de esforço podem incluir taxas de incumprimento ou taxas de pré-pagamento.

(iv) Instrumentos de dívida e capital próprio emitidos

O Grupo aplica os *Instrumentos Financeiros da IAS 32: Apresentação* para determinar se o financiamento é um passivo financeiro (dívida) ou património.

Os instrumentos financeiros emitidos ou os seus componentes são classificados como passivos quando as disposições contratuais resultam numa obrigação atual por parte do Grupo de entregar numerário ou outro ativo financeiro ou um número variável de capital próprio ao detentor do instrumento. Se não for este o caso, o instrumento é geralmente um instrumento de capital próprio e as receitas incluídas no capital, juros de custos de transação. Os dividendos e outros reembolsos aos detentores do capital são reconhecidos quando pagos ou declarados pelos membros na assembleia geral anual e tratados como uma dedução do capital próprio. Quando os instrumentos financeiros emitidos contêm tanto componentes passivos como de capital próprio, esses são contabilizados separadamente. O justo valor da dívida é calculado primeiro e o balanço das receitas é incluído no capital próprio.

1 Políticas contabilísticas significativas, continuação

5. Desenvolvimentos de contabilidade futuros

A 31 de dezembro de 2011, o IASB emitiu as normas seguintes de contabilidade. Estas entram em vigor a 1 de Janeiro de 2013, sujeitas a apoio da UE, excepto nas situações indicadas:

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, Declarações Financeiras Consolidada e Separada Consolidação - Entidades de Finalidades Especiais. Isto introduz critérios novos para determinar se as entidades nas quais o Grupo tem interesses devem ser consolidadas. A implementação das normas IFRS 10 irão resultar na consolidação de algumas entidades pelo Grupo que anteriormente não foram consolidadas e de algumas entidades que nunca foram anteriormente consolidadas. O impacto financeiro no Grupo em 31 de dezembro de 2012 se as normas 10 tivessem sido adoptadas nessa data teriam diminuído os ativos para 144m de £, aumentado os passivos para 333m de £ e diminuído o capital próprio total para 477m de £. O lucro consolidado depois de impostos para o ano findo em 31 de dezembro de 2012 teria aumentado para 439m de £ (calculado pela aplicação da orientação de ajuda transitória definida em Junho de 2012 Correção às normas IFRS 10 para juros nas entidades dispostos antes de 1 de Janeiro de 2013). O impacto no rácio do capital de nível 1 teria tido uma diminuição de 12bl de £.

IFRS 11 *Acordos Conjuntos*, que substitui a IAS 31 *Interesses em Empreendimentos Comuns*. Isto especifica a contabilidade de acordos conjuntos sejam estas operações conjuntas ou empreendimentos comuns. Não se espera que causem um impacto material no Grupo;

Isto especifica as divulgações solicitadas relativamente aos juros em, e riscos resultantes de filiais, empreendimentos comuns, associadas e entidades estruturadas, consolidadas ou não. Apenas como norma de divulgação não terá qualquer impacto financeiro.

IFRS 13 {1} *Mensuração do Justo Valor*. Isto oferece uma orientação integral sobre como calcular o justo valor de ativos e passivos financeiros e não financeiros. Não se espera que causem um impacto material no Grupo;

IAS 19 *Benefícios dos Colaboradores (Revisão 2011)*. Isto exige que os ganhos e perdas atuários que surjam de esquemas de benefícios de pensões definidos sejam reconhecidos na sua totalidade. O Grupo diferiu-os anteriormente sobre a média restante das vidas de serviço dos colaboradores (abordagem "corredor"). Ver a Nota 36 para mais informações e uma estimativa dos efeitos financeiros de adopção; e

Correções à IAS 32 e IFRS 7: *Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros*. As circunstâncias nas quais a liquidez é permitida foram clarificadas e as divulgações sobre a compensação foram consideravelmente alargadas. As correções à compensação são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2014 e aquelas nas divulgações a partir de 1 de janeiro de 2013.

Em 2009 e 2010, o IASB emitiu a IFRS 9 *Instrumentos Financeiros*, que contém novos requisitos para a contabilização de ativos e passivos financeiros e irá incluir novos requisitos para a contabilidade de imparidade e cobertura, substituindo os requerimentos correspondentes na IAS 39. Irá introduzir mudanças significativas na maneira em que o Grupo contabiliza instrumentos financeiros. As principais mudanças emitidas e propostas relacionam-se com:

Ativos financeiros Os ativos financeiros irão ser detidos pelo seu justo valor ou custo amortizado, excepto para investimentos de capital próprio não detidos para negócio que podem ser detidos pelo justo valor através de capital próprio.

Passivos financeiros: Os ganhos e perdas nas mudanças de justo valor em crédito próprio que surjam de passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucro ou perda serão excluídos do mapa de resultados do exercício e ao invés serão incluídas em Outro Rendimento Integral.

Imparidade. As perdas expectáveis (em vez de perdas incorridas) serão refletidas em provisões de imparidade para ativos financeiros que não são classificados como justo valor através de ganhos ou perdas; e

Contabilidade de cobertura. A contabilidade de cobertura será mais proximamente alinhada com a gestão de risco financeiro.

A adopção não é obrigatória até aos períodos contabilísticos a ou após 1 de janeiro de 2015, sujeita a apoio da UE. A adopção anterior é possível, sujeita a apoio e finalização das normas. Nesta fase, não é possível determinar os potenciais impactos financeiros ao Grupo que advenham da adopção.

Adicionalmente, a IASB indicou que irá emitir uma nova norma sobre contabilizações de arrendamentos. Sob as propostas, os locatários necessitarão de reconhecer no balanço ativos e passivos que surjam tanto de locações de operação como financeiras. A IASB planeia também emitir novas normas sobre contratos de seguros e reconhecimento de receitas. O Grupo irá considerar os impactos financeiros destas novas normas aquando da sua finalização.

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

A preparação dos mapas da situação financeira de acordo com as IFRS requer a utilização de determinadas previsões. Requer ainda que a gestão administrativa dê a sua opinião no processo de aplicação das regras de contabilidade. As áreas-chave que envolvem um alto grau de opinião ou complexidade, ou áreas onde pressupostos são significativos aos consolidados e os mapas da situação financeira individuais são realçadas na nota relevante. As previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica são divulgados

Notas às demonstrações financeiras

Regras contabilísticas significativas

1 Políticas contabilísticas significativas, continuação

	Página		Página
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	144	Fundo de comércio e ativos intangíveis	183
Impostos sobre os rendimentos	146	Provisões	189
Investimentos disponíveis para venda	159	Obrigações de benefício de reforma	209
Instrumentos financeiros de justo valor	160		

6. Outras divulgações

Para melhorar a transferência e a facilidade de referência, concentrando informações relativas num local, e para reduzir a duplicação, determinadas divulgações exigidas nos termos da NIIF foram incluídas na secção Gestão de Riscos e Análise Financeira conforme descrito abaixo:

- relatório segmentado nas páginas 112 à 127
- crédito de risco, das páginas 23 à 29, incluindo exposições dos países selecionados;
- risco de mercado, da página 60 à 65;
- Risco de financiamento - recursos de capital, das página 66 à 70; e
- Risco de financiamento – risco de liquidez, das páginas 71 à 95.

Estes são cobertos pelo parecer da Auditoria incluído na página 129.

Notas às demonstrações financeiras

Desempenho

Desempenho

As notas incluídas nesta secção concentram a atenção nos resultados e no desempenho do Barclays. A informação acerca dos rendimentos gerados, encargos incorridos, desempenho segmentado, impostos e dividendos é incluída aqui.

2 Operações de segmentação

Apresentação do relatório segmentado

Os segmentos operacionais do Grupo estão em conformidade com os {i>Segmentos Operacionais<i>} da IFRS 8. Os segmentos operacionais são relatados de maneira consistente com o relatório interno fornecido pelo Comitê Executivo, que é responsável pela alocação de recursos e avaliação do desempenho dos segmentos em operação, foi identificado como o principal decisor. Todas as transações entre os segmentos de negócio são conduzidas numa base comercial independente, com receitas e custos intra-segmento, sendo eliminadas na Sede. O rendimento e despesas diretamente associadas com cada segmento são incluídos na determinação do desempenho do segmento de negócio.

A análise do desempenho do Grupo por segmento por negócios e rendimento por segmento geográfico são incluídos nas páginas 112 e 113.

3 Rendimento líquido dos juros

Contabilização de juros credores e juros pagos

O Grupo aplica os *Instrumentos Financeiros IAS 39: Reconhecimento e Mensuração*. Os juros credores em empréstimos e adiantamentos a custo de amortização, investimentos de dívida disponíveis para venda e juros pagos de passivos financeiros detidos como custos amortizados são calculados utilizando o método do juro real, que aloca juros e custos e taxas diretos e marginais sobre a vida esperada dos ativos e dos passivos.

O método do juro real exige que o Grupo preveja fluxos de caixa futuros, em alguns casos com base na sua experiência do comportamento dos clientes, tendo em conta todos os termos contratuais do instrumento financeiro bem como a vida estimada dos ativos e dos passivos. Devido ao número significativo de produtos e tipos (tanto ativos como passivos), não existem cálculos individuais que são material para os resultados ou posição financeira.

Veja também a Nota 23 - Ativos financeiros designados pelo valor justo e a Nota 16 - Os passivos financeiros designados pelo valor justo por políticas de contabilidade.

	2012	2011
	£m	£m
Caixa e saldos de bancos centrais	253	392
Investimentos disponíveis para venda	1.720	2.137
Empréstimos e adiantamentos a bancos	369	350
Empréstimos e adiantamentos a clientes	16.461	17.271
Outros	396	439
Juros credores	19.199	20.589
Depósitos de bancos	(257)	(366)
Contas de clientes	(2.485)	(2.531)
Equiparados relativos a títulos de dívida em circulação	(2.929)	(3.524)
Passivos subordinados	(1.632)	(1.813)
Outros	(261)	(159)
Juros pagos	(7.564)	(8.393)
Rendimento líquido dos juros	11.635	12.196

O rendimento de juros inclui 211m de £ (2011:243 m de £) adicionado a empréstimos em imparidade.

Os outros rendimentos de juros incluem principalmente rendimentos de juros relativos a acordos de recompra reversa e atividade de cobertura. Semelhantemente, as outras despesas de juros incluem principalmente despesas de juros relativas a acordos de recompra e atividade de cobertura. Incluído no rendimento de juro líquido está a ineficácia de cobertura como detalhada na Nota 14.

Rendimento líquido dos juros diminuído até 5% para 11, 635m de £. Os rendimentos provenientes de juros diminuiram cerca de 7% para 19.199m de £, impulsionados por uma diminuição do rendimento de empréstimos e adiantamentos aos clientes, que caiu de 810m de £ para 16.461m de £, e rendimentos de juros derivados de investimentos financeiros AFS, que caíram de 417m de £ para 1.720m de £. A diminuição nos rendimentos provenientes de juros de empréstimos e adiantamentos a clientes deve-se principalmente ao Investimento Bancário e à África RBB refletirem saldos de empréstimos inferiores à média. Estes movimentos foram parcialmente compensados por um aumento de 291 milhões de libras no Barclaycard, refletindo saldos de empréstimos superiores à média, devidos principalmente à aquisição do Egg. A queda nos juros de investimentos AFS reflete essencialmente balanços e rendimentos em média menores no Investimento Bancário e rendimentos mais baixos em dívida pública detidos na carteira Liquidity Risk Appetite. Os juros pagos diminuiram em 10% para 7.564m de £, impulsionados por uma redução de juros de títulos de dívida em circulação de 595m de £ para 2.929m de £ devido balanços e rendimentos em média menores, e uma redução em juros sobre passivos subordinados de 1.632m de £ devido a balanços médios baixos.

Notas às demonstrações financeiras

Desempenho

4 Rendimento líquido de honorários e comissões

Contabilização do rendimento líquido de honorários e comissões

O Grupo aplica a IAS 18{1>Receitas<1}. As taxas e as comissões cobradas por serviços prestados ou recebidas pelo Grupo são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, por exemplo na conclusão da transação subjacente.

	2012	2011
	£m	£m
Honorários, gestão de investimentos e comissões relacionadas com crédito e atividades bancárias.	9.948	9.958
Honorários de corretagem	92	87
Comissão de câmbio de moeda estrangeira	176	163
Honorários e comissões	10.216	10.208
Gastos de honorários e comissões	(1.634)	(1.586)
Rendimento líquido de honorários e comissões	8.582	8.622

O rendimento líquido de honorários e comissões manteve-se estável com um declínio de 40m de £ para 8.582m de £. Taxas mais elevadas como resultado do aumento do volume dentro do Barclayscard Business Payment e das carteiras e do crescimento em dívida dos EUA e a atividade da subscrição de capitais foram compensadas por comissões mais baixas principalmente a partir da venda hipotecária em Itália e o impacto dos movimentos adversos da moeda na África RBB.

5 Rendimento de atividade comercial

Contabilização de rendimentos de atividade comercial

De acordo com a IAS 39, as posições de exploração são mantidas num valor justo e os ganhos e perdas resultantes são incluídos no mapa dos resultados do exercício, juntamente com os juros e dividendos que surgem de custos de posição longa e curta e de custos de financiamento relacionados com as atividades de exploração.

O rendimento surge das margens conseguidas através de operadores independentes e de clientes profissionais e através de alterações no valor de mercado provocadas por movimentos de juros e taxas de câmbio, preços de capital próprio e outras variáveis de mercado.

As perdas de crédito próprio resultam da avaliação justa de passivos financeiros designados como valor justo através do lucro ou perda. Ver Nota 16 Passivos financeiros designados pelo justo valor.

	2012	2011
	£m	£m
Rendimento de atividade comercial	7.607	5.030
Juros de exploração líquidos	(4.579)	2.708
	3.028	7.738

Incluído dentro do rendimento de atividade comercial líquido estão prejuízos de 656 m de £ (2011: 16m de £ de prejuízo) designados a justo valor e ganhos de 3,850m de £ (2010: 903m de £ de prejuízo) em passivos financeiros designados pelo justo valor.

O rendimento de atividade comercial líquido baixou 61% para 3.028m de £, refletindo essencialmente uma variância de 7.287m de £ em crédito próprio (2012: carga fiscal de 4,579m de £; 2011: ganhos de 2.708m de £) como resultado de spreads de crédito melhorados sobre os títulos de dívida emitidos do Barclays. Isto foi parcialmente compensado por um aumento de 2.577m de £ no rendimento de atividade comercial subjacente, refletindo o aumento de liquidez e um volume maior de clientes através de um número de áreas de produto na FICC e um melhor desempenho em títulos e derivados de capital próprio em Capitais e Fundos de Bonificação.

6 Rendimentos de investimento líquidos

Contabilização de rendimentos de investimento líquidos

Os dividendos são reconhecidos quando é estabelecido o direito de receber pagamento. As outras políticas contabilísticas relativas ao rendimento do capital líquido estão especificadas na Nota 15: Investimentos financeiros disponíveis para venda e na Nota 13 Ativos financeiros designados pelo justo valor.

	2012	2011
	m£	m£
Ganhos líquidos da alienação de ativos disponíveis para venda	297	1.652
Rendimento de dividendos	42	139
- Ativos financeiros designados ao justo valor	206	287
Outros rendimentos de investimento	118	244
Rendimento líquido de capital	663	2.322

O rendimento do capital líquido diminuiu em 1.659m de £ para 663m de £, em grande parte impulsionado pela não recorrência de ganhos na alienação da carteira económica estrutural coberta durante 2011 e por uma redução nos dividendos após a eliminação da participação do Grupo na BlackRock, Inc., durante o primeiro semestre de 2012.

7 Crédito em encargos e imparidades de ativos disponíveis para venda

Contabilização de imparidades de ativos financeiros

Empréstimos e outros ativos detidos como custos amortizados

De acordo com a IAS 39, o Grupo avalia à data de cada balanço se existem evidências objectivas de que os ativos de empréstimos ou os investimentos financeiros (dívidas ou investimentos de capital) disponíveis para venda não serão recuperados na íntegra e, quando necessário, reconhece as perdas por imparidade no mapa de resultados do exercício.

As perdas por imparidade são incursas se existirem evidências objectivas de não aumento do capital fixo como resultado de eventos de perda que tenham ocorrido e que tiveram um impacto nos fluxos de fundos futuros estimados dos ativos. Estes eventos incluem:

- a consciencialização para as dificuldades financeiras significativas do emissor ou devedor;
- uma violação do contrato, como uma falha por incumprimento ou delito de juros ou reembolsos de capital;
- O Grupo, por razões económicas e legais relacionadas com as dificuldades financeiras do devedor concede ao devedor um desconto que de outra forma não concederia.
- Se verifica a probabilidade de o devedor entrar em falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro devido a dificuldades financeiras; e
- dados observáveis ao nível do portfólio indicadores de uma redução mensurável nos fluxos de fundos futuros estimados apesar de a redução não poder ainda ser imputada aos ativos financeiros individuais no portfólio, tais como alterações desfavoráveis no estado do pagamento do devedor no portfólio ou condições económicas nacionais ou locais que se correlacionam com incumprimentos nos ativos do portfólio.

As avaliações das imparidades para ativos significativos são conduzidas individualmente e abrangem todos os empréstimos por grosso de clientes e empréstimos de atividades a retalho maiores, tais como riscos setoriais ou do país. Para fins da avaliação, os empréstimos com características de risco semelhantes são agrupados em conjunto - geralmente com base no tipo do produto, no sector industrial, na localização geográfica, no tipo de garantia, no estado da data de pagamento excedida e outros factores relevantes para a avaliação de fluxos de caixa futuros esperados.

A avaliação da imparidade inclui o cálculo de fluxos de caixa futuros esperados do ativo ou dos ativos do Grupo que são depois atualizados utilizando a taxa de juro efetiva original calculada para o ativo. Se isto for inferior ao valor contabilístico do ativo ou do portfólio é levantada uma perda por imparidade.

Se, num período subsequente, a importância da perda por imparidade for reduzida e a redução puder ser objectivamente relacionada com um evento que ocorre depois de a imparidade ser reconhecida, a perda por imparidade reconhecida anteriormente é estornada ajustando-se a conta de subsídio. A importância do estorno é reconhecida no mapa de resultados do exercício.

Seguido da imparidade, os juros credores continuam a ser reconhecidos à taxa de juro real sobre o valor contabilístico declarado.

Os empréstimos incobráveis são amortizados em oposição ao subsídio relacionado para imparidade do empréstimo após conclusão dos processos internos do Grupo e todos os montantes recuperáveis terem sido recolhidos. As recuperações subsequentes das importâncias previamente amortizadas são creditadas no mapa de resultados do exercício.

Investimentos disponíveis para venda

Imparidade de instrumentos de dívida disponíveis para venda

Os instrumentos de dívida são avaliados para imparidade da mesma maneira como empréstimos. Se a imparidade for considerada vencida, a queda cumulativa no justo valor do instrumento que foi anteriormente reconhecida no capital próprio é removida do capital próprio e reconhecida no mapa de demonstração dos resultados. Isto poderá inverter-se caso existam evidências de que as circunstâncias do emissor melhoraram.

Imparidade de instrumentos de capital próprio disponíveis para venda

Quando tenha havido um declínio significativo ou prolongado do valor justo de um instrumento de capital próprio abaixo do seu custo de aquisição, considera-se a sua redução. A perda líquida cumulativa que foi previamente reconhecida diretamente no capital próprio é removida do capital próprio e reconhecida no mapa de resultados do exercício.

Notas às demonstrações financeiras

Desempenho

7 Crédito em encargos e imparidades de ativos disponíveis para venda

Os aumentos no justo valor dos instrumentos de capital próprio são reconhecidos diretamente em outros rendimentos integrais. As quedas posteriores no justo valor dos instrumentos de capital próprio são reconhecidas no mapa de resultados do exercício.

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

O cálculo da perda por imparidade envolve o uso de fundamentações baseadas na experiência do Grupo em gerir o risco de crédito.

Nas carteiras de pequenas empresas e retalhistas, que compreendem um grande número de pequenos ativos homogêneos com características de risco similar em que as técnicas de classificação de crédito são utilizadas no geral, as técnicas estatísticas são utilizadas para calcular abatimentos por imparidade com base numa carteira, em taxas de recuperação históricas e períodos de emergência assumidos. Estas análises estatísticas utilizam principalmente dados para averiguar até que ponto é que as contas da carteira estão em atraso e as informações históricas em eventuais perdas foram encontradas a partir dessas carteiras delinquentes. Há muitos modelos como estes a serem utilizados, cada um adaptado a um produto, um ramo de atividade empresarial ou uma categoria de cliente. O raciocínio e conhecimento são necessários na seleção dos métodos estatísticos a utilizar quando os modelos são desenvolvidos ou analisados. O abatimento por imparidade que se reflete nas demonstrações financeiras para estas carteiras é considerado ser razoável e suportável. O encargo da imparidade que se reflete nas demonstrações financeiras para estas carteiras retalhistas é de 2.075m de £ (2011: 2.477m de £) e valores para 58% (2011: 65%) do encargo da imparidade total sobre empréstimos e adiantamentos.

Para ativos individualmente significativos, os abatimentos por imparidade são calculados individualmente e todas as considerações relevantes que se sustentem em fluxos de caixa futuros esperados são tidas em conta, por exemplo, as prospecções empresariais para o cliente, o valor realizável colateral, a posição relativa do Grupo em relação a outros requerentes, a fiabilidade das informações do cliente e o custo e a duração prováveis do sistema de resolução de problemas. O nível do abatimento por imparidade é a diferença entre o valor dos fluxos de caixa futuros esperados (descontados na taxa de juros real original do empréstimo), e o seu valor contabilístico. Os raciocínios subjetivos são feitos no cálculo de fluxos de caixa futuros. Além disso, os raciocínios mudam com o tempo à medida que novas informações são disponibilizadas ou que as estratégias de resolução de problema evoluem, resultando em revisões frequentes do abatimento por imparidade à medida que são tomadas decisões individuais. As alterações nestas estimativas poderiam resultar em alterações nos abatimentos e ter um impacto direto no encargo da imparidade. O encargo da imparidade que se reflete nas demonstrações financeiras em relação a todas as carteiras de venda é de 1.484m de £ (2011: £1.313m de £) e valores para 42% (2011: 35%) do encargo da imparidade total sobre empréstimos e adiantamentos. São indicadas mais informações sobre abatimentos por imparidade e informações relativas a crédito na secção de gestão de risco de crédito na página 38.

	2012	2011
	m£	m£
Abatimentos por imparidade novos ou aumentados	4.703	4.962
Transferências	(928)	(931)
Recuperações	(212)	(265)
Encargos com imparidades em empréstimos e adiantamentos	3.563	3.766
Encargos respeitantes a provisões por facilidades e garantias contratuais não utilizadas	(4)	24
Imparidade de empréstimos	3.559	3.790
Imparidades em ativos disponíveis para venda	40	60
Transferências de imparidades em acordos de reversão da recompra	(3)	(48)
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	3.596	3.802
Imparidade de investimentos em BlackRock, Inc.		1.800

A imparidade de empréstimo caiu 6% para 3.559m de £, refletindo encargos mais baixos de imparidade na UKRBB, no Barclaycard e na Banca Comercial, parcialmente compensada por taxas mais elevadas na Europa e África do Sul e por uma carga mais elevada na Banca de Investimento. O aumento da Banca de Investimento estava essencialmente relacionado com posições ABS CDO Super Sénior e perdas num pequeno número de exposições de nome único. O ano anterior incluiu uma saída não recorrente de 223m de £.

8 Administração e despesas gerais

	2012	2011
	m£	m£
Propriedade e equipamento	1.655	1.763
Contratação externa e serviços profissionais	2.179	1.864
Locações operacionais	622	659
Marketing, publicidade e patrocínio	572	585
	727	740
Deslocação e alojamento	323	328
Administração e despesas gerais	543	400
Imparidade de imóveis, instalações e equipamento e ativos incorpóreos	17	12
Administração e despesas gerais	6.638	6.351

As despesas gerais e de administração aumentaram 287m de £ para 6.638m de £, essencialmente devidas a uma penalidade de 290m de £ relativos à vasta investigação da indústria sobre o estabelecimento das taxas bancárias oferecidas. Um aumento nas despesas relativas ao

~~Sistema de Indemnização de Serviços Financeiros foi compensado através de uma redução na base de custos subjacente, refletindo o impacto da iniciativa de redução de custos em todo o Grupo.~~

Remuneração de auditores

A remuneração de auditores está incluída nos custos de contratação externa e serviços profissionais em despesas gerais e de Administração e compreende:

	Auditoria	Auditoria Relacionada	Serviços Tributação	Outros Serviços	Total
	m £	m £	m £	m £	m £
2012					
Auditoria das contas anuais do Grupo	10	-	-	-	10
Outros serviços:					
Honorários a pagar aos associados da empresa de acordo com a legislação ^a	25	-	-	-	25
Outros serviços prestados de acordo com a legislação b	-	4	-	-	4
Outros serviços relativos à tributação					
- serviços em conformidade	-	-	2	-	2
- serviços de aconselhamento c	-	-	-	-	-
Outros	-	2	-	1	3
Total de remuneração a auditores	35	6	2	1	44
2011					
Auditoria das contas anuais do Grupo	13	-	-	-	13
Outros serviços:					
Honorários a pagar aos associados da empresa de acordo com a legislação ^a	26	-	-	-	26
Outros serviços prestados de acordo com a legislação b	-	3	-	-	3
Outros serviços relativos à tributação					
- serviços em conformidade	-	-	5	-	5
- serviços de aconselhamento c	-	-	1	-	1
Serviços relativos a operações de corporate finance celebrado ou proposta a ser celebrado em por ou em nome da Companhia ou de qualquer de seus associados ^d	-	-	-	2	2
Outros	-	3	-	1	4
Total de remuneração a auditores	39	6	6	3	54

Os números demonstrados nas tabelas anteriores são relativos a honorários pagos à auditora PricewaterhouseCoopers LLP e aos seus associados por operações de negócios continuadas. Os honorários pagos a outros auditores não associados à PricewaterhouseCoopers LLP com respeito à auditoria das filiais da empresa perfizeram 7m de £ (2011: 6m de £)

Notas

a Compreendem taxas relativas à revisão legal de filiais e regimes de pensões associadas, tanto dentro como fora da Grã-Bretanha e taxas relativas ao trabalho realizado pelos associados da PricewaterhouseCoopers LLP em relação às demonstrações financeiras consolidadas da empresa. As taxas relativas à auditoria dos regimes de pensões associadas foram de 0,2m de £ (2011: 0,2m de £).

b Compreendem serviços relativos a arquivamentos legais e regulamentares. Estes incluem serviços de auditoria para a revisão de informação financeira provisória ao abrigo das normas regulamentadoras da autoridade regulamentadora do Reino Unido.

c Incluem consultadoria em assuntos fiscais, aconselhamento fiscal relativo a transações e outro tipo de planeamento e aconselhamento fiscal.

d Compreendem diligência devida relativa a transações e outro tipo de trabalho ligado a tais transações.

Notas às demonstrações financeiras

Desempenho

9 Lucro na alienação de subsidiárias, empresas associadas e comuns

Durante o ano, os lucros sobre a alienação de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos foram de 28m de £ (2011: perda de 94m de £), principalmente relacionados com a alienação da participação de 51% do Grupo na Iveco Finance em Maio de 2012. O ganho da Iveco na alienação de 21m de £ refere-se a ganhos cambiais a prazo que foram anteriormente reconhecidos diretamente no capital próprio e foram reciclados pela demonstração dos resultados na Sede e em Outras Operações.

10 Imposto

Contabilização de impostos sobre os rendimentos

O Barclays aplica a IAS 12 Impostos sobre os rendimentos para contabilização de impostos sobre os rendimentos. O imposto sobre o rendimento a pagamento ou lucros passíveis de pagar imposto ("Imposto atual") é reconhecido como uma despesa no período em que os lucros surgem. As retenções na fonte também são tratadas como impostos sobre rendimento. Os impostos sobre rendimento recuperáveis em prejuízos fiscais são reconhecidos como um ativo de imposto atual apenas na medida em que é tido como recuperável através de compensação relativamente aos lucros taxáveis resultantes no período atual ou no período anterior. A taxa corrente é medida utilizando as taxas e a legislação do imposto que foram decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço.

Os impostos diferidos são fornecidos na totalidade, utilizando o método do passivo, com diferenças temporárias que surgem das diferenças entre as bases do ativo e do passivo do imposto e respectivas quantias de transporte nos mapas consolidados da situação financeira. O imposto sobre o rendimento diferido é determinado usando as taxas e legislação do imposto decretada ou substancialmente decretada à data de balanço que são expectáveis a ser aplicadas quando o ativo de imposto diferido é realizado ou o passivo por imposto diferido for liquidado. Os ativos e passivos do imposto diferido são apenas compensatórios quando existe tanto um direito legal de compensação e uma intenção de os liquidar numa base líquida.

	2012	2011
	£m	£m
Carga fiscal corrente		
Ano corrente	565	2.690
Ajuste para anos anteriores	207	(61)
	772	2.629
Ano corrente	(202)	(631)
Ajuste para anos anteriores	(87)	(70)
	(289)	(701)
Carga fiscal	483	1.928

O imposto relativo a cada componente de outros rendimentos integrais pode ser encontrado no mapa consolidado do rendimento integral, que inclui em Outros, uma carga fiscal de 95m de £ (2011: 74m de £ em crédito), essencialmente relativo a pagamentos com base em ações.

A tabela abaixo mostra a reconciliação entre a carga fiscal atual e a carga fiscal que iria resultar da aplicação da taxa normal de imposto sobre as sociedades no Reino Unido aos lucros do Grupo antes de impostos.

	2012	2011
	m £	m £
Lucro antes de impostos de operações contínuas	99	5.974
Carga fiscal à taxa normal de imposto sobre as sociedades no Reino Unido de 24,5% (2011: 26,5%)	24	1.583
Efeito de lucros ou perdas pelas alíquotas vigentes locais diferentes da taxa de imposto Reino Unido fora do Reino	402	190
Impostos não-creditáveis	563	567
Ganhos e rendimentos não tributáveis	(604)	(519)
Impacto dos movimentos dos preços das ações em pagamentos com base em ações	(63)	147
Ativos por impostos diferidos /(anteriormente não reconhecidos)	(135)	(816)
Alteração nas taxas de imposto	(75)	17
Encargos com imparidades, perdas em alienações e impostos bancários do Reino Unidos não deduzíveis	84	770
Outros itens incluindo despesas não dedutíveis	167	120
Ajustes relativos a anos anteriores	120	(131)
Carga fiscal	483	1.928
Taxa de imposto efetiva	488%	32%

10 Imposto (continuação)

Ativos e passivos financeiros correntes

Os movimentos dos ativos e passivos correntes foram os seguintes:

	O Grupo		O Banco	
	2012	2011	2012	2011
	m £	m £	m £	m £
Ativos	374	196	166	161
Passivos	(1.397)	(646)	(979)	(126)
A 1 de janeiro	(1.023)	(450)	(813)	35
Demonstração dos resultados	(772)	(2.629)	798	(696)
Investimentos de capital	(172)	104	(290)	120
Imposto pago sobre o rendimento	1.516	1.686	130	(239)
Outros movimentos	86	266	(10)	(33)
	(365)	(1.023)	(185)	(813)
Ativos	252	374	119	166
Passivos	(617)	(1.397)	(304)	(979)
A 31 de dezembro	(365)	1.023	(185)	(813)

Outros movimentos incluem montantes por impostos atuais relativos a aquisições, alienações e câmbios.

Passivos e ativos por impostos diferidos

Os valores de impostos diferidos no balanço foram as seguintes:

	O Grupo		O Banco	
	2012	2011	2012	2011
	m £	m £	m £	m £
Grupo fiscal Barclays Group US Inc. (BGUS)	1.113	1.039	-	-
Sucursal do Barclays Bank PLC nos E.U. (Sucursal dos E.U.)	924	704	949	704
Grupo Fiscal Espanhol	602	696	232	311
Outros	373	571	114	89
Ativos por impostos diferidos	3.012	3.010	1.95	1.104
Passivo por imposto diferido	(719)	(695)	(446)	(348)
Impostos diferidos líquidos	2.293	2.315	849	756

Ativos por impostos diferidos nos E.U. no BGUS e na Sucursal dos E.U.

O ativo por impostos diferidos no BGUS e na Sucursal dos E.U.A inclui montantes relativos a perdas fiscais 135 milhões de £ (2011: 329 milhões de £) e 834 milhões de £ (2011: 603 milhões de £) respectivamente, que subiram principalmente em 2007. De acordo com as regras de taxação dos Estados Unidos, as perdas fiscais podem ser prolongadas e compensadas com lucros por um período de 20 anos e, conseqüentemente, quaisquer perdas fiscais não utilizadas podem começar a expirar em 2028. Os restantes balanços relacionam-se principalmente com diferenças temporárias que não são limitadas pelo tempo. Os ativos por impostos diferidos para a Sucursal dos E.U.A. foram avaliados utilizando uma taxa marginal, permanecendo o excesso da taxa de imposto dos E.U.A. (uma combinação de impostos Federais, Municipais ou Estatais) sobre a taxa legal do Reino Unido.

O BGUS voltou à rentabilidade em 2012, principalmente conduzida pelo Barclays Capital Inc., o seu Corretor da Bolsa Americano, com perdas fiscais previstas de ser totalmente utilizadas em 2013. Uma redução de 20% no lucro previsto não iria prolongar o período de recuperação. Os pressupostos utilizados na previsão dos lucros não incluem quaisquer estratégias de planeamento de impostos marginais.

As perdas fiscais são projetadas para serem utilizadas até 2018, com base nas previsões dos lucros que abrangem o período de 2013 a 2015, sem um crescimento dos lucros assumido após 2015. Uma redução de 20% no lucro previsto iria prolongar o período de recuperação por dois anos para 2020. Os pressupostos utilizados na previsão dos lucros não incluem quaisquer estratégias de planeamento de impostos marginais.

Ativos por impostos diferidos em Espanha

Os ativos por impostos diferidos em Espanha incluem 322m de £ (2011: 417m de £) relativos a perdas fiscais incorridas em 2010 e 2012. De acordo com as regras de taxação espanholas, as perdas fiscais podem ser prolongadas e compensadas com lucros por um período de 18 anos. Os restantes balanços relacionam-se principalmente com diferenças temporárias que não são limitadas pelo tempo. O ativo diminuiu para 602m de £ (2011: 696m de £) refletindo uma taxa de imposto antecipado menor.

Notas às demonstrações financeiras

Desempenho

10 Imposto (continuação)

Espera-se que as perdas de 2010 a 2012 sejam totalmente utilizadas até 2023. Prevêem-se perdas adicionais para 2013, parcialmente relacionadas com custos de reestruturação. A recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos foi determinada utilizando previsões de lucro empresarial cobrindo o período de 2013 a 2016, com uma taxa de crescimento anual subsequente de 2% p.a. Uma redução de 20% nos lucros previstos para 2016 e cada ano subsequente iria estender o período de recuperação das perdas fiscais em dois anos até 2025. Uma redução nos lucros acima disto pode resultar numa imparidade parcial do ativo por imposto diferido dependendo da duração do estorno de diferenças temporárias dedutíveis. Os pressupostos previstos não incluem quaisquer estratégias de planeamento de impostos marginais.

Outros ativos por imposto diferido

Os ativos por impostos diferidos de 373m de £ (2011: 571m de £) em outras entidades incluem 55m de £ (2011: 144m de £) relativos a perdas fiscais prolongadas. As entidades que sofreram perdas no ano corrente ou no anterior têm um ativo por impostos diferidos total de 135m de £ (2011: 189m de £) relativos a perdas fiscais prolongadas e a diferenças temporais. O reconhecimento baseia-se na previsão dos lucros que indicam que é provável que as entidades competentes terão lucro tributável contra o qual as diferenças temporárias podem ser utilizadas. Não existem ativos por imposto diferidos líquidos no Reino Unido.

A tabela abaixo mostra os movimentos nos passivos e ativos por impostos diferidos durante o ano. Os montantes diferem dos divulgados na folha de balanço conforme apresentados antes dos balanços de ativos e passivos de compensação onde existe o direito legal de compensação e a intenção de os liquidar numa base líquida.

O Grupo

	Diferenças temporárias de imobilizado	Imobilizado disponível para venda	Cobertura de fluxo de caixa	Benefícios de reformas	Provisão para perdas de empréstimos	Outras provisões reportadas	Perdas fiscais	Pagamentos baseado em ações	Outros	Total
	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £
Ativos	254	186	-	85	431	261	1.493	356	1.435	4.501
Passivos	(404)	(65)	(489)	(132)	-	-	-	-	(1.096)	(2.186)
A 1 de janeiro de 2012	(150)	121	(489)	(47)	431	261	1.493	356	339	2.315
Demonstração dos resultados	60	(49)	(30)	(185)	86	(134)	130	171	240	289
Investimentos de capital	-	(67)	(146)	3	-	-	-	(12)	(6)	(228)
Outros movimentos	23	(11)	4	(15)	(60)	(22)	13	(19)	4	(83)
	(67)	(6)	(661)	(244)	457	105	1.636	496	577	2.293
Ativos	158	61	53	134	457	105	1.636	496	1.408	4.508
Passivos	(225)	(67)	(714)	(378)	-	-	-	-	(831)	(2.215)
Em 31 de dezembro de 2012	(67)	(6)	(661)	(244)	457	105	1.636	496	577	2.293
Ativos	134	76	-	118	345	162	1.558	372	668	3.433
Passivos	(558)	(43)	(109)	-	-	-	-	-	(720)	(1.430)
A 1 de janeiro de 2011	(424)	33	(109)	118	345	162	1.558	372	(52)	2.003
Demonstração dos resultados	267	10	-	(180)	91	110	(54)	37	420	701
Investimentos de capital	-	73	(393)	-	-	-	-	(82)	3	(399)
Outros movimentos	7	5	13	15	(5)	(11)	(11)	29	(32)	10
	(150)	121	(489)	(47)	431	261	1.493	356	339	2.315
Ativos	254	186	-	85	431	261	1.493	356	1.435	4.501
Passivos	(404)	(65)	(489)	(132)	-	-	-	-	(1.096)	(2.186)
Em 31 de dezembro de 2011	(150)	121	(489)	(47)	431	261	1.493	356	339	2.315

10 Imposto (continuação)

O Banco										
	Diferenças temporárias de imobilizado	Imobilizado disponível para venda	Cobertura de fluxo de caixa	Benefícios de reformas	Provisão para perdas de empréstimos	Outras provisões	Percas fiscais reportadas	Pagamentos baseado em ações	Outros	Total
	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £
Ativos	77	-	-	-	270	49	1.057	47	158	1.658
Passivos	-	(6)	(458)	(114)	-	-	-	-	(324)	(902)
A 1 de janeiro de 2012	77	(6)	(458)	(114)	270	49	1.057	47	(166)	756
Demonstração dos resultados	(41)	(27)	-	(195)	(32)	(27)	287	25	268	258
Investimentos de capital	-	12	(132)	-	-	-	-	14	(4)	(110)
Outros movimentos	(11)	4	-	(11)	(22)	-	11	(5)	(21)	(55)
	25	(17)	(590)	(320)	216	22	1.355	81	77	849
Ativos	89	11	54	57	216	22	1.355	81	329	2.214
Passivos	(64)	(28)	(644)	(377)	-	-	-	-	(252)	(1.365)
Em 31 de dezembro de 2012	25	(17)	(590)	(320)	216	22	1.355	81	77	849
Ativos	-	1	-	54	138	-	983	24	215	1.415
Passivos	(44)	-	(64)	-	-	(47)	-	-	(35)	(190)
A 1 de janeiro de 2011	(44)	1	(64)	54	138	(47)	983	24	180	1.225
Demonstração dos resultados	117	-	-	(184)	147	97	(73)	3	(159)	(52)
Investimentos de capital	-	(6)	(394)	-	-	-	-	(10)	8	(402)
Outros movimentos	4	(1)	-	16	(15)	(1)	147	30	(195)	(15)
	77	(6)	(458)	(114)	270	49	1.057	47	(166)	756
Ativos	77	-	-	-	270	49	1.057	47	158	1.658
Passivos	-	(6)	(458)	(114)	-	-	-	-	(324)	(902)
Em 31 de dezembro de 2011	77	(6)	(458)	(114)	270	49	1.057	47	(166)	756

Outros movimentos incluem valores por impostos diferidos relativos a aquisições, alienações e câmbios.

O montante do passivo por impostos diferidos que deverá ser liquidado após mais de 12 meses é de 1.714m de £ (2011: 1.044m de £) para o Grupo e para o Banco é de 922m de £ (2011: 958m de £). O montante do passivo por impostos diferidos que deverá ser liquidado após mais de 12 meses é de 2.990m de £ (2011: 2.050m de £) para o Grupo e para o Banco é de 1.323m de £ (2011: 1.172m de £). Estes montantes são antes balanços de ativos e passivos de compensação onde existe o direito legal de compensação e uma intenção de os liquidar numa base líquida.

Impostos diferidos não reconhecidos

Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos pelo Grupo relativamente a diferenças temporárias dedutíveis brutas de 28m de £ (2011: 1.163m de £), e perdas fiscais brutas de 7.295m de £ (2011: 2.299m de £), o que inclui perdas de capital de 3.358m de £ (2011: 2.034m de £) e créditos fiscais não utilizados de 155m de £ (2011: zero £). As perdas fiscais de 3m de £ (2011: 97m de £) expiram dentro de 5 anos, de 83m de £ (2011: 101m de £) expiram dentro de 6 a 10 anos, 5m de £ (2011: 5m de £) expiram dentro de 11 a 20 anos e 7.204m de £ (2011: 2.096m de £) podem prolongar-se indefinidamente. Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos a respeito destes itens porque não é provável que os ganhos e as perdas taxáveis futuros sejam avaliados através de benefícios que podem ser utilizados pelo Grupo.

Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos pelo Grupo relativamente a diferenças temporárias dedutíveis brutas de zero £ (2011: 1,125m de £) e perdas fiscais brutas de 2.757m de £ (2011: 260m de £), o que inclui perdas de capital de 2.733m de £ (2011: 190m de £) e créditos fiscais não utilizados de 150m de £ (2011: zero £). As perdas fiscais de zero £ (2011: 24m de £) expiram dentro de 5 anos, zero £ (2011: 20m de £) expiram dentro de 6 a 10 anos, zero £ (2011: zero £) expiram dentro de 11 a 20 anos e 2.757m de £ (2011: 216m de £) podem prolongar-se indefinidamente. As perdas não reconhecidas que expiram dentro de 11 a 20 anos diminuíram através de um aumento no reconhecimento dos ativos por impostos diferidos na Sucursal dos E.U. como consequência da melhoria do desempenho financeiro. Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos a respeito destes itens porque não é provável que os ganhos e as perdas taxáveis futuros sejam avaliados através de benefícios que podem ser utilizados pelo Grupo.

O imposto diferido não é reconhecido relativamente aos investimentos do Grupo em subsidiárias e filiais onde o pagamento não é contemplado e para os associados e empreendimentos conjuntos onde se tenha determinado que não irá surgir uma taxa adicional. O montante agregado das diferenças temporárias para os quais os passivos por impostos diferidos não foram reconhecidos é de 836m de £ (2011: 703m de £).

Notas às demonstrações financeiras

Desempenho

10 Imposto (continuação)

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

O Grupo está sujeito a impostos sobre os rendimentos em várias jurisdições e os cálculos da carga fiscal do Grupo e as provisões mundiais para impostos sobre rendimentos envolvem necessariamente um nível de estimativa e fundamentação. Há muitas transações e cálculos para os quais o tratamento fiscal recente é incerto e não pode ser determinado até ter sido alcançada uma resolução com a autoridade fiscal relevante. O Grupo reconhece passivos de questões antecipadas de auditoria de impostos com base em estimativas se impostos adicionais serão devidos após se ter em conta o aconselhamento externo contabilístico sempre que apropriado. Quando os resultados de impostos finais destas questões forem diferentes dos montantes que foram inicialmente registados, essas diferenças terão impacto nos ativos e passivos atuais e diferidos dos impostos sobre rendimentos no período dentro do qual essa determinação é feita. Estes riscos são geridos de acordo com a Estrutura de Riscos Principais Fiscais do Grupo.

Os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos com base em previsões de lucro empresarial. Os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos com base em previsões de lucro empresarial. São disponibilizadas mais informações sobre os ativos por imposto diferido na secção ativos e passivos por impostos diferidos desta nota.

11 Dividendos

Os dividendos ordinários foram pagos para permitir ao Barclays PLC financiar os dividendos aos seus acionistas.

Os dividendos por ação ordinária relativos aos dividendos de 2012 foram 15p (2011: p 15), incluindo os dividendos finais pagos no ano anterior durante os resultados do ano em dividendos por ação ordinária de 30p (2011: 27p). As demonstrações financeiras de 2012 incluem os dividendos intercalares de 2012 de 352m de £ (2011: 355m de £ e os dividendos finais declarados relativos a 2011 de 344m de £ (2011: 288m de £).

Os dividendos pagos pelas ações preferenciais a 4,75% 100€ totalizaram 399,40 £ por ação (2011: 408,27£). Os dividendos pagos pelas ações preferenciais a 4,875% 100€ totalizaram 394,33£ por ação (2011: 412,64£). Os dividendos pagos pelas ações preferenciais a 6,0% 100£ totalizaram 600,00£ por ação (2011: 600,00£). Os dividendos pagos pelas ações preferenciais a 6,278% 100US\$ totalizaram 396,43£ por ação (2011: 394,48£). Os dividendos pagos pelas ações preferenciais a 6,625% 0,25US\$ totalizaram 1,05£ por ação (2011: 1.04£). Os dividendos pagos pelas ações preferenciais a 7,1% 0,25US\$ totalizaram 1,12£ por ação (2011:£1.11£). Os dividendos pagos pelas ações preferenciais a 7,75% 0,25US\$ totalizaram 1,22£ por ação (2011: 1.22£). Os dividendos pagos pelas ações preferenciais a 8,125% 0,25US\$ totalizaram 1,28£ por ação (2011:£1,28£).

Os dividendos pagos pelas ações preferenciais totalizaram 465m de £ (2011: 467m de £). Os dividendos pagos pelos instrumentos de capital próprio totalizaram 4m de £ (2011: 72m de £).

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

As notas incluídas nesta secção centram-se nos ativos e passivos detidos pelo Grupo e reconhecidos pelo justo valor. O justo valor refere-se ao valor que seria recebido para vender um ativo ou o valor que teria de ser pago para transferir um passivo numa transação em pé de igualdade, com uma contraparte disposta, que pode ser um preço de mercado observável, ou quando não existe um preço cotado para o instrumento, pode ser estimado com base em dados de mercado disponíveis. Os detalhes relativos à abordagem do Grupo na gestão do risco de mercado podem ser encontrados das páginas 60 a 65.

12 Carteira de negócios

Contabilização de ativos e passivos de carteiras de negócios

De acordo com a IAS 39, todos os ativos e passivos detidos para fins de exploração são mantidos num justo valor e os ganhos e perdas nas alterações do justo valor são colocados no mapa dos resultados do exercício no rendimento de atividade comercial (Nota 5).

	O Grupo		O Banco	
	2012 m £	2011 m £	2012 m £	2011 m £
Títulos de dívida e outras contas admissíveis	114.759	123.364	64.827	77.279
Títulos de capital próprio	24.751	24.861	4.503	3.944
Produtos de Base	2.404	1.374	2.393	1.361
Produtos Base	3.116	2.584	2.996	2.464
Ativos da carteira de negociação	145.030	152.183	74.719	85.048
Títulos de dívida e outras contas admissíveis	(36.742)	(35.063)	(26.968)	(23.347)
Títulos de capital próprio	(7.979)	(10.741)	(3.067)	(5.205)
Produtos Base	(73)	(83)	(70)	(80)
Passivo de carteiras de negociação	(44.794)	(45.887)	(30.105)	(28.632)

13 Ativos financeiros designados pelo justo valor

Contabilização de ativos financeiros designados pelo justo valor

De acordo com a IAS 39, os passivos financeiros podem ser designados pelo justo valor, com os ganhos e perdas colocados nos juros de demonstração líquidos na demonstração dos resultados (Nota 5) e nos rendimentos de capital líquido (Nota 6). O Grupo pode fazer isto quando a detenção de instrumentos pelo justo valor reduz uma disparidade contabilística (causada por um passivo ou ativo de compensação mantido pelo justo valor), é gerido pelo Grupo na base do seu justo valor ou inclui termos que apresentam características derivativas substanciais (Nota 14, Instrumentos financeiros derivados).

	O Grupo		O Banco	
	2012 m £	2011 m £	2012 m £	2011 m £
Empréstimos e adiantamentos	21.996	21.960	21.065	21.899
Títulos de dívida	6.118	2.095	56.500	19.198
Títulos de capital próprio	8.957	4.018	45	36
Acordos de revenda	6.034	5.779	3.602	2.492
Ativos do cliente detidos nos termos de contratos de investimento	1.263	1.302	-	-
Outros ativos financeiros	1.693	1.795	1.025	927
Ativos financeiros designados no justo valor	46.061	36.949	82.237	44.552

O total da carteira de passivos para os clientes nos termos de contratos de investimento incluem também 231m de £ (2011: 379m de £) em caixa e em balanço bancário incluídos em caixa e saldos de bancos centrais. O valor contabilístico do total dos ativos da carteira equivale ao valor contabilístico dos passivos para os clientes nos termos de contratos de investimento, conforme apresenta a Nota 16. Qualquer mudança no valor dos ativos resulta numa mudança equivalente mas oposta no valor dos montantes devidos aos segurados. Assim, o Grupo não está exposto aos riscos financeiros inerentes aos investimentos.

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

13 Ativos financeiros designados pelo justo valor continuação

Risco de crédito de empréstimos e adiantamentos detidos pelo justo valor e relacionados a derivados de crédito.

A tabela seguinte mostra a exposição máxima ao risco de crédito, as alterações no justo valor devidas ao risco de crédito e as alterações cumulativas no justo valor desde o reconhecimento inicial, juntamente com o valor pelo qual os derivados de crédito atenuaram este risco:

	O Grupo						O Banco					
	Máximo exposição, em 31 de dezembro		Alterações no justo valor durante o exercício findo em		Variações acumuladas no valor justo de Início		Máximo exposição, em 31 de dezembro		Alterações no justo valor durante o exercício findo em		Variações acumuladas no valor justo de Início	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Empréstimos e adiantamentos designados pelo valor justo, atribuível ao risco de crédito	21.996	21.960	178	(75)	(4.892)	(5.070)	21.065	21.899	175	(94)	(3.317)	(3.492)
Valor justo												
Derivados de crédito	1.342	1.198	(6)	138	395	401	1.342	1.198	(6)	138	378	384

14 Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são contratos cujo valor deriva de um ou mais instrumentos ou índices financeiros subjacentes definidos no contrato. Estes incluem swaps, acordos de taxas futuras, operações a prazo, opções e combinações destes instrumentos e afectam essencialmente o rendimento líquido dos juros, o rendimento líquido de honorários e comissões e os ativos e passivos do Grupo. Os montantes nominais dos contratos não são registados na folha de balanço. Os objectivos e políticas do Grupo acerca da gestão de riscos que decorrem conjuntamente com os derivados, incluindo as políticas de coberturas, estão discutidos na secção Gestão do Risco nas páginas 11 a 105. Os derivados de atividades comerciais são geridos dentro das políticas de gestão de risco de mercado do Grupo, que estão descritas das páginas 60 a 65.

A exposição do Grupo ao risco de crédito resultante de contratos derivados bem como a participação do Grupo em derivados de negociáveis e mercados de comum acordo estão definidos na secção Gestão do Risco na página 39.

Contabilização de derivados

O Grupo aplica a IAS 39. Todos os instrumentos derivados são detidos pelo justo valor através do ganho ou perda, à exceção dos derivados detidos para fins de gestão do risco numa relação de cobertura efetiva (ver contabilidade de cobertura abaixo). Isto inclui os termos incluídos em contrato ou em outro ativo ou passivo financeiro (o original) que, sendo um contrato autónomo, estaria em conformidade com a definição de um derivado. Estes são separados do original e contabilizados da mesma forma como um derivado.

Contabilidade de cobertura

O Grupo aplica a contabilidade de cobertura para representar, ao máximo possível permitido nos termos das normas de contabilidade, os efeitos económicos das estratégias de gestão de risco de moedas e juros. Os derivados são utilizados como cobertura a exposições da taxa de juro, taxa de câmbio, mercadorias, e capital próprio e a exposições a determinados índices, como os índices de preço nacionais e os índices dos preços de retalho relacionados com as posições não exploratórias. Quando os derivados são mantidos para fins de gestão de risco, e quando as transações vão ao encontro dos critérios necessários, o Grupo aplica a contabilidade de cobertura do valor justo, a contabilidade de cobertura do fluxo de fundos ou a cobertura de um investimento líquido numa operação cambial, conforme apropriado para os riscos que estão a ser cobertos.

Contabilidade da cobertura do valor justo

As alterações no justo valor dos derivados que são qualificados e designados como cobertura do valor justo são registados no mapa de resultados do exercício, juntamente com as alterações no justo valor do ativo ou passivo coberto atribuível ao risco coberto. As alterações no justo valor ajustam o valor contabilístico do ativo ou do passivo coberto detidos como custos amortizados.

Se o relacionamento de cobertura deixar de estar em conformidade com os critérios de uma contabilidade de cobertura, ele é descontinuado. Para as coberturas de valor justo do risco da taxa de juros, o ajuste do valor justo ao item coberto é amortizado no mapa de resultados do exercício ao longo do período até ao vencimento do relacionamento de cobertura designado previamente utilizando método do juro real. Se o item coberto for vendido ou reembolsado, o ajuste do justo valor não amortizado é reconhecido imediatamente no mapa de resultados do exercício.

Contabilização de fluxo de fundos

Para qualificar as coberturas de fluxos de caixa, o justo valor de lucros ou perdas associados à porção efetiva de coberturas de fluxos de caixa são reconhecidos inicialmente no capital próprio dos acionistas, e reciclado no mapa de resultados do exercício em períodos em que o item coberto vai afectar o lucro ou a perda. Qualquer porção ineficaz de lucros ou perdas no instrumento coberto é reconhecido imediatamente no mapa de resultados do exercício.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando uma cobertura deixa de estar em conformidade com os critérios para contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda cumulativo existente no capital próprio nessa altura permanece no capital próprio e é reconhecido quando o item de cobertura é derradeiramente reconhecido no mapa de resultados do exercício. Quando já não se espera que ocorra uma transação prevista, o ganho ou perda cumulativo que foi reconhecido no capital próprio é imediatamente transferido para o mapa de resultados do exercício.

14 Instrumentos financeiros derivados (continuação) Coberturas

de investimentos líquidos

Os investimentos líquidos do Grupo em operações externas, incluindo itens monetários contabilizados como parte do investimento líquido, são cobertos para riscos da moeda estrangeira utilizando os derivados e empréstimos da moeda estrangeira. A cobertura de investimentos líquidos é contabilizada para coberturas de fluxo de caixa semelhantes; a porção efetiva de ganhos ou perdas no instrumento coberto é reconhecida diretamente no capital próprio e a porção ineficaz é imediatamente reconhecida no mapa de resultados do exercício. Os ganhos ou perdas cumulativos reconhecidos em outros rendimentos integrais são reconhecidos no mapa de resultados do exercício ou na alienação ou alienação parcial de uma operação estrangeira, ou outras reduções no investimento do Grupo na operação.

Tipos de derivados detidos

Derivados cambiais

A taxa principal de câmbio do Grupo relativa a contratos aplica derivados cambiais, swaps de divisas a taxa fixa e opções de câmbio. Os contratos de câmbio a prazo são acordos de compra ou venda de uma quantidade específica de moeda estrangeira, normalmente numa data futura específica a uma taxa acordada. Um swap de taxas de juro é um acordo entre duas partes para trocar juros de taxa fixa e a taxa variável através de pagamentos periódicos com base num montante notional principal e taxas de juros definidos no contrato.

As opções cambiais conferem ao comprador o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um valor fixo de uma moeda a uma taxa de câmbio específica a ou antes de uma data futura. Como compensação por assumir o risco de opção, o vendedor de uma opção geralmente recebe um prémio no início do período de exercício do direito de preferência.

Os derivados cambiais são essencialmente designados como coberturas do risco cambial de investimentos líquidos em operações estrangeiras.

Derivados de taxa de juros

A taxa principal de juros do Grupo relativa a contratos são swaps de taxas de juros, acordos de taxa futura, swaps da taxa de base, caps, floors e opções de swap. Esta categoria de produtos inclui transações que incluem combinações destas características. Um swap de taxas de juro é um acordo entre duas partes para trocar juros de taxa fixa e a taxa variável através de pagamentos periódicos com base num montante notional principal e taxas de juros definidos no contrato. Alguns contratos de crédito combinam transações de taxas de juro e swaps de divisas a taxa fixa que podem ou não incluir a troca dos valores. O swap da taxa de base é uma forma de swap de taxa de juro, no qual as partes trocam pagamentos de juros com base em taxas variáveis, onde as taxas variáveis se baseiam em diferentes índices de referência subjacentes. As duas partes acordam num acordo de taxa futura, a liquidação futura da diferença entre a tarifa contratual e o futuro de taxa de juro, aplicada um valor notional. A liquidação, que geralmente ocorre no início do período contratual, é o valor presente atualizado de pagamento que seria de outra forma feito no fim desse período.

Os derivados de taxas de juro, designados como coberturas de fluxos de caixa, cobrem essencialmente a exposição à variabilidade dos fluxos de caixa das taxas de juro de empréstimos a taxas variáveis a bancos e clientes, obrigações de taxa variável detidas e operações de financiamento e reinvestimento altamente prováveis.

Os derivados de taxa de juros designados como coberturas do justo valor cobrem essencialmente o risco da taxa de juro dos empréstimos de taxa fixa em questão, empréstimos a bancos e clientes e investimentos em obrigações de taxa fixa detidas.

Derivados de crédito

Os principais derivados de crédito do Grupo relativos a contratos incluem swaps de risco de incumprimento e swaps de retorno total. Um derivado de crédito é um acordo no qual o risco de crédito de um ativo (ativo de referência) é transferido ao vendedor da proteção. Um swap de risco de incumprimento é um contrato no qual o vendedor da proteção recebe pagamentos de prémios ou pagamentos relativos a juros a retorno de contrato para efetuar pagamentos ao comprador da proteção. Os acontecimentos de crédito normalmente incluem falência, incumprimento sobre um ativo ou ativos de referência ou reduções por uma agência de notação. Um swap de retorno total é um instrumento pelo qual o vendedor da proteção recebe o retorno total do ativo, incluindo o rendimento e as alterações do valor capital do ativo. Em contrapartida, o comprador da proteção recebe um montante previamente estabelecido.

Derivados de capital próprio

Os principais contratos do grupo relacionados com investimentos de capital são swaps e opções de derivados de ações e índices de ações (incluindo garantias, que são opções sobre ações listadas sobre um câmbio). Um swap sobre ações é um acordo entre duas partes para trocar pagamentos periódicos, com base num valor notional, em que uma das partes a pagar juros fixos ou viráveis e a outra com base no retorno atual de ações e índices de ações. As opções sobre ações conferem ao comprador o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender uma ação, cabaz de ações ou índice sobre ações a um valor ou nível específico a ou antes de uma data específica. O Grupo estabeleceu também derivados ligados a fundos, sendo swaps e opções cujos ativos subjacentes incluem fundos de investimento, fundos de cobertura, índices e carteiras de ativos múltiplos.

Derivados de matérias primas

As principais matérias-primas do Grupo relativas a contratos derivados são swaps, opções, contratos a prazo e operações a prazo. As principais matérias-primas são metais base, metais preciosos, petróleo e derivados de petróleo, energia e gás natural.

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

14 Instrumentos financeiros derivados continuação

O total da posição dos ativos e passivos derivados do Grupo tal como reportada no balanço é a seguinte:

	O Grupo			O Banco		
	Nocional Contrato montante m £	Justo Valor		Nocional Contrato montante m £	Justo Valor	
		Ativos m £	Passivos m £		Ativos m £	Passivos m £
Ano terminado em 31 de dezembro de 2012						
Total de ativos/(passivos) derivados detidos para negociação	40.192.194	465.347	(459.334)	37.956.081	472.720	(463.468)
Total de ativos/(passivos) derivados detidos para negociação	302.822	3.799	(3.134)	281.775	3.409	(2.853)
Ativos/(passivos) derivados	40.495.016	469.146	(462.468)	38.237.856	476.129	(466.321)
Ano terminado em 31 de dezembro de 2011						
Total de ativos/(passivos) derivados detidos para negociação	43.095.991	535.306	(524.440)	42.835.377	543.434	(532.017)
Total de ativos/(passivos) derivados detidos para negociação	243.534	3.658	(3.358)	237.538	3.487	(3.820)
Ativos/(passivos) derivados	43.339.525	538.964	(527.798)	43.072.915	546.921	535.837

O justo valor dos ativos derivados diminuiu em cerca de 13% para 469bl de £, refletindo o aperto dos spreads de crédito e os comércios maturados e terminados durante o período. A exposição de ativos derivados seria 435bl de £ (2011: 492bl de £) mais baixo do que relatado no IFRS caso se permitisse liquidez para os ativos e passivos com o mesmo contraparte ou para o qual mantínhamos garantias de caixa. Semelhantemente, os passivos derivados seriam 427bl de £ (2011:478bl de £) mais baixos refletindo a liquidez da contraparte e a garantia colateral obtida.

14 Instrumentos financeiros derivados continuação

Os justos valores e montantes nominais dos instrumentos derivados detidos para negociação demonstram-se na seguinte tabela:

Derivados detidos para negociação	O Grupo			O Banco		
	Nominal Contrato montante m £	Justo Valor		Nominal Contrato montante m £	Justo Valor	
		Ativos m £	Passivos m £		Ativos m £	Passivos m £
Ano terminado a 31 de dezembro de 2012						
Derivados cambiais						
Swaps de divisas a taxa fixa	2.421.109	25.670	(26.665)	2.407.452	25.559	(26.528)
Swaps de divisas a taxa fixa	1.277.523	28.007	(31.456)	1.253.007	27.786	(31.259)
Opções OTC compradas e vendidas	604.777	5.581	(5.663)	603.022	5.542	(5.648)
Derivados OTC	4.303.409	59.258	(63.784)	4.263.481	58.887	(63.435)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos venda	120.328	41	(37)	120.184	41	(37)
Derivados cambiais	4.423.737	59.299	(63.821)	4.383.665	58.928	(63.472)
Derivados de taxa de juros						
Swaps de taxa de juros	6.676.588	264.830	(249.566)	5.414.040	262.596	(247.400)
Acordos de taxa futura	3.757.855	1.521	(1.483)	3.502.403	1.241	(1.159)
Opções OTC compradas e vendidas	4.378.143	84.844	(85.517)	4.368.736	84.807	(85.430)
Derivados OTC	14.812.586	351.195	(336.566)	13.285.179	348.644	(333.989)
Derivados da taxa de juros apuradas pela administração contraparte	17.103.792	172	(58)	15.935.724	168	(52)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos venda	1.079.453	6	(1)	1.044.863	-	-
Derivados de taxa de juros	32.995.831	351.373	(336.625)	30.265.766	348.812	(334.041)
Derivados de crédito						
Swaps OTC	1.529.984	29.788	(29.198)	1,519,438	29.774	(29.190)
Derivados de crédito apuradas pela contraparte central	238.196	9	(10)	222.802	-	-
Derivados de crédito	1.768.180	29.797	(29.208)	1.742.240	29.774	(29.190)
Derivados de ações e índices de ações						
Opções OTC compradas e vendidas	87.397	6.131	(9.391)	83.335	6.071	(9.128)
Swaps e futuros sobre ações	74.098	1.762	(2.420)	62.004	1.539	(1.217)
Derivados OTC	161.495	7.893	(11.811)	145.339	7.610	(10.345)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos venda	347.965	3.092	(3.192)	92.459	(11)	(128)
Derivados de ações e índices de ações	509.460	10.985	(15.003)	237.798	7.599	(10.473)
Derivados de matérias primas						
Opções OTC compradas e vendidas	81.787	1.786	(1.987)	81.369	1.777	(1.980)
Swaps e futuros sobre mercadorias	164.771	11.441	(12.074)	164.664	11.434	(12.065)
Derivados OTC	246.558	13.227	(14.061)	246.033	13.211	(14.045)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos venda	248.428	666	(616)	248.428	664	(616)
Derivados de matérias primas	494.986	13.893	(14.677)	494.461	13.875	(14.661)
Derivados com filiais				832.151	13.732	(11.631)
Ativos/(passivos) derivados detidos para negociação	40.192.194	465.347	(459.334)	37.956.081	472,720	(463.468)
Derivados detidos para negociação						
Total de derivados apuradas pela contraparte central - mantidos para negociação	21.054.032	461.361	(455.420)	19.459.470	458.126	(451.004)
Total de derivados cambiais negociados para negociação	17.341.988	181	(68)	16.158.526	168	(52)
Derivados com empresas controladas para negociação	1.796.174	3.805	(3.846)	1.505.934	694	(781)
Derivados com empresas controladas para negociação	-	-	-	832.151	13.732	(11.631)
Ativos/(passivos) derivados detidos para negociação	40.192.194	465.347	(459.334)	37.956.081	472,720	(463.468)

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

14 Instrumentos financeiros derivados continuação

Derivados detidos para negociação	O Grupo			O Banco		
	Nocional Contrato montante	Justo Valor		Nocional Contrato montante	Justo Valor	
		Ativos	Passivos		Ativos	Passivos
	m £	m £	m £	m £	m £	m £
Ano terminado em 31 de dezembro de 2011						
Derivados cambiais						
Swaps de divisas a taxa fixa	2.346.638	29.165	(26.968)	2.312.524	28.685	(26.055)
Swaps de divisas a taxa fixa	1.158.267	27.388	(33.641)	1.128.168	26.637	(32.877)
Opções OTC compradas e vendidas	713.690	7.269	(6.669)	711.489	7.239	(6.637)
Derivados OTC	4.218.595	63.822	(67.278)	4.152.181	62.561	(65.569)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos venda	234.279	-	(2)	253.801	-	-
Derivados cambiais	4.452.874	63.822	(67.280)	4.405.982	62.561	(65.569)
Derivados de taxa de juros						
Swaps de taxa de juros	8.974.201	251.629	(240.849)	8.770.089	249.513	(238.468)
Acordos de taxa futura	4.556.842	3.249	(3.374)	4.218.994	2.372	(2.413)
Opções OTC compradas e vendidas	5.426.331	117.689	(113.214)	5.412.639	117.599	(113.071)
Derivados OTC	18.957.374	372.567	(357.437)	18.401.722	369.484	(353.952)
Derivados da taxa de juros apuradas pela administração central contraparte	15.543.970	-	-	15.543.970	166	(304)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos venda	1.040.636	3	(3)	971.590	-	-
Derivados de taxa de juros	35.541.980	372.570	(357.440)	34.917.282	369.650	(354.256)
Derivados de crédito						
Swaps OTC	1.666.786	60.481	(57.972)	1.649.880	60.433	(57.897)
Derivados de crédito apuradas pela contraparte central	219.864	2.831	(3.376)	219.073	2.825	(3.390)
Derivados de crédito	1.886.650	63.312	(61.348)	1.868.953	63.258	(61.287)
Derivados de ações e índices de ações						
Opções OTC compradas e vendidas	95.233	7.393	(10.768)	88.006	7.253	(10.219)
Swaps e futuros sobre ações	167.098	2.516	(2.696)	43.167	2.355	(1.693)
Derivados OTC	262.331	9.909	(13.464)	131.173	9.608	(11.912)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos venda	237.779	3.293	(2.616)	82.584	-	(4)
Derivados de ações e índices de ações	500.110	13.202	(16.080)	213.757	9.608	(11.916)
Derivados de matérias primas						
Opções OTC compradas e vendidas	91.573	2.810	(2.554)	84.131	2.806	(2.548)
Swaps e futuros sobre mercadorias	300.100	17.778	(17.579)	299.271	17.724	(17.491)
Derivados OTC	391.673	20.588	(20.133)	383.402	20.530	(20.039)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos venda	322.704	1.812	(2.159)	322.704	1.813	(2.158)
Derivados de matérias primas	714.377	22.400	(22.292)	706.106	22.343	(22.197)
Derivados com filiais				723.297	16.014	(16.792)
Ativos/(passivos) derivados detidos para negociação	43.095.991	535.306	(524.440)	42.835.377	543.434	(532.017)
Derivados detidos para negociação						
Total de derivados apuradas pela contraparte central para negociação	25.496.759	527.367	(516.284)	24.718.358	522.616	(509.369)
	15.763.834	2.831	(3.376)	15.763.043	2.991	(3.694)
Total de derivados cambiais negociados para negociação	1.835.398	5.108	(4.780)	1.630.679	1.813	(2.162)
Derivados com empresas controladas para negociação	-	-	-	723.297	16.014	(16.792)
Ativos/(passivos) derivados detidos para negociação	43.095.991	535.306	(524.440)	42.835.377	543.434	(532.017)

14 Instrumentos financeiros derivados continuação

Os valores justos e os valores nominais dos instrumentos derivados detidos para gestão do risco estão especificados na tabela seguinte:

Derivados detidos para a gestão de risco	O Grupo			O Banco		
	Nominal Contrato montante m £	Justo Valor		Nominal Contrato montante m £	Justo Valor	
		Ativos m d£	Passivos m £		Ativos m £	Passivos m £
Ano terminado em 31 de dezembro de 2012						
Derivados designados de coberturas de fluxos de caixa						
Swaps de taxa de juros	97.935	2.043	(1.094)	85.467	1.767	(1.090)
Swaps de divisas a taxa fixa	148	-	(3)	148	-	(3)
Derivados de taxa de juros apuradas pela contraparte central	79.039	-	-	79.039	-	-
Derivados designados de coberturas de fluxos de caixa	177.122	2.043	(1.097)	164.654	1.767	(1.093)
Derivados designados como coberturas do justo valor						
Swaps de divisas a taxa fixa						
Swaps de taxa de juros	44.031	1.576	(1.984)	35.451	1.462	(1.707)
Swaps de divisas a taxa fixa	-	-	-	-	-	-
Derivados de taxa de juros apuradas pela contraparte central	64.209	-	-	64.210	-	-
Derivados designados como coberturas do justo valor	108.240	1.576	(1.984)	99.661	1.462	(1.707)
Derivados designados como coberturas de investimentos líquidos						
Swaps de divisas a taxa fixa	17.460	180	(53)	17.460	180	(53)
Swaps de divisas a taxa fixa	-	-	-	-	-	-
Derivados designados como coberturas de investimentos	17.460	180	(53)	17.460	180	(53)
Derivados detidos para a gestão de risco	302.822	3.799	(3.134)	281.775	3.409	(2.853)
Ano terminado em 31 de dezembro de 2011						
Derivados designados de coberturas de fluxos de caixa						
Swaps de taxa de juros	120.557	2.147	(1.725)	102.640	1.901	(1.113)
Swaps de divisas a taxa fixa	328	3	(1)	328	3	(1)
Swaps negociáveis de taxa de juros	36.264	-	-	36.264	-	-
Derivados designados de coberturas de fluxos de caixa	157.149	2.150	(1.726)	139.232	1.904	(1.114)
Derivados designados como coberturas do justo valor						
Swaps de taxa de juros	38.574	1.447	(1.238)	28.092	1.387	(1.677)
Swaps de divisas a taxa fixa	-	-	-	22.115	133	(635)
Derivados de taxa de juros apuradas pela contraparte central	35.801	-	-	35.801	-	-
Derivados designados como coberturas do justo valor	74.375	1.447	(1.238)	86.008	1.520	(2.312)
Derivados designados como coberturas de investimentos líquidos						
Swaps de divisas a taxa fixa	11.391	61	(388)	12.298	63	(394)
Swaps de divisas a taxa fixa	619	-	(6)	-	-	-
Derivados designados como coberturas de investimentos	12.010	61	(394)	12.298	63	(394)
Derivados detidos para a gestão de risco	243.534	3.658	(3.358)	237.538	3.487	(3.820)

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

14 Instrumentos financeiros derivados continuação

O Grupo cobriu a seguinte previsão dos fluxos de caixa que variam principalmente com as taxas de juro. Espera-se que estes fluxos de caixa tenham impacto na declaração de rendimentos, nos seguintes períodos, excluindo quaisquer ajustes de cobertura que possam ser aplicados:

	Total m £	Até um Ano m £	Entre um a dois anos m £	Entre dois a três anos m £	Entre três a quatro anos m £	Entre quatro a cinco anos m £	Mais de cinco anos m £
2012							
O Grupo							
Previsão de fluxos de caixa a receber	2.417	345	333	353	354	350	682
Previsão de fluxos de caixa a pagar	54	31	18	4	-	1	-
O Banco							
Previsão de fluxos de caixa a receber	2.104	278	275	289	316	313	633
Previsão de fluxos de caixa a pagar	51	29	18	4	-	-	-
2011							
O Grupo							
Previsão de fluxos de caixa a receber	3.818	700	582	597	612	596	731
Previsão de fluxos de caixa a pagar	177	108	28	24	9	-	8
O Banco							
Previsão de fluxos de caixa a	3.544	573	500	555	595	591	730
Previsão de fluxos de caixa a	166	106	29	23	8	-	-

A duração máxima de tempo durante o qual o Grupo cobre a exposição à variabilidade nos futuros fluxos de caixa para operações previstas, excluindo aquelas relacionadas com o pagamento de juro variável sobre instrumentos financeiros existentes, é de 9 anos (2011: 9 anos) e para o Banco, 9 anos (de 2011: 9 anos).

Montantes reconhecidos no rendimento líquido dos juros	O Grupo m £	O Banco m £
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012		
(Perdas)/ganhos em itens cobertos atribuíveis ao risco coberto	(74)	36
Ganhos/(perdas) em instrumentos cobertos	114	(4)
Ineficácia do justo valor	40	32
Ineficácia da cobertura do fluxo de fundos	30	48
Ano terminado em 31 de dezembro de 2011		
Cobertura do justo valor:		
Perdas em itens cobertos atribuíveis ao risco coberto	(765)	(754)
Ganhos em instrumentos cobertos	683	751
Ineficácia do justo valor	(82)	(3)
Ineficácia da cobertura do fluxo de fundos	8	16
Ineficácia da cobertura de investimento líquido	(1)	(1)

Todos os ganhos ou perdas de derivados destinados à cobertura de transações previstas, que já não são expectáveis, têm sido reciclados para a declaração de rendimentos.

Ganhos e perdas transferidos da cobertura de reserva para o Grupo no ano corrente para o fluxo de caixa: a receita líquida foi um ganho de 97m de £ (2011: ganho de 86m de £); um ganho de 571m de £ de despesas de juros (2011: ganho de 732m de £); uma perda de 48m de £ de rendimento de atividade comercial (2011: perda de 157m de £) e um ganho de 1m de £ em despesas gerais e de administração (2011: ganho de 2m de £); e para o Banco, o rendimento líquido dos juros foi um ganho de 14m de £ (2011: perda de 22m de £); um ganho de 574m de £ em juros pagos (2011: ganho de 735m de £); perda de 48m de £ em rendimentos de atividade comercial líquidos (2011: perda de 57m de £); e um valor nulo em despesas gerais e de administração (2011: zero £).

15 Investimentos disponíveis para venda

Contabilização de investimentos disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são detidos a justo valor com ganhos e perdas incluídos em outros rendimentos integrais. O Grupo utiliza esta classificação para ativos que não são derivativos e não são detidos para fins comerciais ou de outra forma designados pelo justo valor através de lucros ou perdas, ou a custos amortizados. Os dividendos e os juros (calculados utilizando o método do juro real) são reconhecidos na demonstração financeira no rendimento líquido do investimento. Sobre a alienação, os ganhos e perdas cumulativos reconhecidos em outros rendimentos integrais são também incluídos nos rendimentos de capital líquidos.

	O Grupo		O Banco	
	2012	2011	2012	2011
	m £	m £	m £	m £
Títulos de dívida e outras contas admissíveis	74.677	63.610	61.554	47.805
Títulos de capital próprio	456	5.413	199	174
Investimentos disponíveis para venda	75.133	69.023	61.753	47.979

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

Aproximadamente 4,5bl de US\$ (2,8bn de £) dos ativos adquiridos como parte da aquisição em 2008 do North American business of Lehman Brothers não foram recebidos em 31 de dezembro de 2012. Aproximadamente 3,0bl de US\$ (1,9bn de £) desse montante foram reconhecidos como parte da contabilidade da aquisição e foram incluídos como disponíveis para ativos de venda no balanço. Conforme discutido na Nota 28, o direito do Barclays a estes ativos foi sujeito a procedimentos legais entre o Fiduciário da SIPA da Lehman Brothers Inc. e o Barclays. Como tal, continua a haver um raciocínio significativo envolvido na valorização deste ativo e uma incerteza relativa ao resultado dos recursos em curso. O Grupo é da opinião que a provisão efetiva de 1,5bl de US\$ (0,9bn de £) que se reflete na sua estimativa do justo valor é apropriada. A valorização deste ativo será mantida sob revisão à medida que os procedimentos legais decorrem.

16 Passivos financeiros designados pelo justo valor

Contabilização de passivos designados ao justo valor através de ganhos e perdas

De acordo com a IAS 39, os passivos financeiros podem ser designados pelo justo valor, com os ganhos e perdas colocados nos juros de demonstração líquidos na demonstração dos resultados (Nota 5) e nos rendimentos de capital líquido (Nota 6). O Grupo pode fazer isto quando a detenção de instrumentos pelo justo valor reduz uma disparidade contabilística (causada por um passivo ou ativo de compensação mantido pelo justo valor), é gerido pelo Grupo na base do seu justo valor ou inclui termos que apresentam características derivativas substanciais (Nota 14, Instrumentos financeiros derivados).

	O Grupo				O Banco			
	2012		2011		2012		2011	
	Contractual montante devido		Contractual montante devido		Contractual montante devido		Contractual montante devido	
	Justo valor	na data de vencimento						
	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £
Títulos de dívida	58.169	60.045	66.565	70.787	75.840	78.379	85.319	90.465
Depósitos	11.930	13.583	10.755	11.422	9.360	10.247	7.898	8.027
Outros passivos financeiros	6.687	6.705	8.996	9.561	6.176	6.194	7.852	8.377
Passivos para os clientes nos termos de contratos de investimento contratos	1.494	-	1.681	-	-	-	-	-
Passivos financeiros designados pelo valor justo valor	78.280	80.333	87.997	91.770	91.376	94.820	101.069	106.869

Os ganhos líquidos de crédito próprio acumulados que se verificaram nas notas emitidas são de 979 milhões de libras em 31 de dezembro de 2012 (2011:3 milhões de £).

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

17 Justo valor dos instrumentos financeiros

Contabilização de ativos e passivos financeiros

O Grupo aplica a IAS 39. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo justo valor à data inicial de reconhecimento e, dependendo da classificação do ativo, podem continuar a ser mantidos pelo justo valor seja através de ganhos ou perdas ou através de outro rendimento integral.

O justo valor de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, numa transação em pé de igualdade entre duas partes dispostas e bem informadas.

Sempre que possível, o justo valor é determinado por referência a um preço de mercado cotado para esse instrumento. Para muitos dos ativos e passivos financeiros do Grupo, especialmente os derivados, os preços cotados não estão disponíveis, e os modelos de avaliação são utilizados para calcular o justo valor. Os modelos calculam os fluxos de fundos esperados ao abrigo dos termos de cada contrato específico e, depois descontam-nos para um valor atual. Estes modelos utilizam como base parâmetros de mercado de origem independente incluindo, por exemplo, curvas de rendimento da taxa de juros, preços de ações e mercadorias, fluidez de opções e taxas de câmbio.

Para os passivos financeiros medidos no justo valor, a quantia escriturada reflete o efeito das alterações do justo valor nas margens de crédito próprio derivadas de dados de mercado observáveis, tais como spreads nas obrigações emitidas pelo Barclays ou swaps de risco de incumprimento. A maioria dos parâmetros de mercado é diretamente observável ou está implícita nos preços do instrumento. O modelo pode executar procedimentos numéricos no preço, como a interpolação, quando os valores de entrada não correspondem diretamente aos parâmetros de comercialização de mercado mais ativamente comercializados.

Sobre o reconhecimento inicial, presume-se que o preço de transação seja o justo valor, excepto se existir informação observável disponível num mercado ativo do contrário.

Para as avaliações que incluem entradas não observáveis significativas, a diferença entre a avaliação do modelo e o preço da transação inicial (Lucro do Primeiro Dia) é reconhecida nos lucros ou perdas:

- numa base de amortização linear ao longo do termo da transação, ou ao longo do período até todas as entradas do modelo se tornarem observáveis quando apropriado, ou - libertadas na sua totalidade quando as entradas anteriormente não observáveis se tornam observáveis.

Vários factores influenciam a disponibilidade das entradas observáveis e estes podem variar de produto para produto e mudar com o decorrer do tempo. Os factores incluem a profundidade da atividade no mercado relevante, o tipo de produto, se o produto é novo e não é vastamente comercializado no mercado, o desenvolvimento da modelação do mercado, a natureza da transação (feita à medida ou genérica). Na medida em que a avaliação se baseia nos modelos ou entradas que não são observáveis no mercado, a determinação dos requisitos do justo valor pode ser mais subjetiva, dependendo do significado da entrada não observável para a avaliação geral. As entradas não observáveis são determinadas com base na melhor informação disponível, por exemplo, por referência a ativos semelhantes, vencimentos semelhantes ou outras técnicas analíticas.

A sensibilidade das valorizações utilizadas nos mapas da situação financeira para alterações razoavelmente possíveis está apresentada na página 170.

17 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)
 Comparação da quantia escriturada e dos justos valores

A tabela seguinte resume o justo valor dos ativos e passivos financeiros avaliados a custo amortizado no balanço do Grupo.

O Grupo	2012		2011	
	Valor	Justo	Valor	Justo
	montante	valor	montante	valor
	m£	m£	m£	m£
Ativos financeiros				
Empréstimos e adiantamentos a bancos	40.898	40.898	46.792	46.792
Empréstimos e adiantamentos aos clientes:				
Empréstimos para habitação	174.988	164.608	171.272	163.433
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	66.414	65.357	64.492	63.482
- Crédito a empresas	184.327	17.492	196.170	191.408
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	17.956	176.895	153.665	153.365
Passivos financeiros				
Depósitos de bancos	77.010	77.023	91.116	91.137
Contas de clientes:				
- Contas correntes e à ordem	127.819	127.819	116.208	116.208
- Contas poupança	99.875	99.875	93.160	93.160
- Outros depósitos a prazo	158.102	158.097	156.677	156.700
Equiparados relativos a títulos de dívida em circulação	119.581	119.725	129.736	128.997
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares	217.342	217.342	207.292	207.292
Passivos subordinados	24.422	23.871	24.870	20.745

O Banco	2012		2011	
	Valor	Justo	Valor	Justo
	montante	valor	montante	valor
	m £	m £	m £	m £
Ativos financeiros				
Empréstimos e adiantamentos a bancos	51.175	51.175	52.287	52.287
Empréstimos e adiantamentos aos clientes:				
Empréstimos para habitação	143.684	134.441	133.516	125.665
- Cartões de crédito, não seguros e outros empréstimos pessoais	31.513	31.044	32.821	32.626
- Crédito a empresas	299.526	293.812	351.443	347.406
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	174.284	174.223	161.436	161.136
Passivos financeiros				
Depósitos de bancos	83.740	83.753	108.816	108.886
Contas de clientes:				
- Contas correntes e à ordem	97.344	97.344	82.242	82.242
- Contas poupança	88.918	88.918	82.870	82.870
- Outros depósitos a prazo	294.864	294.836	289.410	289.422
Equiparados relativos a títulos de dívida em circulação	85.173	86.019	83.939	83.271
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares	187.148	187.148	193.453	193.453
Passivos subordinados	22.941	22.285	26.764	21.288

O justo valor de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, numa transação em pé de igualdade entre duas partes dispostas e bem informadas. Uma vez que estão disponíveis uma grande variedade de técnicas de avaliação, pode não ser adequado comparar as informações de justo valor do Barclays com o mercado independente ou outras instituições financeiras. As mudanças de pressupostos e as diferentes metodologias de avaliação podem ter um impacto significativo nos justos valores que são baseados em dados não observáveis.

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

17 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

Ativos financeiros

A quantia escriturada dos ativos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado (incluindo empréstimos e adiantamentos e outros empréstimos como contratos de revenda e garantias de caixa sobre títulos concedidos por empréstimo) é determinada de acordo com a política contábilística indicada na página 160.

Empréstimos e adiantamentos aos bancos e clientes

O valor de avaliação dos empréstimos de taxa variável é considerado o seu justo valor com base na alteração frequente da taxa de juro. O justo valor dos empréstimos de rendimento fixo é determinado utilizando fluxos de caixa atualizados através da agregação de produtos idênticos ou semelhantes. Esta abordagem é utilizada principalmente na Banca de Retalho e Banca de Empresas e na Gestão de Investimentos e Riquezas, aplicando as taxas de juro de mercados derivados sobre os fluxos de caixa esperados. Estas técnicas de avaliação também consideram as perdas de crédito esperadas e as alterações ao perfil de comportamento.

Para a Banca de Investimento e Banca Empresarial, o justo valor é determinado pela aplicação de um spread de crédito à contraparte. Os spreads de crédito têm por base os segmentos regionais e industriais e têm em conta a maturidade contratual das facilidades de empréstimo. Na ausência de notação da contraparte, a média dos spreads de crédito segmentado da indústria e regional é aplicada à maturidade contratual do empréstimo.

O justo valor dos títulos garantidos por ativos e ativos de carteiras comerciais reclassificados para empréstimos e adiantamentos é determinado principalmente a partir de cotações de mercado e, onde estas não estão disponíveis, através de técnicas alternativas incluindo a referência a spreads de crédito sobre ativos semelhantes com devedores semelhante, cotações de corretores e outros dados de pesquisa.

Passivos financeiros

A quantia escriturada dos passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado (incluindo contas de cliente e outros depósitos tais como acordos de revenda e garantias de caixa sobre títulos concedidos por empréstimo, títulos de dívida em emissão, passivos subordinados) é determinada de acordo com a política contábilística indicada na página 160.

Em muitos casos, o justo valor divulgado aproxima o valor de avaliação porque os instrumentos são de natureza de curto prazo ou têm taxas de juros que são determinadas com frequência, tais como as contas de clientes e outros depósitos, e títulos de dívida de curto prazo.

O justo valor dos depósitos à vista é considerado igual ao seu valor contábilístico. O justo valor para todos os outros depósitos é calculado utilizando fluxos de caixa com redução, aplicando tanto as taxas de mercado como as taxas atuais para depósitos de maturidades restantes semelhantes.

Os justos valores de outros títulos de dívida em emissão baseiam-se nos preços cotados quando esta informação estiver disponível ou, quando esta informação não estiver disponível, são estimados utilizando um modelo valorimétrico.

Os justos valores para capital de empréstimo obsoleto e não obsoleto, convertível e não convertível, baseiam-se nas taxas de mercado cotadas para o caso em questão ou casos semelhantes com termos e condições semelhantes.

Dados de avaliação

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: A divulgação requer uma entidade para classificar os seus instrumentos financeiros a justo valor, de acordo com uma hierarquia que reflete a significância dos dados de mercado observáveis. Os três níveis de hierarquia do justo valor estão definidos abaixo.

Preços do mercado cotados - Nível 1

Os instrumentos financeiros estão classificados como Nível 1 se o seu valor é observável no mercado ativo. Estes instrumentos são avaliados em referência a preços cotados não ajustados para o ativo ou o passivo idênticos em mercados ativos em que o preço cotado está disponível imediatamente, e em que o preço representa transações de mercado que ocorrem atual e regularmente e em pé de igualdade. Um mercado ativo é aquele em que as transações ocorrem com volume e frequência suficientes para disponibilizar informações sobre preços de um modo contínuo.

Esta categoria inclui obrigações líquidas do Estado ativamente negociadas através de uma bolsa ou câmara de compensação, participações apresentadas ativamente negociadas e derivados ativamente negociados em bolsa.

Técnica de avaliação utilizando dados observáveis – Nível 2

Os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 têm sido avaliados utilizando modelos cujos dados são observáveis no mercado ativo. As avaliações com base em dados observáveis incluem instrumentos financeiros como "swaps" e "forwards" (contratos a prazo) que são avaliados utilizando técnicas de preços normais de mercado, e opções que são normalmente comercializadas em mercados onde todos os dados para os modelos de preços normais de mercado são observáveis.

Esta categoria inclui a maioria do grau de investimento e obrigações líquidas de elevado rendimento; certos títulos garantidos por ativos, títulos de agências dos EUA, obrigações do Estado, menos participações ativamente negociadas; obrigações bancárias, corporativas e municipais; alguns derivados OTC, algumas obrigações convertíveis; certificados de depósito e papéis comerciais; algumas obrigações de dívida colateral (CDOs) (dinheiro e ativos subjacentes sintéticos); obrigações de empréstimo colateral (CLOs); derivados com base em produtos de base; derivados de crédito, "swaps", de risco de incumprimento (CDSs); a maioria das uniões de fundos; alguns empréstimos; negociação de divisas estrangeiras futuras e transações de futuros e certas notas emitidas.

17 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

Técnica de avaliação utilizando dados significativos não observáveis – Nível 3

Os instrumentos financeiros são classificados como Nível 3 se a sua avaliação integrar dados significativos que não se baseiam em dados de mercado observáveis (dados não observáveis). Os dados de avaliação são considerados observáveis se poderem ser diretamente observados a partir transações num mercado ativo, ou caso haja uma evidência externa convincente que demonstre um preço de saída executável. Um input é considerado significativo caso se demonstre que contribui com mais de 10% para a avaliação de um instrumento financeiro.

Estes dados são geralmente determinados com base em dados observáveis de natureza semelhante, observações históricas a nível de dados ou de outras técnicas de análise.

Esta categoria inclui certos títulos de dívida corporativos, dívida afectada; investimentos de participações privadas; empréstimos para imobiliário comercial; certos derivados OTC (requerendo dados complexos e não observáveis, tais como correlações e volatilidades a longo prazo); certas obrigações convertíveis; certas obrigações de dívida colateral (CDOs); exposições dos derivados às seguradoras Monoline; certa união de fundos; certos títulos suportados por ativos; certas emissões de notas; certas obrigações de dívida colateral (CDOs) (dinheiro e ativos subjacentes sintéticos); certas obrigações de empréstimo colateral (CLOs) e certos empréstimos.

A tabela abaixo mostra o ativo e o passivo financeiros do Grupo que são mensuráveis a justo valor e analisados por nível dentro da hierarquia

Ativo e passivo financeiros mensuráveis a justo valor	Avaliação técnica utilizada			Total
	Cotado mercado preços (Nível 1)	Observável inputs (Nível 2)	significativo não observável inputs (Nível 3)	
	m £	m £	m £	m £
O Grupo				
A 31 dezembro 2012				
Ativos da carteira de negociação	51.614	85.930	7.486	145.030
Ativos financeiros designados no justo valor	14.405	25.705	5.951	46.061
Ativo financeiro derivado	2.864	460.139	6.143	469.146
Títulos de dívida disponíveis para venda	28.970	43.283	2.880	75.133
Total ativos	97.853	615.057	22.460	735.370
Passivo de carteiras de negociação	(20.270)	(24.522)	(2)	(44.794)
Passivos financeiros designados pelo valor justo	(181)	(75.866)	(2.233)	(78.280)
Passivo financeiro derivado	(2.668)	(454.896)	(4.904)	(462.468)
Total do passivo	(23.119)	(555.284)	(7.139)	(585.542)
A 31 dezembro 2011				
Ativos da carteira de negociação	61.530	81.449	9.204	152.183
Ativos financeiros designados no justo valor	4.179	24.091	8.679	36.949
Ativo financeiro derivado	2.550	525.147	11.267	538.964
Títulos de dívida disponíveis para venda	31.389	34.761	2.873	69.023
Total ativos	99.648	665.448	32.023	797.119
Passivo de carteiras de negociação	(26.155)	(19.726)	(6)	(45.887)
Passivos financeiros designados pelo valor justo	(39)	(84.822)	(3.136)	(87.997)
Passivo financeiro derivado	(2.263)	(516.954)	(8.581)	(527.798)
Total do passivo	(28.457)	(621.502)	(11.723)	(661.682)

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

17 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

Ativo e passivo financeiros mensuráveis a justo valor	Avaliação técnica utilizada			Total m £
	Cotado mercado preços (Nível 1) m £	Observável inputs (Nível 2) m £	significativo não observável inputs (Nível 3) m £	
O Banco				
A 31 dezembro 2012				
Ativos da carteira de negociação	19.054	49.554	6.111	74.719
Ativos financeiros designados no justo valor	41	78.600	3.596	82.237
Ativo financeiro derivado	4	469.938	6.187	476.129
Investimentos financeiros disponíveis para venda:	20.617	39.042	2.094	61.753
Total ativos	39.716	637.134	17.988	694.838
Passivo de carteiras de negociação	(12.423)	(17.680)	(2)	(30.105)
Passivos financeiros designados pelo valor justo	-	(89.770)	(1.606)	(91.376)
Passivo financeiro derivado	(11)	(461.430)	(4.880)	(466.321)
Total do passivo	(12.434)	(568.880)	(6.488)	(587.802)
A 31 dezembro 2011				
Ativos da carteira de negociação	27.998	48.796	8.254	85.048
Ativos financeiros designados no justo valor	7	39.936	4.589	44.532
Ativo financeiro derivado	1	535.572	11.346	546.919
Títulos de dívida disponíveis para venda	15.738	30.120	2.119	47.977
Total ativos	43.744	654.424	26.308	724.476
Passivo de carteiras de negociação	(13.240)	(15.386)	(6)	(28.632)
Passivos financeiros designados pelo valor justo	-	(98.632)	(2.437)	(101.069)
Passivo financeiro derivado	(8)	(527.371)	(8.458)	535.837
Total do passivo	(13.248)	(641.389)	(10.901)	(665.538)

Transferências do Nível 1 para o Nível 2 composta principalmente certos títulos do governo e de produtos de capital, como resultado de reavaliações de observabilidade regulares.

17 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

A tabela abaixo mostra o ativo e o passivo financeiros do Grupo que são mensuráveis a justo valor desagregados por avaliação técnica e tipo de produto.

Ativo e passivo financeiros mensuráveis a justo valor Tipo de produto	Ativos			Passivos		
	Avaliação técnica utilizada			Avaliação técnica utilizada		
	Cotado	Observável	significativo	Cotado	Observável	significativo
	preços de mercado (Nível 1)	inputs (Nível 2)	não observável inputs (Nível 3)	preços de mercado (Nível 1)	inputs (Nível 2)	não observável inputs (Nível 3)
O Grupo	m £	m £	m £	m £	m £	m £
A 31 dezembro 2011						
Empréstimos imobiliários comerciais	-	1	1.798	(1)	-	-
Produtos suportados pelo ativo	17	28.755	4.175	(2)	(3.654)	(539)
Outros produtos de crédito	-	25.582	1.792	-	(28.266)	(1.178)
Exposição dos derivativos às seguradoras Monoline	-	-	592	-	-	-
Instrumentos de dívida suportados pelo não ativo	66.034	94.471	3.845	(13.207)	(75.787)	(1.687)
Produtos de participações	29.805	7.448	1.242	(9.862)	(10.902)	(1.688)
Participações privadas	8	26	1.675	-	-	-
Fundos e produtos vinculados a fundos	1.124	2.625	864	(3)	(994)	-
Produtos cambiais externos	-	29.260	216	-	(30.000)	(246)
Produtos de taxas de juros	-	385.977	1.275	-	(377.965)	(1.117)
Produtos de base	693	20.720	665	(5)	(25.904)	(582)
Outros	172	20.192	4.321	(39)	(1.812)	(102)
Total	97.853	615.057	22.460	(23.119)	(555.284)	(7.139)
A 31 dezembro 2011						
Empréstimos imobiliários comerciais	-	-	2.452	-	-	-
Produtos suportados pelo ativo	30	29.995	5.752	-	(5.595)	(1.020)
Outros produtos de crédito	-	55.347	4.386	-	(57.608)	(3.765)
Exposição dos derivativos às seguradoras	-	-	1.129	-	-	-
Instrumentos de dívida suportados pelo não ativo	66.622	84.296	4.213	(15.788)	(77.966)	(2.086)
Produtos de participações	30.673	7.810	1.079	(12.589)	(11.612)	(1.531)
Participações privadas	-	39	2.827	-	-	-
Fundos e produtos vinculados a fundos	968	3.169	1.290	-	(1,017)	-
Produtos cambiais externos	-	34.658	457	-	(33.536)	(187)
Produtos de taxas de juros	-	405.635	2.433	-	(399.254)	(2.090)
Produtos de base	857	26.551	773	(4)	(33.120)	(991)
Outros	498	17.948	5.232	(76)	(1.794)	(53)
Total	99.648	665.448	32.023	(28.457)	(621.502)	(11.723)

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

17 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

Classificação de Nível 3

A tabela abaixo mostra o ativo e o passivo de Nível 3 desagregados pela classificação do balanço e pelo tipo de produto.

Ativos e passivos financeiros de Nível 3 pela classificação do balanço classificação patrimonial e tipo de produto	Ativo não derivado			Passivo não derivado		Derivativos
	Ativo de	Passivo de	Disponível para venda	Ativo de	Passivo de	Passivo derivado Net
	portfolio designados pelo comerciais	comerciais Justo valor	investimentos em venda	portfolio designados pelo de negociação	Justo valor	derivados instrumentos ^a
O Grupo	m £	m £	m £	m £	m £	m £
A 31 dezembro 2011						
Empréstimos imobiliários comerciais	-	1.798	-	-	-	-
Produtos suportados pelo ativo	2.592	335	492	-	-	217
Outros produtos de crédito	-	18	-	-	(522)	1.118
Exposição dos derivativos às seguradoras Monoline	-	57	-	-	-	535
Instrumentos de dívida suportados pelo não ativo	3.577	213	52	(2)	(1.669)	(13)
Produtos de participações	141	-	7	-	-	(594)
Participações privadas	1	1.240	434	-	-	-
Fundos e produtos vinculados a fundos	864	-	-	-	-	-
Produtos cambiais externos	5	2	3	-	(2)	(38)
Produtos de taxas de juros	-	1	-	-	(1)	158
Produtos de base	-	-	5	-	(39)	117
Outro ^b	306	2.287	1.887	-	-	(261)
Total	7.486	5.951	2.880	(2)	(2.233)	1.239
A 31 dezembro 2011						
Empréstimos imobiliários comerciais	-	2.452	-	-	-	-
Produtos suportados pelo ativo	1.239	693	252	(1)	(13)	495
Outros produtos de crédito	-	196	-	-	(1.007)	1.432
Exposição dos derivativos às seguradoras	-	-	-	-	-	1.129
Instrumentos de dívida suportados pelo não ativo	3.953	223	36	(5)	(2.081)	1
Produtos de participações	115	-	15	-	-	(582)
Participações privadas	-	2.238	589	-	-	-
Fundos e produtos vinculados a fundos	1.258	32	-	-	-	-
Produtos cambiais externos	6	-	-	-	-	264
Produtos de taxas de juros	-	3	-	-	-	340
Produtos de base	-	-	18	-	(35)	(201)
Outro ^b	566	2.842	1.963	-	-	(192)
Total	9.204	8.679	2.873	(6)	(3.136)	2.686

Nota

a Os instrumentos financeiros derivativos nas tabelas acima são representados em termos líquidos. Em uma base bruta de derivativos de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2012 totalizaram 6.143m de £ (2011: 11.267m de £) e os passivos financeiros derivativos totalizaram 4.904m de £ (2011: 8.581m de £).

b inclui principalmente os empréstimos de taxa fixa e créditos decorrentes da aquisição dos negócios norte-americanos do Lehman Brothers.

17 O valor justo de instrumentos financeiros (continuação) Análise de movimento Nível 3

A tabela abaixo sumaria os movimentos no balanço de Nível 3 durante o ano. A tabela mostra os ganhos e as perdas e inclui os montantes de todo o ativos e passivo financeiros transferidos de e para o Nível 3 durante o ano. As transferências foram reflectidas como se tivessem tido lugar no início do ano.

Análise dos movimentos em nível 3 ativos e passivos financeiros	Ativos			Passivo			Total
	Ativo de	designados	Investimentos	Carteira de	financeiro	Instrumentos	
	Carteiras	pelo justo	disponíveis	negociação	ao justo		
comerciais	valor	para venda	de dívida	valor	m £	m £	
	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £
O Grupo							
Em 1 de janeiro de 2012	9.204	8.679	2.873	(6)	(3.136)	2.686	20.300
Compras	3.443	2.972	50	(1)	(8)	434	6.890
Vendas	(4.445)	(3.837)	(226)	1	29	(138)	(8.616)
Emissões	-	-	-	-	(289)	(354)	(643)
Acordos	(744)	(915)	(57)	1	450	5	(1.260)
Total de ganhos e perdas no período reconhecido na demonstração dos resultados:							
- Rendimento de atividade comercial	248	(236)	(17)	-	81	(1.438)	(1.362)
- Outros rendimentos	(7)	3	-	-	44	(109)	(69)
Total de ganhos e perdas reconhecidos em outros rendimentos							
Rendimento	-	-	(19)	-	-	-	(19)
Transferências líquidas	(213)	(715)	276	3	596	153	100
A 31 dezembro 2011	7.486	5.951	2.880	(2)	(2.233)	1.239	15.321
O Banco							
Em 1 de janeiro de 2012	8.254	4.589	2.119	(6)	(2.437)	2.888	15.407
Compras	1.326	2.637	21	(1)	(8)	354	4.329
Vendas	(2.564)	(2.207)	(3)	1	23	(138)	(4.888)
Emissões	-	-	-	-	(197)	(354)	(551)
Acordos	(636)	(422)	(23)	1	334	(52)	
Total de ganhos e perdas no período reconhecido na demonstração dos resultados:							
- Rendimento de atividade comercial	53	(333)	(16)	2	69	(1.469)	(1.694)
- Outros rendimentos	-	(1)	(92)	-	(11)	(60)	(164)
Total de ganhos e perdas reconhecidos em outros rendimentos							
Rendimento	-	-	34	-	-	-	34
Transferências líquidas	(322)	(667)	54	1	621	138	(175)
A 31 dezembro 2012	6.111	3.596	2.094	(2)	(1.606)	1.307	11.500

Os movimentos significativos nas posições de Nível 3 durante o ano findo a 31 de dezembro de 2012 são os seguintes:

- As compras de 6,9bl de £ que compreendem principalmente 3,6bl de £ em títulos de dívida garantidos por ativos, 1,4bl de £ em empréstimos imobiliários comerciais e 1,0bl de £ em empréstimos lastreados não-ativos;
- As vendas de 8,6bl de £ compreendendo principalmente 4,7bl de £ de títulos de dívida garantidos por ativos, 1,3bl de £ de empréstimos imobiliários comerciais e 1,5bl de £ de alienações de private equity, incluindo a venda de um investimento em Archstone, uma empresa de apartamento, por 0,9bl de £;
- Compensações de 1,3bl de £, incluindo 0,3bl de £ de instrumentos de dívida garantidos por ativos e 0,7bl de £ em empréstimos imobiliários comerciais e - Perdas líquidas sobre o valor justo de Nível 3 ativos reconhecidos no resultado do exercício totalizou 1,4bl de £ (31 de dezembro de 2011: 0,3bl de £), principalmente devido a uma redução no valor justo dos derivados de crédito *monoline* e *non-monoline*.

Nota

a Os instrumentos financeiros derivados nas tabelas acima são representados em termos líquidos. Em uma base bruta de derivados de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2012 totalizaram 6.143m de £ (2011: 11.267m de £) e os passivos financeiros derivados totalizaram 4.904m de £ (2011: 8.581m de £).

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

17 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação) Ganhos e perdas nos ativos e passivos financeiros de Nível 3

Análise dos movimentos em nível 3 ativos e passivos financeiros

	Ativo de Carteiras comerciais	Ativos designados pelo justo valor	Investimentos disponíveis para venda	Carteira de negociação de dívida	Passivo financeiro ao justo valor	Instrumentos financeiro ^a	Total
	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £
O Grupo							
Em 1 de janeiro de 2011	5.741	10.904	3.290	(101)	(3.637)	2.828	19.025
Compras	6.863	1.659	74	2	-	420	9.018
Vendas	(5.390)	(2.210)	(317)	5	223	(144)	(7.833)
Emissões	-	57	-	-	(647)	(389)	(979)
Acordos	(190)	(2.157)	(39)	-	523	60	(1.803)
Total de ganhos e perdas no período reconhecido na demonstração dos resultados:	-	-	-	-	-	-	-
- Rendimento de atividade comercial	(355)	117	-	2	982	(686)	60
- Outros rendimentos	-	(12)	90	-	150	-	228
Total de ganhos e perdas reconhecidos em outros rendimentos	-	-	(26)	-	-	-	(26)
Transferências Líquidas	2.535	321	(199)	86	(730)	597	2.610
A 31 dezembro 2011	9.204	8.679	2.873	(6)	(3.136)	2.686	20.300
O Banco							
Em 1 de janeiro de 2011	5.769	6.687	2.348	(2)	(2.708)	3.281	15.375
Compras	5.297	464	2	-	-	401	6.164
Vendas	(4.573)	(428)	-	2	71	(175)	(5.103)
Emissões	-	-	-	-	(611)	(344)	(955)
Acordos	(104)	(1.065)	(28)	-	428	(67)	(836)
Total de ganhos e perdas no período reconhecido na demonstração dos resultados:	-	-	-	-	-	-	-
- Rendimento de atividade comercial	(349)	(152)	-	-	1.014	(522)	(9)
- Outros rendimentos	-	23	(3)	-	-	(29)	(9)
Total de ganhos e perdas reconhecidos em outros rendimentos	-	-	16	-	-	-	16
Transferências Líquidas	2.214	(940)	(216)	(6)	(631)	343	764
A 31 dezembro 2011	8.254	4.589	2.119	(6)	(2.437)	2.888	15.407

Nota

a Os instrumentos financeiros derivados nas tabelas acima são representados em termos líquidos. Em uma base ativos financeiros derivativos brutos em 31 de dezembro de 2011 totalizou 11.267m de £ e passivos financeiros derivativos totalizaram 8.581m de £.

17 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

A tabela abaixo divulga os ganhos e perdas reconhecidos no período resultante dos ativos e passivos financeiros de Nível 3 detidos no ano findo.

Ganhos e perdas reconhecidos durante o período no Nível 3 ativos e passivos financeiros

	Ativo de Carteiras comerciais	Ativos designados pelo justo valor	Investimentos disponíveis para venda	Carteira de negociação de dívida	Passivo financeiro ao justo valor	Instrumentos financeiro ^a	Total
	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £
O Grupo							
Total de ganhos e perdas detidos a 31 de dezembro de 2012							
Reconhecido na demonstração dos resultados:							
- Rendimento de atividade comercial	(36)	(174)	(3)	(1)	33	(1.747)	(1.928)
- Outros rendimentos	(7)	6	(11)	-	55	(61)	(18)
Total de ganhos e perdas reconhecidos em outros rendimentos							
Rendimento	-	-	67	-	-	-	67
Total	(43)	(168)	53	(1)	88	(1.808)	(1.879)
O Banco							
Total de ganhos e perdas detidos a 31 de dezembro de 2012							
Reconhecido na demonstração dos resultados:							
- Rendimento de atividade comercial	(90)	(246)	(3)	3	20	(1.617)	(1.933)
- Outros rendimentos	-	(1)	(1)	-	-	(91)	(93)
Total de ganhos e perdas reconhecidos em outros rendimentos							
Rendimento	-	-	-	-	-	-	-
Total	(90)	(247)	(4)	3	20	(1.708)	(2.026)

Ganhos e perdas reconhecidos durante o período no Nível 3 ativos e passivos financeiros

	Ativo de Carteiras comerciais	Ativos designados pelo justo valor	Investimentos disponíveis para venda	Carteira de negociação de dívida	Passivo financeiro ao justo valor	Instrumentos financeiro ^a	Total
	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £
O Grupo							
Total de ganhos e perdas detidos a 31 de dezembro de 2011							
Reconhecido na demonstração dos resultados:							
- Rendimento de atividade comercial	(44)	270	-	-	729	(324)	631
- Outros rendimentos	-	118	(54)	-	-	-	64
Total de ganhos e perdas reconhecidos em outros rendimentos							
Rendimento	-	-	135	-	-	-	135
Total	(44)	388	81	-	729	(324)	830
O Banco							
Total de ganhos e perdas detidos a 31 de dezembro de 2011							
Reconhecido na demonstração dos resultados:							
- Rendimento de atividade comercial	(69)	216	-	-	794	(206)	735
- Outros rendimentos	-	20	(32)	-	-	(31)	(43)
Total de ganhos e perdas reconhecidos em outros rendimentos							
Rendimento	-	-	3	-	-	-	3
Total	(69)	236	(29)	-	794	(237)	695

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

17 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

Técnicas de avaliação e análise de sensibilidade

As metodologias de valorização do presente ano foram consistentes com as dos anos anteriores, excepto nas situações indicadas abaixo. Estas metodologias são normalmente utilizadas pelos participantes no mercado.

Uma análise é realizada em produtos com parâmetros não observáveis significativos (Nível 3) para criar um conjunto de avaliações alternativas razoavelmente possíveis. As metodologias de sensibilidade aplicadas têm em conta a natureza das técnicas de valorização utilizadas, bem como a disponibilidade e fiabilidade das substituições observáveis e dos dados históricos. As sensibilidades são calculadas sem refletir o impacto de qualquer diversificação na carteira.

As sensibilidades são calculadas dinâmica e mensalmente. O cálculo baseia-se num intervalo, o desvio padrão ou os dados de spread de uma fonte de referência fiável ou num cenário baseado em visões alternativas de mercado. O nível de mudança ou os cenários aplicados são considerados para cada produto e variaram de acordo com a qualidade dos dados e a variabilidade do mercado subjacente. A sensibilidade para utilizar os modelos alternativos é quantificada através da análise do cenário e das abordagens das substituições. A abordagem adoptada na determinação dessas sensibilidades continuou a evoluir durante o ano, no contexto da evolução das condições de mercado.

As técnicas de avaliação utilizadas para os produtos principais que não sejam determinadas por referência a preços cotados não ajustados (Nível 1), observabilidade e análise de sensibilidade para o Nível 3 são descritas abaixo.

Empréstimos imobiliários comerciais

Descrição: Esta carteira patrimonial inclui empréstimos numa gama de tipos de imobiliário comercial, incluindo retalho, hotéis, escritórios e imóveis industriais e familiares.

Avaliação: Os empréstimos produtivos são avaliados utilizando uma abordagem com base no spread, considerando características tais como o tipo de propriedade, a localização geográfica, os rendimentos, a qualidade do crédito e as análises de desempenho da propriedade. Quando houver uma incerteza significativa a respeito dos empréstimos produtivos, a avaliação baseia-se nas garantias subjacentes, cujo valor é determinado através de informações específicas da propriedade como os relatórios de avaliação de terceiros e as licitações para as propriedades subjacentes.

Observabilidade: Uma vez que cada empréstimo imobiliário comercial é único em natureza e o mercado de empréstimo comercial secundário é relativamente ilíquido, os dados da avaliação são geralmente considerados não observáveis.

Sensibilidade de Nível 3: Para os empréstimos produtivos, a sensibilidade é determinada ao aplicar um spread ajustado de 15% para cada empréstimo (ambos para cima ou para baixo). Este spread ajustado deriva de spreads com origem no empréstimo disponibilizado pela pesquisa de mercado independente. Para empréstimos não produtivos, uma plausível avaliação no pior dos casos é determinada a partir do histórico dos relatórios ou das ofertas recebidas de terceiros.

Produtos suportados pelo ativo

Descrição: Estes são produtos de dívida e derivados que estão ligados aos fluxos de caixa de um conjunto de ativos referenciados através de titularização. Esta categoria inclui títulos garantidos por hipotecas residenciais, títulos garantidos por hipotecas comerciais, títulos garantidos por ativos, Obrigações garantidas por Empréstimos (CLO), Obrigações Garantidas por Créditos (CDO) e derivados com fluxos de caixa associados a titularizações.

Avaliação: Quando disponíveis, as avaliações baseiam-se nos preços de mercado observáveis que são originados a partir de cotações de corretores e de preços de corretores intermediários. Caso contrário, as valorizações são determinadas, utilizando modelos de fluxo de caixa normais do sector, que calculam o justo valor com base nas projeções de perdas, pré-pagamento, recuperação e taxas de redução.

Estes dados são determinados através da referência de várias fontes incluindo a delegação para transações observadas, índices de mercado ou pesquisa de mercado, e através da avaliação do desempenho colateral subjacente.

A delegação para transações observáveis, índices de mercado ou pesquisa de mercado exigem uma avaliação e comparação dos atributos subjacentes dos títulos pertinentes incluindo garantia, fracção, vintage, composição de ativos subjacentes (perdas históricas, características de quem empresta, e atributos de empréstimos como relação empréstimo para valor e concentração geográfica) e notações de crédito (original e atual).

Observabilidade: Quando um produto suportado por ativos não tem um preço de mercado observável e a avaliação é determinada utilizando um modelo, um instrumento é considerado não observável.

Sensibilidade de Nível 3: A análise de sensibilidade para os produtos suportados por ativos baseia-se na dispersão de preços do fornecedor externa ou nos intervalos de compra e venda, definidos no nível da posição. Parte do conjunto da dispersão de preços e da compra e venda observáveis é multiplicada pelo valor de mercado de posição para calcular a sensibilidade da avaliação. Quando não há nenhum dado dispersão de preços e da compra e venda observável, são utilizados os movimentos do preço sobre os índices adequados. A sensibilidade baseia-se na média do maior movimento de preço ascendente ou descendente no período anterior de 12 meses.

Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação) Outros produtos de crédito

Descrição: Estes produtos estão relacionados com o spread do crédito de uma entidade referenciada, índice ou cabaz de entidades referenciadas. Esta categoria inclui CDOs sintéticos; CDS single name e index e swaps de cabazes de n-ésimo incumprimento.

Avaliação: Os CDS são avaliados utilizando o modelo padrão de mercado que integra a curva de crédito como o seu principal dado. Os spreads de crédito são observados diretamente a partir de dados do corretor, vendedores de terceiros ou preços de referência. Quando os spreads de crédito são não observáveis, são determinados com referência a transações recentes ou spreads de obrigações, a partir de emissões observáveis do mesmo emissor, ou de outros devedores semelhantes de referência. Os CDOs sintéticos são avaliados utilizando um modelo que calcula o justo valor com base em parâmetros observáveis e não observáveis, incluindo spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juro, sendo calibrado diariamente. O modelo é calibrado para o mercado de índice de frações.

Observabilidade: Os contratos CDS que se referem a entidades que não são ativamente comercializadas são considerados não observáveis. O dado de correlação específico da avaliação do CDO é considerado não observável porque é aproximado do mercado de índice de frações observável.

Sensibilidade Nível 3: A sensibilidade das avaliações da carteira de CDS ilíquida é determinada pela aplicação de um esforço para cada ativo subjacente de referência. O esforço baseia-se na média de spreads de compra/venda observada no mercado de CDS similar.

A sensibilidade da Obrigação sintética Colateralizada Específica (CSO) é calculada utilizando níveis de correlação que derivam do conjunto dos contribuintes para um serviço específico consensual.

Exposição dos derivados às seguradoras Monoline

Descrição: Estes produtos são derivados através dos quais a proteção de crédito foi adquirida com base em instrumentos de dívida estruturados (principalmente CLOs) de seguradoras Monoline.

Avaliação: O valor do CDS deriva do valor do instrumento em numerário que o protege. O ajustamento da avaliação é depois aplicado para refletir o risco de crédito da parte contrária associado à Monoline pertinente. Este ajustamento é calculado utilizando uma avaliação de recuperação provável do título em numerário protegido, que deriva de um cenário com base no cálculo do valor de mercado do instrumento utilizando um modelo de avaliação adequado; e a probabilidade de defeito e perda dada a falha da parte contrária da Monoline, conforme estimativa da análise de crédito fundamental e independente.

Observabilidade: Devido ao risco de crédito da parte contrária associado a estas seguradoras, a exposição derivada das seguradoras Monoline da parte contrária é geralmente considerada não observável.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade é mensurada destacando os dados no ajustamento da avaliação da parte contrária incluindo as nossas exposições esperadas e a probabilidade por defeito da parte contrária do derivado das Monoline. As exposições modeladas esperadas são destacadas mudando as assunções da taxa de recuperação no ativo protegido subjacente. A probabilidade por defeito da parte contrária do derivado das Monoline é destacada mudando a curva por defeito interna.

Instrumentos de dívida suportados pelo não ativo

Descrição: Estes são títulos do tesouro, títulos de agências dos EUA, obrigações empresariais, papel comercial, certificados de depósito, obrigações convertíveis; moedas e outras obrigações suportadas por não ativos. Dentro desta população, os dados de avaliação são não observáveis para certos tipos de obrigações convertíveis e obrigações empresariais.

Avaliação: As obrigações líquidas do Estado ativamente negociadas através de uma bolsa ou câmara de compensação são assinaladas para os níveis de fecho observados nestes mercados. Menos obrigações líquidas do Estado, obrigações de agências dos Estados Unidos, obrigações empresariais, papel comercial e certificados de depósito são avaliados utilizando preços de mercado observáveis que são originados de cotações de corretores, preços de corretores intermediários ou de outros serviços de preços fiáveis. Quando os preços de mercado são não observáveis, o justo valor é determinado com referência a emissões ou a spreads de CDS do mesmo emissor como dados de referência para se obterem montantes de fluxos de caixa reduzidos. Na ausência de obrigações observáveis ou de spreads de CDS para o respectivo emitente, ativos de referência similares ou médias do sector são aplicados como referências (a adequação de referências que é avaliada com base no emitente, cupões, maturidade e indústria).

As obrigações convertíveis são avaliadas utilizando os preços observados através das corretoras de origem, serviços de informação do mercado e atividade negocial. Quando as fontes externas fiáveis não estão disponíveis, o justo valor é determinado utilizando um spread para o valor de conversão da participação, ou o valor da obrigação sem a conversão da participação adicional. O nível de spread é determinado com referência a ativos de referência similares.

As notas emitidas a justo valor do Barclays são avaliadas utilizando técnicas de fluxo de caixa com redução e modelos padrão da indústria que integram vários parâmetros de dados observáveis dependendo dos termos do instrumento. Quaisquer dados não observáveis geralmente têm um impacto insignificante na avaliação total.

Observabilidade: Quando um preço de mercado observável não está disponível, um instrumento é considerado não observável.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade para a carteira de obrigações empresariais é determinada pela aplicação de um esforço para cada posição subjacente impulsionada pela média dos spreads de compra/venda observados no mercado para obrigações similares.

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

17 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

Produtos de participações

Descrição: Esta categoria inclui participações; derivados negociados em bolsa; derivados de participações próprios OTC; ações preferenciais e contratos por diferença.

Avaliação: As avaliações dos derivados de participações OTC são determinadas utilizando modelos normais do sector. Os modelos calculam o justo valor com base em parâmetros de dados, como preços das ações, dividendos, volatilidades, taxas de juro, curvas de recompra de capitais próprios e, para produtos multi-ativos, correlações. Os dados de modelos não observáveis são determinados com referência aos instrumentos de mercado líquido e aplicando técnicas de extrapolação, para condizerem com o perfil de risco adequado.

Em geral, os parâmetros de dados são considerados observáveis até às maturidades líquidas que são determinadas separadamente, para cada parâmetro e instrumento subjacente.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade é calculada com base na dispersão dos serviços de dados consensuais, seja diretamente ou através de referências.

Participações privadas

Descrição: Esta categoria inclui investimentos de títulos de capital privados.

Avaliação: Os investimentos de participações privadas são valorizados de acordo com as 'International Private Equity and Venture Capital Valuation Guidelines'. Isto requer a utilização de várias referências de fixação de preços individuais, tais como preços de transações recentes no mesmo instrumento ou entidades similares, análises de fluxo de caixa com redução e comparação com os lucros múltiplos de empresas comparáveis listadas. As avaliações totais são efectuadas bianualmente, com a carteira a ser revista mensalmente para eventos significativos que possam ter um impacto no justo valor.

Observabilidade: Os dados não observáveis incluem estimativas de ganhos, múltiplos de empresas comparáveis, reduções comercializáveis e taxas de redução. Os dados dos modelos são baseados nas condições do mercado à data. A avaliação de instrumentos de participação sem cotação é subjetiva por natureza. Porém, as metodologias relevantes são aplicadas normalmente por outros participantes no mercado e têm sido aplicadas consistentemente.

Sensibilidade de Nível 3: Os modelos de avaliação em questão são sensíveis a várias suposições fundamentais, tais como ganhos futuros projetados, múltiplos de comparação, reduções de comerciabilidade e taxas de redução. A sensibilidade de valorização é calculada flexibilizando esses pressupostos para níveis alternativos razoáveis e determinando o impacto sobre a valorização resultante.

Fundos e produtos vinculados a fundos

Descrição: Esta categoria inclui participações em fundos de cobertura, fundos de fundos e derivados de fundos. Os derivados de fundos são derivados cujo ativo subjacente poderá ser fundos de investimento, fundos de cobertura, índices e portfólios de ativos múltiplos. São avaliados utilizando preços de fundos subjacentes, curvas de rendimento e outras informações de mercado disponíveis.

Avaliação: No geral, as participações de fundos são avaliadas com base na última avaliação disponível recebida do administrador do fundo. No caso de participações de fundos ilíquidos, a avaliação ainda terá em conta todas as informações disponíveis em relação ao fundo subjacente, ou recolha de fundos, e poderá ser ajustada relativamente ao desempenho dos índices de referência relevantes.

Observabilidade: Os fundos são considerados não observáveis quando o fundo é suspenso, em redução, tem uma restrição sobre o resgate que afecta severamente a liquidez, ou quando o último valor do ativo líquido, indicado pelos administradores do fundo, tem mais de três meses.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade é calculada com base num fundo individual utilizando uma aproximação de um cenário com base numa perda cujos factores são os ativos subjacentes do fundo específico e as taxas de recuperação assumidas.

Produtos cambiais externos

Descrição: Estes produtos são derivados associados ao mercado de negociação de divisas. Esta categoria inclui contratos futuros Forex, swaps de Forex e opções de Forex. Os derivados exóticos são avaliados utilizando padrões do sector e modelos proprietários.

Avaliação: Os parâmetros dos dados incluem taxas Forex, taxas de juros, volatilidades Forex, volatilidades de taxas de juros, correlações de taxas de juros Forex e outros conforme adequado. Os dados de modelos não observáveis são definidos com referência aos instrumentos de mercado líquido e aplicando técnicas de extrapolação, para condizerem com o perfil de risco adequado.

Observabilidade: Certas correlações e volatilidades de longo prazo são não observáveis.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade relacionada com os dados da avaliação não observáveis baseia-se na dispersão dos serviços de dados consensuais.

Produtos de taxas de juros

Descrição: Estes produtos estão associados a taxas de juros ou índices de inflação. Esta categoria inclui a taxa de juro e os swaps de inflação, swaptions, caps, floors, opções de inflação, swaps garantidos por saldo e outros derivados exóticos de taxa de juro. Os produtos de taxa de juro são valorizados, utilizando técnicas padrão de fluxos de caixa atualizados.

17 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

Avaliação: Os fluxos de caixa derivados de taxa de juro são valorizados utilizando curvas de rendimento de taxas de juro pelas quais os dados de mercado observáveis são utilizados para criar a estrutura do termo de taxas à vista. Isto é utilizado para projetar e reduzir fluxos de caixa com base em parâmetros de comercialização. Os instrumentos com opções são avaliados utilizando volatilidades criadas a partir de dados de mercado observáveis. Os derivados de taxa de juros exóticos são avaliados utilizando modelos industriais normais e específicos com base em parâmetros de mercado observável que são determinados separadamente para cada parâmetro e instrumento subjacente. Quando não observável, será definido um parâmetro utilizando um valor de referência observável. As curvas de inflação futuras e as curvas de rendimento de taxa de juros são extrapoladas para lá das tendências observáveis.

Os swaps de saldo com garantia são avaliados utilizando modelos de fluxo de caixa que calculam o justo valor com base nas perdas de projeto, pré-pagamento, recuperação e taxas de redução. Estes parâmetros são determinados com referência ao desempenho dos ativos subjacente, pesquisa independente, índices ABX, cotações de corretores, negociações observáveis em títulos semelhantes e fontes de fixação de preços de terceiros. O pré-pagamento é projetado com base no pré-pagamento histórico observável.

Observabilidade: As curvas de inflação futuras e as curvas de rendimento de taxa de juros são extrapoladas para lá das tendências observáveis.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade relacionada com os dados da avaliação não observáveis baseia-se na dispersão dos serviços de dados consensuais.

Produtos de base

Descrição: Estes produtos são negociados em bolsa e derivados OTC, com base em matérias-primas subjacentes, como metais, petróleo e derivados do petróleo, energia e gás natural.

Avaliação: Os dados de avaliação de "swaps" de produtos de base e opções são determinados utilizando modelos que incorporam fluxos de caixa de redução e outras técnicas de modelos normais do sector. Os dados de avaliação incluem curvas futuras, volatilidades implícitas de dados do mercado observáveis e correlação de tendências. Os dados não observáveis são definidos com referência a produtos observáveis similares ou aplicando técnicas de extrapolação a partir do mercado observável.

Observabilidade: Dentro desta população, certas curvas futuras e superfícies de volatilidade para exposições datadas com mais tempo são observáveis.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade é determinada principalmente avaliando a variabilidade histórica durante dois anos. A estimativa foi calculada utilizando dados para curvas do parâmetro a curto prazo para gerar cenários negativos e positivos. Sempre que os dados históricos não estejam disponíveis ou a incerteza se deve ao risco volumétrico, a sensibilidade é avaliada aplicando cenários de esforço apropriados ou utilizando níveis de spread de compra/venda utilizando referências.

Outros

Descrição: Esta categoria é constituída largamente por empréstimos a taxa fixa, que são avaliados utilizando modelos que reduzem os fluxos de caixa esperados. Os valores a receber resultantes da aquisição das atividades empresariais norte-americanas da Lehman Brothers incluem-se na secção "Outros". Para mais informações, consultar a Nota 28 de Procedimentos legais. Para mais informações, consultar a Nota 28 de Procedimentos legais.

Avaliação: Os empréstimos a taxa fixa são avaliados utilizando modelos que calculam o justo valor com base nas taxas de juro observáveis e spreads de crédito não observáveis. Os spreads de crédito não observáveis são modelados de acordo com a qualidade de crédito do emitente. Os níveis derivados são validados contra qualquer atividade originárias que ocorre.

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

17 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

Sensibilidade de Nível 3:

A sensibilidade para os empréstimos com taxa fixa é calculada utilizando uma mudança de 25% nos spreads de crédito.

Não foi aplicado nenhum esforço aos valores a receber relativos à aquisição da Lehman (Nota 28). A sensibilidade inerente na medição das contas a receber é comparável a uma provisão de litígio. Devido a isto, o esforço positivo e negativo em comparação com os outros ativos não pode ser aplicado.

Análise de sensibilidade das valorizações utilizando dados não observáveis

O Grupo	Justo Valor		Alterações favoráveis		Alterações não favoráveis	
	Total dos Ativos	Total dos passivos	Demonstração de Rendimentos	Capital	Demonstração de Rendimentos	Capital
Tipo de produto	m £	m £	m £	m £	m £	m £
A 31 dezembro 2012						
Empréstimos imobiliários comerciais	1.798	-	87	-	(80)	-
Produtos suportados pelo ativo	4.175	(539)	299	7	(210)	(7)
Outros produtos de crédito	1.792	(1.178)	191	-	(191)	-
Exposição dos derivativos às seguradoras Monoline	592	-	164	-	(268)	-
Instrumentos de dívida suportados pelo não ativo	3.845	(1.687)	32	12	(26)	(12)
Produtos de participações	1.242	(1.688)	220	3	-	(3)
Participações privadas	1.675	-	257	74	(225)	(71)
Fundos e produtos vinculados a fundos	864	-	112	-	(112)	-
Produtos cambiais externos	216	(246)	46	-	(46)	-
Produtos de taxas de juros	1.275	(1.117)	108	-	(108)	-
Produtos de base	665	(582)	68	-	(68)	-
Outros	4.321	(102)	67	-	(70)	-
Total	22.460	(7.139)	1.651	96	(1.618)	(93)
A 31 dezembro 2011						
Empréstimos imobiliários comerciais	2.452	-	102	-	(118)	-
Produtos suportados pelo ativo	5.752	(1.020)	488	2	(388)	(2)
Outros produtos de crédito	4.386	(3.765)	167	-	(167)	-
Exposição dos derivativos às seguradoras Monoline	1.129	-	-	-	(133)	-
Instrumentos de dívida suportados pelo não ativo	4.213	(2.086)	24	-	(22)	-
Produtos de participações	1.079	(1.531)	169	11	(169)	(15)
Participações privadas	2.827	-	375	81	(364)	(82)
Fundos e produtos vinculados a fundos	1.290	-	174	-	(174)	-
Produtos cambiais externos	457	(187)	57	-	(57)	-
Produtos de taxas de juros	2.433	(2.090)	60	-	(60)	-
Produtos de base	773	(991)	116	-	(123)	-
Outros	5.232	(53)	196	-	(196)	-
Total	32.023	(11.723)	1.928	94	(1.971)	(99)

17 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

O efeito de esforço sobre dados não observáveis a um leque de alternativas razoavelmente possíveis juntamente com o impacto de utilizar modelos alternativos seria aumentar os justos valores até 1,7m de £ (2011: 2,0bl de £) ou diminuir os justos valores até 1,7bl de £ (2011: 2,1bl de £) substancialmente com todo o potencial efeito de impacto sobre o lucro em vez do capital próprio.

Abordagens de redução para instrumentos derivados

Durante 2011, em conformidade com as práticas de mercado, a metodologia para avaliar certos produtos de taxa de juros colateralizada, principalmente na atividade de Taxas de Rendimento Fixas, foi depois corrigida para refletir o impacto da garantia de "oferecer mais barato" nas curvas de redução, em que os acordos CSA (Credit Support Annex) da parte contrária especificam o direito da parte contrária para escolher a moeda da garantia lançada. Durante 2012, a avaliação dos derivados colateralizados nas outras atividades empresariais foi atualizada para refletir a redução de sensibilização dos CSA. O impacto de dezembro de 2012 desta transição não foi material na avaliação no geral.

Além disso, durante 2012, um ajustamento de justo valor foi aplicado para representar o impacto da incorporação do custo de financiamento na avaliação de derivados não colateralizados. Isto foi orientado pelo impacto da redução de fluxos de caixa não colateralizados futuros esperados para refletir o custo de financiamento, tendo em conta os níveis comerciais observados sobre derivados não colateralizados e outros factores relevantes.

O Grupo continua a controlar as práticas de mercado e a atividade para assegurar que a abordagem à redução na avaliação de derivados é adequada.

Instrumentos derivados complexos

A estimativa da avaliação feita pelas partes contrárias a respeito dos instrumentos derivados complexos, com vista a determinar o montante da garantia a ser lançado, muitas vezes difere e, algumas vezes, significativamente, das próprias estimativas do Barclays. Em quase todos os casos, o Barclays tem conseguido resolver com sucesso essas diferenças ou, por outro lado, tem conseguido chegar a uma conciliação a respeito dos níveis de lançamento de garantias, incluindo, em certos casos, entrando em acordos de garantias. Devido à natureza contínua dos pedidos de garantias, o Barclays irá debater com uma ou mais partes contrárias essas diferenças em tempo oportuno. As estimativas da avaliação feitas pelas partes contrárias para fins de garantia são, tal como qualquer outra avaliação de uma parte contrária, consideradas quando se determinam as próprias estimativas a justo valor do Barclays.

Ajustamentos do justo valor

Os principais ajustamentos da avaliação necessários para chegar a um justo valor são descritos abaixo:

Ajustamentos na avaliação de compra/venda

Nos ativos e passivos onde a empresa não é um criador de mercado, os preços intermédios são ajustados aos preços de spread respectivamente. Os factores de ajustamento de compra/venda refletem a estratégia de "close-out" e, para derivados, que são geridos com base em carteiras. O método para determinar o ajustamento de compra/venda para uma carteira de derivados irá, geralmente, envolver uma compensação entre posições longas e curtas e o "bucketing" de risco por exercício e termo, em conformidade com a estratégia de "hedging". Os níveis de compra/venda derivam de fontes de mercado, tais como os dados dos corretores. Nos ativos e passivos onde a empresa é um criador de mercado e tem capacidade para realizar transações a, ou melhor que a, um preço médio (o que é o caso para certas participações, obrigações e mercado de derivados "vanilla"), o preço médio é utilizado, uma vez que o spread de compra/venda não representa um custo de transação.

Ajustamentos de incerteza

A entrada de dados de mercado para derivados exóticos pode não ter uma proposta de spread de compra/venda diretamente observável. Nestas circunstâncias, é aplicado um ajustamento de incerteza como uma substituição para o ajustamento da proposta de compra/venda. Um exemplo deste risco é a correlação em que um ajustamento é necessário para refletir a possível escala de valores que os participantes de mercado aplicam. O ajustamento de incerteza pode ser determinado pela calibração de preços derivados, ou pela análise do cenário ou análise histórica.

Ajustamentos na avaliação de crédito e débito

Os Ajustamentos de Avaliação de Crédito (CVAs) e os Ajustamentos de Avaliação de Débito (DVAs) são integrados em avaliações derivadas para refletir o impacto sobre o justo valor do risco do crédito da parte contrária e a própria qualidade do crédito do Barclays respectivamente. Esses ajustamentos são modelados a partir de derivados OTC em todas as classes de ativos. Os cálculos são derivados de estimativas de exposição por defeito, probabilidades de defeito e taxas de recuperação, em termos de partes contrárias. As partes contrárias incluem (mas não se limitam a) empresas, seguradoras Monoline, soberanias ou agências soberanas, supranacionais, e veículos para fins especiais.

A exposição por defeito geralmente baseia-se na exposição positiva esperada, estimada através da simulação dos factores de risco subjacentes. Para alguns produtos complexos, em que esta abordagem não é viável, foram feitas suposições simplificadoras, quer através de referência com uma estrutura mais "vanilla", quer utilizando o valor de mercado com base no cenário atual como uma estimativa de exposição futura. Quando existem fortes acordos de garantias como acordos para mitigar os riscos da parte contrária, a exposição é definida para zero.

As informações da probabilidade por defeito e da taxa de recuperação têm origem geralmente em mercados de CDS. Para as partes contrárias em que estas informações não estão disponíveis, ou são consideradas não fiáveis pela natureza da exposição, são feitas abordagens alternativas traçando classificações da parte contrária internas com base em informações de mercado por defeito ou históricas e informações de recuperação. Em particular, isto aplica-se a nomes relacionados com entidades soberanas em que o facto de se utilizar suposições de recuperação implícitas nos níveis de CDS implicariam um aumento de 200 milhões de libras inglesas nos CVA.

A correlação entre o crédito da parte contrária e os factores de risco de derivados subjacentes podem levar a um desvio sistemático na avaliação dos riscos de crédito da parte contrária, designando-se por riscos de "via incorreta" ou "via correta". Isto não está integrado no cálculo de CVA, mas é controlado regularmente através da análise do cenário e tem sido considerado como imaterial.

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

17 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

Ajustamentos de avaliação de modelos

Os novos modelos de avaliação são analisados com base no quadro do modelo de governação da empresa. Este processo identifica as suposições utilizadas e quaisquer limitações de modelos (por exemplo, se o modelo não integra a distorção de volatilidade). Sempre que necessário, os ajustamentos do justo valor serão aplicados de modo a ter em conta estes factores. Os ajustamentos de avaliação do modelo dependem do tamanho da carteira, da complexidade do modelo, seja o modelo normal de mercado ou não e em que medida integra todos os factores de risco conhecidos. Todos os modelos e ajustamentos de valorização do modelo estão sujeitos, pelo menos, a um processo de análise anual.

Ajustamentos do crédito próprio

O valor contabilístico de notas emitidas que são designadas sob a opção de valor justo IAS 39 é ajustado para refletir o efeito das alterações nos spreads de crédito próprio. O ganho ou perda resultante é reconhecido na demonstração dos resultados. Para instrumentos de financiamento, tais como notas emitidas, os spreads de crédito de nível médio sobre obrigações emitidas pelo Barclays representam a base para esse ajustamento.

Em 31 de dezembro de 2012, o ajustamento do crédito próprio surgiu da justa avaliação do passivo financeiro do Barclays Capital designado a justo valor. Os spreads de crédito do Barclays limitados durante 2012, levaram a um encargo de 4.579m de £ (2011: ganhos de 2.708m de £) do justo valor de câmbios inicialmente no próprio crédito detido, mas também refletindo os efeitos de taxas de câmbio estrangeiro, tempo de extinção de atividade comercial.

Os ajustamentos da avaliação principal que podem ter interesse de um ponto de vista do utilizador das demonstrações financeiras são quantificados abaixo:

A 31 de dezembro	2012	2011
	m £	m £
Ajustamentos na avaliação de compra/venda	(452)	(603)
Ajustamentos de incerteza	(294)	(313)
Ajustamentos de avaliação de crédito Monoline		
- Monolines	(235)	(403)
- Outros ajustes de avaliação de derivados de crédito	(693)	(958)
Ajustamentos na avaliação de crédito e débito	442	774

Ganhos não reconhecidos em resultado da utilização de modelos de avaliação utilizando dados não observáveis

O montante que ainda tem de ser reconhecido nos resultados que se relaciona com a diferença entre o preço de transação (o justo valor no reconhecimento inicial) e o montante que teria resultado se modelos de avaliação utilizando dados não observáveis tivessem sido utilizados no reconhecimento inicial, menos os montantes subsequentemente reconhecidos, foi o seguinte:

	O Grupo		O Banco	
	2012	2011	2012	2011
	m £	m £	m £	m £
A 1 de janeiro	117	137	79	99
Acréscimos	78	93	42	43
Amortização e quitações	(47)	(113)	(29)	(63)
A 31 de dezembro	148	117	92	79

Quadro de controlo de avaliação

A função do Controlo de Avaliação Independente é responsável pela verificação de preços independente, supervisão de ajustamentos de justo valor e escalonamento de questões de avaliação. Este processo abrange todas as posições do justo valor e é um controlo fundamental para garantir a precisão do material de avaliação. Este processo abrange todas as posições do justo valor e é um controlo fundamental para garantir a precisão do material de avaliação.

A verificação de preços utiliza independentemente dados com base em fontes que é considerada ser a mais representativa do mercado. As características contra as quais os dados com base em fontes são avaliados são a independência, a fiabilidade, a consistência com outras fontes e a prova que os dados representam um preço executável. São utilizados os dados mais atuais disponíveis à data do balanço. Sempre que as variações significativas sejam notadas no processo de verificação de preços independente, é tomado em conta um ajustamento para a posição do justo valor. Os ajustamentos de justo valor adicionais podem ser considerados para refletir estes factores como spreads de compra/venda, incerteza de dados de mercado, limitações de modelo e risco de contraparte - são apresentadas mais informações sobre estes ajustamentos de justo valor na Nota 17.

A Governação sobre o processo de avaliação é da responsabilidade do Comité de Avaliação. Este Comité é responsável por supervisionar a avaliação e a política do ajustamento do justo valor nos Serviços Bancários de Empresas e de Investimentos e é o fórum para o qual as questões de avaliação são escalonadas. O Comité de Avaliação delega mais análises detalhadas para os seguintes cinco Subcomités: Avaliações Independentes, Património e Outros Ativos, Riscos de Litígio e Governação.

17 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

O Subcomité das Avaliações Independentes analisa os resultados da verificação de preços independente e do processo de ajustamento do justo valor mensalmente. Isto inclui, mas não se limita, à análise dos ajustamentos do justo valor e das metodologias, dos resultados de verificação de preços, limites e incerteza de avaliação. O Subcomité do Património e Outros Ativos é responsável por supervisionar a avaliação e as questões de mensuração que resultam dos ativos do património, de certas posições AFS e de outros ativos conforme delegado pelo Comité de Avaliação. O Subcomité dos Riscos de Litígio é responsável por supervisionar a avaliação e as questões de mensuração que resultam de riscos legais no Barclays Corporate and Investment Banking.

O Subcomité dos Modelos é responsável por supervisionar políticas e controlos relativos à utilização de modelos de avaliação. Isto inclui, mas não se limita, à análise dos relatórios de riscos dos modelos globais, ao processo de aprovação de negociação e validação dos modelos, aos ajustamentos do justo valor relativos aos modelos, e às variações de verificação de preços independentes ou de disputas colaterais relativas à utilização dos modelos.

O Subcomité da Governação é responsável por supervisionar a governação de processos, políticas e procedimentos de avaliação. Este Subcomité monitoriza o desenvolvimento do quadro de controlo de avaliação, a conclusão da supervisão do balanço financeiro e a representação adequada da Direção Sénior no Comité da Avaliação e cada um dos Subcomités referidos acima. As questões regulamentares e contabilísticas relativas ao justo valor também são avaliadas pelo Subcomité da Governação.

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

Os preços cotados de mercado não estão disponíveis para muitos dos ativos e dos passivos financeiros detidos a justo valor e o Grupo utiliza várias técnicas para calcular o justo valor. A nota acima descreve os aspectos de maior ponderação da avaliação durante o período, incluindo: ajustamentos de avaliação de crédito em exposições Monoline, empréstimos imobiliários comerciais, investimentos de participações privadas, e empréstimos de justo valor ao Estado, empresas e outros serviços.

Notas às demonstrações financeiras

Instrumentos financeiros detidos a custo amortizado

Instrumentos financeiros detidos a custo amortizado

Esta secção inclui informações sobre ativos detidos a custo amortizado que resultam dos créditos retalhista e grossista do Grupo e que incluem empréstimos e adiantamentos, locações financeiras, acordos de recompra e de recompra inversa e crédito segurado similar. As informações respeitantes ao capital e posição de liquidez do Grupo podem ser encontradas nas páginas 66 a 95.

Contabilidade para instrumentos financeiros detidos a custo amortizado

Os empréstimos e os adiantamentos a clientes e bancos, as contas de clientes, os títulos de dívida e a maioria dos outros passivos financeiros, são detidos a custo amortizado. Ou seja, o justo valor inicial (que normalmente é o montante adiantado ou emprestado) é ajustado para os reembolsos e para a amortização de cupões, taxas e despesas para representar a taxa de juros efetiva do ativo ou do passivo.

18 Empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes

A 31 de dezembro	O Grupo		O Banco	
	2012 m £	2011 m £	2012 m £	2011 m £
Empréstimos e adiantamentos brutos a bancos	40.939	46.837	51.216	52.332
Dedução por imparidade	(41)	(45)	(41)	(45)
Empréstimos e adiantamentos a bancos	40.898	46.792	51.175	52.287
Empréstimos e adiantamentos brutos a clientes	435.364	442.486	481.524	525.154
Dedução por imparidade	(9.635)	(10.552)	(6.801)	(7.374)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	425.729	431.934	474.723	517.780

São incluídas mais análises sobre os empréstimos e adiantamentos do Grupo para bancos e clientes e provisões para imparidade nas páginas 43 a 46.

19 Locações financeiras

Contabilidade para locações financeiras

O Grupo aplica a IAS 17 Locações na contabilidade para locações financeiras, quer seja o locador, quer seja o locatário. Uma locação financeira é uma locação que confere substancialmente todos os riscos e as recompensas do ativo locado sobre o locatário. Quando o Grupo é o locador, o ativo locado não é detido no balanço financeiro, em vez disso são reconhecidas contas a receber da locação financeira que representam as contas a receber dos pagamentos de locação mínimos nos termos da locação, descontados à taxa de juros implícita na locação. Quando o Grupo é o locatário, o ativo locado é reconhecido na propriedade, na instalação e no equipamento e é reconhecido o passivo da locação financeira, que representa os pagamentos de locação mínimos nos termos da locação, descontados à taxa de juros implícita na locação.

Os rendimentos ou as despesas de juros são reconhecidos nas contas a receber ou nas contas a pagar com juros, atribuídos aos períodos contabilísticos para refletirem uma taxa de retorno periódica constante.

19 Locações financeiras (continuação)

Contas a receber da locação financeira

As contas a receber da locação financeira incluem-se no âmbito de empréstimos e adiantamentos aos clientes. O Grupo é especialista em empréstimos de ativos e trabalha com uma ampla gama de tecnologia internacional, equipamento industrial e empresas comerciais no sentido de disponibilizar programas financeiros personalizados para assistência a fabricantes, vendedores e distribuidores de ativos.

Investimento bruto em contas a receber da locação financeira	2012				2011			
	Investimento bruto em finanças de recebíveis m £	Resultado financeiro futuro m £	Valor atual dos pagamentos mínimos a receber m £	Valores residuais não-garantidos m £	Investimento bruto em finanças de recebíveis m £	Resultado financeiro futuro m £	Valor atual dos pagamentos mínimos a receber m £	Valores residuais não-garantidos m £
O Grupo								
Não mais que um ano	2.363	(329)	2.034	80	2.977	(437)	2.540	71
Durante um ano, mas não mais que cinco anos	5.055	(749)	4.306	105	6.333	(934)	5.399	122
Durante cinco anos	617	(120)	497	318	1.379	(320)	1.059	395
Total	8.035	(1.198)	6.837	503	10.689	(1.691)	8.998	588
O Banco								
Não mais que um ano	21	-	21	-	18	-	18	-
Durante um ano, mas não mais que cinco anos	369	(3)	366	-	181	(10)	171	-
Durante cinco anos	30	(24)	6	-	310	(29)	281	-
Total	420	(27)	393	-	509	(39)	470	-

A dedução por imparidade para contas a receber da locação financeira não colectáveis importou 140m de £ em 31 de dezembro de 2012 (2011: 290m de £)

Passivo da locação financeira

O Grupo aluga os produtos da propriedade, a instalação e o equipamento nos termos que cumprem com a definição de locação financeira. O passivo da locação financeira é incluído na contabilidade do exercício, no rendimento diferido e noutro passivo (ver Nota 25).

Em 31 de dezembro de 2012, o total de pagamentos mínimos futuros nos termos de locações financeiras foi de 35m de £ (2011: 64m de £) dos quais 5m de £ (2011: 10m de £) se deveram a um ano e o total de pagamentos mínimos futuros nos termos de locações financeiras para o Banco foi de 2m de £ (2011: 2m de £). Em 31 de dezembro de 2012, o valor contabilístico de ativos detidos nos termos de locações financeiras foi de 22m de £ (2011: 28m de £).

20 Reclassificação de ativos financeiros detidos para negociação

Contabilidade de reclassificação de ativos financeiros detidos para negociação

De acordo com a IAS 39, quando o Grupo já não tenciona mais negociar ativos financeiros pode transferi-los para a classificação de negociação e mensurá-los a custo amortizado se cumprirem com a definição de um empréstimo. O valor inicial utilizado para efeitos de estabelecimento de custo amortizado é o justo valor na data da transferência.

Antes de 2010, o Grupo reclassificou certos ativos financeiros, inicialmente classificados como detidos para negociação que foram considerados não detidos para fins comerciais, e, portanto, considerados como empréstimos e contas a receber.

O valor contabilístico dos títulos reclassificados anteriormente em empréstimos e contas a receber diminuiu de 7.652m de £ para 5.188m de £, em consequência das vendas, das reduções e maturidades dos títulos subjacentes, e dos aumentos devidos à redução sobre a reclassificação.

As vendas de títulos desde a reclassificação de 16 de dezembro de 2008 totalizaram 151m de £ (31 de dezembro de 2011: 91m de £) e as vendas de títulos desde a reclassificação de 25 de dezembro de 2009 totalizaram 1.316m de £ (2011: 482m de £).

Notas às demonstrações financeiras

Instrumentos financeiros detidos a custo amortizado

20 Reclassificação de ativos financeiros detidos para negociação (continuação)

A tabela seguinte apresenta um resumo dos ativos reclassificados de detidos para negociação para empréstimos e contas a receber.

	2012		2011	
	Valor valor m £	Justo valor m £	Valor valor m £	Justo valor m £
A 31 de dezembro				
Ativos de negociação reclassificados para empréstimos e contas a receber				
Reclassificação de 25 de Novembro de 2009	5.140	4.996	7.434	7.045
Reclassificação a 16 de dezembro de 2008	48	50	218	217
Total de ativos financeiros reclassificados para empréstimos e contas a receber	5.188	5.046	7.652	7.262

Se as reclassificações não tivessem sido efectuadas, a demonstração dos resultados do Grupo para 2012 teria incluído uma perda líquida nos ativos de negociação reclassificados no valor de 247m de £ (perda em 2011: 152m de £)

21 Acordos de recompra inversa e de recompra incluindo outros créditos e empréstimos similares

Os acordos de recompra inversa (e empréstimo de ações ou transação similar) são uma forma de crédito segurado pelo qual o Grupo disponibiliza um empréstimo ou uma garantia em numerário em troca da transferência da garantia, geralmente na forma de títulos negociáveis sujeitos a um acordo para transferência dos títulos suportados a um preço fixo no futuro. Os acordos de recompra ocorrem quando o Grupo obtém esses empréstimos ou garantias em numerário, em troca da transferência da garantia.

Contabilidade para acordos de recompra inversa e de recompra incluindo crédito e outros empréstimos similares

O Grupo compra (com um acordo de recompra inversa) ou empresta títulos com o compromisso de os revender ou devolver. Os títulos não são incluídos no balanço financeiro, porque o Grupo não adquire os riscos e as recompensas de propriedade. A retribuição paga (ou a garantia em numerário disponibilizada) é contabilizada como um ativo de empréstimo a custo amortizado.

O Grupo também pode vender (um acordo de recompra) ou emprestar títulos sujeitos a um compromisso para os recomprar ou resgatar. Os títulos são retidos no balanço financeiro, porque o Grupo retém substancialmente os riscos e as recompensas de propriedade. A retribuição recebida (ou a garantia em numerário disponibilizada) é contabilizada como um passivo financeiro a custo amortizado.

A 31 de dezembro	O Grupo		O Banco	
	2012 m £	2011 m £	2012 m £	2011 m £
Ativos				
Bancos	64.616	64.470	40.548	43.463
Clientes	112.340	89.195	133.736	117.973
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	17.956	153.665	174.284	161.436
Passivos				
Bancos	(87.815)	(69.544)	(48.535)	(46.430)
Clientes	(129.527)	(137.748)	(138.613)	(147.023)
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares	(217.342)	(207.292)	(187.148)	(193.453)

Notas às demonstrações financeiras

Ativos não correntes e outros investimentos

Ativos não correntes e outros investimentos

As notas incluíram nesta secção a concentração na planta e no equipamento da propriedade do Grupo, os ativos incorpóreos, e o goodwill que apresentam benefícios económicos futuros a longo prazo.

22 Ativos fixos tangíveis

Contabilidade de propriedade, instalação e equipamento

O Grupo aplica a IAS 16 Propriedade, Instalação e Equipamento e a IAS 40 Propriedades de Investimento.

A propriedade, a instalação e o equipamento estão indicados a custo, o que inclui custos de aquisição diretos e incrementais menos a depreciação acumulada e as provisões por imparidade, se necessário. Os custos posteriores são capitalizados se isto resultar no aumento do ativo.

A depreciação é disponibilizada sobre o montante depreciável de produtos de propriedade, instalação e equipamento numa base linear sobre a estimativa das suas vidas económicas úteis. As taxas de depreciação, os métodos e os valores residuais subjacentes ao cálculo de depreciação de produtos de propriedade, instalação e equipamento são mantidos sobre revisão para contabilizar qualquer mudança nas circunstâncias. Na sequência de uma análise em 2011, as taxas de depreciação para certas categorias de ativos fixos foram analisadas para refletir as suas vidas úteis atualmente esperadas. O impacto da mudança não foi material. O Grupo utiliza as seguintes taxas anuais no cálculo da depreciação:

Taxas anuais no cálculo da depreciação	Taxa de depreciação
Terrenos de propriedade absoluta	Não depreciado
Edifícios de propriedade absoluta e propriedade de locação de longa duração (mais de 50 anos de duração), propriedade alugada durante a vida restante da locação (menos de 50 anos de duração), custos de adaptação na propriedade absoluta e na propriedade de locação a	Durante a vida restante da locação 6-10%
Equipamentos instalados em propriedade própria e propriedade arrendamento ^A Computadores e equipamentos similares	6-10% 17-33%
Mobiliário e utensílios e outro equipamento	9-20%

Propriedade de investimento

O Grupo reconhece inicialmente a propriedade de investimento como custo e, posteriormente, como o seu valor justo em cada data de balanço que reflète as condições de mercado à data do relatório. Os ganhos e as perdas sobre a nova mensuração estão incluídos na demonstração dos resultados.

Nota

a Quando a propriedade arrendada tem uma vida útil restante inferior a 15 anos, os custos de adaptação e de equipamento instalado são desvalorizados ao longo da vida restante do arrendamento.

Notas às demonstrações financeiras

Ativos não correntes e outros investimentos

22 Propriedade, instalação e equipamento (continuação)

	O Grupo					O Banco			
	Propriedade de investimento	Propriedade	Equipamento	Bens ativos	Total	Propriedade de investimento	Propriedade	Equipamento	Total
	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £
Custo									
A 1 de Janeiro de 2012	2.928	3.959	4.755	20	11.662	4	2.056	2.169	4.229
Aquisições e alienações de subsidiárias	(16)	6	1	-	(9)	-	2	-	2
Acréscimos e cessões	(191)	177	211	(6)	191	(4)	96	65	157
Alteração no justo valor das propriedades de investimento	23	-	-	-	23	-	-	-	-
Câmbio e outros movimentos	(1.058)	(112)	(173)	-	(1.343)	-	(18)	(20)	(38)
Em 31 de dezembro de 2012	1.686	4.030	4.794	14	10.524	-	2.136	2.214	4.350
Depreciação e imparidade acumuladas									
A 1 de Janeiro de 2012	-	(1.245)	(3.244)	(7)	(4.496)	-	(839)	(1.453)	(2.292)
Encargo da depreciação	-	(212)	(456)	(1)	(669)	-	(118)	-	(332)
Alienações	-	18	204	2	224	-	12	148	160
Câmbio e outros movimentos	-	25	146	-	171	-	5	15	20
Em 31 de dezembro de 2012	-	(1.414)	(3.350)	(6)	(4.770)	-	(940)	(1.504)	(2.444)
Valor contabilístico líquido	1.686	2.616	1.444	8	5.754	-	1.196	710	1.906
Custo									
A 1 de janeiro de 2011	1.570	4.229	4.749	75	10.623	4	2.115	2.064	4.183
Aquisições e alienações de subsidiárias	1.201	-	-	-	1.201	-	-	-	-
Acréscimos e cessões	277	(183)	256	1	351	-	(47)	129	82
Alteração no justo valor das propriedades de investimento	(138)	-	-	-	(138)	-	-	-	-
Câmbio e outros movimentos	18	(87)	(250)	(56)	(375)	-	(12)	(24)	(36)
A 31 de dezembro de 2011	2.928	3.959	4.755	20	11.662	4	2.056	2.169	4.229
Depreciação e imparidade acumuladas									
A 1 de janeiro de 2011	-	(1.326)	(3.133)	(24)	(4.483)	-	(935)	(1.370)	(2.305)
Encargo da depreciação	-	(206)	(463)	(4)	(673)	-	(110)	(204)	(314)
Alienações	-	275	175	4	454	-	205	108	313
Câmbio e outros movimentos	-	12	177	17	206	-	1	13	14
A 31 de dezembro de 2011	-	(1.245)	(3.244)	(7)	(4.496)	-	(839)	(1.453)	(2.292)
Valor contabilístico líquido	2.928	2.714	1.511	13	7.166	4	1.217	716	1.937

Os arrendamentos de propriedades de 105m de £ (2011: 94m de £) e 52m de £ (2011: 61m de £) foram incluídos no rendimento de investimento líquido e outro rendimento respectivamente.

O justo valor de propriedade de investimento é determinado por referência aos atuais preços de mercado para propriedades similares, ajustado quando necessário para condição e localização, ou por referência a transações recentes atualizadas para refletir as condições económicas atuais. As técnicas de fluxo de caixa de redução podem ser empregues para calcular o justo valor onde não tenham havido transações recentes, utilizando dados de mercados externos atuais, tais como rendas de mercado e taxas de juro. As avaliações são feitas pela gestão com o apoio de avaliadores independentes e adequadamente qualificados.

Nota
a Do outro movimento, 1,1bl de £ referem-se à transferência da Baubecon, uma propriedade de investimento, para outros ativos detidos para venda em junho. Posteriormente, em Julho, a Baubecon foi vendida.

23 Goodwill (fundo de comércio) e ativos intangíveis

Contabilidade para goodwill e outros ativos incorpóreos

Fundo de comércio

O valor a transportar do goodwill é determinado de acordo com as IFRS 3 Combinações Empresariais e a IAS 36 Imparidade de Ativos.

O Goodwill resulta da aquisição de subsidiárias, associados e joint-ventures, e representa o excesso do justo valor da consideração da compra sobre o justo valor da participação do Grupo de ativos adquiridos e de passivos e passivos contingentes assumidos na data da aquisição.

O goodwill é analisado anualmente para imparidade, ou mais frequentemente quando há indicações de que possa ter ocorrido uma imparidade. A análise envolve a comparação do valor a transportar do goodwill com o valor atual dos fluxos de caixa antes de impostos, reduzidos a uma taxa de juros que reflete os riscos inerentes da caixa que gera a unidade à que o goodwill está relacionado, ou da caixa que gera o justo valor da unidade se este for mais alto.

Ativos incorpóreos

O padrão contabilístico que o Grupo aplica à contabilidade para os ativos incorpóreos excepto para o goodwill é a IAS 38 Ativos Incorpóreos.

Os ativos incorpóreos incluem, marcas, listas de clientes, software gerado internamente, licenças e outros contratos e depósitos base incorpóreos.

Inicialmente são reconhecidos quando são separáveis ou derivam de direitos contratuais ou de outros direitos legais, o custo pode ser mensurado de modo fiável e, no caso de ativos incorpóreos não adquiridos numa combinação empresarial, quando é provável que os benefícios económicos futuros atribuíveis a ativos vão decorrer da sua utilização.

Os ativos incorpóreos são declarados a custo (ou seja, no caso de ativos adquiridos numa combinação empresarial, o justo valor da data da aquisição) menos

Outros ativos imateriais são indicados como custo menos amortização de prestações de imparidade, caso existam, e são amortizados ao longo das suas vidas úteis de forma a refletirem o padrão para o qual contribuem para fluxos de fundos futuros, geralmente ao longo de 4 a 25 anos.

Os ativos incorpóreos são analisados para imparidade quando houver a possibilidade de se ter incorrido em imparidade.

Notas às demonstrações financeiras

Ativos não correntes e outros investimentos

23 Goodwill (fundo de comércio) e ativos intangíveis (continuação)

	Fundo de comércio	Softwares gerados internamente	Outros softwares	Depósitos incorpóreos	Marcas de	Listas de clientes	Licenças e outros	Total
	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £
O Grupo								
Custo								
Em 1 de janeiro de 2012	6.697	1.437	328	287	166	1.724	444	11.083
Acréscimos e cessões	29	446	115	(21)	(1)	19	34	621
Câmbio e outros movimentos	(141)	(39)	35	(23)	(16)	(105)	(2)	(291)
A 31 dezembro 2012	6.585	1.844	478	243	149	1.638	476	11.413
Amortização e imparidade acumuladas								
imparidade								
Em 1 de janeiro de 2012	(1.392)	(694)	(114)	(114)	(106)	(615)	(202)	(3.237)
Alienações	-	32	5	21	1	1	5	65
Taxa de amortização	-	(162)	(52)	(11)	(18)	(152)	(40)	(435)
Prejuízos	-	(8)	-	-	-	-	(2)	(10)
Câmbio e outros movimentos	13	23	3	8	12	49	11	119
A 31 dezembro 2012	(1.379)	(809)	(158)	(96)	(111)	(717)	(228)	(3.498)
Valor contabilístico líquido	5.206	1.035	320	147	38	921	248	7.915
O Banco								
Custo								
Em 1 de janeiro de 2012	4.277	989	195	6	-	107	124	5.698
Acréscimos e cessões	-	392	(5)	-	-	-	(3)	384
Câmbio e outros movimentos	(1)	(8)	(13)	-	-	-	4	(18)
A 31 dezembro 2011	4.276	1.373	177	6	-	107	125	6.064
Amortização e imparidade acumuladas								
imparidade								
Em 1 de janeiro de 2012	(816)	(426)	(48)	(4)	-	(38)	(33)	(1.365)
Alienações	-	28	-	-	-	-	2	30
Taxa de amortização	-	(124)	(14)	-	-	(20)	(12)	(170)
Prejuízos	-	(2)	-	-	-	-	(1)	(3)
Câmbio e outros movimentos	(1)	4	3	-	-	-	2	8
A 31 dezembro 2012	(817)	(520)	(59)	(4)	-	(58)	(42)	(1.500)
Valor contabilístico líquido	3.459	853	118	2	-	49	83	4.564

23 Goodwill (fundo de comércio) e ativos intangíveis (continuação)

	Fundo de comércio	Softwares gerados internamente	Outros softwares	Depósitos incorpóreos	Marcas de	Listas de clientes	Licenças e outros	Total
	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £
O Grupo								
Custo								
Em 1 de janeiro de 2011	7.259	1.091	234	347	202	1.686	473	11.292
Acréscimos e cessões	(210)	375	98	(1)	-	144	(19)	387
Câmbio e outros movimentos	(352)	(29)	(4)	(59)	(36)	(106)	(10)	(596)
A 31 dezembro 2011	6.697	1.437	328	287	166	1.724	444	11.083
Amortização e imparidade acumuladas								
imparidade								
Em 1 de janeiro de 2011	(1.040)	(552)	(86)	(121)	(109)	(493)	(194)	(2.595)
Alienações	210	2	5	-	-	-	23	240
Taxa de amortização	-	(157)	(35)	(13)	(18)	(158)	(38)	(419)
Prejuízos	(597)	(4)	-	-	-	-	-	(601)
Câmbio e outros movimentos	35	17	2	20	21	36	7	138
A 31 dezembro 2011	(1.392)	(694)	(114)	(114)	(106)	(615)	(202)	(3.237)
Valor contabilístico líquido	5.305	743	214	173	60	1.109	242	7.846
O Banco								
Custo								
Em 1 de janeiro de 2011	4.279	707	118	7	-	16	117	5.244
Acréscimos e cessões	-	295	80	-	-	91	9	475
Câmbio e outros movimentos	(2)	(13)	(3)	(1)	-	-	(2)	(21)
A 31 dezembro 2011	4.277	989	195	6	-	107	124	5.698
Amortização e imparidade acumuladas								
imparidade								
Em 1 de janeiro de 2011	(727)	(339)	(34)	(4)	-	(8)	(22)	(1.134)
Alienações	-	1	-	-	-	-	-	1
Taxa de amortização	-	(96)	(15)	-	-	(30)	(12)	(153)
Prejuízos	(89)	(4)	-	-	-	-	-	(93)
Câmbio e outros movimentos	-	12	1	-	-	-	1	14
A 31 dezembro 2011	(816)	(426)	(48)	(4)	-	(38)	(33)	(1.365)
Valor contabilístico líquido	3.461	563	147	2	-	69	91	4.333

Notas às demonstrações financeiras

Ativos não correntes e outros investimentos

23 Goodwill (fundo de comércio) e ativos intangíveis (continuação)

Fundo de comércio

Goodwill é atribuído às operações empresariais de acordo com segmentos de negócio conforme se segue:

	O Grupo		O Banco	
	2012	2011	2012	2011
	m £	m £	m £	m £
UKRBB	3.144	3.145	3.130	3.130
Banca de Retalho e Empresas da Europa	62	64	62	64
Banca de Retalho e Empresas de África	863	947	-	-
Barclaycard	514	505	172	172
Investment Bank	93	102	-	-
Corporate Banking ^a	139	151	-	-
Wealth and Investment Management	391	391	95	95
Valor contabilístico líquido total de goodwill (fundo de comércio)	5.206	5.305	3.459	3.461
Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica				

Fundo de comércio

Testar Goodwill para imparidade envolve uma quantidade significativa de estimativa. Isto inclui a identificação de unidades independentes geradoras de caixa e a atribuição de Goodwill a estas unidades com base na qual estas unidades deverão ser beneficiadas com a aquisição. A atribuição é analisada segundo a reorganização da atividade empresarial. As previsões de fluxo de caixa têm sempre em consideração a evolução do mercado onde uma empresa opera incluindo os níveis de crescimento, a atividade competitiva e os impactos das alterações regulamentares. Determinar os fluxos de caixa esperados antes dos impostos e a taxa de juro adaptada ao risco adequados para a unidade operacional exige o exercício de julgamento. A estimativa de fluxos de caixa antes de impostos é sensível aos períodos durante os quais previsões detalhadas estão disponíveis e aos pressupostos em relação a fluxos de caixa sustentáveis a longo prazo.

Outros ativos incorpóreos

Determinar a vida útil estimada dos ativos intangíveis (como as decorrentes de relações contratuais) exige uma análise de circunstâncias e parecer. Avaliar se um ativo apresenta indicadores de imparidade, assim como o cálculo da imparidade que exige a estimativa dos futuros fluxos de caixa e os justos valores menos os custos da venda, também exigem a elaboração de previsões de fluxo de caixa e de justos valores para os ativos que podem não ser regularmente comprados e vendidos. Os valores mais significativos de ativos intangíveis estão relacionados com as empresas norte-americanas Absa e Lehman Brothers.

Testes de imparidade sobre o Goodwill

O total de encargos de imparidade de zero£ foi reconhecido durante o ano. O montante de encargos de imparidade de 597m de £ reconhecido em 2011 relativamente ao Goodwill na FirstPlus e em Espanha que não era suportável com base no valor usado nos cálculos.

Pressupostos fundamentais

Os pressupostos fundamentais utilizados para os testes de imparidade são definidos abaixo para cada saldo significativo do Goodwill. Outro Goodwill no valor de 1.247m de £ (2011: 1.264m de £) foi atribuído a várias unidades geradoras de caixa que não são consideradas individualmente significativas.

UKRBB

A 31 de dezembro de 2012 o Goodwill relacionado com Woolwich era 3.130m de £ (2011: 3.130m de £) do saldo total da Banca de Retalho e Empresas do Reino Unido (UKRBB). O valor contabilístico das unidades geradoras de caixa é determinado mediante uma distribuição dos fundos totais dos acionistas do Grupo, excluindo o Goodwill, com base na quota de risco das unidades geradoras de caixa, antes de se voltar a adicionar os saldos do Goodwill. A quantia recuperável de Woolwich foi determinada utilizando previsões de fluxo financeiro com base em orçamentos financeiros aprovados pela administração que abrangem um período de cinco anos, com uma taxa de crescimento para o valor terminal de 2% (2011: 3%) a ser aplicado. Os fluxos financeiros previstos foram descontados a uma taxa antes de impostos de 12% (2011: 13%). Com base nestes pressupostos, o valor recuperável excedeu a quantia escriturada incluindo o Goodwill de 9.334m de £ (2011: 8.683m de £) A mudança de um ponto percentual na taxa de desconto ou na taxa de crescimento para o valor terminal aumentaria ou reduziria o valor recuperável em 1.637m de £ (2011: 1.399m de £) e 1.115m de £ (2011: 939m de £) respectivamente. Uma redução na previsão dos fluxos de caixa de 10% por ano reduziria o valor recuperável em 1.767m de £ (2011: 1.538m de £).

Banca de Retalho e Empresas de África

A 31 de dezembro de 2012, o Goodwill relacionado com Absa RBB era 829m de £ (2011: 911m de £) do saldo total da Banca de Retalho e Empresas de África. O valor contabilístico das unidades geradoras de caixa foi determinado utilizando o valor dos ativos líquidos. A quantia recuperável do Grupo Absa foi determinada utilizando previsões de fluxo financeiro com base em orçamentos financeiros aprovados pela administração que abrangem um período de cinco anos, com uma taxa de crescimento para o valor terminal de 6% (2011: 6%) a ser aplicado. Os fluxos financeiros previstos foram descontados a uma taxa antes de impostos de 13% (2011: 14%). O valor recuperável calculado com base no valor de uso excedeu a quantia escriturada incluindo o Goodwill por 3.133m de £ (2011: 4.746m de £). A mudança de um ponto percentual na taxa de desconto ou na taxa de crescimento para o valor terminal aumentaria ou reduziria o valor recuperável em 813m de £ (2011: 948m de £) e 623 m de £ (2011: 702 m de £) respectivamente. Uma redução na previsão do fluxo financeiro de 10% por ano reduziria o valor recuperável em 643 m de £ (2011: 842 m de £).

27,0bl de £

a Determinadas atividades bancárias corporativas em África, anteriormente reportadas na Banca de Retalho e Empresas de África, são agora incluídas no Corporate Banking para alinhar África com a abordagem de prestação de contas do Reino Unido e a Europa; os saldos de 2011 foram reafirmados.

24 Locações operacionais

Valor contabilístico das locações operacionais

O Grupo aplica locações IAS 17 para locações operacionais. Uma locação operacional é uma locação em que manifestamente todos os riscos e benefícios dos ativos em locação permanecem com o locador. Quando o Grupo é o locador, o rendimento da locação é reconhecido numa base linear durante o período da locação, salvo se for mais apropriada outra base sistemática. O Grupo detém os ativos em locação no balanço dentro da propriedade, central e equipamentos.

Quando o Grupo é o locatário, o aluguer a pagar é reconhecido como uma despesa na demonstração dos resultados numa base linear durante o período da locação, salvo se for mais apropriada outra base sistemática.

Valores a receber da locação operacional

O Grupo age como o locador, segundo o qual os produtos das instalações e equipamento são comprados e depois alugados a terceiros nos termos das operações que qualificam as locações operacionais. Os futuros pagamentos mínimos de locação que se esperava receber a título de locações operacionais não resolúveis a 31 de dezembro de 2012 eram de 4m de £ (2011: 14m de £).

Compromissos de locação operacional

O Grupo arrenda vários escritórios, filiais e outras instalações sob contratos de locações operacionais não resolúveis. Com estes contratos de locações operacionais, os ativos são mantidos no balanço do locador e o Grupo relata os futuros pagamentos mínimos de locações como uma despesa durante o prazo da locação. As locações têm vários termos, agravamento e direitos renováveis. Não existem rendas contingentes a pagar.

Os contratos de locação operacional de 622m de £ (2011: 659m de £) foram incluídos nas despesas administrativas e gerais. Os futuros pagamentos

mínimos de locações pelo Grupo ao abrigo de locações operacionais não resolúveis são os seguintes:

	O Grupo				O Banco			
	2012		2011		2012		2011	
	Propriedade m £	Equipamento m £						
Não mais que um ano	695	13	585	12	277	3	266	1
Durante um ano, mas não mais que cinco anos	1.290	3	1.673	2	828	3	857	1
Durante cinco anos	2.768	-	2.830	-	1.402	-	1.466	-
Total	4.753	16	5.088	14	2.507	6	2.589	2

Os futuros pagamentos mínimos de sublocação que se esperava receber a título de sublocações não resolúveis a 31 de dezembro de 2012 eram de 22m de £ (2011: 121m de £) para o Grupo e 16£ (2011: 114£) para o Banco.

Notas às demonstrações financeiras

Acréscimos, suprimentos, procedimentos legais e passivos contingentes

Acréscimos, suprimentos, procedimentos legais e passivos contingentes

As notas incluídas nesta secção concentram a atenção nos acréscimos, suprimentos e passivos contingentes do Grupo. Os suprimentos são reconhecidos pelas obrigações presentes que surgem como consequências de eventos passados onde é provável que seja necessária a transferência de benefícios económicos para liquidar a obrigação, e podem ser estimados com fiabilidade. Os passivos contingentes refletem eventuais dívidas passivas que não são reconhecidas no balanço.

25 Acréscimos, rendimento diferido e outras dívidas passivas

Valor contabilístico dos contratos de seguro

O Grupo aplica o IFRS 4 Insurance Contracts aos seus contratos de seguro. Um contrato de seguro é um contrato que indemniza um terceiro contra perda devida a um risco não financeiro. Alguma gestão de património e de outros produtos, tais como contratos de seguro de vida, combinam características de investimentos e de seguros; estes são tratados como contratos de seguro ao pagar benefícios que sejam pelo menos 5% superiores ao que pagariam se o acontecimento segurado não ocorresse.

Os passivos decorrentes da atividade seguradora incluem as melhores estimativas atuais de futuros fluxos de caixa contratuais, ações judiciais, tratamento e custos administrativos em relação aos pedidos de indemnizações. São realizados na data de cada balanço testes de adequação das responsabilidades para garantir a elegibilidade das responsabilidades contratuais. Quando uma deficiência for destacada pelos testes, os passivos decorrentes da atividade seguradora são aumentados e as deficiências são reconhecidas na demonstração dos resultados.

A receita de prémios de seguros é reconhecida na demonstração dos resultados no período de ganhos, líquida de prémios de resseguros a pagar, em prémios líquidos de contratos de seguro. Os aumentos e diminuições de passivos decorrentes da atividade seguradora são reconhecidos na demonstração dos resultados ativos líquidos e benefícios de contratos de seguro.

	O Grupo		O Banco	
	2012	2011	2012	2011
	£m	£m	£m	£m
Acréscimos e rendimento diferido	4.806	4.959	2.313	2.446
Outros credores	4.702	5.171	12.681	13.023
Obrigações líquidas nos termos da locação financeira	35	64	2	2
Passivos por contratos de seguro incluindo passivos unit linked	2.689	2.386	-	-
Acréscimos, rendimentos diferidos e outras dívidas passivas	12.232	12.580	14.996	15.471

O passivo decorrente da atividade seguradora diz respeito principalmente aos negócios de longo prazo do Grupo. As responsabilidades relativas a contratos de seguros associados com os negócios de curto prazo do Grupo dos seguros não-vida são de 126m de £ (2011: 118m de £). Os montantes máximos a pagar em todos os produtos de seguros do Grupo, ignorando a probabilidade de que ocorram acontecimentos segurados e a contribuição a partir de investimentos que apoiam as apólices de seguros foram de 102bl de £ (2011: 104bl de £) ou 79bl de £ (2011: 82bl de £) após o resseguro. Deste risco segurado 87bl de £ (2011: 89bl de £) ou 67bl de £ (2011: 69bl de £) após resseguro foram concentrados nos contratos de seguros de curto prazo em África.

O impacto para a demonstração dos resultados e capital sob qualquer alteração razoavelmente possível nos pressupostos utilizados para calcular os passivos decorrentes da atividade seguradora seria de 7m de £ (2011: 8m de £)

26. Provisões

Valor contabilístico dos suprimentos

O Grupo aplica Suprimentos IAS 37, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes na obtenção do valor contabilístico dos passivos não financeiros.

As provisões são reconhecidas para as obrigações presentes que advêm como consequência de eventos passados quando é mais provável que uma transferência de benefício económico seja necessária para fazer face à obrigação, que pode ser fielmente estimada. Prevê-se que o custo previsto da reestruturação, incluindo os custos das indemnizações por despedimentos quando existe uma obrigação, ou seja, quando o Grupo tiver um plano formal pormenorizado para a reestruturação de empresas e tiver criado expectativas válidas nas pessoas afectadas pela reestruturação ao anunciar as suas características principais ou iniciar a implementação do plano. Estão previstos compromissos de empréstimos não realizados se for provável que a facilidade seja acionada e resulte no reconhecimento de um ativo de um montante inferior ao montante adiantado.

	Oneroso contratos	Redundância e re estruturação Processo Litigioso	Não utilizado contratualmente		Pagamento Proteção Seguros compensação Total	Juros Taxa Reserva de Produto	Diversos		
			cometido instalações e garantias fornecido provisões				Compensação		
	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £	m £
O Grupo									
Em 1 de janeiro de 2012	116	216	230	565	-	140	262	1.529	
Acréscimos	24	74	124	1.600	850	105	401	3.178	
Quantias utilizadas	(20)	(136)	(5)	(1.179)	(36)	(35)	(66)	(1.477)	
Quantias não usadas revertidas	(15)	(73)	(129)	-	-	(11)	(160)	(388)	
Câmbio e outros movimentos	(1)	(10)	(61)	-	-	1	(5)	(76)	
A 31 dezembro 2011	104	71	159	986	814	200	432	2.766	
O Banco									
Em 1 de janeiro de 2012	110	195	202	225	-	85	122	939	
Acréscimos	24	65	94	1.600	850	81	279	2.993	
Quantias utilizadas	(27)	(120)	(6)	(1.142)	(36)	(9)	85	(1.255)	
Quantias não usadas revertidas	(14)	(72)	(90)	-	-	(7)	(20)	(203)	
Câmbio e outros movimentos	(1)	(8)	(62)	-	-	5	(3)	(69)	
A 31 dezembro 2011	92	60	138	683	814	155	463	2.405	
O Grupo									
Em 1 de janeiro de 2011	74	177	229	-	-	151	316	947	
Acréscimos	71	330	111	1.000	-	176	36	1.724	
Quantias utilizadas	(31)	(257)	(2)	(435)	-	(104)	(64)	(893)	
Quantias não usadas revertidas	-	(31)	(109)	-	-	(73)	(13)	(226)	
Câmbio e outros movimentos	2	(3)	1	-	-	(10)	(13)	(23)	
A 31 dezembro 2011	116	216	230	565	-	140	262	1.529	
O Banco									
Em 1 de janeiro de 2011	68	166	184	-	-	116	117	651	
Acréscimos	71	199	83	580	-	135	94	1.162	
Quantias utilizadas	(30)	(140)	(1)	(355)	-	(97)	(41)	(664)	
Quantias não usadas revertidas	(1)	(29)	(66)	-	-	(62)	(47)	(205)	
Câmbio e outros movimentos	2	(1)	2	-	-	(7)	(1)	(5)	
A 31 dezembro 2011	110	195	202	225	-	85	122	939	

Os suprimentos que deverão ser recuperados ou liquidados num prazo não superior a 12 meses após 31 de dezembro de 2012 para o Grupo são de 1.700m de £ (2011: 694 m de £)

Notas às demonstrações financeiras

Acréscimos, suprimentos, procedimentos legais e passivos contingentes

26 Provisões continuação

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

Pagamento de indemnização do seguro de proteção

Após a conclusão da impugnação judicial de 2011, um suprimento para o Pagamento de Compensação do Seguro de Proteção de 1,0bl de £ foi determinado em Maio de 2011 com base nas diretrizes FSA e na experiência histórica do sector na resolução de processos similares.

Posteriormente, outros suprimentos de 300m de £ foram determinados em março de 2012, 700m de £ em setembro de 2012, e 600m de £ dezembro de 2012, o que constitui um suprimento total para Pagamento de Compensação do Seguro de Proteção de 2,6bl de £. Como em 31 de dezembro de 2012 1,6bl de £ do suprimento tinha sido utilizado, incluindo pagamentos de boa vontade a clientes com participações de sinistros acrescidas à data conclusão da impugnação judicial, restando um suprimento residual de 1,0bl de £.

A partir de 31 de dezembro de 2012, 1,1 milhões de clientes participaram sinistros que foram recepcionados e processados. O volume de sinistros participados diminuiu a partir do pico máximo em Maio de 2012, embora a taxa de declínio tenha sido inferior ao esperado.

Adicionalmente aos sinistros participados por clientes, em agosto de 2012, de acordo com os padrões regulamentares, o Barclays deu início ao envio proactivo de correspondência aos detentores de cerca de 750.000 apólices. Desta população, aproximadamente 100.000 foram contactados até 31 de dezembro e espera-se que os restantes tenham sido contactos até junho de 2013.

Até à data, o Barclays cumpriu em média 39% dos sinistros recebidos, excluindo pagamentos de boa vontade e refletindo uma elevada proporção de sinistros para os quais não existe apólice de Pagamento de Compensação do Seguro de Proteção. A compensação média por sinistro válido até à data é de 2.750£, compreendendo, onde aplicável, o reembolso do prémio, juro composto cobrado e juro de 8%.

O suprimento atual é calculado com base numa série de pressupostos principais que continuam a envolver um elevado nível de bom senso administrativo:

- Volumes de sinistros participados pelos clientes: os sinistros recepcionados e ainda não processados e uma estimativa de sinistros futuros participados por clientes onde se estima que o volume continue a diminuir com o tempo
- Taxa de resposta proactiva: volume de sinistros em resposta à correspondência proactiva
- Taxa de cumprimento: o percentual de sinistros que são determinados válidos após análise
- Compensação de sinistros média: o pagamento médio esperado aos clientes por sinistros válidos com base no tipo e na idade da/apólice/apólices

O suprimento inclui também uma estimativa dos custos de manuseamento de sinistros do Grupo e os custos associados a sinistros posteriormente referidos aos Serviços de Provedoria Financeira.

Estes pressupostos são subjetivos, particularmente a incerteza associada a níveis de futuros sinistros. Assim, é possível que o eventual resultado possa diferir materialmente das estimativas atuais, resultando num aumento ou numa redução do suprimento necessário. A tabela que se segue detalha, por pressupostos chave, os dados atuais até 31 de dezembro de 2012, pressupostos previstos no cálculo do suprimento e a análise de sensibilidade que ilustra o impacto do suprimento caso os pressupostos futuros esperados se revelem demasiado altos ou demasiado baixos:

Suposição	Análise de sensibilidade		
	Acumulativo real Em 31 de dezembro de 2012	Estimado	Aumento/decréscimo Em provisão
Reclamações de iniciadas pelos clientes	1,100k	450k	50k = 44m £
Correspondência proactiva	100k	650k	
Rácio de respostas à correspondência proactiva	27%	29%	1% = 9m £
Taxa média de reclamação b	39%	53%	1% = 11m £
Média de resolução por reclamação	2.750£	2.000£	100£ = 41m £

Compensação de Produtos de Cobertura do Risco da Taxa de Juro

A 29 de junho de 2012, a FSA anunciou ter chegado a acordo com uma série de bancos britânicos, incluindo o Barclays relativamente a um exercício de revisão e compensação a ser executado com base nos produtos da cobertura do risco da taxa de juro vendidos a pequenas e médias empresas. Durante a segunda metade de 2012, Barclays completou uma revisão piloto de uma amostra de casos individuais. A 31 de janeiro de 2013, a FSA emitiu um relatório de conclusões da revisão piloto, juntamente com as revisões levadas a cabo por uma série de outros bancos. O relatório inclui uma série de alterações e clarificações aos requisitos ao abrigo dos quais o exercício de revisão e compensação principal deverá ser levado a cabo. O Barclays acordou levar a cabo o exercício em linha com a abordagem estipulada neste relatório e iniciá-lo-á brevemente. A nossa análise sugere que há aproximadamente 4.000 clientes classificados como privados ou da banca de retalho aos quais os produtos da cobertura do risco da taxa de juro vendidos dentro do horizonte temporal relevante, dos quais cerca de 3.000 serão provavelmente categorizados como não sofisticados ao abrigo do acordo.

A partir de 30 de junho de 2012, um suprimento de 450 milhões de Libras esterlinas foi reconhecido, refletindo a estimativa inicial da administração acerca da compensação futura aos clientes categorizados como não sofisticados, e custos relacionados. A 31 de dezembro de 2012, foi reconhecido um suprimento adicional de 400m de £, refletindo os resultados da revisão piloto, uma estimativa atualizada dos custos administrativos e da maior transparência oferecida pela implementação dos requisitos acordados com a FSA. O suprimento reconhecido no balanço a partir de 31 de dezembro de 2012 é 814m de £, após utilização de 36m de £ esterlinas durante 2012, particularmente ligada a custos administrativos.

Notas

a Total de sinistros recebidos até à data incluindo aqueles para os quais não existe apólice de Pagamento de Compensação do Seguro de Proteção. b Os sinistros incluem tanto os participados por clientes como os decorrentes da correspondência proactiva.

26 Provisões continuação

O exercício piloto oferece a melhor informação disponível à data com base na qual se poderá elaborar uma estimativa. Porém, o custo final do exercício dependerá da extensão e natureza da compensação a pagamento para toda a população afectada. Isto será afectado por um número de factores, incluindo:

- O número de clientes que considera que o Barclays não terá cumprido os requisitos regulamentares relevantes à data da venda – A natureza de qualquer compensação oferecida pelo Barclays, particularmente se produtos existentes forem extintos ou substituídos por outros produtos alternativos
- O nível de perda consequential razoavelmente previsível a pagamento

O nível de suprimento adequado será mantido ao abrigo da revisão contínua enquanto a principal compensação e o exercício de revisão progredirem.

27 Passivos contingentes e compromissos

Valor contabilístico dos passivos contingentes

Os passivos contingentes são possíveis obrigações cuja existência será confirmada apenas por eventos futuros incertos ou obrigações presentes onde a transferência de benefícios económicos é incerta ou não pode ser medida fielmente. Os passivos contingentes não se encontram reconhecidos no balanço mas são divulgados, a menos que as saídas de caixa dos recursos económicos sejam remotas.

A tabela seguinte resume o principal valor nominal de passivos contingentes e compromissos que não estão registados no balanço:

	O Grupo		O Banco	
	2012	2011	2012	2011
	m £	m £	m £	m £
Operações de empréstimo de títulos	-	35.996	-	35.996
Garantias e cartas de crédito dados como garantia colateral	15.855	14.181	15.730	14.356
Garantias de desempenho, aceitação e averbamentos	6.406	8.706	5.840	7.023
Passivos contingentes	22.261	58.883	21.570	57.375
Créditos documentários e outras transações relacionadas com o comércio de curto prazo	1.027	1.358	744	1.106
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	247.816	240.282	189.096	190.736

Operações de empréstimo de títulos

Até à cessão do Barclays Global Investors a 1 de Dezembro de 2009, o Grupo facilitava acordos de empréstimos de valores para os seus fundos de investimento geridos pelo qual os títulos detidos pelos fundos sob gestão foram emprestados a terceiros. Os mutuários disponibilizaram ativos de caixa ou de grau de investimento como garantia colateral igual a 100% do valor de mercado dos títulos emprestados mais uma margem de 2% - 10%. O Grupo concordou com o BlackRock, Inc em continuar a disponibilizar o financiamento para apoiar estas operações por mais três anos.

Sistema de Indemnização de Serviços Financeiros (FSCS - Financial Services Compensation Scheme)

O Esquema de Indemnização de Serviços Financeiros (o FSCS) é o esquema de indemnização do Reino Unido para clientes de instituições autorizadas que não são capazes de pagar as indemnizações. Estes fornecem compensação a depositantes no caso de instituições do Reino Unido com licença para aceitar depósitos não serem capazes de pagar as indemnizações. O FSCS criou taxas para instituições do Reino Unido que aceitam depósitos, para cobrir tais indemnizações de acordo com a quota de depósitos do Reino Unido a 31 de dezembro do ano anterior ao do esquema (o qual vai de 1 de abril a 31 de março).

Anteriormente, as indemnizações eram pagas por facilidades de crédito fornecidas pelo Tesouro de Sua Majestade ao FSCS suportando as obrigações do FSCS para os depositantes de bancos declarados em situação de incumprimento. Em Abril de 2012, o FSCS concordou com os termos revistos de facilidades de empréstimo, incluindo um aumento de 70 pontos base na taxa de juro a pagar a 12 meses LIBOR mais 100 pontos base. Esta taxa vai ser sujeita a um limite inferior igual ao do custo de empréstimo do Tesouro de Sua Majestade. Espera-se que estas facilidades sejam reembolsadas por inteiro com as recuperações de depositários falhados, excepto por um deficit de 0,8bl de £. O FSCS anunciou que tenciona recuperar este deficit ao cobrar a indústria com prestações aproximadamente iguais ao longo dos anos 2013, 2014 e 2015, para além dos custos com juros contínuos nos empréstimos em dívida. O Barclays incluiu um acréscimo de 156m de £ noutros passivos à data de 31 de dezembro de 2012 (2011: 58m de £) relativo à porção de Barclays no total de impostos angariados pelo FSCS.

Notas às demonstrações financeiras

Acréscimos, suprimentos, procedimentos legais e passivos contingentes

27 Passivos contingentes e compromissos (continuação)

Atividades Hipotecárias dos EUA

As atividades do Barclays no sector das hipotecas residenciais nos EUA durante o período de 2005 a 2008 incluíam: o patrocínio e subscrição de cerca de 39bl de US\$ de titularizações de marca própria; a subscrição de cerca de 34bl de US\$ de outras titularizações de marca própria; vendas de aproximadamente 0,2bl de US\$ americanos em empréstimos às empresas patrocinadas pelo governo (government sponsored enterprises - GSE) e vendas de aproximadamente 3bl de US\$ de empréstimos a terceiros. O Barclays realizou também atividades de assistência através dos negócios de assistência de hipotecas residenciais dos EUA, os quais o Barclays comprou no 4º trimestre de 2006 e subsequentemente vendeu no terceiro trimestre de 2010. Alguns dos empréstimos vendidos pelo Barclays foram originados por uma subsidiária do Barclays. O Barclays realizou também atividades de assistência através dos negócios de assistência de hipotecas residenciais dos EUA, os quais o Barclays comprou no 4º trimestre de 2006 e subsequentemente vendeu no terceiro trimestre de 2010.

Em conexão com as vendas de empréstimos do Barclays e algumas das suas titularizações patrocinadas de marca própria, o Barclays fez certas representações e garantias ao nível de empréstimos (R&W), geralmente relacionadas com o mutuário, propriedade e/ou documentação de hipoteca subjacentes. Em determinadas circunstâncias, o Barclays pode ser obrigado a readquirir os empréstimos relacionados ou fazer outros pagamentos relativos a esses empréstimos se as R&W forem violadas. O Barclays era o único prestador de R&Ws com respeito a aproximadamente 5bl de US\$ de titularizações patrocinadas de Barclays, aproximadamente 0,2bl de US\$ em vendas de empréstimos a GSE e aproximadamente 3bl de US\$ de empréstimos vendidos a outros. Para além de aproximadamente 1bl de US\$ de empréstimos vendidos a outros, para os quais os R&W expiraram antes de 2012, não existem suprimentos de expiração aplicáveis aos R&W feitos pelo Barclays. Os R&W do Barclays relativos a empréstimos vendidos a outros estão relacionados com empréstimos que eram geralmente vendidos com descontos significativos e continham R&W mais limitados do que os empréstimos vendidos a GSE e com aproximadamente 5bl de US\$ de titularizações patrocinadas do Barclays, discutidas acima. Os R&W dos restantes e aproximadamente 34bl de US\$ de titularizações patrocinadas do Barclays eram principalmente fornecidos por terceiros diretamente aos fundos de titularização do Barclays, como depositante de fundos de titularizações, fornecendo R&W mais limitados. O total de pedidos de reavaliação não resolvidos e associados com todos os R&W feitos por Barclays em empréstimos vendidos a GSE e outras atividades de marca própria era de 0,4bl de US\$ em 31 de dezembro de 2012. Atualmente, o Barclays não tem suprimentos relativos a tais pedidos de recompra, dada a análise do Barclays de tais pedidos e o que o Barclays considera como defesas aplicáveis quando a estes dizem respeito. Com base no grande número de padrões que ocorrem em hipotecas residenciais nos EUA, há um potencial para reclamações adicionais para recompra. Com base no grande número de padrões que ocorrem em hipotecas residenciais nos EUA, há um potencial para reclamações adicionais para recompra.

As reclamações contra o Barclays como um subscritor das ofertas RMBS trouxeram certos processos civis. Além disso, o Barclays tem tido consultas de várias autoridades reguladoras e governamentais relativas às suas atividades relacionadas com as hipotecas e está a cooperar com tais investigações.

Não é possível fornecer uma estimativa do impacto financeiro da exposição potencial em relação às atividades hipotecárias do Barclays Capital US.

Mais detalhes sobre os passivos contingentes relacionados com Procedimentos Legais e Questões sobre Concorrência e Legislação são especificados na Nota 28 e 29, respectivamente.

28 Processo judicial

A 15 de Setembro de 2009, foram apresentadas moções no United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York (Tribunal de Insolvências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque), (o Tribunal) por Lehman Brothers Holdings Inc. (LBHI), o SIPA Trustee for Lehman Brothers Inc. (a Empresa Fiduciária) e a Official Committee of Unsecured Creditors (Comissão Oficial dos Credores Ordinários) da Lehman Brothers Holdings Inc. (a comissão). Todas as três moções desafiaram certos aspectos da transação nos termos do qual o BCI e outras empresas do Grupo adquiriram a maior parte dos ativos da Lehman Brothers Inc. (LBI) em setembro de 2008 e a injunção judiciária que aprovou a venda. Os queixosos procuravam uma ordem para anular a transferência de determinados bens para o BCI; exigindo que o BCI devolvesse o alegado valor excedente recebido pelos bens ao LBI; e declarando que o BCI não tem direito a certos bens que reivindica nos termos dos documentos de venda e da injunção que aprovou a venda (Rule 60 Claims - Lei 60 das Reivindicações). Em 16 de novembro de 2009, a LBHI, o Administrador e a Comissão apresentaram reclamações separadas no Tribunal de Falências impondo ações contra o BCI com base nas mesmas alegações fundamentadas que as moções pendentes e pretendem ter a assistência semelhante à que foi pedida nas moções. A 29 de janeiro de 2010, o BCI apresentou a sua resposta às moções e também apresentou uma moção exigindo entrega de certos ativos que a LBHI e a LBI não entregaram conforme exigido pelos documentos de venda e pela injunção judiciária que aprovou a venda (juntamente com reivindicações concorrentes da Empresa Fiduciária aos ativos, as Reivindicações do Contrato). Cerca de 4,5bl de US\$ (2,8bl de £) dos ativos adquiridos como parte da aquisição não foram recebidos até 31 de dezembro de 2012, cerca de 3bl de US\$ (1,9bl de £), os quais foram reconhecidos como parte da contabilização da aquisição e incluídos no balanço a 31 de dezembro de 2012. Isto resultou num suprimento efetivo de 1,5bl de US\$ (0,9bl de £) contra a incerteza inerente no litígio e assuntos relacionados com a recuperação de determinados ativos detidos por instituições fora dos Estados Unidos da América.

A 22 de fevereiro de 2011 o Tribunal emitiu o seu parecer em relação a estas questões, indeferindo a Lei 60 das Reivindicações e decidindo parte das Reivindicações ao Contrato em favor da Empresa Fiduciária e outra parte em favor do BCI. A 15 de julho de 2011, o Tribunal declarou uma Ordem final implementando o seu Parecer. O Barclays e a Empresa Fiduciária recorreram da decisão do Tribunal de Insolvência quanto à decisão das Reivindicações do Contrato ao United States District Court for the Southern District of New York (Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque) (o Tribunal Distrital). A LBHI e a Comissão não recorreram da decisão do Tribunal de Insolvências com base na Lei 60 das Reivindicações. Após o resumo e discussão, o Tribunal Distrital emitiu o seu Parecer a 5 de junho de 2012 no qual reverteu uma das decisões do Tribunal de Insolvência a nível das Reivindicações do Contrato, que eram contra o Barclays, e reafirmaram outras decisões do Tribunal de Insolvência a nível de Reivindicações do Contrato. A 17 de julho de 2012, o Tribunal Distrital alterou o Parecer, corrigindo determinados erros, mas este não alterou a decisão, e emitiu um Acórdão implementando as decisões no Parecer. O Barclays e a Empresa Fiduciária recorreram destas decisões do Tribunal Distrital ao United States Court of Appeals for the Second Circuit (Tribunal de Recursos dos EUA 2º Circuito).

28 Processos judiciais (continuação)

Segundo o Acórdão do Tribunal Distrital, o Barclays tem o direito de receber:

- 1,1bl de US\$ (0,7bl de £) da Empresa Fiduciária, em termos dos ativos "clearance box";
- propriedade detida em várias instituições para garantir as obrigações debaixo das transações derivadas transferidas ao Barclays na Venda (a ETD Margin), sujeito à condição do Barclays ter o direito de receber 507m de US\$ (0,3bl de £) da ETD Margin apenas se, e na medida em que, a Empresa Fiduciária tenha ativos disponíveis, assim que a Empresa Fiduciária tenha satisfeito todas as indemnizações a clientes da LBI; e
- 769m de US\$ (0,5bl de £) da Empresa Fiduciária, respeitantes a ativos de reserva 15c3-3 da LBI, apenas se, e na medida em que, a Empresa Fiduciária tenha ativos disponíveis depois de satisfazer todas as indemnizações dos clientes da LBI.

Uma porção da ETD Margin que ainda não foi recuperada por Barclays ou a Empresa Fiduciária é detida ou devida por determinadas instituições fora dos Estados Unidos da América (incluindo vários afiliados da Lehman sujeitos a insolvência ou procedimentos semelhantes). Neste momento, o Barclays não pode dar uma estimativa fiável de qual a ETD Margin detida ou devida por tais instituições que terá a receber, e fazer contribuições significativas a credores (sem a necessidade de usar qualquer um dos ativos que o Barclays reivindica). Para além disso, de momento o Barclays não pode dar uma estimativa fiável de até que ponto a Empresa Fiduciária terá fundos disponíveis para pagar ao Barclays os 507m de US\$ (0,3bl de £) relativos à ETD Margin ou os 769m de US\$ (0,5bl de £) relativos a ativos de reserva 15c3-3 da LBI depois de satisfazer as indemnizações de clientes da LBI. Em relação a este assunto, a Empresa Fiduciária anunciou em Outubro de 2012 que caso os acordos propostos à LBHI e ao Administrador para a liquidação da Lehman Brothers Inc. (Europa) sejam aprovados em tribunais competentes, a Empresa Fiduciária vai estar na posição de satisfazer as indemnizações de todos os clientes. Caso as decisões do Tribunal Distrital não sejam afectadas por futuros procedimentos, presumindo prudentemente falta de recuperação pelo Barclays de qualquer uma das ETD Margin ainda não recuperadas pelo Barclays ou pela Empresa Fiduciária, que é detido ou devido por instituições fora dos Estados Unidos da América ou a falta de recuperação pelo Barclays de 507m de US\$ (0,3bl de £) relativos à ETD Margin ou os 769m de US\$ (0,5bl de £) relativos a ativos de reserva 15c3-3 da LBI, o Barclays estima que a perda seria de aproximadamente 0,9m de US\$ (0,5bl de £). No mesmo cenário, mas assumindo que os acordos propostos pela Empresa Fiduciária à LBHI e ao Administrador para a liquidação da Lehman Brothers Inc. (Europa) são implementados, e resultam no facto do Barclays receber 507m de US\$ relativos à ETD Margin e 769m de US\$ relativos a ativos de reserva 15c3-3 da LBI, o Barclays estima que o lucro irá ser aproximadamente de 0,4m de US\$ (0,2bl de £) mais o valor de qualquer recuperação da ETD Margin detido ou devido por instituições fora dos Estados Unidos da América. Neste contexto, o Barclays está satisfeito com a valorização dos ativos reconhecidos no balanço e o nível resultante do suprimento efetivo.

Ações de Depósito Americano

O Barclays Bank PLC, o Barclays PLC e vários membros atuais e antigos do Conselho de Administração do Barclays PLC foram citados como arguidos em cinco ações judiciais sobre valores mobiliários propostas (já consolidadas) que estavam pendentes no United States District Court for the Southern District of New York (Tribunal Distrital dos Estados Unidos do Distrito do Sul de Nova Iorque). A denúncia consolidada alterada de 12 de fevereiro de 2011, alega que as declarações de registo relacionadas com as American Depositary Shares (Ações de Depósito Norte-Americanas) que representam ações preferenciais, série 2, 3, 4 e 5 (ADS) oferecidas pelo Barclays Bank PLC em vários momentos entre 2006 e 2008 continham distorções e omissões relativas (entre outras coisas) à carteira de hipotecas do Barclays (incluindo relacionadas ao subprime nos EUA), exposição ao risco de crédito hipotecário e de mercado do Barclays e a condição financeira do Barclays. A denúncia consolidada alterada afirma reivindicações ao abrigo das Secções 11, 12 (a) (2) e 15 da lei norte-americana relativa aos valores imobiliários a Securities Act de 1933. Em 5 de janeiro de 2011 o Tribunal emitiu uma ordem e em 7 de janeiro de 2011 foi registada a sentença permitindo a concessão da moção dos arguidos para indeferir a denúncia na íntegra e fechar o caso. A 4 de fevereiro de 2011, os queixosos apresentaram uma moção pedindo ao Tribunal que reconsiderasse em parte a sua decisão de indeferimento. A 31 de maio de 2011, o Tribunal negou na íntegra a reconsideração da moção dos queixosos. Os queixosos interpuseram recurso de ambas as decisões (a concessão da moção dos arguidos para a indeferimento da queixa e a reconsideração da negação da moção dos queixosos) ao United States Court of Appeals for the Second Circuit (Tribunal Americano de Recurso). As alegações ocorreram no dia 18 de Outubro de 2012.

O Barclays considera que estas reivindicações relacionadas com a ADS contra o Grupo são infundadas e está a defender-se vigorosamente. Não é possível estimar a perda possível do Barclays em relação a estas reivindicações ou qualquer efeito que estas possam ter sobre os resultados operacionais em qualquer determinado período financeiro.

US Federal Housing Finance Agency (Agência Federal de Financiamento Habitacional dos EUA) e outros Contenciosos de Títulos de Hipotecas Residenciais A United States Federal Housing Finance Agency (FHFA), em nome de duas empresas patrocinadas pelo governo dos EUA, Fannie Mae e Freddie Mac (colectivamente as GSE), moveu ações judiciais contra 17 instituições financeiras em relação às compras pelas GSE dos títulos das hipotecas residenciais (RMBS - residential mortgage-backed securities). As ações judiciais alegam, entre outras coisas, que os materiais oferecidos pela RMBS continham declarações materialmente falsas e enganosas e/ou omissões. O Barclays Bank PLC e/ou algumas das suas afiliadas ou ex-colaboradores são nomeados em duas destas ações judiciais sobre as vendas entre 2005 e 2007 da RMBS em que o Barclays Capital Inc. era o subscritor principal ou co-subscritor.

Rescisão e recuperação do valor pago para a RMBS; e recuperação dos alegados prejuízos financeiros decorrentes da propriedade das RMBS. As queixas são similares a outras ações civis contra o Banco Barclays e/ou algumas das suas filiais por outros queixosos, incluindo o Federal Home Loan Bank of Seattle, o Federal Home Loan Bank of Boston, o Federal Home Loan Bank of Chicago, a Cambridge Place Investment Management, Inc., a HSH Nordbank AG (e afiliados), a Sealink Funding Limited, o Landesbank Baden-Württemberg (e afiliados), o Deutsche Zentral-Genossenschaftsbank AG (e afiliados), o Stichting Pensioenfonds ABP, o Royal Park Investments SA/NV, o Bayerische Landesbank, a John Hancock Life Insurance Company (e afiliados), a Prudential Life Insurance Company of America (e afiliados) e a National Credit Union Administration, relativamente às compras de RMBS. O Barclays considera que tais reivindicações contra o grupo são infundadas e tenciona defender-se vigorosamente. O Barclays considera que tais reivindicações contra o grupo são infundadas e tenciona defender-se vigorosamente.

Notas às demonstrações financeiras

Acréscimos, suprimentos, procedimentos legais e passivos contingentes

28 Processos judiciais (continuação)

A quantia original de RMBS relacionada com as queixas contra o Barclays nos casos FHFA e outras ações civis contra o Barclays Bank PLC e/ou algumas dos seus afiliados totalizam aproximadamente o valor de 8,5bl de US\$, do qual aproximadamente 2,7bl de US\$ era de destacar em 31 de dezembro de 2012. Perdas cumulativas reportadas nestas RMBS à data de 31 de dezembro de 2012 eram aproximadamente de 0,4bl de US\$. Se o Barclays perdesse estes casos, poderia incorrer numa perda de até ao montante em dívida da RMBS no momento da sentença (tendo em consideração pagamentos adicionais principais após 31 de dezembro de 2012) acrescido de quaisquer perdas acumuladas na RMBS nessa altura, bem como quaisquer juros, taxas e custos, menos o valor de mercado da RMBS naquele momento. O Barclays estimou o valor de mercado total da RMBS a 31 de dezembro de 2012 como sendo aproximadamente 1,6 bl de US\$. O Barclays poderá vir a ter direito a ser indemnizado de uma parte de qualquer um dos prejuízos. Estes valores não incluem duas ações colectivas relacionadas, trazidas por parte de uma classe de hipotéticos investidores colectivos na RMBS emitida a nível Nacional e subscrita pelo BCI e outros subscritores, sendo que o Barclays é indemnizado a nível Nacional.

Empresa fiduciária Devonshire Trust

A 13 de janeiro de 2009 o Barclays intentou uma ação no Supremo Tribunal de Ontário para obter uma ordem declarando a validade do término antecipado naquele dia de dois swaps de risco de incumprimento no âmbito de um Acordo Mestre ISDA com a Devonshire Trust (Devonshire), um fundo de papel comercial garantido por ativos. No mesmo dia, a Devonshire pretendia cancelar os swaps pelo facto de o Barclays não ter providenciado apoio à liquidez do papel comercial da Devonshire quando o devia ter feito. A 7 de setembro de 2011, o tribunal decidiu que os cancelamentos antecipados do Barclays eram inválidos, que os cancelamentos antecipados da Devonshire eram válidos e, consequentemente, que a Devonshire tinha direito a receber o reembolso do Barclays das garantias em dinheiro de aproximadamente 533m de C\$, juntamente com os respectivos juros. O Barclays está a recorrer à decisão do tribunal. Se a decisão do tribunal não for afectada por futuros procedimentos, o Barclays estima que a perda poderá ser de aproximadamente 500m de C\$, menos quaisquer suprimentos por imparidade levados a cabo pelo Barclays para este assunto.

LIBOR - Ações Cíveis

O Barclays e outros bancos foram nomeados como arguidos em ações judiciais colectivas e não colectivas pendentes em Tribunais Federais dos Estados Unidos em ligação aos seus papéis como painel de bancos contribuidores para o LIBOR Dólar Americano, o primeiro do qual foi apresentado em 15 de abril de 2011. As queixas são substancialmente similares e alegam, entre outras coisas, que o Barclays e outros bancos violaram, de forma individual e colectiva, várias provisões da Lei Sherman, a Lei de Negociação de Mercadorias, a Lei da prática das quadrilhas de extorsão e corrupção (RICO) e várias leis estatais, ao suprimir ou manipular as taxas LIBOR Dólar Americano. As ações judiciais procuram um montante não especificado de danos e triplicação dos danos, ao abrigo das Leis Sherman e RICO. As ações colectivas propostas são realizadas por (entre outros) queixosos que (i) estão envolvidos em transações ligadas a LIBOR Dólar Americano; (ii) compraram instrumentos financeiros ligados a LIBOR Dólar Americano via uma troca; (iii) compraram títulos de dívida ligados a LIBOR Dólar Americano; (iv) compraram hipotecas com taxas ajustáveis ligadas a LIBOR Dólar Americano; ou (v) emitiram empréstimos ligados a LIBOR Dólar Americano.

Foi iniciada uma ação colectiva adicional no dia 30 de abril de 2012 no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque contra o Barclays e outros painéis bancários da LIBOR Japonesa em Ienes, por queixosos envolvidos em derivados negociados na bolsa. A queixa também nomeia membros do painel Japanese Bankers Association's Euroyen TIBOR, do qual o Barclays não é um membro. A queixa alega, entre outras coisas, a manipulação das taxas Euroyen TIBOR e Yen LIBOR (LIBOR Iene) e incumprimento das leis Antimonopolistas dos EUA entre 2006 e 2010.

Foi iniciada uma nova ação colectiva no dia 6 de julho de 2012 no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque contra o Barclays e outros painéis bancários EURIBOR, por queixosos que compraram ou venderam instrumentos financeiros relacionados com a EURIBOR. A queixa alega, entre outras coisas, a manipulação da taxa EURIBOR e incumprimento da Lei Sherman e Lei de Negociação de Mercadorias, com início no dia 1 de janeiro de 2005 até ao dia 31 de dezembro de 2009. No dia 23 de agosto de 2012, os queixosos voluntariamente rejeitaram a queixa.

Para além disso, o Barclays recebeu um comunicado condicional sobre a não aplicação ou redução de coisas, da Antitrust Division de DOJ em conexão com potenciais violações da lei Antimonopolista, relativamente a instrumentos financeiros com referência à EURIBOR.

O Barclays também foi nomeado como arguido, juntamente com 4 atuais e antigos agentes do Barclays e diretores, numa ação colectiva proposta que se encontra pendente no United States District Court for the Southern District of New York (Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque), com ligação ao papel do Barclays como painel bancário colaborador de LIBOR. Esta queixa alega principalmente que os Relatórios Anuais do Barclays nos anos 2006-2011 continham distorções e omissões respeitantes (entre outras coisas) ao cumprimento do Barclays da gestão do risco operacional e certas leis e regulamentos. Esta queixa também alega que as submissões diárias do LIBOR Dólar Americano por parte do Barclays continham declarações falsas que violam as leis de segurança dos EUA. Esta queixa proposta por um colectivo de pessoas ou entidades (que não os arguidos) que compraram American Depositary Shares (Ações de Depósito Americano) numa troca de títulos americanos entre 10 de julho de 2007 e 27 de junho de 2012. A queixa regista reivindicações ao abrigo das Secções 10 (b) e 20 (a) da Lei de Mercado de Capitais dos EUA de 1934.

No dia 21 de fevereiro de 2013, foi iniciada uma ação colectiva no United States District Court for the Northern District of Illinois (Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Norte de Illinois) contra o Barclays e outros painéis bancários EURIBOR por queixosos que compraram ou venderam o contrato futuro de NYSE LIFFE EURIBOR. A queixa alega que a manipulação da taxa EURIBOR e as violações à Lei Sherman começaram no dia 1 de junho de 2005 e continuaram até ao dia 30 de junho de 2010.

Não é possível estimar o impacto financeiro de uma potencial exposição a qualquer uma das ações descritas ou qual o efeito que qualquer uma destas ações pode ter em resultados operacionais, no fluxo de caixa ou na posição financeira do Barclays num determinado período.

Consultar a Nota 29.

28 Processos judiciais (continuação)

Outros

O Barclays está envolvido em vários outros processos judiciais no Reino Unido e numa série de jurisdições estrangeiras, incluindo nos Estados Unidos, envolvendo queixas por e contra o grupo, as quais surgem no curso normal dos negócios, incluindo cobrança de dívidas, reivindicações do consumidor e litígios contratuais. O Barclays não espera que a resolução definitiva de qualquer um desses processos onde é uma das partes afecte negativamente os seus resultados operacionais, fluxos de caixa ou a posição financeira do Grupo, e não revelou os passivos contingentes associados a estas reivindicações, quer porque não podem ser estimados com fiabilidade, ou porque a sua divulgação poderia ser prejudicial à condução das queixas. Foram reconhecidos suprimentos para os casos em que o Barclays consegue de forma fidedigna estimar a perda provável, onde a perda provável não é de minimis.

29 Questões sobre concorrência e legislação

Esta nota destaca alguns dos desafios principais de concorrência e regulamentação que o Barclays enfrenta, muitos dos quais estão fora do nosso controlo. A extensão do impacto destas questões no Barclays e o impacto no Barclays de quaisquer questões de concorrência e legislação na qual o Barclays está ou pode ficar envolvido no futuro, nem sempre pode ser previsto mas pode criar um impacto material no nosso negócio e ganhos.

Alterações regulamentares

Ao mesmo tempo, existe um controlo político e regulamentar do funcionamento dos sectores bancário e de crédito ao consumo que, em alguns casos, leva a um aumento de regulamentação ou de mudança susceptível de ter um efeito significativo sobre a indústria.

A 4 de fevereiro de 2013, o Governo do Reino Unido iniciou a Financial Services Bill (Autoridade de Serviços Financeiros), uma Reforma Bancária (a Reforma), no House of Commons. Esta autoridade permitiu que as autoridades do Reino Unido implementassem recomendações chave na Independent Commission of Banking (Comissão Independente sobre a Banca) ao pedir, entre outras coisas: (i) a separação das atividades bancárias retalhistas do Reino Unido e EEA de Bancos do Reino Unido, numa entidade legalmente distinta, operacionalmente separada e economicamente independente (designada por "ring fencing") e (ii) o aumento da capacidade absorvente de perdas de bancos "ring-fenced" e bancos importantes sediados no Reino Unido para níveis acima das diretrizes 3 de Basileia. Espera-se que o Governo publique uma lei secundária e temporária no fim do verão deste ano. O Governo do Reino Unido tenciona que a lei primária e secundária entrem em vigor no fim deste Parlamento (maio 2015) e que os bancos do Reino Unido comecem a cumprir estas leis até dia 1 de janeiro de 2019.

A Lei Dodd-Frank de Wall Street e a Lei de Proteção do Consumidor dos EUA contêm uma reforma regulamentar abrangente, incluindo uma potencial reforma do regime regulamentar para bancos estrangeiros a operar nos EUA, a qual poderá requerer, entre outras coisas, que as filiais dos EUA de bancos estrangeiros sejam detidas debaixo de uma empresa intermediária dos EUA sujeita a um conjunto compreensivo de normas prudentes e de fiscalização nos EUA. O impacto total nos negócios do Barclays e nos mercados não será conhecido até serem adoptadas de forma definitiva as principais regras de execução por parte das autoridades governamentais, um processo que está em curso e que estará em vigor por vários anos.

Intercâmbio

O Gabinete para o Comércio Justo, juntamente com outras autoridades de concorrência em toda a Europa, continua a investigar os créditos da Visa e MasterCard e as taxas interbancárias de débito. Estas investigações podem ter um impacto sobre a indústria de crédito ao consumo e têm também o potencial para a imposição de multas. O prazo destes casos é incerto e não é possível dar uma estimativa do potencial impacto financeiro deste assunto no Barclays.

LIBOR (Taxa Interbancária do Mercado de Londres)

A Autoridade de Serviços Financeiros do Reino Unido (o FSA), o US Commodity Futures Trading Commission (a CFTC), o US Securities and Exchange Commission, o US Department of Justice Fraud Section (o DOJ-FS) e a Antitrust Division, a Comissão Europeia, o UK Serious Fraud Office e vários procuradores dos EUA são as várias autoridades que estão a investigar (as Investigações) as submissões feitas pelo Barclays e outros membros do painel a entidades que definiram várias taxas interbancárias, tais como a LIBOR e a EURIBOR.

A 27 de junho de 2012, o Barclays anunciou que chegou a acordo com o FSE, a CFTC e o DOJ-FS, relativamente às Investigações, e o Barclays concordou em pagar uma penalização total de 290m de £, o qual foi reflectido nas despesas operacionais de 2012. Foram feitos acordos e estes registados num Acordo de Liquidação com o FSA, um Acordo de Não Acusação (NPA) com o DOJ-FS e Acordo de Ordem de Liquidação com o CFTC. Para além disso, o Barclays recebeu um comunicado condicional sobre a não aplicação ou redução de coisas, da Antitrust Division do Departamento de Justiça em conexão com potenciais violações da lei Antimonopolista, relativamente a instrumentos financeiros com referência a EURIBOR.

Os termos do Settlement Agreement com o FSA são confidenciais. Contudo, a Nota Final de FSA, a qual implicou uma penalidade financeira de 59,5m de £, está publicado no website da FSA. Isto define as razões do FSA para a multa, referencia os princípios do acordo e define o contexto factual e justificação dos termos impostos. Os resumos da Ordem do NPA e da CFTC estão descritos abaixo. O texto completo da Ordem do NPA e da CFTC está publicado nos websites do DOJ e CFTC, respectivamente.

Para além de uma multa monetária civil de 200m de US\$, a Ordem da CFTC pede que o Barclays termine e desista de futuras violações a suprimentos especificados na Lei de Negociação de Mercadorias e tome medidas específicas para garantir a integridade e a fiabilidade das submissões de taxas de juro de referência, incluindo LIBOR e EURIBOR, e melhorar os respectivos controlos internos. Entre outras coisas, a Ordem da CFTC pede ao Barclays para:

Notas às demonstrações financeiras

Acréscimos, suprimentos, procedimentos legais e passivos contingentes

29 Questões sobre concorrência e legislação

- Fazer as submissões com base em certos factores específicos, Implementar a fiscalização, monitorização e medidas de treino relativas a submissões e procedimentos relacionados; - Enviar relatórios regulares à CFTC relativos ao cumprimento dos termos da Ordem da CFTC; com as transações do Barclays a ter maior peso e sujeitas a determinados ajustes e considerações específicas;
- Fazer as submissões com base em certos factores específicos, com as transações do Barclays a ter maior peso e sujeitas a determinados ajustes e considerações específicas;
- Implementar firewalls para prevenir comunicações impróprias, incluindo aquelas entre comerciantes e os que submetem;
- Preparar e reter determinados documentos relativos a submissões e reter comunicações relevantes; - Implementar a fiscalização, monitorização e medidas de treino relativas a submissões e procedimentos relacionados; - Enviar relatórios regulares à CFTC relativos ao cumprimento dos termos da Ordem da CFTC;
- Esforçar-se para encorajar o desenvolvimento de padrões rigorosos para taxas de juro de referência; e - Continuar a cooperar com as investigações da CFTC a nível das taxas de juro de referência.

Como parte do NPA, o Barclays concordou em pagar uma multa de 160m de US\$. Para além disso, o DOJ concordou em não processar o Barclays por qualquer crime (excepto por infracções tributárias graves, pelo qual o DOJ não pode fazer um acordo) relativo à submissão de taxas de juro de referência pelo Barclays, incluindo LIBOR e EURIBOR, subordinado à satisfação do Barclays das obrigações especificadas no NPA. O Barclays especificamente concordou, ao abrigo do NPA, durante um período de dois anos a contar de 26 de junho de 2012, entre outras coisas, a:

- Não cometer nenhum crime nos Estados Unidos;
- Divulgar de forma verdadeira e completa a informação não privilegiada de atividades do Barclays, dos seus agentes e colaboradores, e outros respeitantes a assuntos questionados pelo DOJ, informação essa que pode ser utilizada para qualquer fim, com exceção para limitações no NPA;
- Chamar a atenção do DOJ para qualquer conduta potencialmente criminosa do Barclays ou qualquer um dos seus colaboradores que cometa fraudes ou viole as leis de segurança e mercado de produtos; e
- Chamar a atenção do DOJ para qualquer investigação criminal ou regulamentar, procedimentos administrativos ou ações civis realizadas por qualquer entidade do Governo dos Estados Unidos por ou contra o Barclays ou os seus colaboradores que cometam uma fraude ou violem leis de segurança e mercados de produtos

O Barclays também concordou em cooperar com o DOJ e outras entidades do Governo dos Estados Unidos, relativos a qualquer investigação ou ação penal que resulte da conduta descrita no NPA, cujo compromisso se mantém até tais investigações e ações penais terem terminado. O Barclays também continua a cooperar com outras investigações em curso.

Não é possível estimar o impacto financeiro destes assuntos ou da sua extensão, em resultados operacionais, nos fluxos de caixa ou na posição financeira do Barclays num determinado período.

Para a discussão do litígio derivado da ligação com as Investigações, consultar a Nota 28.

Produtos de Cobertura do Risco da Taxa de Juro

Consultar a Nota 26.

Investigação FERC

O United States Federal Energy Regulatory Commission (o FERC), Office of Enforcement investigou o poder do comércio do Barclays no Ocidente dos EUA entre o período de 2006 até 2008. A 31 de outubro de 2010, o FERC emitiu uma Ordem para Demonstrar Causa e Notificação de Multas Propostas - Ordem e Notificação pública contra o Barclays Bank PLC relativamente a este assunto. Nesta Ordem e Notificação o FERC defende que o Barclays Bank PLC violou a Regra Anti-Manipulação do FERC, ao manipular os mercados de electricidade na Califórnia e arredores, entre Novembro de 2006 e dezembro de 2008. O FERC propõe que o Barclays Bank PLC pague uma penalidade civil de 435m de US\$ e reembolse um valor adicional de 34,9m de US\$ de lucros mais juros. O Barclays tenciona defender este assunto de forma vigorosa.

Outras Investigações Regulamentares

O FSA e o Serious Fraud Office estão ambos a investigar certos acordos comerciais entre o Barclays e Qatari interests e como estes podem estar relacionados com a mobilização de capital do Barclays entre junho e novembro de 2008. As investigações do FSA envolvem quatro atuais e antigos quadros superiores incluindo Chris Lucas, Diretor Financeiro do Grupo, bem como o Barclays. A investigação do FSA começou em julho de 2012 e o Serious Fraud Office começou a sua investigação em agosto de 2012.

Em outubro de 2012, o Barclays foi informado pelo Departamento de Justiça dos EUA e pelo US Securities and Exchange Commission do facto de terem iniciado a investigação sobre a avaliação das relações do Grupo com terceiras entidades que dão assistência ao Barclays em ganhar ou manter negócios, e se estes respeitam a Lei Sobre Práticas de Corrupção no Estrangeiro dos EUA.

O Barclays está a cooperar com todas as autoridades, na íntegra. Não é possível estimar o impacto financeiro no Barclays, caso se confirme tais resultados adversos.

Notas às demonstrações financeiras

Instrumentos de capital, capital próprio e reservas

Instrumentos de capital, capital próprio e reservas

As notas incluídas nesta secção concentram a atenção no capital de empréstimo capital próprio dos acionistas do Grupo, incluindo o capital social emitido, lucros distribuídos, outros saldos de capital próprio e juros dos acionistas minoritários nas nossas entidades filiais (juros não controladores). Para mais informações sobre o capital e a gestão de capital e como o Grupo mantém o capital suficiente para satisfazer os nossos requisitos regulamentares consulte a página 66.

30 Passivos subordinados

Valor contabilístico dos passivos subordinados

Os passivos subordinados são calculados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo nos termos da IAS 39.

Os passivos subordinados, todos emitidos pelo Barclays Bank PLC ("O Banco") ou outras filiais do Grupo, inclui juros acrescidos e compreende capital de empréstimo a prazo ou sem prazo, conforme se segue:

	O Grupo		O Banco	
	2012	2011	2012	2011
	m £	m £	m £	m £
Total dos passivos subordinados	6.740	6.741	6.552	9.749
Total dos passivos subordinados	17.682	18.129	16.389	17.015
Total dos passivos subordinados	24.422	24.870	22.941	26.764

Nenhum capital de empréstimos a prazo do Grupo está seguro. O capital regulamentar difere dos montantes registados no balanço em virtude dos requisitos da FSA relativamente a: critérios de elegibilidade de capital; amortização do crédito principal nos últimos cinco anos até à maturidade; e exclusão do impacto das coberturas de riscos de justo valor.

Notas às demonstrações financeiras

Instrumentos de capital, capital próprio e reservas

30 Passivos subordinados (continuação)

passivos subordinados	Data inicial da solicitação	O Grupo		O Banco	
		2012	2011	2012	2011
		m £	m £	m £	m £
Barclays Bank PLC					
Notas Promissórias de Tier 1 (TON)					
6% Notas Promissórias Perpétuas Amortizáveis de Tier 1	2032	116	103	116	501
6.86% Notas Promissórias Perpétuas Amortizáveis de Tier 1	2032	720	753	720	1.105
Instrumentos de Capital Reservado (RCI)					
5,926% Instrumentos de Capital Reservado Crescente Perpétuo Amortizável	2016	393	414	393	1.048
7,434% Instrumentos de Capital Reservado Crescente Perpétuo Amortizável	2017	261	273	261	990
6,3688% Instrumentos de Capital Reservado Crescente Perpétuo Amortizável	2019	117	122	117	629
14% Instrumentos de Capital Reservado Crescente Perpétuo Amortizável	2019	3.298	3.210	3.298	3.210
5,3304% Instrumentos de Capital Reservado Crescente Perpétuo Amortizável	2036	113	120	113	696
Notas Promissórias Perpétuas					
6,875% Notas Promissórias Perpétuas Subordinadas	2015	152	158	152	158
6,375% Notas Promissórias Perpétuas Subordinadas	2017	153	157	153	157
7,7% Notas Promissórias Perpétuas Subordinadas	2018	72	75	72	75
8,25% Notas Promissórias Perpétuas Subordinadas	2018	165	166	165	166
7,125% Notas Promissórias Perpétuas Subordinadas	2020	215	214	215	214
6,125% Notas Promissórias Perpétuas Subordinadas	2027	233	233	233	233
Notas Promissórias Perpétuas Subordinadas de Taxa Variável (121 m de Dólares americanos) juros	75	Qualquer data de pagamento de			
		78	133	141	
Notas Promissórias Perpétuas do Capital Primário de Taxa Variável Séries 3	Qualquer data de pagamento de juros	146	146	146	146
	146				
Títulos					
9,25% Títulos Subordinados Perpétuos (ex-Woolwich PLC)	2021	99	99	99	99
9% Títulos de Capital Vencendo Juros	A qualquer altura	47	46	47	46
Empréstimos					
5.03% Empréstimo Subordinado Perpétuo Bimonetário "em marcha-atrás" (8.000 m de lenes)		2028	47	53	47 53
5% Empréstimo Subordinado Perpétuo Bimonetário "em marcha-atrás" (12.000 m de lenes)		2028	72	82	72 82
Barclays SLCSM Funding B.V. com garantia do Banco					
6,140% Obrigações Subordinadas Perpétuas Garantidas	2015	246	239	-	-
Total de passivo não datado		6.740	6.741	6.552	9.749

Empréstimos não amortizáveis

O capital de empréstimo sem prazo é emitido pelo Banco, e suas subsidiárias, para o desenvolvimento e expansão dos seus negócios e para fortalecer as suas bases de capital. Os principais termos do capital de empréstimo sem prazo são descritos abaixo

Subordinação

Todas as categorias de capital de empréstimo sem prazo em que se baseiam as queixas contra o banco dos depositantes e outros credores quirográficos não subordinados e os detentores de capital de empréstimo a prazo na seguinte ordem: Notas Promissórias Perpétuas Subordinadas de Taxa Variável; outros assuntos de Notas Promissórias Perpétuas, Títulos e Empréstimos de uma mesma emissão, seguidos de TON e RCI de uma mesma emissão.

Juros

Todo o capital de empréstimo sem prazo tem uma taxa de juros fixa até à data inicial da solicitação, com exceção dos Títulos de 9%, fixada durante o prazo, e as Notas Promissórias Perpétuas Subordinadas e Séries 3 que são taxas variáveis.

Após a data inicial da solicitação, no caso de não serem resgatadas, as Notas Promissórias Perpétuas 6,875%, 6,375%, 7,125%, 6,125%, os Títulos 9,25% e as Notas Promissórias Perpétuas 6,140% incidirão juros às taxas fixadas periodicamente com antecedência para períodos de cinco anos com base nas taxas de mercado. Qualquer outro capital de empréstimo sem prazo, excepto as duas Notas Promissórias Perpétuas de taxa variável, incidirão juros e as duas Notas Promissórias Perpétuas de taxa variável vencem atualmente juros, com as taxas fixadas antecipadamente de forma periódica com base nas taxas interbancárias de Londres.

30 Passivos subordinados (continuação)

Pagamento de juros

O Barclays Bank PLC não é obrigado a fazer um pagamento de juros sobre as suas Notas Promissórias Perpétuas, Títulos e Empréstimos, excluindo as Notas Promissórias Perpétuas 7,7%, as Notas Promissórias Perpétuas 8,25%, os Títulos 9,25% e as Notas Promissórias Perpétuas 6,140% se, nos últimos seis meses não for declarado ou pago um dividendo em qualquer classe de ações do Barclays PLC, ou em certos casos, em qualquer classe de ações preferenciais do Banco. O Banco não é obrigado a fazer um pagamento de juros sobre os seus Títulos Subordinados Perpétuos 9,25% se, no período imediatamente anterior de 12 meses de juros, não tiver sido pago um dividendo em qualquer classe do seu capital social. Os juros não pagos desta forma tornam-se pagáveis em cada caso se tal dividendo for posteriormente pago ou em quaisquer outras circunstâncias. Durante o ano, o Banco declarou e pagou dividendos sobre as suas ações ordinárias e sobre todas as classes de ações preferenciais.

Não poderá efetuar-se qualquer pagamento de capital ou de juros, a não ser que que o Banco satisfaça um teste de solvência especificado.

O Banco poderá optar por adiar qualquer pagamento de juros sobre os 7,7% de Notas Promissórias Perpétuas e 8,25% de Notas Promissórias Perpétuas. Até ao momento em que os juros diferidos forem pagos na totalidade, nem o Banco nem o Barclays PLC podem declarar ou pagar um dividendo, salvo algumas exceções, sobre qualquer das suas ações ordinárias, ações preferenciais ou outro capital social, ou satisfazer quaisquer pagamentos de juros ou cupões sobre algumas outras obrigações júnior.

O Emitente e o Banco poderão optar por adiar qualquer pagamento de juros sobre os 6.140% de Notas Promissórias Perpétuas. (i) a data em que um dividendo ou outra distribuição de juros ou outro pagamento for feito com respeito a qualquer pari passu ou obrigações minoritárias ou em que são adquiridas pari passu ou obrigações minoritárias, (ii) a data do resgate ou aquisição dos 6,140% de Notas Promissórias Perpétuas e (iii) alguns outros eventos, incluindo insolvência, liquidação ou dissolução do Emitente ou do Banco

O Emitente e o Banco poderão optar por adiar qualquer pagamento de juros sobre os RCI. (i) a data do resgate dos RCI, (ii) a data de pagamento do cupão no, ou o mais próximo do décimo aniversário da data de diferimento de tal pagamento, e (iii) em relação a apenas 14% RCI da substituição. Enquanto tal diferimento se encontra em vigor, nem o Banco nem o Barclays PLC podem declarar ou pagar um dividendo, sujeito a determinadas exceções, em qualquer das suas ações ordinárias ou preferenciais.

O Banco poderá optar por adiar qualquer pagamento de juros das TON se concluir que está, ou pode colocá-lo em desacordo com os requisitos de adequação de capital e políticas da FSA (Autoridade de Serviços Financeiros). Tal pagamento diferido de juros só será pago no resgate das TON. Até ao momento em que O Banco efetue um pagamento de juros sobre as TON's, nem o Banco nem o Barclays PLC podem (i) declarar ou pagar um dividendo, salvo algumas exceções, sobre qualquer das suas ações ordinárias ou ações preferenciais, ou efetuar pagamentos de juros em relação aos Instrumentos de Capital de Reserva do Banco e (ii) certas restrições ao resgate, aquisição ou redução do seu respectivo capital social e alguns outros títulos são também aplicáveis.

Reembolso

Todo o capital de empréstimo sem prazo é reembolsável a critério do Banco, em geral na data inicial da solicitação e em qualquer cupão ou data posterior de pagamento de juros ou no caso das Notas Promissórias Perpétuas de 6,875%, 6,375%, 7,125%, 6,125%, dos Títulos de 9,25% e das Notas Promissórias Perpétuas de 6,140% em cada cinco anos após a data inicial da solicitação. Além disso, cada edição de capital de empréstimo sem prazo é reembolsável a critério do Banco, na totalidade por razões fiscais, a qualquer momento ou numa data de pagamento de juros. Não há eventos de incumprimento, excepto o não pagamento dos juros principais ou obrigatórios. Qualquer reembolso exige a notificação prévia à FSA.

Notas às demonstrações financeiras

Instrumentos de capital, capital próprio e reservas

30 Passivos subordinados continuação

Outros

Todas as questões relativas a capital de empréstimo sem prazo foram feitas no mercado do Euro e/ou sob a Regra 144A, e não foram registradas questões ao abrigo da lei norte-americana relativa aos valores imobiliários a Securities Act de 1933.

Todos os passivos subordinados sem prazo são não convertíveis.

Total dos passivos subordinados	Data inicial da	Data de	O Grupo		O Banco	
			2012	2011	2012	2011
			£m	£m	£m	£m
Barclays Bank PLC						
Obrigações Subordinadas Amortizáveis com Juros Variáveis (500m de	2012	2017	-	324	-	324
10,125% Obrigações Subordinadas (ex-Woolwich PLC)	2012	2017	-	102	-	102
Obrigações Subordinadas Amortizáveis com Juros Variáveis	2012	2017	-	972	-	972
Obrigações Subordinadas Amortizáveis com Juros Variáveis	2012	2017	-	1.259	-	1.259
5,015% Obrigações Subordinadas		2013	96	103	96	103
4,875% Obrigações Subordinadas (750m de €)		2013	636	659	636	659
Obrigações Subordinadas Amortizáveis com Juros	2014	2019	861	900	861	900
4,38% Obrigações Subordinadas com Taxa Fixa (75m de US\$)		2015	52	55	52	55
4,75% Obrigações Subordinadas com Taxa Fixa (150m de US\$)		2015	103	110	103	110
5,14% Lower Tier 2 Notas (1.250m de US\$)	2015	2020	885	900	885	900
6,05% Obrigações Subordinadas com Taxa Fixa (2.250m de US\$)		2017	1.635	1.723	1.635	1.723
Obrigações Subordinadas com Taxa Variável (40 m de €)		2018	33	34	33	34
6% Obrigações Subordinadas com Taxa Fixa (1.750 m de €)		2018	1.519	1.556	1.519	1.556
Obrigações Subordinadas Ligadas ao CMS (100 m de €)		2018	85	88	85	88
Obrigações Subordinadas Ligadas ao CMS (135 m de €)		2018	114	117	114	117
Obrigações Subordinadas Amortizáveis com Juros	2018	2023	608	621	608	621
Obrigações Subordinadas com Taxa Variável (50 m de €)		2019	40	41	40	41
6% Obrigações Subordinadas com Taxa Fixa (1.500 m de €)		2021	1.333	1.333	1.333	1.333
9,5% Títulos Subordinados (ex-Woolwich PLC)		2021	338	344	338	344
Obrigações Subordinadas com Taxa Variável (100 m de €)		2021	80	83	80	83
10% Obrigações Subordinadas com Taxa Fixa		2021	2.446	2.389	2.446	2.389
10,179% Obrigações Subordinadas com Taxa Fixa (1.521m de US\$)		2021	1.133	1.174	1.133	1.174
Obrigações Subordinadas com Taxa Variável (50 m de €)		2022	41	42	41	42
6,625% Obrigações Subordinadas com Taxa Fixa (1.000 m de €)		2022	954	954	954	954
7,625% Notas capital contingente (3.000m de US\$)		2022	2.252	-	2.252	-
Obrigações Subordinadas com Taxa Variável (50 m de €)		2023	41	42	41	42
5,75% Obrigações Subordinadas com Taxa Fixa		2026	810	781	810	781
5,4% Empréstimo Subordinado Bimonetário "em marcha-atrás"		2027	90	104	90	104
6,33% Obrigações Subordinadas		2032	62	62	62	62
Obrigações Subordinadas com Taxa Variável (100 m de €)		2040	82	84	82	84
Outros empréstimos de filiais			-	-	60	59
Absa Bank Limited						
8,75% Obrigações Amortizáveis Subordinadas (1.500m de ZAR)	2012	2017	-	124	-	-
6,25% Obrigações Amortizáveis Subordinadas (1.886m de ZAR)	2013	2018	169	181	-	-
8,8% Obrigações Amortizáveis Subordinadas de Taxa Fixa (1.725 m de	2014	2019	136	148	-	-
6,00% Obrigações Amortizáveis Subordinadas (ZAR 3.758m de ZAR)	2014	2019	275	286	-	-
8,1% Obrigações Amortizáveis Subordinadas (2,000 m de ZAR)	2015	2020	156	167	-	-
10,28% Obrigações Amortizáveis Subordinadas (600 m de ZAR)	2017	2022	44	49	-	-
Obrigações Amortizáveis Subordinadas (400 m de ZAR)	2017	2022	29	32	-	-
Obrigações Amortizáveis Subordinadas (1.805m de ZAR)	2017	2022	132	-	-	-
Obrigações Amortizáveis Subordinadas (2.007m de ZAR)	2018	2023	147	-	-	-
8,295% Obrigações Amortizáveis Subordinadas (1,188m de ZAR)	2018	2023	87	-	-	-
5,50% Obrigações Amortizáveis Subordinadas (1,500m de ZAR)	2023	2028	129	135	-	-
Outro capital emitido pelo Barclays Botswana, Quênia e Zâmbia		2011-2016	49	51	-	-
Total dos passivos subordinados			17.682	18.129	16.389	17.015

30 Passivos subordinados (continuação) Outros

O capital de empréstimo sem prazo é emitido pelo Banco, e suas subsidiárias, para o desenvolvimento e expansão dos seus negócios e para fortalecer as suas bases de capital. Os principais termos do capital de empréstimo a prazo são descritos abaixo:

Subordinação

Todas as categorias de capital de empréstimo a prazo em que se baseiam as reivindicações contra o banco dos depositantes e outros credores quirografários não subordinados, mas antes das reivindicações do capital de empréstimo sem prazo e titulares do seu capital. O capital de empréstimo a prazo emitido pelas subsidiárias é igualmente subordinado.

Juros

Os juros das Obrigações de taxa variável são fixados periodicamente com antecedência, com base nas taxas interbancárias ou dos bancos centrais locais.

Todas as outras Obrigações não convertíveis têm geralmente juros fixos durante a vigência da situação mas alguns são reajustados a uma taxa variável após um período fixo, com vários termos de taxas de juro.

Reembolso

Estas Obrigações com data de amortização são reembolsáveis por opção do emitente, em condições que regem as obrigações de dívida respectivas, algumas na totalidade ou em parte, e algumas só na totalidade. O capital de empréstimo a prazo pendente a 31 de dezembro de 2012 é resgatável apenas no vencimento, sujeito em casos particulares a disposições que permitam o resgate antecipado em caso de certas mudanças na legislação tributária, ou regulamentação.

Quaisquer pagamentos antes do vencimento requerem, no caso do Banco, a notificação prévia à FSA, ou, no caso das questões relacionadas com o estrangeiro, à aprovação da entidade reguladora local para essa jurisdição.

Não existem quaisquer facilidades contratuais na data do balanço que permitam o refinanciamento da dívida após a data de vencimento.

O restante capital emitido pelo Barclays Quênia, Botsuana e Zâmbia inclui valores de 15m de £ (2011: 26m de £) emitidos pelo Barclays Botsuana que são convertíveis. Estas são reembolsáveis por opção do emitente, antes do vencimento em condições que regem as obrigações de dívida respectivas, algumas na totalidade ou em parte, e algumas só na totalidade.

Outros

Os 7,625% de Notas Promissórias Contingentes serão automaticamente transferidos dos investidores para o Barclays PLC (ou outra entidade do Grupo) para consideração nula, caso o Rácio do capital de base nível 1 ou o Capital próprio comum de nível 1 do Grupo (conforme aplicável à data) serão abaixo dos 7,0% em determinadas datas, conforme especificado nos termos.

Os 5,14% de Obrigações de nível 2 e os 7,625% de Notas Promissórias Contingentes foram registados ao abrigo da Lei de Mercado de Capitais dos EUA de 1933. Todas as outras emissões de capital de empréstimo a prazo foram efectuadas no mercado do Euro e/ou sob a Regra 144A. Todas as questões relativas ao capital de empréstimo a prazo foram feitas no mercado do Euro e/ou sob a Regra 144A.

31 Ações ordinárias, prémio de emissão e outro capital próprio

Ações Ordinárias

O capital social ordinário do Barclays Bank PLC, a 31 de dezembro de 2012, era composto por 2.342 milhões de ações ordinárias de 1£ cada (2011: 2.342 milhões).

Ações preferenciais

O capital social preferencial emitido do Barclays Bank PLC, a 31 de dezembro de 2012, era composto por 1.000 Ações Preferenciais em Libras de 1£ cada (2011: 1.000); 240.000 Ações Preferenciais de 100 Euros cada (2011: 240.000); 75.000 Ações Preferenciais de 100£ cada (2011: 75.000); 100.000 US\$ em ações preferenciais de 100 US\$ cada (2011: 100.000); 237m de US\$ em ações preferenciais de 0,25 US\$ cada (2011: 237 m).

	2012	2011
	£m	£m
Capital social ordinário exigido, distribuído e pago na íntegra		
A 1 de janeiro	2.342	2.342
A 31 de dezembro	2.342	2.342
Capital social preferencial exigido, distribuído e pago na íntegra a 1 de janeiro e a 31 de dezembro	60	60
Capital social exigido	2.402	2.402
	2012	2011
	m	m
A 1 de janeiro	12.092	12.092
A 31 de dezembro	12.092	12.092

Notas às demonstrações financeiras

Instrumentos de capital, capital próprio e reservas

31 Ações ordinárias, prémio de emissão e outro capital próprio

(continuação) Ações Preferenciais a 1 £

1.000 Ações preferenciais cumulativas resgatáveis em libras a 1£ cada (as Ações Preferenciais a 1£) foram emitidas a 31 de dezembro de 2004 com prémio zero.

As Ações Preferenciais de £1 permitem aos seus titulares receber dividendos Sterling cumulativos em numerário, dos lucros distribuíveis do Barclays Bank PLC, bianualmente a uma taxa redefinida bianualmente equivalente à taxa Sterling interbancária oferecida para depósitos Sterling a seis meses.

O Barclays Bank PLC será obrigado a pagar tais dividendos se: 1) tiver os lucros disponíveis para fins de distribuição no âmbito da legislação das Sociedades Comerciais de 2006 (Companies Act 2006), em cada data de pagamento de dividendos; e (2) for solvente na data relevante para o pagamento de dividendos, desde que a condição da regulamentação do capital esteja satisfeita na mesma data de pagamento de dividendos. Os dividendos não serão devidos e pagáveis na data de pagamento de dividendos relevante excepto quando o Barclays Bank PLC possa fazer tal pagamento mantendo-se solvente. O Barclays Bank PLC é considerado solvente em qualquer data se: (1) for capaz de pagar as suas dívidas aos credores sérios à medida que se vencerem, e (2) os seus auditores confirmarem que os seus ativos excedem os seus passivos nos últimos seis meses. Se o Barclays Bank PLC não pagar, ou pagar apenas parcialmente, um dividendo por um período de sete dias ou mais depois da data de pagamento devida, os titulares de Ações Preferenciais de £1 podem instituir procedimentos para a liquidação do Barclays Bank PLC. Não deve estar disponível para o titular de quaisquer Ações Preferenciais de 1£ qualquer meio de impugnação contra o Barclays Bank PLC para a recuperação dos montantes devidos a título das Ações Preferenciais de 1£ à parte da instância processual para a dissolução do Barclays Bank PLC e/ou prova em tal processo de liquidação.

Numa liquidação ou outro retorno de capital (outro que não o resgate ou compra pelo Barclays Bank PLC de quaisquer das suas ações emitidas, ou a redução de capital de ações, permitidos pelos Estatutos do Barclays Bank PLC e de acordo com a lei aplicável), os ativos do Barclays Bank PLC disponíveis para os acionistas devem ser aplicados com prioridade em relação a qualquer pagamento aos titulares de ações ordinárias e qualquer outro tipo de ações no capital do Barclays Bank PLC então no ranking de emissão em posição inferior à das Ações Preferenciais de £1 em tal retorno de capital e pari passu em tal retorno de capital com os titulares de qualquer classe de ações do capital do Barclays Bank PLC então em emissão (que não qualquer classe de ações do capital do Barclays Bank PLC então em emissão com prioridade relativamente às Ações Preferenciais de £1 na liquidação ou qualquer outra forma de retorno de capital), em pagamento aos titulares das Ações Preferenciais de £1 da soma equivalente ao agregado de: (1) um montante igual aos dividendos acrescidos para o período de dividendo em curso (e quaisquer contribuições em atraso do mesmo) à data do início do retorno à liquidação ou qualquer outro reembolso de capital; e (2) um montante correspondente a 1£ por 1£ das Ações Preferenciais. Após o pagamento do montante total das distribuições da liquidação à qual têm direito, os titulares das Ações Preferenciais de 1£ não terão direito a reclamar qualquer dos restantes ativos do Barclays Bank PLC e não terão direito a qualquer outra participação em tal reembolso de capital.

As Ações Preferenciais de £1 são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, no todo mas não em parte, de acordo com o Companies Act 2006 e os seus Estatutos. Os titulares das Ações Preferenciais de 1£ não têm direito de notificação, ou participação ou voto em qualquer assembleia-geral do Barclays Bank PLC.

Ações Preferenciais Euro

100.000 Euro 4,875% ações preferenciais resgatáveis não cumulativas no valor de 100€ cada (as ações preferenciais de 4,875%) foram emitidas em 8 de dezembro de 2004 para uma consideração de 993,6 m de € (688,4 m de £), do qual o valor nominal foi 10 m de € e o saldo foi prémio de emissão. As Ações Preferenciais de 4,875% permitem aos seus titulares receber dividendos de caixa não cumulativos em Euros dos lucros distribuíveis do Barclays Bank PLC, anualmente a uma taxa fixa de 4,875% anual sobre o montante de 10.000 € por ação preferencial até 15 dezembro de 2014, e trimestralmente após essa data a uma taxa restabelecida trimestralmente a 1,05% por ano acima da taxa interbancária do Euro oferecida para depósitos a três meses em Euros.

As ações preferenciais de 4,875% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, na totalidade e não em parte, a 15 de dezembro de 2014, e posteriormente em cada data de pagamento de dividendos a 10.000€ por ação, mais dividendos acumulados para o período de dividendos então vigente à data fixada para o resgate.

140.000 Euros 4,75% de ações preferenciais resgatáveis não cumulativas no valor de 100€ cada (as ações preferenciais de 4,75%) foram emitidas a 8 de dezembro de 2004 para uma consideração de 1.383,3m de € (966,7m de £), do qual o valor nominal foi 14m de € e o saldo foi prémio de emissão. As Ações Preferenciais de 4,75% permitem aos seus titulares receber dividendos de caixa não cumulativos em Euros dos lucros distribuíveis do Barclays Bank PLC, anualmente a uma taxa fixa de 4,75% por ano sobre o montante de 10.000€ por ação preferencial até 15 março de 2020 e trimestralmente após essa data a uma taxa restabelecida trimestralmente a 0,71% por ano acima da taxa interbancária do Euro oferecida para depósitos a três meses em Euros.

As ações preferenciais de 4,75% foram resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC a 15 de março de 2014, na totalidade e não em parte e posteriormente em cada data de pagamento de dividendos a 10.000€ por ação, acrescido de dividendos acumulados para o período de dividendos então vigente à data fixada para o resgate.

Ações Preferenciais Sterling

75.000 Libras esterlinas 6,0% de ações preferenciais resgatáveis não cumulativas no valor de 100£ cada (as ações preferenciais de 6,0%) foram emitidas em 22 de Junho de 2005 para uma consideração de 743,7m de £ do qual o valor nominal foi 7,5m de £ e o saldo foi prémio de emissão. As Ações Preferenciais de 6,0% permitem aos seus titulares receber dividendos de caixa não cumulativos em libras esterlinas dos lucros distribuíveis do Barclays Bank PLC, anualmente a uma taxa fixa de 6,0% por ano sobre o montante de 10.000£ por ação preferencial até 15 dezembro de 2017 e trimestralmente após essa data a uma taxa restabelecida trimestralmente a 1,42% por ano acima da taxa interbancária de Londres oferecida para depósitos a três meses em libras.

As ações preferenciais de 6,0% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC a 15 de dezembro de 2017, na totalidade e não em parte, e posteriormente em cada data de pagamento de dividendos a 10.000£ por ação, acrescido de dividendos acumulados para o período de dividendos então vigente à data fixada para o resgate.

31 Ações ordinárias, prémio de emissão e outro capital próprio (continuação) Ações Preferenciais em US\$

100.000 Dólares americanos 6,278% de ações preferenciais resgatáveis não cumulativas no valor de 100US\$ cada (as ações preferenciais de 6,278%) representadas por Ações de Depósito Americano, Série 1 foram emitidas em 8 de Junho de 2005 para uma consideração de 995,4m de US\$ (548,1 m de £), do qual o valor nominal foi 10 m de US\$ e o saldo foi prémio de emissão. As Ações Preferenciais de 6,278% permitem aos seus titulares receber dividendos de caixa não cumulativos em US\$ dos lucros distribuíveis do Barclays Bank PLC, semestralmente a uma taxa fixa de 6,278% por ano sobre o montante de 10.000US\$ por ação preferencial até 15 dezembro de 2034 e trimestralmente após essa data a uma taxa restabelecida trimestralmente a 1,55% por ano acima da taxa interbancária de Londres oferecida para depósitos a três meses em US\$.

As ações preferenciais de 6,278% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC a 15 de dezembro de 2034, na totalidade e não em parte, e posteriormente em cada data de pagamento de dividendos a 10.000US\$ por ação, acrescido de dividendos acumulados para o período de dividendos então vigente à data fixada para o resgate.

30m de US\$ 6,625% de ações preferenciais resgatáveis não cumulativas no valor de 0,25US\$ cada (as ações preferenciais de 6,625%) representadas por Ações de Depósito Americano Série 2, foram emitidas em 25 e 28 de Abril de 2006 para uma consideração de 727m de US\$ (406 m de £), do qual o valor nominal foi 7,5m de US\$ e o saldo foi prémio de emissão. As 6,625% Preference Shares conferem o direito aos seus titulares a receberem dividendos não cumulativos em dólares dos lucros distribuíveis pelo Barclays Bank PLC, trimestralmente, a uma taxa fixa de 6,75% ao ano sobre o montante de 25US\$ por ação preferencial.

As ações preferenciais de 6,625% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, na totalidade e não em parte em cada data de pagamento de dividendos a 25US\$ por ação, acrescido de quaisquer dividendos acumulados para o período de dividendos então vigente à data fixada para o resgate.

55 m de US\$ 7,1% de ações preferenciais resgatáveis não cumulativas no valor de 0,25US\$ cada (as ações preferenciais de 7,1%) representadas por Ações de Depósito Americano, Série 3, foram emitidas a 13 de setembro de 2007 para uma consideração de 1.335 m de US\$ (657 m de £), do qual o valor nominal foi 13.75 m de US\$ e o saldo foi prémio de emissão. As 7,1% Preference Shares conferem o direito aos seus titulares a receberem dividendos não cumulativos em dólares dos lucros distribuíveis pelo Barclays Bank PLC, trimestralmente, a uma taxa fixa de 7,75% ao ano sobre o montante de 25US\$ por ação preferencial.

As ações preferenciais de 7,1% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, na totalidade e não em parte em cada data de pagamento de dividendos a 25US\$ por ação, acrescido de quaisquer dividendos acumulados para o período de dividendos então vigente à data fixada para o resgate.

46 m de US\$ 7,75% de ações preferenciais resgatáveis não cumulativas no valor de 0,25US\$ cada (as ações preferenciais de 7,75%) representadas por Ações de Depósito Americano, Série 4, foram emitidas em 7 de dezembro de 2007 para uma consideração de 1.116m de US\$ (550m de £), do qual o valor nominal foi 11,5 m de US\$ e o saldo foi prémio de emissão. As 7,75% Preference Shares conferem o direito aos seus titulares a receberem dividendos não cumulativos em dólares dos lucros distribuíveis pelo Barclays Bank PLC, trimestralmente, a uma taxa fixa de 7,75% ao ano sobre o montante de 25 US\$por ação preferencial.

As 7,75% Preference Shares são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, na totalidade ou em parte, a 15 de Junho de 2013, e em cada data de pagamento de dividendos posterior, a US\$ 25 por ação mais quaisquer dividendos acumulados para o período de dividendos em curso da data fixada para o resgate.

106 milhões de Dólares Americanos 8,125% de ações preferenciais resgatáveis não cumulativas no valor de 0,25US\$ cada (as ações preferenciais de 8,125%) representadas por 106 milhões de Ações de Depósito Americano Séries 5, foram emitidas a 11 e 25 de Abril de 2008 para uma consideração de 2.650 m de US\$ (1.345 m de £), do qual o valor nominal foi 26.5 m de US\$ e o saldo foi prémio de emissão. As Ações Preferenciais a 8,125% Preference Shares conferem o direito aos seus titulares a receberem dividendos não cumulativos em dólares dos lucros distribuíveis pelo Barclays Bank PLC, trimestralmente, a uma taxa fixa de 8,125% ao ano sobre o montante de 25 US\$por ação preferencial.

As 8,125% Preference Shares são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, na totalidade ou em parte, a 15 de junho de 2013, e em cada data de pagamento de dividendos posterior, a 25US\$ por ação mais quaisquer dividendos acumulados para o período de dividendos em curso da data fixada para o resgate.

O resgate e/ou aquisição de quaisquer Ações Preferenciais 4,875%, Ações Preferenciais 4,75%, Ações Preferenciais 6,0%, Ações Preferenciais 6,278%, Ações Preferenciais 6,625%, Ações Preferenciais 7,1%, Ações Preferenciais 7,75% e Ações Preferenciais 8,125% (as chamadas Ações Preferenciais) não poderão ser efectuados pelo Barclays Bank PLC sem notificação prévia à FSA do Reino Unido e qualquer resgate estará sujeito à Lei das Sociedades de 2006 (Companies Act 2006) e aos Estatutos do Barclays Bank PLC.

Num processo de liquidação do Barclays Bank PLC ou outro retorno de capitais (à exceção de um resgate ou aquisição de ações do Barclays Bank PLC, ou uma redução do capital social), um titular de Ações Preferenciais irá posicionar-se na aplicação dos ativos do Barclays Bank PLC à disposição dos acionistas: (1) Subordinadas para o titular de quaisquer ações do Barclays Bank PLC a serem emitidas classificadas com prioridade para as Ações Preferenciais; (2) igualmente em todos os aspectos com os titulares de outras Ações Preferenciais e quaisquer outras ações do Barclays Bank PLC a serem emitidas, classificadas de pari passu com as Ações Preferenciais; e (3) prioritárias para os titulares de ações ordinárias e quaisquer outras ações do Barclays Bank PLC a serem emitidas, classificadas como subordinadas para as Ações Preferenciais.

Notas às demonstrações financeiras

Instrumentos de capital, capital próprio e reservas

31 Ações ordinárias, prêmio de emissão e outro capital próprio (continuação)

Os titulares das Notas Promissórias Perpétuas Amortizáveis de Tier 1 de 6 m de US\$ 681% e das Notas Promissórias Perpétuas Amortizáveis de Tier 1 6 m de US\$ 5,3304% do Barclays Bank PLC (chamadas as TON) e os titulares de Instrumentos de Capital Reservado Crescente Perpétuo Amortizável 533 m de £ 5,926%, os Instrumentos de Capital Reservado Crescente Perpétuo Amortizável de 6.3688 m de US\$ 347%, os Instrumentos de Capital Reservado Crescente Perpétuo Amortizável de 7.434 m de £ 14%, os Instrumentos de Capital Reservado Crescente Perpétuo Amortizável de 86 m de US\$ 7,434% e os Instrumentos de Capital Reservado Crescente Perpétuo Amortizável de 3.000 m de £ 14% do Barclays Bank PLC (chamados RCI) deveriam, para efeitos apenas de cálculo dos montantes devidos em relação a tais valores mobiliários numa liquidação do Barclays Bank PLC, sujeito a exceções limitadas e na medida em que as TON e as RCI são emitidas, ser classificadas de pari passu com os titulares da categoria mais alta ou classes de ações preferenciais então emitidas no capital do Barclays Bank PLC. Assim, os titulares das ações preferenciais seriam classificados indistintamente com os titulares destas TON e RCI em tais liquidações do Barclays Bank PLC (salvo se uma ou mais classes de ações do Barclays Bank PLC classificadas com prioridade para as ações preferenciais forem emitidas no momento de tal liquidação, caso em que os titulares destas TON e RCI seriam classificados indistintamente com os titulares de tais ações dando prioridade aos titulares das ações preferenciais).

De acordo com esta classificação e neste caso, os titulares das ações preferenciais terão direito a receber quantias a partir dos ativos do Barclays Bank PLC disponíveis para distribuição aos acionistas, liquidando as distribuições no montante de 10.000€ por 4,875% de Ação Preferencial, 10.000€ por 4,75% de Ação Preferencial, 10.000 de £ por 6,0% de Ação Preferencial, 10.000 de US\$ por 6,278% de Ação Preferencial, 25 US\$ por 6,625% de Ação Preferencial, 25 US\$ por 7,1% de Ação Preferencial, 25 US\$ por 7,75% de Ação Preferencial e 0,25 US\$ por 8,125% de Ação Preferencial além de, em cada caso, uma quantia igual ao dividendo acumulado para o período de dividendos então em vigor até à data do início do processo de liquidação ou qualquer outro reembolso de capital. Se um dividendo não for pago na íntegra sobre quaisquer ações preferenciais em qualquer data de pagamento de dividendos, é aplicável uma restrição de dividendos.

Esta restrição de dividendos significa que nem o Barclays Bank PLC, nem o Barclays PLC podem (a) declarar ou pagar dividendos (que não o pagamento por parte do Barclays PLC de um dividendo final declarado pelos seus acionistas antes da data de referência de pagamento de dividendos, ou de um dividendo pago pelo Barclays Bank PLC ao Barclays PLC ou a uma filial integral), sobre quaisquer das suas respectivas ações ordinárias, outras ações preferenciais ou outro capital social ou (b) resgatar, comprar, reduzir ou adquirir de outra forma qualquer parte do seu respectivo capital social, excepto ações do Barclays Bank PLC detidas pelo Barclays PLC ou por uma filial integral, até ao início de: 1) a próxima data em que o Barclays Bank PLC declara e paga na íntegra dividendos preferenciais; e (2) a data em que ou até à qual todas as ações preferenciais serão redimidas na sua totalidade ou compradas pelo Barclays Bank PLC.

Os titulares de ações preferenciais não têm direito a receber aviso de, ou participar ou votar em qualquer assembleia-geral do Barclays Bank PLC. O Barclays Bank PLC não tem permissão para criar uma classe de ativos com posições relativas à participação em lucros ou ativos do Barclays Bank PLC com prioridade a ações preferenciais, excepto com a realização de uma especial resolução de uma assembleia-geral separada de titulares de ações (requerendo maioria de não menos de três quartos dos titulares de ações preferenciais a votar na assembleia geral) ou com o consentimento por escritos de titulares de três quartos das ações preferenciais.

Excepto o descrito acima, os titulares de ações preferenciais não têm o direito de participar nos ativos excedentes do Barclays Bank PLC.

Outro capital próprio

Determinadas emissões de títulos de capital pelo Barclays Bank PLC representam outros capitais próprios de acionistas.

	O Grupo	O Banco
	£m	£m
Em 1 de janeiro de 2012	648	712
Créditos Fiscais	-	-
Outros Movimentos	(3)	(2)
Resgate	-	-
A 31 Dezembro 2012	645	710
Em 1 de janeiro de 2011	2.069	2.133
Créditos Fiscais	18	18
Outros Movimentos	(24)	(24)
Resgate	(1.415)	(1.415)
A 31 dezembro 2011	648	712

Incluído em outros capitais próprios de acionistas:

A emissão de títulos de capital que terão juros a taxas fixadas periodicamente e antecipadamente, baseadas nas taxas interbancárias de Londres. Estes títulos são reembolsáveis em cada caso, por opção do Banco, na sua totalidade a qualquer data de pagamento de juros. O Banco não é obrigado a pagar juros sobre os seus títulos de capital se, nos seis meses anteriores, não tiver sido declarado ou pago um dividendo em qualquer classe de ações do Barclays PLC.

32 Reservas

Reserva de transposição de moeda

A reserva de transposição de moeda representa os ganhos e perdas cumulativos na reconversão do investimento líquido do Grupo em operações estrangeiras, líquido dos efeitos da cobertura. Os movimentos de transposição da moeda em 2012 de 1.578m de £ (2011: 1.607m de £), incluindo 259m de £ (2011: 598m de £) associado com juros minoritários, devem-se em grande parte à depreciação do Dólar americano e do Rand contra a Libra.

O impacto da reserva de transposição de moeda reconhecida na demonstração dos resultados durante o ano foi 24m de £ (2011: zero£)

Disponível para venda de reserva

A reserva disponível para venda representa a alteração não realizada no justo valor dos investimentos disponíveis para venda desde o reconhecimento inicial.

As reservas disponíveis para venda aumentaram 700m de £ (2011: aumento de 1.212m de £), fortemente impelido por 1.192m de £ ganhos a partir das alterações no justo valor (excluindo os juros minoritários), 474m de £ de perdas transferidas para a demonstração de resultados devido à cobertura de justo valor, compensado por 549m de £ de ganhos transferidos para a demonstração de resultados, incluindo a alienação da BlackRock, Inc. e uma redução de 352m de £ devido ao impacto das movimentações de impostos correntes e diferidos.

Reserva de cobertura do fluxo de caixa

A reserva de cobertura do fluxo de caixa representa os ganhos e perdas cumulativos dos instrumentos de cobertura de fluxo de caixa efetivos, que irão ser reciclados na demonstração dos resultados quando as transações cobertas afectarem os ganhos ou perdas.

O aumento da reserva da cobertura de fluxo de caixa de 662m de £ (2011: 1.263m de £) reflete principalmente um aumento de 1.535m de £ no justo valor de swaps de taxas de juros detidos para fins de cobertura parcialmente compensados por 695m de £ ganhos relacionados com a transferência de lucro líquido.

33 Juros não controlados

	Lucro atribuído a interesses minoritários		Património líquido atribuído a interesses minoritários	
	2012 m £	2011 m £	2012 m £	2011 m £
Absa Group Limited	304	401	2.737	2.861
Outros interesses minoritários	35	29	119	231
Total	339	430	2.856	3.092

A diminuição no Grupo Absa do património atribuível a juros minoritários de 2.737m de £ (2011: 2.861m de £) deve-se principalmente à depreciação de 247m de £ de moedas africanas contra a Libra esterlina e a 194m de £ de dividendos pagos, compensados pelos lucros acumulados de 304m de £.

Notas às demonstrações financeiras

Benefícios dos colaboradores

Benefícios dos colaboradores

As notas incluídas nesta secção concentram a atenção nos resultados e no desempenho dos colaboradores contratados pelo Barclays.

34 Custos com pessoal

Valor contabilístico das despesas com pessoal

O Grupo aplica os benefícios dos colaboradores IAS 19 na sua contabilidade para a maioria dos componentes das despesas com pessoal.

Os benefícios a curto prazo dos colaboradores - salários, os custos acumulados de desempenho, segurança social e o Bonus Payroll Tax (imposto sobre os bónus aos salários) são reconhecidos ao longo do período em que os colaboradores fornecem os serviços a que os pagamentos se referem.

Despesas de desempenho - reconhecidas na medida em que o Grupo tem uma obrigação presente aos seus colaboradores que pode ser medida de forma fidedigna e são reconhecidas durante o período de serviço que os colaboradores são obrigados a trabalhar para se qualificarem para os serviços.

Os prémios diferidos de bónus em numerário e os prémios diferidos de bónus em ações são dados aos colaboradores para incentivar o desempenho ao longo do período de vínculo. Para receber o pagamento de um prémio, os colaboradores devem prestar serviço durante o período de vínculo, tipicamente três anos da data da concessão. O período durante o qual é reconhecida a despesa para o pagamento diferido em numerário e bonificação em ações baseia-se no entendimento comum entre o empregado e o Grupo e nos termos e condições da atribuição. O Grupo considera que é conveniente reconhecer os prémios durante o período a partir da data de concessão até à data em que os prémios são outorgados visto que é o período durante o qual os colaboradores entendem que devem prestar um serviço para receber prémios. Não foi reconhecida nenhuma despesa em 2012 para os bónus diferidos concedidos em março de 2013, visto que dependem de um desempenho futuro e não do desempenho durante 2012.

As políticas contabilísticas para pagamentos com base em ações e pensões e outros benefícios de reforma estão tratados nas Notas 35 e 36, respectivamente.

	2012	2011
	£m	£m
Despesas de desempenho	2.425	2.527
Salários	5.981	6.277
Outros pagamentos com base em ações	105	167
Despesas com Segurança Social	685	716
Benefícios de reforma	590	727
Total de despesas de indemnizações	9.786	10.414
Imposto bancário sobre o salário	34	76
Outros	627	917
Despesas excepto indemnizações	661	993
Custos de pessoal	10.447	11.407

O total de custos com pessoal reduziu 8% para 10.447 milhões de Libras esterlinas, principalmente refletindo uma redução de 5% nos salários, uma redução de 19% nos benefícios pós-reforma e reduções nos custos de desempenho. Os salários desceram 5% para 5.981 milhões de Libras esterlinas refletindo uma contagem média do número de colaboradores moderadamente decrescente. Os custos com benefícios pós-reforma incluem custos com planos de contribuição definidos de 311 milhões de Libras esterlinas (2011: 318 milhões de Libras esterlinas) e custos com planos de benefícios definidos de 279 milhões de Libras esterlinas (2011: 409 milhões de Libras esterlinas). Os custos com benefícios pós-reforma diminuíram 19% para 590 milhões de Libras esterlinas, refletindo primariamente o encerramento de planos de benefícios e alterações nos benefícios nos EUA e em Espanha, e a redução do custo de juros para o Fundo de Pensões do Reino Unido.

Os custos de desempenho caíram 4% para 2.425 milhões de Libras esterlinas, refletindo uma redução de 22% nos custos para os bónus em numerário e ações e comissões de vendas, compromissos e outros incentivos do corrente ano, no valor de 1.202 milhões de Libras esterlinas, em parte compensados por um crescimento de 23% nos custos de bónus diferidos de anos anteriores para 1.223 milhões de Libras esterlinas.

Os prémios de desempenho concedidos no Grupo (que excluem os encargos relacionados com diferimentos do ano anterior, mas incluem prémios do ano em curso de realização em anos futuros) caíram 16% montando a 2,2bl de £. Os prémios de incentivo do Banco de Investimento caíram 20% para 1,4 mil milhões de Libras esterlinas.

O governo britânico aplicou um imposto bancário sobre os salários de 50% a todos os bónus discricionários acima de 25.000 de Libras esterlinas concedidos aos colaboradores bancários no Reino Unido entre 9 de dezembro de 2009 e 5 de Abril de 2010. O total pago de imposto bancário sobre o salário foi 437 m de Libras esterlinas, dos quais 397 m de Libras esterlinas foram reconhecidos entre 2009 e 2011. Para 2012, foi reconhecida uma cobrança de 34 m de Libras esterlinas em relação ao diferimento do ano anterior, com 6 m de Libras esterlinas remanescentes a serem reconhecidos durante o período de 2013 a 2013.

O número médio total de pessoas empregadas pelo Grupo, incluindo operações continuadas e descontinuadas foi de 143.700 (2011: 149.700).

35 Pagamentos com base em ações

Valor contabilístico dos pagamentos com base em ações

O Grupo aplica os Pagamentos com Base em Ações IFRS 2 para obter o valor contabilístico das remunerações dos colaboradores na forma de ações.

Os incentivos ao pessoal incluem prémios na forma de ações e opções sobre ações, assim como a oferta aos colaboradores da oportunidade de comprar ações em termos favoráveis. O valor dos serviços dos colaboradores recebido em relação às ações ou opções de ações concedidas é reconhecido na demonstração dos resultados durante o período da prestação de serviços dos colaboradores, em geral, o período em que o prémio é concedido ou notificado e a data de aquisição de direitos das ações ou opções. O valor total do prémio é calculado usando o número de ações e de opções que se espera conceder e o justo valor das ações ou opções na data da concessão.

O número de ações e opções que se espera conceder considera a probabilidade do cumprimento do desempenho e das condições de serviço incluídas nos termos dos prémios. O incumprimento da condição de não aquisição é tratado como um cancelamento, resultando numa aceleração do reconhecimento do valor dos serviços do empregado.

O justo valor das ações é a decisão de preço de mercado na data da concessão, ajustado em alguns casos para refletir as restrições à transmissibilidade. O valor justo das opções concedidas é determinado através de opções modelos de determinação de preço para estimar o número de ações que possam transmitir o título de propriedade. Têm em consideração o preço de exercício da opção, o preço atual das ações, a taxa de juros livre de risco, a volatilidade esperada do preço das ações durante a vigência da opção e outros factores relevantes. As condições de mercado que devem ser cumpridas para que o prémio a conceder também se reflita no justo valor do prémio, assim como quaisquer outras condições de direitos não adquiridos - como continuar a fazer pagamentos num regime de poupança com base em ações.

O encargo anual resultante dos planos de pagamento com base em ações foi o seguinte:

	Encargo anual	
	2012	2011
	m £	m £
Plano de valor de ações	610	634
Plano de prémios de ações executivas	115	101
Outros	58	137
Capital próprio total liquidado	783	872
Valor de caixa liquidado	35	34
Pagamentos com base em ações totais	818	906

Os termos dos principais planos atuais são os seguintes:

Plano do valor de ações (PVA)

O Plano de Valor de Ações (PVA) foi apresentado em Março de 2010 e aprovado pelos acionistas (para a participação do Diretor Executivo e utilização da emissão de novas ações) em Assembleia-geral em Abril de 2011. Os prémios do PVA são concedidos aos participantes sob a forma de uma atribuição provisional das ações do Barclays (os prémios concedidos antes de Maio de 2011, foram concedidos como atribuições provisórias de ações do Barclays), que são investidas durante um período de três anos em fracções anuais iguais. Os participantes não pagam para receber um prémio ou para receber uma transferência de ações. A entidade concedente também pode fazer um pagamento de dividendos aos participantes na aquisição de uma concessão de um direito inalienável de PVA. Os prémios PVA são também direcionados a colaboradores elegíveis para fins de recrutamento ao abrigo do anexo 1 para o PVA. A partir de 2010, a parcela de um prémio PILP de uma unidade de negócios que tenha sido previamente concedida ao abrigo do PPAE é normalmente concedida ao abrigo do PVA. Todos os prémios estão sujeitos à perda potencial em certos cenários de demissão.

Plano de Prémios de Ações Executivas (PPAE)

Os prémios do ESAS são concedidos aos participantes sob a forma de uma atribuição provisional das ações do Barclays PLC. O valor total do bónus feito aos empregados de que o PPAE é um elemento, depende da unidade empresarial, do desempenho do Grupo e de cada empregado. O prémio do ESAS deve ser normalmente detido durante, pelo menos, três anos. As ações de bónus adicionais são posteriormente atribuídas aos destinatários da atribuição provisional e investidas após a obtenção dos serviços contínuos durante três e cinco anos a partir da data do prémio. Os prémios do PPAE também são atribuídos a empregados admissíveis para fins de recrutamento nos termos do PPAM (Plano de Prémios de Ações dos Membros). Todos os prémios estão sujeitos a uma potencial recusa se a pessoa se demite e começa a trabalhar numa empresa concorrente.

Outros planos

Além dos planos acima, o Grupo atua sob outros vários planos inclusive sob planos operados e regulamentados em ações de empresas filiais, nenhuma das quais é individual ou está materialmente agregada em relação a encargos anuais ou ao efeito de diluição de opções de ações em circulação. Incluído dentro de outros sistemas estão o Plano de Ações por Desempenho, Plano de Ações com Base no Incentivo, Sharesave, Sharepurchase, e o Plano de Incentivos a Longo Prazo do Barclays que foi introduzido e aprovado em Assembleia-geral em Abril de 2011.

Notas às demonstrações financeiras

Benefícios dos colaboradores

Pagamentos com base em ações (continuação) Plano de opções sobre ações e prêmios

O valor justo médio ponderado pelo prêmio concedido e a média ponderada do preço das ações à data do exercício/disponibilização das ações durante o ano foi:

ações exercido/disponibilização das ações durante o ano	Média ponderada do justo valor por concessão concedida no ano		Média ponderada do preço de à data do	
	2012	2011	2012	2011
PVAa,b	2,41	2,80	2,39	3,08
PPAEa,c	1,69	2,84	2,38	2,87
Outra ^a	0,63 – 2,45	0,65 – 2,77	2,14 – 2,45	2,18 – 3,03

O PVA e o PPAE são prêmios a custo zero e opções de custo zero respectivamente, onde as condições de desempenho são substancialmente concluídas na data da concessão. Consequentemente, o justo valor destes prêmios baseia-se no valor de mercado a essa data.

Movimentos em opções e prêmios

O movimento no número de opções e prêmios para os planos principais e o preço médio ponderado do exercício das opções foi:

	PVAa,b		PPAEa,c		Outros ^{a,d}		Média ponderada ex. preço (£)	
	Número (000s)		Número (000s)		Número (000s)			
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Montantes por liquidar no início da data do ano/aquisição	91,311	94,131	3,01	1,83	12,320	6,961	-	-
	392.638	226.842	252.028	383.483	214.363	175.253	1,93	2,80
Concedido no ano	345.165	255.592	3.571	11.267	114.305	111.374	1,44	1,52
Exercido/transferido no ano	(170.672)	(77.315)	(153.425)	(117.126)	(60.150)	(18.164)	1,47	2,03
recusado no ano	(26.259)	(12.481)	(24.307)	(25.596)	(48.970)	(46.480)	1,76	2,59
expirado no ano	-	-	-	-	(18.572)	(7.620)	2,79	3,94
Pendência no fim do ano	540.872	392.638	77.867	252.028	200.976	214.363	1,70	1,93
Dos quais foram exercidos:	29	-	20.178	25.025	20.302	20.424	3,21	2,78

Alguns dos planos de opções de ações do Grupo permitem a certos diretores e membros da equipa de colaboradores a opção de subscrição de novas ações ordinárias do Barclays PLC, entre 2011 e 2019.

Notas

a Opções/prêmios concedidos sobre as ações do Barclays PLC.

Prêmio custo zero e portanto o preço médio ponderado de exercício foi zero.

Opção custo zero e portanto não foi ponderado o preço médio de exercício.

O número de prêmios dentro de outros no final do ano está principalmente relacionado com a Sharesave (o número de prêmios exercíveis no final do ano foi de 6.317 mil). A média ponderada do exercício está relacionada com a Sharesave.

35 Pagamentos com base em ações (continuação)

A média ponderada da vida contratual remanescente e número de opções e prémios pendentes (incluindo os exercíveis) na data do balanço são as seguintes:

	2012		2011	
	Duração restante remanescente Contractual de vida em anos	Número de opções prémios por liquidar (000s)	Duração restante remanescente Contractual de vida em anos	Número de opções prémios por liquidar (000s)
PVAa,b	1	540.872	2	392.638
PPAEa,c	-	77.867	2	252.028
Outros ^a	0-4	200.976	0-4	214.363

Não houve modificações significativas para os acordos de pagamentos com base em ações nos anos de 2012 e 2011.

A 31 de dezembro de 2012, a responsabilidade total decorrente de transações de pagamento com base em ações e liquidadas em dinheiro foi de 5 m de Libras esterlinas (2011: 12 m de Libras esterlinas)

Participações nas ações do Barclays PLC

Vários fundos fideicomissos de pensão para colaboradores estabelecidos pelo Grupo detêm ações no Barclays PLC para cumprir as suas obrigações nos termos dos planos de pagamento com base em ações do Barclays. O número total de ações do Barclays detidas em fundos fideicomissos de pensão para colaboradores do Grupo a 31 de dezembro de 2012 foi 6,8 milhões (2011: 3,9 milhões). Nenhum direito de dividendos foi renunciado sobre estas ações. O valor total de mercado das ações do fundo com base no preço das ações no final do ano é de 2,62 Libras esterlinas (2011: 1,74 Libras esterlinas) foi 17,8m Libras esterlinas (2011: 6,8m Libras esterlinas).

36 Pensões e benefícios de reforma

Valor contabilístico das pensões e benefícios de reforma

O Grupo opera uma série de planos de pensões, incluindo de contribuição definida, benefício definido e os planos de benefícios de reforma.

Planos definidos de contribuição - O Grupo reconhece as contribuições devidas referentes ao período contabilístico na demonstração dos resultados. Quaisquer contribuições não pagas à data de balanço são incluídas como passivo.

Planos definidos de benefícios - O Grupo reconhece a sua obrigação para com os membros do regime no final do período, menos o justo valor dos ativos do regime e ganhos ou perdas atuariais não reconhecidas. Cada plano de obrigações é calculado usando o método da unidade de crédito projetado sobre os pressupostos estabelecidos na nota abaixo. Os ativos do plano são apresentados ao justo valor no final do período.

O Grupo utiliza a opção do IAS 19 Benefícios dos Colaboradores para adiar os ganhos e perdas atuariais durante o período de serviço remanescente dos colaboradores.

Os ganhos e perdas atuariais incluem ajustamentos de experiência (diferenças entre os anteriores pressupostos atuariais e aquilo que realmente ocorreu) e os efeitos das alterações nos pressupostos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais acumulados, na medida em que excedam o maior de: 10% do justo valor dos ativos do plano ou 10% do valor presente da obrigação de benefício definido, são diferidos e o excesso é amortizado na demonstração dos resultados sobre a média de vida útil dos inscritos. Os ganhos e perdas nas reduções de efetivos são reconhecidos quando o corte ocorre, o que pode ser quando ocorre um compromisso demonstrável a uma redução dos benefícios ou redução de colaboradores qualificados. O ganho ou perda inclui qualquer mudança no valor presente da obrigação, o justo valor dos ativos e qualquer ganho ou perda atuarial relacionada não reconhecida e as despesas com serviços efectuados no passado.

Quando os ativos de um plano e as suas perdas atuariais não reconhecidas excederem a sua obrigação, é reconhecido um ativo na medida em que não exceda o valor atual das férias de contribuições futuras ou reembolsos de contribuições.

Benefícios na reforma - o custo de proporcionar benefícios de cuidados de saúde aos colaboradores reformados são acumulados como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo do período que os colaboradores prestam serviços ao Grupo, utilizando uma metodologia semelhante à dos planos de pensões de benefício definido.

Desenvolvimento contabilístico futuro

A partir de 1 de janeiro de 2013, o Grupo adota a revisão da IAS 19. Caso o Grupo tivesse adoptado as revisões nestas demonstrações financeiras a posição líquida reconhecida decresceria em 3,3 mil milhões de Libras esterlinas (2011: 1,7 mil milhões de Libras esterlinas) que resultariam num passivo de 1,3 mil milhões de Libras esterlinas (2011: 0,2 mil milhões de Libras esterlinas). O lucro depois de impostos para o período que terminou a 31 de dezembro de 2012 teria sido reduzido em 22 milhões de Libras esterlinas (2011: 83 milhões de Libras esterlinas) e outros rendimentos em 2,4 mil milhões de Libras esterlinas (2011: 1,2 mil milhões de Libras esterlinas). O capital próprio dos acionistas seria reduzido em 2,5 mil milhões de Libras esterlinas (2011: 1,3 mil milhões de Libras esterlinas) e passivos diferidos adicionais de 0,8 mil milhões de Libras esterlinas (2011: 0,5 mil milhões de Libras esterlinas) teriam sido reconhecidos.

Notas

a Opções/prémios concedidos sobre as ações do Barclays PLC.

Prémio custo zero e portanto o preço médio ponderado de exercício foi zero.

Opção custo zero e portanto não foi ponderado o preço médio de exercício.

Notas às demonstrações financeiras

Benefícios dos colaboradores

36 Pensões e benefícios de reforma (continuação)

A partir de 1 de outubro de 2012 foi criado um novo plano de pensão do Reino Unido, o Barclays Pension Savings Plan (BPSP) para cumprir a legislação do Auto Enrolment. O BPSP é um regime de contribuição que fornece benefícios a todos os novos colaboradores do Reino Unido, e a todos os colaboradores existentes do Banco de Investimento, juntamente com todos os colaboradores do Reino Unido que não sejam subscritores de um plano de pensão à data de 1 de outubro de 2012.

O Fundo de Pensões do Reino Unido (UKRF) é o plano principal do Grupo, representando 93% do total do Grupo em termos de obrigações de benefícios de reforma. O UKRF foi encerrado a novos subscritores a partir de 1 de outubro de 2012 e apresenta 10 secções, das quais as mais significativas são:

Combina um elemento de saldo de caixa contributivo com um elemento definido de contribuição voluntária. O elemento de saldo de caixa é reavaliado até à idade normal de reforma, em linha com o aumento no Índice de Preços a Retalho (máximo de 5%). Um aumento de investimento relacionado de até 2% por ano pode também ser adicionado à discricção do Barclays. Entre 1 de Outubro de 2003 e 1 de outubro de 2012 a maioria dos novos colaboradores do Reino Unido fora do Banco de Investimento eram elegíveis para esta secção;

- Plano de Investimento de Pensões (PIP): uma secção de contribuição definida proporcionando benefícios aos colaboradores do Banco de Investimento desde 1 julho de 2001 a 1 de Outubro de 2012. Esta secção foi encerrada a 1 de outubro de 2012 para colaboradores existentes e novos do Banco de Investimento. Todos os membros do PIP acumulam agora os benefícios do BPSP acima referidos; e

Grande parte dos colaboradores recrutados antes de Julho 1964 acumulou benefícios neste plano de benefícios definido e não contributivo quanto ao serviço até 1997 de março de 31. As pensões foram calculadas por referência ao serviço e salário de reforma. A partir de 1 de abril de 2010 os membros tornaram-se elegíveis para acumular benefícios futuros de serviço em qualquer Pós-reforma ou PIP.

Os custos da reforma por doença e benefícios de morte em serviço são geralmente suportados pelo UKRF para membros reformados e através de apólices de seguros para membros do BPSP.

Administração

O UKRF opera sob a lei Fiduciária e é gerido e administrado em representação dos membros de acordo com os termos dos Estatutos Fiduciários e toda a legislação relevante. A empresa fiduciária é Barclays Pension Funds Trustees Limited, uma sociedade anónima constituída a 20 de dezembro de 1990 e uma subsidiária detida integralmente pelo Barclays Bank PLC. O Fiduciário é o proprietário legal dos ativos do UKRF, que são detidos separadamente dos ativos do Grupo.

O Conselho Fiduciário é composto por seis diretores administrativos selecionados pelo Barclays, dos quais três são Diretores independentes sem nenhuma relação com o Barclays ou o UKRF, mais três Diretores nomeados entre os membros selecionados a partir do pessoal ativo e membros elegíveis reformados que se candidataram ao cargo.

Os mesmos princípios de governação da reforma aplicam-se a outros planos de pensões do Grupo, apesar de haver diferentes legislações a cobrir os planos estrangeiros nos quais, na maior parte das vezes, o Grupo tem o poder de determinar a taxa de financiamento.

Quantias reconhecidas

as quantias reconhecidas na demonstração dos resultados, uma análise das obrigações de benefícios e uma análise dos ativos do regime para todos os planos do Grupo. A posição líquida é reconciliada com os ativos e passivos reconhecidos no balanço. Os quadros incluem benefícios de reforma financiados e não financiados.

Custos na declaração de rendimentos

	2012	2011
	m £	m £
Custo atual de serviço	357	348
Custo de juros	1.081	1.154
Retorno esperado dos ativos do plano	(1.152)	(1.176)
Perda atuarial reconhecida	32	57
Custo passado do serviço	1	23
Cortes ou liquidações	(40)	3
Total	279	409

36 Pensões e benefícios de reforma (continuação)

Reconciliação do balanço	2012			2011		
	O Grupo		De que	refere-se a		De que
	Total	Total	O Banco	Total	Total	O Banco
			refere-se a			UKRF
O Grupo	m £		UKRF	m £		UKRF
			m £			m £
Obrigações de benefício no início do ano	(22.994)	(21.679)	(21.263)	(21.801)	(20.535)	(20.173)
Custo atual de serviço	(357)	(317)	(309)	(348)	(309)	(300)
Custo de juros	(1.081)	(1.013)	(992)	(1.154)	(1.071)	(1.053)
Custo passado do serviço	9	(1)	-	(23)	-	-
Perda atuarial	(1.930)	(1.809)	(1.768)	(569)	(460)	(418)
Benefícios pagos	779	701	690	802	697	684
Câmbio e outros movimentos	167	19	(3)	99	(1)	(3)
Obrigações de benefício no fim do ano	(25.407)	(24.099)	(23.645)	(22.994)	(21.679)	(21.263)
Justo valor dos ativos do plano no início do ano	22.748	21.762	21.540	18.905	17.783	17.621
Retorno esperado dos ativos do plano	1.152	1.093	1.082	1.176	1.105	1.094
Contribuição do empregador	840	766	742	2.220	2.162	2.128
Ganhos atuariais	236	181	167	1.419	1.476	1.470
Benefícios pagos	(779)	(701)	(690)	(802)	(697)	(684)
Câmbio e outros movimentos	(101)	-	4	(170)	(67)	(89)
Justo valor dos ativos do plano no final do ano	24.096	23.101	22.845	22.748	21.762	21.540
(défice)/ativos líquidos	(1.311)	(998)	(800)	(246)	83	277
Perdas atuariais não reconhecidas	3.361	3.128	3.003	1.728	1.516	1.403
	2.050	2.130	2.203	1.482	1.599	1.680
Ativos reconhecidos	2.303	2.276	2.203	1.803	1.708	1.680
Dívidas passivas reconhecidas	(253)	(146)	-	(321)	(109)	-
	2.050	2.130	2.203	1.482	1.599	1.680

Incluído nas obrigações de benefício do Grupo estavam 1.597 milhões de Libras esterlinas (2011: 1.560 milhões de Libras esterlinas) relativos a pensões no estrangeiro e 165 milhões de Libras esterlinas (2011: 171 milhões de Libras esterlinas) relativos a outros benefícios pós-reforma. Incluído nas obrigações de benefício do Banco estavam 383 milhões de Libras esterlinas (2011: 345 milhões de Libras esterlinas) relativos a pensões no estrangeiro e 73 milhões de Libras esterlinas (2011: 71 milhões de Libras esterlinas) relativos a outros benefícios pós-reforma. Fora das obrigações de benefícios de 25.407 milhões de Libras esterlinas (2011: 22.994 milhões de Libras esterlinas), 326 milhões de Libras esterlinas (2011: 334 milhões de Libras esterlinas) foram totalmente sem financiamento. Fora das obrigações de benefícios do banco de 24.099 milhões de Libras esterlinas (2011: 22.994 milhões de Libras esterlinas), 133 milhões de Libras esterlinas (2011: 150 milhões de Libras esterlinas) foram totalmente financiadas.

A 31 de dezembro de 2012, os ativos do plano da IAS 19 de UKRF ultrapassaram as obrigações em 800 milhões de Libras esterlinas (2011: excedente de 277 milhões de Libras esterlinas). O factor mais importante na base desta alteração foi a queda nos rendimentos de títulos empresariais relativamente à inflação. Esta queda foi parcialmente compensada pela contribuição deficitária de 500 milhões de Libras esterlinas pagas em Abril de 2012.

Notas às demonstrações financeiras

Benefícios dos colaboradores

36 Pensões e benefícios pós-reforma (continuação) Estimativas e critérios de ponderação contabilísticos importantes

A avaliação atuarial das obrigações dos planos depende de uma série de pressupostos. Abaixo está um resumo dos principais pressupostos financeiros e demográficos adoptados para o UKRF.

Pressupostos financeiros do UKRF	2012	2011
	%	%
Taxa de desconto	4,31	4,74
Taxa de inflação	2,93	3,04
Taxa de aumento salarial	3,43	3,54
Taxa de aumento de pensões a pagamento	2,88	2,94
Taxa de aumento de pensões diferidas	2,88	2,94
Taxa de reavaliação Pós-trabalho	3,40	3,47
Retorno esperado dos ativos do plano	nã	5,00

Para 2012, foi revista a base de cálculo do pressuposto da taxa de desconto. A partir de dezembro de 2012, a taxa é considerada como a média de uma taxa de passivo ponderada derivada de uma curva de rendimento de retorno de títulos empresariais AA e do modelo Towers Watson RATE. O impacto desta alteração na obrigação de benefício definido do UKRF foi de 1,1 mil milhões de Libras esterlinas, sem impacto no lucro do corrente ano. Esta ação afectará os lucros de anos vindouros e com base na revisão da IAS 19, estima-se que a alteração resulte num custo reduzido de 50 milhões de Libras esterlinas à demonstração de resultados, quando comparado com a hipótese de o Grupo continuar a usar a curva de rendimento de retorno de títulos empresariais AA do ano anterior. Não é possível estimar o efeito sobre os lucros após 2013.

Os pressupostos da UKRF de mortalidade na reforma são baseados num pressuposto de melhor estimativa derivada de uma análise feita em 2012 baseada na própria experiência do Barclays sobre a mortalidade na reforma, que foi realizado no momento da avaliação mais recente de financiamento trienal tendo em conta as provas recentes de mortalidade publicadas. Considerou-se uma margem para melhorias futuras na taxa de mortalidade com base nas projeções de corte a longo prazo baseadas no modelo de projeção central do Continuous Mortality Investigation Bureau (Gabinete de Investigação de Mortalidade Contínua) sujeitas a uma base de 1% d/p quanto a melhorias futuras. A tabela abaixo mostra como a esperança de vida assumida aos 60, para os membros da UKRF, variou ao longo dos últimos cinco anos:

	2012	2011
Esperança de vida assumida		
Esperança de vida aos 60 para reformados atuais (anos)		
Homens	27,8	27,7
Mulheres	28,9	28,8
Esperança de vida aos 60 para futuros reformados atualmente com 40 (anos)		
Homens	29,2	29,1
Mulheres	30,5	30,4

Análise de sensibilidade em pressupostos atuariais

A tabela a seguir mostra uma análise de sensibilidade das hipóteses mais relevantes sobre a obrigação de benefício do UKRF:

Mudança no pressuposto-chave	Impacto nos Benefício UKRF obrigação	
	(Redução)/ Subida	(Redução)/ Subida
	%	bl £
Aumento de 0,5% na taxa de desconto	(9,1)	(2,2)
<u>Aumento de 0,5% da inflação dos preços assumido</u>	<u>8,4</u>	<u>2,0</u>
1 ano de aumento da esperança de vida aos 60 anos	2,5	0,6

Ativos

Foi definida uma estratégia de longo prazo para a atribuição do ativo do UKRF que abrange uma mistura de capitais próprios, títulos, propriedade e outros ativos apropriados. Esta opção reconhece que dois tipos diferentes de ativos produzirão provavelmente diferentes resultados a longo prazo e que alguns tipos de ativos poderão ser mais voláteis do que outros. O investimento a longo prazo assegura, entre outros, que os investimentos são adequadamente diversificados. É permitida alguma flexibilidade aos gestores de ativos para variar as atribuições dos ativos da estratégia a longo prazo dentro de uma gama de controlo acordada periodicamente com o Fiduciário.

O UKRF também emprega instrumentos derivativos, onde apropriado, para alcançar o retorno ou exposição desejados, ou para igualar ativos mais proximamente aos passivos. O valor dos ativos apresentado reflete ativos físicos reais detidos pelo plano, com quaisquer coberturas derivativas reflectidas a preço de mercado.

36 Pensões e benefícios de reforma (continuação)

O valor dos ativos dos planos, a sua percentagem em relação aos ativos totais do plano e sua taxa de retorno estimada foram os seguintes:

programa comerciais	% of total valor justo de £51m).			% of total Justo valor Estimado			% of total % do Estimado		
	Valor programa	comerciais	taxa de retorno	Valor programa	comerciais	taxa de retorno	Valor programa	comerciais	taxa de retorno
	m £	%	%	m £	%	%	m £	%	%
Em 31 de dezembro 2012									
Capitais Próprios	6.360	26,4	não disponível	5.871	25,5	não disponível	5.783	25,3	não disponível
Títulos	10.963	45,5	não disponível	10.684	46,3	não disponível	10.575	46,3	não disponível
Propriedade disponível	1.244	5,2	não disponível	1.230	5,3	não disponível	1.228	5,4	não disponível
Derivativos disponível	1.637	6,8	não disponível	1.637	7,1	não disponível	1.637	7,2	não disponível
Numerário	3.240	13,4	não disponível	3.147	13,6	não disponível	3.118	13,6	não disponível
Outros disponível	652	2,7	não disponível	504	2,2	não disponível	504	2,2	não disponível
valor justo de £51m).									
programa comerciais disponível	24.096	100	não disponível	23.073	100	não disponível	22.845	100	não disponível
Em 31 de dezembro 2011									
Capitais Próprios	4.979	21,9	7,8	4.534	20,8	7,7	4.452	20,7	7,7
Títulos	11.246	49,4	3,8	10.971	50,4	3,7	10.872	50,5	3,7
Propriedade	1.389	6,1	6,2	1.357	6,2	6,1	1.356	6,3	6,1
Derivativos	1.206	5,7	6,0	1.206	6,0	6,0	1.206	6,0	6,0
Numerário	3.253	14,3	0,6	3.173	14,6	0,5	3.167	14,7	0,5
Outros	585	2,6	4,4	431	2,0	3,1	397	1,8	2,5
valor justo de £51m).									
programa comerciais	22.748	100	5,1	21.762	100	4,9	21.540	100	5,0

Incluídos no justo valor dos ativos do plano estavam: 7 milhões de Libras esterlinas (2011: 15 milhões de Libras esterlinas) relativos a ações no Grupo Barclays, 3 milhões de Libras esterlinas (2011: 12 milhões de Libras esterlinas) relativos a títulos emitidos pelo Grupo Barclays e 1 milhão de Libras esterlinas (2011: 12 milhões de Libras esterlinas) relativos a propriedade ocupada por empresas do Grupo. O UKRF também investe em instrumentos de investimento colectivo que podem deter ações ou passivos de dívida emitidos pelo Grupo Barclays. O plano de ativos do UKRF inclui £240 m relativos a investimentos de capital próprio privados no Reino Unido (2011: £50 m) e £1.174 m relativos a investimentos de capital próprio privados no estrangeiro. Estão divulgados acima nos Capitais próprios.

O retorno expectável dos ativos é determinado pelo cálculo da estimativa de retorno total baseada na média ponderada dos retornos estimados para cada classe de ativos. Os retornos de classes de ativos são estimados usando factores de mercado atuais e projetados tais como a inflação, margens de crédito e prémios de risco de capital próprio. O retorno atual do Grupo em ativos do plano teve um aumento de 1.385 milhões de Libras esterlinas (2011: um aumento de 2.595 milhões de Libras esterlinas) dos quais 1.249 milhões de Libras esterlinas (2011: 2.564 milhões de Libras esterlinas) dizem respeito ao UKRF. O retorno real do Grupo em planos de ativos registou um aumento de £1.274 m (2011: aumento de £2.581 m).

O retorno total expectável em pressupostos de ativos tem sido geralmente baseado na carteira de ativos criados após ajuste do impacto líquido dos derivativos no perfil de risco e retorno das participações. A partir de 31 de dezembro de 2012, a taxa de retorno estimada deixa de ser aplicável devido à remoção do retorno estimado dos ativos do plano ao abrigo da revisão da IAS 19, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2013.

Aproximadamente um terço dos ativos do Fundo de Pensões do RU encontra-se investido em estratégias de investimento orientadas para o passivo; primariamente obrigações do Reino Unido bem como taxas de juro e swaps de inflação. Estes são usados para fazer corresponder os ativos do fundo aos seus passivos. Os swaps são usados para reduzir a inflação do plano e os riscos de duração contra os seus passivos.

Notas às demonstrações financeiras

Benefícios dos colaboradores

36 Pensões e benefícios pós-reforma (continuação)

Ganhos e perdas atuariais

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de obrigações do plano e ativos do plano são as seguintes:

Ganhos e perdas atuariais totais (O Grupo)	2012	2011	2010	2009	2008
	£m	£m	£m	£m	£m
Valor presente das obrigações	(25.407)	(22.994)	(21.801)	(20.646)	(15.783)
Justo valor dos ativos do plano	24.096	22.748	18.905	16.700	14.496
Deficit líquido nos planos	(1.311)	(246)	(2.896)	(3.946)	(1.287)
Experiência (perdas) e ganhos em passivos do plano					
-montante	13	(57)	(216)	62	(177)
- como percentagem dos passivos do plano	-	-	(1%)	-	(1%)
-montante	236	1.419	1.012	1.416	(4.655)
- como percentagem dos ativos do plano	1%	6%	5%	8%	(32%)
Ganhos e perdas atuariais totais (O Banco)	2012	2011	2010	2009	2008
	£m	£m	£m	£m	£m
Valor presente das obrigações	(24.099)	(21.679)	(20.535)	(19.524)	(14.735)
Justo valor dos ativos do plano	23.101	21.762	17.783	15.810	13.697
(Défice) líquido /excedente nos planos	(998)	83	(2.752)	(3.714)	(1.038)
Experiência (perdas) e ganhos em passivos do plano					
-montante	45	(33)	(209)	102	(177)
- como percentagem dos passivos do plano	-	-	(1%)	1%	(1%)
-montante	181	1.476	999	1.411	(4.599)
- como percentagem dos ativos do plano	1%	7%	6%	9%	(34%)
Ganhos e perdas atuariais relacionados com UKRF	2012	2011	2010	2009	2008
	£m	£m	£m	£m	£m
Valor presente das obrigações	(23.645)	(21.263)	(20.173)	(19.209)	(14.395)
Justo valor dos ativos do plano	22.845	21.540	17.621	15.675	13.537
(Défice) líquido /excedente nos planos	(800)	277	(2.552)	(3.534)	(858)
Experiência (perdas) e ganhos em passivos do plano					
-montante	29	(34)	(207)	106	88
- como percentagem dos passivos do plano	-	-	(1%)	1%	1%
-montante	167	1.470	995	1.424	(4.534)
- como percentagem dos ativos do plano	1%	7%	6%	9%	(33%)

36 Pensões e benefícios de reforma (continuação)

Financiamento

A avaliação trienal do financiamento do UKRF foi efectuada com uma data efetiva de 30 Setembro de 2010 e apresentou um défice de 5,0 mil milhões de Libras esterlinas. De acordo com a Leis de Pensões de 2004, o Banco e o Fiduciário acordaram um alvo de financiamento específico a um plano, mapa de princípios de financiamento, um esquema de contribuições e um plano de recuperação para eliminar o défice do Fundo.

O plano de recuperação para eliminar o défice obrigará o Banco a pagar as contribuições do défice ao Fundo até 2021. As contribuições de défice de 1,8 mil milhões de Libras esterlinas foram pagas ao fundo em dezembro de 2011 e um adicional de 0,5 mil milhões de Libras esterlinas será pago em 2012. As contribuições de défice adicionais serão pagas de 2017 a 2021 começando com 0.65 mil milhões de Libras esterlinas em 2017 e um aumento de aproximadamente 3,5% ao ano até 2021. Estas contribuições de défice são adicionais às contribuições regulares para satisfazer a participação do Grupo do custo das prestações vencidas todos os anos. Incluindo as contribuições de défice, a contribuição estimada do Grupo para o UKRF em 2013 será de 175 m de Libras esterlinas. Excluindo o UKRF, o Grupo deverá pagar contribuições de aproximadamente 133 m de Libras esterlinas aos planos do Reino Unido e 60 m de Libras esterlinas aos planos internacionais em 2013.

O Plano Atuarial prepara uma atualização da posição do financiamento para 30 de Setembro. A última atualização anual foi realizada a 30 de Setembro de 2012 e apresentou um défice de 3,6 mil milhões de Libras esterlinas.

As contribuições pagas respeitantes ao UKRF foram as seguintes:

	£m
Contribuições pagas	
2012	742
2011	2.128

Notas às demonstrações financeiras

Âmbito de consolidação

As notas incluídas nesta secção concentram a atenção em informações sobre os investimentos do Grupo em filiais, joint ventures e associados. Também fornecem detalhes sobre transações de titularização e acordos do Grupo mantidos fora do balanço.

37 Investimento nas subsidiárias

Valor contabilístico do investimento em filiais

Nos mapas da situação financeira individuais, os investimentos de filiais são apresentados sob a forma de custo menos imparidade, caso exista. Custos também incluem custos diretamente atribuíveis do investimento.

Os investimentos nas subsidiárias, de que as principais estão envolvidas em atividades relacionadas com a banca, são registados no balanço a um custo histórico, menos qualquer imparidade. A 31 de dezembro de 2012, o custo histórico dos investimentos nas filiais foi de 19.370 milhões de Libras esterlinas (2011: 24.383 de milhões de Libras esterlinas) e os abatimentos reconhecidos face a estes investimentos foram de 4.652 milhões de Libras esterlinas (2011: 2.310 milhões de Libras esterlinas) de imparidade.

Os dados das principais subsidiárias são apresentados abaixo. Esta lista inclui as filiais mais significativas no contexto da atividade, resultados ou posição financeira do Grupo.

País de registo ou património líquido	Denominação da empresa	Natureza da atividade empresarial	Percentagem do capital de detido (%)
Incorporação			
Inglaterra	Barclays Bank Trust Company Limited	Banking, gestão de ativos e serviços de confiança	100
Inglaterra	Barclays Capital Securities Limited	Tratamento de títulos	100
Ilha de Man	Barclays Private Clients International Limited	Atividade Bancária	100*
Japão		Tratamento de títulos	100
Quênia	Barclays Bank of Kenya Limited	Atividade Bancária	68,5*
África do Sul	Absa Bank Limited	Atividade Bancária	55,6*
Espanha	Barclays Bank SA	Atividade Bancária	100*
EUA	Barclays Capital Inc.	Tratamento de títulos	100
EUA	Barclays Bank Delaware	US credit card issuer	100

O país do registo ou da constituição é também a principal área de operação de cada uma das subsidiárias acima. Os investimentos nestas subsidiárias detidos diretamente pelo Barclays Bank PLC estão indicados com *. Informação sobre as filiais do Grupo, conforme requerido pela Lei das Sociedades Comerciais, será incluída no Retorno Anual a ser arquivado junto da UK Companies House.

Embora o interesse do Grupo no direito de voto do capital próprio em certas entidades exceda 50%, ou possa ter poder para nomear uma maioria do seu Conselho de Administração, as entidades são excluídas da consolidação porque o Grupo não dirige as políticas financeiras e operacionais destas entidades, nem se baseia no facto que outra entidade tenha um interesse económico superior nelas. Em consequência, estas entidades não são consideradas ser controladas pelo Barclays.

País do registo ou da constituição	Nome	Percentagem do de ações ordinárias próprio detido	Investimentos de capital	
			acionistas	lucros retidos para o ano
incorporação		%	fundos	para o ano
UK	Fitzroy Finance Limited	100	m de £	m de £
Ilhas Caimão	Palomino Limited	100	1	-

Investimentos em entidades associadas e parcerias

Valor contábilístico para entidades associadas e joint ventures

O Barclays aplica as normas *Investments in Associates (Investimentos em Entidades Associadas)* IAS 28 e *Interests in Joint Ventures (Juros em Joint Ventures)* IAS 31. Um associado é uma entidade em que o Grupo tem uma influência significativa, mas não tem controle, sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Geralmente, o Grupo detém mais de 20%, mas menos de 50%, das suas ações com direito de voto. Joint Ventures são entidades cujas atividades são regidas por um acordo contratual entre o Grupo e uma ou mais partes para partilhar igualmente as decisões respeitantes às políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos do Grupo em entidades associadas e joint ventures são registados inicialmente como custo e aumentados (ou diminuídos) anualmente pela quota dos lucros (ou perdas) pós-aquisição do Grupo. Em alguns casos, os investimentos nestas entidades podem ser mantidos no justo valor através do lucro ou perda, por exemplo, aqueles detidos por empresas de capital próprio privado.

	2012	2011
	m £	m £
Investimentos em associadas	258	169
Investimento em joint ventures	312	258
Total	570	427

Apresenta-se em seguida um resumo da informação financeira dos associados e joint ventures do Grupo: Os montantes acima incluídos, que incluem todos os ativos, passivos e receitas líquidas das empresas investidas, e não apenas a participação do Grupo, são baseados em contas feitas até 31 de dezembro de 2012, com exceção de algumas empresas para as quais os montantes são baseados em contas feitas até data não anterior a três meses antes da data do balanço.

	2012		2011	
	Associados	Joint ventures	Associados	Joint ventures
	m £	m £	m £	m £
Total ativos	3.580	3.740	4.001	3.447
Total dos passivos	2.816	3.205	3.603	2.938
Lucros após impostos	137	168	45	88

A participação do Grupo em compromissos e contingências dos seus associados e joint ventures, incluindo garantias de seguro de 0 Libras esterlinas (2011: 0 Libras esterlinas) e facilidades de crédito não utilizadas fornecidas aos clientes no valor de 2.711 milhões de Libras esterlinas (2011: 1.265 milhões de Libras esterlinas). Estas incluem-se na Nota 27.

39 Operações de titularização

Valor contábilístico de titularizações

O Grupo utiliza titularizações como fonte de financiamento e um meio de transferência de risco. Estas transações resultam geralmente na transferência contratual de fluxos de caixa de carteiras de ativos financeiros para detentores de títulos de dívida emitidos.

As operações de titularização podem, através do estabelecimento de acordos individuais, resultar no reconhecimento continuado dos ativos titularizados e no reconhecimento dos títulos de dívida emitidos na transação; levar a um reconhecimento parcial continuado dos ativos na medida do envolvimento continuado do Grupo nesses ativos ou ao desconhecimento dos ativos e ao reconhecimento separado, como ativos ou obrigações, de quaisquer direitos e obrigações criados ou retidos na transferência. O total não reconhecimento ocorre apenas quando o Grupo transfere o seu direito contratual a receber fluxos de caixa dos ativos financeiros, ou retém o direito contratual a receber os fluxos de caixa, mas assume uma obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa a outra parte sem atraso material ou reinvestimento, e também transfere substancialmente todos os riscos e remunerações da propriedade, incluindo riscos de crédito, pagamento antecipado e taxa de juro.

No decorrer das atividades bancárias normais, o Grupo efetua transferências de ativos financeiros, ou por via legal (onde os direitos ao fluxo de caixa dos ativos são transferidos à contraparte) ou por benefícios (onde o Grupo detém os direitos aos fluxos de caixa porém assume a responsabilidade de os transferir à contraparte). Dependendo da natureza da transação, isto poderá resultar no não reconhecimento dos bens na sua totalidade, o não reconhecimento parcial, ou o não reconhecimento dos ativos sujeitos a transferência.

O total não reconhecimento ocorre apenas quando o Grupo transfere o seu direito contratual a receber fluxos de caixa dos ativos financeiros, ou retém o direito contratual a receber os fluxos de caixa, mas assume uma obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa a outra parte sem atraso material ou reinvestimento, e também transfere substancialmente todos os riscos e remunerações da propriedade, incluindo riscos de crédito, pagamento antecipado e taxa de juro. Quando um ativo é transferido, em determinadas circunstâncias, o Grupo pode manter um interesse (envolvimento contínuo) requerendo que o Grupo o recompre em determinadas circunstâncias para outro ao justo valor à data.

Notas às demonstrações financeiras

39 Titularizações (continuação)

Abaixo, encontra-se um resumo das principais transações, ativos e passivos e os riscos financeiros decorrentes destas transações:

Transferências de ativos financeiros que não resultem em não reconhecimento.

36 Operações de titularização

O Grupo participou em transações de titularização envolvendo os seus empréstimos hipotecários residenciais, empréstimos empresariais e saldos de cartões de crédito. Adicionalmente, o Grupo atua como um canal para documentação comercial, através do qual adquire pools estáticas de empréstimos hipotecários residenciais de outras instituições de crédito para transações de titularização.

Nestas transações, os ativos, ou juros sobre os ativos, ou juros sobre os benefícios nos fluxos de caixa derivados dos ativos, são transferidos para uma entidade dedicada que, por sua vez, emite os títulos de dívida de taxa flutuante para investidores terceiros.

A titularização poderá, dependendo das disposições individuais, resultar no reconhecimento continuado de ativos titularizados e reconhecimento dos títulos de dívida emitidos na transação. O reconhecimento parcial continuado dos ativos, à extensão do envolvimento contínuo do Grupo nesses ativos, poderá também ocorrer ou o não reconhecimento de ativos e o reconhecimento separado, como ativos ou passivos, de quaisquer direitos e obrigações criados ou retidos na transferência.

A tabela seguinte mostra o valor contabilístico de ativos titularizados que não tenham resultado em não reconhecimento total, juntamente com as obrigações associadas, para cada categoria de ativos no balanço:

	2012				2011	
	Ativos		Passivos		Ativos	Passivos
	Valor montante m £	Justo valor m £	Valor montante m £	Justo valor m £	Valor montante m £	Valor montante m £
O Grupo						
Empréstimos e adiantamentos a clientes						
Empréstimos de hipoteca residencial	5.545	5.129	(5.066)	(4.600)	7.946	(8.085)
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	6.944	7.015	(5.519)	(5.542)	4.059	(3.477)
Crédito a empresas	944	798	(809)	(679)	1.391	(1.428)
Total	13.433	12.942	(11.394)	(10.821)	13.396	(12.990)
Ativos designados ao justo valor através de lucro ou perda						
Juro retido em empréstimos hipotecários residenciais	12	não disponível	-	não disponível	1	-
O Banco						
Empréstimos e adiantamentos a clientes						
Empréstimos de hipoteca residencial	3.503	3.280	(3.028)	(3.073)	6.230	(6.477)
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	5.866	5.921	(5.561)	(5.493)	3.913	(3.325)
Crédito a empresas	1.287	1.119	(1.109)	(956)	1.787	(1.843)
Total	10.656	10.320	(9.698)	(9.522)	11.930	(11.645)
Ativos designados ao justo valor através de lucro ou perda						
Juro retido em empréstimos hipotecários residenciais	-	não disponível	-	não disponível	1	-

Os saldos incluídos nos empréstimos e adiantamentos a clientes representam operações de titularização nas quais todos os riscos e remunerações do ativo foram substancialmente mantidos pelo Grupo.

A relação entre os ativos transferidos e os passivos associados é que os detentores de notas poderão olhar apenas aos fluxos de caixa de ativos titularizados para pagamentos de dívida e juros devidos de acordo com os termos das suas notas, embora os termos contratuais das suas notas possam ser diferentes da maturidade e juros dos ativos transferidos.

Os juros retidos em empréstimos hipotecários de habitação são títulos que representam uma exposição continuada ao pagamento antecipado e ao risco de crédito nos ativos titularizados subjacentes. O valor total de transporte dos empréstimos foi de 16 milhões de Libras esterlinas (2011: 2.299 milhões de Libras esterlinas). O juro retido é inicialmente registado como uma alocação do valor contabilístico original baseado nos justos valores relativos da porção não reconhecida e da porção retida.

39 Titularizações (continuação)

Para as transferências de ativos relativamente a recompra, consultar Notas 21 e 41.

Continuação do envolvimento em ativos financeiros não reconhecidos

Em alguns casos, o Grupo poderá ter transferido um ativo financeiro na sua totalidade mas poderá ter envolvimento contínuo no ativo. Isto decorre em titularizações de ativos onde os empréstimos e os títulos suportados por ativos passaram a não reconhecidos, como resultado do envolvimento do Grupo com CLO, CDO, RMBS e CMBS. O envolvimento contínuo decorre principalmente do fornecimento de financiamento para estas estruturas sob a forma de notas acumuladas, que não comportam primeiras perdas.

A tabela abaixo mostra as potenciais implicações financeiras de tal envolvimento contínuo:

Tipo de transferência	Envolvimento continuado em 31 de dezembro 2012			envolvimento	
	Valor	Justo Valor	Máximo exposição a	Para o ano	cumulativa para
	montante	Valor	exposição a	findo em 31 de dezembro 2012	de 31 de dezembro 2012
	m £	m £	m £	m £	m £
CLO e outros ativos	2.546	2.495	2.556	126	(839)
ABS CDO Super Sênior	1.387	922	1.387	(230)	(1.708)
EUA sub-prime e Alt-A	781	781	781	8	(1.336)
Títulos comerciais garantidos com hipoteca	239	239	239	1	(41)
Total	4.953	4.437	4.963	(95)	(3.924)

Os ativos que representam o envolvimento contínuo na passagem ao não reconhecimento são registados na seguinte lista:

Tipo de transferência	Empréstimos negociação	Os derivados de	Disponível para venda	Total
	Avanços	carteiras comerciais	investimentos em	
	m £	m £	m £	m £
CLO e outros ativos	1.624	899	7	2.546
ABS CDO Super Sênior	1.387	-	-	1.387
EUA sub-prime e Alt-A	703	78	-	781
Títulos comerciais garantidos com hipoteca	-	239	-	239
Total	3.714	1.216	7	4.953

40 Operações do balanço extrapatrimonial

No decurso normal da atividade empresarial e principalmente para facilitar as transações do cliente, o Grupo realiza transações que podem envolver a utilização de operações do balanço extrapatrimonial e de Entidades de Finalidades Especiais (EFEs). Estas operações incluem a provisão de garantias, compromissos de empréstimo, juros retidos em ativos que tenham sido transferidos para uma EFE não consolidada ou obrigações resultantes de envolvimento do Grupo com estas EFEs.

Garantias

O Grupo emite garantias por conta dos seus clientes. Na maioria dos casos, o Grupo irá deter a garantia colateral contra a exposição, tendo um direito de regresso em relação ao cliente ou a ambos. Além disso, o Grupo emite garantias por sua própria conta. garantias financeiras dadas aos bancos e às instituições financeiras por conta dos clientes para assegurar os empréstimos; adiantamentos; e outras facilidades bancárias, incluindo indemnizações por empréstimo de ações e cartas de crédito "standby". Outras garantias disponibilizadas incluem as garantias de desempenho, as garantias de pagamento adiantado, garantias em licitações, garantias às Contribuições e Impostos de Sua Majestade e garantias de retenção. O montante nominal principal dos passivos contingentes com um risco de balanço extrapatrimonial é definido na Nota 27.

Compromissos de empréstimo

O Grupo estabeleceu compromissos de empréstimo aos seus clientes sujeitos a certas condições. Estes compromissos de empréstimo são feitos por um período fixo ou canceláveis pelo Grupo sujeitos a condições de aviso. As informações sobre compromissos de empréstimo e facilidades semelhantes são definidas na Nota 27.

Notas às demonstrações financeiras

40 Operações do balanço extrapatrimonial (continuação)

Locação

O Grupo aluga vários escritórios, filiais, outras instalações e equipamento nos termos de acordos de locação operacional não cancelável. Com estes contratos de locações operacionais, os ativos são mantidos no balanço do locador e o Grupo relata os futuros pagamentos mínimos de locações como uma despesa durante o prazo da locação. As informações sobre locação podem ser encontradas na Nota 19.

Entidades de Finalidades Especiais

As EFEs são entidades que são criadas para cumprir um objectivo específico e bem definido. Frequentemente há restrições específicas ou limites sobre as suas atividades contínuas. As transações do Grupo com as EFEs assumem várias formas, inclusive:

- A provisão do financiamento para compra de ativos financeiros, ou de compromissos para disponibilizar o financiamento de compras futuras;
- As transações derivadas para disponibilizar aos investidores das SPE uma exposição especificada;
- A provisão da liquidez ou facilidades de proteção que podem ser utilizadas se as SPE encontrarem dificuldades em financiamentos futuros; e
- O investimento direto nos títulos emitidos pelas SPE.

Várias transações do Grupo têm regresso só para os ativos das EFEs não consolidadas. Tipicamente, a maioria da exposição a estes ativos é criada por terceiros e o risco do Grupo é mitigado através de garantias sobre colaterais, características de liquidação e outras medidas de proteção.

As atividades empresariais dentro do Grupo onde as EFEs são utilizadas incluem programas de canais de distribuição de multivendedores, títulos de ativos, mediação de clientes, estruturação de crédito, realização de ativos e gestão de financiamento. Estas atividades são descritas abaixo. Além disso, as seções mais adiante disponibilizam informações quantitativas sobre o envolvimento do Grupo com CDOs, VEIs VEI-Lites e canais de distribuição.

Programas de canais de distribuição de multivendedores

O Barclays cria, administra e disponibiliza o aumento de crédito e de liquidez a diversos programas de canais de distribuição de papéis comerciais, inicialmente nos Estados Unidos. Estes canais de distribuição disponibilizam aos clientes o acesso para a liquidez nos mercados de papéis comerciais permitindo-lhes vender bens ou serviços do consumidor ou do cliente ao canal de distribuição, que depois emitem os papéis comerciais aos investidores para financiamento da compra. Os canais de distribuição têm garantias colaterais, aumento de crédito e apoio de liquidez suficientes para manter um grau de investimento para os papéis comerciais.

Operações de titularização de ativos

O Grupo facilitou aos seus clientes formação em titularizações de ativos, algumas das quais que passaram a vigorar através da utilização das EFEs. Estas entidades têm um capital próprio mínimo e assentam no financiamento sob a forma de títulos para compra dos ativos para titularização. Como estas EFEs são criadas para outras empresas, o Grupo não controla habitualmente estas entidades e, por isso, não as consolida. O Grupo pode disponibilizar o financiamento sob a forma de títulos juniores ou seniores e também disponibilizar derivados às EFEs. Estas transações são incluídas no balanço.

O Grupo também utilizou as EFEs para titularizar parte das suas carteiras de empréstimo comercial e de revenda criadas e compradas e cartões de crédito de clientes. Estas EFEs habitualmente são consolidadas e o não reconhecimento só ocorrer quando o Grupo transfere o seu direito contratual para receber fluxos de caixa de ativos financeiros, ou mantém o direito contratual para receber fluxos de caixa, mas assume uma obrigação contratual para pagar os fluxos de caixa a outra parte sem atraso ou reinvestimento de material, e também transfere substancialmente todos os riscos e as recompensas da participação, inclusive o risco de crédito, o risco de pré-pagamento e o risco da taxa de juro. O valor escriturado dos ativos titularizados juntamente com os passivos associados é definido na Nota 39.

Mediação do cliente

O Grupo estruturou transações como mediador financeiro para atender às necessidades do investidor e do cliente. Estas transações envolvem entidades estruturadas pelo Grupo ou pelo cliente e são utilizadas para modificar os fluxos de caixa de ativos de terceiros para criar investimentos com um perfil de risco ou de retorno específico ou ajudar os clientes a gerir eficazmente outros riscos. Estas transações irão resultar tipicamente em transações derivadas sendo mostradas no balanço, representando a exposição do Grupo aos ativos principais. O Grupo também investe em entidades do locador especificamente para adquirir ativos para locação. A mediação do cliente também inclui operações para financiamento da compra ou da criação de ativos específicos (mais comuns na indústria de propriedade).

Estruturação de crédito

O Grupo estrutura investimentos para apresentar perfis de risco específicos aos investidores. Isto pode envolver a venda de exposição de crédito, muitas vezes por via de derivados, a uma entidade que posteriormente financia aquela exposição emitindo títulos. Estes títulos podem ser inicialmente detidos pelo Barclays antes da venda exterior do Grupo.

Realizações de ativos

O Grupo estabelece que as EFEs facilitem a recuperação de empréstimos em circunstâncias em que o mutuário tenha sofrido perda financeira.

Na medida em que há garantias e compromissos em relação às EFEs, os dados são incluídos na Nota 27.

40 Operações do balanço extrapatrimonial (continuação) Obrigações de dívida colateral (Collateralised debt obligations - CDO)

O Grupo estruturou e subscreveu as CDOs. No início, a exposição do Grupo assume principalmente a forma de facilidade de liquidez disponibilizada para apoiar futuras dificuldades de financiamento ou fluxos de caixa negativos nos veículos. Se exigido pelo veículo, a facilidade é utilizada com o montante adiantado incluída com os empréstimos e adiantamentos no balanço. No caso de uma situação padrão ou indicadora, o Grupo pode adquirir o controlo de uma CDO e, por isso, ser-lhe exigido a consolidar totalmente o veículo para fins contabilísticos. A possibilidade de as transações atingirem indicadores padrão antes do fim de 2012 tem sido avaliada e é incluída na determinação de dotações para imparidade de 232 milhões de Libras esterlinas (2011: 6 milhões de Libras esterlinas) e outras provisões de crédito em relação à ABS CDO Super Sénior e a outras exposições do mercado de crédito para o ano findo em 31 de dezembro de 2012.

A exposição do Grupo às posições da ABS CDO Super Sénior antes da proteção foi de 1.387 milhões de Libras esterlinas a partir de 31 de dezembro de 2012 (2011: 1.842 milhões de Libras esterlinas) equivalente a um acumulado de 60,30% (2011: 51,68%) de redução no valor em média para todos os investidores. Isto representa a exposição do Grupo às CDO de Nível Alto, líquido declarado na depreciação e nos gastos. Estas facilidades são totalmente utilizadas e incluídas em empréstimos e adiantamentos no balanço.

Garantia colateral

As CDO colaterais não consolidadas que se destacam compreendem 78% (2011: 78%) de títulos garantidos por hipotecas residenciais, 2% (2011: 2%) de títulos garantidos por ativos não residenciais e 20% (2011: 20%) noutras categorias (uma proporção das quais será garantida por hipotecas residenciais). A Média Ponderada de Vida (Weighted Average Life - WAL) restante de todas as garantias colaterais é de 6.16 anos (2011: 7,41 anos). O Valor Líquido dos Ativos (Net Asset Value - NAV) combinado para todas as CDO foi de 1 mil milhões de Libras esterlinas. 1 mil milhões de Libras esterlinas).

Financiamento

As CDOs foram financiadas com títulos séniores não avaliados e títulos avaliados até AAA. A estrutura sénior capital dos títulos AAA em CDOs monetárias foi apoiada por uma facilidade de liquidez disponibilizada pelo Grupo. A parte sénior coberta pela facilidade de liquidez é em média de 85% da estrutura do capital. A MPV inicial dos títulos emitida em média é de 6.7 anos. 6.7 anos A maturidade contratual total é de 38.2 anos. 38.2 anos

Participações em CDOs de terceiros

O Grupo comprou títulos e assinou instrumentos derivados com CDOs de terceiros. Estas participações foram detidas como ativos ou passivos comerciais no balanço do Grupo e avaliadas no justo valor. O Grupo não disponibilizou facilidades de liquidez ou acordos semelhantes a CDOs de terceiros.

Veículos Estruturados de Investimento (VEIs)

O Grupo não estrutura ou gere VEIs. O Grupo não estrutura ou gere SIV. A exposição do Grupo a SIV de terceiros compreendeu: 0 Libras esterlinas (2011: 0 Libras esterlinas) de facilidade de liquidez sénior e exposição derivada incluída no balanço ao seu justo valor líquido de 0 Libras esterlinas (2011: 6 milhões de Libras esterlinas).

VEIs-Lites

O Grupo não tem qualquer exposição a uma transação SIV-Lite nem está envolvido na administração contínua daí decorrente.

Títulos comerciais e canais de distribuição a médio prazo

O Grupo disponibilizou 7 bl de £ em facilidades de liquidez e proteção não utilizadas para os seus próprios títulos comerciais e canais de distribuição patrocinados. O Grupo consolida totalmente estas entidades para que os ativos em destaque sejam reflectidos no balanço do Grupo. Estas entidades consolidadas por sua vez disponibilizam facilidades 661 milhões de Libras esterlinas (2011: 717 milhões de Libras esterlinas) a canais de distribuição de terceiros que contêm títulos de hipotecas residenciais do Reino Unido para compra ou arrendamento de casas (RMBS). Em 31 de dezembro de 2012, a facilidade total foi utilizada e está incluída nos investimentos financeiros disponíveis para venda.

O Grupo disponibilizou facilidades de proteção para apoiar os títulos emitidos por um canal de distribuição de terceiros. Estas facilidades totalizaram 247m de £, com uma garantia colateral que se destaca, compreendendo 2011% de empréstimos automáticos. Não houve nenhuma utilização nesta facilidade até 31 de dezembro de 2012.

O Grupo disponibilizou facilidades de proteção a quatro EFEs de terceiros que financiam títulos a médio prazo. Estes títulos são vendidos a investidores como títulos de 12 meses e recomercializados aos investidores anualmente. Se os investidores recusam renovar as suas participações a um preço abaixo de um "spread" pré-acordado, as facilidades de proteção exigem que o Grupo compre os títulos pendentes a uma maturidade planeada. O Grupo disponibilizou facilidades de 0,5m de £ às participações das EFEs e aos ativos dos títulos detidos por proprietários do Reino Unido e Austrália. Foram utilizadas estas facilidades à data do balanço e incluídas nos empréstimos e adiantamentos.

Notas às demonstrações financeiras

41 Ativos penhorados

Os ativos são penhorados como garantia colateral para assegurar os passivos nos termos dos contratos de recompra, de titularizações e de contratos de empréstimo de ações ou como depósitos de títulos relacionados com os instrumentos financeiros derivados. A seguinte tabela sumaria a natureza e o valor escriturado dos ativos penhorados como títulos face a estes passivos:

	O Grupo		O Banco	
	2012	2011	2012	2011
	m £	m £	m £	m £
Ativos da carteira de negociação	85.026	86.677	37.339	50.354
Empréstimos e adiantamentos	72.918	40.613	51.986	38.729
Outros	20.789	19.976	14.782	17.203
Ativos penhorados	178.733	147.266	104.107	106.286

Barclays possui outros 15 mil milhões de Libras esterlinas (2011: 16 mil milhões de Libras esterlinas) em empréstimos e adiantamentos dentro dos seus programas de financiamento suportados por ativos que poderão ser rapidamente utilizados para acionar um financiamento assegurado adicional e disponíveis para suportar futuras emissões.

Garantia colateral detida como título em relação aos ativos

Nos termos de certas transações, inclusive nos contratos de recompra e revenda e nas transações de empréstimo de ações, o Grupo tem permissão para revender ou penhorar de novo a garantia colateral detida. O justo valor à data do balanço da garantia colateral aceite e penhorada de novo a outros foi o seguinte:

	O Grupo		O Banco	
	2012	2011	2012	2011
	m £	m £	m £	m £
Justo valor dos títulos aceites como garantias colaterais	360.061	391.287	312.754	419.462
De que o justo valor dos títulos penhorados de novo foi transferido a outros	307.950	341.060	265.553	334.527

A total divulgação ao abrigo da norma IFRS 7 foi incluída na garantia colateral e outros aumentos de crédito (página 26-29).

Notas às demonstrações financeiras

Outros assuntos de divulgação

Outros assuntos de divulgação

As notas incluídas nesta secção centram-se nas Transações de parte relacionada e remunerações dos Diretores. As transações de parte relacionada incluem quaisquer filiais, entidades associadas, joint ventures, entidades sob diretoria do Pessoal de Gestão Principal.

42 Transações de parte relacionada e remunerações dos Diretores

a) Transações de parte relacionada

As partes são consideradas estar relacionadas se uma delas tiver capacidade para controlar a outra ou exercer uma influência significativa sobre a outra em decisões financeiras ou operacionais, ou se uma parte controlar ambas. A definição inclui as subsidiárias, as associadas, as "joint-ventures" e os planos de pensão do Grupo, assim como outras pessoas.

(i) O Grupo

Sociedade-mãe

A sociedade-mãe, que também é a sociedade-mãe final, é o Barclays PLC, que detém 100% das ações ordinárias emitidas do Barclays Bank PLC.

Filiais

As transações entre o Barclays Bank PLC e as subsidiárias também correspondem à definição das transações de parte relacionada. Quando estas são eliminadas na consolidação, não são divulgadas nas demonstrações financeiras do Grupo. É apresentada uma lista das principais subsidiárias do Grupo na Nota 37.

Associadas, "joint-ventures" e outras entidades

O Grupo fornece serviços da banca às suas associadas, "joint-ventures", fundos de pensão do Grupo (principalmente o Fundo de Reforma do Reino Unido) e a entidades sob direção comum, disponibilizando empréstimos, adiantamentos, depósitos remunerados e não remunerados e contas correntes a estas entidades, assim como outros serviços. As empresas do Grupo também fornecem serviços de gestão no investimento e serviços de depósitos em relação aos planos de pensão do Grupo. O Grupo também fornece serviços da banca de "unit trust" (fundos de investimento colectivo) e fundos de investimento geridos pelas empresas do Grupo que não são individualmente materiais. Todas estas transações são conduzidas nos mesmos termos que os das transações de terceiros. Apresenta-se em seguida um resumo da informação financeira dos associados e joint ventures do Grupo:

Entidades sob direção comum

O Grupo estabelece relações comerciais normais com entidades cujos sócios do Conselho do Grupo também são Diretores. Os montantes incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo relativos a estas entidades que não são publicamente apresentados, são mostrados na tabela oposta em Entidades sob direções comuns.

Os montantes incluídos nas contas, agregados por categoria da entidade de parte relacionada são os seguintes:

investimento e	Entidades sob		Fundo de pensões,	
	Associados a	Joint ventures	diretorias a	fundos de
	m £	m £	m £	Gestão de fundos m £
Do ano findo em 31 de dezembro de 2012				
Rendimento	2	38	1	20
Perda de	-	(5)	-	-
Total ativos	170	1.657	198	-
Total do passivo	18	585	94	152
Do ano findo em 31 de dezembro de 2011				
Rendimento	(40)	20	1	17
Perda de	(2)	(6)	-	-
Total ativos	176	1.529	364	-
Total do passivo	26	454	70	182

Não foram dados ou recebidos compromissos, penhoras ou garantias a respeito destas transações em 2012 ou 2011. As transações derivadas por conta de Unidades de Participação em Fundos de Pensões e Fundos de Investimento foram de 661,1 milhões de Libras esterlinas (2011: 568,9 milhões de Libras esterlinas).

27,0bl de £

a Os saldos de passivo de 2011 para as transações de parte relacionada com entidades associadas e entidades sob direção comum voltam a ser reconhecidas no montante de 10 milhões e 42 milhões de Libras esterlinas, respectivamente, para refletir mais adequadamente a natureza das relações com duas entidades específicas.

Notas às demonstrações financeiras

Outros assuntos de divulgação

42 Transações de parte relacionada e remunerações dos Diretores (continuação)

(ii) O Banco

Filiais

Os dados das principais subsidiárias são apresentados na Nota 37.

O Banco também fornece vários serviços bancários e financeiros às subsidiárias assim como várias contas correntes normais e contas de caixa

remuneradas aos fundos de pensão do Grupo (principalmente o Fundo de Reforma do Reino Unido) a fim de facilitar a administração financeira diária dos fundos.

As empresas do Grupo também fornecem serviços de gestão de investimento e serviços de depósito. O Grupo também fornece serviços bancários de unidades de participação e fundos de investimento geridos pelas empresas do Grupo. Estas transações são conduzidas em termos semelhantes aos das transações de terceiros e não são individualmente materiais.

Os montantes agregados e incluídos nas contas são os seguintes:

	Filiais	Associados	Joint empreendimentos	Entidades sob direção comum	Pensões fundos, fundos de investimento e Gestão de fundos
	m £	m £	m £	m £	m £
Do ano findo em 31 de dezembro de 2012					
Total ativos	336.363	170	1.657	198	-
Total do passivo	283.095	18	585	94	152
Do ano findo em 31 de dezembro de 2011					
Total ativos	327.898	176	1.529	364	-
Total do passivo	349.205	26	454	70	182

É prática normal do Banco fornecer às suas subsidiárias o apoio e a assistência por via de garantias, indemnizações, cartas de conforto e compromissos, conforme possa ser conveniente, com vista a permitir-lhes cumprir com as suas obrigações e manter o seu prestígio, incluindo o compromisso do capital e facilidades. Sobre os dividendos pagos ao Barclays PLC, ver Nota 11.

Pessoal de gestão principal

O pessoal de gestão principal do Grupo, e as pessoas a ele associadas, também são considerados ser partes relacionadas para fins de divulgação. O pessoal de gestão principal é definido como o pessoal que está autorizado e é responsável pelo planeamento, direção e controlo das atividades do Barclays Bank PLC (direta ou indiretamente) e compreende os Diretores do Barclays Bank PLC e os Administradores do Grupo, certas pessoas reportadas diretamente ao Presidente do Grupo e responsáveis das principais unidades empresariais.

Não houve nenhuma transação de parte relacionada material com entidades sob direção comum em que um Diretor ou outro sócio do pessoal de gestão principal (ou qualquer pessoa a eles associada) fosse também um Diretor ou outro sócio do Pessoal de Gestão Principal (ou qualquer pessoa a eles associada) do Barclays.

O Grupo fornece serviços da banca a Diretores e outro pessoal de gestão principal e pessoas a eles associadas. As transações durante o ano e os balanços por liquidar em 31 de dezembro de 2012 foram os seguintes:

	2012	2011
	m £	m £
Empréstimos ^a		
A 1 de janeiro	6,3	6,3
Empréstimos emitidos durante o ano	0,6	0,7
Empréstimos reembolsados durante o ano	(0,7)	(0,7)
A 31 de dezembro	6,2	6,3

Não foram reconhecidos abatimentos por imparidade a respeito dos empréstimos concedidos a Diretores ou a outros sócios do pessoal de gestão principal (ou qualquer pessoa a eles associada) em 2012 ou 2011.

	2012	2011
	m £	m £
Depósitos pendentes ^a		
A 1 de janeiro	39,1	36,5
Depósitos recebidos durante o ano	142,1	244,2
Depósitos reembolsados durante o ano	(143,8)	(241,6)
A 31 de dezembro	37,4	39,1

Notas

a Foram novamente reconhecidos um empréstimo e saldos de depósito detidos pelos Diretores e o Pessoal de Gestão Principal para melhor refletir a natureza de determinadas transações. O impacto deste factor foi o aumento do saldo de abertura e fecho de empréstimos de 2011 previamente reconhecido no valor de 1,5 milhões de Libras esterlinas e o aumento dos saldos de abertura e fecho de depósitos de 2011 de 1,5 e 0,4 milhões de Libras esterlinas, respectivamente.

42 Transações de parte relacionada e remunerações dos Diretores (continuação)

Todos os empréstimos concedidos a Diretores e a outro Pessoal de Gestão Principal (e pessoas a eles associadas) (a) foram feitos no decurso normal da atividade empresarial, (b) foram feitos substancialmente nos mesmos termos, incluindo taxas de juro e garantias colaterais, conforme as que prevalecem ao mesmo tempo para transações comparáveis com outras pessoas e (c) não envolveram mais que um risco normal de cobrança ou apresentaram outras características desfavoráveis; com a exceção de 4.080 Libras esterlinas (2011: 3.465 de Libras esterlinas) disponibilizado sem juros.

O empréstimo de 4.080 Libras esterlinas (2011: 3.465 Libras esterlinas) sem juros foi concedido a um sócio não Diretor do Barclays para compra de bilhetes de comboios suburbanos. O empréstimo máximo por liquidar durante o ano foi de 4.896 Libras esterlinas (2011: £4,620). Os empréstimos de bilhetes de comboios suburbanos foram disponibilizados a todo o pessoal do Barclays a pedido nos mesmos termos.

Compromissos totais por liquidar

Os compromissos totais por liquidar referem-se ao total de quaisquer montantes não utilizados nos cartões de crédito e/ou facilidades de adiantamento fornecidas a Diretores e Pessoal de Gestão Principal. Os compromissos totais por liquidar a 31 de dezembro de 2012 eram de 2,5 milhões de Libras esterlinas (2011: 1,5 milhões de Libras esterlinas).

Remuneração dos Diretores e de outro pessoal de gestão principal

O total de remunerações atribuído a Diretores e outro Pessoal de Gestão Principal representa os prémios feitos a pessoas que foram aprovadas pelo Comité de Remunerações do Conselho de Administração como parte das últimas decisões em negociações salariais e é consistente com a abordagem adoptada para as divulgações conforme definido nas páginas 225 a 226. Os custos reconhecidos na demonstração de resultados financeiros refletem o encargo contabilístico anual incluído nas despesas operacionais. A diferença entre os valores atribuídos e o encargo reconhecido da demonstração de resultados financeiros está relacionada principalmente com o reconhecimento de custos diferidos para prémios anteriores anuais. Os números foram disponibilizados durante o período em que as pessoas vão de encontro à definição de Diretores e outro Pessoal de Gestão Principal.

Remuneração dos Diretores e de outro pessoal de gestão principal	2012	2011
	£m	£m
Salários e outros benefícios de curto prazo	20,4	21,1
Custos de pensão	0,4	0,4
Outros benefícios de longo prazo	17,9	39,1
Pagamentos com base em ações	24,6	33,7
Despesas sobre emolumentos da Segurança Social a cargo da entidade empregadora	8,0	9,1
Custos reconhecidos para fins contabilísticos	71,3	103,4
Despesas sobre emolumentos da Segurança Social a cargo da entidade empregadora	(8,0)	(9,1)
Pagamentos com base em ações - diferença entre prémios concedidos e custos reconhecidos	(12,0)	(17,7)
Outros benefícios a longo prazo - diferença entre prémios concedidos e custos reconhecidos	(13,4)	(14,2)
Total de remunerações atribuído	37,9	62,4

b) Divulgação solicitada pela Lei das Sociedades de 2006

As seguintes informações são apresentadas de acordo com a Lei das Sociedades de 2006:

Remuneração dos Diretores	2012	2011
	£m	£m
Emolumentos agregados	5,5	15,9
Ganhos feitos no exercício de opções sobre ações	-	-
Montantes pagos sob planos de incentivos de longo prazo	2,8	5,8
Remuneração dos Diretores	8,3	21,7

Não houve contribuições para pensão pagas em planos de contribuição definidos por conta de um Diretor. Não houve nenhuma contribuição para pensão hipotética em planos de contribuição definidos (2011: 0 Libras esterlinas).

Em 31 de dezembro de 2012, não houve Diretores que acumulassem benefícios de prestações num plano de benefícios definido (2011: 0 Libras esterlinas).

Notas às demonstrações financeiras

Outros assuntos de divulgação

42 Transações de parte relacionada e remunerações dos Diretores (continuação)

Dos números da tabela acima, os montantes atribuíveis ao Diretor com o pagamento mais alto foram os seguintes:

	2012	2011
	m £	m £
Emolumentos agregados	1,0	10,9
Montantes pagos sob planos de incentivos de longo prazo	2,8	5,5

Não houve nenhuma contribuição para pensão hipotética em planos de contribuição definidos (2011: 0 Libras esterlinas). Não houve nenhuma contribuição para pensão hipotética em planos de contribuição definidos em 2012 ou 2011.

Adiantamentos e créditos aos Diretores e garantias por conta dos Diretores

De acordo com a Secção 413 da Lei das Sociedades Comerciais de 2006 e relativamente às pessoas que desempenharam o cargo de Diretor da empresa a qualquer momento do exercício, o montante total de adiantamentos e créditos disponibilizados em 2012 foi de 0,3 milhões de Libras esterlinas (2011: 0 Libras esterlinas). O montante total de garantias por conta dos Diretores durante 2012 foi de 0 Libras esterlinas (2011: 0,2 milhões de Libras esterlinas).

43 Riscos financeiros, liquidez e gestão de capital

A divulgação exigida nos termos das NIIF relativas aos riscos financeiros e recursos de capital foram incluídos na secção Gestão e controlo de riscos da página 11 à 95.

Este movimento foi feito para melhorar a transparência e a facilidade de referência, concentrando informações relativas num local, e para reduzir a duplicação. A divulgação relevante foi indicada como auditada e pode ser encontrada nas seguintes páginas:

risco de crédito, da página 23 à 59;

- risco de mercado, da página 60 à

64;

risco de liquidez, da página 71 à 95; e

recursos de capital, da página 66 à

70

44 Eventos após a data do balanço

Revisão Estratégica

A 12 de Fevereiro de 2013, o Barclays anunciou o resultado da sua Revisão Estratégica e estipulou determinados compromissos com base nos resultados da revisão.

Espera-se que os compromissos resultem em:

- um custo de reestruturação de aproximadamente 500 milhões de Libras esterlinas no primeiro trimestre de 2013 relacionado com uma redução no número de colaboradores em todo o Grupo; e - os custos associados com a implementação do plano estratégico de aproximadamente 1 mil milhões de Libras esterlinas em 2013, 1 mil milhões de Libras esterlinas em 2014 e 0,7 mil milhões de Libras esterlinas em 2015.

Exercício de Garantias

A 13 de fevereiro de 2013, o Barclays PLC e o Barclays Bank PLC acordaram com o Deutsche Bank AG e a Goldman Sachs International (os detentores da garantia) em que os detentores da garantia acordaram exercer em acumulado 379.218,809 garantias por liquidar, que constituiu num acumulado de escritura de garantia datada de 31 de Outubro (as garantias), para a subscrição de um número equivalente de novas ações ordinárias no Barclays PLC. Como consequência deste acordo não haverá mais garantias por liquidar.

Subsequentemente ao exercício de Garantias, o Barclays PLC recebeu 750 milhões de Libras esterlinas de capital próprio de base Nível 1, equivalente a um pro forma adicional de 19 pontos base em todo o ano de 2012 no rácio de capital próprio de base nível 1 de 10,9%.

Como condição para receber esse montante, o Barclays PLC acordou contribuir com esse montante para o capital do Barclays Bank PLC. Como resultado, o Barclays Bank PLC recebeu um montante líquido de 743,7 milhões de Libras esterlinas de capital próprio de base Nível 1.

A transação envolveu o pagamento de um acumulado de 6,3 milhões de Libras esterlinas como Pagamento de Exercício de Garantias pelo Barclays Bank PLC aos detentores da garantia relativamente ao anterior exercício das garantias.